



HERÓDOTO

Volume 4, Número 1, Julho de 2019

ISSN Eletrônico – 2448-2609

HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e
Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e
suas Conexões Afro-Asiáticas

<http://mundoclassiconectado.unifesp.br/>

V. 4, N. 1/Junho de 2018 – Brasil

Escola de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas: Departamento de História –
Programa de Pós-Graduação em História



Imagem da capa disponível em:
<https://fineartamerica.com/art/herodotus>

Editor de Layout/Layout Editor:

Prof. Glaydson José da Silva

sglaydson@hotmail.com

Prof. Gilberto da Silva Francisco

gisifran@gmail.com

Suporte Técnico/Technical Support:

Glaydson José da Silva

sglaydson@hotmail.com

Responsável/Principal Contact:

Glaydson José da Silva

mundoclassiconetado@unifesp.br

Heródoto [recurso eletrônico]: revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas conexões afro-asiáticas / Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História – v. 3, n. 1 (março 2018) – Guarulhos: UNIFESP/EFLCH, 2018.

Anual, v. 1, n.1 (2016)

Semestral, v. 4, n.1 (2018-)

ISSN 2448-2609

Modo de acesso: World Wide Web.

Disponível em: <<http://www.herodoto.unifesp.br>>

1. História Antiga - Periódicos. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História. II. Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-Asiáticas. Volume 3, Número 1 - Março/2018 Unifesp/Guarulhos/Brasil.

EQUIPE EDITORIAL - EDITORIAL STAFF

EDITOR CHEFE - EDITOR-IN-CHIEF

Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

EDITOR ASSOCIADO - ASSOCIATE EDITOR

Prof. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

AVALIADORES - REVIEWERS

Prof. Airton Brazil Pollini Junior, Université de Haute Alsace, França

Prof. Anderson de Araujo Martins Esteves, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Profa. Camila Aline Zanon, Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Camila Condilo, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Delfim Leão, Universidade de Coimbra, Portugal

Profa. Esther Paglialunga, Universidad de los Andes, Venezuela

Prof. Fábio Augusto Morales, Pontifícia Universidade Católica (Campinas), Brasil

Prof. Fábio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Ivan Esperança Rocha, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Prof. José Antonio Alves Torrano, Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Juliana Caldeira Monzani, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Julio César Mendonça Gralha, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p.01-02

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10080

Profa. Kátia Maria Paim Pozzer, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Profa. Leonor Santa Bárbara, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Profa. Lorena Lopes da Costa, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil
Prof. Manuel Albaladejo Vivero, Universidad de Valencia, Espanha
Profa. Margaret Marchiori Bakos, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Profa. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Profa. Maria Cecilia Colombani, Universidad de Morón, Argentina
Profa. Maria Regina Cândido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Marcelo Rede, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Profa. Raquel dos Santos Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Profa. Regina Maria da Cunha Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Profa. Renata Senna Garraffoni, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Renato Pinto, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Profa. Silvia Calosso, Universidad Nacional del Litoral, Argentina
Profa. Typhaine Haziza, Univeristé de Caen, França
Prof. Uiran Gebara, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Vagner Cavalheiro Porto, Universidade de São Paulo, Brasil

CONSELHO EDITORIAL EDITORIAL - ADVISORY BOARD

Prof. Adilton Luis Martins, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Prof. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Prof. José Geraldo Costa Grillo, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Prof. Julio César Magalhães de Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Luciano César Garcia Pinto, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Prof. Pedro Falleiros Heise, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil Profa.
Marta Denise da Rosa Jardim, Universidade Federal de São Paulo

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p.01-02

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10080

Profa. Patrícia Teixeira Santos, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Profa. Samira Adel Osman, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

REDE UNIVERSITÁRIA

Univeristé de Caen, França

Université Cheikh Anta Diop de Dakar, Senegal

Universidad de los Andes, Venezuela

Universidad de Valencia, Espanha

Universidad Nacional del Litoral, Argentina

Universidade de Coimbra, Portugal

Universidade de São Paulo, Brasil

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Universidade Estadual Paulista, Brasil

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Université de Haute Alsace, França

SUMÁRIO

EDITORIAL / EDITORS NOTE

A cidade antiga e a cidade antiga contemporânea

Gilberto da Silva Francisco, Glaydson José da Silva_____01-02

The ancient city and the contemporary ancient city

Gilberto da Silva Francisco, Glaydson José da Silva_____03-04

ENTREVISTAS / INTERVIEWS

Cidades e Periferias no Mundo Antigo

Maria Beatriz Borba Florenzano_____05-25

Cities And Peripheral Areas In The Ancient Word

Maria Beatriz Borba Florenzano_____26-44

DOSSIÊ / DOSSIER

Globalizando a Idade do Ferro mediterrânea

Tamar Hodos_____45-73

La Globalización de la edad del hierro en el mediterráneo

Tamar Hodos_____74-102

*Muito Antes De Ai-Khanoum: A Representação Historiográfica Da Bactria
Helenística Nas Lições de História Antiga De Barthold Niebuhr*

Fábio Augusto Morales, Santiago Colombo Reghin_____103-121

*Long Before Ai-Khanoum: Historiographical Representation of Hellenistic Bactria
In Barthold Niebur's Vötrage Über Alte Geschichte*

Fábio Augusto Morales, Santiago Colombo Reghin_____122-138

*Entre o antigo e o mundo moderno: guerra e comunidade na tipologia das cidades
de Max Weber*

Guilherme Moerbeck_____139-167

Between The Ancient And The Modern World: War And Community In Max Weber's City Typology

Guilherme Moerbeck_____168-195

ARTIGOS / ARTICLES

As Khárites: Em torno do poder feminino. Saber e Linhagem

María Cecilia Colombani_____196-212

Las Khárites : En torno al poder femenino. Saber y linaje

María Cecilia Colombani_____213-229

Estratificações sociais na África Antiga: desempenhos e estagnações

Benjamin Diouf_____230-246

Stratifications sociales en Afrique ancienne: performances et stagnations

Benjamin Diouf_____247-263

Estudo histórico da evolução da máxima hipocrática, originalmente elaborada em grego no tratado Epidemias, de Hipócrates. I. 5, à máxima latina que, na tradição, foi atestada por Lactâncio em seu Epítome das instituições divinas, Capítulo 60

Mayoro Dia_____264-283

Étude historique de l'évolution de la maxime hippocratique en grec dans le Traite D'hippocrate Épidemies I. 5 A la maxime latine dans la tradition latine attestée par Lactance dans son Epitome des institutions divines, Chapitre 60

Mayoro Dia_____284-304

TRADUÇÕES / TRANSLATIONS

Pele: amazonas tatuadas

Adrienne Mayor; Débora Martins_____305-326

As Origens Da Rota Marítima: Mares, Barcos E Homens

Pascal Arnauld; Felipe Alberto Dantas_____327-394

Roma Imperial e China: Comunicação e transmissão de informações

Anne Kolb, Michael A. Speidel; Jéssica Regina Brustolim_____395-422

RESENHAS / REVIEWS

RUBIERA CANCELAS, CARLA. *LA ESCLAVITUD FEMENINA EN LA ROMA ANTIGUA. FAMULAE, ANCILLAE ET SERUAE (COLECCIÓN DEMÉTER)*. OVIEDO: EDICIONES TRABE, 2014. 302 p. ISBN: 978-84-8053-777-3

Filipe N. Silva _____ 423-424

RUBIERA CANCELAS, CARLA. *LA ESCLAVITUD FEMENINA EN LA ROMA ANTIGUA. FAMULAE, ANCILLAE ET SERUAE (COLECCIÓN DEMÉTER)*. OVIEDO: EDICIONES TRABE, 2014. 302 P. ISBN: 978-84-8053-777-3

Filipe N. Silva _____ 425-426

FLOWER, HARRIET. *THE DANCING LARES AND THE SERPENT IN THE GARDEN: RELIGION AT THE ROMAN STREET CORNER*. PRINCETON: PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2017. 416 P. ISBN: 0691175004

Jonathan da Cruz Moreira _____ 427-432

FLOWER, HARRIET. *THE DANCING LARES AND THE SERPENT IN THE GARDEN: RELIGION AT THE ROMAN STREET CORNER*. PRINCETON: PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2017. 416 P. ISBN: 0691175004

Jonathan da Cruz Moreira _____ 433-437

A CIDADE ANTIGA E A CIDADE ANTIGA CONTEMPORÂNEA

Gilberto da Silva Francisco¹

Glaydson José da Silva²

“- Ah, impagável! Quer saber de outra? Tinha lido as cartas do Cônego Benigno, e resolveu ir logo ao sertão da Bahia, procurar a cidade misteriosa. Expôs-me o plano, descreveu-me a arquitetura provável da cidade, os templos, os palácios, gênero etrusco, os ritos, os vasos, as roupas, os costumes...”³

A cidade antiga depende da cidade contemporânea e a cidade contemporânea depende da cidade antiga. A nossa cidade é descrita, muito frequentemente, a partir de referências históricas nas quais a paisagem de cidades como Roma e de Atenas está fortemente presente. A cidade perdida no sertão baiano, no conjunto de referências do Cônego Benigno do “Anel de Polícrates” de Machado de Assis, é exatamente isso: uma cidade desconhecida, misteriosa; que, na criação discursiva, tem como base elementos da cidade mediterrânea antiga.

Ao mesmo tempo, as cidades antigas, tais como Roma e Atenas, são observadas e “reconstruídas” a partir de referências contemporâneas: Atenas, uma “cidade-museu” inspirada nas paisagens de exposições museológicas, como na obra *La Cité des Images*;⁴ ou Atenas transitando entre a noção de uma cidade central, um modelo trans-temporal, como proposto por George Grote;⁵ e a lógica de uma “cidade-exceção” no ambiente de desconstruções de firmes referências coloniais, como na obra de De Polignac,⁶ que assentou o terreno no qual o “atenocentrismo” criado por Grote foi sendo paulatinamente atenuado e criticado em consistentes projetos de observação mais ampla sobre a cidade antiga, que se tornava cada vez mais plural.⁷ Ou seja, quando mudamos, a cidade antiga também muda.

Outro exemplo disso é a atual inserção da lógica da cidade em paisagens mais amplas, conectadas e complexas que compõem uma perspectiva globalizada da cidade contemporânea. Assim, quando a cidade contemporânea se globalizou,

¹ Professor Doutor – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: gisifran@gmail.com

² Professor Doutor – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: sglaydson@hotmail.com

³ MACHADO DE ASSIS, J. M. de, “O anel de Polícrates”. In: *Papéis avulsos*. 1882.

⁴ BÉRARD, C. et al. *Le Cité des images : religion et société en Grèce antique*. Paris: F. Nathann, 1984.

⁵ *A History of Greece; from the Earliest Period to the Close of the Generation Contemporary with Alexander the Great* (12 vols.), 1846–1856.

⁶ *La naissance de la cité grecque*. Cultes, espace et société, VIIIe-VIIe siècles avant J.-C. Paris: Éd. de la Découverte, 1984.

⁷ Ver, por exemplo, BROCK, R.; HODKINSON, S. *Alternatives to Athens. Varieties of political organization and community in ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2000 e HANSEN, M. H.; NIELSEN, Th. H. *An inventory of Archaic and Classical poleis*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

ao mesmo tempo, a cidade antiga foi globalizada. E, além disso, os pontos de referência para a articulação do discurso sobre a cidade antiga também são fundamentais: a cidade de Fustel de Coulanges baseada na religião;⁸ a cidade de Gordon Childe observada a partir dos modos de produção no seio da “Revolução Urbana”;⁹ a cidade de Max Weber, na qual o elemento central é o *homo politicus*, por oposição ao *homo economicus* da cidade medieval;¹⁰ entre outras.

Dessa forma, considerando a grande importância de entender essas duas “cidades” (a antiga e a contemporânea) em paralelo, e mesmo a sua co-dependência, é imperativo refletir sobre a cidade antiga a partir de seus vestígios, mas também a partir de seus interpretadores e a dinâmica de tendências que a colocam no centro do debate sobre o mundo clássico na Antiguidade e suas complexas conexões com o “mundo ao redor”. É nesse ambiente que conceitos importantes aparecem para descrever a organização dessas cidades: pólis, política, cidade-estado, mercado, redes, paisagens, conexões, identidades etc.

É nesse intuito que a **Revista Heródoto** apresenta o dossiê “Cidades e periferias no mundo Antigo”; contribuindo com mais um modesto tijolo na construção de um cenário amplo e crítico sobre a cidade antiga a partir dos aspectos discursivos e materiais que a compuseram, e continuam a compor, os debates que denunciam a sua complexidade. Assim, acreditamos que, enquanto o debate sobre ela existir, a cidade antiga continua viva, ativa e uma referência fundamental para se pensar a cidade que vivemos.

As contribuições do dossiê “Cidades e Periferias no Mundo Antigo” abordam várias das questões acima colocadas em profundidade, assim como a entrevista muito gentilmente concedida à nossa revista pela Professora Maria Beatriz Borba Florenzano (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE-USP); que também colaborou com a organização deste dossiê. Assim, agradecemos muitíssimo à Professora Florenzano pelo apoio, bem como aos que contribuíram para este número da **Revista Heródoto**.

Desejamos uma excelente leitura a todos.

⁸ FUSTEL DE COULANGES, N.-D. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Ed. das Américas, 2006.

⁹ CHILDE, V. G. *O que aconteceu na História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

¹⁰ WEBER, M. *Economia e Sociedade*. São Paulo: Ed. UNB, 2004.

THE ANCIENT CITY AND THE CONTEMPORARY ANCIENT CITY

Gilberto da Silva Francisco¹
Glaydson José da Silva²

“- Ah, yes! Priceless. Do you want to know something else? Having read the letters of Canon Benigno, he decided there and then to go to the backlands of Bahia in search of the mysterious city chronicled therein. He showed me the plan, described to me the likely architecture of the city, its temples and palaces built in the Etruscan style, the rites, vases, clothes, costumes -”³

The ancient city depends on the contemporary city, and the contemporary city depends on the ancient city. Our own city's descriptions are frequently based on historical references in which the landscapes of cities such as Rome and Athens are strongly found. The lost city in the backlands of Bahia, among the references of Canon Benigno – a character of Machado de Assis' short story, *Polycrates' ring* – is precisely this, in its creative discourse: an unknown and mysterious city based on elements from the ancient Mediterranean city.

At the same time, ancient cities such as Rome and Athens are observed and “reconstructed” from contemporary references: for instance, as Athens becomes a “museum-city” inspired by the landscapes of museological exhibits in a work such as *La Cité des Images*;⁴ or as Athens becomes a pivotal city, or a trans-temporal model, as proposed by George Grote;⁵ or following the logic of an “exception-city” in a context in which firmly established colonial references are deconstructed, such as in De Polignac's work⁶ – thus laying the foundations on which Grote's “Athenocentrism” was gradually attenuated and criticized by some consistent projects that proposed a broader outlook for observing an increasingly plural ancient city.⁷

In other words, when we change, the ancient city also changes.

¹ PhD Professor at the Federal University of São Paulo, São Paulo, Brazil. E-mail: gisifran@gmail.com

² PhD Professor at the Federal University of São Paulo, São Paulo, Brazil. E-mail: sglaydson@hotmail.com

³ MACHADO DE ASSIS, J. M. de, “O anel de Polícrates”. In: *Papéis avulsos*. 1882.

⁴ BÉRARD, C. et al. *Le Cité des images : religion et société en Grèce antique*. Paris: F. Nathan, 1984.

⁵ *A History of Greece; from the Earliest Period to the Close of the Generation Contemporary with Alexander the Great* (12 vols.), 1846–1856.

⁶ *La naissance de la cité grecque*. Cultes, espace et société, VIIIe-VIe siècles avant J.-C. Paris: Éd. de la Découverte, 1984.

⁷ See, for instance, BROCK, R.; HODKINSON, S. *Alternatives to Athens. Varieties of political organization and community in ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2000 e HANSEN, M. H.; NIELSEN, Th. H. *An inventory of Archaic and Classical poleis*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Another example in this sense is the current insertion of the city-logic into other more far-reaching, connected and complex landscapes that constitute a globalized perspective on the contemporary city. As the contemporary city became globalized, the same process occurred with the ancient city. Meanwhile, the reference points for concatenating the discourse on the ancient city are also essential: as in the cases of Fustel de Coulanges' religion-based city,⁸ of Gordon Childe's city based on the modes of production amidst the context of an "Urban Revolution",⁹ and of Max Weber's city – where the *homo politicus* becomes the central element, in contrast to the *homo economicus* of medieval cities;¹⁰ among others.

Thus, bearing in mind the great relevance of grasping these two "cities" (the ancient and the contemporary) alongside each other – and even their mutual dependency –, it is imperative to reflect on the ancient city by considering its vestiges, but also based on its readers and on the dynamic process of the trends that place it at the center of the debates on the classical world in Antiquity and its complex linkages with the "surrounding world". It is in this setting that key concepts such as *polis*, politics, City-State, market, networks, landscapes, linkages and identities, among others, emerge as descriptors of how these cities were structured.

Such is the intention behind this special issue of *Herodotus* on "Cities and Peripheries in the Ancient World": to make a contribution by laying another modest brick in the construction of a wide and critical outlook of the ancient city based on discursive and material aspects that once were and still continue to be found in the debates that attest to their complexity. We believe that as long as debates on the ancient city continue to exist, such city continues to be alive and active as an essential reference for thinking about the city in which we live.

The contributions of this special issue, "Cities and Peripheries in the Ancient World", deal in depth with many of the issues above and include an interview with Professor Maria Beatriz Borba Florenzano (from the University of São Paulo's Museum of Archeology and Ethnology, MAE-USP), who also collaborated with this publication. We are deeply thankful to Professor Florenzano and to all who have contributed to this issue of *Herodotus*.

We wish you an exciting and insightful reading experience.

⁸ FUSTEL DE COULANGES, N.-D. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Ed. das Américas, 2006.

⁹ CHILDE, V. G. *O que aconteceu na História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

¹⁰ WEBER, M. *Economia e Sociedade*. São Paulo: Ed. UnB, 2004.

CIDADES E PERIFERIAS NO MUNDO ANTIGO.

Maria Beatriz Borba Florenzano¹



Entrevista nos estúdios da UNIFESP em 03 de setembro de 2018: Professora Maria B. B. Florenzano (USP) e Professor Gilberto da S. Francisco (UNIFESP).²

hiperlink para a entrevista <https://youtu.be/KzAv8dfqGQc>

Heródoto (Gilberto da Silva Francisco): Olá. Meu nome é Gilberto da Silva Francisco, eu sou professor de História Antiga do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. E hoje o tema da nossa entrevista da Revista Heródoto é a cidade antiga. Eu tenho o grande prazer de apresentar a professora Maria Beatriz Borba Florenzano, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). A

¹ Professora Titular – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: florenza@usp.br

² A equipe de alunos responsável pela transcrição e revisão desta entrevista foi composta por Renata Villela, Tairini Aparício de Almeida, Vitória Farias, Giulia Cristiano, Jessica Laila Alves dos Santos, Júlio Cesar Aquino Teles Ferreira, Luana Alves da Silva, Lucas Arantes Lorga, Lucas Knabben e Maria Lidia de Almeida Ferreira Mota. Os trabalhos de transcrição e revisão da entrevista foram coordenados pelo professor Gilberto da Silva Francisco.

professora Maria Beatriz é professora titular em Arqueologia pelo MAE-USP e é coordenadora geral do LABECA (Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga). Professora, inicialmente, eu gostaria de agradecer a presença da senhora, o que é muito importante para a nossa revista.

Maria Beatriz Borba Florenzano: Eu que agradeço a oportunidade, Gilberto.

Heródoto: Eu gostaria de perguntar, inicialmente, sobre sua trajetória. A senhora é conhecida pela pesquisa numismática no Brasil, a pesquisa das moedas. Como foi essa transição entre a moeda e a cidade como objeto de estudo?

Florenzano: De fato toda a minha formação foi feita na área de Numismática, que é o estudo desses objetos pequeninos, redondos, que os gregos inventaram. Conhecemos essa história da invenção e da propagação da moeda entre os gregos. Depois, os romanos a adotaram e, até hoje, não sei por quanto tempo mais, temos ainda as moedas redondinhas de metal com figurinhas, imagens de um lado e do outro. Toda a minha formação, mestrado, doutorado, muitas pesquisas que realizei, foram pesquisas feitas sobre a iconografia monetária, a noção de valor e a circulação monetária.

Não é um campo de pesquisa que eu tenha abandonado, Gilberto. Eu continuei. Até este ano mesmo, 2018, publiquei um artigo. Aliás, é um capítulo de livro, sobre a iconografia monetária, está num livro chamado *Typoi*.³ Então não é um campo que eu tenha abandonado, ao contrário, agora que eu me aproximo do final da minha carreira, é um campo que pretendo retomar com alguma força, espero. Mas, o que eu percebi, é que para estudar a moeda, que é aquele objeto tão pequenino, tão miudinho, você precisa ter temperamento, e muitos dos alunos que chegavam até nós não tinham esse temperamento de ficar debruçado em cima daquelas pecinhas, classificando aquela porção de moedinhas, iguais ou parecidas; e muitos, inclusive, chegaram a abandonar o mestrado ou pediam um outro tema que não fosse o das moedas.

Quando fui convidada pelo professor Francisco Marshall da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, para participar de um projeto em Israel, que foi o projeto Apolônia, que você deve lembrar, tive um *insight* que me levou a refletir sobre a questão do espaço, pois esse

³ Maria B. B. Florenzano. In God we trust: gods and god-like entities on ancient Greek coins (Plate XII). In: *TYPOI. Greek and Roman coins seen through their images noble issuers, humble users?* Proceedings of the International Conference Organized by the Belgian and French Schools at Athens, 26-28 September 2012. Liège: Presses Universitaires de Liège.

projeto era justamente sobre o disciplinamento do espaço em Apolônia. Então, entrei de cabeça nos estudos sobre a paisagem e o espaço. Esse projeto sobre Apolônia deu certo até um certo ponto porque a área em Israel é muito instável para você participar efetivamente com financiamento brasileiro. Para a expedição de que participei, em 2000, obtive o apoio da FAPESP:⁴ éramos em cinco pessoas e pudemos pagar os trabalhadores e para comprar muitos livros e participar efetivamente do projeto. Publicamos alguns artigos sobre isso, e o professor Marshall ainda continuou por mais alguns anos.

Mas, a partir desse *insight* de que falei, me propus a preparar um projeto para estudar o espaço na Grécia Antiga; pensei em oferecer uma contribuição maior para a área da Arqueologia Clássica no Brasil. Como eu, você também foi aluno da professora Haiganuch Sarian,⁵ que foi uma batalhadora por essa área em nosso país, abrindo portas para muitos estudantes; para mim, para você, e para tantos outros alunos, sempre tentando valorizar a Arqueologia Clássica no Brasil. E eu sempre tive isso muito presente.

A partir do projeto Apolônia, pensei que o estudo do espaço poderia abrigar mais alunos e mais pesquisadores em todos os níveis. Por que o espaço é uma coisa muito grande e a organização do espaço entre os gregos, que era a nossa área de pesquisa, abre caminhos para pesquisas sobre religião, sobre as relações sociais, sobre a economia, sobre a produção artesanal, sobre tantos temas. E a partir disso, em 2004, montamos um grupo de estudos alunos e colaboradores e passamos um ano lendo os textos sobre cidade, sobre a metodologia de abordagem das cidades, sobre urbanismo, sobre paisagem. Começamos do princípio, lendo autores do século XIX como Fustel de Coulanges e do início e meados do XX como Max Weber e Gordon Childe. Desde as interpretações sobre a origem da cidade até a organização do espaço da pólis.

E, foi isso que nos permitiu, em 2005, elaborar um projeto e submeter à FAPESP que nos deu apoio por 10 anos e, agora, por mais dois anos, a FAPESP continua nos apoiando. Então, foi isso que nos permitiu criar esse laboratório, o Labeca. Eu acho que deu certo, porque a lista das pesquisas que foram envolvidas no interior desse laboratório, inclui 72 ou 73 títulos nos dez anos, entre iniciações científicas, mestrados, doutorados, pós-doutorados. Parece-me que deu certo e continua dando! Recebemos mensagens do Brasil todo, e também do exterior pedindo acesso aos Bancos de dados, à biblioteca e assim por diante. Acredito que tenha sido

⁴ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

⁵ Haiganuch Sarian, Professora Titular (aposentada), MAE-USP.

um passo a mais no sentido da consolidação da nossa área de estudos de Arqueologia do Mediterrâneo Antigo. Agora vocês, jovens, vão fazer o resto.

Heródoto: Parece-me algo importante, a apresentação, a divulgação dos laboratórios, porque tem muita gente que não conhece os projetos de História Antiga e tem muita gente trabalhando. Nesse sentido, eu pediria para a senhora falar um pouco sobre a história do laboratório, quais são as questões agora que estão sendo discutidas e quem trabalha lá.

Florenzano: Como disse, a estruturação do Labeca começou com essa discussão em 2004, com a leitura e o debate sobre textos fundamentais a respeito da cidade. Nós montamos um primeiro projeto em 2005 (na verdade, propus ao MAE-USP, àquele momento, a criação de Laboratórios temáticos de pesquisa), e este projeto informou a criação do primeiro laboratório temático do Museu, voltado para uma pesquisa com um tema específico, que é a cidade antiga. No nosso caso, logo percebemos que não íamos conseguir trabalhar com a cidade romana; então, nos restringimos à cidade grega.

Esse laboratório foi criado como um campo para o debate, para o diálogo, para a discussão, e foram acolhidas pessoas que trabalhavam também com as cidades, mas em outras áreas: por exemplo, a Cibele Aldrovandi trabalhou com cidades helenísticas na Índia e trouxe sua contribuição. Como a professora Kormikiari,⁶ que trabalha com as cidades púnicas, que são áreas de contato com os gregos. Então, fomos juntando as partes e foi criado esse espaço de diálogo. O MAE nos acolheu e sou muito orgulhosa de dizer que, depois, muitos outros laboratórios temáticos foram criados dentro do MAE, na área de Arqueologia Brasileira, na área de Etnologia e de Museologia também. Hoje, a pesquisa do MAE funciona baseada em laboratórios temáticos regimentais, com estatuto interno, com membros específicos nos vários níveis de formação, e assim por diante.

O Labeca foi criado nesse contexto e animado por esse primeiro projeto que previa uma série de linhas de pesquisa: espaço e sociedade, espaço e religião, espaço e política, espaço e produção, economia, circulação de bens e mercadorias etc. Isso tudo está no *site*,⁷ que com bastante dificuldade temos mantido. Sabemos que as universidades públicas vêm sofrendo cortes, mastemos conseguido manter um *site* em que colocamos nossas

⁶ Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos, Professora Doutora, MAE-USP e coordenadora do Labeca.

⁷ <http://lwww.labeca.mae.usp.br>

notícias, a nossa produção científica, os nossos produtos educacionais; também aparece lá a equipe de pesquisadores e de estagiários.

Funcionamos durante algum tempo com bolsistas FAPESP, em uma época em que também a FAPESP tinha acesso a mais recursos. Houve épocas que chegamos a ter sete bolsistas-FAPESP, bolsistas de treinamento técnico trabalhando dentro do Labeca, isto nos cinco primeiros anos. Depois, nós conseguimos só dois bolsistas e hoje não temos nenhum bolsista de treinamento técnico. Em compensação, temos conseguido bolsistas da Universidade dentro do programa de permanência de estudantes que são bolsistas de graduação, que participam do Programa Unificado de Bolsas da USP e que nos têm ajudado muito. Temos também os bolsistas de iniciação científica, sobretudo com bolsa CNPq/PIBIC;⁸ e os outros bolsistas de mestrado e doutorado que apoiam o Labeca.

O Labeca tem um pequeno espaço de aproximadamente quinze metros quadrados que com recursos da FAPESP conseguimos mobiliar e equipar. Com minha bolsa de produtividade do CNPq procuro manter a biblioteca viva, centrada nos temas que nós estudamos. E, nesses dez anos, nós já organizamos um simpósio nacional e um simpósio internacional. Estamos organizando um segundo simpósio internacional agendado para abril do ano que vem (2019) e mantivemos ciclos de seminários internos. Chegamos até o décimo segundo ciclo. Nos ciclos de seminários, os pesquisadores apresentam as suas pesquisas para serem debatidas: muitos dos textos que eu publiquei e que ainda vou publicar foram debatidos antes nos seminários internos. Muitos dos ciclos também se debruçaram sobre o debate de textos importantes para o prosseguimento da pesquisa no Laboratório. E também foram apresentados estudos de pessoas de fora que posteriormente foram publicados. Da mesma forma, tivemos a oportunidade de promover disciplinas de extensão universitária.

Assim, vamos funcionando, com o objetivo de focalizar um tema. A minha ideia é que a dispersão não produz conhecimento, não inova o conhecimento. Mas, uma coisa que eu aprendi no Labeca, é que trabalhar em equipe é muito difícil. É muito mais fácil você ficar na sua sala, lendo e escrevendo e dando suas aulas. Trabalhar em equipe é difícil, mas o resultado para mim é muito gratificante.

A professora Elaine⁹, que faz parte do laboratório, também organizou uma exposição, e o Laboratório e os alunos envolvidos muito cresceram com

⁸ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁹ Profa. Dra. Elaine Farias Veloso Hirata. Professora livre-docente do MAE-USP e coordenadora do Labeca desde o início.

esse trabalho. Também ganhamos muito em conhecimento e experiência elaborando maquetes físicas e digitais, trabalhando com a divulgação científica, que sempre envolve muita pesquisa. E tudo isso só se consegue fazer com apoio de uma equipe. E é esta a maneira de funcionamento do Labeca. Publicamos também três livros, temos um outro no prelo pela editora Intermeios, em que há um capítulo em que se fala um pouco a história do Labeca. Até o final do ano, devemos terminar a produção de um quinto livro. Já temos os artigos, que junto com a Profa. Kormikiairi estou formatando, e que também falam mais um pouco do laboratório.

Heródoto: Pensando no tema da cidade antiga, eu gostaria que a senhora falasse um pouco dos estudos sobre a cidade antiga. Quais são as perspectivas e as contribuições da História e da Arqueologia pra esse tema.

Florenzano: Quando começamos a estudar a história da cidade grega, eu entendo que estávamos numa posição tradicional, focalizando a cidade, a pólis e o urbanismo daquela cidade; então, a nossa referência mais importante do ponto de vista do urbanismo era Roland Martin, que é um grande arqueólogo francês que estudou o urbanismo grego de uma maneira muito sistemática e o Amos Rapoport, que é um grande arquiteto norte-americano, muito didático e também muito traduzido, que era útil pra nós. Ele fala da questão do ambiente construído e, no fundo, da cidade. Acho que nos quatro ou cinco primeiros anos, o Labeca concentrou-se no ambiente construído dentro da cidade. Nós aprendemos muito com essas leituras, mas aí você começa a entrar na Arqueologia, no documento material e a reflexão vai ganhando outros contornos.

Começamos a perceber que aquele conceito de Cidade-Estado não atendia o documento material; esta que é a questão mais interessante. Depois de dez anos trabalhando com essa temática, eu posso dizer o seguinte: o documento textual guiou os estudos sobre a Antiguidade de uma forma muito insistente, muito incisiva e desse documento textual foram aproveitados elementos que atendiam à curiosidade e às necessidades de cada época. Então, na Renascença, fez-se uma leitura de Aristóteles, de Platão, daquilo que se tinha (o texto “Constituição de Atenas” foi encontrado só no século XIX), mas era aquilo que se tinha nesse momento. O que estava acontecendo na Europa? Não era a formação do Estado-Nacional? Então, não era a necessidade que se tinha de procurar nos antigos um apoio, um suporte, um conhecimento melhor sobre os Estados?

A partir disso, o que se focaliza? A política. Por que a pólis foi traduzida como Cidade-Estado? Por que a nossa palavra política vem de pólis, não é? Eu acredito que, até a década de 1940 e 1950, valorizou-se o documento textual nesse aspecto. Se consideramos o *Copenhagen Polis Center* (ainda

bem que é *Copenhagen Polis Center* e não *Copenhagen City-State Center*), o foco deles era a Cidade-Estado grega e, até hoje, muitas traduções falam em Cidade-Estado. E, como se diz em inglês, este termo é *taken for granted*, é assumido, sem críticas e ninguém vai mudar isso. Mas, para nós, esse é um viés que focaliza sobretudo a vida no urbano e a vida na política. No século XIX, novamente, a preocupação com questões políticas: novos Estados sendo criados no Ocidente, Estados imperiais, a democracia... E a história da antiga cidade grega recebe um tipo de atenção que focaliza estes aspectos.

Hoje, inicialmente a Arqueologia está muito mais valorizada e trouxe contribuições diferentes e depois a problemática mais “bicuda”, digamos assim, não é mais o Estado, mas essa porção de pessoas mudando de lugar, não é? Você pensa, estando na Europa e aqui no Brasil, vemos na televisão aqueles barcos chegando em movimento contínuo no Mediterrâneo; agora, essa crise na Venezuela com o pessoal saindo, migrando e quantos outros grandes movimentos populacionais não ocorreram na nossa história? Então, hoje o que nos interessa? Os gregos indo de um lado para o outro e a Grécia, não a Grécia da cidade, mas a Grécia das redes, dos *networks* e eu acho que a contribuição da Arqueologia nisso foi fundamental.

Por isso, a pesquisa que eu gostaria de fazer, mas que eu dei para o Guilherme Moerbeck realizar como pós-doutorando do Labeca é justamente, como que a história da Grécia passou da história da cidade para a história do Mediterrâneo. Pensemos nos textos antigos: o Platão não falava que os gregos eram como os sapos e as formigas na beira de uma lagoa? Significa que ignoramos (não demos suficiente destaque) a esse lado dos gregos para, ao invés, valorizar a cidade, a cidade e o Estado, chamando aqueles núcleos populacionais, as *póleis*, de Cidades-Estado. Acho que esse deslocamento de interesse no que toca o mundo grego, é a Arqueologia que vem promovendo, a começar pela grande Escola de Cambridge, com o Prof. Anthony Snodgrass que formou muitos arqueólogos e historiadores muito competentes como Jonathan Hall, Catherine Morgan, Carla Antonaccio, Suzan Alcock.

Penso, pois, que tenha sido a Arqueologia que, a partir da Segunda Guerra Mundial quando começam sistematicamente os *surveys*, --porque escavar monograficamente, um único sítio, é caro e os resultados, às vezes, não compensam o custo -- como dizia, os *surveys* que são muito mais baratos, a trazer uma contribuição fundamental para compreender a intensa mobilidade dos gregos. Estes, os gregos, tinham como fronteiras espaços fluidos e abertos que podem ser vistos como *frons* como diziam os latinos. *Frons* o que é? É aquela área onde você quer chegar, e esse *frons* de fronteira nem sempre era no muro da cidade, aquele núcleo urbano fortificando, a

fronteira não estava ali para os gregos. No século XIX, buscava-se ver cada cidade com seu muro, mas ali não era a fronteira das *póleis*, a fronteira era muito além e era uma fronteira que andava para frente e depois voltava, que fazia com que os gregos conseguissem interagir com muita gente que não era grega. Isso é fascinante!

Eu respeito demais um grande arqueólogo israelense, o Irad Malkin, que sistematizou o estudo das redes; e, com isso, percebemos que Atenas não era apenas Atenas, e não era só aquele Império que em uma época reduzida dominou o Egeu. As redes, as filias entre as *póleis*; quer dizer, entre os gregos existiam muitas redes sobrepostas: os dórios, os aqueus, as redes de mulheres, de religião... São redes que se sobrepõem e se movimentam permanentemente no mundo grego. Por que estamos falando só dos gregos e não de tanta gente que entrou em contato com os gregos? Eu fico pensando, há os fenícios que constituíram uma civilização extraordinária; eles entre tantos outros que também mantinham contato com os gregos. Eu falo que os gregos inventaram a moeda, mas a moeda é uma herança do Oriente Médio, daquela região, Anatólia, Mesopotâmia. Todo o sistema, não propriamente monetário, mas de peso, de medidas.

Então, por que hoje falamos dos gregos? Porque, eu acho, eles tiveram uma criatividade incrível de absorver muita coisa de outros povos, recebendo essa influência, mas sem perder os traços que eram próprios deles. Como dizia Heródoto: “a língua, a religião e o modo de vida”, o Heródoto da sua revista. É uma delícia estudar isso, eu tenho que agradecer porque eu tive essa oportunidade, que a USP me deu e para a qual tive apoio da FAPESP; quem outro iria pagar um salário para ficar estudando isso? Pense bem! Com tantos problemas que enfrentamos hoje em dia! Mas entendo que esse tipo de estudo foi reconhecido pela USP e pela Fapesp porque, no fundo, traz uma contribuição muito grande para o espírito humano, para o nosso país.

Heródoto: Tem até algumas questões aqui que vamos discutir um pouco, sobre pensar a nossa cidade a partir dessas cidades antigas, dessas referências...

Florenzano: Fizemos, no Labeca, aquelas maquetes digitais, que estão disponíveis no *site*; são várias. Algumas até com formato de jogo, como o porto grego. Está lá também a maquete dos santuários, a de uma cidade grega, a de uma casa grega. Quando vemos as crianças pequeninhas olhando e comparando, você está dando uma contribuição, mostrando que você cria a partir do estudo do outro, você constrói sua identidade. Os próprios gregos, eu tenho essa sensação, também, eles viam os outros e foram consolidando a identidade própria.

No nosso caso, é uma vantagem trabalhar em um museu. As crianças, primeiro ficam alucinadas, não só com as maquetes digitais, mas na exposição que a professora Elaine montou, com a maquete física que eles podiam pôr a mão, podiam sentir, podiam olhar. Comparar uma casa grega, de dois mil anos atrás, com a casa deles. Os caminhos dentro da cidade, como eram, as roupas. Penso que à medida que você tem possibilidade de comparar, você vai construindo sua própria identidade e percebendo como você é.

Conhecer os gregos não é aquela coisa, “ah, somos iguais a eles”, não somos iguais a eles, justamente. “Ah, eles também tinham uma moeda redondinha de metal”; mas, a moeda para eles tinha muitos outros significados, e é um erro atribuímos à moeda antiga da Grécia, ou mesmo à de Roma, o significado que ela tem para nós hoje, em uma economia de mercado, despersonalizada e assim por diante. Então, o estudo do outro e você poder comparar identificando as diferenças é o que nos torna cidadãos, é o que nos faz tomar consciência do que somos ou do que queremos ser, é o que constrói a nossa identidade.

Heródoto: A senhora fala um pouco sobre essas mudanças na compreensão da cidade e eu sempre me lembro que quando a gente estuda o mundo antigo, Grécia sobretudo, tem algumas cidades que vêm à mente e geralmente essas cidades são apresentadas como se fossem a Grécia como um todo. Então, tem Atenas e todo o debate agora recente desconstruindo essa perspectiva do atenocentrismo. Eu gostaria que a senhora comentasse um pouco sobre esse processo da variedade da cidade no mundo antigo.

Florenzano: Então, esse é um *tópos* que não nos abandona. Atenas e Esparta em primeiríssimo lugar. Atenas e Esparta, e depois, aparece muitas vezes Tebas, aparece Corinto. Em qualquer manual didático, você quer falar do teatro grego que está consagrado nas fontes textuais, você tem que falar em Tebas. Você quer falar de Troia porque lemos os textos que falam da Guerra de Troia e aquela coisa toda. Homero, Hesíodo, o próprio Heródoto. Bem, Heródoto é aquele que é o grande, o que abre muitas portas para outras civilizações. Mas, se você pega um texto que permaneceu e que permanece até hoje, que é o do Tucídides, ali é Esparta e Atenas, apesar de ele falar de muitas outras cidades. É esse o foco que foi dado.

Então, em qualquer manual, é uma coisa inacreditável, sobretudo em português, o foco é Atenas e Esparta. Acho que os manuais de escola europeus já estão fugindo muito disso, mas os brasileiros, qualquer manual de escola, é insuportável essa história de só Atenas e Esparta e assim por diante. É um ponto de reflexão muito grande: eu acho que é a Arqueologia

que está permitindo essa desconstrução também, que está permitindo uma nova leitura, uma releitura dos textos e “pescar” nos textos outras coisas que antes não queríamos ver. Eu acho que a Arqueologia tem uma contribuição muito grande.

Bem, em primeiro lugar, por que Atenas? É uma coisa que eu penso muito. Porque você pode falar “ah, o atenocentrismo é do século XIX”, não é, não é do século XIX, ele vem desde antes.

Heródoto: Desde a Antiguidade.

Florenzano: Ele vem desde a Antiguidade. Por quê? A minha ideia, que é muito particular, eu não escrevi, não é meu tema, enfim. Depois você lê o Canfora;¹⁰ podemos também ler aquele artigo sobre atenocentrismo que você o Fábio que escreveram.¹¹ Bem, a minha ideia particular é que os atenienses, eles mesmos, criaram uma reflexão sobre si. E eu acho que foi isso que atraiu os romanos; essa reflexão que eles produziram sobre a pólis deles deu espaço para outros. Por exemplo, Aristóteles não era ateniense. Atenas foi uma cidade especial, excepcional, que abriu espaço para uma reflexão sobre eles próprios. E foi isso que causou tanto interesse. Adriano ficou “vidrado” em Atenas, Cícero foi morar lá.

Eu fico pensando que talvez tenha sido isso que fez com que eles, inclusive, preservassem os textos produzidos ali, que foram muito melhor preservados do que outros textos produzidos na Ásia Menor ou mesmo no Ocidente mediterrâneo. Há, por exemplo, o *Timeu*, que praticamente sumiu, que ficou preservado no Políbio, no Diodor Sículo. Por que que os próprios antigos preservaram obras grandes? E, no fundo, você vê a constituição que sobrou do Aristóteles? Dizem que a escola dele escreveu mais de cem constituições. Sobrou a de Atenas que só foi encontrada no século XIX. E as outras? Fragmentos em vários outros textos. Então, os próprios antigos acabaram preservando o que era de Atenas. Isso nos faz pensar. Eu acho que o Canfora resolve um pouco falando muito sobre a democracia. Parece-me que é um ponto de reflexão muito interessante e que os estudiosos deveriam enfrentar de peito aberto. Não basta só desconstruir, porque existe uma coisa ali que merece ser investigada.

Heródoto: E pensando nisso também, gostaria que a senhora falasse um pouco da variedade que eu vi já em muitas comunicações do Labeca, apresentações do laboratório, esse repertório de cidades.

¹⁰ Luciano Canfora. *Il mondo di Atene*. Roma, Bari: Editori Laterza, 2012.

¹¹ Gilberto da S. Francisco; Fábio A. Morales. ‘Desvelando o Atenocentrismo.’ *Revista de Cultura e Extensão USP*, vol. 14, p. 67-79.

Florenzano: Então, por exemplo, fala-se a “ah, Atenas inventou a democracia grega”. Se formos olhar muitas outras cidades, muito importantes na rede de cidades gregas, encontraremos muitos exemplos: apenas no sul da Itália há Tarento, Lócris, a própria Nápoles, Régio, Crotona, cidade importantíssima que abrigou Pitágoras; Eleia, berço de filósofos, Túrio. Na Sicília, Siracusa era quase tão grande quanto Atenas; até, em alguns momentos, foi mais poderosa que Atenas. Subiu pelo Adriático conquistando cidades e pode-se dizer que foi tão poderosa quanto Corinto que a fundou. Na Sicília mesmo, quantas outras cidades gregas importantes como Agrigento e Selinunte, que foram cidades enormes com campos plantados e em contato direto com fenícios e com outros gregos. E quem se lembra que Marselha foi uma fundação grega?

E Argos, sobre a qual se fala pouquíssimo a não ser quando se fala das tragédias. Sem falar nas do Mar Negro: Ístria, Ólbia, Heraclea, Apolônia. E Mileto que fundou tantas destas colônias nessa região? O que se diz sobre Mileto? Apenas a planta urbana desde que o Von Gerkan, em 1924, foi até lá e fez aquele estudo urbanístico. E, só de passagem, aquela planta é da cidade romana, e não da cidade grega. Mas, Mileto era uma potência. Heródoto disse que ela tinha um colar de pérolas no Mar Negro de tantas colônias, cada colônia era uma pérola. Então, são cidades poderosas. Focea, lá no norte do Egeu, que foi fundar Marselha e Eleia, do outro lado do Mediterrâneo. Quem lembra dessas cidades?

Então, são cidades que tiveram papel fundamental na construção do helenismo e que passaram por períodos de governo democrático, as vezes mais longos, as vezes mais curtos. Como em Atenas, tirania, democracia, oligarquia, se revezavam como forma de poder em todas elas.

Hoje, muitas dessas cidades são escavadas sistematicamente trazendo contribuição importante para a compreensão do helenismo. Tasos, por exemplo, que foi muito escavada pela Escola Francesa de Atenas: sabemos do poder que tinha, da ocupação e domínio de terras no continente; Olinto muito conhecida pela grande área habitacional ali escavada e tantas outras.... Como vamos conhecer o que foram os gregos, o que foi o helenismo estudando apenas Atenas e Esparta? Como se Atenas e Esparta, sozinhas, tivessem criado essa helenidade? Eu acho que o mundo grego antigo foi um mundo muito grande e que “pipocava” por todo o litoral do Mediterrâneo.

Se pensarmos, por exemplo, em Náucratis, no Egito, uma colônia fundada desde o século VIII, com permissão do faraó. Acho que são doze cidades

gregas que participaram da fundação e que mantinham a cidade como um empório neutro em pleno delta faraônico. Se pensarmos em Cirene, no norte da África, ali fundada por gregos e que imediatamente rodeou-se por mais quatro cidades em volta, todas gregas, dividindo os espaços com os cartagineses. Então, o quadro que aparece é um mar que os gregos dividiam em equilíbrio com os fenícios: às vezes, brigavam e, às vezes, andavam juntos, porque eles andavam juntos. Tanto andavam juntos que quem criou o alfabeto usado pelos gregos foram os fenícios.

Por que os fenícios não receberam a mesma atenção que os gregos? A tese de Jonathan Hall, é que isso ocorreu porque o preconceito europeu não permitiu. Porque eles eram ali do Médio Oriente; e, a rigor, misturados com judeus, aquela coisa que o europeu mantinha como preconceito. Essa é a tese do Jonathan Hall. Naqueles barcos do século IX e VIII, os eginetas, os calcídicos circulavam pelo Mediterrâneo com os fenícios, conforme mostra Alfonso Mele no livro *Prexis ed emporie* (esse é um grande pesquisador que escreve em italiano e então é pouco lido pela academia...). Este era um mundo de redes. Eu acho que a teoria das redes dá mais conta do que o termo Cidade-Estado; dá muita conta de muita coisa, e eu acho que a contribuição da Arqueologia nesse sentido é fundamental. E acho que por isso, o Labeca partiu para estudos variados, abrangendo cidades a Ocidente e a Oriente da Península Balcânica. Porque procuramos conhecer melhor a sociedade grega como um todo.

Heródoto: Para pensar na complexidade desses conceitos, geralmente a gente observa que o que é aplicado não responde à complexidade desses avanços que a senhora estava aqui mostrando para a gente. E eu me lembro do Kostas Vlassopoulos dizendo que a pólis, que geralmente é um conceito que é usado para explicar de forma uniforme o mundo grego, ela não é suficiente; e ele vai pensar dentro dessa lógica das redes e até uma compreensão em determinados períodos do mundo grego como uma periferia de um processo que vem sendo desenvolvido pelos persas. Eu gostaria que a senhora falasse um pouco sobre esses conceitos: pólis, Cidade-Estado, e sobretudo de colônia, e a noção de periferia, que é tão importante aqui porque, na nossa situação, há também essa questão de uma academia que se organiza numa periferia.

Florenzano: Bom, eu acho que sobre pólis e sobre Cidade-Estado falamos já alguma coisa. Acho que vale a pena destacar a questão do termo colônia. Este termo vem do latim: eram aquelas colônias latinas que os romanos fundavam depois de conquistar e conseguir o apoio de alguma região. Termo vinculado à agricultura, a “plantar”, “colher”. Na historiografia moderna, o termo foi e é empregado para caracterizar uma dominação europeia sobre outros territórios. Então, as colônias africanas e as colônias

na América, na Ásia também (a Índia no império britânico e assim por diante). Ele foi empregado igualmente para definir as fundações gregas do século VIII no Mediterrâneo. Você sabe, em 1998, o Robin Osborne escreveu um artigo que provocou algum impacto dizendo que colônia é um termo equivocado para definir as fundações gregas de época arcaica já que tem conotações modernas que não correspondem ao mundo grego antigo. A partir desse texto do Osborne (que, na verdade aprofunda uma idéia expressa anteriormente pelo grande historiador Moses Finley) teve início um grande debate acadêmico. Os franceses, por exemplo, ficaram aflitos e imediatamente começaram a pensar em diáspora, em expansão, sempre pensando movimentos a partir de uma base grega única em diásporas ou em expansão pelo Mediterrâneo. Recentemente, no contexto do Laboratório coordenado pelo Prof. Guarinello (o Leir-MA) também tivemos uma discussão sobre essa questão no tocante aos gregos no Adriático. O termo colônia tem sido muito questionado e se chega mesmo à conclusão que se você usa o termo colônia você está usando aquela ideia do Wallerstein, de um centro e de uma periferia: existe um centro e este irradia para uma periferia. A teoria das redes propõe uma outra perspectiva. Existem vários *knots*, vários núcleos e eles irradiam a partir de outros núcleos e viram um mar, digamos assim, de redes sobrepostas, de linhas de contato e de mobilidades sobrepostas.

Então, por exemplo, sobre a história dos persas, isso é uma coisa que eu muito me surpreendi, naquele semestre em que estive na Brown University como professora visitante (1994), o Prof. Ross Holloway chegou para mim e falou “olha, você nunca percebeu que aquelas cerimônias, aquelas procissões nos frisos persas, elas são iguaizinhas àquela procissão que se vê no friso do Pártenon?”. E eu pensei “Nossa! Vai ver que é mesmo, não é?” Então, segundo ele, muitos artesãos gregos eram contratados pelos persas. Ou será que os gregos adaptaram o que viam entre os persas?

Mas, porque no capítulo três do Heródoto tem a famosa discussão na corte persa sobre qual é o melhor governo? Por que? Porque os persas estão presentes ali com o tipo de governo deles, e que os atenienses foram refletir sobre isso e depois uma discussão que é retomada pelo Políbio, não é mesmo? Então, os persas fazem parte dessa rede que o Vlassopoulos está falando, agora eu não sei se os persas eram o centro. Só que hoje, não estamos falando dos persas, não é? Estamos aqui no Brasil falando dos persas? É essa questão que se tem de enfrentar de peito aberto.

Como falar em colônia em uma rede de contatos como esta criada no Mediterrâneo antigo? Colônia para nós – brasileiros ao menos- já vem com o sentido de “subalterno”, de domínio. E isto, de fato, não correspondia ao que hoje chamamos de colônia na Grécia antiga. Mas, então, que outro

conceito podemos usar? Diáspora serve? Não serve. Expansão serve? Não serve também. Domínio? Império? Que palavra vamos usar dentro do nosso vocabulário? E isso foi o Emanuele Greco¹² que me fez pensar quando estive aqui no Brasil em um simpósio organizado pelo Labeca em 2013. Ele falou: “então, não querem usar colônia? Pra nós italianos tanto faz, não faz a menor diferença. Se para vocês incomoda, usem um termo grego”. E, no Labeca, nós começamos a usar o termo grego, *apoikismo*. Temos procurado usar *apoikia* e temos evitado usar “colônia”; evitamos também usar Cidade-Estado. Então, como eu falei, você vai ver os gregos no Adriático a partir de qual ponto de vista? Você tem que ter um ponto de apoio, de referência. Centro e periferia podem servir em algumas ocasiões? Pode servir, mas adaptado. E todos os termos que usamos, mesmo se usarmos “colônia”, temos que fazer um uso crítico.

Nos *Cadernos do LEPAARQ*, no último número, o 29, há um dossiê sobre colonização. Lá, tem um artigo do Airton Pollini que abre portas para reflexão também. A professora Elaine, na livre docência dela, também tratou em um capítulo sobre a questão do termo: o que usar? Se usa colonização ou se não usa colonização? E ficamos “usa; não usa mais”. No Labeca, nos cansamos um pouco, porque ficamos perdendo tempo em uma questão retórica. Não é nem teórica, é uma questão de nomenclatura. Uma questão de nomenclatura, e sabemos que se poderia usar colonização de forma crítica com uma explicitação do sentido que queremos dar a esse termo. Só que esbarramos nas questões dos manuais. Então, nos manuais, se você puser colonização, o professor que dá aula na quinta série vai entender como colonização no sentido de Portugal colonizando o Brasil.

Por isso, temos procurado usar nos nossos textos, quando traduzimos, em nossos projetos, as palavras *apoikismo* e *apoikia*; usamos *pólis* e, às vezes, cidade, mas não Cidade-Estado. É um debate e eu estou aberta ao debate. Quando eu ofereci o meu texto sobre Siracusa, ao *dossiê* dos *Cadernos do LEPAARQ* sobre “colonização”, fui criticada por não usar colonização, por não usar colônia. Meu argumento de defesa foi que eu achava que estava dando alguma contribuição para a área de estudos clássicos no Brasil, e que os que me lessem, estudantes, professores e pesquisadores talvez se sentissem provocados a ir buscar o debate sobre os termos anacrônicos que empregamos em nossos trabalhos...

Temos um glossário no Labeca onde, inclusive, aportuguesamos a *apoikia*. Porque até já está consagrado em português a palavra “cleruquia”, com *qu*, cleruquia. Essas são as colônias. Colônias do “império” ateniense, as

¹² Emanuele Greco, Professor da Università L'Orientale di Napoli, e ex-diretor da Escola Arqueológica Italiana de Atenas.

colônias militares cujo nome vem de *kleros* e de *oikos*. Então, por que eu não posso usar *apoikia*? Só que agora tem essa nova ortografia, na qual o *q* virou *k*. Então eu pensei: vamos usar *apoikia* em português e *apoikias* no plural. *Pólis* também, não sei se você sabe, está dicionarizado e plural é *pólis*. Mas, as pessoas têm uma volúpia com o vocabulário, gostam de falar *póleis*, porque é bonito, fica parecendo que você é mais culto, mais erudito. Então, eu deixo meus alunos. Eles gostam de colocar nas dissertações, nas teses, *pólis* e *póleis*. Então, o glossário Labeca dá essa abertura.

Heródoto: Acho isso interessante porque já, inclusive, desenvolve um pouco da questão do o que é pensar cidade antiga no Brasil. O que a gente enfrenta aqui no Brasil.

Florenzano: Que difícil, não? Que difícil. Eu lembro que eu fiz meu mestrado, acho que com uma publicação de 1911, e depois o professor Ulpiano¹³ comprou para o museu um livro que era de 1976, que era o mais recente, do Colin M. Kraay. Depois, os outros manuais de Numismática que eu tinha eram do século XIX e eu fiz o meu mestrado com isso. Não tinha bolsa, não tinha dinheiro para nada. De lá para cá, o mundo acadêmico mudou consideravelmente e graças aos esforços de todos os envolvidos os recursos vem chegando. Ainda que continue difícil se conseguir recursos para estas pesquisas, uma vez que nunca são consideradas “prioritárias”.

Em algumas fases, nós fomos muito beneficiados, com recursos FAPESP, que sempre esteve muito aberta para o apoio. Mas, esta é uma área que envolve o conhecimento de línguas antigas como o grego e o latim e a formação exigida para tratar com a antiguidade do Mediterrâneo é muito mais longa do que, por exemplo, aquela de um estudante que pretende se formar em Arqueologia Brasileira. A formação é muito mais longa, porque além de demandar o aprendizado de línguas antigas como dissemos, implica na leitura de fontes primárias e de uma bibliografia que praticamente vêm desde o Renascimento, dependendo do tema que você quer trabalhar.

Em Ciências Humanas, diferentemente das Ciências Exatas, o diálogo com quem veio antes de você tem que ser permanente. Você não pode escrever sobre a democracia e ignorar os textos clássicos do século XIX e nem Aristóteles, para citar apenas uma fonte primária. Não pode escrever sobre a cidade grega e ignorar Fustel de Coulanges, que escreveu no século XIX. Não dá. Então, é uma leitura, e uma leitura complicada. Você não pode falar sobre a cidade grega e ignorar todos os textos escritos por Jacob

¹³ Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Professor Titular (aposentado), FFLCH-USP.

Burckhardt, não é? Há textos mais antigos ainda, datam da Renascença como os estudos de G. Budé e tantos outros que o aluno tem que conhecer se quiser elaborar uma reflexão sobre a antiguidade grega ou romana. Do contrário, você não escreve a história do passado. Assim, além da bibliografia, além das fontes, além das línguas, há falta de recursos.

Os norte-americanos, por exemplo, despejam recursos nessas áreas do conhecimento. Talvez dependam delas para a construção de sua identidade como potência mundial. Qualquer aluno de iniciação científica nos EUA que queira estudar a Antiguidade do Mediterrâneo já tem bolsa, vai para a Grécia, vai para Roma. Têm as escolas, a Escola Americana em Roma e aquela de Atenas, que dão apoio, que dão alojamento, que inserem os alunos nas escavações, para que tenham um aprendizado. Eu, por exemplo, meu treinamento de escavação, lá atrás, na década de 1970, onde foi? No México, na Amazônia. A dificuldade de participar de escavações na Europa eram então muito mais difíceis. Felizmente, hoje em dia, esta situação está muito melhorada. Primeiro, porque hoje temos a *internet*, pode-se baixar toneladas de PDF pela *internet*. Naquela época, nós não tínhamos nem máquina copiadora. Havia uma máquina Xerox na USP e ficávamos horas na fila para fazer cópia de textos que tínhamos que ler. Dependíamos de quem viajasse e nos trouxesse cópias de artigos e até de livros inteiros. Lembro que, em 1982, para o meu doutorado, eu passei quatro meses na Bélgica, e despachei por correio 40 quilos de xerox, para poder trabalhar no Brasil. E xerox que eu mesma fazia. Mudou muito, ainda bem...

Hoje, reafirmo, o que enfrentamos mais é a falta de recurso. Recurso pra viajar, porque também nos países você não pode chegar e escavar. Muitas vezes você tem que comprar autorizações, ou você tem que se inserir em um grupo de pesquisa no exterior e, por exemplo, se você quer fazer uma inserção em um grupo de pesquisa da Grécia, você tem que estar como você, Gilberto, filiado a uma Escola de Arqueologia, das que se instalaram na Grécia no século XIX ou início do XX. E você bem sabe qual foi o processo por que teve que passar para isso. E a Escola lhe abriga, mas não oferece recursos suficientes para o deslocamento do Brasil até a Grécia nem seu nem de seus alunos e para as demais atividades os recursos são escassos. Mesmo a Escola Francesa de Atenas para publicar os trabalhos por eles realizados enfrenta uma grande dificuldade em vista da falta de recursos. Eu vejo que ou se tem muitos recursos (como é o caso dos norte-americanos) que chegam com financiamento completo para expedições de escavação ou, realmente se tem muita dificuldade para empreender uma pesquisa que dependa de muito trabalho em campo. No fundo, nosso projeto em Israel não teve continuidade por conta disso. Porque

precisávamos de uma maior inserção no meio acadêmico israelita e esta dependia de maiores recursos. A Brown University acabou entrando em Apolônia; naturalmente ofereceram mais, e nós finalizamos nosso projeto e não demos o prosseguimento que eventualmente esperávamos.

Agora, o que não deixa a gente desanimar, é que muitas escavações foram feitas desde o século XIX, e muito material está guardado juntamente com a sua documentação de proveniência, nos magazines e nas reservas técnicas de muitos museus europeus; e, no meu caso, o das moedas, em muitos *cabinet des médailles*, gabinetes numismáticos. Ou, por exemplo, no caso da Itália, em muitas superintendências regionais de arqueologia, como eles chamam lá. Há muito material que não foi publicado e que não foi estudado. Se você for estudar, por exemplo, arqueologia mesopotâmica, há centenas de tablets cuneiformes que não foram lidos e não foram publicados em vários dos Museus europeus.

Então, há material, há documento material, fonte primária; e dependemos de negociação para poder estudar. Eu acho que faltam recursos, mas faltam recursos na Europa também para esse tipo de estudo; e há caminhos que são, às vezes, complexos, burocráticos. Mas podemos conseguir muita coisa. Eu acho que essa é uma área que, ainda, tem muita coisa para fazer, pois há, repito, muitos catálogos publicados.

Por exemplo, no novo projeto do laboratório (Labeca), eu vou estudar a Calábria. Tem muita publicação de material arqueológico fundamental mas que não incluem estudos relacionais e/ou interpretativos. Muitos são simples catálogos. Há muitos *surveys* que foram publicados, mas as interpretações sobre eles não vão a fundo. Publica-se os dados, ensaia-se alguma interpretação. Aliás, essa é uma tendência da arqueologia contemporânea, estudar os catálogos, re-estudar catálogos, achados, diante dessa perspectiva nova da nossa mobilidade.

Heródoto: Parece que a crise força também a gente a pensar no que já foi escavado, no que já foi publicado, desenvolvido.

Florenzano: Exatamente. Então, eu não desanimo meus alunos, porque acho que tem muita coisa a ser feita. Uma vantagem estarmos na periferia, na “colônia”, é que nós não estamos filiados à ortodoxia e ao jogo político de nenhum grupo. Eu posso criticar o texto do Robin Osborne, elogiar um outro texto de outro pesquisador sem entrar em uma engrenagem de política acadêmica específica. Eu posso dialogar com eles, aproveitar o que há de bom em cada um e misturar, criar. Eu acho que, no nosso laboratório, fizemos e continuamos fazendo muito isso: consideramos o que os ingleses dizem, o que os vários grupos italianos dizem, e se consegue criar alguma

coisa nova aproveitando o material que eles nos fornecem, e acho que isso que é interessante, e esse diálogo tem provado isso. Quando veio o Emanuele Greco, ele falou “puxa, eu não tinha pensado nisso. É... mas essa autora que a senhora usou é uma tonta, e eu não a suporto!”. Quer dizer, é do grupo contrário ao dele; mas ela tinha ideias e eu consegui usar. Então, eu acho que temos algumas vantagens nesse sentido.

Heródoto: Para finalizar, professora, eu gostaria de perguntar para a senhora sobre dois elementos relacionados aos resultados do laboratório, de todas essas reflexões ao longo desses últimos anos, que extrapolam o meio acadêmico: o primeiro é a exposição que o MAE apresentou até pouco tempo, “A Pólis: viver na cidade grega”, como ela já terminou, eu acho que é possível até pensar no que foi a exposição, no tipo de recepção que ela teve. E também, os resultados do ponto de vista didático, extrapolando este mundo da academia.

Florenzano: Então, o fato de nós estarmos sediados num museu, nos abriu essa possibilidade de fazer uma divulgação científica de alto nível, porque nos permitiu montar um *site* que propõe a divulgação em várias perspectivas. Como eu já mencionei, temos as várias maquetes digitais, o DVD que produzimos sobre Siracusa (26 minutos) e que vem acompanhado de um livreto de apoio ao professor.¹⁴ Outra coisa, além das maquetes digitais de espaços específicos (o porto, a casa, a cidade, o santuário), tem ainda aqueles dois filmezinhos que fizemos em 2007, quando fomos para a Sicília, e que são de acesso livre: a pessoa entra no site e pode rodar, pode brincar no videogame que é o porto e são produtos elaborados pelo Labeca.¹⁵

Além de ter o produto didático do filme sobre Siracusa com o livreto para o professor, tem outro livreto fizemos sobre a cidade antiga em imagens, é tipo um glossário ilustrado. Contratamos um desenhista que criou vários espaços de uma cidade grega e, inclusive, partes que não estão dentro do centro urbano, mas fora dele. E, com esses desenhos, pudemos explicar cada espaço (o livreto também está disponibilizado no site do Labeca).

Agora, a exposição foi bastante gratificante, porque ela coroou nosso trabalho; foi muito visitada e os educadores do museu fizeram um programa especial de recebimento de professores secundários e um treinamento especial com o material didático produzido pela professora Elaine, curadora científica da exposição. Ela escreveu um texto, que eu não tenho certeza se já foi disponibilizado no *site*, com imagens e que era

¹⁴ Silvio L. Cordeiro. ‘Siracusa - Cidade Antiga.’ *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, Suplemento 12, p. 79-80, 2011.

¹⁵ <http://labeca.mae.usp.br/pt-br/professores/>

trabalhado com os professores. E, a partir deste treinamento, os professores retornavam para a sala de aula e explicavam para os alunos e, depois, os alunos vinham e visitavam a exposição. Havia fotografias que foram feitas, as crianças (desde pequenas até as do colegial, do ginásio) ficaram muito entusiasmadas, desfrutaram desta exposição. E, na exposição, também tinha uma das maquetes digitais que ficava disponível para eles poderem acessar. Essa foi uma experiência muito importante e interessante e que graças ao empenho da Profa. Elaine, inseriu definitivamente o Labeca como um Laboratório de Pesquisa em Museu, ligando a pesquisa ao acervo e fazendo o contato tão importante com a sociedade. Os alunos da USP também da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo tiveram uma visita guiada à exposição, assim como os alunos de graduação, de uma disciplina optativa que ministro há anos também puderam aproveitar o conhecimento ali exposto de forma mais acessível. Disciplina optativa que você fez, Gilberto, há um tempo atrás...

Heródoto: História e Arqueologia da Grécia Clássica e Helenística.

Florenzano: É, ainda é a mesma disciplina, mas eu mudo todo ano. E, no ano passado, 2017, no primeiro semestre, eu peguei os alunos e falei: “você vão tirar a manhã inteira, vão visitar a exposição”. Eu tinha dado os textos para eles lerem, eles visitaram a exposição e, depois, eles apresentaram uma avaliação crítica: o que faltou, o que não faltou. Mas, a maior parte estava entusiasmada, então os próprios alunos da universidade demonstraram a importância de uma exposição daquele tipo para o aprendizado. Eu me senti muito bem, e eu achei que a professora Elaine estava de parabéns porque ela ficou um semestre inteiro planejando a exposição junto com os educadores, com os museólogos, atividade que contou com o apoio incondicional do MAE.

Eu acho uma pena que, por falta de recursos, o nosso banco de dados (o Nausíto – que é um fundador arquetípico de cidades na Grécia) não está disponibilizado. Recebemos sempre muitos pedidos de imagens e de acesso ao Nausíto, mas eu não tenho podido responder a todos; porque, sozinha, não tenho fôlego, e porque o banco precisa ser atualizado para poder ficar disponível para um público geral. Mas, eu recebo pedidos de professores da Universidade do Amazonas, daquele pessoal de São Luís do Maranhão, do pessoal do Rio de Janeiro... todo mundo pede imagens e pede acesso ao banco de dados e tem até interesse de consultas de algumas pessoas no exterior. E por quê? Porque está tudo reunido ali.

Mesmo na Itália, não é fácil encontrar tudo reunido. Tudo bem, você acessa pela internet, mas a qualidade da imagem não é boa e nós podemos oferecer imagem em 300 dpis. Fotos que nós mesmos fizemos ou fotos que

a escanemos, sempre com a marca d'água do laboratório, por causa dos direitos de imagem, aquela complicação toda. Mas, essa é uma coisa que nesse novo projeto da FAPESP, contratamos uma consultoria de informática para desenvolver o banco de dados, para podermos atualizar essa parte de divulgação.

Então, é um Laboratório que trabalha nos vários níveis, tem uma divulgação científica, estamos na publicação do quinto livro. Acho que está bom, não é? Cinco livros em 10 anos! Temos registro de mais de setenta pesquisas, e temos esses produtos que são produtos típicos em um Museu. Por outro lado, traduzimos muitos textos que foram disponibilizados pelo *site*: capítulos de livros, traduções caseiras que fizemos, mas que servem como material didático. Temos um mapa dos acessos, e por isso sabemos quem está acessando o *site* e de onde, que países e, às vezes, eu olho lá e falo: “nossa, alguém na África do Sul acessou, alguém na Austrália”. Há algumas coisas que poderíamos desenvolver mais se tivéssemos mais recursos e mais possibilidades de envolver mais alunos com bolsas. Mas, eu acho que temos conseguido fazer bastante coisa.

Heródoto: Claro! Muito bem, muito obrigado, professora. Agradeço muito pela presença.

Florenzano: Imagina, eu que agradeço. Eu gosto dessas coisas, eu acho que é importante para nossa área de Arqueologia Clássica e de mundo clássico e o mundo grego. Eu acho que é muito importante e uma oportunidade. Muito Obrigada!

Heródoto: Muito obrigado, e nós encerramos aqui.

CITIES AND PERIPHERAL AREAS IN THE ANCIENT WORLD

Maria Beatriz Borba Florenzano¹



Interview at the UNIFESP studio in September 03, 2018: Professor Maria B. B. Florenzano (USP) and Professor Gilberto da S. Francisco (UNIFESP).²

hyperlink to interview <https://youtu.be/KzAv8dfqGQc>

Herodotus (Gilberto da Silva Francisco): Hello. I am Gilberto da Silva Francisco. I teach Ancient History at the History Department of the School of Philosophy, Linguistics and Human Sciences at the Federal University of São Paulo. The theme of today's interview for *Herodotus* is the Ancient City. It is a great pleasure for me to interview Professor Maria Beatriz Borba Florenzano, from the Museum of Archaeology and Ethnology of the University of São Paulo (MAE-USP). Professor Florenzano is Full Professor of Archaeology at MAE-USP and the general coordinator of the Laboratory

¹ Full Professor – University of São Paulo, São Paulo, Brazil.

E-mail: florenza@usp.br

² Interview transcribed by Giulia Cristiano, Jessica Laila, Julio Cesar Teles, Luana Alves, Lucas Knabben, Lucas Lorga, Maria Lidia Motta, Renata Villela, Tairini Aparício de Almeida, Vitória Farias Silva, and proofread by Gilberto da Silva Francisco, Assistant Professor at UNIFESP.

of Studies on the Ancient City (LABECA).

Professor Florenzano, first of all, I'd like to thank you for your presence, which is very important for our journal.

Maria Beatriz Borba Florenzano: I am thankful too for this opportunity, Prof. Francisco.

Herodotus: First of all, can you please tell us about your personal trajectory? You are known for your research work in Brazil on numismatics, that is, on coins. How did the transition between coins and the city take place, as objects of study, in your personal path?

Florenzano: It is true that my entire training has taken place in the field of numismatics, which is the study of these tiny round objects invented by the Greeks. We know this history of the invention and dissemination of coins among the Greeks. Then the Romans adopted them, and until the present –I don't know for how long –, we still have these round metal coins with their small figures on both sides. My entire MSc and PhD training, in addition to many researches, dealt with monetary iconography and monetary circulation.

I did not leave this research field. I continued working with it to this year, 2018, when I recently published an article. It is a chapter on monetary iconography of a book entitled *Typoi*.³ So I did not leave this field. Quite the contrary: nowadays, as I am more towards the end of my career, it is an interest I expect to resume with enthusiasm. But what I have noticed is that, in order to study coins – those really small, tiny objects –, you need to have a certain temper. Many of the students who came to us did not have such a temper with the capacity to dwell with those little pieces and classify a whole bunch of them, which were either similar or distinct from each other. Many of these students even dropped out from their MSc or PhD studies and decided to study other themes.

I had an insight – and nowadays I see that I was not yet realizing it – when I was invited by Professor Francisco Marshall from the Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, to participate in Project Apollonia, in Israel, which you certainly remember. This project was about space organization in Apollonia. I was deeply immersed in it. And it was

³ Maria B. B. Florenzano. In God we trust: gods and god-like entities on ancient Greek coins (Plate XII). In: *TYPOTI. Greek and Roman coins seen through their images: "noble" issuers, "humble" users?* Proceedings of the International Conference Organized by the Belgian and French Schools at Athens, 26-28 September 2012. Liège: Presses Universitaires de Liège.

successful up to a certain point, since this area in Israel is quite unstable for you to be effectively engaged with Brazilian funding. When I joined the expedition in 2000 with FAPESP's⁴ support, we were five people with funds that allowed us to buy many books and participate in a whole month of excavations. We did publish some articles on it, and Professor Marshall even did further work.

At that point I realized that if I assumed a project on the study of space in Ancient Greece I would, perhaps be able to contribute more substantially to the field of Classical Archaeology in our country. You and I were students of Professor Haiganuch Sarian⁵ who was a pioneer in this field and opened many doors for many students. For me, and also for you and many others, she sought to value the field of Classical Archaeology in Brazil. And this was very relevant for me.

So, based on Project Apollonia, I planned to use the study of space in ancient Greece as an umbrella for the work of more students and researchers at all levels. As a matter of fact, space is a very broad subject; and the organization of space among the Greeks, which was precisely our research area, can open different trails into research on themes such as religion, social relations, economy, artisan production and many others. So, based on this, in 2004, we formed a large group of students and professors, and spent a year reading texts about the city, methodologies for approaching cities, and urbanism (without considering urbanism in the entire range of the city). And based on these readings of many authors who wrote about the city and its mechanisms, and its emergence in Antiquity, we draw our first big research project.

It was this movement that allowed us to propose to FAPESP "thematic project" in 2005. It was approved by FAPESP, which continually supported us for 10 years. And for an additional period of two years (we now have a small 24-month project), FAPESP continues to provide us support. This is what allowed us to establish this laboratory. And I think we were successful: the list of researches involved in this lab has 72 or 73 researches in 10 years, including scientific initiation, MSc, PhD and post-PhD studies. It seems we got it right. We receive messages from the entire country, and also many messages from abroad. I believe it was successful in terms of consolidating more our field in this period. And now you will carry it on. The young students will do the rest.

Herodotus: I believe these introductory remarks presenting the history and

⁴ The São Paulo Research Foundation.

⁵ Haiganuch Sarian, Full Professor at MAE-USP, now retired.

promoting the lab are important, since many people still do not know much about Ancient History projects, and many people have been involved in them. Considering this, can you please further describe the history of the lab, which issues are currently in discussion, and who is working there?

Florenzano: In the case of LABECA, we began this discussion in 2004 by reading fundamental texts on the city. We wrote our first project in 2005 (actually, it was a proposal drafted by me at MAE-USP, to create a theme-laboratory). It is the first theme laboratory at MAE-USP, to carry out researches with a specific theme, which is the Ancient City. In our case, we soon realized that it would not be possible for us to work with the Roman city. So, we began only with the Greek city.

This laboratory was created as a space of debates, dialogues and discussions; and it welcomed those individuals who were also working with cities in other areas: for instance, Cibele Aldrovandi worked with Hellenistic cities in India and made her contributions. And also, Professor Kormikiari,⁶ who works with Punic cities, which are zones of contact with the Greeks. We have worked to bring different pieces together and establish a space for dialogues and discussions. The MAE hosted us and I am very proud to say that many other theme labs were created subsequently at MAE in the fields of Brazilian Archaeology, Ethnology and Museology. Today, the research activities at our Museum are based on regimental theme labs with their own individual statutes, their members and so on.

LABECA was established amidst such context, driven by that first project, which set out to pursue a number of research lines: space and society, space and religion, space and politics, space and production, economy, circulation of goods and products, and so on. All this can be seen at LABECA's website,⁷ which we have been able to maintain at great pains. We know that Brazilian public universities are undergoing budgetary cuts, but we have been able so far to maintain a website with our news, products and productions, and our team is cited there.

We worked for a long time with FAPESP scholarship holders, at a time when FAPESP itself was doing better financially. There were times when we had seven FAPESP scholarships for technical training at LABECA for the five initial years. Then we were only able to have two scholarships, and

⁶ Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos, Assistant Professor at MAE-USP, and co-responsible for the LABECA.

⁷ <http://labeca.mae.usp.br>

nowadays we do not have a single scholarship holder for technical training. On the other hand, we have had scholarship holders of the University under the student permanence program. These are undergraduate scholarship students participating of the University of São Paulo's Unified Scholarships Program. We also have scientific initiation students funded by PIBIC⁸ and other MSc and PhD scholarship holders who support LABECA.

We work in a small space of approximately fifteen square meters, which is maintained with FAPESP resources, and I have a productivity scholarship by CNPq; I am also able to use CNPq funds to keep our library alive and focused on the themes we are studying there. In these ten years, we have already hosted one national symposium and one international symposium. We are now organizing a second international symposium, which will be held in April 2019. And we have held a number of internal workshops, with students, professors not only from USP but also invited from other Universities. Our intention is always to promote debate and to grow in the production of knowledge.

This is how we are moving forward, as we pursue the aim of focusing on one theme. I believe dispersion does not produce new knowledge; it does not lead to innovation. However, one thing I have learned at LABECA is that working as a team is quite difficult. It is much easier to remain in your own office, reading and writing in order to teach your lessons or produce your own articles. Working as a team is hard indeed, but the results of such work are very rewarding.

Professor Elaine⁹, who is participating in the lab, also organized an exhibit that allowed us to grow a lot. We created digital models of "built environments" and worked also a bit with scientific dissemination, which involved a great deal in terms of research. And one can only do these things with the support of a team. This is how LABECA has been working. We published two books and there is another one, which is about to be published by *Intermeios*, where we have a chapter briefly describing LABECA's history. We have also published a Proceedings of a Congress as our third book (we call them book one, book two and book three). So the fourth book is the one in editing stage now, and until the end of this year we will be producing our fifth book. We have its articles already, which I am formatting at this moment, and which also bring up a bit more about

⁸ Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships, funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

⁹ Elaine Farias Veloso Hirata, Associate Professor at MAE-USP, and co-responsible for the LABECA.

the lab.

Herodotus: Now thinking about the theme of the ancient city: can you please speak more about the existing studies on it? Which are the perspectives and contributions of History and Archaeology in relation to this theme?

Florenzano: As I see it, when we started studying the history of the Greek city, we were in an almost traditional position, since we were focusing on the city, i.e., the polis and its urbanistic aspects. Our most important references from the standpoint of urbanism were Roland Martin, a great French archaeologist who studied Greek urbanism in a quite systematic way; and Amos Rapoport, who is a great North American architect with a very didactic and widely translated work, which is useful for us. Rapoport writes about the issue of the built environment and, in essence, about the city. We learned quite a lot with these readings, but then one begins to dig further into archaeology and material data. I believe that in its four or five initial years, LABECA was strongly focused on the built environment within the city.

We then began noticing that the City-State as a concept was not in line with the material documents; this is the most interesting issue. After ten years working with this theme, I can tell you that the literary data guided our studies on Antiquity in a very insistent and incisive way. And we harnessed the elements from these textual documents that satisfied the curiosity and the needs of each moment in time. So, in the Renaissance period, Aristotle and Plato were read among the available works (the text on the “Constitution of the Athenians” was only found in the 19th century), but that was what one could find in the Renaissance. And what was taking place in Europe back then? The emergence of National States. So, did it not express a need to seek support in the ancients, in terms of better knowledge regarding States?

And based on this, what was the focus? Politics. Why was the *polis* translated as City-State? Because our word *politics* comes from *polis*, doesn't it? I believe that up to the 1940s and 1950s, the textual documents were appreciated in this aspect. If we take the *Copenhagen Polis Center* (thank goodness it is *Copenhagen Polis Center*, and not “Copenhagen City-State Center”), their focus was the City-State and, up to the present day, many translations take the City-States for granted and assume that nobody will ever change it. But for us, this is a bias focused above all on urban life and political life. In the 19th century, it was the same thing. In other words, the new imperial States, England, democracy, that's what is seen. So, these biases were the emphasized ones.

Nowadays, first of all, we have Archaeology giving us a special glimmer. And, second, our issue is not the State, but the fact that so many people are moving around, isn't it? Either in Europe or here in Brazil, we turn on the television and see those boats continually arriving and sailing across the Mediterranean Sea; and now this crisis in Venezuela, with people leaving the country to migrate elsewhere; and just think about how many other large-scale population movements have taken place in the course of our history. So, what do we see nowadays? The Greeks are moving back and forth, and Greece – not the Greece of the cities, but the Greece of networks. And I think that contribution of archaeology to this phenomenon was fundamental.

For these reasons, the research I would like to carry out – the one I gave to Guilherme Moerbeck – is precisely on how the history of Greece moved from a history of the city towards the history of the Mediterranean. We will read again the texts: did Plato not say who were the Greeks? They were like toads and ants by a lagoon. This means that we ignored this side of the Greeks and appreciated the value of the city, i.e., the city and the State, by calling those nuclei City-States. So, I believe Archaeology will drive this movement. There is the great Cambridge School, with Snodgrass advising so many students that include very competent archaeologists and historians such as Jonathan Hall, Catherine Morgan, Carla Antonaccio, and Susan Alcock.

I believe it was Archaeology that started this trend from the end of World War II. Since monographical excavations are expensive and their results sometimes do not pay the costs, starting in the 1940's or 1950's, archaeological surveys, which are much cheaper, began taking place in a more systematic way. We see the mobility that the Greeks had, and how the frontiers were *frons*, as the Latins used to say. And what are these *frons*? A *fron* is that area where you want to get to, and such *frons* (which is a part of the word *frontier*) was not always the wall of a city, i.e., a fortified nucleus. That was not the frontier. In the 19th century, people sought to grasp each city with its walls, but that was not the frontier of a *polis*. Such frontier was way beyond its walls; it could either expand or shrink, and this is what drove the Greeks to interact with so many people who were not Greek. This is truly fascinating!

I have great respect for Irad Malkin, a leading Israeli archaeologist who systematized the study of networks. As we can see through his work, Athens was not only the city of Athens; it was not only the Empire that dominated other populations for a certain period of time. The linkages and affiliations among different *polis* show that there were many overlapping networks: there were the Dorians, the Achaeans, and then women, religion,

and so on. Such networks were continually overlapping and flowing throughout the Greek world. But then why do we only talk about the Greeks, and not about so many other people who were in contact with them? I do think about this. There were the Phoenicians – a truly amazing population, which gave birth to an extraordinary civilization – and other groups who entered into contact with the Greeks. I say that the Greeks invented coins, but as a matter of fact, coins are a heritage from the Middle East, which emerged in that region of Anatolia and Mesopotamia. I mean the weight and measure' system as a whole, and not specifically the monetary system.

So why do we talk about the Greeks nowadays? I believe we do it because they had the creativity to absorb many things from the other populations and received their influences without losing sight from their own features. As Herodotus – the same Herodotus that gives a name to this journal – wrote, “language, religion and walk of life”. It is just a pleasure to study these things. I really must be thankful for having this chance. The University of São Paulo gave me this opportunity, and FAPESP contributed to it. Otherwise, who else would pay me a salary to study these things? Just think about it. With so many problems we are now facing. But I believe that a great contribution to the human spirit and to Brazil is involved in this work.

Herodotus: There are actually some issues here, which we will be discussing, on how to think about our city based on these ancient cities and their references.

Florenzano: We make digital models of ancient poleis and of their features, and many of these models are available at our website. Some of them even have a game-format, with a Greek port, and then a model of a sanctuary, and then a Greek city, and a Greek house. When we see small children looking at them and comparing them, we see we are making a contribution and showing that, based on the study of others, you can construct your own identity. I also have this impression about the Greeks themselves: they consolidated their own identity by observing the others.

Being in a museum such as ours is an advantage. Children get crazy at what they see there: not only the digital models, but in the exhibit set up by Professor Elaine, also a physical model they can touch, feel and look at. They can compare a Greek house from 2000 years ago with their own homes. The pathways within the city, its dwellings and so on. The more you get to see and learn about it, the more you construct your own identity and realize the way you act.

Learning about the Greeks is not a case of saying, “we’re just like them”. We are not just like them, and this is the point. “Oh, they also had small round metal coins”; but coins for them had many other meanings, and it is a mistake for us to ascribe to ancient Greek coins, and even Roman coins, the meaning that coins have for us in our impersonal market economy. And so on. So, the study of the others – being able to compare and see the differences – is what makes us citizens, is what makes us be who we are, as we construct our identity.

Herodotus: When you talk about these changes in terms of understanding the city, I always remember that when we study the ancient world, above all Greece, some cities come to our mind that are usually showcased as if they represented Greece in its entirety. So, we have Athens and the entire current debate, which deconstructs this athenocentric perspective. Can you please tell us more about this diversity-process in relation to the city in the ancient world?

Florenzano: This is a *topos* that never goes away. Athens and Sparta are mentioned in the very first place. Athens and Sparta, and then often we see Thebes, and then Corinth. In any guidebook, if we want to talk about the Greek theater that is enshrined in the textual sources, we will have to talk about Thebes. People want to talk about Troy, because we read the texts that mention the Trojan War, and all that thing. Homer, Hesiod and Herodotus himself. Well, Herodotus is the one known as the great one, the one who opens many doors to other civilizations. But if you take a fundamental text that has remained to this day as a main text on the History of Greece, namely Thucydides’ text, you will find specially Sparta and Athens, despite the fact that he speaks about many other cities.

In any guidebook or manual – above all in Portuguese –, this is the case. I believe that European school books are already taking a step away from this pattern, but the Brazilian books are not. It is just unbearable, the same old story of Athens and Sparta, and so on. This is a very important point for reflection: I think archaeology is also allowing us to deconstruct things and reach new perspectives, with a reinterpretation of the available texts and the ability to find elements in the texts, including things we did not want to see before. I think archaeology has a really great contribution to make in this sense.

Well, first of all, why Athens? Why Athens? This is something I frequently think about. Because one could say, “oh, athenocentrism belongs to the 19th century”. But it does not. It is not something from the 19th century, since it already existed before that.

Herodotus: Since Antiquity itself.

Florenzano: It dates back to Antiquity itself. I have a quite particular view of it, even though I have not yet written about it, since this is not my area. But take a look at Canfora's work,¹⁰ you and Fabio, since you also wrote a text on athenocentrism.¹¹ My particular idea is that Athenians created a reflection on themselves. And I think this is what attracted the Romans, i.e., this reflection they produced on their city, on their way of life, made way for others to think about it. For instance, Aristotle was not an Athenian citizen. Athens was a special, exceptional city, which made way for a reflection by Athenians on themselves. And this is what stirred so much interest. Hadrian was "stoked" on Athens, and Cicero moved into the city.

I sometimes even think this is what perhaps led them to preserve the local texts, which were conserved in much better conditions than other texts produced in Asia Minor, and even in the West. For instance, Timaeus' work has practically disappeared and was preserved mainly in fragments in Polybius. With what criteria the ancients made their choice of texts? Just to mention an example: what about the constitutions written by Aristotles's school? It seems that his school was responsible for many constitutions. The Constitution of Athens was only to be found in the 19th century. But what about the other ones? They are now fragments in many other texts. The ancients themselves preserved the works from Athens. This does make us think. I believe Canfora answers this question in a way by speaking a lot about democracy. It seems to me this is a very interesting point for reflection, and scholars must face it straight. It is not enough to deconstruct; there is something there, there is something there indeed.

Herodotus: Thinking about this too, can you please speak more about the diversity I have been able to see in many LABECA communications and lab presentations, i.e., this big repertoire of cities?

Florenzano: Well, for instance, it is repeatedly said: "oh, Greece invented democracy". Did Greece as a whole invented democracy? If we take a closer look, we find many examples of other important cities in the Greek network. For instance, Taranto, Locri, Naples itself, and Reggio in southern Italy; Croton as an extremely important city; Eleia, the birthplace of great philosophers – and Croton was also the home of Pythagoras; and Thurii. In Sicily, Syracuse was almost as large as Athens, and at some moments it was even more powerful than Athens. Syracusans sailed up the Adriatic

¹⁰ Luciano Canfora. *Il mondo di Atene*. Rome; Bari: Editori Laterza, 2012.

¹¹ Gilberto da S. Francisco; Fábio A. Morales. 'Desvelando o Atenocentrismo.' *Revista de Cultura e Extensão USP*, vol. 14, p. 67-79.

conquering cities, and it was as powerful as Corinth, which sunk. Think about Argos, which is so rarely mentioned except for tragedies. In Sicily you have Agrigento and Selinunte, two huge cities. Selinunte was huge with its planted fields and a gigantic *khora*, and it maintained permanent contact with the Phoenicians. And there were cities to the north too. What about Marseille? Does anyone remember that Marseille was founded by the Greeks? Now who will remember that?

So, these cities did play an essential role. Not to mention the cities on the Black Sea: Istria, Olbia, Irakleia and Apollonia. And Miletus: what do people say about Miletus? There is only an urban plan since Von Gerkan went there in 1924 and made his urbanistic study of the city. And that urban plan is Roman, not Greek. But Miletus was a local power. According to Herodotus, it had a pearl necklace on the Black Sea comprising many colonies, and each colony is taken here as a pearl. These were powerful cities. Phocaea to the north, which founded Marseille, and Eleia on the other side of the Mediterranean. Now, who remembers these cities? And were all of them democratic? We know that the answer is no. Tyranny, democracy and oligarchy took their shifts in power.

There were a large number of cities. Many of them are being excavated nowadays. Thasos, for instance, was intensely excavated by the French School. Many things are now known about Thasos and the entire area dominated by it in the *pereia*, outside the island, on the northern Chalcidian coast. Olynthus, for instance. This area is known because many of its houses were excavated. But perhaps it was not as important as Thasos, Samos or Phocaea. And so many others; Miletus, and many others. Ephesus, where the first coins came from. Now (to advocate on our behalf), I think that the Greek world is a really vast world. It is not only really vast, but it also popped up along the entire Mediterranean coast.

For instance, think about Naucratis in Egypt – a colony founded since the 8th century with the pharaoh's permission. I think it were twelve Greek cities participating in its founding, which then maintained the city as a neutral emporium right there at the pharaoh's delta. Or think about Cyrene in North Africa, which I believe is currently in Libya. Approximately in the 8th century, Greeks founded Cyrene and immediately founded four other cities around it. These were all Greek cities that shared a space with the Carthaginians from today's Tunisia. So that was a sea the Greeks shared with the Phoenicians in a balanced way; sometimes they would quarrel and, sometimes, they would be together, because they were coexisting. A proof of that is the fact that the Phoenicians were the ones who created the alphabet.

And why have the Phoenicians not received the same attention as the Greeks? You know Jonathan Hall's thesis, right? It is because European prejudice did not allow that to happen. Because the Phoenicians were from the Middle East; and they were mixed, as a rule, with the Jews – and there was that European prejudice against them. This is Jonathan Hall's thesis. As Alfonso Mele (a great researcher who writes in Italian, so some people do not read him) shows in his book *Prexis ed emporie*, in those 8th century boats there were Aeginetans, Chalcidians with the Phoenicians. It was a network-world. I think network-theory accounts for their reality better than the City-State concept. It does account for many things, and I think the contribution of Archaeology in this regard is essential.

Herodotus: Regarding the complexity of these concepts, we often see that the usual notions do not correspond to the complexity of these advances you mentioned. I remember Kostas Vlassopoulos saying that the *polis* – a concept generally used in reference to the Greek world in a uniform way – is not enough. Vlassopoulos then resorts to this network-logic towards an understanding of certain periods of the Greek world as a peripheral area in a process that had been developed by the Persians. Can you please speak about these concepts? The *polis*, City-States and, above all, “colonies”, i.e., the notion of peripheral areas; this notion of periphery is so important here, since, in our case, we also have this issue of an academia organized in a peripheral region.

Florenzano: Well, I think we already talked a good deal about City-States. Regarding the issue of colonies, this concept of colony had a Latin origin concerning colonies founded by the Romans – which, in modern historiography, were characterized as a form of European domination over other territories. The African colonies and the American colonies, and also in Asia (India in the case of the British Empire, and so on). As you may remember, in 1998, Robin Osborn raised the claim that the concept of “colony” is mistaken and we should, therefore, use other notions instead of the colony-concept. The French were left in distress and immediately began thinking with notions such as “diaspora” or “expansion”, but still and always thinking about a Greek basis for diasporas or expansion in the Mediterranean.

There was a recent discussion about this issue of the Greeks in the Adriatic, and the term “colony” has been challenged. People reached the conclusion that if you use the term “colony”, you are in fact resorting to Immanuel Wallerstein's idea of a center and a periphery; you would then have a center radiating outwardly. The theory of networks, in turn, proposes another perspective that identifies several knots or nuclei radiating from other nuclei creating a huge area of overlapping networks, i.e., of

overlapping contact and mobility lines.

In the case of the history of the Persians, for instance, - and this is something that almost knocked me out - at the time when I taught at Brown University (I think it was in 1994), Ross Holloway came to me and said, "look, have you not noticed that those ceremonies, those processions depicted on Persian friezes, are just like the procession we see on the Parthenon's frieze?" And I said, "oh my God, that might just be the case". So, according to him, many Greek craftsmen were hired by Persians.

But then why does chapter three of Herodotus contain a famous discussion at the Persian court about the best government? Why? Because the Persians were present there with their own government, leading Athenians to reflect on it, and then there was a discussion later resumed by Polybius, right? Thus, the Persians were part of that network Vlassopoulos is now talking about. But I don't know whether the Persians were the center of such network. I really don't know. Nowadays we are not talking about the Persians, or are we? Here in Brazil, are we talking about the Persians? And this is the history we have to face with an open heart.

Thinking about it, the notion of "colony" leads to a complicated issue, since we already assume the existence of a subordinate party. And when we talk about the Greeks, if we dilute this issue, what word should we then use? Will "diaspora" do? No, it will not. What about "expansion"? It doesn't serve us well either. Dominance? Empire? What word could we use from our vocabulary? And this is what Emanuele Greco¹² made me think when he came to the Conference we organized in 2013. He said, 'so, people won't use the word "colony"? For us Italians, it doesn't matter. There are expressions we must use, but for us, it doesn't make a difference. If this is really bothering you, then you can use a Greek expression'.

And at LABECA, we began using the Greek term *apoikism*. We use the word *apoikia* and avoid the word "colony". We avoid the expression "City-State" and we use *apoikia*, since this is the Greek term. And we are using the expression *apoikism*, since this is a term derived from the Greek *apoikia*. So, as I said, from which perspective will you approach the Greeks in the Adriatic? You must have a point of support and reference. Will the notions of center and periphery be useful in some occasions? Yes, they will, but now they must be adapted.

The latest issue of the *Cadernos do LEPAARQ*, issue 29, has a *dossier* on Greek colonization. It contains an article written by Airton Pollini that also

¹² Emanuele Greco, Full Professor, University of Naples "L'Orientale", and former Director of the Italian Archaeological School of Athens.

opens the doors to our reflection. In her *livre docência* study, Professor Elaine also dealt with the issue of this term: what will we use? Should we use the term “colonization” or not? And we keep swinging between “so let’s use it” and “let’s not use it anymore”. At LABECA, we somehow got tired of that, because we end up wasting time with a theoretical issue. Well, in fact, it is not even a theoretical issue; instead, it is a nomenclature-issue, and we know we could use the word “colonization” while explaining some things. But then we bump into each other in issues linked to guidebooks. If you write “colonization” in a guidebook, you will have 5th-grade teachers understanding it as colonization in the same way as the colonization of Brazil by Portugal.

It is so that in our texts, translations and projects, we have been using the words *apoikism* and *apoikia*. We do use the word *polis* and, sometimes, ‘city’, but we are not using the expression “City-State”. This is a debate, and I am open to debating. The *Cadernos do LEPAARQ* issue I just mentioned also brings a text on Syracuse written by me. When I proposed to publish this text, I was criticized for not using the words “colonization” and “colony”. And I said, “look, this is the way it is, I believe I am making a contribution to the field of classical studies in Brazil. So, now let’s discuss it”.

We have a glossary at LABECA, and we actually appropriated the word *apoikia* into the Portuguese vocabulary. Was not also the word “cleruquia” [“cleruchy”] successfully added to Portuguese? The same with “cleruquia”, with *q*. These were the Athenian Empire’s colonies, the military colonies of *kleros* and *oikos*. So why shouldn’t one use the word *apoikia*? But now we have the new spelling of the Portuguese language, in which *q* became *k*. So, I said, I will be using *apoikia* in Portuguese, and *apoikias* as its plural form. I don’t know if you are aware of it, but the plural form of *polis* in Portuguese dictionaries is *polis*. People have that voluptuousness in relation to vocabulary, and they like saying *poleis*, because it sounds beautiful, and it seems that they’re more learned and erudite. I let my students do it. They like doing it in their dissertations and theses, and they write *polis* and *poleis*. LABECA’s glossary has room for that.

Herodotus: I find this interesting, since it already and somehow develops the issue of what is it to think about the ancient city in Brazil. Considering what we are facing here in Brazil.

Florenzano: It is hard, isn’t it? So hard. I remember when I was an MSc student working with coins; I think it was a 1911 publication, and later

Professor Ulpiano¹³ bought to the Museum a 1976 book, which was the latest one back then, published by Colin M. Kraay. I later discovered other guidebooks on numismatics from the 19th century, and all this provided the basis for my master's degree. I had neither a scholarship, nor money for anything. I think our main difficulty in terms of studying the Greek city, in the case of classical studies, is that we can also include a discussion on the "classics" and "civilization", since all this is being discussed. But when it comes to studying, for instance, the Greeks and Romans, the biggest difficulty is money, that is, research funds. It is hard to obtain funds.

In some stages, we greatly benefited from FAPESP funds, and FAPESP was always open to support us. But this field involves the knowledge of languages, since it is necessary to know Greek and Latin. And so, training in this field takes much longer than, for instance, the training of an archaeologist who will be working with Brazilian Archaeology. It takes a longer period of training with the study of languages, and the knowledge of sources and of a bibliographical *corpus* dating back to Renaissance itself, depending on the theme you will be working with.

In Human Sciences, differently from the Exact Sciences, a student's dialogue with those who preceded him or her must be permanent. It must be a permanent feature. One cannot write about democracy and ignore other authors. One cannot write about the Greek city and ignore Fustel de Coulanges, who wrote about it in the 19th century. It simply cannot be done. It is a good, but complicated reading. One cannot speak about the Greek city and ignore all those texts written by Burckhardt, right? And there are older texts, for instance Marx, which refer to many currents of thought linked to Antiquity and can't be ignored. Otherwise, one would not be writing about the history of the past. Thus, in addition to a heavy bibliography, to the sources and the study of languages, there is a lack of funds.

The North Americans, for instance, have lots of research resources. Any scientific initiation student willing to study can find a scholarship and fly to Greece and Rome. They count on schools – the American School of Rome, and of Athens – that provide them support and accommodations, and take the students to the excavation sites, so they may learn. Myself, for instance: where did I go in order to receive my excavation training? I went to Mexico and to the Amazon. It was not then possible for me to go excavating in Europe and learn it there. Nowadays, this can be more easily done.

¹³ Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Full Professor at FFLCH-USP, now retired.

First of all, it is easier because we have the internet and can download tons of pdf files. Back then, in the 1970's there was only one xerox machine at USP. We therefore depended on those who could make photocopies abroad and send them to us. I remember that back in 1982, I spent four months in Belgium as part of my PhD-trajectory, and I brought back 40 kilos of photocopies to use them in my research after returning to Brazil. And I did the copies myself. Things have really changed.

Nowadays, I believe our most frequent difficulty is the lack of funds. I mean travelling funds, since one cannot simply land on a country and begin excavating. One must often buy authorizations or become a member of a research group abroad. And in order to be a member, for instance, in Greece, one must be linked to a school. Professor Francisco, you are now a member of a school abroad, and you know the process you had to go through in order to get there. The school welcomes you, but it does not give you any funds, so you have to ask for such funds back home, and the maximum they will give you is funds for your accommodation. Even at the French School, publishing is so difficult now. They are also out of money. One must find the place to be inserted. After all, this was the reason why our project in Israel did not went forward; we needed more funds to maintain an excavation in Israel, and the Americans went to Apollonia and offered more. They entered Apollonia, and we did not. This is a problem.

Now, a thing that won't let us lose heart is the fact that many excavations have taken place since the 19th century, and so many collected materials have been kept with their source documents in the magazines and storage rooms of many European museums and Institutions. In my case, since I study coins, they are maintained in the *cabinets des médailles*, which are numismatic storage rooms; in the case of Italy, for instance, they are found at the regional superintendencies of archaeology, as they call them there. There are a lot of materials to be published, which have not yet been studied. For instance, if you are interested in Mesopotamian archaeology, the Louvre Museum has over one hundred thousand tablets still unread and unpublished.

So, the materials do exist. The material data, i.e., primary sources are out there. And we depend on negotiations in order to study. I believe the funds are scarce here, but they are also scarce in Europe for this type of study. And some pathways can be truly complex and bureaucratic. But there is a lot we can do and achieve. I believe this field still has so much to be done, and there are many catalogues.

For instance, I will be studying Calabria under LABECA's new project. There are many basic materials published in the form of catalogues, which

have never been deeply studied. Many surveys have been published, but there are no interpretations on them to this day. The data is published and something is suggested, and that's it. This is a contemporary archaeological trend: studying the catalogues, studying them anew and checking the findings, bearing in mind today's mobility.

Herodotus: It seems that the current crisis also forces us to think more about what is already excavated and what has been already published and developed.

Florenzano: Definitely, yes. I do not discourage my students, as I do believe there is a lot to be done. An advantage of being in the "periphery" or "colony", as we are, is the fact that we do not need to join any "clique". I can criticize an author and praise someone else without hurting them. I can take the best from each one and add it up to create new things. I think we often do this at our lab: we consider what the British are saying, what the many Italian cliques are saying, and we are able to create something new using the material they provide us. I think this is interesting, and this dialogue has proved it. I have heard from great specialists, things like "you know, I hadn't thought about that. But this author you mentioned is a fool, I can't stand her!". But here in Brazil, I can profit from everyone's interpretation... I believe we have some advantages in this regard.

Herodotus: Professor Florenzano, to conclude our interview, I would like to ask you about two elements linked to the results of the lab and to all these reflections in the course of the recent years, reaching beyond the academic setting. The first of these elements is the exhibit held by MAE until recently, entitled "*The polis: living in the Greek city*". Since it is already over, I think it is even possible to reflect on what this exhibit has attained and its reception. And also, in connection with its results from the educational perspective beyond the academic world.

Florenzano: The fact that we are based at the Museum opened this possibility of organizing a high-level scientific exhibit, since it allowed us to put up a website aimed at the diffusion of different perspectives. As I said, we have many digital models. We also produced a 26-minute DVD on Syracuse, which includes a booklet for teachers.¹⁴ In addition to the digital models of specific spaces (such as the harbor, the house, the city and the sanctuary), we also have two short movies produced in 2007, when we went to Sicily. They are freely available, and anyone can visit our website and watch them, or play with the videogame, which is the harbor. These

¹⁴ Silvio L. Cordeiro. 'Siracusa - Cidade Antiga.' *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, Suplemento 12, p. 79-80, 2011.

are LABECA products.¹⁵

In addition to this learning material we produced – the movie on Syracuse with the booklet for teachers –, there is another booklet we produced on the ancient city with images. It is a type of illustrated glossary. We hired a drawer who created many spaces of a Greek city, including some parts that are not located inside the urban center, but are outside it. And with these drawings, we explained each space. The booklet is also available at LABECA's website.

The exhibit was very rewarding, because it was intensely visited by school groups and the educators of the Museum made a special program to receive high-school teachers and provided special training with the learning materials produced by Professor Elaine. She wrote a text – I am not sure whether it was made available at the website – with images, aimed at teachers. And based on these training activities, the teachers returned to their classrooms to explain things to their students, and later the students would come and visit the exhibit. We made photos and realized how the children / students (from early age up to high school) were very enthusiastic about the visit, and how they enjoyed this exhibit. At the exhibit, one of the digital models was available so that the visitors could interact with it. This was a very interesting experience. I also went there with some undergraduate students from an elective discipline, the one you took some time ago.

Herodotus: History and Archaeology of Classical and Hellenistic Greece.

Florenzano: Yes. We still have this same discipline, but I am changing it every year. In the first semester of 2017, I told the students, “you will take the entire morning to go visit the exhibit”. I had given them the texts to be read, then they visited the exhibit and presented a critical evaluation considering what was missing, and what was there. Most of them were enthusiastic about it, so the university' students themselves were showing the importance of that type of exhibit as a learning-experience for them. I felt really glad about it, and I thought Professor Elaine deserved to be congratulated for the work, since she spent an entire semester planning the exhibit along with the other educators, museologists, and the Museum then supported this initiative.

I am sorry that as a result of the lack of funds, our database *Nausítoo* – named after Nausithous, an archetypical founder of cities in Greek mythology – is not currently available. We have been receiving many

¹⁵ <http://labeca.mae.usp.br/pt-br/professores/>

requests of images and of access to *Nausítoo*. But so far I have not been able to reply all of them. I can't do it all alone, and the database needs to be updated in order to be made available to the general public. But I am receiving requests from professors from the University of Amazonas and from colleagues from São Luís do Maranhão and Rio de Janeiro. Everyone is requesting images and access to the database. We have seen requests even from abroad. And why? Because all those contents are gathered into this one database.

Even in Italy, it is not so easy to find so many things gathered at the same place. You find sometimes access to things via the Internet, but the quality of images is not so good, and we can offer images with a resolution of 300 dpi. Some photos were taken by ourselves, and other photos were scanned by us, and we always included the lab's watermark, thinking about copy rights and all that hassle. But one thing we requested in this new FAPESP project, above all, in order to develop our database, is a consultancy on information technology, so we may update this part of our diffusion-work.

As you can see, our lab is working in several levels. We have our scientific diffusion activities and are now aiming at our fifth book. That is a good pace, isn't it? I believe five books in ten years are quite good. And we have 70+ research projects and these typical products of our work. We also translated many texts and made book chapters and our own artisan translations available on the website, which serve as learning materials. We also have an access-map, which allows us to know who is accessing our website and from which location. Sometimes I take a look at it and say, "wow, someone in South Africa has visited our website, or someone from Australia".

There are somethings we could develop further if we had more funds and possibilities in terms of getting new students involved with scholarships. But I think we have done quite a lot anyway. We have been able to accomplish many things.

Herodotus: Yes, certainly! Thank you very much, Professor Florenzano. I really appreciate your presence with us.

Florenzano: And I thank you too. I like these things, and I believe it is important for our field of Classical Archaeology and the Greek world. It is very important indeed, and it is an opportunity for us.

Heródoto: Thank you. With that, we end today's conversation.

GLOBALIZANDO A IDADE DO FERRO MEDITERRÂNEA¹

Tamar Hodos²

Resumo

A Idade do Ferro Mediterrânea (c. 1200-600 AEC) foi um dos seus períodos mais dinâmicos. Embora não tenha sido a primeira era na qual seus habitantes trocaram bens, ideias, valores, costumes, práticas e tecnologias, a escala foi sem precedentes. Em grande parte, o período é caracterizado por assentamentos gregos e fenícios ao redor de todo o mar, facilitando uma comunicação frequente e ampla. O impacto a longo prazo foi a criação do primeiro período globalmente conectado do Mediterrâneo. Entretanto, uma era globalizada nem sempre foi a narrativa apresentada pelos estudiosos. O presente capítulo começa definindo globalização e avaliando oito tendências fundamentais que ocorrem na globalização contemporânea. Depois, ele esboça a Idade do Ferro Mediterrânea e a nossa história acadêmica na interpretação dos movimentos coloniais gregos e fenícios, de perspectivas colonialistas até pós-coloniais. Finalmente, ele explora como as teorias de globalização contemporâneas podem transformar a nossa compreensão desta época culturalmente complexa e socialmente vibrante.

Palavras-Chave

Idade do Ferro Mediterrânea; globalização; colonização; hibridização; colonialismo; pós-colonialismo.

¹ Tradução - Anabelle Silvana Luzardo Medeiros y Rosa Maria Severino Ueno.

² Doutora - Universidade de Bristol, Bristol, Reino Unido. E-mail: t.hodos@bristo.ac.uk

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

Resumen

La Edad del Hierro en el Mediterráneo (c. 1200-600 AEC) es uno de los períodos más dinámicos. Aunque no fue la primera era en la que sus habitantes intercambiaron mercancías, ideas, valores, costumbres, prácticas y tecnologías, la escala fue sin precedentes. El período se caracteriza, sobre todo, por el asentamiento griego y fenicio alrededor de todo el mar, lo que facilitó una amplia y frecuente comunicación. El impacto a largo plazo fue la creación del primer período conectado a escala global del Mediterráneo. Sin embargo, los académicos no nos han presentado, hasta ahora, una era globalizada. Este capítulo comienza con la definición de globalización y evalúa ocho tendencias fundamentales que se producen en la globalización contemporánea. Describe luego la Edad del Hierro del Mediterráneo y nuestros antecedentes académicos en la interpretación de los movimientos coloniales griegos y fenicios, desde la concepción colonial hasta la poscolonial. Por último, analiza cómo las teorías de la globalización contemporánea pueden transformar nuestro entendimiento de esta era culturalmente compleja y socialmente pujante.

Palabras clave

Edad del Hierro en el Mediterráneo; Globalización; Colonización; Hibridación; Colonialismo; Poscolonialismo.

Definindo globalização

Atualmente, a globalização é um dos mais importantes processos de integração econômica, social e cultural no mundo, envolvendo o comércio, capital e investimentos, migração de mão-de-obra e a disseminação de conhecimento. Muitos diriam que ela acontece por meio do comércio livre e do capitalismo (Cf. Steiglitz, 2006: 3-24; Ward, England, 2007: 1-22; Pieterse, 2014: 1-11). No entanto, a globalização é mais do que apenas uma outra maneira de descrever o neoliberalismo contemporâneo. Na verdade, não há nenhum consenso sobre a definição de globalização, embora muitos a caracterizem, sendo o aumento da conectividade amplamente considerado sua maior característica (Cf. Giddens, 1990; Robertson, 1992; Moore, Lewis, 2009). Esta conectividade é especificamente de um tipo que inclui um fluxo em grande escala de ideias e conhecimento juntamente com a partilha de costumes culturais e práticas da sociedade civil. Esses fluxos e conexões podem se manifestar através de uma integração econômica mais próxima através de um maior movimento de bens e serviços, capital e mão-de-obra ou podem ser moldados pela política (Steiglitz, 2006: 05).

No entanto, muitos debatem as características da globalização, como, por exemplo, se ela é informada por mudanças tecnológicas, envolve a reconfiguração de estados, acontece juntamente com a regionalização ou inclui um sentimento de compressão no tempo e no espaço (Cf. Pieterse, 2015: 7-25). Normalmente, a globalização é descrita e discutida em um contexto disciplinar específico, então, ouvimos falar de diferentes tipos de globalização; tais como: globalização financeira, comercial, econômica ou política. A maioria de nós irá pelo menos concordar que a globalização é desigual e assimétrica em velocidade, escopo e impacto. Os acadêmicos entendem esses desenvolvimentos como um processo (como, por exemplo, Robbie Robertson; Jan Nederveen Pieterse), como um sistema (Jonathan Friedman; Immanuel Wallerstein), como um discurso (Manfred Steger).³

O sociólogo cultural Tomlinson define globalização simplesmente como conectividades complexas (Tomlinson, 1992: 02). O sociólogo Roland Robertson, por outro lado, define globalização como o processo pelo qual, cada vez mais, o mundo é visto como um lugar e as maneiras pelas quais ficamos conscientes desse processo (Robertson, 1992: 08). Embora, como o sociólogo Mike Featherstone já mencionou, isso não deveria significar

³ Nederveen Pieterse, *Globalization and Culture*, Tabelas 1.6 e 1.7, 19-20, com referências em 183-210.

que há uma cultura mundial unificada (Featherstone, 1995: 114). Por esta razão, o acadêmico especializado em estudos globais e sociologia, Jan Nederveen Pieterse, define globalização como “um processo de hibridização que provoca uma *mélange* global” (Pieterse, 2015: 67) e argumenta que a globalização pode ser entendida como uma síntese em aberto de várias abordagens disciplinares a tais acontecimentos, nos quais há tantas modalidades de globalização quanto agentes, dinâmicas e impulsos (Pieterse, 2015: 68).

Em outros trabalhos, eu defini globalização como “os processos de conectividades crescentes que se desdobram e manifestam como uma conscientização social dessas conectividades.” (Hodos, 2017: 03-11, 04). Já argumentei que como a globalização se trata dos processos propriamente ditos, trata-se de um conceito ativo e não descritivo. Também comentei que a ideia sugere uma escala mundial e é por isso que alguns insistem tratar-se de um fenômeno que começa apenas com o surgimento da circum-navegação global (Cf. Giddens, 1990; Wallerstein, 1991; Robertson, 2003; Hodos, 2017: 54-65). Todavia, é mais comumente utilizada para refletir mudanças mais abrangentes em um mundo conceitual ou experiente. Muito frequentemente, isso envolve aumentar a integração e cooperação derivadas de práticas comuns, em evolução, que facilitam tal integração e cooperação (Hodos, 2017: 04). Isso não é para sugerir que a conectividade e conscientização de tais conexões sozinhas tornem um período ou local globalizado. Contribuições para o recente *Routledge Handbook of Archaeology and Globalization* demonstram que a natureza das conexões complexas e como a conscientização social delas é manifestada são o que determina se uma era no passado pode ser considerada globalizada ou não (Hodos, 2017).

Um corolário importante para a crescente sensação de similaridade, acessibilidade e uniformidade que associamos à globalização é a conscientização, e até mesmo o aumento, das diferenças e desigualdades mais acentuadas com aqueles não tão integrados à esfera empírica ou aqueles que nem estão envolvidos. Isto indica que há dois aspectos primários dos processos de globalização: 1. O desenvolvimento de práticas e valores compartilhados que contribuem para o sentimento de “estar em apenas um lugar”; 2. Maior conscientização e sensibilidade às diferenças, especialmente, às diferenças culturais. Ambos derivam de uma variedade de conectividades crescentes, embora seja o primeiro que, normalmente, receba mais atenção. No entanto, a conscientização crescente da diferença cultural é uma função da globalização e não meramente uma característica dela. Normalmente, isto se manifesta como

o ressurgimento de práticas locais de identidade em contraste explícito às práticas, cada vez mais, compartilhadas do nível conectado globalmente. Essas expressões locais de identidade também são comumente ligadas a níveis extremamente divergentes de riqueza, saúde e poder político. Como resultado disso, frequentemente, tais acontecimentos aumentam os contrastes entre as partes envolvidas no sistema global e o grau de investimento social para manter as diferenças culturais. Portanto, a globalização mantém um equilíbrio entre as práticas compartilhadas e vinculantes e as diversidades que diferenciam os participantes. Não apenas estão as duas em constante tensão entre si, mas elas também são interdependentes e juntas criam o paradoxo da globalização (Hodos, 2017: 05). A globalização não pode ser conceitualizada ou adequadamente discutida sem levar em conta os dois aspectos. Entretanto, muitas discussões acadêmicas e populares sobre globalização apenas reconhecem o primeiro e ignoram o segundo.

Identificando a globalização

O arqueólogo Justin Jennings identifica oito tendências que ocorrem na globalização contemporânea (Cf. Jennings, 2011: 123-141; Jennings in: Hodos, 2017: 12-28, 14-16). Elas se sobrepõem e são estimuladas por uma conectividade complexa para criar uma cultura global. Ele argumenta que todas deveriam estar presentes para que qualquer período seja considerado uma era de globalização.

(1) *compressão no tempo e no espaço*. Identificada pelo geógrafo David Harvey (1989), esta é a experiência de ver seu mundo encolher através da aceleração de processos econômicos, políticos e sociais de longa distância, tais que, mudanças em um local podem ter ramificações em uma região bem ampla. A Internet é um desses exemplos que contribui para o nosso sentimento moderno de compressão no tempo e no espaço. As repercussões da crise financeira de 2008 em todo o mundo ocidental são um outro exemplo. A introdução de uma nova matilha (ou bando) ou a adoção de um sistema de registros tinha efeitos semelhantes no passado.

(2) *desterritorialização*. Este é o sentimento de que um local parece menos fortemente conectado ao seu contexto local, geograficamente fixo. Ela ocorre através do aumento das redes sociais e da incorporação de pessoas, ideias, práticas e bens estrangeiros a uma configuração local. Atualmente, um efeito da desterritorialização é o cosmopolitanismo das chamadas cidades internacionais ao redor do mundo, para as quais as amarras a uma localização única e fixa são reduzidas devido a uma

quantidade enorme de interações de longa distância, que une um desses locais a outras cidades e regiões em outras partes do mundo. Desta forma, Paris, como um centro cosmopolita de moda, cultura, artes e culinária, tem pouco a ver com sua localização geográfica e, em relação a isso, é mais fracamente conectada aos seus arredores rurais do que a outros centros cosmopolitas de moda, cultura, artes e culinária, como Nova Iorque, Londres ou Tóquio. No passado, a quantidade e variedade de estilos importados de produtos materiais em certas épocas fomentou a mesma impressão.

(3) *padronização*. Isso se desenvolve quando pessoas buscam meios de superar divisões geográficas e socioculturais. Padrões universais de medida, como o Tempo Médio de Greenwich (*Greenwich Mean Time* - GMT) ou o sistema métrico, são exemplos que utilizamos atualmente. No passado, as línguas administrativas ajudavam a promover a padronização em vastos territórios compostos por diversos grupos culturais.

(4) *desigualdade*. A globalização não é um processo uniforme em termos de inclusão. Isso ocorre porque as redes de interação inter-regionais não são geograficamente ubíquas. Consequentemente, pode haver consideráveis diferenciais de poder entre as regiões engajadas. Atualmente a China, por exemplo, domina muitas relações comerciais, enquanto outros países permanecem relativamente isolados, apesar de seu envolvimento em trocas globais, como, por exemplo, o Haiti. Bollywood tem influência global, mas a indústria cinematográfica iraniana, não. No passado, isso era percebido na forma como uma cidade podia exercer maior influência do que outros lugares de sua época, além de desigualdades na propagação de horizontes estilísticos.

(5) *homogeneização*. Esta talvez seja a marca dos processos de globalização mais amplamente discutida e aquela à qual os indivíduos e a mídia mais reagem. Um certo grau de homogeneização cultural ocorre quando as pessoas começam a compartilhar um conjunto semelhante de práticas e produtos para gerenciar um tráfego crescente de ideias, objetos e pessoas. No entanto, não se trata tanto de um único modo de vida. Ao contrário, ela está relacionada a como entramos em contato com ideias e bens amplamente compartilhados e como os tornamos nossos em nossos contextos locais. Uma visita ao McDonalds na Europa ou na Ásia, por exemplo, pode inicialmente ser uma aventura nova e exótica, mas, com o passar do tempo, uma ida ao McDonalds torna-se tão incorporada às práticas locais que passa a ser uma prática nativa, ao invés de ser vista como um emblema estrangeiro (Caldwell, 2004: 05-26). Atitudes em

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

conformidade com as práticas e valores sociais, como no que se refere à beleza ou violência, são outros exemplos contemporâneos. No passado, isso ocorria por meio de práticas convergentes entre grupos diversificados, como o uso de objetos e estilos parecidos.

(6) *heterogeneidade cultural*. Isto ocorre porque, juntamente com a homogeneização crescente, muitas vezes, a variação cultural aumenta ao mesmo tempo, especialmente, quando as práticas são reinterpretadas localmente. A mistura das influências externas com as práticas locais varia de local para local. Assim, a *yoga* é reinterpretada nas academias americanas e os hambúrgueres no Japão não são exatamente o que reconheceríamos no Ocidente. No passado, isso era bem exemplificado por meio de variações visuais nas cerâmicas que misturavam uma série de ideias.

(7) *reinserção da cultura local*. Isto poderia ser visto como o ressurgimento, ou mesmo a invenção, das práticas e formas locais em uma explícita reação à homogeneização promovida pela crescente globalização. Atualmente, por exemplo, a *Académie Française* mantém a pureza da língua francesa. No passado, isto era encontrado na reafirmação das tradições locais, como nas formas de sepultamento, na organização dos assentamentos e em outras práticas.

(8) *vulnerabilidade*. As inúmeras e profundamente incorporadas conexões entre vários grupos que criam uma circunstância de conectividade complexa também levam à interdependência e, portanto, ao risco. A conscientização dos riscos da globalização se torna intensa quando um evento reverbera por toda a rede. Os desafios perante a Grã-Bretanha devido à sua saída da União Europeia, que continuarão até bem depois de sua saída, ressaltam a vulnerabilidade das conexões complexas atuais, que foram criadas pela rede globalizada que é a União Europeia. No passado, quando centros fortes como Roma fraquejavam, o sistema globalizado de trocas que ele havia criado ao seu redor se partia em redes menores que operavam em uma escala mais restrita.

Jennings argumenta que todas elas precisam estar presentes para que a globalização possa ser identificada. Mas o que define se elas estão presentes? Na verdade, quase todas essas oito características são fáceis de encontrar no passado de maneiras que são comparáveis às nossas experiências nos dias atuais. Embora um aspecto seja mais difícil do que outros, precisamente, em razão de como vivenciamos isso hoje e esta é a ideia de compressão no tempo e no espaço. Recentes desenvolvimentos tecnológicos tornaram o mundo atual mais fácil e rapidamente conectado.

Nossa habilidade de nos comunicarmos com todo o planeta faz com que o tempo e o espaço pareçam comprimidos em uma experiência imediata e amplamente compartilhada, tanto que o mundo parece menor do que há uma geração. Como há poucas evidências de tal aumento dramático na velocidade da comunicação no passado, algumas pessoas argumentam que, portanto, a globalização só pode ser um fenômeno bastante moderno e desafiam sua aplicação ao passado (Cf. Morley in: Pitts e Versluys, 2014: 49-68). Outros que focam na sua escala geográfica sugerem que ela não pode anteceder o século XVI e a circum-navegação do mundo (Cf. Giddens, 1990; Wallerstein, 1991; Robertson, 2003; Hodos, 2017: 54-65), proclamando a era europeia de descobrimentos, embora isso privilegie as noções ocidentais no nosso entendimento da globalização.

A compressão no tempo e no espaço em si pode ser desafiada pela fenomenologia, o estudo das estruturas da experiência e nossa consciência da experiência, porque o mundo não está encolhendo ou se contraindo fisicamente como um resultado da globalização. Esta impressão deriva da comunicação mais rápida entre os grupos, que criou a sensação de que o mundo está menor, pois leva menos tempo para nos comunicarmos hoje do que antes. Em outras palavras, para a maioria das pessoas, a experiência cultural da globalização não deriva de sua própria mobilidade direta.

Como não estamos realmente vivenciando a compressão do tempo e espaço, o que estamos vivenciando? Alguém poderia argumentar que se trata de um sentimento de “estar em apenas um lugar” (Hodos in: Pitts e Versluys, 2014: 240-253). Podemos nos comunicar com alguém do outro lado do mundo em um instante, como se estivéssemos no mesmo lugar. Anteriormente, o surgimento do telefone tornou possível conversar diretamente com alguém bem distante. Redes de rotas de navegação de longa distância, estradas e vias tiveram a mesma finalidade no passado mais distante. Elas ajudavam lugares longínquos a se sentirem conectados, assim como a comunicação rápida faz hoje em dia. Contudo, há outras maneiras de transmitir essa conexão, esse sentimento de “estar em apenas um lugar”. Na antiguidade, a maioria das pessoas não viajava para muito longe, se de fato viajassem. Do contrário, as redes de práticas compartilhadas transmitiram essa noção de “estar em apenas um lugar”. Para exemplificar, no mundo romano, a rapidez das viagens e da comunicação não aumentava substancialmente por todo o império romano quando uma região era incorporada a ele, apesar da construção de malhas viárias (Cf. Morley in: Pitts e Versluys, 2014: 49-68). Todavia, houve um aumento na frequência da comunicação, o que levou ao

aumento das informações sobre as regiões, rotas e preços, bem como mais movimentos frequentes de itens e serviços compartilhados. Isso resultou em bens e práticas mais difundidos, o que criou um sentimento de “estar em apenas um lugar”. É por meio das redes de práticas e bens comuns que as pessoas vivenciam a sensação de compressão do tempo e espaço em uma experiência compartilhada, vivida.

A Idade do Ferro Mediterrânea

Apesar de seu nome, o Idade do Ferro Mediterrânea não está rigorosamente correlacionada ao desenvolvimento da siderurgia, uma vez que o ferro já era conhecido no quinto e quarto milênios AEC no Irã (Sialk), Iraque (Samarra) e Egito (Gerzeh) e no terceiro milênio na Mesopotâmia e Anatólia (Tilmen Höyük; Alaca Höyük) (Waldbaum, 1978; Waldbaum in: Piggot, 1999: 27-57; Yalçın, 1999: 177-187). Pelo contrário, o termo “Idade do Ferro” é tido como um meio de marcar modificações nas tradições e práticas associadas a seus antecedentes temporais. O que se seguiu foram mudanças nas práticas sociais, evidenciadas nos fósseis materiais, principalmente, através de novas formas e estilos de cerâmica, formas arquitetônicas e práticas de sepultamento. Tais modificações não ocorreram em um só momento, mas se desenvolveram ao longo do tempo, e a taxa de mudança em qualquer categoria material não era uniforme de local a local ou de região para região. Portanto, o conceito da Idade do Ferro é algo relacional.

Para o Mediterrâneo, essa ruptura ocorre no final do século XII AEC, que é considerado o final da Idade do Bronze. Isto resultou no fim do sistema palaciano micênico no Egeu, na desintegração do Império Hitita em Anatólia e Mesopotâmia, na invasão do Egito e da costa oriental do Mediterrâneo por aqueles denominados Povos do Mar e no fim da Nova Época do Reinado Egípcio. Contatos mais difundidos entre essas comunidades diminuíram drasticamente, especialmente, quando comparados à quantidade de bens, ideias e pessoas em circulação que tanto precederam e sucederam os séculos por volta do início do primeiro milênio AEC. Coletivamente, isso faz parte do que cria um sentimento geral de mudança e o que marca o início da Idade do Ferro no Mediterrâneo.

O que mais caracteriza a Idade do Ferro Mediterrânea é o movimento de pessoas, diferenciado pelos números e natureza. Até o século IX AEC, se não antes disso, pessoas e pequenos grupos começaram a se mover ao redor do Mediterrâneo. Algumas dessas pessoas eram comerciantes e

artesãos itinerantes, mas também vemos o movimento de grupos maiores de pessoas que fixaram residência em litorais estrangeiros. Dois de tais movimentos, que tiveram os maiores impactos, foram os fenícios e os gregos.

Apesar do fato de que os gregos e fenícios estabeleceram assentamentos no exterior, ao longo do Mediterrâneo e, algumas vezes, no mesmo território geográfico (como, por exemplo, na Sicília), o estudo de sua expansão foi dividido entre disciplinas (Hodos, 2009: 221-241). Acadêmicos do Oriente Próximo têm tradicionalmente focado no processo de colonização dos fenícios, enquanto os acadêmicos clássicos examinaram o movimento grego. Essa divisão disciplinar pode ser rastreada até os estudos europeus ocidentais do século XIX e a respectiva primazia das fontes literárias bíblicas e clássicas antigas corroboradas por pesquisas arqueológicas daquela época. Frequentemente, isso é expresso através de uma competição pela primazia na inovação colonial. Sintomático desta rivalidade são perguntas sobre as datas da fundação das colônias mais antigas, feitas como se uma supremacia da inovação dependesse disso. A maioria das fontes literárias antigas nos informa que a expansão dos fenícios no Mediterrâneo começou no século XII AEC, enquanto confirmam que a colonização grega só começou no século VIII (Cf. Hodos, 2009: 221-241; Pieterse, 2015: 7-25). Entretanto, por muito mais de um século, estudiosos gregos argumentaram que a expansão fenícia não poderia ter começado antes do século VIII (Beloch, 1913: 229-232), baseado no fato de que evidências materiais não puderam ser identificadas para sustentar assentamentos tão antigos em lugares onde os fenícios deveriam ter colonizado. John Boardman, por exemplo, afirma que:

Apenas depois dos gregos se estabelecerem na costa Síria foi que a Grécia começou a receber e apreciar produtos orientais; e não há evidências claras sobre colônias comerciais fenícias no exterior antes das gregas. Por tudo isso, eles podem ter sido os transportadores do pouco que chegou ao mundo grego do Oriente antes do século VIII. A natureza desse comércio não demandava o estabelecimento de postos ou colônias comerciais tradicionais até que o exemplo grego e a concorrência os levou a fazer empreendimentos semelhantes. (Boardman, 1999: 38).

Mais recentemente, Gocha Tsetskhladze afirmou:

No século VIII a.C., os gregos estavam se mudando para os territórios relativamente próximos da Itália central e meridional, enquanto os fenícios estabeleceram pequenos assentamentos na Sardenha e mais a oeste e ao sul. Os assentamentos gregos foram projetados para durar; os dos fenícios

desapareceram com o tempo, provavelmente absorvidos pelos povos locais. (Tsetskhladze in: Tsetskhladze, 2006: 23-83, 49).

Esta declaração é limitada em foco e factualmente incorreta, pois ignora os assentamentos fenícios duradouros e substanciais da Sicília, Espanha e Norte da África, bem como as comunidades gregas contemporâneas que não conseguiram sobreviver. Os estabelecimentos fenícios não eram menos “permanentes” do que os gregos. Na verdade, discussões sobre um território em particular são frequentemente formuladas em termos das prioridades gregas ou fenícias. Os estudos acadêmicos tendem a dar pouca consideração à possibilidade de que um local possa ter sido compartilhado entre ambos os grupos, ou qualquer outro povo, apesar do fato de outros já estarem estabelecidos em territórios aos quais os gregos e fenícios chegaram.⁴

Estudos fenícios fizeram mais ou menos o mesmo. Sabatino Moscati, por exemplo, argumentou quase defensivamente em seu trabalho pioneiro sobre o tema que a falta de evidências materiais antes do século VIII (como foi o caso até bem recentemente) não seria razão para duvidar dos textos gregos e bíblicos e registros fenícios que atestam atividades fenícias muito antes disso (Moscati, 1966). A dificuldade surge pelo fato de que a cerâmica é o nosso meio primário de datar sítios e contextos durante esse período. O problema com as evidências dos assentamentos fenícios, contudo, é que a cerâmica fenícia mudou pouco em estilo ao longo do final do segundo e primeiro milênio e lhe falta a refinada precisão cronológica da cerâmica grega. Portanto, quando cerâmicas fenícias são encontradas, pode ser bastante difícil determinar sua data *exatamente*. Em contrapartida, em quase todos os lugares onde os gregos se estabeleceram, seus utensílios para beber vinho e outras bebidas – que estão muito bem datados – rapidamente tornaram-se integrados ao gosto e aos costumes locais e a montagem de suas cerâmicas influenciou a produção nativa da região. Além disso, muitos assentamentos adotaram formas arquitetônicas advindas dos gregos. Às vezes, o alfabeto grego era adaptado para expressar línguas locais (embora, originalmente, ele tenha derivado do alfabeto fenício) e, por fim, muitas comunidades pegaram o sistema grego de cunhagem emprestado. Embora os fenícios tenham sido tão prevalentes no Mediterrâneo, sua cultura material não foi amplamente adotada por outros. De fato, o uso de cerâmicas e de ideias arquitetônicas gregas também foram incorporados pelos fenícios em suas práticas e construções urbanas.

⁴ Cf. (Boardman, 1999: 213) no que se refere à Espanha.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73
DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

Inicialmente, essa prevalência de formas culturais gregas foi interpretada como um desejo por entendimento e sofisticação culturais das comunidades nativas (e os fenícios, até certo ponto, que eram grandemente desprezados porque faziam parte dos estudos do Oriente Próximo). Isto é muito bem explicado pela descrição de Boardman da interação grega com as populações não estrangeiras da Sicília e Itália, quando ele diz: “No Ocidente, os gregos não tinham nada a aprender, mas muito a ensinar. ” (Boardman, 1999: 190). Nesse modelo de “Helenização”, os gregos mantêm superioridade cultural, social, política e econômica. Eles permanecem imunes a qualquer influência daqueles que foram helenizados e que adotaram a cultura helênica indiscriminadamente e sem questioná-la. Há pouca consideração de ações ou reciprocidade. Portanto, a Helenização é um processo binário e unidirecional. Essa interpretação dominou a nossa visão por quase todo o século XX, do período entre-guerras, quando as colônias gregas eram consideradas gloriosas contrapartes, até as próprias colônias europeias.

Todavia, no início dos anos 1990, a arqueologia começou a ser influenciada pela desconstrução pós-moderna que começou no discurso intelectual ocidental mais abrangente durante os anos 1980, especialmente o surgimento do pós-colonialismo através do trabalho de Edward Said and Gayatri Spivak. Em especial, tais contra-narrativas, como as desconstruções das meta-narrativas do discurso colonial, inspiraram estudos arqueológicos para reconsiderar as suas interpretações das colonizações grega e romana ao explorar seu impacto da perspectiva dos colonizados (Cf. Hodos, 2014: 24-30). Exames detalhados da utilização e prática da cultura material dentre os povos nativos revelaram que a adoção indiscriminada de bens e práticas estrangeiras não estava ocorrendo. Por exemplo, observou-se em inúmeros lugares, tais como a Sicília, Norte da África e França, que as comunidades nativas eram muito seletivas em relação ao que elas escolhiam adquirir de seus vizinhos estrangeiros, principalmente, no que se refere a certas formas cerâmicas ou características arquitetônicas. Além disso, a taxa de aquisição podia ser décadas ou até mesmo séculos depois da chegada dos gregos em uma região (Cf. Dietler, 2010; Hodos, 2006). Uma interpretação da Helenização simples não se encaixava com tais evidências. Ao invés disso, esses exemplos se encaixam melhor em um modelo híbrido de interpretação. Quando conectada à prática cultural, a hibridização pode ser considerada como a mistura cultural que surge de práticas de origens mistas (Friedman in: Werbner e Modood, 1997: 70-89, 88; Burke, 2009: 34). As pessoas e os objetos materiais em tais situações criam novas práticas sociais e materiais. Frequentemente, essas práticas

irão combinar tanto as formas coloniais quanto as tradicionais, porém serão uma mistura exclusiva para o grupo em questão. Em resumo, a hibridização é um processo ativo relacionado a agentes sociais e suas negociações e interações, em situações de contato cultural. Ela também é um processo temporalmente específico e localmente contextualizado.

Interpretações da Idade do Ferro Mediterrânea inspiradas pelo pós-colonialismo que focam nas experiências dos colonizados têm algumas vezes sido acusadas de serem nada mais do que algo politicamente correto. Assim, na edição de 1999 de *The Greeks Overseas*, Boardman se pergunta se a recente ênfase nas experiências dos colonizados é meramente parte de um “empurrão [dos] padrões modernos desejados sobre a antiguidade e criação de pressupostos sobre os preconceitos de gerações atuais de acadêmicos.” (Boardman, 1999: 268). E ele não está sozinho (Cf. Domínguez, 2012: 205-218). Essas críticas refletem uma insatisfação com a mudança de ênfase porque, às vezes, o resultado parece retirar o colonizador da narrativa, especialmente, quando a adaptação ocorre a longo prazo. Na realidade, entretanto, os trabalhos pós-coloniais nunca negaram que as culturas coloniais tiveram um impacto profundo naqueles denominados colonizados. Ao contrário, o discurso pós-colonial tem explicitamente buscado enfatizar as ações dos colonizados e ressaltar que as mudanças que se seguiram nas populações locais eram muito mais sutis do que simplesmente a adoção indiscriminada dos estilos de vida coloniais. Contudo, há momentos nos quais a escala temporal de adaptação sugere que a origem explicitamente grega das formas ou práticas havia sido perdida no tempo, tal que o uso de tais estilos ou costumes pode não ter mais tido qualquer associação significativa com as tradições helênicas.

Até o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, reações ao quadro helênico de interpretação haviam tomado duas trajetórias distintas (Hodos, 2014: 27). A primeira tinha maior ênfase nas diversidades de “ser grego.” Isto viu a desconstrução da noção de que as colônias gregas eram réplicas de suas cidades-mãe, com os acadêmicos, por sua vez, enfatizando sua diversidade (Cf. Dougherty e Kurke, 2003; Lomas, 2004; Tsetshkladze, 2006). Isso também levou a desafios a um conceito unificado dos “gregos” como uma entidade cultural (Hall, 2002). Todavia, eu já argumentei em outros lugares que ainda há um número suficiente de características comuns, que ainda somos capazes de discutir uma noção coletiva dos gregos (Hodos, 2009). A segunda ênfase extraiu o papel das populações nativas na relação grego *vs.* não-grego. Estudos demonstraram que o uso de quaisquer características gregas, seja a

cerâmica, arquitetura, formas de sepultamento, escrita ou outras, foi gradual e seletivo de forma apropriada às circunstâncias locais (Cf. Dietler, 2010; Hodos, 2006).

O melhor exemplo fenício desta mudança de paradigma é visto nas interpretações do papel do *Tophet*, locais a céu aberto para rituais nos quais crianças eram sacrificadas e bebês sepultados como parte das práticas religiosas fenícias. *Tophets* foram encontrados predominantemente nas colônias ocidentais, embora exemplos do Oriente Próximo, além dos territórios fenícios, também tenham sido identificados (por exemplo, Tell Sukas). Apesar disso, mesmo assim, entende-se que o *tophet* reflete práticas pátrias. Moscati tinha certeza disso quando disse: “Não há evidências desses lugares sagrados na Fenícia, de fato, mas não há nenhuma dúvida que eles existiram, se acrescentarmos às evidências bíblicas as vastas provas fornecidas pelas escavações nas colônias ocidentais,” (Moscati, 1968: 77) aderindo à noção de uma colônia como a réplica da cidade-mãe no mundo fenício de modo geral. Atualmente, entretanto, abordagens mais sutis reconhecem uma variabilidade no que tange a função do *Tophet* e as variações são consideradas significativas para as circunstâncias locais, ao invés de reflexos de interpretações desinformadas de práticas amplamente compartilhadas (Aubert, 2001: 250-256; Quinn, 2018: 91-112). Essa palavra nunca aparece em documentos fenícios ou púnicos, portanto, nossa compreensão da função e importância do que denominamos *Tophets* em contextos fenícios/púnicos é totalmente ética. Tratava-se de um santuário como outros, no qual as pessoas podiam fazer transações com os deuses. Porém, havia variações tremendas nos métodos de sepultamento e comemoração em contextos *Tophet*. Análises recentes revelam que o prestígio social era enfatizado na colocação das estelas. A presença de um *Tophet* também é associada a outras características de urbanização, na medida em que ele pode ser considerado a primeira expressão do caráter urbano do assentamento, onde ele servia tanto as comunidades cívicas quanto as territoriais (Quinn in: Xella, 2013: 23-48). Em suma, o pensamento atual é que o *Tophet* é uma marca geral para diferentes realidades arqueológicas e conceituais por todo o mundo fenício, ao invés de um elemento claramente fenício-púnico. Como Jo Crawley Quinn recente e incisivamente comentou: “Se houve uma cultura diaspórica fenícia ou púnica ocidental corporativa, os santuários *Tophet* não faziam parte dela.” (Quinn in: Xella, 2013: 40).

Agora, de nossa história acadêmica, nos encontramos com vários conjuntos de evidências que criaram perspectivas polarizadoras: as

práticas compartilhadas que originalmente deram início a noções como Helenização, a variabilidade na prática do que era ser grego e fenício e o ressurgimento de práticas locais perante a propagação e impacto das culturas helênica e fenícia. Cada um, separadamente, tem seu mérito, como gerações de acadêmicos do passado e do presente já demonstraram. **A questão é uma de escala de perspectiva.** Por um lado, ainda há a esmagadora adoção, principalmente, da cultura material grega em uma grande área. Por outro lado, quando consideradas de uma perspectiva local, o uso de tais objetos é variável e localmente significativo. Logo, como pode uma interpretação ser rejeitada em favor de outra? Para reabilitar essas perspectivas aparentemente contrastantes em uma narrativa mais complacente, os acadêmicos estão recorrendo cada vez mais a teorias de globalização (Cf. Vlassopoulos, 2013; Sherratt in: Hodos, 2017: 602-617; Dommelen in: Hodos, 2017: 618-633; Müller, 2016).

Uma Idade do Ferro Mediterrânea globalizada?

Vamos retornar aos oito critérios da globalização de Jennings e verificar se podemos identificá-los na Idade do Ferro Mediterrânea, conectados por redes de colônias gregas e fenícias, que ligaram o norte e o sul e o leste e o oeste. Embora haja muitos exemplos que poderiam ser selecionados para ilustrar as oito características, aqui, eu apresento apenas uma breve seleção. A maioria delas foca na Sicília, onde gregos e fenícios coexistiram entre si, bem como com comunidades nativas. Assim, a ilha apresenta um dos melhores meios de examinar as conectividades complexas no antigo Mediterrâneo. No entanto, breves comparações com outras regiões também são fornecidas.

Primeiro, temos a *compressão no tempo e no espaço*. Para a Idade do Ferro Mediterrânea, eu argumentaria que realmente temos uma sensação de compressão no tempo e no espaço. O estabelecimento de assentamentos gregos e fenícios ao redor do Mediterrâneo possibilitou a comunicação regular e frequente por toda a bacia Mediterrânea. Tal comunicação, por necessidade, era uma mistura de navegação de cabotagem de longa distância e localizada.⁵ Foi por meio desses assentamentos que a cultura material grega e fenícia se propagou tão extensivamente ao redor do Mediterrâneo. O fato de a cultura material grega ter sido amplamente adotada é discutido abaixo. A questão é que

⁵ A ênfase de Horden, Purcell, *Corrupting Sea*. Para um estudo de caso, veja Justin Leidwanger, "Modeling distance with time in ancient Mediterranean seafaring: a GIS application for the interpretation of maritime activity," *Journal of Archaeological Science* 40.8 (2013): 3302-08.

os próprios assentamentos criavam pontos de interseção comercial, pois esses colonos adquiriam bens e objetos, culturalmente familiares, para uso próprio e para trocar com as comunidades vizinhas, que poderiam ter sido de culturas diversas. Além disso, o caráter permanente desses assentamentos introduziu uma cultura material não portátil, como estilos arquitetônicos e características culturais não materiais, tais como, práticas sociais e religiosas, a essas outras, cujos elementos também foram adotados posteriormente. Coletivamente, elas criaram um sentimento de “estar em apenas um lugar” por todo o Mediterrâneo.

Em contrapartida, durante a Idade do Bronze, interações regulares e frequentes, do tipo que cria um sentimento de “estar em apenas um lugar”, eram muito mais focadas ao redor do Egeu (Knappet, Evans e Rivers, 2008: 1009-1024; Knappet, Evans e Rivers, 2011: 1008-1023). Por natureza e de modo geral, elas eram de menor duração. Embora haja evidências de trocas a maiores distâncias, tais como, entre o mundo micênico e a Sicília (Leighton, 1999: 170-180; Wijngaarden, 2002), essas parecem ser irregulares e excepcionais. Assim, foi apenas durante a Idade do Ferro que podemos argumentar que houve um sentimento de compressão no tempo e no espaço por todo o Mediterrâneo (Sherratt in: Hodos, 2017: 602-617).

O segundo é a *desterritorialização*. Ao longo dos séculos IX e VIII, a quantidade e variedade de itens em circulação ao redor do Mediterrâneo em mais do que apenas contextos elitistas sugerem a evolução do comércio. Vinhos, óleos, metais e cerâmicas são os itens materiais mais óbvios, mas outros bens que não deixam pegadas arqueológicas tão evidentes incluem têxteis, alimentos e até mesmo escravos. No entanto, talvez seja principalmente com a cerâmica que percebamos isso.

Assentamentos gregos e fenícios ao redor do Mediterrâneo começaram a produzir seus próprios estilos de cerâmica, embora fossem derivados de repertórios culturais importados. Desta forma, na Sicília, vemos o surgimento da cerâmica Sikeliote (grega-siciliana), que pegou tradições emprestadas de Corinto, Ática e do leste grego (Hodos, 2006; Hodos, 2010: 81-106). Na França (Marselha), vemos o desenvolvimento de Utensílios Beges Coloniais e Monocromo Cinza, o primeiro se tornou o padrão das louças do assentamento (Dietler, 2010). Os fenícios da Sardenha, Sicília, Malta e Cartago compartilhavam uma produção regional *koine* que derivava sobretudo das formas do leste do Mediterrâneo (como, por exemplo, ânforas geométricas bicromadas, jarras em forma de “cogumelo”, enócoas trifólias, urnas e pratos) (Hodos in: Knapp e Dommelen, 2014; 214-229). Características dos utensílios

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

gregos coloniais foram incorporadas às produções nativas. Na Sicília, por exemplo, as comunidades sicilianas rapidamente adotaram o uso de enócoas trifólias. As enócoas sicilianas dos séculos VI e V continuaram a utilizar padrões geométricos derivados de importações do século VIII e do início do século VII, ao invés dos padrões contemporâneos que as próprias colônias gregas produziam e importavam (Hodos in: Attema, Nijboer e Zifferero, 2005: 103-108).

O terceiro é a *padronização*. Uma das características mais marcantes do primeiro milênio AEC foi a disseminação do alfabeto grego pelo Mediterrâneo. Derivado do alfabeto fenício no final do século IX AEC, exemplos antigos do alfabeto grego são frequentemente associados a um sentimento de propriedade, através de algumas letras isoladas, inscrições de posse e dedicatórias (Powell, 2012: 227-244). Os contextos fúnebres e dedicatórios de muitas dessas inscrições mais antigas sugerem ainda que a escrita servia propósitos sociais mais diversificados, além da comunicação linguística direta. Com isso em mente, a propagação da escrita para não gregos e não fenícios tem que ser considerada em uma esfera social.

Na Sicília, escritos gregos foram inicialmente adotados durante o século VI pelas populações locais para expressar os dialetos falados, normalmente seguindo a formação do assentamento grego mais próximo (Hodos, 2006: 147-153). Portanto, as comunidades ao redor do Etna adotaram a escrita da Catânia, enquanto aquelas nos Montes Ibleus e ao redor da Planície de Catânia utilizavam a versão em uso em Siracusa e Megara Iblea. A escrita de Gela servia como modelo para os assentamentos nativos no interior central siciliano, enquanto Selinunte fez mais ou menos o mesmo para as comunidades do oeste da Sicília. O fenício, usado pelos assentamentos fenícios na Sicília a partir do século VI, não foi adotado. As inscrições são frequentemente pouco mais do que breves expressões de propriedade ou cumprimentos, esculpidas em copos e taças. Isto sugere uma relação explícita entre o consumo de vinho e a escrita, talvez, com a inscrição aumentando o *status* do dono do utensílio. O grego passa a ser a língua das comunicações oficiais até o século IV. Em contrapartida, em Lattes na França, o etrusco foi utilizado pela primeira vez no século VI e o grego, apenas a partir da metade do século V. Nenhum dos dois foi adaptado mais amplamente para expressar os dialetos locais, até muitos séculos mais tarde. Entretanto, quando se tratava de grego, ele era favorecido (Dietler, 2010: 70-72).

Fica claro que, ao invés da simples e direta adoção do alfabeto grego e suas funções, o uso de letras foi modificado para se encaixar aos valores e

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

procedimentos locais. A longa evolução de sua adaptação também indica que uma simples emulação não era o objetivo. Do contrário, a natureza e extensão do uso do grego e/ou de seu alfabeto, além dos assentamentos coloniais gregos, parece depender mais das circunstâncias históricas locais, das especificidades do assentamento e de suas conexões e interações regionais. Não se trata do reflexo de um padrão geral ou da velocidade em que ocorria o desenvolvimento linguístico.

O quarto é a *desigualdade*. Para a Idade do Ferro, nenhuma cidade-estado surgiu como a todo-poderosa até os séculos VI e V, quando Cartago se consolidou como a base do poder fenício depois da destruição de Tiro pelos babilônios no início do século VI e Atenas emergiu como uma força política e econômica difícil de sobrepujar. Todavia, alguém poderia argumentar que as próprias redes de assentamentos gregos e fenícios criavam um meio coletivo de comunicação e interação em um campo mais abrangente. Elas não foram dominadas por uma única cidade até mais tarde, quando Cartago e Atenas emergiram como pontos focais dessas redes comerciais, amalgamando poder e consolidando recursos fiscais e controle.

Do século IX até os séculos VI e V, nem todas as regiões estavam igualmente conectadas a essas redes (não estou sugerindo que ficaram igualmente conectadas após esse período, mas isso está além do escopo deste trabalho). Algumas áreas tinham relacionamentos mais próximos do que outras em determinados períodos da Idade do Ferro. Um recente estudo comparativo da Baía de Cádis, Baía de Nápoles, Golfo de Oristano e do Golfo de Leão – todos os quais foram estabelecidos pelos gregos e/ou fenícios – revela diversas datas e velocidades de conexão entre o Mediterrâneo em geral e o interior acessado por meio desses portos e que até mesmo a proximidade de tais conexões enfraqueceu com o passar do tempo (Dommelen in: Hodos, 2017: 618-633). Uma abordagem local, de baixo para cima é necessária para vermos a desigualdade de e em uma visão globalizada do mundo.

O quinto é a *homogeneização*. O entendimento da cerâmica grega, em particular, nas zonas adjacentes aos locais onde os gregos fundaram seus assentamentos, logo depois que eles se estabeleceram nessas áreas (independentemente de discussões sobre as relações comerciais anteriores ao estabelecimento desses sítios) e a rápida imitação de algumas das formas e padrões pelos ceramistas nativos demonstram um grande apreço por tais produtos da parte de diversos grupos culturais. Se isso também era um indicativo do desejo de ser culturalmente parecido com os produtores desses objetos ou não, o uso de tais itens em contextos

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087



Figura 1. Cratera de Sabucina.

semelhantes, especialmente domésticos, ritualísticos e fúnebres, reflete elementos de práticas compartilhadas, sejam elas originalmente nativas ou adaptativas. Portanto, esta combinação do uso de objetos importados e/ou copiados em contextos similares apresenta um grau de homogeneização pelo mundo Mediterrâneo nesse período. Podemos argumentar que a distribuição e o volume são desiguais geográfica e temporalmente ao longo da Idade do Ferro, porém, há um alto nível de uniformidade que pode ser observada. Este uso aparentemente bastante difundido das formas culturais materiais gregas e em contextos de uso semelhantes são o que originalmente deram início às ideias de Helenização. A reconstrução adicional de vários assentamentos seguindo as formas usadas nos assentamentos gregos (e fenícios)

e a adaptação do alfabeto grego pelas populações locais reforçam,

mais ainda, um sentimento de homogeneização ao longo da Idade do Ferro (Cf. Hodos, 2006; Dietler, 2010).

O sexto é a *heterogeneidade cultural*. Isso é bem exemplificado pelas variações nas cerâmicas que misturam uma série de ideias. Um desses exemplos é uma cratera de Sabucina, um sítio nativo na parte central da Sicília (Figura 1) (Hodos, 2006: 136-140). A decoração nesse utensílio em particular é um par de animais selvagens, um de cada lado, em um friso. Isto é remanescente das procissões animais heráldicas da metade da era coríntia, mas faltam ao exemplo de Sabucina os ornamentos de preenchimento e os detalhes entalhados, típicos dos produtos gregos. A cor da argila imita a coríntia, embora a forma do corpo e do pé sejam

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

áticas em formato. Enquanto as importações para a colônia grega Gela, ali perto, e sua própria produção de cerâmica podem ter servido de inspiração, o artista local em Sabucina criou uma nova, claramente local justaposição de ideias.

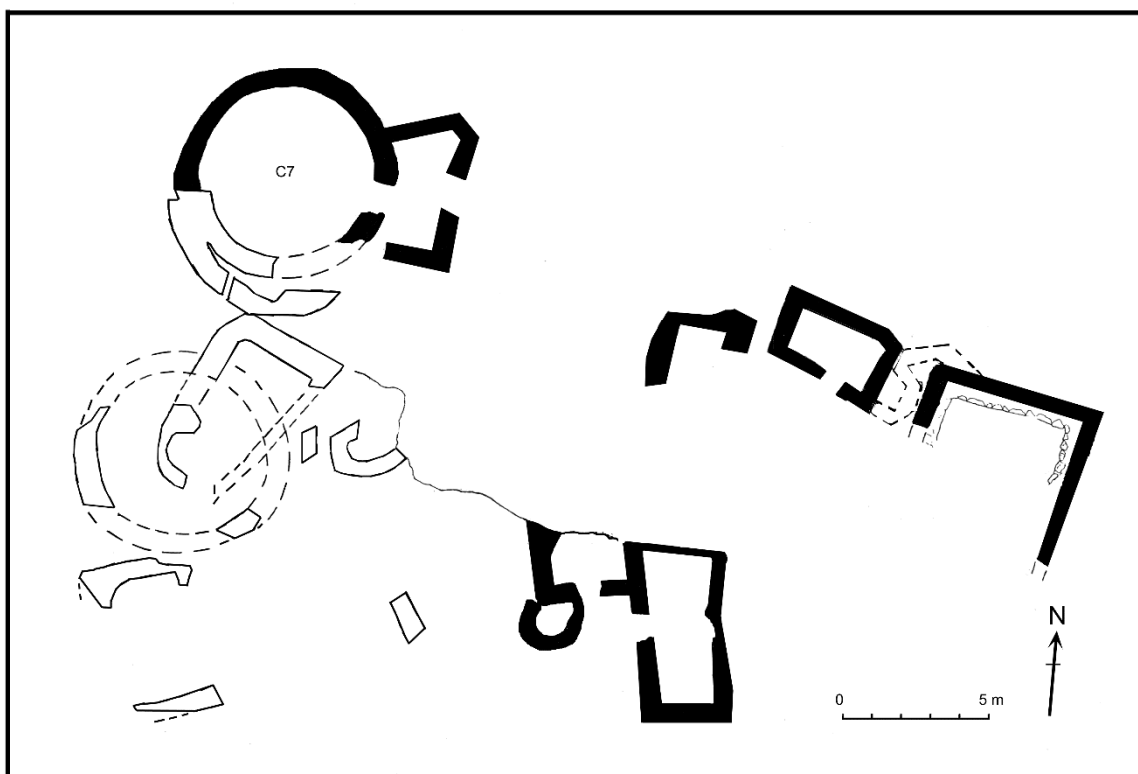


Figura 2. Planta baixa de Sabucina, incluindo a estrutura circular C7.

O sétimo é a *reinserção da cultura local*. Usando a Sicília como exemplo novamente, a forma arquitetônica doméstica tradicional era a casa circular (Procelli, 2003). Na Sicília, durante o século VI, uma série de sítios sicilianos adotaram planejamentos urbanos envolvendo blocos articulados ao longo de ruas grandes e estreitas, arquitetura retilínea e muros ao redor da cidade inteira – características associadas aos ambientes urbanos gregos e fenícios. Assim, é digno de nota que, durante o século VI, uma série de centros nativos, embora tivessem abraçado a arquitetura retilínea, mesmo assim também mantiveram grandes estruturas circulares que serviam como templo ou santuário – um propósito cultural bastante explícito. Um desses edifícios foi construído em Sabucina nesse período, por exemplo (Figura 2). O que é especialmente notável é que ele tinha um vestíbulo *in antis* rodeado por duas colunas para criar um pórtico. Esta é uma justaposição ímpar de desenvolvimentos arquitetônicos e tradicionais sicilianos que derivam de formas gregas: ela adere a formas circulares tradicionais e era reservada para edificações religiosas (de acordo com as práticas sicilianas atuais), no entanto, ela concomitantemente adota a noção de um pórtico de estruturas religiosas gregas (Hodos, 2010: 92-93).

Finalmente, o oitavo é a *vulnerabilidade*. A conectividade complexa leva à interdependência por causa das inúmeras e profundamente

incorporadas conexões entre vários grupos. O sistema globalizado criado pelas redes de assentamentos gregos e fenícios envolveu as populações locais em seus conflitos uns com os outros. Até o século VI, com a destruição de Tiro no Mediterrâneo oriental, Cartago desempenhou um papel político mais abertamente ativo na área central do Mediterrâneo, emergindo como o ponto focal para a civilização fenícia. Este é o início da era púnica da história fenícia. Isto começou na Sicília, quando Cartago assegurou o controle sobre as cidades fenícias no oeste da Sicília. Isso atraiu gregos e cartagineses para um conflito direto entre si, com as próprias populações nativas locais se envolvendo no conflito ao se aliarem a um ou ao outro, para elas próprias ganharem controle territorial.

Conclusões

Para concluir, pode-se argumentar que temos todas as marcas de uma globalização moderna no primeiro milênio AEC. Contudo, talvez seja melhor se referir a ela como uma era globalizante ao invés de globalizada. Fica claro pela trajetória a longo prazo que o passado nos dá que o desenvolvimento da globalização na Idade do Ferro Mediterrânea foi um processo irregular, tanto temporal quanto espacialmente. Foram necessários quase quatrocentos anos, do século IX ao século V, para essas conexões complexas se desenvolverem completamente. Esses processos começaram quando os gregos e fenícios criaram infraestruturas de rede físicas ligadas por uma cultura comum – suas colônias – e as usaram para expandir seus empreendimentos comerciais e exercer influência política. Por meio de suas redes mercantilistas, ideias sobre formas artísticas e arquitetônicas se propagaram e mecanismos para facilitar a comunicação foram adotados e adaptados. Isso criou um sentimento de compressão no tempo e no espaço através da sensação de “estar em apenas um lugar” da globalização, mas essas adaptações foram desiguais em sua adoção com o passar do tempo e nos diferentes lugares.

Como isso se compara a outros paradigmas Mediterrâneos recentes: mais especificamente, a conectividade promovida por Horden e Purcell (2000), a perspectiva movida a desenvolvimento econômico oferecida por Broodbank (2013) e a abordagem em rede de Malkin (2011) ?. Todos esses compartilham um interesse comum no que torna o Mediterrâneo um mundo conectado. Para Horden e Purcell, trata-se de uma combinação de interação microrregional, a facilidade de comunicação entre as duas microrregiões e em maiores distâncias e a instabilidade climática e ecológica na região em geral (o que encoraja o excesso de produção e a

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

redistribuição). Logo, eles veem uma interação dinâmica entre atividades humanas e recursos naturais como a narrativa que embasa a história Mediterrânea. A unidade nessa narrativa se encontra na desunião em cada um dos três aspectos: a fragmentação e multiplicidade das microrregiões, a instabilidade inerente do ambiente natural e a variabilidade da mobilidade.

Broodbank amplia esta perspectiva ao examinar as redes de pessoas, em constante mutação, ao redor da região Mediterrânea. Assim, o movimento de pessoas, grupos, objetos e ideias se torna o personagem principal, com resultantes concorrências e interdependências econômicas e políticas, que acompanhavam o entendimento cada vez mais compartilhado de riqueza e indicadores de status, estilos artísticos e até mesmo sincretismo religioso. Isto é especialmente o caso da sua discussão sobre a própria Idade do Ferro.

A ênfase de Malkin está nas redes que sustentam essa conectividade, principalmente, no mundo grego. Ele demonstra que os conceitos de Grécia e “os gregos” evoluíram das redes multiétnicas, culturais e direcionais do período e que foram o movimento e as distâncias entre os gregos que geraram suas similaridades e consolidaram suas identidades compartilhadas sobre uma ampla área geográfica.

Todas as três perspectivas cabem confortavelmente sob o guarda-chuva dos estudos sobre globalização. Um estudo cuidadoso dos três trabalhos e uma análise dos exemplos apresentados acima demonstram que a conectividade da Idade do Ferro ocorreu em contextos geográficos e ecológicos específicos. Uma abordagem de baixo para cima, através de estudos de caso, também ressalta o fato de que as conectividades não se desenvolveram linearmente nem na mesma velocidade, e elas não eram estáveis, embora seu alcance se estendesse muito além das zonas litorâneas mediterrâneas. Portanto, a globalização é melhor explorada de duas direções: a abordagem de baixo para cima de estudos de caso individuais e localizados e a análise de cima para baixo das práticas compartilhadas.⁶ O que liga as duas são as redes de conectividade por meio das quais bens e ideias se movem. As redes facilitam o desenvolvimento das práticas compartilhadas. As pessoas engajadas nessas redes responderão individualmente à sua participação, com algumas se engajando mais intensamente (em algumas áreas da conectividade), e outras menos, e cada uma irá responder às suas

⁶ Conforme explicitamente defendido por van Dommelen, “*Classical Connections*,” 628-29. (Dommelen in: Hodos, 2017: 618-633).

interações na rede globalizada de forma a atender as necessidades e demandas de seu próprio sistema sociocultural.

Centros dos assentamentos e suas periferias – o tema do presente volume – têm um papel a desempenhar em um sistema globalizado. As redes sustentam as conectividades de uma visão globalizada, pois a noção de rede nos dá ferramentas para analisar as conectividades ao longo do espaço, bem como as propriedades emergentes dessas conexões ao longo do tempo (Knappett in: Hodos, 2017: 29-41). Essas redes operam através de seus pontos de interseção, que são os próprios sítios, assim, dando às redes uma dimensão geográfica e física. Todavia, nenhum sistema de interação é igualmente balanceado. Sempre haverá centros mais fortes e mais fracos e ligações mais fortes e mais fracas que unem locais diferentes. É aqui que a noção de assentamentos e periferias entra em um quadro de globalização. Esses também terão uma variedade de conectividades, cada uma irá diminuir e fluir ao longo do tempo.

Por esses motivos, eu argumento que uma perspectiva de globalização nos permite reabilitar os vários conjuntos de dados utilizados como base para a promoção de várias perspectivas, historicamente e atuais. Isso inclui o uso bastante disseminado de cerâmicas e formas arquitetônicas gregas, que, originalmente, deram início ao modelo de Hellenização, e a variabilidade dentro de tal utilização, que subsequentemente fomentou interpretações de hibridização. Agora, fica claro que havia variação das práticas entre as próprias colônias gregas e entre as próprias colônias fenícias, que evidenciam padrões semelhantes. Um quadro de globalização de interpretação nos permite examinar o equilíbrio entre as características compartilhadas, que nos permitem discutir “os gregos” e “os fenícios”, enquanto, ao mesmo tempo, reconhecendo as diferenças nas práticas de ser grego ou fenício. Podemos também reconhecer a tensão encontrada nas práticas compartilhadas entre os grupos culturais diferentes e as articulações de suas identidades sociais que contrastam com as semelhanças nascidas de um engajamento mais abrangente. Isso é parte da essência da globalização. Uma perspectiva globalizada também permite que os fenícios e gregos sejam reabilitados juntos na narrativa *arqueológica* do Mediterrâneo. As atividades dos fenícios, e suas interações com os gregos e outros povos no Mediterrâneo, são um aspecto tão essencial para compreender a relação grego-não-grego quanto os gregos são para o desenvolvimento cultural fenício no Mediterrâneo. Seu estudo não deveria ser separado por disciplina.

Em suma, as características comuns amplamente compartilhadas que se desenvolveram ao longo do Mediterrâneo durante a Idade do Ferro não

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

refletem a Helenização ou a Fenicianização, mas as amplamente entendidas Mediterraneanizações (Morris, 2003: 30-55) moderadas por identidades localizadas fortemente coordenadas. Por esta razão, uma abordagem de globalização cria um entendimento muito mais profundo das complexidades sociais que evoluíram durante a Idade do Ferro pelo Mediterrâneo do que fomos capazes de apreciar anteriormente.

Referências bibliográficas

"Globalization Thinking and the Past," em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar (Londres: Routledge, 2017), 54-65.

AUBET, Marie Eugenia. *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), 250-56;

BELOCH, Karl Julius. *Griechische Geschichte*, volume 1.1 (Strassburg: K.J Trübner, 1913²), 229-32.

BOARDMAN, John. *The Greeks Overseas* (Londres: Thames e Hudson, 1999), 38, 190, 268.

BROODBANK, Cyprian. *The Making of the Middle Sea* (Londres: Thames e Hudson, 2013).

BURKE, Peter. *Cultural Hybridity* (Cambridge: Polity Press, 2009), 34.

CALDWELL, Melissa. "Domesticating the French Fry: McDonald's and consumerism in Moscow," *Journal of Consumer Culture* 4.1: (2004) 5-26.

DIETLER, Michael. *Archaeologies of Colonialism. Consumption, entanglement and violence in ancient Mediterranean France* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2010);

DOMÍNGUEZ, Adolfo. "Local Responses to Colonisation: Some Additional Perspectives," *Ancient West and East* 11 (2012): 205-18.

DOMMELEN, Peter van. "Classical Connections and Mediterranean Practices," em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar. (Londres: Routledge, 2017), 618-33.

DOUGHERTY e KURKE. *The Cultures Within Greek Culture* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003);

FEATHERSTONE, Mike. *Undoing Culture: Globalization, Postmodernism and Identity* (Londres: Sage, 1995), 114.

FRIEDMAN, Jonathan. "Global Crises, the Struggle for Cultural Identity and Intellectual Pork Barrelling: Cosmopolitans versus Locals, Ethnics and Nationals in an Era of Dehegemonisation" in: *Debating Cultural Hybridity: multi-cultural identities and the politics of anti-racism*, eds. WERBNER, Pnina. MODOOD, Tariq (Londres: Zed Books, 1997), 70-89, 88;

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity* (Cambridge: Polity Press, 1990);

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity* (Stanford: Stanford University Press, 1990);

HALL, Jonathan. *Hellenicity* (Chicago: Chicago University Press, 2002).

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity* (Oxford: Blackwell, 1989).

HODOS, Tamar, "Stage Settings for a Connected Scene: Globalization and Material Culture Studies in the Early First Millennium BCE Mediterranean". *Archaeological Dialogues* 21.1 (2014): 24-30, 27.

HODOS, Tamar. "Changing Communities in Iron Age Sicily," em *Communities and Settlements from the Neolithic to the Early Medieval Period: proceedings of the 6th Conference in Italian Archaeology, Groningen, April 15-17, 2003*, eds. ATTEMA, Peter. NIJBOER, Albert. ZIFFERERO, Andrea. (Oxford: British Archaeological Reports, 2005), 103-08.

HODOS, Tamar. "Colonial Engagements in the Global Mediterranean Iron Age," *Cambridge Archaeological Journal* 19.2 (2009): 221-41.

HODOS, Tamar. "Colonisation and Cultural Developments in the Central Mediterranean," em *Cambridge Handbook of the Mediterranean World in the Bronze-Iron Ages*, eds. KNAPP, Bernard. DOMMELEN, Peter van. (Cambridge: Cambridge University Press 2014), 214-29.

HODOS, Tamar. "Global, Local and In Between: Connectivity and the Mediterranean," no *Globalisation and the Roman World*, eds. PITTS, Martin. VERSLUYS, Miguel John (Cambridge: Cambridge University Press, 2014), 240-53.

HODOS, Tamar. "Globalization and Colonization: A View from Iron Age Sicily," *Journal of Mediterranean Archaeology* 23.1 (2010): 81-106. 136-40. 147-53, 92-93.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

HODOS, Tamar. "Globalization: Some Basics," em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. Tamar Hodos (Londres: Routledge, 2017), 3-11, 4, 5.

HODOS, Tamar. ed. *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization* (Londres: Routledge, 2017).

HODOS, Tamar. *Local Responses to Colonisation in the Iron Age Mediterranean* (Londres: Routledge, 2006).

HORDEN, Peregrine. PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea* (Oxford: Blackwell, 2000).

JENNINGS, Justin. "Distinguishing Past Globalizations," em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar (Londres: Routledge, 2017), 12-28, 14-16.

JENNINGS, Justin. *Globalizations and the Ancient World* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), 123-41;

KNAPPETT, Carl, "Globalization, connectivities and networks: an archaeological perspective," em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar. (Londres: Routledge, 2017), 29-41.

KNAPPETT, Carl. EVANS, Tim. RIVERS, Ray. "Modelling Maritime Interaction in the Aegean Bronze Age," *Antiquity* 82 (2008): 1009-24;

KNAPPETT, Carl. EVANS, Tim. RIVERS, Ray. "The Theran Eruption and Minoan Palatial Collapse: New Interpretations Gained from Modelling the Maritime Network," *Antiquity* 85 (2011): 1008-23.

LEIGHTON, Robert. *Sicily Before History* (Londres: Duckworth, 1999) 170-80;

LOMAS, Katheryn. ed. *Greek Identity in the Western Mediterranean* (Leiden: Brill, 2004);

MALKIN, Irad. *A Small Greek World. Networks in the ancient Mediterranean* (Oxford: Oxford University Press, 2011).

MOORE, Karl. LEWIS, David. *The Origins of Globalization* (Nova Iorque e Londres: Routledge, 2009).

MORLEY, Neville. "Globalisation and the Roman Empire," in *Globalisation and the Roman World*, eds. Martin PITTS e Miguel John VERSLUYS (Cambridge: Cambridge University Press, 2014), 49-68.

MORRIS, Ian. "Mediterraneanization," *Mediterranean Historical Review* 18.2 (2003): 30-55.

MOSCATI, Sabatino. *Il Mondo dei Fenici* (Milan: Il Saggiatore, 1966).

MOSCATI, Sabatino. *The World of the Phoenicians* (Londres: Cardinal, 1968), 77.

MÜLLER, Christel. "Globalization, Transnationalism, and the Local in Ancient Greece," *Oxford Handbooks*, 2016, Online em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935390.001.0001/oxfordhb-9780199935390-e-42>.

PIETERSE, Jan Nederveen. "Rethinking Modernity and Capitalism: Add Context and Stir," *Sociopedia Colloquium* 1 (2014), 1-11.

PIETERSE, Jan Nederveen. *Globalization and Culture* (Malden: Rowman e Littlefield, 2015), 7-25, 67, 68.

POWELL, Barry. *Writing: Theory and History of the Technology of Civilization* (Chichester: Wiley-Blackwell, 2012), 227-44.

PROCELLI, Rosa Maria Albanese. *Sicani, Siculi, Elimi* (Milan: Longanesi, 2003).

QUINN, Jo Crawley, *In Search of the Phoenicians* (Princeton: Princeton University Press, 2018), 91-112.

QUINN, Jo Crawley. "Tophets in the Punic World," em *The 'Tophet' in the Phoenician Mediterranean: Studi Epigrafici e Linguistici* 29-30 (2012-13), ed. XELLA, Paolo. (Verona: Essedue, 2013), 23-48, 40.

ROBERTSON, Robbie. *Three Waves of Globalisation: A history of a development global consciousness* (Londres: Zed Books, 2003);

ROBERTSON, Roland. *Globalization, Social Theory and Global Culture* (Londres: Sage, 1992);

SHERRATT, Sue. "A Globalizing Bronze and Iron Age Mediterranean," in: *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar. (Londres: Routledge, 2017), 602-17;

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 45-73

DOI: 10.34024/herodoto.%Y.v%v.10087

STEIGLITZ, Joseph. *Making Globalization Work* (Londres: Penguin, 2006), 3-24, 5.

TOMLINSON, John. *Globalization and Culture* (Chicago: Chicago University Press, 1992), 2.

TSETSHKLADZE, Gocha. ed., *Greek Colonization: An account of Greek colonies and other settlements overseas* (Leiden: Brill, 2006).

TSETSKHLADZE, Gocha. "Introduction: Revising Ancient Greek Colonisation," no *Greek Colonisation: An Account of Greek Colonies and Other Overseas Settlements*, ed. TSETSKHLADZE, Gocha (Leiden: Brill, 2006), xxiii-lxxxiii, xlix (23-83, 49)

VLASSOPOULOS, Kostas. *Greeks and Barbarians* (Cambridge: Cambridge University Press, 2013);

WALDBAUM, Jane. "The Coming of Iron in the Eastern Mediterranean," no *The Archaeometallurgy of the Asian Old World*, ed. PIGGOT, Vincent C. (Filadélfia: Museu da Universidade da Pensilvânia, 1999), 27-57;

WALDBAUM, Jane. *From Bronze to Iron: The Transition from the Bronze Age to the Iron Age in the Eastern Mediterranean* (Göteborg: Paul Aström, 1978);

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolitics and Geoculture* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991);

WARD, Kevin. ENGLAND, Kim. "Introduction: Reading Neoliberalization," in *Neoliberalization: States, Networks, Peoples*, eds. WARD, Kevin. ENGLAND, Kim. (Oxford: Blackwell, 2007), 1-22;

WIJNGAARDEN, Gert Jan van. *Use and Appreciation of Mycenaean Pottery in the Levant, Cyprus and Italy (1600-1200 BC)* (Amsterdã: Amsterdam University Press, 2002).

YALÇIN, Ünsal. "Early Iron Metallurgy in Anatolia," *Anatolian Studies* 49 (1999): 177-87.

LA GLOBALIZACIÓN DE LA EDAD DEL HIERRO EN EL MEDITERRÁNEO¹

Tamar Hodos²

Resumen

La Edad del Hierro en el Mediterráneo (c. 1200-600 AEC) es uno de los períodos más dinámicos. Aunque no fue la primera era en la que sus habitantes intercambiaron mercancías, ideas, valores, costumbres, prácticas y tecnologías, la escala fue sin precedentes. El período se caracteriza, sobre todo, por el asentamiento griego y fenicio alrededor de todo el mar, lo que facilitó una amplia y frecuente comunicación. El impacto a largo plazo fue la creación del primer período conectado a escala global del Mediterráneo. Sin embargo, los académicos no nos han presentado, hasta ahora, una era globalizada. Este capítulo comienza con la definición de globalización y evalúa ocho tendencias fundamentales que se producen en la globalización contemporánea. Describe luego la Edad del Hierro del Mediterráneo y nuestros antecedentes académicos en la interpretación de los movimientos coloniales griegos y fenicios, desde la concepción colonial hasta la poscolonial. Por último, analiza cómo las teorías de la globalización contemporánea pueden transformar nuestro entendimiento de esta era culturalmente compleja y socialmente pujante.

Palabras clave

Edad del Hierro en el Mediterráneo; Globalización; Colonización; Hibridación; Colonialismo; Poscolonialismo.

¹ Traducción - Anabelle Silvana Luzardo Medeiros y Rosa Maria Severino Ueno.

² Assistant Professor - University of Bristol, Bristol, UK. E-mail: t.hodos@bristol.ac.uk

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 74-102

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10088>

Resumo

A Idade do Ferro Mediterrânea (c. 1200-600 AEC) foi um dos seus períodos mais dinâmicos. Embora não tenha sido a primeira era na qual seus habitantes trocaram bens, ideias, valores, costumes, práticas e tecnologias, a escala foi sem precedentes. Em grande parte, o período é caracterizado por assentamentos gregos e fenícios ao redor de todo o mar, facilitando uma comunicação frequente e ampla. O impacto a longo prazo foi a criação do primeiro período globalmente conectado do Mediterrâneo. Entretanto, uma era globalizada nem sempre foi a narrativa apresentada pelos estudiosos. O presente capítulo começa definindo globalização e avaliando oito tendências fundamentais que ocorrem na globalização contemporânea. Depois, ele esboça a Idade do Ferro Mediterrânea e a nossa história acadêmica na interpretação dos movimentos coloniais gregos e fenícios, de perspectivas colonialistas até pós-coloniais. Finalmente, ele explora como as teorias de globalização contemporâneas podem transformar a nossa compreensão desta época culturalmente complexa e socialmente vibrante.

Palavras-Chave

Idade do Ferro Mediterrânea; globalização; colonização; hibridização; colonialismo; pós-colonialismo.

Cómo definir la globalización

La globalización es uno de los procesos más importantes de integración económica, social y cultural en el mundo actual e incluye el comercio, el capital y las inversiones, la migración laboral y la difusión de conocimientos. Muchos dirían que se concreta mediante el libre comercio y el capitalismo (Cf. Steiglitz, 2006: 3-24; Ward, England, 2007: 1-22; Pieterse, 2014: 1-11). Pero la globalización es más que apenas una forma de describir el neoliberalismo contemporáneo. De hecho, no hay consenso en cuanto a la definición de globalización, aunque muchos caracterizan que la creciente conectividad es su rasgo más ampliamente aceptado (Cf. Giddens, 1990; Robertson, 1992; Moore, Lewis, 2009). Esta conectividad es particularmente de un tipo que abarca un vasto flujo de ideas y conocimientos, junto con el intercambio de costumbres culturales y prácticas de la sociedad civil. Estos flujos y conexiones pueden manifestarse a través de una integración económica más estrecha, mediante el aumento de la circulación de bienes y servicios, capital y mano de obra, o pueden estar determinados por la política. (Steiglitz, 2006: 05)

Sin embargo, muchas características del debate relativo a la globalización, tales como si esta se basa en los cambios tecnológicos, si implica la reconfiguración de estados, etc., se dan la mano con la regionalización o incluyen un sentido de la compresión tiempo-espacio (Cf. Pieterse, 2015: 7-25). La globalización suele describirse en un marco disciplinario particular, de manera que escuchamos acerca de diferentes tipos de globalización, entre ellos la globalización financiera, comercial, económica o política. La mayoría de las personas, en todo caso, está de acuerdo en que la globalización es desigual y asimétrica en el ritmo, el alcance y el impacto que ejerce. Los estudiosos entienden estos acontecimientos ya sea como un proceso (entre ellos Robbie Robertson y Jan Nederveen Pieterse), como un sistema (por ejemplo, Jonathan Friedman, Immanuel Wallerstein) o bien como un discurso (como Manfred Steger).³

El sociólogo cultural Tomlinson define la globalización simplemente como conectividades complejas (Tomlinson, 1992: 02). El sociólogo Roland Robertson, por otro lado, define la globalización como el proceso mediante el cual el mundo es visto, cada vez más, como un solo lugar y las formas por las cuales nos hacemos conscientes de ese proceso (Robertson, 1992: 08), aunque, como el sociólogo Mike Featherstone ha señalado, esto no debería interpretarse en el sentido de que existe una cultura mundial

³ Nederveen Pieterse, *Globalization and Culture*, Cuadros 1.6 y 1.7, 19-20, con referencias en 183-210.

unificada (Featherstone, 1995: 114). Por esta razón, los estudios globales y el estudio de la sociología Jan Nederveen Pieterse definen la globalización como "un proceso de hibridación que da lugar a una mezcla global" (Pieterse, 2015: 67), y argumenta que la globalización puede ser entendida como una síntesis abierta de una serie de enfoques disciplinarios a esos acontecimientos, en el que hay tantos modos de globalización como agentes, dinámicas e impulsos (Pieterse, 2015: 68).

En otro lugar he definido la globalización como "procesos de conectividades crecientes que se despliegan y se manifiestan como conciencia social de esas conectividades" (Hodos, 2017: 03-11, 04). He argumentado que debido a que la globalización tiene que ver con los procesos en sí, es un concepto activo más que descriptivo. También he observado que la idea sugiere una escala mundial y que ese es el motivo de que algunos insistan en que se trata de un fenómeno que solo comienza con la aparición de la circunnavegación global (Cf. Giddens, 1990; Wallerstein, 1991; Robertson, 2003; Hodos, 2017: 54-65). Se utiliza con mayor frecuencia, sin embargo, para reflejar cambios más amplios en el interior de un mundo conceptual o experimentado. La mayoría de las veces, implica una creciente integración y cooperación derivada de las siempre cambiantes prácticas comunes que facilitan dicha integración y cooperación (Hodos, 2017: 04). Con esto no se quiere sugerir que la conectividad y el conocimiento de estas conexiones, por sí solas, representen un período o lugar globalizado. Las contribuciones al reciente *Routledge Handbook of Archaeology and Globalization* demuestran que la naturaleza de las complejas conexiones sociales y la manera en que la conciencia de las mismas se manifiesta son las que determinan si una época en el pasado puede considerarse globalizada o no (Hodos, 2017).

Un corolario importante de la creciente sensación de similitud, accesibilidad y comunalidad que asociamos con la globalización es la conciencia, e incluso el aumento, de las diferencias y las desigualdades más pronunciadas con aquellos no tan estrechamente integrados en el ámbito experiencial, o con quienes no participan en absoluto. Esto indica que los procesos de globalización presentan dos aspectos fundamentales: 1. El desarrollo de prácticas compartidas y valores que contribuyen al sentimiento de pertenencia al mismo lugar; 2. Mayor conciencia y sensibilidad a las diferencias, especialmente a las culturales. Ambos aspectos derivan de una variedad de crecientes conectividades, aunque normalmente es el primero el que recibe más atención. No obstante, el aumento de la conciencia de la diferencia cultural es una función de la globalización, no solo una característica de la misma. Esto se manifiesta

generalmente como un resurgimiento de las prácticas de identidad local en contraste explícito con las prácticas cada vez más compartidas de lo globalmente conectado. Estas expresiones locales de la identidad suelen vincularse también con niveles muy divergentes de riqueza, salud y poder político. Como resultado, estos acontecimientos generalmente aumentan el contraste entre las partes involucradas en el sistema global y el grado de inversión social en el mantenimiento de la diferencia cultural. La globalización, por lo tanto, mantiene un equilibrio entre las prácticas compartidas y vinculantes y las diversidades que distinguen a los participantes. Ellas no solo están en tensión una con la otra, sino también son interdependientes y juntas crean la paradoja de la globalización (Hodos, 2017: 05). La globalización no puede ser conceptualizada ni examinada adecuadamente sin tener en cuenta ambos aspectos. Sin embargo, muchas discusiones académicas y populares acerca de la globalización reconocen solo el primero e ignoran el segundo.

Cómo identificar la globalización

El arqueólogo Justin Jennings identifica ocho tendencias que se producen en la globalización contemporánea, (Cf. Jennings, 2011: 123-141; Jennings in: Hodos, 2017: 12-28, 14-16), las cuales se superponen y son estimuladas por conectividades complejas para crear una cultura global. Sostiene que todas deben estar presentes en cualquier período para que este pueda ser considerado una era de globalización.

(1) la *compresión tiempo-espacio*. Identificada por el geógrafo David Harvey (1989), es la experiencia de que nuestro mundo se reduzca mediante la aceleración de los procesos de larga distancia, económicos, políticos y sociales, de tal forma que los cambios en un lugar se puedan ramificar en una amplia región. Internet es un ejemplo que contribuye a nuestro moderno sentido de la compresión tiempo-espacio, las repercusiones de la crisis económica del 2008 en todo el mundo occidental son otro. En el pasado, la introducción de un nuevo animal gregario o la adopción de un sistema de grabación produjeron efectos similares.

(2) la *desterritorialización*. Es la sensación de que un lugar tiene una conexión menos estrecha con su contexto local y geográficamente establecido. Se produce tanto a través de la extensión de las redes sociales como de la incorporación de personas, bienes, ideas y prácticas extranjeras en un entorno local. Actualmente, uno de los efectos de la desterritorialización es el cosmopolitismo de nuestras denominadas

ciudades internacionales en todo el mundo, para las cuales los vínculos con una única ubicación fija disminuyen debido a la multitud de interacciones de larga distancia que conectan esos lugares con otras ciudades y regiones en el resto del mundo. De esta manera, París, como centro cosmopolita de la moda, la cultura, el arte y la gastronomía, tiene poco que ver con su ubicación geográfica, y en ese sentido se conecta mucho menos con sus alrededores que con otros centros cosmopolitas de la moda, la cultura, el arte y la gastronomía, como Nueva York, Londres o Tokio. En el pasado, la cantidad y la variedad de los estilos importados de productos materiales en ciertas épocas fomentó la misma impresión.

(3) la *normalización/estandarización/uniformización*. Esto se desarrolla a medida que las personas navegan, lo que significa superar las divisiones geográficas y socioculturales. Los estándares de medición universales, como la hora del Meridiano de Greenwich o el sistema métrico, son ejemplos que usamos hoy en día. En el pasado, los lenguajes administrativos ayudaron a promover la normalización en vastos territorios constituidos por diversos grupos culturales.

(4) la *desigualdad* La globalización no es un proceso ecuánime en términos de inclusión. Esto se debe a que las redes de interacción interregional no son geográficamente ubicuas. Como resultado, pueden haber considerables diferencias de poder entre las regiones que participan. Así, China, por ejemplo, domina actualmente muchas relaciones de intercambio mientras que otros países siguen estando relativamente aislados, a pesar de su participación en los intercambios mundiales, como Haití. Bollywood goza de una influencia global, pero la industria cinematográfica iraní no. Con respecto al pasado, esto se ve en cómo una ciudad podía disfrutar de mucha mayor influencia que otros lugares de su época y en la dispersión en la propagación de horizontes estilísticos.

(5) la *homogeneización*. Este es quizá el distintivo más ampliamente discutido de los procesos de globalización y ante el cual las personas y los medios de comunicación más reaccionan. Se produce un grado de homogeneización cultural cuando los pueblos comienzan a compartir un conjunto similar de prácticas y productos para gestionar una creciente circulación de ideas, objetos y personas. No obstante, no se trata tanto de una única forma de vida. Por el contrario, se refiere a cómo podemos entrar en contacto con ideas y bienes ampliamente compartidos y cómo nos apropiamos de ellos en nuestros contextos locales. Una visita a McDonalds en Europa o Asia, por ejemplo, puede ser al comienzo una aventura novedosa y exótica, pero con el tiempo se incorpora tanto a las prácticas locales que pasa a ser autóctona y deja de ser vista como un emblema

extranjero (Caldwell, 2004: 05-26). La conformación de actitudes entre las prácticas y los valores sociales, como con respecto a la belleza o la violencia, son otros ejemplos contemporáneos. En el pasado, esto se establece mediante prácticas convergentes entre diversos grupos, tales como el uso de objetos y estilos similares.

(6) la *heterogeneidad cultural*. Esto ocurre porque, junto con el incremento de la homogenización, la variación cultural a menudo aumenta al mismo tiempo, especialmente a medida que las prácticas se reinterpretan a nivel local. La mezcla de influencias externas con las prácticas locales varía de un lugar a otro. Así, el yoga se reinterpreta en los estudios estadounidenses y las hamburguesas en Japón no son exactamente lo que uno podría reconocer como tal en el mundo occidental. En el pasado, esto se ejemplifica mejor mediante las variabilidades de cerámica visual que combinan una serie de ideas.

(7) *reincorporación de la cultura local*. Puede comprenderse como el resurgimiento, o incluso la invención, de las prácticas y formas locales en reacción explícita a la homogenización promovida por la creciente globalización. La Académie francesa mantiene la pureza de la lengua francesa en nuestros días, por ejemplo. En el pasado, se encontraba en la reiteración de las tradiciones locales, tales como los tipos de funerales, la organización de los asentamientos y otras prácticas.

(8) la *vulnerabilidad*. Las cuantiosas conexiones profundamente arraigadas entre los diversos grupos que crean una circunstancia de compleja conectividad, también conducen a la interdependencia y, por consiguiente, al riesgo. La conciencia de los riesgos de la globalización se agudiza cuando se produce un evento que resuena a través de la red. Los desafíos enfrentados debido a la desvinculación de Gran Bretaña de la Unión Europea, que continuarán mucho después de que Gran Bretaña haya salido, ponen de relieve la vulnerabilidad de las complejas conexiones actuales que han sido creadas por la red globalizada que es la Unión Europea. En el pasado, cuando los grandes centros como Roma fracasaron, el sistema de intercambio globalizado que había creado alrededor de sí misma se dividió en redes menores que operaban a una escala más restringida.

Jennings afirma que todos estos elementos deben estar presentes para identificar la globalización. Pero, ¿qué los define como presentes? Casi todas estas ocho características son, de hecho, fáciles de encontrar en el pasado en formas comparables con nuestras experiencias actuales, aunque algún aspecto resulte más difícil que otro, precisamente debido a la forma

de percepción que tenemos hoy. Esta es la idea de la compresión tiempo-espacio. Los recientes avances tecnológicos han hecho que el mundo de hoy esté conectado de manera más fácil y rápida. Nuestra capacidad de comunicarnos en todo el mundo hace que el tiempo y el espacio se perciban como comprimidos en una experiencia inmediata y ampliamente compartida, de manera tal que el mundo se percibe hoy por hoy más pequeño que hace una generación. Puesto que existe poca evidencia de un aumento tan drástico en las comunicaciones en el pasado, algunos sostienen que la globalización, por lo tanto, solo puede ser un fenómeno muy moderno y cuestionan su aplicación al pasado pasado (Cf. Morley in: Pitts e Versluys, 2014: 49-68). Otros, que se centran en su escala geográfica, sugieren que no puede ser anterior al siglo XVI y a la circunnavegación del mundo (Cf. Giddens, 1990; Wallerstein, 1991; Robertson, 2003; Hodos, 2017: 54-65), anunciando la llegada de la era de los descubrimientos europeos, aunque esto favorece los conceptos occidentales en nuestros entendimientos de la globalización.

La compresión tiempo-espacio en sí puede ser impugnada por la fenomenología, el estudio de las estructuras de la experiencia y de nuestra conciencia de la experiencia, dado que el mundo no está físicamente reduciéndose ni contrayéndose como resultado de la globalización. La impresión se deriva de la comunicación más rápida entre los grupos, que ha creado la sensación de que el mundo es más pequeño, ya que comunicarse es menos demorado que antes. En otras palabras, la experiencia cultural de la globalización para la mayoría de los pueblos no se deriva de su propia movilidad directa.

Dado que no estamos experimentando de hecho la compresión de tiempo y espacio, ¿qué es lo que estamos experimentando? Uno podría argumentar que se trata de un sentimiento de pertenencia al mismo lugar (Hodos in: Pitts e Versluys, 2014: 240-253). Podemos comunicarnos con alguien del otro lado del mundo en un instante, como si estuviéramos en el mismo sitio. Anteriormente, la llegada del teléfono hizo posible hablar directamente con alguien que estaba lejos. Las redes de larga distancia de rutas, caminos y senderos servían al mismo propósito en el pasado más distante. Hicieron que los lugares lejanos se sintieran conectados, al igual que las rápidas comunicaciones lo posibilitan hoy por hoy. Pero hay otras formas de transmitir esta conexión, este sentimiento de pertenencia al mismo lugar. En la antigüedad, la mayoría de la gente no viajaba muy lejos, o no podía viajar en absoluto. En cambio, las redes de prácticas compartidas transmitieron esta noción de pertenencia al mismo lugar. En el mundo romano, por ejemplo, la velocidad de los viajes y de las

comunicaciones no aumentaba significativamente por todo el Imperio Romano cuando una región se incorporaba a él, a pesar de la construcción de redes viales (Cf. Morley in: Pitts e Versluys, 2014: 49-68). Pero hubo un aumento de la frecuencia de las comunicaciones, lo que condujo a una mayor información sobre las regiones, rutas y precios, así como a más circulación regular de los productos y servicios compartidos. Esto dio lugar a la generalización de mercancías y prácticas, lo que creó un sentimiento de pertenencia al mismo lugar. Era a través de las redes de prácticas y bienes en común que las personas vivían el sentido de compresión del tiempo y del espacio en una experiencia compartida y vital.

La Edad del Hierro en el Mediterráneo

A pesar de su apodo, la era de la Edad del Hierro en el Mediterráneo no está estrictamente correlacionada con el desarrollo de la metalúrgica, dado que el hierro ya era conocido en los milenios quinto y cuarto AEC en Irán (Sialk), Irak (Samarra) y Egipto (Gerzense) y, en el tercer milenio en Mesopotamia y Anatolia (Tilmen Höyük; Alaca Höyük)) (Waldbaum, 1978; Waldbaum in: Piggot, 1999: 27-57; Yalçın, 1999: 177-187). No obstante, el término "Edad del Hierro" se considera mejor como un medio de marcar cambios con tradiciones y prácticas asociadas con sus antecedentes temporales. Lo que siguió fueron los cambios en las prácticas sociales, que se manifiestan en los restos materiales a través, principalmente, de nuevas formas y estilos de cerámica, las formas arquitectónicas y las prácticas funerarias. Tales cambios no ocurrieron en una sola instancia, sino que se desarrollaron a lo largo del tiempo, y la tasa de cambio dentro de cualquier categoría material no era uniforme de un sitio a otro o de una región a otra. El concepto de la Edad del Hierro es, por lo tanto, un concepto relacional.

En el Mediterráneo, esta ruptura se produce a fines del siglo XII AEC, que se considera el final de la Edad del Bronce. Esto trajo como consecuencia la muerte definitiva del sistema palacio micénico en el Egeo, la desintegración del imperio hitita en Anatolia y Mesopotamia, la invasión de Egipto y la costa del Mediterráneo oriental por los llamados Pueblos del Mar y el final de la era del Nuevo Reino de Egipto. El contacto generalizado entre estas comunidades disminuyó drásticamente, especialmente en comparación con la cantidad de bienes, ideas y personas circulantes, que precedió y sucedió a los primeros siglos del primer milenio AEC. Colectivamente, esto forma parte de lo que crea una sensación general de cambio y lo que marca el inicio de la Edad del Hierro en el Mediterráneo.

Lo que más caracteriza a la Edad del Hierro en el Mediterráneo es la circulación de personas, que se destacan por la cantidad y por su naturaleza. Por el siglo IX AEC, si no antes, individuos y pequeños grupos comenzaron a desplazarse alrededor del Mediterráneo. Algunos de ellos eran vendedores ambulantes y artesanos, pero también se aprecia la circulación de grandes grupos de personas que residían en las costas extranjeras. Los dos movimientos con mayor impacto son los fenicios y los griegos.

A pesar de que tanto los griegos como los fenicios fundaron colonias de ultramar por todo el Mediterráneo y a veces en el mismo territorio geográfico (p. ej. Sicilia), el estudio de su expansión ha estado dividido entre disciplinas (Hodos, 2009: 221-241). Los estudiosos del Cercano Oriente tradicionalmente se centraron en el proceso de colonización fenicia, mientras que los estudiosos clásicos examinaron la circulación griega. Esta división disciplinaria puede remontarse al estudio europeo occidental del siglo XIX y a la respectiva primacía de antiguas fuentes literarias clásicas y bíblicas, atribuidas por la investigación arqueológica en esa era. A menudo esto se expresa a través de una competencia por la primacía en la innovación colonial. Las preguntas sobre las fechas de fundación de las primeras colonias, enmarcadas como si una supremacía de innovación dependiera de ello, son síntomas de esta rivalidad. La mayor parte de las fuentes literarias antiguas nos dicen que la expansión fenicia en el Mediterráneo se inició en el siglo XII AEC, mientras que la colonización griega comenzó recién en el siglo VIII (Cf. Hodos, 2009: 221-241; Pieterse, 2015: 7-25). Durante mucho más de un siglo, sin embargo, la academia griega argumentó que la expansión fenicia no podía haber comenzado antes del siglo VIII (Beloch, 1913: 229-232), alegando que no podían identificarse pruebas materiales que apoyaran esas primeras fundaciones en lugares donde los fenicios supuestamente colonizaron. Por ejemplo, John Boardman ha sostenido que

Solo después de que los griegos se establecieron en la costa siria Grecia comenzó a recibir y a apreciar los productos orientales; y no hay evidencias claras de la existencia de colonias comerciales fenicias de ultramar antes que las griegas. Por todo ello, pueden haber sido los portadores de lo poco que sí viajó al mundo griego desde oriente antes del siglo VIII. La naturaleza de este comercio no requiere el establecimiento de puestos comerciales regulares ni colonias hasta que el ejemplo de Grecia y la competencia los condujo a empresas similares. (Boardman, 1999: 38).

Más recientemente, Gocha Tsetskhladze observó que:

En el siglo VIII A.C., los griegos se desplazaban hacia territorios relativamente cercanos del centro y del sur de Italia, mientras que los fenicios establecieron

pequeños asentamientos en Cerdeña y hacia el oeste y el sur. Los asentamientos griegos se concibieron para permanecer, los de los fenicios desaparecieron con el tiempo, probablemente absorbidos por los lugareños (Tsatskheladze in: Tsatskheladze, 2006: 23-83, 49).

Esta declaración presenta un enfoque limitado y objetivamente incorrecto, dado que ignora los importantes y permanentes asentamientos fenicios de Sicilia, España y África del Norte, así como las comunidades griegas contemporáneas que no sobrevivieron. Las fundaciones fenicias no eran menos "permanentes" que las griegas. De hecho, la discusión de un determinado territorio suele basarse en términos de prioridad griega o fenicia. Los académicos tienden a prestar escasa atención a la posibilidad de que un mismo entorno pueda haber sido compartido por ambos grupos, o cualquier otro pueblo, a pesar del hecho de que los demás ya estaban establecidos en los territorios a los que llegaron los griegos y los fenicios.⁴

La academia fenicia ha hecho lo mismo en gran medida. Por ejemplo, Sabatino Moscati argumentó casi a la defensiva, en su trabajo seminal sobre el tema, que la falta de pruebas materiales anteriores al siglo VIII (como era el caso hasta hace muy poco) no era motivo para dudar de los textos griegos y bíblicos y tampoco de los registros fenicios que demuestran la actividad fenicia mucho antes (Moscati, 1966). La dificultad surge del hecho de que la cerámica es nuestro principal medio de datar sitios arqueológicos y contextos durante este período. El problema con las pruebas de asentamientos fenicios, sin embargo, es que la cerámica fenicia sufre muy pocos cambios de estilo sobre el final del segundo y primer milenio y carece de la fina precisión cronológica de la cerámica griega. Así que cuando se encuentra material cerámico fenicio, puede ser muy difícil determinar *exactamente* su fecha. Por el contrario, casi en todos los lugares donde los griegos se asentaron, sus utensilios para beber vino y otros artefactos, con datación muy cercana, rápidamente se integraron a los gustos y a las costumbres locales y sus ensambles de cerámica influyeron en la producción autóctona regional. Además, muchos asentamientos adoptaron las formas arquitectónicas derivadas de los griegos. Aunque originalmente derivado del fenicio, el alfabeto griego se adaptó a veces para expresar las lenguas locales y muchas comunidades en algún momento tomaron prestado el sistema griego de acuñación. En tanto que los fenicios eran tan frecuentes en el Mediterráneo, su cultura material no fue ampliamente adoptada por otros. De hecho, el uso de cerámica griega y las ideas arquitectónicas fueron incorporados por los fenicios a sus prácticas y construcciones urbanas.

⁴ Cf. (Boardman, 1999: 213) en lo que respecta a España.

Inicialmente, esta prevalencia de formas culturales griegas se interpretó como un deseo de ilustración cultural y sofisticación de las comunidades autóctonas (y de los fenicios, hasta cierto punto, que fueron en gran parte ignorados porque formaban parte de los estudios del Cercano Oriente). Quien mejor lo resumió fue Boardman en la descripción que realizó sobre la interacción con las poblaciones no extranjeras de Sicilia e Italia, cuando afirma que: "En el occidente, los griegos no tenían nada que aprender, sino mucho que enseñar." (Boardman, 1999: 190). En este modelo de "helenización", los griegos mantienen su hegemonía cultural, social, política y económica. Permanecen inmunes ante cualquier influencia por parte de aquellos que fueron helenizados y que adoptaron la cultura helénica en forma generalizada e incondicionalmente. Se tienen muy poco en cuenta la intermediación o la reciprocidad. La helenización es, pues, un proceso binario y unidireccional. Esta interpretación dominó nuestros puntos de vista durante gran parte del siglo XX, desde el período de entreguerras, cuando las colonias griegas eran consideradas gloriosas contrapartes a las posesiones coloniales de Europa.

A comienzos de los años noventa, sin embargo, la arqueología comenzó a verse influenciada por la deconstrucción posmoderna que se inició en el amplio discurso intelectual de occidente durante la década de 1980, especialmente la aparición del poscolonialismo, resultante del trabajo de Edward Said y Gayatri Spivak. En particular, dichos argumentos en contra, como las deconstrucciones de las metanarrativas del discurso colonial, inspiraron a los estudiosos de la arqueología a reconsiderar sus interpretaciones de las colonizaciones griega y romana explorando su impacto desde el punto de vista de los colonizados (Cf. Hodos, 2014: 24-30). Exámenes detallados del uso y la práctica de la cultura material entre los pueblos autóctonos reveló que la adopción generalizada de los bienes y las prácticas extranjeras no se estaba produciendo. Por ejemplo, se observó en diferentes territorios, como Sicilia, África del Norte y Francia, que las comunidades autóctonas eran muy selectivas en lo que elegían adquirir de sus vecinos extranjeros, en particular con respecto a determinadas formas de cerámica o características arquitectónicas. Además, el índice de absorción podría producirse decenios o incluso siglos después de la llegada de los griegos a una región (Cf. Dietler, 2010; Hodos, 2006). Una interpretación de simple helenización no correspondía a tal evidencia. Por el contrario, estos ejemplos se ajustan mejor a un modelo de interpretación de hibridación. Cuando se conecta con la práctica cultural, la hibridación puede ser considerada como la mezcla cultural que surge de las prácticas de orígenes mixtos (Friedman in: Werbner e Modood, 1997: 70-89, 88; Burke, 2009: 34). Las personas y los objetos materiales en tales

situaciones crean nuevas prácticas sociales y materiales. Estas prácticas suelen combinar tanto las formas coloniales como las tradicionales, aunque serán una mezcla única para el grupo en cuestión. En resumen, la hibridación es un proceso activo relacionado con los agentes sociales y sus negociaciones e interacciones en situaciones de contacto cultural. Es también un proceso localmente contextualizado y específico en el tiempo.

Las interpretaciones inspiradas en el poscolonialismo de la Edad del Hierro en el Mediterráneo que se centran en las experiencias de los pueblos colonizados han llegado a ser acusadas de no pasar de ejemplos de corrección política. Así, en la edición de 1999 de *The Greeks Overseas*, Boardman se pregunta si el reciente énfasis en las experiencias de los colonizados es simplemente parte de un "empuje [de] las normas modernas deseadas hacia la antigüedad y de hacer suposiciones acerca de los prejuicios de las últimas generaciones de estudiosos" (Boardman, 1999: 268). No es el único. (Cf. Domínguez, 2012: 205-218). Estas críticas reflejan una insatisfacción con el cambio de énfasis porque el resultado parece a veces borrar al colonizador de la narrativa, especialmente cuando la adaptación se lleva a cabo en el largo plazo. No obstante, en realidad los trabajos poscoloniales nunca negaron que las culturas coloniales ejercieron un impacto profundo en los denominados pueblos colonizados. Más bien, el discurso poscolonial ha querido enfatizar explícitamente los actos de la intermediación por parte de los colonizados y destacar que los cambios que se produjeron en las poblaciones locales presentaban matices mucho más profundos que la simple adopción generalizada de las formas de vida colonial. Sin embargo, hay casos donde la escala temporal de adaptación sugiere que el origen explícitamente griego de las formas o prácticas quedó perdido en el tiempo, de tal forma que la utilización de esos estilos o costumbres ya no puede guardar ninguna asociación significativa con las tradiciones helénicas.

A finales de las décadas de 1990 y 2000, las reacciones al marco de interpretación helénica habían tomado dos trayectorias claramente definidas (Hodos, 2014: 27). La primera fue el énfasis en las diversidades de "ser griego". Esta veía la deconstrucción de la noción de que las colonias griegas eran réplicas de sus ciudades madre, y los académicos hacían hincapié en sus diversidades Cf. Dougherty e Kurke, 2003; Lomas, 2004; Tsetshkladze, 2006). También condujo a desafíos relacionados con un concepto unificado de "los griegos" como entidad cultural (Hall, 2002). He argumentado, sin embargo, que hay una cantidad suficiente de características comunes que aún nos permiten discutir una noción colectiva de los griegos (Hodos, 2009). El segundo énfasis planteó el papel

de las poblaciones autóctonas en la relación griegos - no griegos. Estudios han demostrado que el uso de cualesquiera características griegas, ya sea la cerámica, la arquitectura, las diferentes formas de funerales, la escritura u otras, fue gradual y selectivo, de una manera apropiada a las circunstancias locales (Cf. Dietler, 2010; Hodos, 2006).

El mejor ejemplo fenicio de este cambio de paradigma se ve en las interpretaciones del papel del *tofet*, recintos ceremoniales al aire libre donde se realizaba el sacrificio y entierro de niños como parte de las prácticas religiosas de los fenicios. Se han encontrado *tofets* principalmente en las colonias occidentales, aunque también se identificaron ejemplos del Cercano Oriente más allá de los territorios fenicios (p. ej. Tell Sukas). A pesar de ello, se ha asumido de todas maneras que el *tofet* refleja las prácticas de suelo natal. Moscati estaba convencido de ello al observar que "no hay pruebas de que estos lugares sagrados en Fenicia hayan existido, pero no hay dudas acerca de su existencia, si sumamos a la evidencia bíblica las sobradas pruebas proporcionadas por las excavaciones en las colonias occidentales," (Moscati, 1968: 77) adhiriéndose a la noción de colonia como réplica de la ciudad madre en el amplio mundo fenicio. Hoy por hoy, sin embargo, enfoques mucho más flexibles reconocen la variabilidad con respecto a la función del *tofet*, y las variabilidades se consideran como importantes para las circunstancias locales, en vez del reflejo de interpretaciones equivocadas de prácticas ampliamente compartidas (Aubert, 2001: 250-256; Quinn, 2018: 91-112). Esta palabra nunca aparece en la documentación fenicia o púnica, así que nuestra comprensión de la función y del significado de lo que llamamos *tofets* en en los contextos fenicios/púnicos es completamente ética. Era un santuario como otros tantos, donde el pueblo podía realizar transacciones con los dioses. Pero existía una tremenda variabilidad en los métodos funerarios y conmemorativos en los contextos del *tofet*. Los últimos análisis revelan que el prestigio social se destaca en la colocación de *stelai*. La presencia del propio *tofet* también se asocia con otras características de la urbanización en la medida en que puede considerarse como la primera expresión del carácter urbano del asentamiento, donde contribuyó tanto a lo cívico como a las comunidades territoriales (Quinn in: Xella, 2013: 23-48). En suma, el pensamiento actual es que el *tofet* es una etiqueta genérica que engloba diferentes realidades arqueológicas y conceptuales en todo el mundo fenicio, en lugar de un elemento puramente distintivo de lo fenicio-púnico. Jo Crawley Quinn realizó recientemente esta precisa observación: "si hubo una cultura institucional diáspora fenicia o púnica, los santuarios *tofet* no formaban parte de ella" (Quinn in: Xella, 2013: 40).

Desde nuestros antecedentes académicos, nos encontramos con varios juegos de pruebas que han creado perspectivas de polarización: las prácticas compartidas que dieron origen a conceptos como la helenización en primer lugar, la variabilidad de la práctica de griegos y fenicios y el resurgimiento de las prácticas locales frente a la propagación y el impacto de las culturas helénica y fenicia. Cada una tiene mérito en sí misma, como lo han demostrado las generaciones de estudiosos del pasado y del presente. La cuestión tiene que ver con una escala de perspectivas. Por un lado, sigue habiendo una adopción abrumadora de la cultura material griega, en particular, en una amplia zona. Por otro lado, si lo consideramos desde una perspectiva local, el uso de tales objetos es variable y significativo a nivel local. Por lo tanto, ¿cómo puede rechazarse una interpretación en favor de otra? Para recuperar estas perspectivas aparentemente opuestas en una narrativa complaciente, los estudiosos recurren cada vez más a las teorías de la globalización (Cf. Vlassopoulos, 2013; Sherratt in: Hodos, 2017: 602-617; Dommelen in: Hodos, 2017: 618-633; Müller, 2016).

¿Una Edad del Hierro Mediterránea globalizada?

Volvamos a los ocho criterios de Jennings sobre la globalización y veamos si podemos identificarlos en la Edad del Hierro en el Mediterráneo, conectados por redes de colonias griegas y fenicias que enlazaron el norte y el sur, el este y el oeste. Aunque podríamos elegir muchos ejemplos que ilustran las ocho características, presento aquí solo una breve selección. La mayoría se centra en Sicilia, donde los griegos y fenicios coexistieron, también junto a las comunidades autóctonas. La isla presenta así uno de los mejores medios de examinar conectividades complejas en el antiguo Mediterráneo. No obstante, también se ofrecen breves comparaciones con otras regiones.

En primer lugar, tenemos la *compresión tiempo-espacio*. Para la Edad del Hierro en el Mediterráneo, diría que tenemos un sentido de compresión tiempo-espacio. El establecimiento de asentamientos griegos y fenicios alrededor del Mediterráneo permitió la comunicación regular y frecuente en toda la cuenca mediterránea. Dicha comunicación, por necesidad, fue una mezcla de comunicaciones de larga distancia y localizadas, cabotaje, travesías por mar.⁵ Fue a través de estos asentamientos que la cultura

⁵ La énfasis de Horden, Purcell, *Corrupting Sea*. Para observar un estudio de caso, véase Justin Leidwanger, "Modeling distance with time in ancient Mediterranean seafaring: a GIS application for the interpretation of maritime activity," *Journal of Archaeological Science* 40.8 (2013): 3302-08.

material griega y fenicia se propagó tan extensamente por todo el Mediterráneo. A continuación se abordará el hecho de que la cultura material griega fue ampliamente adoptada. El punto es que los propios asentamientos crearon nodos en el mercado, dado que esos colonos adquirirían mercancías y objetos culturalmente familiares para uso propio y para el intercambio con las comunidades vecinas, que pueden haber pertenecido a diversas culturas. La naturaleza permanente de estos asentamientos introdujo, además, una cultura material no móvil, como los estilos arquitectónicos y las características culturales no materiales, entre ellas las prácticas sociales y religiosas, a estos otros, cuyos elementos también se adoptaron posteriormente. Colectivamente, estos elementos crearon un sentimiento de pertenencia a lo largo del Mediterráneo.

En contraste, durante la Edad del Bronce, las interacciones regulares y frecuentes del tipo que crea un sentimiento de pertenencia al mismo lugar se centraron mucho más en torno al mar Egeo (Knappet, Evans e Rivers, 2008: 1009-1024; Knappet, Evans e Rivers, 2011: 1008-1023). Por su naturaleza, eran generalmente de menor duración. Si bien hay pruebas de intercambio a una distancia más larga, como entre el mundo micénico y Sicilia (Leighton, 1999: 170-180; Wijngaarden, 2002), estas parecen ser irregulares y excepcionales. Por lo tanto, es recién durante la Edad del Hierro que podemos hablar de un sentimiento de compresión tiempo-espacio a lo largo y a lo ancho del Mediterráneo (Sherratt in: Hodos, 2017: 602-617).

La segunda es la *desterritorialización*. En el transcurso de los siglos IX y VIII, la cantidad y variedad de artículos en circulación en todo el Mediterráneo –mucho más que en contextos puramente de élite– sugiere la evolución del comercio. Vinos, aceites, metales y cerámicas son los bienes materiales más notorios, pero entre las mercancías que no dejan una huella arqueológica tan evidente podemos citar los tejidos, los productos alimenticios e incluso los esclavos. Sin embargo, quizá sea con la cerámica donde esto se pone más de manifiesto.

Los asentamientos fenicios y griegos en el Mediterráneo comenzaron a producir sus propios estilos de alfarería, aunque derivados de los repertorios culturales importados. Así, por ejemplo, en Sicilia, vemos surgir la cerámica *sikelote* (griego-siciliana), que se deriva de las tradiciones corintias, áticas y griego orientales (Hodos, 2006; Hodos, 2010: 81-106). En Francia (Massalia), vemos el desarrollo del Cream Ware Colonial (cerámica vidriada en color cremoso) y del Gris Monocromo, el primero de los cuales se convirtió en el estándar de vajilla del asentamiento (Dietler, 2010). Los fenicios de Cerdeña, Sicilia, Malta y Cartago

compartían un *koine* de producción regional que se derivaba principalmente del Mediterráneo oriental (por ejemplo, ánforas geométricas bicromáticas, jarras en forma de hongo, jarra con pico en forma de trébol, urnas, tipos de platos) (Hodos in: Knapp e Dommelen, 2014: 214-229). Las características de las cerámicas griegas coloniales fueron incorporadas a las producciones autóctonas. En Sicilia, por ejemplo, comunidades sicilianas rápidamente adoptaron el uso del trébol oinócoe. El trébol siciliano oinócoe de los siglos VI y V continuaron utilizando motivos geométricos derivados de las importaciones de los siglos VIII y comienzos del VII, en lugar de motivos contemporáneos que las propias colonias griegas producían e importaban (Hodos in: Attema, Nijboer e Zifferero, 2005: 103-108).

La tercera es la **normalización**. Una de las características más notables del primer milenio AEC es la difusión del alfabeto griego en todo el Mediterráneo. Derivado del alfabeto fenicio de finales del siglo IX AEC, los primeros ejemplos de supervivencia del alfabeto griego se asocian a menudo con un sentido de propiedad, mediante letras individuales, inscripciones de dedicatorias y grafitis de posesión (Powell, 2012: 227-244). Los contextos fúnebres y dedicatorios de muchas de estas primeras inscripciones sugieren además que la escritura sirvió a los más diversos fines sociales más allá de la comunicación lingüística directa. Con esto en mente, la propagación de la escritura para los no griegos y no fenicios debe considerarse dentro de un ámbito social.

En Sicilia, la escritura griega es adoptada por primera vez durante el siglo VI por las poblaciones locales para expresar los dialectos hablados, normalmente siguiendo la forma de la colonia griega más cercana (Hodos, 2006: 147-153). Así, las comunidades alrededor de Etna adoptaron la escritura de Catania, al tiempo que los de los Montes Ibleos y alrededor de la llanura de Catania utilizaron la versión en uso en Siracusa y Mégara Hiblea. La escritura de Gela sirvió como modelo a los asentamientos autóctonos en las afueras del centro de Sicilia, mientras que la de Selinute hizo algo muy similar con respecto a las comunidades de Sicilia occidental. La fenicia, utilizada por las colonias fenicias en Sicilia desde el siglo VI, no fue adoptada. Las inscripciones son a menudo poco más que breves expresiones de propiedad o saludo, grabadas en vasos. Esto sugiere una relación explícita entre el consumo de vino y la escritura, siendo que la inscripción tiende a mejorar el estatus del propietario del vaso. El griego se convierte en la lengua de comunicación oficial por el siglo IV. En contraste, en Lattes, Francia, el etrusco se utilizó por primera vez en el siglo VI y el griego solo a partir de la mitad del siglo V. Ninguno de los dos se adaptó

más ampliamente para expresar los dialectos locales hasta varios siglos después, cuando el griego cayó en gracia (Dietler, 2010: 70-72).

Es evidente que, más que una rotunda adopción del alfabeto griego y sus funciones, el uso de las letras se modificó para adaptarse a los valores y procedimientos locales. La larga evolución de su adaptación sugiere también que la emulación simple no era el objetivo. En cambio, la naturaleza y el alcance de la utilización del griego y/o del alfabeto griego más allá de los asentamientos coloniales griegos parecen depender, sobretodo, de las circunstancias históricas locales, las particularidades del asentamiento y sus conexiones e interacciones regionales. No refleja un patrón general ni la tasa de desarrollo lingüístico.

El cuarto es la *desigualdad*. En la Edad del Hierro, ninguna ciudad estado surgió como todopoderosa hasta los siglos VI y V, cuando Cartago se consolida como la base del poder fenicio tras la destrucción de Tiro por los babilonios, a comienzos del siglo VI. Atenas emergió como una fuerza política y económica a tener en cuenta. Sin embargo, uno podría argumentar que las mismas redes de asentamientos fenicios y griegos crearon un medio de comunicación colectivo y la interacción a través de un ámbito más amplio. No fueron dominados por una sola ciudad hasta más tarde, cuando Cartago y Atenas se convirtieron en puntos focales para estas redes comerciales, amalgamando el poder y consolidando los recursos fiscales y de control.

Desde el siglo IX hasta los siglos VI y V, no todas las regiones se relacionaban en forma pareja con estas redes (no significa que estuvieran conectadas por igual después de ese período, pero eso excede el alcance del presente trabajo). Algunas áreas tuvieron vínculos más estrechos que otras en determinados momentos de la Edad del Hierro. Un reciente estudio comparativo de la Bahía de Cádiz, la Bahía de Nápoles, el Golfo de Oristano y el Golfo de León –todos los cuales fueron colonizados por griegos y/o fenicios– revela diversas fechas e índices de conexión entre la región mediterránea más amplia y las regiones del interior a las cuales se accede a través de esos puertos, y que incluso la proximidad de tales conexiones osciló a lo largo del tiempo (Dommelen in: Hodos, 2017: 618-633). Se necesita un enfoque local y ascendente para percibir la desigualdad de la visión del mundo globalizado.

El quinto es la *homogeneización*. La adopción de la cerámica griega, en particular, en las zonas adyacentes a aquellas en las que los griegos fundaron sus asentamientos, y poco después de que los griegos se establecieron en esas áreas (independientemente de las discusiones acerca

de las relaciones comerciales anteriores a la creación de estos sitios), así como la rápida imitación de algunas de las formas y motivos por parte de aborígenes alfareros, demuestra un gusto amplio de dichos productos por parte de diversos grupos culturales. Si lo anteriormente expresado también era indicativo de un deseo de ser culturalmente como los productores de estos objetos, la utilización de tales elementos en contextos similares, especialmente domésticos, rituales y funerarios, refleja elementos de prácticas compartidas, ya sean de origen autóctono o adaptativo. Esta combinación del uso de objetos importados y/o imitativos en contextos similares, por lo tanto, presenta un grado de homogeneización en todo el mundo mediterráneo en este momento. Discutiblemente, durante la Edad del Hierro, la distribución y el volumen son desiguales, tanto geográfica como temporalmente, pero puede observarse un amplio grado de similitud. Este uso aparentemente generalizado de las formas de la cultura material griega y en contextos de uso similares es lo que dio lugar a las



ideas de helenización en un principio. La reconstrucción agregada de una serie de asentamientos junto con las formas usadas en los asentamientos griegos (y fenicios) y la adaptación del alfabeto griego por parte de las poblaciones locales refuerza un sentido amplio de la homogeneización en el transcurso de la Edad del Hierro (Cf. Hodos, 2006; Dietler, 2010).



Figura 1. Cratera de Sabucina.

La sexta es la *heterogeneidad cultural*. Esto se ejemplifica mejor mediante las variabilidades de cerámica que traducen una serie de ideas. Un ejemplo es un *krater* de Sabucina, un sitio autóctono en el centro de Sicilia (figura 1) (Hodos, 2006: 136-140). La decoración de este vaso en particular representa un par de animales salvajes a ambos lados en un friso. Esta es una reminiscencia de las procesiones

de animales heráldicos del período Corintio Medio, pero el ejemplo de Sabucina carece de los ornamentos de llenado y de los detalles incisivos típicos de los productos griegos. El color de la arcilla imita al del Corintio, aunque la forma del cuerpo y pies son, por su forma, del Período Ático. Si bien las importaciones de la cercana colonia griega de Gela y la propia producción de cerámica de Gela pueden haber servido como inspiración, el artista local de Sabucina creó una nueva yuxtaposición, genuinamente local, de ideas.

El séptimo es la *reincorporación de la cultura local*. Con Sicilia como ejemplo una vez más, la forma arquitectónica doméstica tradicional fue la casa circular (Procelli, 2003). En Sicilia, en el siglo VI, una gran cantidad de emplazamientos sicilianos adoptaron planos urbanos con bloques articulados a lo largo de calles grandes y estrechas, arquitectura rectilínea y murallas que rodeaban la ciudad –características asociadas con el entorno urbano griego y fenicio–. Es notable, por lo tanto, que durante el siglo VI, un gran número de centros autóctonos, a pesar de haber adoptado la arquitectura rectilínea, también mantuvieron grandes estructuras circulares que servían de templo o santuario –una finalidad cultural muy explícita–. Se erigió determinada edificación en Sabucina en ese momento, por ejemplo (figura 2). Lo que es particularmente notable es que había un pórtico in antis, flanqueado por dos columnas para crear un pronaos. Esta es una singular yuxtaposición de tradición siciliana y la

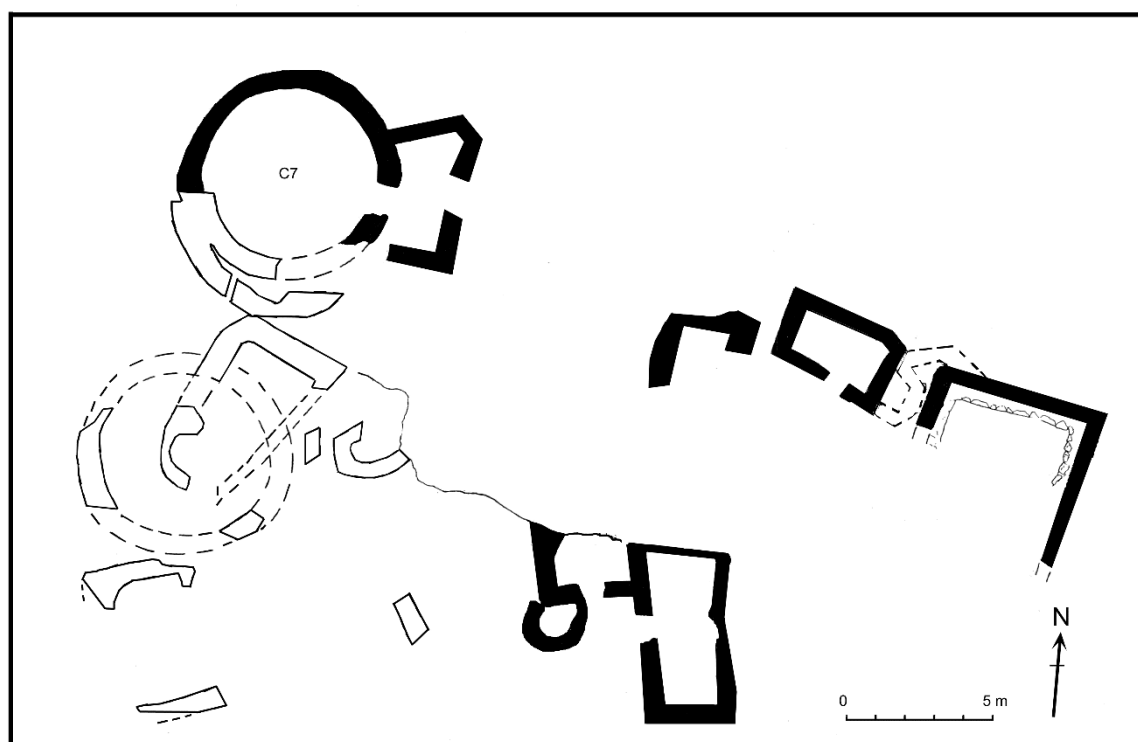


Figura 2. Planta baixa de Sabucina, incluindo a estrutura circular C7.

evolución arquitectónica que deriva de formas griegas: se adhiere a las tradicionales formas circulares y se reservaba para los edificios religiosos (en consonancia con la actual práctica de Sicilia), pero al mismo tiempo adopta la noción de un pronaos de las estructuras religiosas griegas (Hodos, 2010: 92-93).

Finalmente, la octava es la *vulnerabilidad*. La conectividad compleja conduce a la interdependencia debido a las numerosas conexiones, profundamente arraigadas en los diversos grupos. El sistema globalizado creado por las redes de asentamientos griegos y fenicios capturó a las poblaciones locales en sus conflictos mutuos. Por el siglo VI, con la destrucción de Tiro en el Mediterráneo oriental, Cartago tuvo un papel político más abiertamente activo en el Mediterráneo central, surgiendo como el punto focal de la civilización fenicia. Este es el nacimiento de la era púnica de la historia fenicia. Todo comenzó en Sicilia, cuando Cartago obtuvo control sobre las ciudades fenicias de Sicilia occidental. Esto hizo que griegos y cartagineses entraran en conflicto directo unos con los otros. Las poblaciones autóctonas locales quedaron atrapadas en el conflicto, dado que se aliaron con uno u otro bando para obtener el control territorial.

Conclusiones

En conclusión, podemos afirmar que tenemos todas las características de la globalización moderna en el primer milenio AEC. Pero quizá sea mejor referirnos a una era en vías de globalización, en vez de una era globalizada. Queda claro, a partir de la trayectoria de largo plazo que el pasado nos muestra, que el desarrollo de la globalización en la Edad del Hierro en el Mediterráneo fue un proceso desigual, tanto temporal como espacialmente. Demoró unos buenos cuatrocientos años, del siglo IX al siglo V, para que estas complejas conexiones se desarrollaran plenamente.

Estos procesos comenzaron cuando los griegos y los fenicios crearon infraestructuras de red física vinculadas por la cultura común —sus colonias— y las utilizaron para ampliar la empresa comercial y ejercer influencia política. A través de sus redes mercantiles, las ideas acerca de las formas artísticas y arquitectónicas se difundieron y los mecanismos para facilitar la comunicación pasaron a ser adoptados y adaptados. Esto creó una sensación de compresión tiempo-espacio por medio del sentimiento de pertenencia de la globalización, pero estas adaptaciones fueron desiguales en su adopción a lo largo del tiempo y en todo lugar.

¿Cómo esto se compara con otros recientes paradigmas del Mediterráneo, a saber, la conectividad promovida por Horden y Purcell (2000), la perspectiva económica impulsada por el desarrollo, ofrecida por Broodbank (2013), y el enfoque de red de Malkin (2011)?. Los tres comparten un interés común en lo que hace del Mediterráneo un mundo conectado. Para Horden y Purcell, es una combinación de la interacción microrregional, la facilidad de comunicación tanto entre las microrregiones como de larga distancia y la inestabilidad climática y ecológica de la región en general (lo que estimula la sobreproducción y la redistribución). Por lo tanto, ellos ven la interacción dinámica entre la actividad humana y los recursos naturales como la narrativa que sustenta la historia mediterránea. La unidad de esta narrativa radica en la disociación presente en cada uno de los tres aspectos: la fragmentación y la multiplicidad de las microrregiones, la inestabilidad inherente del entorno natural y la variabilidad en la movilidad.

Broodbank amplía esta perspectiva al examinar las cambiantes redes de pueblos alrededor de la región mediterránea. Así, el movimiento de individuos, grupos, objetos e ideas ocupa un lugar central, con las consiguientes competencias e interdependencias económicas y políticas que acompañaron una comprensión cada vez más compartida de los indicadores de riqueza y de estatus, los estilos artísticos e incluso el sincretismo religioso. Este es el caso, en particular, de su discusión sobre la Edad del Hierro.

El énfasis de Malkin está en las redes que sustentan esta conectividad, especialmente dentro del mundo griego. Él demuestra que los conceptos de Grecia y "los griegos" evolucionaron desde las redes de múltiples grupos étnicos, culturales y direccionales de la época, y que fue la circulación y las distancias entre los griegos lo que generó sus similitudes y consolidó sus identidades compartidas en una amplia extensión geográfica.

Las tres perspectivas se ajustan perfectamente en el marco de los estudios de la globalización. Un estudio minucioso de las tres obras y el examen de los ejemplos presentados anteriormente demuestran que la conectividad de la Edad del Hierro tuvo lugar en determinados contextos geográficos y ecológicos. Un enfoque ascendente, por medio de estudios de caso, también pone de relieve el hecho de que las conectividades no se desarrollaron en forma lineal, o a un ritmo uniforme, y tampoco eran estables, al tiempo que su grado se extendió bastante más allá de las zonas litorales del Mediterráneo. Así pues, la globalización es mejor explorada desde dos ángulos: el enfoque ascendente de los estudios de caso

individuales y localizados y el nivel descendente de las prácticas compartidas.⁶ Lo que une ambos extremos son las redes de conectividad mediante las cuales los bienes y las ideas se desplazan. Las redes facilitan el desarrollo de prácticas compartidas. Quienes participan en estas redes deberán responder individualmente por su participación; algunos colaboran más estrechamente (en algunos escenarios de conectividad), y otros menos estrechamente, y cada uno de ellos responderá por sus interacciones en la red globalizada de cara a abordar las necesidades y exigencias de su propio sistema sociocultural.

Los núcleos de asentamiento y sus periferias —el tema del presente trabajo— tienen un papel que desempeñar en un sistema globalizado. Las redes apoyan las conectividades de una visión globalizada, pues la noción de red proporciona herramientas para el análisis de conectividades a través del espacio, así como propiedades emergentes de dichas conexiones a lo largo del tiempo (Knappett in: Hodos, 2017: 29-41). Estas redes operan a través de sus nodos, que son los propios emplazamientos, dando así una dimensión física, geográfica. Pero no existe un sistema de interacción igualmente equilibrado. Siempre habrá centros más fuertes y más débiles, así como vínculos más fuertes y más débiles que conecten a los distintos sitios. Aquí es donde la noción de asentamientos y periferias entra en juego en un marco de globalización. Ellos también tendrán una amplia gama de conectividades, cada una de las cuales tendrá altibajos a lo largo del tiempo.

Por estas razones, sostengo que una perspectiva de globalización nos permite recuperar los diversos conjuntos de datos utilizados como base para la promoción de diversas perspectivas, históricamente y en la actualidad. Esto incluye el uso generalizado de la cerámica griega y las formas arquitectónicas, que dieron lugar al modelo de helenización en primer lugar y a la variabilidad dentro de dicho uso, que posteriormente fomentaron las interpretaciones de hibridación. Está claro ahora que existía variabilidad de práctica entre las colonias griegas en sí mismas y las colonias fenicias en sí mismas, que revelan patrones similares. Un marco de interpretación de la globalización posibilita examinar el equilibrio entre los rasgos compartidos que nos permiten hablar de "los griegos" y "los fenicios", al tiempo que nos permite reconocer las diferencias en las prácticas de ser griego o ser fenicio. También podemos reconocer las tensiones encontradas en las prácticas compartidas entre diferentes grupos culturales y las articulaciones de sus identidades sociales, que contrastan

⁶ Tal como lo preconiza explícitamente van Dommelen en "Classical Connections," 628-29. (Dommelen in: Hodos, 2017: 618-633).

con las similitudes de una implicación más amplia. Esto forma parte de la esencia de la globalización. Una perspectiva globalizada también permite que los fenicios y los griegos se reinserten juntos en la narrativa *arqueológica* del Mediterráneo. Las actividades de los fenicios y sus interacciones con los griegos y otros pueblos en el Mediterráneo son un aspecto tan integral para la comprensión de la relación griegos - no griegos como los griegos lo son con respecto al desarrollo cultural fenicio en el Mediterráneo. Su estudio no debería estar separado por disciplina.

En resumen, las características comunes ampliamente compartidas que se desarrollaron en todo el Mediterráneo durante la Edad del Hierro no reflejan la helenización ni la fenicionización, sino que se entienden ampliamente como “mediterraneizaciones” (Morris, 2003: 30-55) templadas por identidades localizadas fuertemente articuladas. Por esta razón, con relación a las complejidades sociales que evolucionaron durante la Edad del Hierro en todo el Mediterráneo, un enfoque de globalización crea una comprensión mucho más rica de lo que hemos podido apreciar antes.

Referencias bibliográficas

“Globalization Thinking and the Past,” em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar (Londres: Routledge, 2017), 54-65.

AUBET, Marie Eugenia. *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), 250-56;

BELOCH, Karl Julius. *Griechische Geschichte*, volume 1.1 (Strassburg: K.J Trübner, 1913²), 229-32.

BOARDMAN, John. *The Greeks Overseas* (Londres: Thames e Hudson, 1999), 38, 190, 268.

BROODBANK, Cyprian. *The Making of the Middle Sea* (Londres: Thames e Hudson, 2013).

BURKE, Peter. *Cultural Hybridity* (Cambridge: Polity Press, 2009), 34.

CALDWELL, Melissa. “Domesticating the French Fry: McDonald’s and consumerism in Moscow,” *Journal of Consumer Culture* 4.1: (2004) 5-26.

DIETLER, Michael. *Archaeologies of Colonialism. Consumption, entanglement and violence in ancient Mediterranean France* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2010);

DOMÍNGUEZ, Adolfo. "Local Responses to Colonisation: Some Additional Perspectives," *Ancient West and East* 11 (2012): 205-18.

DOMMELEN, Peter van. "Classical Connections and Mediterranean Practices," em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar. (Londres: Routledge, 2017), 618-33.

DOUGHERTY e KURKE. *The Cultures Within Greek Culture* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003);

FEATHERSTONE, Mike. *Undoing Culture: Globalization, Postmodernism and Identity* (Londres: Sage, 1995), 114.

FRIEDMAN, Jonathan. "Global Crises, the Struggle for Cultural Identity and Intellectual Pork Barrelling: Cosmopolitans versus Locals, Ethnics and Nationals in an Era of Dehegemonisation" in: *Debating Cultural Hybridity: multi-cultural identities and the politics of anti-racism*, eds. WERBNER, Pnina. MODOOD, Tariq (Londres: Zed Books, 1997), 70-89, 88;

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity* (Cambridge: Polity Press, 1990);

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity* (Stanford: Stanford University Press, 1990);

HALL, Jonathan. *Hellenicity* (Chicago: Chicago University Press, 2002).

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity* (Oxford: Blackwell, 1989).

HODOS, Tamar, "Stage Settings for a Connected Scene: Globalization and Material Culture Studies in the Early First Millennium BCE Mediterranean". *Archaeological Dialogues* 21.1 (2014): 24-30, 27.

HODOS, Tamar. "Changing Communities in Iron Age Sicily," em *Communities and Settlements from the Neolithic to the Early Medieval Period: proceedings of the 6th Conference in Italian Archaeology, Groningen, April 15-17, 2003*, eds. ATTEMA, Peter. NIJBOER, Albert. ZIFFERERO, Andrea. (Oxford: British Archaeological Reports, 2005), 103-08.

HODOS, Tamar. "Colonial Engagements in the Global Mediterranean Iron Age," *Cambridge Archaeological Journal* 19.2 (2009): 221-41.

HODOS, Tamar. "Colonisation and Cultural Developments in the Central Mediterranean," em *Cambridge Handbook of the Mediterranean World in the Bronze-Iron Ages*, eds. KNAPP, Bernard. DOMMELEN, Peter van. (Cambridge: Cambridge University Press 2014), 214-29.

HODOS, Tamar. "Global, Local and In Between: Connectivity and the Mediterranean," no *Globalisation and the Roman World*, eds. PITTS, Martin. VERSLUYS, Miguel John (Cambridge: Cambridge University Press, 2014), 240-53.

HODOS, Tamar. "Globalization and Colonization: A View from Iron Age Sicily," *Journal of Mediterranean Archaeology* 23.1 (2010): 81-106. 136-40. 147-53, 92-93.

HODOS, Tamar. "Globalization: Some Basics," em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. Tamar Hodos (Londres: Routledge, 2017), 3-11, 4, 5.

HODOS, Tamar. ed. *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization* (Londres: Routledge, 2017).

HODOS, Tamar. *Local Responses to Colonisation in the Iron Age Mediterranean* (Londres: Routledge, 2006).

HORDEN, Peregrine. PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea* (Oxford: Blackwell, 2000).

JENNINGS, Justin. "Distinguishing Past Globalizations," em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar (Londres: Routledge, 2017), 12-28, 14-16.

JENNINGS, Justin. *Globalizations and the Ancient World* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), 123-41;

KNAPPETT, Carl, "Globalization, connectivities and networks: an archaeological perspective," em *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar. (Londres: Routledge, 2017), 29-41.

KNAPPETT, Carl. EVANS, Tim. RIVERS, Ray. "Modelling Maritime Interaction in the Aegean Bronze Age," *Antiquity* 82 (2008): 1009-24;

KNAPPETT, Carl. EVANS, Tim. RIVERS, Ray. "The Theran Eruption and Minoan Palatial Collapse: New Interpretations Gained from Modelling the Maritime Network," *Antiquity* 85 (2011): 1008-23.

LEIGHTON, Robert. *Sicily Before History* (Londres: Duckworth, 1999) 170-80;

LOMAS, Katheryn. ed. *Greek Identity in the Western Mediterranean* (Leiden: Brill, 2004);

MALKIN, Irad. *A Small Greek World. Networks in the ancient Mediterranean* (Oxford: Oxford University Press, 2011).

MOORE, Karl. LEWIS, David. *The Origins of Globalization* (Nova Iorque e Londres: Routledge, 2009).

MORLEY, Neville. "Globalisation and the Roman Empire," in *Globalisation and the Roman World*, eds. Martin PITTS e Miguel John VERSLUYS (Cambridge: Cambridge University Press, 2014), 49-68.

MORRIS, Ian. "Mediterraneanization," *Mediterranean Historical Review* 18.2 (2003): 30-55.

MOSCATI, Sabatino. *Il Mondo dei Fenici* (Milan: Il Saggiatore, 1966).

MOSCATI, Sabatino. *The World of the Phoenicians* (Londres: Cardinal, 1968), 77.

MÜLLER, Christel. "Globalization, Transnationalism, and the Local in Ancient Greece," *Oxford Handbooks*, 2016, Online em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935390.001.0001/oxfordhb-9780199935390-e-42>.

PIETERSE, Jan Nederveen. "Rethinking Modernity and Capitalism: Add Context and Stir," *Sociopedia Colloquium* 1 (2014), 1-11.

PIETERSE, Jan Nederveen. *Globalization and Culture* (Malden: Rowman e Littlefield, 2015), 7-25, 67, 68.

POWELL, Barry. *Writing: Theory and History of the Technology of Civilization* (Chichester: Wiley-Blackwell, 2012), 227-44.

PROCELLI, Rosa Maria Albanese. *Sicani, Siculi, Elimi* (Milan: Longanesi, 2003).

QUINN, Jo Crawley, *In Search of the Phoenicians* (Princeton: Princeton University Press, 2018), 91-112.

QUINN, Jo Crawley. "Tophets in the Punic World," em *The 'Tophet' in the Phoenician Mediterranean: Studi Epigrafici e Linguistici* 29-30 (2012-13), ed. XELLA, Paolo. (Verona: Essedue, 2013), 23-48, 40.

ROBERTSON, Robbie. *Three Waves of Globalisation: A history of a development global consciousness* (Londres: Zed Books, 2003);

ROBERTSON, Roland. *Globalization, Social Theory and Global Culture* (Londres: Sage, 1992);

SHERRATT, Sue. "A Globalizing Bronze and Iron Age Mediterranean," in: *The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization*, ed. HODOS, Tamar. (Londres: Routledge, 2017), 602-17;

STEIGLITZ, Joseph. *Making Globalization Work* (Londres: Penguin, 2006), 3-24, 5.

TOMLINSON, John. *Globalization and Culture* (Chicago: Chicago University Press, 1992), 2.

TSETSHKLADZE, Gocha. ed., *Greek Colonization: An account of Greek colonies and other settlements overseas* (Leiden: Brill, 2006).

TSETSKHLADZE, Gocha. "Introduction: Revising Ancient Greek Colonisation," no *Greek Colonisation: An Account of Greek Colonies and Other Overseas Settlements*, ed. TSETSKHLADZE, Gocha (Leiden: Brill, 2006), xxiii-lxxxiii, xlix (23-83, 49)

VLASSOPOULOS, Kostas. *Greeks and Barbarians* (Cambridge: Cambridge University Press, 2013);

WALDBAUM, Jane. "The Coming of Iron in the Eastern Mediterranean," no *The Archaeometallurgy of the Asian Old World*, ed. PIGGOT, Vincent C. (Filadélfia: Museu da Universidade da Pensilvânia, 1999), 27-57;

WALDBAUM, Jane. *From Bronze to Iron: The Transition from the Bronze Age to the Iron Age in the Eastern Mediterranean* (Göteborg: Paul Aström, 1978);

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolitics and Geoculture* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991);

WARD, Kevin. ENGLAND, Kim. "Introduction: Reading Neoliberalization," in *Neoliberalization: States, Networks, Peoples*, eds. WARD, Kevin. ENGLAND, Kim. (Oxford: Blackwell, 2007), 1-22;

WIJNGAARDEN, Gert Jan van. *Use and Appreciation of Mycenaean Pottery in the Levant, Cyprus and Italy (1600-1200 BC)* (Amsterdã: Amsterdam University Press, 2002).

YALÇIN, Ünsal. "Early Iron Metallurgy in Anatolia," *Anatolian Studies* 49 (1999): 177-87.

MUITO ANTES DE AÏ-KHANOUM: A REPRESENTAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA BÁCTRIA HELENÍSTICA NAS *LIÇÕES DE HISTÓRIA ANTIGA* DE BARTHOLD NIEBUHR

Fábio Augusto Morales (UFSC)¹

Santiago Colombo Reghin (UFSC)²

Resumo

O presente artigo trata das representações historiográficas da Bactria helenística nas *Lições de História Antiga* de Barthold Niebuhr, ministradas na Universidade de Bonn na década de 1820 e publicadas em alemão e inglês na década de 1850. Após um panorama do quadro atual das pesquisas sobre a Bactria Helenística, revolucionado pelas escavações francesas nas décadas de 1960 e 1970, o artigo explora o modo como Niebuhr, diante de um então pouco documentado objeto histórico, articula crítica documental, raciocínio demográfico, moral e racial, e os debates políticos contemporâneos. O artigo conclui com uma síntese da discussão, defendendo a necessidade da historicização das sínteses historiográficas tanto do século XIX quanto as atuais, especialmente no contexto da História Global.

Palavras-Chave

Historicismo alemão; Bactria helenística; Aï Khanoum; Niebuhr; História Global.

¹ Professor Doutor – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: fabio.morales@ufsc.br

² Graduado em História - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: santiago_tj96@hotmail.com

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 103-121

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10089

Abstract

This paper deals with the historiographical representation of Hellenistic Bactria in Barthold Niebuhr's *Lectures on Ancient History*, based on lectures given at Bonn University in the 1820's and published in German and English in the 1850's. The first part offers a panorama of archaeological, epigraphic and numismatic research after the great French excavations in Afghanistan in the 1960 and 1970's. The second part discusses how Niebuhr, facing a poorly documented Bactrian history and archaeology, articulate source criticism, demographic, moral and racial reasoning and contemporary political debate. The paper concludes with a summary of the discussion, arguing for the necessity of historicization of historiographical syntheses as well in nineteenth century as today, especially in the context of Global History.

Keywords

German historicism; Hellenistic Bactria; Ai Khanoum; Niebuhr; Global History.

Seja do ponto de vista semi-global, pois sua história conecta processos originados no Mediterrâneo, na Sibéria, no Irã, na Índia, na China e nas estepes centro-asiáticas, seja do ponto de vista regional e local, pois suas cidades e assentamentos demonstram como as diferentes globalizações antigas foram integradas a partir de arranjos próprios, a Bácia no período helenístico é atualmente um dos objetos mais ricos para aqueles interessados nos temas e questões da História Global. Às esparsas referências na tradição literária e alguns conjuntos de moedas cunhadas na região, foram somados, nas últimas décadas, extraordinários conjuntos documentais que incluem desde assentamentos urbanos intensa e extensamente escavados, como Aï Khanoum e o santuário de Takht-i Sangin, às centenas de assentamentos rurais e protourbanos repertoriados em prospecções de superfície. A grande quantidade de estudos sobre a Bácia helenística aponta para novas perspectivas tanto em questões mais circunscritas, como a cronologia e história política do reino greco-báctrio, quanto mais amplas, como a análise das conexões inter-regionais e das interações multiétnicas nas esferas econômica, cultural, política, militar, religiosa etc. Em poucas palavras, a história e a arqueologia da Bácia helenística é um laboratório privilegiado para a história das globalizações antigas, uma das vias da promissora História Global (Morales; Pereira, 2019; Knust, 2019; Scopacasa, 2018)

As questões centrais debatidas pelos estudiosos, entretanto, derivam mais da história da formação do campo da História Helenística do que da agenda dos estudos globais contemporâneos. No centro do debate, está o problema da extensão e da avaliação dos efeitos dos contatos helenísticos em relação às comunidades locais, sintetizado sob a rubrica do “processo de helenização”: desde meados do século XIX, estudiosos têm defendido visões opostas, que variam na avaliação tanto de sua influência na vida das populações não-gregas, quanto da agência destas no processo. Sem dúvida, tais questões são também centrais para a História Global, hoje ainda centrada nos períodos moderno e contemporâneo, ainda que diversos estudos apontem para um maior diálogo com a História Antiga (Hodos, 2014; Vlassopoulos, 2016; Burstein, 2017; Knust, 2019; Scopacasa, 2018; Morales; Silva, 2019). De todo modo, é fundamental ter em mente o modo como tais questões foram construídas no âmbito específico da História Helenística para, então, articula-las aos debates mais amplos da recente História Global.

O objetivo deste artigo é analisar o tratamento dado a estas questões por uma das primeiras sínteses da moderna História Antiga, a saber, as *Lições de História Antiga* (*Vortrage über alte Geschichte*) de Barthold Niebuhr, tomando como estudo de caso sua representação da Bácia – muito antes

da revolução documental produzida pelas escavações francesas a partir dos anos 1960. Responsável pela organização da moderna História Antiga em função da Tradição Clássica (Morales, no prelo) e pelo estabelecimento do método histórico de crítica documental, Niebuhr dedicou seu primeiro curso na Universidade de Bonn, em 1823, à “História Geral Grega Tardia” (*Ueber die Spätere Griechisch Geschichte im Allgemeinen*), que correspondia aos séculos IV e I a.C.; anotações e transcrições das 31 aulas do curso seriam publicadas em alemão em 1851 e em inglês no ano seguinte, como terceiro volume de suas *Lições*. A Bactria é tratada de modo marginal, algo não surpreendente antes da fascinante descobertas em Ai Khanoum, nos anos 1960 e 1970, que fizeram a região ocupar um lugar de destaque nas introduções à História Helenística, como no recente livro de Peter Thonemann (2016). Não obstante, a representação historiográfica do limite oriental do mundo helenístico em Niebuhr revela os conceitos e procedimentos morfológicos adotados para resolver questões centrais, tais como: qual era a unidade do mundo helenístico, e como ela se revelava em sua fronteira? Como conhecer e discutir os efeitos do processo de helenização, neste contexto? Os severos desafios metodológicos envolvidos na análise das fragmentárias fontes para a história bactriana – que já foram definidos como o “teste supremo da História, Arqueologia e Numismática” (Holt, 1999, p. 9) – deram suporte a especulações de natureza racial, cultural e econômica produzidas em função dos modelos elaborados por cada autor: as lacunas bactrianas, pois, revelam com mais clareza os limites e as possibilidades das visões de cada autor acerca do mundo helenístico.

Assim, o artigo inicia com uma apresentação panorâmica da pesquisa recente sobre a Bactria helenística, de modo a tornar mais claro o movimento algo tateante de Niebuhr sobre um objeto revolucionado pelas pesquisas arqueológicas da segunda metade do século XX. Em seguida, passamos à discussão do modelo explicativo proposto por Niebuhr, articulando as representações da Bactria às concepções mais amplas sobre o mundo helenístico, vinculadas a agendas políticas e sociais específicas. Por fim, concluímos o artigo apresentando a síntese dos pontos discutidos ao longo do texto e apontando caminhos frutíferos do diálogo entre a História Helenística e a História Global, considerando a massa de trabalho acumulado na historiografia.

A Báctria na História Helenística recente

Entre o planalto iraniano, as montanhas do vale do Indo e as estepes da Ásia central, a Báctria helenística foi um espaço para trocas culturais e econômicas entre diferentes populações: persas, iranianos, tajiques, gregos, indianos e yuezhis interagiram de diferentes maneiras, da guerra à paz, da convivência à submissão imperial. A profusão de fontes encontradas nas pesquisas recentes inclui centros urbanos, assentamentos dispersos, inscrições, moedas, estátuas, cerâmica e estruturas arquitetônicas; a quantidade massiva de dados disponíveis ainda estão em processamento, e as interpretações ainda são constantemente revistas (Aldrovandi, 2010; Mairs, 2016). Neste sentido, a Báctria helenística é um laboratório tanto para a articulação interdisciplinar (entre História, Arqueologia, Numismática e História da Arte), quanto para a discussão de problemas centrais para os estudos diretamente influenciados pelo processo contemporâneo de globalização capitalista, dentre os quais a História Global é dos mais recentes e estruturados.

A posição assumida pela Báctria helenística no campo da História Antiga, no entanto, é recente: o caráter lacunar dos conjuntos documentais até a segunda metade do século XX gerou o movimento duplo de extrema cautela nos estudos acadêmicos e de liberdade literária na escrita ficcional (Holt, 1999). O cenário, entretanto, mudaria radicalmente com a descoberta, acidental, da cidade helenística de Aï Khanoum (Martinez-Sève, 2015). Cobrindo uma superfície triangular de cerca de 100 ha, o sítio de Aï Khanoum localiza-se na atual fronteira entre o Afeganistão e o Tajiquistão, no ponto em que o rio Oxus recebe as águas de seu tributário rio Kokcha, no coração da Báctria oriental. A importância do sítio, conhecido desde o século XIX, somente foi totalmente compreendida após o início das escavações francesas, realizadas após a descoberta de colunas coríntias pelo séquito do então rei afegão Muhammad Zahir Shah, que caçava na região no ano de 1961. A convite do rei, a *Délégation Archéologique Française en Afghanistan* conduziu as escavações entre 1964 e 1978, quando a guerra do Afeganistão contra a União Soviética impediu sua continuidade. O primeiro volume da série *Fouilles d'Aï Khanoum* aparece em 1973; o mais recente, nono da série, foi publicado em 2013. A publicação detalhada do material encontrado tornou-se particularmente importante após os reiterados saques ao sítio e ao museu de Kabul durante os anos de guerra.

As campanhas revelaram uma cidade com muitos edifícios de tipo grego, tais como propileus, muros e fortificações, um palácio, residências, santuários, tumbas, um ginásio e um teatro – o único a leste da Babilônia.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 103-121

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10089

Além dos edifícios, uma imensa quantidade de cerâmica, escultura, joalheria, moedas e inscrições revelaram detalhes da cultura, administração e da relação com os não-gregos por parte da colônia grega. Um dos exemplos mais impressionantes é a famosa inscrição descoberta em 1966 no santuário do fundador Cineas (Robert, 1968; Holt, 1999: 37-47; Verhasselt, no prelo). A inscrição diz que Clearco, identificado por estudiosos como Clearco de Soli, discípulo de Aristóteles, trouxe de Delfos as máximas gravadas em uma estela colocada acima de uma base, o único elemento conservado; provavelmente por motivo de espaço, a última máxima foi inscrita na própria base, onde se lê: “quando criança, aprenda boas maneiras; quando jovem, controle suas paixões; quando adulto, seja justo; quando velho, dê bons conselhos; diante da morte, sem tristeza” (Verhasselt, no prelo: 9). A inscrição e sua localização apontam para um projeto de reforço da identidade grega do local, referenciada ao santuário pan-helênico de Delfos, pelos primeiros colonizadores gregos que fundaram a cidade entre o final do século IV e início do III a.C. Não obstante, a presença de diversos elementos não-gregos na paisagem urbana da cidade, especialmente seus santuários com templos de nichos e seu palácio com amplo pátio peristilo, chamaram a atenção dos estudiosos para as interações com a população local.

Aï Khanoum é o principal, mas não o único sítio bem documentado da Bactria helenística. Um santuário na colina Takht-i Sangin, que faz face ao rio Oxus (e provavelmente dedicado à sua forma divinizada), apresenta elementos orientais e gregos na planta e na elevação; o material votivo inclui estátuas gregas, cerâmica, moedas, objetos de marfim e a maior coleção de armas helenísticas já encontrada (Litvinskiy; Pichikiyan, 1981).

As descobertas de Aï Khanoum e Takht-I Sangin, especialmente as inscrições em pedra e moedas, permitiram uma reconstituição mais precisa da história política bactriana no século III e II a.C. O numismata Frank Holt, baseado em fontes literárias, arqueológicas e numismáticas, produziu uma narrativa a partir das relações entre a Bactria, a corte selêucida e os poderes vizinhos (Holt, 1999). Conforme o autor, após um primeiro assentamento na época de Alexandre, Selêuco I enviou seu filho Antíoco I como vice-rei na satrapia da Bactria, como forma de conter as tendências desertistas dos primeiros colonizadores; Antíoco desenvolveu o processo de colonização e fundou a primeira casa de cunhagem da região. Sob Diodotos I, sátrapa da Bactria, a região atravessou um longo período de paz e prosperidade entre as décadas de 280 e 240, no qual o sátrapa acumulou cada vez mais poder e autonomia em relação à corte. Um evento fundamental neste processo foi a expulsão do líder nômade Arsaces, que havia se estabelecido na Bactria na década de 250 e depois da expulsão seguiria para a satrapia

vizinha da Pártia, onde, posteriormente, fundaria seu próprio reino; possivelmente ligado a este evento, Diodotos I começa a gravar seu retrato em moedas que, não obstante, ainda carregam o nome do rei selêucida. A sucessão de Diodotos I por seu filho, Diodotos II, por volta de 240, marca a independência da Bactria em relação à corte selêucida. A contestação por um rival local, Eutidemo, provavelmente levou Diodotos II a se aliar a Arsaces da Pártia; o conflito entre Diodotos II e Eutidemo se resolveu em cerca de 225, quando a Aï Khanoum é invadida e tem início a nova dinastia eutidêmida. A expedição de Antíoco III à fronteira oriental do império, no final do século III, reforça a suserania formal da corte selêucida sobre a Bactria, sem, contudo, o retorno à sua condição de satrapia. O reino da Bactria mantém sua independência até cerca de 150, quando a região é invadida pelas tribos nômades Yuezhi, que havia migrado para a Sogdiana e a Bactria após os conflitos com o império chinês; as últimas menções a reis da Bactria datam da década de 130.

Sob os diodótidas, de acordo com Holt, a Bactria se tornou muito mais do que apenas corredor entre a Índia e o Mediterrâneo. As cunhagens diodótidas, especialmente as séries em bronze, revelam muitas dimensões da interação econômica e cultural entre gregos e não-gregos. Um exemplo eloquente é a assimilação da deusa grega Ártemis à deusa iraniana Anahita (Holt, 1999: 121-3): ambas associadas à lua, à vida selvagem e ao parto, Ártemis/Anahita dividiram a iconografia monetária com Zeus, tomado como deus dinástico (“Diodotos”, i.e., presente de Zeus). Holt inclusive sugere que Ártemis/Anahita era a deusa políade de Aï Khanoum, cujo nome significa, na língua tadjique, “Deusa Lua”. A ausência do cão, um símbolo comum na iconografia monetária de Ártemis, é interpretada por Holt como um cuidado dos monarcas tomado para não associar erroneamente a deusa aos cultos locais relacionados aos cães, considerados abomináveis pelos gregos desde a passagem de Alexandre.

A exploração arqueológica de sítios monumentais tais como Aï Khanoum e Takht-i Sangin, entre os anos 1960 e 1980, foi conduzida de acordo com um método centrado na valorização da arquitetura, da epigrafia e da arte: estruturas individuais, inscrições e materiais com valor estético foram meticulosamente descritos em longos relatórios publicados pela DAFA, com uma notável preferência por monumentos gregos (Aldrovandi, 2010). Entretanto, no final dos anos 1970, campanhas arqueológicas baseadas na prospecção de superfície (*surveys*) começam a ser realizada no vale do Oxus, sob a direção de Jean-Claude Gardin (Gentelle, 1989; Lyonnet, 1997; Gardin, 1998), enfatizando aspectos da história regional negligenciados pelas primeiras missões, tais como distribuição da cerâmica, soluções de irrigação e padrões de assentamento. As prospecções de superfície,

guiadas pelos sistemas de irrigação, revelaram uma paisagem muito mais ampla no espaço e no tempo: as campanhas prospectaram 200 km² na planície de Dasht-i Qala, revelaram 350 sítios, e 1500 km² na Báctria oriental, revelando 474 sítios. A cronologia proposta pelos arqueólogos distingue cinco fases, do Neolítico ao período islâmico. O período helenístico corresponde à quarta fase; segundo os arqueólogos, ele não representou uma transformação profunda nos padrões de assentamento e nos sistemas de irrigação, definidos ainda na primeira fase. Tratou-se, antes, da ampliação das redes já existentes, desenvolvendo padrões de crescimento estabelecidos no período aquemênida (Aldrovandi, 2010).

As prospecções de superfície na Báctria oriental, realizadas entre 1974 e 1978, publicadas entre 1989 e 1998, alteram profundamente os parâmetros tanto da pesquisa sobre a região quanto sobre a compreensão das relações entre sociedades no coração da Eurásia no período helenístico. O impacto da helenização foi sensivelmente reduzido: quando contrapostos a um quadro cronológico e geográfico mais amplo, a criação da colônia grega de Aï Khanoum e os quase duzentos anos de domínio grego na região, mais do que transtornar, reforçaram e ampliaram padrões já estruturados em períodos anteriores, e que se manteriam em períodos posteriores. Diante disso, a reavaliação do próprio significado da helenização se torna fundamental: mais do que a implantação de um enclave de helenidade diante de uma multidão de nativos mais ou menos resistentes, o reino Greco-Báctrio passa a ser visto como parte da história da relação das populações locais com impérios e formas culturais estrangeiras (Aldrovandi, 2010). O conceito de helenização, em movimento análogo ao experimentado pelo conceito de romanização (Morales, 2014), integra as – e é integrado pelas – histórias locais, não-gregas. O paradigma da continuidade das estruturas aquemênidas e próximo orientais no período helenístico, formulada em primeiro lugar por M. Rostovtzeff e defendida com vigor por Pierre Briant, aos poucos torna-se hegemônico (Briant, 2015). Tal movimento, pois, se articula claramente com a difusão das perspectivas pós-coloniais no âmbito das ciências humanas entre o final do século XX e início do XXI, situando as experiências imperialistas europeias no centro da organização dos paradigmas acerca do período helenístico (Alcock, 1994; Aldrovandi, 2010).

Esta reorientação joga nova luz sobre as pesquisas realizadas sobre Aï Khanoum, em particular, na medida em que o paradigma de uma helenização “pura” levou os arqueólogos a negligenciarem sítios e traços não-gregos na cidade e em seus arredores. A “cidade circular” aquemênida de Kohna Qala, a 2km do sítio e os elementos arquitetônicos e urbanísticos não-gregos presentes na malha urbana, por exemplo, são indicadores de

uma possível história prévia aquemênida do sítio (Aldrovandi, 2010; Mairs, 2014).

A pesquisa sobre os sítios monumentais de Aï Khanoum e Takht-i Sangin, por um lado, e sobre os padrões espaciais de ocupação do território da Bactria como um todo, por outro, são campos abertos para a experimentação historiográfica e arqueológica, tanto no sentido metodológico, para o processamento dos dados e síntese das interpretações do nível das fontes, quanto morfológico, para a compreensão do sentido das fronteiras temporais e espaciais do período helenístico (Aldrovandi, 2010). Afinal, a Bactria helenística, disputada pela História da Grécia e pela História da Índia no século XX (Holt, 1999: 12), parece assumir cada vez mais seu lugar eurasiático inserida na longa duração da ocupação do território e da interação entre macrorregiões – antecipando, então, as rotas da Seda.

Este movimento recente, pois, dialoga com estruturas bem estabelecidas da historiografia, guiada por agendas e conceitos ligados ao problema da helenização tal como formulado no século XIX e ampliado no século XX. As múltiplas pesquisas particulares acerca de conjuntos documentais definidos e as sínteses históricas regionais, objeto de escrutínio da bibliografia especializada, ao mesmo tempo influenciaram e foram influenciadas pelos modelos historiográficos mais amplos produzidos sobre o sentido do período helenístico. Destes modelos, destacamos dois particularmente importantes na conformação do campo, a saber, os propostos por Niebuhr e Droysen. Passemos, pois, ao modo como a Bactria é representada nestas sínteses fundadoras da História Helenística.

A Bactria de Niebuhr: decadência, raça e império

Nascido em 1776 na cidade de Copenhagen, Barthold Niebuhr era filho do célebre explorador, matemático e cartógrafo Carstein Niebuhr, cujas viagens e pesquisas no Irã lhe renderam um lugar especial na decifração da escrita cuneiforme. Criado recluso em uma casa repleta de livros de história, geografia e filologia, além do consumo constante da nascente imprensa, B. Niebuhr estudaria Direito e Filosofia na Universidade de Kiel em 1794, quando, segundo suas cartas, já estava decidido a seguir a carreira filológica. Após trabalhar como contator na burocracia do estado dinamarquês e de realizar viagens à Inglaterra e Escócia, em 1810 ingressa na Universidade de Berlim como professor de História Romana, cargo que deixaria logo em 1813 para ingressar no exército prussiano na guerra contra a França napoleônica. O período na Universidade de Berlim, cujo

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 103-121

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10089

primeiro reitor foi o filósofo e ativista anti-napoleônico J. G. Fichte, levou Niebuhr a entrar no debate entre a História e a Filosofia do Direito representadas, respectivamente, por F. de Savigny e W. Hegel, também professores em Berlim. A importância deste debate é dificilmente superestimada: estava em questão a relação entre o direito prussiano e os sistemas jurídicos das várias comunidades germânicas no processo de formação do Estado Nacional alemão, assim como o próprio conceito de História (Iggers, 2012, p. 66). A contribuição de Niebuhr ao debate, ao lado da História, envolveu a elaboração do método histórico de crítica documental, utilizado prioritariamente na análise de Tito Lívio e sua discussão sobre as leis romanas; a descoberta do *ager publicus* no Direito Romano é uma de suas realizações mais influentes, tocando diretamente o problema da natureza e origem da propriedade privada (Momigliano, 1982). Os resultados das pesquisas de Niebuhr seriam publicados em sua *História de Roma* já em 1811, livro que trouxe fama ao autor e a seu método.

Após um longo período de serviço público e diplomático para o estado prussiano, Niebuhr retornaria à atividade universitária em 1823, tornando-se professor de História Antiga na Universidade de Bonn – cargo que ocuparia até sua morte, em 1831. Seu primeiro curso foi dedicado à “história geral grega tardia”, ou seja, ao período entre o século IV e a conquista romana; posteriormente, ofereceu cursos sobre o período clássico e a história pré-clássica, além de cursos sobre geografia e etnografia da Antiguidade. As anotações dos cursos, suas e de seus alunos, foram postumamente publicadas como *Lições de História Antiga*, das quais as aulas sobre a “história geral grega tardia” correspondem ao terceiro volume. No prefácio da obra das *Lições*, Niebuhr explica suas escolhas morfológicas: a Antiguidade se dividiria em História Antiga e História Romana, sendo a primeira centrada na história dos gregos e seus contatos. Baseava-se no uso como textos-guia das obras de Tito Lívio e de Pompeu Trogo, as últimas sumarizadas por Justino (Niebuhr, 1852a: 33-45). Se Tito Lívio estruturava a narrativa a partir da História de Roma, Pompeu Trogo o fazia a partir da história grega, evitando Roma – o que levou estudiosos a desconfiarem de um “anti-romanismo” de Trogo, ao invés de uma muito mais plausível escolha narrativa não-romanocêntrica *em função* da história romanocentrada de Lívio. As duas histórias seriam unidas por Niebuhr, e a “história tardia dos gregos” seria o momento final da História Antiga antes de ser incorporada à História Romana. As *Lições*, então, foram publicadas em três volumes, o primeiro contexto as discussões metodológicas gerais e a História Antiga anterior ao período clássico (Niebuhr, 1852a), o segundo concentrado no período clássico (Niebuhr, 1852b), e o terceiro ao período posterior (Niebuhr, 1852c). Aqui, utilizamos a tradução inglesa, cotejada com o original em alemão.

Não é aqui o espaço para analisarmos em detalhe as escolhas metodológicas e narrativas de Niebuhr para a História Antiga como um todo, tema desenvolvido em outro texto (Morales, 2019); aqui, nos concentraremos nas representações sobre a Bactria em seus registros de aula. No entanto, vale destacar que Niebuhr não rompe com o *topos* narrativo da “decadência moral dos gregos” diante da expansão do poder macedônico (Briant, 2005; Payen, 2005), representados como não-gregos por Niebuhr. Cruéis e despóticos tal como os contemporâneos turcos, os macedônios construíram um império sobre as cidades gregas sufocando suas aspirações à liberdade. Demóstenes, por exemplo, em sua luta contra Filipe da Macedônia, é elogiado como último defensor da liberdade, diante da afirmação de uma época em que as intrigas de corte tomariam o lugar histórico das decisões de assembleias e conselhos (Niebuhr, 1852c: 41-46). O paralelo Macedônia/Império Otomano é complementado, ainda, por uma associação com a França Napoleônica: a política e a cultura das cidades gregas poderiam ser comparadas às das cidades prussianas sob e logo após a dominação estrangeira (Niebuhr, 1852c: 54).

O tom lamentoso da decadência política e moral dos gregos no período em questão não impediu que Niebuhr apresentasse análises e narrativas históricas extremamente ricas e complexas, acerca de temas históricos bastante variados. Longe do “mito historiográfico” que anacronicamente representa diversos historiadores alemães do século XIX como “positivistas”, Niebuhr intercalava narrativas políticas e militares com análises sobre arte, moral e economia, baseando-se tanto nas fontes escritas quanto em fontes arquiteturais e numismáticas, quando disponíveis. As engenhosas discussões das fontes eram associadas a diferentes objetivos de acordo com o tema central. Quando tratava das fronteiras orientais das conquistas macedônicas, a questão central discutida por Niebuhr era, invariavelmente, a unidade imperial e a natureza e limites da penetração da cultura grega nas sociedades “asiáticas”.

O tema da unidade imperial, vale dizer, já aparece na menção à Bactria pré-macedônica, feita no segundo volume (dedicado ao período clássico). De acordo com Niebuhr, ao contrário do século V a.C., quando “a Índia, no vale do Indo, pertencia à Pérsia, e a Bactria era uma das principais províncias”, na época de Alexandre a “Bactria era tão fragilmente conectada com o império, que seus sátrapas podiam facilmente tornar-se independentes, e a Índia juntamente foi perdida” (Niebuhr, 1852b: 233). O problema da independência provincial, assim, existia já durante as últimas décadas do Império aquemênida, e continuaria na era pós-alexandrina, como veremos.

No terceiro volume das *Lições* abundam as menções à Bactria, especialmente no contexto das discussões sobre a monarquia selêucida, usando como fonte fragmentos de Políbio, Estrabão, Pompeu Trogo [Justino] e Apiano. A primeira menção ocorre na discussão sobre o reinado de Antíoco I. Para Niebuhr, embora a primeira impressão seja a de que Antíoco tenha estendido os domínios de seu pai e antecessor, Selêuco I, a natureza do poder imperial havia mudado profundamente. De acordo com o autor, muitas regiões do império, “as quais seu pai lhe legou em estado de submissão, afirmaram sua independência”, tais como a Capadócia, o Ponto, a Armênia e a Bactria, que “se tornou independente sob um rei macedônio”. Niebuhr iguala independência a subordinação formal, argumentando que Antíoco I “foi obrigado a se satisfazer com a manutenção da supremacia nominal naquelas regiões” (Niebuhr, 1852c: 283). A manutenção deste estado de coisas, bem como a existência de um rei macedônico, entretanto, assegurava a continuidade de instituições gregas. O contra-exemplo vinha dos estados indianos, “os quais, tendo se separado do império, retornaram às suas próprias instituições nacionais” (Niebuhr, 1852c: 283). A tensão independência/supremacia nominal continuaria por mais de um século até que Antíoco III, o qual, “embora não fosse de modo algum um grande homem, recebeu de seus cortesãos, não sem razão, o título de ‘o Grande’, porque ele restaurou o império [contra] o estado de fermentação e desorganização” da Ásia superior (Niebuhr, 1852c: 298). Em outra passagem, Niebuhr compara a fragilidade da autoridade selêucida àquela do Sultanato otomano: “em territórios distantes, como, por exemplo, a Bactria, a autoridade dos reis sírios era tão pouco respeitada quanto aquela do Sultão em Bagdá ou no Egito” (Niebuhr, 1852c: 346). O paralelo é retomado em uma conclusão acerca do império selêucida no contexto da independência da Bactria e da Pártia no século III a.C.:

As províncias setentrionais, que pertenciam ao Coração (Khorassan), poderiam ter se submetido à dinastia grega dos príncipes báctrios, se elas não fossem já dominadas pelos partos. Uma grande parte do império sírio, que de acordo com nossas percepções era um vasto império, permaneceu; mas ele era fraco em virtude da divisão por satrapias, e isso levou ao mesmo estado de dissolução que existe no império turco diante dos pachas: cada satrapia tinha o poder em suas mãos para fazer a independência (Niebuhr, 1852c: 347).

Os maiores inimigos do império selêucida, pois, eram seus sátrapas; a “supremacia nominal” somente criou a aparência de um império, quando na realidade a divisão e a fraqueza eram a regra. Os agentes da divisão eram, ironicamente, as cidades fundadas por Alexandre e os reis selêucidas justamente para reforçar a unidade. Niebuhr oferece uma explicação demográfica e racial para isso: as cidades greco-macedônicas, ao invés de

promover a helenização dos povos asiáticos, foram inversamente asianizadas por eles. Vale a pena citar a passagem integralmente:

Embora estas cidades estivessem no meio de terras barbaras, elas ainda mantinham suas instituições gregas. Eram repúblicas com suas *politeiai*, etc., e tais espaços republicanos existiam das costas do Mediterrâneo até o interior do país. O número de habitantes era bem pequeno em relação aos asiáticos circundantes, e mesmo assim o número de gregos e macedônios afluindo para estas cidades drenou a Europa, de modo que a Grécia e Macedônia estavam consequentemente desertas. Casando-se com mulheres asiáticas, surgiu uma nação de natureza mista, como a meia-casta da Índia e os *pullan* das cruzadas. Tais povos mistos têm um caráter próprio: a meia-casta indiana, os mulatos, os mestiços, apesar de não se distinguirem por sua cor, poderiam facilmente ser reconhecidos por sua natureza. Eles são ativos, animados e ligeiros, mas carecem de confiabilidade pela sua educação asiática. Quando crianças eles são bonitos, têm mente aberta e aprendem fácil, mas não vão além da mediocridade. Tais estados, com língua grega degenerada e com a forma de uma república, que frequentemente não tem existência real, que não recebe fluxos apenas de gregos e macedônios, mas em grande medida de asiáticos também, continuaram a existir no tempo dos Sassânidas, 500 anos depois. [...] Esses estados deveriam servir como pontos para manter o governo das províncias um pouco mais estáveis, mas, pelo contrário, causaram revoltas nas províncias. Os assim chamados gregos, macedônios e gregos, não foram tão puros na Ásia quanto em Alexandria, onde a língua grega era falada de modo mais puro pelo tráfego marítimo direto (Niebuhr, 1852c: 299-301).

O argumento demográfico, segundo o qual a migração, mesmo tendo deixado a Grécia e a Macedônia “desertas”, não foi suficiente para fazer frente à maioria asiática, está na base da explicação: a raça mista, resultado do casamento interracial, gerou cidadãos potencialmente traiçoeiros, os quais, apesar da existência de formas institucionais gregas, não eram gregos puros – por oposição à “mediterrânica” Alexandria. As cidades “gregas” orientais, ao invés de assegurar a submissão das províncias, levaram às insurreições contra o império. A natureza inferior dos asiáticos é retomada ainda na avaliação da “grandeza” de Antíoco III, vencedor nas campanhas na Ásia “tão longe quanto a fronteira da Bactria”, mas vencido por Roma no lado mediterrânico: “se ele não tivesse lutado contra Roma, seu reino seria bastante ilustre na história; entretanto, seu poder foi grande somente contra asiáticos” (Niebuhr, 1852c: 347).

Não obstante, Niebuhr reconhece o papel destas cidades na difusão e permanência da cultura grega. Após afirmar a influência da cultura grega sobre a cultura sassânida, Niebuhr articula a Bactria ao debate sobre as semelhanças entre a filosofia indiana e a grega. Após fazer coro à recusa da tese de uma origem indiana da filosofia grega, Niebuhr sugere que não se pode compreender “as semelhanças [entre as filosofias indiana e grega], exceto situando-as na conexão entre os indianos e os reis greco-

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 103-121

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10089

macedônicos da Bactria” (Niebuhr, 1852c, p. 300). A presença da cultura grega na fronteira oriental, no entanto, se limitaria às suas influências sobre as culturas que a sucederam, como as de indianos e partos: mesmo a Bactria perderia sua helenidade. Independente do império selêucida, o reino greco-macedônico da Bactria, junto das satrapias da Babilônia, Hircânia e Média, seria incorporado ao império arsácida da Pártia; então, para Niebuhr, a “Ásia novamente tornou-se completamente asiática” (Niebuhr, 1852c: 466).

Em síntese, a representação historiográfica da Bactria helenística em Niebuhr – um reino distante povoado por uma raça mista, com adesão parcial à cultura grega e mesmo ao império, que influenciaria outras culturas mas não seria capaz de manter a helenidade da região – servia, em sua obra, para discutir problemas mais amplos como a relação entre unidade cultural e unidade política e os riscos da miscigenação étnico-racial. No âmbito da decadência moral observada na “história tardia dos gregos”, a unidade política dependia da unidade étnico-racial; sua ausência nas fronteiras significou a submissão a outros povos e o desaparecimento da cultura grega.

Dado o paralelo entre a “Grécia tardia” e a Prússia do início do século XIX, não nos parece exagero associar as reflexões de Niebuhr aos debates intensos travados, no meio universitário alemão, a respeito das dimensões jurídica, militar e racial da formação de um estado nacional alemão capitaneado pelo reino prussiano (Breuilly, 2007, 2008). A ambiguidade entre o elogio da liberdade das cidades gregas contra o império macedônico (associado ao Império Turco e ao Napoleônico), por um lado, e a crítica ao fracasso macedônio na manutenção de seu império (por oposição a Roma), por outro, poderia significar uma relação ambígua de Niebuhr diante do projeto prussiano de unificação nacional ainda em construção nos anos 1820. A associação entre Napoleão e Filipe II, em particular, fez parte da retórica do renascimento da “nação alemã” contra a ocupação francesa, fortemente inspirado em Demóstenes (Canfora, 2007). De todo modo, a natureza mesma da obra – anotações de aulas – serve como um antídoto à busca de um sistema absolutamente coerente: os paralelos que o professor Niebuhr faz entre a Antiguidade e a Modernidade não são sistemáticos, aparecendo ali e aqui em função de suas escolhas didáticas, sem necessariamente um planejamento prévio.

Considerações finais

A história e a arqueologia da Bactria helenística, revolucionada pelas descobertas e estudos do último meio século, há muito atraiu a atenção dos estudiosos: fronteira oriental do mundo helenístico, suas exíguas e fragmentadas fontes disponíveis antes das escavações dos anos 1960 obrigaram historiadores a expor as potências e fragilidades de seus paradigmas para a construção de sínteses coerentes. Neste texto, selecionamos uma das primeiras sínteses produzidas de acordo com o paradigma moderno de História Antiga, a saber, as *Lições de História Antiga* de Barthold Niebuhr. Com isso, pudemos observar como paradigmas gerais sobre o período helenístico se adequavam a esta situação limite, no sentido tanto geográfico e quanto metodológico. Resultado dos cursos de Niebuhr sobre a “história geral grega tardia”, representava a Bactria como um reino macedônico asianizado, sintoma da decadência geral helenística: a crueldade macedônica se uniria ao caráter traiçoeiro dos asiáticos, o que levava necessariamente à secessão em relação ao império selêucida; não obstante, a Bactria deixou um legado de helenidade, visível nos paralelos entre a filosofia grega e a cultura budista. O fracasso do empreendimento imperial selêucida se deu pela miscigenação com a raça asiática, inferior moralmente.

A representação historiográfica da Bactria em Niebuhr, ainda que dependente de suas escolhas metodológicas no contexto de uma severa escassez de fontes, dialoga profundamente com sua experiência das transformações sociais e políticas da Europa no início do século XIX. Testemunha da derrota e depois da vitória sobre o exército napoleônico, Niebuhr acompanhou a reconstrução do estado prussiano sob os escombros das estruturas anteriores; a unificação, embora no horizonte, era menos impactante para sua visão do período helenístico do que a experiência da opressão napoleônica. O paralelo da Prússia com Atenas e da França com a Macedônia – assim como a representação extremamente positiva de Demóstenes – demonstram a pertinência do paradigma da decadência e do fim liberdade para a história grega e para a história prussiana.

Certamente, a interação entre demandas do presente e interpretação historiográfica não são exclusivas do século XIX: as novas histórias da Bactria também se relacionam com transformações culturais e geopolíticas profundas. Por um lado, a crítica ao helenocentrismo na história da região se articula com a difusão das abordagens pós-coloniais e decoloniais derivadas dos processos de independência da segunda metade do século XX; por outro, os estudos sobre as interações culturais de diferentes etnias

do centro da Afroeurásia respondem a emergência dos estudos globais e do próprio processo de globalização, especialmente diante da ascensão chinesa. De qualquer modo, é perceptível que tais preocupações já apareciam na síntese de Niebuhr. A grande ruptura do ponto de vista da documentação disponível após Aï Khanoum, pois, se articula a continuidades do ponto de vista dos problemas que orientam a pesquisa, dos quais os estudos pós-coloniais e globais funcionam como uma espécie de espelho invertido das leituras racistas ou nacionalistas anteriores. Não se trata, certamente, de abandonar os debates herdados do passado; sua relevância é sintoma da continuidade de elementos estruturais da modernidade, tais como o capitalismo, o imperialismo e a integração em nível global. Antes, a discussão sobre sua historicidade deve servir tanto para a autocrítica da própria historiografia, quanto para a percepção da complexidade da realidade histórica, irreduzível às ansiedades da formação e eventual colapso da hegemonia global ocidental nos últimos séculos.

Referências bibliográficas

ALCOCK, Susan E. Breaking up the Hellenistic world: survey and society. In: MORRIS, Ian (Org.). *Classical Greece: ancient histories and modern archaeologies*. Cambridge [England]; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1994. p. 171-190.

ALDROVANDI, Cibele Elisa Viegas. A morfogênese espacial da antiga Bácia: interações e paradigmas em uma paisagem fractal. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 20, p. 163, 9 dez. 2010.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto Ed. UNESP., 2006.

BREUILLY, John. *Nationalism, Power and Modernity in Nineteenth - Century Germany*. London: German Historical Institute, 2007.

BREUILLY, John. *The Formation of the First German Nation-State, 1800-1871*. Houndmills: Palgrave, 2008.

BRIANT, Pierre. Alexandre et "hellénisation de l'Asie". L'histoire au passé et au présent. *Studi Ellenistici*, v. 16, p. 9-69, 2005.

BRIANT, Pierre. Michael Rostovtzeff, Elias Bickerman and the "Hellenization of Asia": from Alexander the Great to WWII. *Writing Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 103-121
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10089

History in Time of War Michael Rostovtzeff, Elias Bickerman and the "Hellenization of Asia". Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2015.

BURSTEIN, Stanley Mayer. *The world from 1000 BCE to 300 CE*. New York, NY: Oxford University Press, 2017.

CANFORA, Luciano. Johann Gustav Droysen, Histoire de l'Hellénisme. *Anabases. Traditions et réceptions de l'Antiquité*, n. 5, p. 277–280, 1 mar. 2007.

GARDIN, Jean-Claude. *Prospections archéologiques en Bactriane orientale (1974-1978). vol. 3, Description des sites et notes de synthèse*. Paris: Ed. Recherche sur les civilisations, 1998.

GENTELLE, Pierre (1933-2010) Auteur Du texte. *Prospections archéologiques en Bactriane orientale (1974-1978). vol. 1, Données paléogéographiques et fondements de l'irrigation : / par Pierre Gentelle ; avec des contributions de Carmine Marinucci, Fabienne O. Vallino et Jean Trichet ; cartogr. de Madeleine Sintès-Aioutz...* Paris: De Boccard, 1989.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v. 3, n. 1, 2003.

HODOS, Tamar. Stage settings for a connected scene.: Globalization and material-culture studies in the early first-millennium B.C.E. Mediterranean. *Archaeological Dialogues*, v. 21, n. 1, p. 24–30, jun. 2014.

HOLT, Frank Lee. *Thundering Zeus: the making of Hellenistic Bactria*. Berkeley: University of California Press, 1999.

IGGERS, Georg G. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. [S.l.]: Wesleyan University Press, 2012.

KNUST, José Ernesto Moura. Os Pláucios, a emancipação da plebe e a expansão romana: conectando as histórias interna e externa da República Romana. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 26, n. 42, p. 234–254, 16 jul. 2019.

LITVINSKIY, B. A.; PICHIKIYAN, I. R. The Temple of the Oxus. *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, n. 2, p. 133–167, 1981.

LYONNET, Bertille. *Prospections archéologiques en Bactriane orientale. 2, Céramique et peuplement du chalcolithique à la conquête arabe : 1974-1978*. Paris: De Boccard, 1997.

MAIRS, Rachel. Achaemenid Ai Khanoum. *Archäologische Mitteilungen aus Iran und Turan*, v. 46, 2014.

MAIRS, Rachel. *The Hellenistic Far East: Archaeology, Language, and Identity in Greek Central Asia*. Berkeley: University of California Press, 2016.

MARTINEZ-SÈVE, Laurianne. Ai Khanoum and Greek Domination in Central Asia. *ELECTRUM*, v. 2015, n. Volume 22, p. 17-46, 22 dez. 2015.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Niebuhr and the Agrarian Problems of Rome. *History and Theory*, v. 21, p. 3-15, 1982.

MORALES, Fabio Augusto. Graecia capta, novamente: considerações sobre os limites da nova romanização da Grécia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. Supp. 18, p. 91-97, 2014.

MORALES, Fabio Augusto. Niebuhr e a História Antiga no século XIX: experimentações morfológicas. *Como se escreve a História da Antiguidade: olhares sobre o antigo*. No prelo, p. 48-70.

MORALES, Fábio Augusto; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. O convite da história global. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 26, n. 41, p. 7-13, 30 jan. 2019.

MORALES, Fábio Augusto; SILVA, Uiran Gebara Da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *No prelo*, 2019.

NIEBUHR, Barthold Georg. *Lectures on ancient history, from the earliest times to the taking of Alexandria by Octavianus. Comprising the history of the Asiatic nations, the Egyptians, Greeks, Macedonians and Carthaginians*, vol. 1. Tradução Leonhard Schmitz. Philadelphia: Philadelphia, Blanchard, 1852a.

NIEBUHR, Barthold Georg. *Lectures on ancient history, from the earliest times to the taking of Alexandria by Octavianus. Comprising the history of the Asiatic nations, the Egyptians, Greeks, Macedonians and Carthaginians*, vol. 2. Tradução Leonhard Schmitz. London: Taylor, Walton, Maberly, 1852b.

NIEBUHR, Barthold Georg. *Lectures on ancient history, from the earliest times to the taking of Alexandria by Octavianus. Comprising the history of the Asiatic nations, the Egyptians, Greeks, Macedonians and Carthaginians*, vol 3. Tradução Leonhard Schmitz. London: Taylor, Walton, Maberly, 1852c.

ROBERT, Louis. De Delphes à l'Oxus, inscriptions grecques nouvelles de la Bactriane. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, v. 112, n. 3, p. 416-457, 1968.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 103-121
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10089

SCOPACASA, Rafael. Hegemonia romana e transformações culturais no mediterrâneo (séculos IV-II a. C.): novas perspectivas da história global. *Revista de História*, n. 177, p. 01-35, 23 maio 2018.

SILVEIRA, Aline Dias Da. Algumas experiências, perspectivas e desafios da Medievalística no Brasil frente às demandas atuais. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72, p. 39-59, 15 set. 2016.

VERHASSELT, Gertjan. The Seven Sages and the Inscription of Aï Khanoum. In: FORTENBAUGH, W.; MIRHADY, D. (eds). *Clearchus of Soli: Text, Translation, and Discussion* (RUSCH 21). New York: Routledge. [Forthcoming], p. 1-19.

VLASSOPOULOS, K. *Greeks and Barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. Does Slavery Have a History? The Consequences of a Global Approach. *Journal of Global Slavery*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 2016.

THONEMANN, Peter. *The Hellenistic age*. First edition ed. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

LONG BEFORE AÏ-KHANOUM: HISTORIOGRAPHICAL REPRESENTATION OF HELLENISTIC BACTRIA IN BARTHOLD NIEBUHR'S *VÖRTRAGE ÜBER ALTE GESCHICHTE*

Fábio Augusto Morales¹

Santiago Colombo Reghin²

Abstract

This paper deals with the historiographical representation of Hellenistic Bactria in Barthold Niebuhr's *Lectures on Ancient History*, based on lectures given at Bonn University in the 1820's and published in German and English in the 1850's. The first part offers a panorama of archaeological, epigraphic and numismatic research after the great French excavations in Afghanistan in the 1960 and 1970's. The second part discusses how Niebuhr, facing a poorly documented Bactrian history and archaeology, articulate source criticism, demographic, moral and racial reasoning and contemporary political debate. The paper concludes with a summary of the discussion, arguing for the necessity of historicization of historiographical syntheses as well in nineteenth century as today, especially in the context of Global History.

Key-words

German historicism; Hellenistic Bactria; Aï Khanoum; Niebuhr; Global History.

¹ Assistant Professor – Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, Brazil.
E-mail: fabio.morales@ufsc.br

² Graduate student in History - Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, Brazil. E-mail: santiago_tj96@hotmail.com

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 122-138

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10091

Resumo

O presente artigo trata das representações historiográficas da Bactria helenística nas *Lições de História Antiga* de Barthold Niebuhr, ministradas na Universidade de Bonn na década de 1820 e publicadas em alemão e inglês na década de 1850. Após um panorama do quadro atual das pesquisas sobre a Bactria Helenística, revolucionado pelas escavações francesas nas décadas de 1960 e 1970, o artigo explora o modo como Niebuhr, diante de um então pouco documentado objeto histórico, articula crítica documental, raciocínio demográfico, moral e racial, e os debates políticos contemporâneos. O artigo conclui com uma síntese da discussão, defendendo a necessidade da historicização das sínteses historiográficas tanto do século XIX quanto as atuais, especialmente no contexto da História Global.

Palavras-chave

Historicismo alemão; Bactria helenística; Ai Khanoum; Niebuhr; História Global.

From both global and local viewpoints, the history and archaeology of Hellenistic Bactria is one of the most interesting subjects for the history of Ancient globalizations. In the last decades striking documental corpora, produced after the French excavations in sites such as Ai Khanoum and Takht-i Sangin and surveys in extensive areas, were added to the previously sparse and fragmented available literary and numismatic sources. The growing number of studies dedicated to Hellenistic Bactria points to new perspectives both in the chronology and political history of Graeco-Bactrian kingdom and the analysis of economic, political and cultural aspects of interregional and multi-ethnic connections that have taken place there. In fact, the history and archaeology of Hellenistic Bactria can undoubtedly aspire centrality in a context of a growing dialogue between Ancient and Global History (Hodos, 2014; Vlassopoulos, 2016; Burstein, 2017; Knust, 2019; Scopacasa, 2018; Morales; Silva, 2019).

The topics debated by recent scholarship derive, however, more from the formation of Hellenistic Studies than from contemporary Global Studies. One of the main topics is the Hellenization process, understood either as the adoption of Greek cultural features by local, non-Greek communities or the collective construction of a Greek identity (Vlassopoulos, 2013). Since the middle of the nineteenth century scholars have sponsored opposite views, which have varied on the evaluation of its influence on non-Greek populations and the agency they have on the process itself. The aim of this paper is to analyze the treatment given to the 'Hellenization problem' by B. Niebuhr on his *Vortrage über alte Geschichte*, taking his representation of Bactria as case study – long before the source revolution after the French excavations of the 1960 and 1970's. Founder of the Classics-based modern Ancient History and the historical method of source criticism, Niebuhr dedicated his first course at Bonn University, in 1823, to '*die Spätere Griechisch Geschichte im Allgemeinen*', comprising the period from the fourth to the first century B.C.; notes written by Niebuhr and his students of the course's 31 lessons were published in German in 1851 and in English the next year, as the third volume of his *Vortrage*.

In fact, before the French excavations turned Hellenistic Bactria a recurrent theme in Hellenistic History introductions, it was only marginally treated in historiographical syntheses. Nevertheless, the historiographical representation of Bactria in those syntheses, such as Niebuhr's, reveals the main concepts and morphological solutions the authors were working with to solve some central issues. What was the unity of Hellenistic world, especially from a frontier viewpoint? How can we know and discuss the effects of the Hellenization process over non-Greek communities in that context? The harsh methodological challenges in the analysis of the highly

fragmented sources of Bactrian history before the French excavations – defined by Holt as the ‘ultimate test for History, Archaeology and Numismatics’ (Holt, 1999: 9) – set the ground for racial, cultural, economic and political speculations produced according the models created by each author: the Bactrian documentary gaps forced them to express more clearly the limits and possibilities of his views on the Hellenistic world.

The paper begins with an overview of recent research on Hellenistic Bactria in order to make more visible the gaps Niebuhr had to deal. Then, we discuss how Niebuhr represented Hellenistic Bactria, relating it to the author’ conceptions about the period as well as his political agendas. Finally, we summarize and conclude the paper by pointing directions for a fruitful dialogue between Hellenistic History and Global History, considering each historiographical background.

Bactria in the recent Hellenistic History and Archaeology

At the crossroad of the Iranian plateau, the Indus valley and the Central Asian steppes, Hellenistic Bactria, at the heart of Eurasia, was the stage of multiple cultural and economic exchanges between very different peoples: Persians, Iranians, Tajiks, Greeks, Indians and Yuezhis interacted in many different ways, from war to peace, from coexistence to submission. The evidence produced by recent research includes urban centers, dispersed settlements, inscriptions, coins, statues, pottery and buildings, which has supported constantly revised interpretations (Aldrovandi, 2010; Mairs, 2016). In a sense, Hellenistic Bactria is a laboratory of interdisciplinary work (from History and Archaeology to Numismatics and Art History) as well as for the discussion of some of the central issues of Global History.

The contemporary place of Hellenistic Bactria in Ancient History is, however, recent: the documentary gaps of Bactrian history, until the second half of the twentieth century, supported the double movement of extreme scholarly caution and free poetic imagination (Holt, 1999). This situation changed radically with the accidental discovery of the Hellenistic city of Aï Khanoum in the 1960’s, in the contemporary frontier between Afghanistan and Tajikistan, on the Amu Daria valley, the ancient Oxus river (Martinez-Sève, 2015). Covering a triangular area of around 100 ha, the site of Aï Khanoum was at the center of Bactria, a former Achaemenid satrapy which, in Hellenistic times, became an independent kingdom ruled by Greek dynasties which ruled it until the late second century B.C. The site’s importance, known from the nineteenth century, was fully recognized only after the beginning of the excavations conducted by the

Délégation Archéologique Française en Afghanistan between 1964 and 1978, after the accidental discovery of Greek architectural elements by the Afghan king Muhammad Zaher Shah during a hunting in 1961.

The first volume of the series *Fouilles d'Aï Khanoum* appears in 1973; the ninth and more recent volume appeared in 2013. The detailed publication of the findings became particularly important after the sacks on the site and at the Kabul museum during the Afghan wars of the last decades. The campaigns revealed a city with many Greek-style buildings, such as propylaea, walls and fortifications, houses, sanctuaries, tombs, a gymnasium and the easternmost Greek theater. Besides the buildings, an impressive amount of pottery fragments, sculpture, jewelry, coins and inscriptions revealed details of city's culture, administration and relation with non-Greeks communities. Consider, for example, the famous Clearchus' inscription on a stone base, found in 1966 at the sanctuary of the city founder Kineas (Robert, 1968; Holt, 1999: 37-47; Verhasselt, forthcoming). The inscription says the one Clearchus – probably the Clearchus of Soli, an Aristotle's disciple – brought the Delphic maxims; the last maxim, inscribed over the base, reads: 'As a child, be well-behaved; in puberty, be self-restraint; in middle age, be righteous; as an old man, be well-advised; upon death, be without sorrow' (Verhasselt, forthcoming: 9). The inscription's text and location seem to reinforce the colony's Greek identity, referencing it to the Panhellenic sanctuary of Delphi, by Greek settlers surrounded by multiple non-Greek groups. In addition, the presence of diverse non-Greek elements in the city's landscape, especially in the temples with oriental-style façades and a palace with a peristyle open court, helped to direct scholars' attention to the interactions between Greek settlers and non-Greek locals.

Aï Khanoum is the most famous, but not the only well-documented site of Hellenistic Bactria. Another site is the sanctuary in Takht-i Sangin, near the Oxus river and probably dedicated to it, with Greek and oriental architecture elements on the plan and elevation; the votive deposits includes Greek-style statues, pottery, coins, ivory work and weapons (Litvinskiy; Pichikiyan, 1981).

The discoveries at Aï Khanoum and Takht-i Sangin, especially the stone inscriptions and coins, allowed a more precise reconstitutions of Bactrian political history in the third and second centuries B.C., such as those proposed by the numismatist Frank Holt. According to Holt (1999), after an earlier settlement in the time of Alexander, Seleucus I sent his son Antiochus as viceroy of the Bactrian satrapy in the early third century, in order to contain desertion of the first settlers. In Bactria, Antiochus developed the colonization process and created the first local mint. Under

the Bactrian satrap Diodotos I, the region enjoyed peace and prosperity, especially in the period between c. 280 and 240; as a result, the satrap acquired a growing power and autonomy from the Seleucid court. In this process, a pivotal event was the expulsion of the nomad leader Arsaces, who have established himself in Bactria in the 250's B.C.; Arsaces then fled to the neighbor satrapy of Parthia, where he would create his own independent kingdom. Possibly connected to that event, a new coinage appeared with the portrait of Diodotos I, but still inscribed with the name of the Seleucid king. Diodotus II, his son, became satrap around 240 B.C., and soon declared himself independent king. Euthydemus, a local rival, rebelled against Diodotus II, who must have allied himself with Arsaces of Parthia; the conflict finished around 225 B.C. with the invasion of Ai Khanoum, the fall of Diodotus II and the establishment of the Euthydemid dynasty. The expedition of the Seleucid king Antiochus III to the empire's eastern frontier, in the late third century, did not destroyed the autonomy of Graeco-Bactrian kingdom, which, nonetheless, recognized the formal Seleucid suzerainty. The kingdom of Bactria maintained his independence until c. 150 B.C., when the nomad tribes Yuezhi, fleeing from the Chinese empire, invaded Bactria and Sogdiana, and created their own kingdom.

Under the Diodotids, according to Holt (1999), Bactria became much more than a corridor between Central Asia and the Mediterranean. The Bactrian coinages of the time, especially the bronze series, reveal varied dimensions of the economic and cultural integration of Greeks and non-Greeks. A telling example is the assimilation of the Greek goddess Artemis to the Iranian goddess Anahita: associated to the Moon, the wildlife and childbirth, Artemis/Anahita cohabited the Diodotid numismatic iconography with the dynastic god Zeus. Holt event suggests that Artemis/Anahita was the city goddess of Ai Khanoum, which means in modern Tajik language 'Lady Moon'. Additionally, Holt interprets the absence of the dog in Artemis/Anahita coins, a common feature of Artemis' numismatic iconography, as a caution the Diodotids had to not associate the goddess with the local cult practices related to dogs, which the Greeks abominated since the times of Alexander (Holt, 1999: 121-3).

The archaeological exploration of monumental sites such as Ai Khanoum and Takht-i Sangin, between the 1960 and 1980's, followed a method which valorized architecture, epigraphy and art: individual structures, inscriptions and aesthetic valued artifacts were narrowly described in the long reports of DAFA, with a clear preference for Greek monuments (Aldrovandi, 2010). However, between 1974 and 1978 archaeological surveys were conducted in the Oxus valley under the direction of Jean-Claude Gardin, emphasizing previously neglected aspects such as pottery

distribution, irrigation systems and settlement patterns (Gentelle, 1989; Lyonnet, 1997; Gardin, 1998). The surveys, guided by the irrigation network, revealed a much broader landscape in time and space: the campaigns surveyed c. 200 km² in the Dasht-i Qala plain, revealing 350 sites, and c. 1500 km² in East Bactria, revealing 474 sites. The archaeologists proposed a chronology divided in five phases, from the Neolithic to the Islamic period. The Hellenistic period corresponds to the fourth phase; according to the archaeologists, rather than have represented a profound transformation in the irrigation system or the settlement pattern, the Hellenistic period expanded the existing networks according to growing patterns defined in the previous, Achaemenid period (Aldrovandi, 2010).

Thus, the East Bactria surveys, whose results were published between 1989 and 1998, altered deeply the region's research parameters. The impact of the Hellenization process was noticeably reduced: against a broader chronological and geographical framework, the creation of the Greek colony of Ai Khanoum and the nearly two centuries of Greek domination over the region, rather than radically change previous patterns, reinforced and expanded them. In this context, the very meaning of the Hellenization process must be reconsidered: no more an enclave of Hellenicity against the multitude of more or less Hellenized locals, the Graeco-Bactrian period should be interpreted as a part of the longer history of the local population's relation with foreign empires and cultures (Aldrovandi, 2010). The concept of Hellenization, in parallel to the analogous change in the concept of romanization as part of the Mediterranean History (Morales, 2014), would be embedded in the local, non-Greek histories. Thus, the paradigm of Achaemenid continuity in the Hellenistic period, formulated first by M. Rostovtzeff and recently championed by P. Briant (2015), then gained a new allied. Such shift, surely, apart the specific methodological dimensions (archaeological methods and source criticism), is linked to the diffusion of post- and decolonial perspectives in Humanities from the late twentieth century, which criticized the central role of European imperialistic experiences in the Hellenistic paradigms' formulation (Alcock, 1994; Aldrovandi, 2010).

This different framework has shed, also, new light on Ai Khanoum research itself, insofar as the former Hellenization process concept led the archaeologist to neglect non-Greek sites in the city's environs. The Achaemenid 'circular city' of Kohna Qala, circa 2 km far Ai Khanoum and the many non-Greek architectural and urbanistic elements in the city's urban fabric, for example, are indicators of an Achaemenid previous history of the site (Aldrovandi, 2010; Mairs, 2014).

The research on monumental sites such as Aï Khanoum and Takht-i Sangin, on the one hand, and on spatial patterns of Bactrian territorial occupation in the *longue durée*, on the other, have opened new possibilities for the discussion of methodological and morphological issues both of Bactrian and Hellenistic History and Archaeology in general. Hellenistic Bactria, in the twentieth century disputed by Greek and Indian History (Holt, 1999: 12), nowadays seems to assume his place in the long-term history of Eurasian societies and macroregions' interaction.

This shift, also, dialogues with well-established academic patterns linked with the Hellenization process paradigm such as formulated in the nineteenth century. The many and varied monographs on defined source corpora and the regional syntheses, subjected to a close scrutiny by specialized literature, simultaneously influenced and were influenced by broader historiographical models built upon the quest for the meaning of the Hellenistic period. Here, we discuss the solutions adopted by B. Niebuhr in his macronarrative produced in the 1820's, which set the ground for later discussions, in particular the one proposed by Droysen, whose inversion of Niebuhr's model will be discussed in another paper.

Niebuhr's Hellenistic Bactria: decadence, race and empire

Born in 1776 in Copenhagen, Barthold Niebuhr was son of the famous Danish explorer Carstein Niebuhr, whose researches on Iran assured him a special place in the history of cuneiform decipherment. Raised in seclusion in a house full of History, Geography and Philology books aside the nascent European press, B. Niebuhr started studies in Law and Philosophy at the University of Kiel in 1794, when, according to his letters, he was already sure about his plans to pursue a career as philologist. After work in the Danish bureaucracy and to travel for England and Scotland, in 1810 he became professor of Roman History at the recently founded Berlin University, post he would leave in 1813 to fight in the Prussian anti-Napoleonic liberation war. The year at Berlin University, whose first dean was the philosopher and anti-Napoleonic radical activist J. G. Fichte, led Niebuhr to engage in the debate on the relations between Law History and Philosophy, whose extremes were represented by his colleagues F. de Savigny and W. Hegel. The importance of this debate could hardly be underestimated: it was in question both the relation between Prussian and the several law systems of Germanic communities and the very modern concept of History (Iggers, 2012: 66). Niebuhr's contribution, on behalf History's particularism and source-guided research, was the historical method of source criticism, applied by him mainly on Livy as source for

the history of Roman Law. The discovery of the *ager publicus* is one of the most influent accomplishments, directly linked with the problem of the private property's nature and origin (Momigliano, 1982). The research results were published in Niebuhr's *History of Rome* already in 1811, soon bringing fame to the author and his method.

After a long period of public service in Prussian diplomacy, Niebuhr resumed his university career only in 1823, becoming professor of Ancient History at the Bonn University – post he would occupy until his death in 1831. His first course was dedicated to '*die Spätere Griechisch Geschichte im Allgemeinen*', i.e., the period between the fourth century B.C. and the Roman conquest; later, he gave lectures on the classical and pre-classical periods of Ancient History, besides courses on Ancient geography and ethnography. The lectures' notes, his and of his students, were posthumously published as the *Vorträge über alte Geschichte*, whose third volume comprised the lectures on the 'Later General Greek History'. In the first volume's opening lesson, Niebuhr explains his morphological choices: Antiquity would be divided in Ancient History and Roman History, the first one being centered on the Greeks and his contacts. This division was based upon the use of Pompeius Trogus' and Livy' works as guides (Niebuhr, 1852a: 33-45). While Livy structured his narrative centering it on Rome's history, Pompeius Trogus (summarized by Justin) did it on Greece's history. The two strategies informed Niebuhr's division, the Later Greek History being the final period of Ancient History before incorporation in Roman History.

In other work, we have discussed with more detail Niebuhr's morphological and methodological choices (Morales, 2019); here, we will concentrate on the representation of Bactria in the *Lectures*. It is worth to note, however, that Niebuhr did not abandoned the narrative trope of Greek moral decadence after the Macedonian conquest (Briant, 2005; Payen, 2005). Despotic and ruthless as the contemporary Ottoman turks, Niebuhr's Macedonians built an empire over the Greek cities by suffocating their freedom. Demosthenes, for his opposition to Philip, is praised as the last defender of liberty, beaten by the epochal decadence which replaced Assemblies and Councils' debates by Courts' intrigues in the explanation of political history (Niebuhr, 1852c: 41-46). Besides Ottoman Empire, Ancient Macedonia is also compared to Napoleonic France: the lost freedom of Greek cities was parallel to that of Prussia under foreign rule (Niebuhr, 1852c: 54).

The moaning tone of the decadence trope didn't prevent Niebuhr to offer extremely rich and varied analyses and narratives: political and military history is intersected with reflections on moral, art, economy, geography

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 122-138

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10091

etc, based on all available literary, architectural and numismatic sources. However, when dealt with the eastern frontier of Macedonian domains, Niebuhr invariably centered his discussion on the problem of imperial unity and the limits of hellenization of 'Asian' communities.

The problem of imperial unity appears already in the first mention on Bactria, made in the second volume, dedicated to the classical period. According to Niebuhr, contrary to the fifth century, 'when India, on the Indus valley, was under Persian rule, and Bactria was one of the major provinces', in the times of Alexander 'Bactria was so weakly connected to empire that its satraps could easily become independent, and even India was lost' (Niebuhr, 1852b: 233). The opposition between imperial unity and satrapal independence, so, was an Achaemenid heritage.

In the third volume of the *Lectures* is plenty of mentions to Bactria, mainly when the author discussed the Seleucid empire. Niebuhr's major sources were, then, Polybius, Strabo, Pompeius Trogus [Justin] and Appian. The first mention appears on a discussion on the nature of Antiochus I's power. Although at first sight Antiochus I have extended his father's domains, Niebuhr says, the nature of imperial power was radically different: many parts of the empire, 'which his father had left him in a state of submission, asserted their independence', such as Cappadocia, Pontus, Armenia and Bactria, which 'became independent under a Macedonian king'. In that scenario, Antiochus I 'was obliged to be satisfied with maintaining a nominal supremacy in those parts' (Niebuhr, 1852c: 283). This state of affairs, nonetheless, assured the permanence of Greek institutions, unlike the case of the Indian states 'which having separated from the empire, returned to their own national institutions' (Niebuhr, 1852c: 283).

The tension between political independence and nominal supremacy would continue until Antiochus III, considered by Niebuhr 'not a great man', although 'his courtiers, not without reason, gave him the surname of the Great, because he restored the empire', finishing the 'state of ferment and disorganization' of Upper Asia (Niebuhr, 1852c: 298). However, the fragility of imperial unity has not disappeared: Niebuhr compares Antiochus III's authority over Asia to that of the Ottoman Empire, saying that 'in distant countries, as, e.g., at Bactria, the authority of the Syrian kings was as little respected as that of the Sultan is at Bagdad or in Egypt' (Niebuhr, 1852c: 346).

The Seleucid empire's major enemy were his satraps; nominal supremacy resembled only remotely a united empire. The vectors of division were, ironically, the cities founded by Alexander and the Seleucids to reinforce the empire's unity. Niebuhr's explanation was based on demographic and

racial reasoning: the Greek-Macedonian cities, instead of promoting the Hellenization of the Asian peoples, were inversely Asianized by them. It is worth quoting the complete passage:

Although those towns were situated in the midst of barbarous countries, still they had their Greek institutions. They were real republics with their *phylai* and *Boulé*, etc., and such republican towns existed not only on the coast of the Mediterranean, but even very far in the interior of Asia. The number of their inhabitants was very small compared with that of the surrounding Asiatics, and yet the numbers of Greek and Macedonian soldiers flocking to those towns, had so much drained Europe, that Greece and Macedonia were in a state of desolation in consequence. Through intermarriage with Asiatic women, there arose a mixed race, like that of the half caste in India, and the Pullans at the time of the crusades. Such a mixed race always has a peculiar character: the Indian half caste, the Mulattoes, and others, even if they were not distinguished by their colour, might very easily be recognized by their character. They are active, lively, and stirring, but they generally cannot be trusted at all on account of their Asiatic education. As children they are pretty, intelligent, and learn easily, but do not advance beyond mediocrity; they nowhere appear superior to, or more respectable than the natives. Such towns, with a degenerate Greek language and the forms of a republic, which often had no real existence, were the resorts not only of Greeks and Macedonians, but in a great measure of Asiatics also, and continued to exist even as late as the time of the Sassanidae, that is, five hundred years after. [...] Those towns were intended to serve as strong points, to secure to some extent the submission of the provinces; but they were, on the contrary, the cause of insurrections in which the provinces were torn from the empire. But what were called Greeks, that is, the Macedonians and Greeks, were not so purely Greek in Asia as they were at Alexandria, where, in consequence of direct communication by sea, Greek was spoken in much greater purity (Niebuhr, 1852c: 298-301).

The demographic argument, by which the Greek migration was insufficient to face the Asiatic majority, is at the basis of the racial consequence: the mixed marriages generated a mixed race, composed by deceitful, non-pure Greek citizens, who corrupted the Greek institutions which remained only formally. The oriental 'Greek' cities, rather than ensure empire's unity, led to insubordination. The inferior Asiatic nature is reiterated when Niebuhr evaluates Antiochus III's 'greatness': despite being victorious 'as far as the frontier of Bactria', he was beaten by Rome. Thus, 'if he had not undertaken the war against the Romans, his reign would be very illustrious in history; but his power was great only against Asiatics' (Niebuhr, 1852c: 347).

Nonetheless, Niebuhr recognizes the role the Greek cities had in the diffusion of Greek culture. After stressing the influence of the Greek culture over the Sassanians, Niebuhr mentions Bactria in the debate over the resemblances between Greek and Indian philosophies. Reasserting the refuse to the 'Indian origin of Greek philosophy' hypothesis, Niebuhr

suggests that one 'cannot account for the resemblance [between them], except by tracing it to the connection of the Indians with the Graeco-Macedonian kings at Bactria' (Niebuhr, 1852c: 300). However, the presence of the Greek culture in the East would remain limited to its influence over succeeding cultures, such as those of Parthians and Indians – even Bactria would lose its Hellenicity. Independent from the Seleucid Empire, the Graeco-Macedonian kingdom of Bactria, together with the satrapies of Babylonia, Hircania and Media, would be incorporated to the Arsacid Empire, when, for Niebuhr, 'Asia again became completely Asiatic' (Niebuhr, 1852c: 466).

In sum, the historiographical representation of Hellenistic Bactria in Niebuhr's *Lectures* – a distant kingdom populated by a mixed race, with only partial adherence to Greek culture and to Seleucid empire, which would influence other cultures but would be unable to sustain the region's Hellenicity – served to discuss broader topics, such as the relation between cultural and political unity, and the risks of racial mixing. In the context of the Greeks' moral decadence, political unity depended on racial unity; the absence of the former, in the long term, meant submission to a non-Greek power and the vanishing of the Greek culture in Upper Asia.

Given the parallel Niebuhr trace between 'Late Greece' and early nineteenth century Prussia, it seems not to be an exaggeration to associate his representation of Bactria to the intense debates, held at the universities, on the racial, juridical and military formation of the German national state led by the Prussian kingdom (Breuilly, 2007, 2008). On the one hand, the ambiguity between the moaning on the Greek cities' lost freedom under Macedonian rule (itself associated to Ottoman and Napoleonic rule), and, on the other, the critique to the Seleucid failure to maintain the empire (opposed to Rome), maybe reflects an ambiguous posture Niebuhr had in relation to the still under construction Prussian unification project in the 1820's. The parallel between Napoleon and Philip II of Macedonia, in particular, composed the rhetoric of the Germanic rebirth against French occupation, using Demosthenes as a symbol (Canfora, 2007). In any case, the very nature of the work – lecture notes – asks for caution in a search for an absolutely coherent logical system: the parallels the professor Niebuhr made in his lectures were all but systematic, appearing here and there according his teaching choices.

Conclusion

The history and archaeology of Hellenistic Bactria, deeply changed by the last decades' new discoveries, has for long attracted the scholars' attention: the exiguous and fragmented sources available before the 1960's excavations obliged historians to expose more clearly the strengths and weaknesses of their models used to build coherent syntheses. In this paper, we have discussed one of the earlier synthesis of the period later defined as 'Hellenistic'. By doing this, we were able to observe how general models were adapted to explain a limit situation in both geographical and methodological perspectives. Niebuhr's model represented Bactria as an Asianized Macedonian kingdom, a product of the general decadence of the period: the Macedonian cruelty, engaged with the treacherous Asian nature, led to secession against the Seleucid rule. Nevertheless, however unable to retain Greek culture, the Bactrian kingdom left a cultural legacy by influencing other cultures and religions, such as Buddhism.

Niebuhr's historiographical representation of Bactria, however dependent upon his methodological choices in a context of source scarcity, dialogues deeply with his experience of European political and social transformations in the early nineteenth century. Witness of the Prussian defeat and later victory over Napoleonic France, the diplomat and professor Niebuhr participated in the reconstruction of Prussian state with a central role in the building of modern German historical science; however, the Prussian unification project of the German-speaking polities, though on the horizon, was much less influent to his view of the Hellenistic period than the Napoleonic oppression experience. The parallel between Prussia and Athens, on the one hand, and Macedonia and France and the Ottoman Empire, on the other, strengthened by the praise of Demosthenes' fight against Philip II of Macedon, demonstrate the decadence paradigm's relevance to the comprehension both of Ancient Greek and Modern Prussian history.

Surely, the interaction between contemporary agendas and historiographical interpretation are not unique to nineteenth century scholars: the new Bactrian histories and archaeologies are as well related to deep cultural and political changes. On the one hand, the criticism of Hellenocentrism in the region's history is linked to the diffusion of post-and decolonial approaches, derived from the collapse of European empires in Africa and Asia in the middle of the twentieth century; on the other hand, the renewed importance of studies on interethnic interactions in Central Asia answers to the emergence of Global studies and the globalization process itself, especially facing the rise of Chinese hegemony. In any case, the concern with the depth of the Hellenization process was,

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 122-138

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10091

as we have seen, already present in one of the earlier modern formulations of Ancient History. In this sense, the radical change in the available sources, made by the French excavations, only partially altered the issues and questions to be discussed. In fact, the agendas of contemporary Global and decolonial scholarship functions as an inverted mirror of the nationalist, Eurocentric and racist interpretations which fueled the foundation of the modern historical science. It is not the case, surely, to abandon the debates bequeathed by the past in the name of a total refoundation: their renewed relevance is a symptom of historical structural continuities of modern world, such as imperialism, capitalism and Global-scale integration. Rather, to discuss its historicity should encourage both historiographic self-criticism and the perception of the complexity of historical reality, irreducible to the anxieties about the formation and occasional collapse of Western Global hegemony throughout the last two centuries.

Bibliography

ALCOCK, Susan E. Breaking up the Hellenistic world: survey and society. In: MORRIS, IAN (Org.). *Classical Greece: ancient histories and modern archaeologies*. Cambridge [England]; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1994. p. 171-190.

ALDROVANDI, Cibele Elisa Viegas. A morfogênese espacial da antiga Bactria: interações e paradigmas em uma paisagem fractal. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 20, p. 163, 9 dez. 2010.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto Ed. UNESP., 2006.

BREUILLY, John. *Nationalism, Power and Modernity in Nineteenth - Century Germany*. London: German Historical Institute, 2007.

BREUILLY, John. *The Formation of the First German Nation-State, 1800-1871*. Houndmills: Palgrave, 2008.

BRIANT, Pierre. Alexandre et "hellénisation de l'Asie". L'histoire au passé et au présent. *Studi Ellenistici*, v. 16, p. 9-69, 2005.

BRIANT, Pierre. Michael Rostovtzeff, Elias Bickerman and the "Hellenization of Asia": from Alexander the Great to WWII. *Writing*

History in Time of War Michael Rostovtzeff, Elias Bickerman and the "Hellenization of Asia". Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2015.

CANFORA, Luciano. Johann Gustav Droysen, *Histoire de l'Hellénisme. Anabases. Traditions et réceptions de l'Antiquité*, n. 5, p. 277–280, 1 mar. 2007.

DROYSEN, Johann Gustav. *Histoire de l'hellénisme*, vol. 1. Tradução Auguste Bouché-Leclercq. Paris: E. Leroux, 1883a.

DROYSEN, Johann Gustav. *Histoire de l'hellénisme*. vol. 2. Tradução Auguste Bouché-Leclercq. Paris: E. Leroux, 1883b.

DROYSEN, Johann Gustav. *Histoire de l'hellénisme*. vol. 2. Tradução Auguste Bouché-Leclercq. Paris: E. Leroux, 1883c.

GARDIN, Jean-Claude. *Prospections archéologiques en Bactriane orientale (1974-1978)*. vol. 3, *Description des sites et notes de synthèse*. Paris: Ed. Recherche sur les civilisations, 1998.

GENTELLE, Pierre (1933-2010) Auteur Du texte. *Prospections archéologiques en Bactriane orientale (1974-1978)*. vol. 1, *Données paléogéographiques et fondements de l'irrigation : / par Pierre Gentelle ; avec des contributions de Carmine Marinucci, Fabienne O. Vallino et Jean Trichet ; cartogr. de Madeleine Sintès-Aioutz...* Paris: De Boccard, 1989.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v. 3, n. 1, 2003.

HOLT, Frank Lee. *Thundering Zeus: the making of Hellenistic Bactria*. Berkeley: University of California Press, 1999.

IGGERS, Georg G. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. [S.l.]: Wesleyan University Press, 2012.

KNUST, José Ernesto Moura. Os Plácios, a emancipação da plebe e a expansão romana: conectando as histórias interna e externa da República Romana. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 26, n. 42, p. 234–254, 16 jul. 2019.

LITVINSKIY, B. A.; PICHIKIYAN, I. R. The Temple of the Oxus. *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, n. 2, p. 133–167, 1981.

LYONNET, Bertille. *Prospections archéologiques en Bactriane orientale*. 2, *Céramique et peuplement du chalcolithique à la conquête arabe : 1974-1978*. Paris: De Boccard, 1997.

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 122-138
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10091**

MAIRS, Rachel. Achaemenid Ai Khanoum. *Archäologische Mitteilungen aus Iran und Turan*, v. 46, 2014.

MAIRS, Rachel. *The Hellenistic Far East: Archaeology, Language, and Identity in Greek Central Asia*. Berkeley: University of California Press, 2016.

MARTINEZ-SÈVE, Laurianne. Ai Khanoum and Greek Domination in Central Asia. *ELECTRUM*, v. 2015, n. Volume 22, p. 17–46, 22 dez. 2015.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Niebuhr and the Agrarian Problems of Rome. *History and Theory*, v. 21, p. 3–15, 1982.

MORALES, Fabio Augusto. Graecia capta, novamente: considerações sobre os limites da nova romanização da Grécia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.*, v. Supp. 18, p. 91–97, 2014.

MORALES, Fabio Augusto. Niebuhr e a História Antiga no século XIX: experimentações morfológicas. *No prelo*. 2019.

MORALES, Fábio Augusto; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. O convite da história global. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 26, n. 41, p. 7–13, 30 jan. 2019.

MORALES, Fábio Augusto; SILVA, Uiran Gebara Da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *No prelo.*, 2019.

NIEBUHR, Barthold Georg. *Lectures on ancient history, from the earliest times to the taking of Alexandria by Octavianus. Comprising the history of the Asiatic nations, the Egyptians, Greeks, Macedonians and Carthaginians*, vol. 1. Tradução Leonhard Schmitz. Philadelphia: Philadelphia, Blanchard, 1852a.

NIEBUHR, Barthold Georg. *Lectures on ancient history, from the earliest times to the taking of Alexandria by Octavianus. Comprising the history of the Asiatic nations, the Egyptians, Greeks, Macedonians and Carthaginians*, vol. 2. Tradução Leonhard Schmitz. London: Taylor, Walton, Maberly, 1852b.

NIEBUHR, Barthold Georg. *Lectures on ancient history, from the earliest times to the taking of Alexandria by Octavianus. Comprising the history of the Asiatic nations, the Egyptians, Greeks, Macedonians and Carthaginians*, vol 3. Tradução Leonhard Schmitz. London: Taylor, Walton, Maberly, 1852c.

PAYEN, Pascal. Johann Gustav Droysen et l'histoire de l'hellénisme. L'époque hellénistique entre Alexandre et la Prusse. In: DROYSEN, GUSTAV. *Histoire de l'hellénisme : 2 volumes*. Tradução Auguste Bouché-Leclercq. Éd. intégrale ed. Grenoble: Editions Jérôme Millon, 2005.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 122-138
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10091

ROBERT, Louis. De Delphes à l'Oxus, inscriptions grecques nouvelles de la Bactriane. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, v. 112, n. 3, p. 416-457, 1968.

SCOPACASA, Rafael. Hegemonia romana e transformações culturais no mediterrâneo (séculos IV-II a. C.): novas perspectivas da história global. *Revista de História*, n. 177, p. 01-35, 23 maio 2018.

SEBASTIANI, Breno Battistin. Droysen's concept of Hellenism between philology and history. *Aitia. Regards sur la culture hellénistique au XXI^e siècle*, n. 5, 8 jul. 2015.

SILVEIRA, Aline Dias Da. Algumas experiências, perspectivas e desafios da Medievalística no Brasil frente às demandas atuais. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72, p. 39-59, 15 set. 2016.

THONEMANN, Peter. *The Hellenistic age*. First edition ed. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

ENTRE O ANTIGO E O MUNDO MODERNO: GUERRA E COMUNIDADE NA *TIPOLOGIA DAS CIDADES* DE MAX WEBER

Guilherme Moerbeck¹

Resumo

Economia e Sociedade, uma das obras mais influentes do início do século XX, com reflexos em diversos ramos das Ciências Humanas, é um texto de especial interesse aos pesquisadores da História Antiga, em especial na *Tipologia das Cidades*. Ainda que os objetivos maiores de Max Weber ao compor o seu texto estivessem vinculados, flagrantemente, à avaliação do mundo contemporâneo, a densidade do texto weberiano, fruto de uma erudição ímpar, revelou uma análise profunda e singular sobre a pólis, a cidade grega antiga. O objetivo desse artigo é analisar, sob a luz da crítica historiográfica e de uma análise cuidadosa da *Tipologia*, as escolhas interpretativas de Weber, em especial, no que se refere aos tipos ideais que construiu para compreender a cidade dos gregos antigos.

Palavras-chave

Max Weber; *Economia e Sociedade*; *Tipologia das Cidades*; Pólis; Cidade-Estado; Tipos-ideais.

¹ Professor Doutor – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: gmoerbeck@yahoo.com.br

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 139-167

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10108

Abstract

Economy and Society, one of the most influential oeuvres of the early twentieth century, with impact in several branches of the Human Sciences, has in one of its parts a text of particular interest to researchers of Ancient History, the *Typology of Cities*. Although Max Weber's significant aims in composing his text were, blatantly, to evaluate the contemporary world, the density of the Weberian text, the fruit of a unique erudition, revealed an in-depth and singular analysis of the ancient Greek city. The purpose of this article is to analyze Weber's interpretive choices, in the light of historiographical criticism and a careful analysis of the *Typology*, in particular as regards the ideal types which he made to understand the city of the ancient Greeks.

Keywords

Max Weber; *Economy and Society*; *Typology of Cities*; Polis; City-State; Ideal types.

Introdução

Max Weber, nascido no mesmo ano em que Fustel de Coulanges publicava *A Cidade Antiga*, 1864, teve uma vida cheia de atribulações de ordem política. Censurou a entrada da Alemanha na Primeira Guerra e, depois, direcionou suas críticas ao Kaiser, Guilherme II, cuja condução da guerra o desagradava. Não deixou de criticar os grupos revolucionários de esquerda que foram sufocados na República de Weimar, nem tampouco poupou de críticas a ascensão da extrema direita na mesma época. O isolamento político de Jacob Burckhardt não servia a Weber, muito embora este mesmo pensasse ser a inserção na política e na ciência percursos que requeriam diferentes compromissos éticos. As suas profundas incursões por tantas áreas lhe renderam muitas obras, até hoje tidas como marcos na produção científica, mas também períodos de convalescença oriundos de fortes crises psíquicas, relacionadas à morte do pai em 1897 e às decepções políticas na Alemanha da sua época (Pollak, 1996: 59-60; Pollak, 1996b: 87-8; Moerbeck, 2016: 89-90).

O objetivo central desse artigo é o de analisar da forma mais sistemática possível as considerações de Weber sobre a cidade ocidental antiga, com especial atenção ao caso grego. No entanto, uma pequena digressão inicial pode ser útil para trazer ao horizonte do leitor alguns elementos de advertência. Deve ser lembrado que a tipologia das cidades é uma abordagem profundamente sociológica e de viés fortemente comparativo entre muitas sociedades antigas, que vão desde a Grécia, Roma, China, Egito, Índia, Japão, Mesopotâmia, além de outros períodos como a Idade Média. Tendo como ponto de referência a forma de dominação legítima e racional, o Estado moderno, Weber se propõe a pensar as formas de dominação não legítimas, como a cidade antiga (Finley, 2013: 17-9). Atente-se que, na acepção weberiana, o Estado moderno era “um sistema de instituições e de relações impessoais que envolvia [...] uma entidade territorial com um poder centralizado que monopolizava o uso do poder coercitivo” (Goldstone e Haldon, 2009: 5).

Nesse mesmo sentido há um conjunto muito relevante de debates acerca das inspirações de Weber nos debates relativos à natureza da economia na Antiguidade, que remonta ao final do século XIX e tem a ver com discussões na área da Economia que mobilizavam as escolas alemã, austríaca e inglesa, em especial o economista Karl Bürcher. As problemáticas relativas à aproximação de Weber do primitivismo e debates com outras correntes da economia da época devem interessar ao leitor, pois formam a base de algumas das mais importantes reflexões weberianas. Embora não desenvolvidas de forma didática aqui, foram abordadas muitas vezes por historiadores e sociólogos que as explicam em maiores

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p.139-167

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10108

detalhes (cf. Carvalho, 2011: 45-7; 51-2; Carvalho, 2018: 447; 463-4; Cardoso, 2005: 133-48; Iggers, 1983: 8-10; Vlassopoulos, 2007: 36-7; Palmeira, 2009: 95-6; Morley, 2004: 33-7; Scheidel; Morris; Saller, 2008: 1-2; Nippel, 1991: 20-1; Cohn, 2002: 8-10).

A cidade antiga ocidental: o longo percurso da tipologia das cidades.

Conceitos e categorias de cidade

Como caracterizar conceitualmente uma cidade? Para Weber, é o que se constitui como um “povoado” em “um assentamento fechado” e não como um conjunto de moradias isoladas (Weber, 1999: 408). Se a quantificação de habitantes, bem como a disposição espacial das edificações são importantes, não é menos relevante o aspecto jurídico como elemento definidor da existência de uma cidade. A formação de uma cidade depende: a) da existência de um centro, que pode se confundir com uma sede senhorial e/ou um *oikos*². Weber está pensando nas possibilidades da formação da cidade em termos de necessidades econômicas, no comércio e nas suas formas de relações políticas; b) da realização regular de trocas de bens. Nesse sentido, deveria existir um mercado que atendesse às necessidades dos moradores.

Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é ‘localidade de mercado’, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado [no qual] também a população não urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis [...] a cidade (no sentido aqui adotado da palavra) é um *assentamento* com mercado permanente (Weber, 1999: 409-410).

O elemento político-administrativo também opera na caracterização do conceito de cidade. Ao proclamar-se como unidade autônoma, uma comunidade (*die Gemeinde*)³ com instituições políticas e administrativas especiais, ter-se-ia, outrossim, a formação de uma cidade. Não menos importante é a ideia de que a cidade na antiguidade se constituiria como uma guarnição militar, como uma fortaleza, expressa material e simbolicamente por meio de uma muralha.

² O *oikos* é considerado por Weber um grande consumidor do mercado local, por meio do qual poderia satisfazer as suas necessidades de serviços ou produtos (Weber, 1999: 409-10).

³ Os tradutores para o português optaram pela palavra comuna, enquanto em inglês puseram a palavra “commune” entre aspas. Eu adoto a palavra comunidade em meu texto por ser, hoje, um termo antropológico mais corrente e que parece fazer mais *jus* ao sentido empregado por Weber no decorrer de seu texto.

Em busca de uma tipificação da cidade, Weber estabeleceu pelo menos duas variáveis que serviam de elementos preditivos por meio das quais ele construiu um tipo-ideal: a primeira é a forma de *consumo realizado pela cidade*; a segunda, é a *relação entre cidade e campo*⁴. O tipo de cidade-fortaleza que Weber imagina organiza-se a partir da conjugação de elementos militares, políticos e jurídicos (estamentais) que envolvem espaços de reunião da assembleia militar de cidadãos. Tudo isto deveria ser somado à existência do mercado local. Essa composição é denominada “dualismo plástico”, o que faz o autor alemão ressaltar que, no caso ático, a ágora era o espaço no qual se resolviam as questões econômicas, políticas e, até mesmo religiosas, antes de haver uma *pnux* (Weber, 1978: 1224; Weber, 1999: 419-20).

Em síntese, essa comunidade, tipicamente ocidental, ou ao menos muito mais frequente, dependia da formação de

[...]povoados com caráter artesanal-comercial pelo menos relativamente desenvolvidos, que apresentassem as seguintes características: 1) uma fortificação, 2) um mercado, 3) um tribunal próprio e pelo menos parcialmente um direito próprio, 4) caráter de associação e, ligadas a este, 5) autonomia e autocefalia pelo menos parciais e, portanto, uma administração realizada por autoridades, em cuja nomeação participassem de alguma forma os cidadãos como tais (Weber, 1999: 419-20).

Por vezes, é difícil lidar com a argumentação de Weber, pois, a despeito de sua busca classificatória acerca do que seria uma cidade e comunidade, em alguns momentos fica muito pouco explícito se havia variações em seus

⁴ Weber desenvolveu a noção de tipo ideal, um recurso metodológico, para responder aos problemas que a enorme variedade de fenômenos observáveis na vida social requeria. Consiste em tomar certos traços da realidade, exagerando-os unilateralmente, de tal forma que pudessem ser percebidos na maneira mais pura possível. O tipo-ideal parte do mundo empírico e suas infinitas possibilidades para criar um instrumento analítico que não pode ser equiparado ao mundo vivido de maneira direta, pois apenas um fragmento dessa realidade poderá constituir-se, de cada vez, objeto da apreensão científica. Assim, tratava-se de selecionar uma determinada variável cultural, por exemplo: como determinados preceitos religiosos foram importantes no desenvolvimento de um sentido ético-religioso de trabalho. Tais preceitos, ao orientar a vida por meio de um *ethos* ascético, sustentáculo de uma moral que despreza o corpo e suas sensações como busca do aperfeiçoamento espiritual, impulsionaram as ações e a formação de um estrato capitalista e de ideias capitalistas. Estas relacionavam-se às condutas racionais que levaram ao sucesso no trabalho e que se expressam simbolicamente como sinal da “salvação” em determinadas sociedades cuja base era protestante. A questão fundamental para Weber, neste caso, é que o indivíduo que incorporou a ética do espírito do capitalismo não é produto, mas produtor o próprio regime em questão (Cohn, 2002: 8; Weber, 1999b: 105-110, Weber, 2001: 35-42; Mathias, 2006: 4-8; Cardoso, 2012: 8-10; Ringer, 2004: 116; Fontana, 1998: 169-185; Carvalho, 2011: 61).

conceitos. O que significaria empiricamente “autocefalia e autonomia ao menos parciais”? O que fazia a autonomia ser parcial, qual o critério? Quando diz que a Idade Média está fora desse modelo, refere-se a toda a Idade Média⁵? E quanto às comunidades urbanas modernas, quais atenderiam a esse critério de elegibilidade à categoria de comuna/comunidade?

Dois tipos-ideais: a cidade consumidora e a *Ackerbürgerstadt*

O mais conhecido dos tipos-ideais de Weber, muito por conta da apropriação feita por Moses Finley, gira em torno da ideia de cidade consumidora (*Konsumentenstadt*)⁶. A cidade consumidora é um construto que depende de uma especificação: quem consome o quê? Prevalece a ideia de que a cidade é composta de consumidores rentistas, isto é, proprietários de terras que viviam das rendas provenientes delas para adquirir outros produtos no mercado local. Note-se que Weber é cuidadoso ao alertar aos mais empiristas que “parece óbvio que quase todas as cidades empíricas constituem tipos mistos e, por isso, somente podem ser classificadas segundo os seus componentes econômicos predominantes” (Weber, 1999: 412).

Quando menciona o caso da Antiguidade em termos genéricos, Weber quer se referir ao caso grego e romano, fora isto, faz menções explícitas ao oriente próximo ou extremo. No mundo ocidental, que também inclui a Europa Medieval, as cidades abrigavam “propriedades feudais e sedes de linhagens com senhorios territoriais fora da cidade e, muitas vezes, também com grandes propriedades fundiárias dentro da cidade [...]” (Weber, 1999: 426).

Talvez seja importante esclarecer que Weber utiliza termos que causam certo desconforto à leitura contemporânea. Muitas vezes, menciona a existência de um capitalismo antigo, embora não queira se aproximar de um viés analítico modernista. Ao contrário, Weber reconhece a natureza específica da economia antiga, de forma análoga ao que faz com a ideia de Estado moderno quando comparadas às formas de dominação ilegítimas

⁵ Weber retoma essa ideia mais à frente comparando, grosso modo, algumas características da cidade antiga ocidental com as da região do sul da França e do Norte da Península Itálica para a baixa Idade Média.

⁶ Há outros tipos-ideais, como a cidade mercadora (*Handelstadt*) e a cidade produtora que, por serem mais encontradas em sua forma ideal no período medieval, são importantes para nós, apenas na medida em que ajudam na compreensão dos modelos de cidades mais típicas para a antiguidade ocidental (Weber, 1999, p. 412-25).

(pré-modernas). Ao falar de capitalismo, relaciona-o a um sentido geral, isto é, em como “uma economia de produção a satisfação das necessidades de um grupo humano se faz por intermédio da empresa, pouco importando a natureza das necessidades a satisfazer (Weber *apud* Carvalho, 2018: 468)”. Weber utilizou, embora com menos frequência no *Economia e Sociedade*, a ideia de feudalismo citadino. A ideia weberiana de que a cidade grega arcaica era uma “corporação de guerreiros ligados a um sistema de caráter igualitário” já aparecia em texto anterior, no *Agraverhältnisse*. A estrutura escravista teria sido um dos elementos que fez com que a cidade feudal perdesse força ainda na antiguidade. O caso espartano seria o mais característico de um processo de democratização, que acabou com a forma de feudalismo e de domínio senhorial na antiguidade (Colognesi, 2001: 21-2). Novamente, uma ideia que pode parecer estranha ao olhar contemporâneo, mas é exatamente a noção que Weber queria expressar, ao ver como os esparciatas mantinham a forma de divisão da terra entre si, concomitante à diminuição dos poderes vinculados a uma estrutura mais aristocrática.

Outro tipo-ideal, oriundo da relação entre cidade e agricultura, opera na conformação de uma cidade de agricultores/ “*agrarian cities*” / *Ackerbürgerstädt* (Weber, 1999: 412; Weber, 1978: 1217). Trata-se de um tipo de cidade que o próprio Weber enfatiza ser “a grande maioria das cidades típicas (póleis) da Antiguidade” (Weber, 1999: 413). Em linhas gerais, Weber constrói um tipo-ideal no qual os cidadãos são produtores agrícolas residentes na cidade, mas que vão trabalhar diariamente em campo próximo (Hansen, 2006: 86).

Três elementos da cidade antiga ocidental

Outro empenho de Weber no sentido de compreender a cidade foi o de tipificá-la como uma *cidade ocidental*, havendo uma diferenciação ainda a fazer, pois existiam os modelos antigo e medieval. Há, pelo menos, três características que definem o fenômeno da cidade ocidental antiga, ela era: estamental, militar e religiosa.

O caráter estamental é central e refere-se, no caso antigo, ao pertencimento ou não a um clã⁷, além de considerar o fato da existência da posse de terras. Segundo o nosso autor, o mundo mediterrânico era onde essas diferenças estamentais se apresentavam de forma mais acentuada. Muito embora,

⁷ Mais à frente, Weber trata de forma análoga o termo clã à fratria encontrada em Atenas (Cf. Weber, 1999: 430).

como um “mercado de oportunidades”, a cidade mediterrânea oferecia oportunidades para os ganhos materiais, desde as construções públicas em Atenas, nas quais escravos conviviam com trabalhadores livres, até ao que se refere às possibilidades em torno do *peculium*⁸ em Roma. Assim, o fato de existir um sistema estamental, que garantia privilégios jurídicos a um determinado grupo social, não impedia que, na esfera econômica, houvesse a coexistência de cidadãos de status superior com habitantes que, embora inferiores sob um determinado prisma, acumulassem mais riquezas do que os próprios cidadãos. “A cidade ocidental, tanto na Antiguidade quanto na Rússia, era um lugar de ascensão da servidão à liberdade, por meio da atividade aquisitiva no regime da economia monetária” (Weber, 1999: 426-7).

Para Weber, muito pouco importa precisar as diferenças na realidade grega vista em sua diacronia e, nem mesmo, entre as civilizações grega e romana que, neste momento de seu texto, aparecem quase que completamente fundidas. Em geral, Weber utiliza a mesma terminologia para a cidade da Idade Média quanto para a Antiguidade. Um exemplo é o termo burguesia, que é análogo a artesãos/mercadores/comerciantes. No entanto, ao observar a relação entre cidade e campo, preserva as distinções entre a cidade antiga e a medieval. É esta a variável que separa esses mundos. Na análise weberiana, o mundo medieval e sua cidade produtora conjugavam o gérmen do que veio a ser o capitalismo⁹.

A cidade antiga ocidental de Weber se constituiu a partir de um conjunto de instituições políticas e jurídicas que garantiam a separação estamental do cidadão urbano dos outros grupos que habitavam a pólis. Isolando-o analiticamente sob esse prisma, o cidadão era o membro superlativo da pólis. A cidade desenvolvida tanto na Antiguidade quanto na Idade Média era uma “associação constituída como irmandade”, mas em cujo núcleo residia a forma de associação religiosa, “um culto exclusivo da associação de cidadãos, um deus ou santo da cidade que os protegesse como tais” (Weber, 1999: 429).

Embora não houvesse, como acontecia na Índia e na China, o impedimento do casamento de cidadãos urbanos por conta de tabus, Weber pondera que

⁸ Como é bastante sabido, processo por meio do qual um escravo pode reunir recursos para comprar a sua manumissão.

⁹ No mundo medieval ocorreu “uma apropriação monopolista das oportunidades de ganho pelo trabalhador [mestre] individual” baseada no trabalho livre e não no escravo. Este era amplamente utilizado do modelo da cidade antiga ocidental. Note-se ainda, que “a organização livre do artesanato com regulamentação de corporações é classicamente ilustrada pela Idade Média europeia e só em tal caso tornou-se a forma predominante” (Weber, 1964: 261; 233).

os atos sagrados dos clãs eram vedados àqueles que não eram seus membros natos, como nos rituais de comensalidade (Weber, 1999: 430). A origem da própria pólis é marcada por essa organização clânica, pondera Weber. Argumentação esta que nos leva a traçar uma vinculação sensivelmente próxima à desenvolvida por Fustel de Coulanges, embora Weber não o cite em nenhuma passagem do longo texto da tipologia das cidades (Fustel, 2009; Hartog, 2001: 7-46; Herán, 1987: 67-97). Essa aproximação também tem a ver com o fato de essas comunidades familiares (clãs) serem baseadas em uma ascendência comum “que constituía, por sua vez, uma associação cultural rigorosamente exclusiva em relação a estranhos” (Weber, 1999: 430). Ademais, tais clãs ou mesmo as suas confederações possuíam, sobretudo, um caráter militar, que foi sofrendo transformações em suas formas organizativas com o passar do tempo¹⁰. Essas linhagens que compõem as cidades e se unem aqui e ali numa simbiose entre a religião e guerra foram perdendo o seu amálgama desde a origem da pólis até o Período Clássico.

É bem verdade que Weber, em outra parte da *Tipologia*, foi bem mais cuidadoso na análise desse processo sob o ponto de vista diacrônico, o que, no entanto, não o impedia de fazer toda sorte de analogias. Para além da questão de uso conceitual, o problema é que Weber compara, sem maiores reservas, ritos da comensalidade nos *genoí* gregos aos eventos descritos em uma carta de Paulo aos Gálatas, na qual tece um relato dos ritos de confraternização. Note-se que Weber está trabalhando com, pelo menos, quinhentos anos de distância no tempo. Ainda que seja quase impossível ao historiador da antiguidade não aceitar certo anacronismo conceitual no processo analítico, especialmente no percurso entre passado e presente, é preciso enfatizar, como o fez Nicole Loraux, o fato de que, por um momento, é preciso “suspender as próprias categorias culturais” para depois se pôr num pêndulo temporal. Assim, o anacronismo pode ser um instrumento interessante à reflexão histórica, desde que esteja sob controle e que o historiador permaneça consciente de suas propriedades (Weber, 1999: 430; Loraux, 1992: 57-70)¹¹.

Em seu próprio devir temporal, a pólis se impôs como uma comunidade estamental de cidadãos com especial atenção à formação militar. Em alguns momentos, Weber caminha, novamente, muito próximo à interpretação fusteliana, embora seja do alemão a maior ênfase nos efeitos dessa comunidade militar. Ao se olhar as cidades medievais, o que se vê é

¹⁰ Na minha leitura, Weber parece sugerir as reformas de Clístenes no bojo dessas transformações.

¹¹ Seria injusto não agradecer à Prof^a. Marta Mega de Andrade por me apresentar este texto de Nicole Loraux.

uma “confederação de cidadãos individuais”, de pais de família. Na Antiguidade, havia uma noção de “comuna”, com autonomia política, em contraposição a de Estado, somente com o Estado helenístico a comuna perderia a sua autonomia (Weber, 1999: 431). Essa questão tencionava a avaliação que Weber fazia da política moderna, para o qual a política era o conjunto de esforços visando participar do poder ou influenciar a divisão do poder, seja entre estados, ou no interior deles. Assim, para Weber, e depois para Finley, o *locus* no qual opera a política é o Estado, pois toda pessoa que participa da política aspira ao poder independentemente dos seus fins¹² (Weber, 2002: 60-1, Finley, 1985: 68-73; Mac Gaw, 2003: 238-49).

Dentre outras coisas, Weber assinala que as religiões da Antiguidade conheceram apenas o vestígio do culto aos antepassados como uma limitação tabu, as compara às realidades indianas e asiáticas em geral, e isso se devia a questões religiosas internas ou, com pouca certeza, em relação à vida marítima e à expansão colonial que ajudavam a romper vínculos clânicos mais exclusivos.

E mesmo que na Antiguidade fossem por toda parte restabelecidos artificialmente, segundo a tradição, mediante a organização das novas comunidades em associações de *gentes* e *fratrias*, a unidade fundamental não era mais a associação gentilícia, mas a associação militar da pólis (Weber, 1999: 431).

Tanto para o caso ateniense quanto para o caso romano, a fundação da cidade formava uma comunidade religiosa que poderia envolver diferentes grupos étnicos. O que parece fundamental é que “[...] pertencer a uma dessas associações permanecia a característica do cidadão pleno...” (Weber, 1999: 433). O que se quer frisar é ideia de que no mundo medieval o cidadão adquire existência individual em sua comunidade e em sua posição jurídica, enquanto na antiguidade, as várias formas de associação político-jurídica, e mesmo religiosas, embotam, ou ao menos tornam bem mais complexa, a visualização dessas redes de relação cidadinas.

Embora Weber utilize termos como: nativos e membros de tribos estranhas (cf. Weber, 1999: 432-3), deve-se mencionar que há uma interessante reflexão acerca das relações comunitárias étnicas no *Economia e Sociedade*. Ressalto aqui a ideia de Weber de que uma comunidade, [importante notar o uso desse termo ao longo de toda a *Tipologia*], pode fixar-se em certas convenções, atuando como geradora de costumes. Por consequência, seleciona tipos antropológicos na base da criação de sujeitos sociais. A

¹² Não se deve confundir a ação política com a noção ou conceito de poder. Para Weber, o poder é algo mais geral que está ligado à possibilidade de uma pessoa ou várias, numa ação social, impor a vontade própria em uma ordem jurídica, ainda que não somente na estatal (Weber, 1999: 154-186).

diferença em relação ao exterior, (às outras comunidades), assim como a homogeneização interna pode ocorrer a partir de elementos quaisquer, por mais superficiais que sejam. Acerca desse problema, Fredrik Barth veio falar de fronteiras étnicas, o que muito guarda relação com as formas de distinção a que Weber faz menção. O que chamamos hoje de processo de alteridade, de fabricação do humano, do outro por meio da seleção de um elemento cultural variável no tempo. Dessa maneira, encerra Weber, mostrando que qualquer forma comum ou contrária do hábito ou costume pode gerar uma crença subjetiva de que existe uma afinidade ou heterogeneidade de origem. Notadamente, a crença na afinidade de origem pode ter consequências importantes para a formação de comunidades políticas (Weber, 1999b: 267-77; Barth, 1998: 185-227).

A cidade grega na diacronia weberiana

A cidade das linhagens

Apesar da ancoragem temporal irregular nas reflexões de Weber, a segunda parte de sua *Tipologia*, em especial a da cidade grega, assume uma orientação mais precisa do ponto de vista cronológico. O início de sua narrativa refere-se à pólis em seus primórdios, portanto, algo entre os séculos VIII e VII a.C. Este é um período aparentemente híbrido, pois já não é o da realeza micênica e de seu aparato patrimonial-burocrático que remete às formas de dominação orientais, mas de um governo baseado em linhagens aristocráticas, de guerreiros que se unem em um exército cavaleiresco nos quais os duelos ainda decidem as batalhas. Note-se que Weber continua utilizando conceitos que transitam entre a realidade grega, romana e mesmo medieval. Na relação entre Agamemnon e Aquiles, fala na doação de um feudo (Weber, 1999: 457), depois, ao tratar da imagem de anciões que aparecem no escudo de Aquiles; menciona ainda, os clãs de “*honoratiores* que se destacam pela propriedade e pelos méritos militares” (Weber, 1999: 458). Acompanhar a reflexão weberiana inclui o esforço de interpretar tais conceitos segundo a semântica que concerne ao próprio autor e não apenas por meio da crítica contemporânea dos mesmos.

A cidade aristocrática típica da antiguidade, segundo Weber, era aquela que reunia alguns elementos: trata-se de uma cidade litorânea, fora do território da pólis -, não é possível inferir se Weber se refere ao núcleo urbano ou ao território da cidade como um todo¹³. Havia aldeias (*chomai*) e união de tribos (*ethne*). O processo de sinecismo, base da formação da

¹³ Se se tratar do núcleo urbano, é símile ao que, analiticamente, Robin Osborne uma vez chamou de *town* para a cidade grega antiga (Osborne, 1987: 9).

pólis, pressupõe a convivência dessas linhagens, eventualmente com um rei, e, retomando o argumento expresso algumas páginas acima, utilizando-se de um “castelo fortificado” (Weber, 1999: 459). Os mundos grego e romano aparecem, às vezes, como uma tinta borrada no papel de Weber, nas poucas vezes que se refere a outros autores, como a E. Gothein, menciona que “[...] as [linhagens] da Antiguidade continuavam, em parte, residindo em seus castelos rurais ou pelo menos possuíam – e isto constituía regra – casas de campo, além de uma sede urbana” (Weber, 1999: 459).

O conjunto das relações sociais que dão vida à forma espaço-territorial expressa acima é composto fundamentalmente por uma economia de subsistência e de um “comércio passivo”¹⁴ aliados a um elemento militar com preceitos éticos estruturantes, talvez um *habitus*, em torno da valorização do jovem e da cultura *agonística*. A valorização dos jovens na cidade, especialmente em torno da impetuosidade para a guerra, aparece de maneira controversa entre os antigos. O olhar de Eurípides na sua *Suplicantes* mostra um pouco dessa tensão. Por um lado, a cidade que anula a força dos jovens torna-se fraca e alimenta a ascensão de tiranos, por outro, o furor belicoso em demasia, a *philotimia* da juventude pode colocar o futuro de uma pólis em risco (Bourdieu, 2009: 87; Moerbeck, 2017: 263-75). Em síntese, para Weber, a pólis se estruturava em torno de um caráter gentilício (*genoi*), nos quais o poder carismático era estruturante das relações sociais.

O processo de consolidação do poder da pólis, ainda nesse período, teve a ver com o fato de as comunidades de culto inerentes à cada linhagem terem perdido poder para a cidade. Era por meio do ritual de comensalidade, característica da cidade ocidental, que uma nova comunidade era fundada. “Na Antiguidade, essa confraternização significava o nascimento de uma nova comunidade local de comensais e cultural [...] opunha-se à confraternização o culto de cada linhagem, que excluía por toda a parte os não-membros [...]” (Weber, 1999: 460)¹⁵. A pólis se torna a senhora do patrimônio dos deuses. Por outro lado, no mundo oriental, como a China e a Índia, a divisão em castas impedia esse tipo de fraternidade que, no caso da Idade Média, será assumida pela comunidade de cristãos, por meio da eucaristia (Nippel, 1991: 26-8).

¹⁴ Weber insiste que, para aquela época, o comércio ativo ainda estava nas mãos dos fenícios (Weber, 1999: 458).

¹⁵ Não é incomum que Weber teça comparações com o Período Clássico – como no caso do enfraquecimento dos *genoi*, a concentração das necrópoles próximas à cidade e a função das *phylai* na política e administração da cidade Cf. (Weber, 1999: 460-1).

A relações econômicas parecem ser um tanto quanto ambíguas nas formulações de Weber. O argumento em relação à Ática é o de que os *astoi*, (residentes nas cidades, mas deve ser entendido como cidadãos para o sentido que Weber deu ao termo), eram os que acumulavam as melhores terras e as exploravam por meio da servidão por dívidas, em detrimentos dos camponeses (*diacrios*) que, por sua vez, ocupavam as encostas, muito menos produtivas. Parece claro que Weber se refere aqui ao período pré-Sólon, ao informar que esses *agroikoi* e *perioikoi* estavam aliados da participação política, que ficava nas mãos da camada guerreira urbana¹⁶.

Do ponto de vista econômico, a propriedade da nobreza era, como é natural, sobretudo de caráter senhorial-territorial. Os serviços dos escravos, servos e clientes [...] constituíam a base da satisfação das necessidades [...] a fonte do poder econômico da típica nobreza urbana era a participação direta ou indireta no comércio ou na navegação, que ainda na época tardia era considerada compatível com a posição social e somente em Roma foi proibida aos senadores (Weber, 1999: 462).

Weber analisa em um mesmo conjunto a situação do patriciado da Babilônia, da Hélade e da Idade Média e não há nenhum indício mais específico a qual período exatamente se refira. No entanto, o julgamento do nosso autor quanto à participação da “nobreza típica” no comércio não se sustenta à análise mais detida dos argumentos utilizados nos escritos dessa mesma elite, ao menos no caso da grega¹⁷. Nobreza típica, sem dúvida, é um conceito frouxo, ainda mais utilizado para tantas realidades socioeconômicas distintas. O máximo que podemos deduzir, à guisa de síntese ao leitor, é que se trata de uma nobreza fundiária que possuía residência na cidade. Para o caso grego, ambigualmente no discurso de Weber, a nobreza parece se envolver com o comércio e com a navegação sem que isso lhe causasse estigma social algum.

Um erro muito comum em historiadores do XIX, era considerar a visão negativa que a elite ateniense atribuía ao trabalho artesanal e/ou comercial como se fosse um desiderato universal, ou seja, inerente à toda a população ateniense, quiçá mesmo a todos os helenos. Essa visão foi expressa em muitos autores do período clássico, como Xenofonte, Aristóteles e Aristófanes, sendo, posteriormente, problematizada e lida à contrapelo pela historiografia contemporânea (Pires, 2014: 815). De toda maneira, subsiste a dúvida se Weber ignora ou se discorda desse ponto de vista da

¹⁶ Para uma reavaliação do papel dos grandes legisladores e a questão do poder carismático, cf. (Arnason, 2013: 30-33)

¹⁷ Ellen Meiksins-Wood explica muito bem o processo de apropriação da opinião da elite ateniense pela historiografia contemporânea como se tratasse da opinião dos atenienses como um todo, (cf. Meiksins-Wood, 1989: 05-42).

elite grega. Afirmar que o comércio poderia ser amplamente feito pela aristocracia, sem que isso não lhes incutisse mancha social, seria uma perspectiva divergente das leituras da mesma época.

Navega-se nos argumentos de Weber com dificuldades. Trata-se de uma incômoda percepção pensar que, para o caso de muitas cidades, o tipo da cidade de agricultores (*Ackerbürger*) expressasse uma realidade demasiado modesta para que pudesse existir um comércio e navegação como a “fonte do poder econômico da típica nobreza urbana”. Por outro lado, Weber acentua o caráter consumidor de cidades que possuíam forte comércio, como Atenas e Corinto. Ora, se estas são hipotéticas cidades consumidoras, dadas as suas características populacionais e territoriais, como pensá-las a partir da perspectiva de uma elite que se dedicava fortemente ao comércio, embora, contraditoriamente, desprezasse esse mesmo comércio no nível ideológico no âmbito discursivo? Há algo que não se encaixa nessa sistemática. Ou Weber está certo na afirmativa acima, e o comércio é tão importante que as grandes cidades gregas não se encaixariam facilmente em tipo-ideal algum, ou o nosso autor não enxerga de maneira clara as distinções de valor que a aristocracia ateniense fazia quanto ao trabalho na terra, no artesanato e no comércio. Ao termo, Weber parece não resolver em que medida a relevância do comércio afetaria a lógica de uma cidade centrada no consumo, em seu próprio mercado interno e na redistribuição monetária por meio das rendas oriundas do campo e do próprio Estado¹⁸ (Vernant e Vidal-Naquet, 1989; Moerbeck, 2017; Wood, 1989: 05-42. Paiaro, 2018: 93-134).

A cidade plebeia

O objetivo central de nosso autor nesse trecho da *Tipologia* é o de refletir sobre o processo através do qual a cidade de linhagens começa a erodir. Nesse percurso, Weber não se furta a múltiplas comparações da cidade antiga com o mundo medieval, especialmente no tocante ao surgimento do *popolo* (empresários e artesãos) nas cidades do norte da Península Itálica, o que envolvia o financiamento da ação das massas contra a nobreza de linhagem. As referidas ações seriam símiles às lutas institucionais da plebe, no âmbito da política da república romana, especialmente no que se refere aos interesses plebeus defendidos pelo tribuno da plebe¹⁹.

¹⁸ Deve ser lembrado que Weber só possuía os textos dessa elite (ateniense ou não) para a sua reflexão, assim, a sua análise acaba por ser guiada pelas ideias dos autores antigos.

¹⁹ Uma das referências de Weber nesse trecho é Eduard Meyer (Weber, 1999: 474).

O que Weber quer precisar é que a luta contra as linhagens são lutas estamentais. Assim, seu interesse é declaradamente ver as similitudes no *modus operandi* das divisões legais, a despeito das diferenças políticas, sociais e econômicas dos mundos grego, romano e medieval, porque: “[...] não se dispõe de uma variedade infinita de formas técnico-administrativas para regular compromissos estamentais dentro de uma cidade ...” (Weber, 1999: 475).

Essas mudanças sociais não significaram a igualdade irrestrita imediata, mas, na verdade, um processo em etapas. Na primeira, no caso da democracia ateniense, o voto na Eclésia, a assembleia popular, foi concedido a todos os cidadãos. Depois disso, o pertencimento à nobreza de sangue deixa de ser critério *sine qua non* para a ocupação de altos cargos públicos e nos conselhos. Por fim, mesmo pequenos comerciantes e artesãos não proprietários de terra conseguiram ascender a todos os cargos públicos da cidade. Dessa forma, o censo econômico, que ainda criava barreiras à participação política, desaparece na Atenas do século IV a.C.

Embora, novamente, lembre em alguns aspectos a análise fusteliana, Weber revela interesse em uma avaliação mais detida na maneira como as mudanças de caráter administrativo-jurídico também se expressavam na dimensão espacial da pólis. Para isso, utiliza o caso da democracia ateniense, que criou um distrito local, denominado *demos*, uma “subseção de todo o território e fundamento de todos os direitos e deveres na pólis (Weber, 1999: 477)²⁰. A pólis deixa de ser “uma confraria de associações militares e gentílicas [e passa a ser] uma corporação territorial de caráter institucional” (Weber, 1999: 477). Dessa forma, “em lugar da judicatura carismática irracional apareceu a lei. Paralelamente à eliminação da dominação das linhagens, iniciou-se a legislação” (Weber, 1999: 477). Com a diminuição do poder do Areópago, provavelmente na década de 480 a.C., teria ocorrido um tipo de fratura simbólica do poder aristocrático, empreendida durante o arcontado de Efialtes que, após comandar a realização das reformas, foi assassinado.

A virada à democracia mantém íntima relação com a mudança de um governo baseado nas ligações consanguíneas e de poder carismático para aquele em que se governa mediante o uso da lei, da eleição de magistrados

²⁰ Noutro trecho, Weber menciona que a cidade democrática estava dividida segundo tribos e *demoi* e possuíam caráter eminentemente rural. A divisão da cidade em bairros é algo que a cidade antiga compartilha com a da Idade Média e mesmo com a oriental. Havia, de toda forma, um domínio da cidade, de tal forma que “formalmente as aldeias se tornassem [...] subdepartamentos da cidade” (Weber, 1999: 498).

e por meio de sorteios²¹. De forma concomitante à criação de uma visão da elite ateniense sobre o trabalho, há, outrossim, o surgimento de um *topos* discursivo que caracterizava uma ideologia democrática. Assim, não apenas na *Política* de Aristóteles, mas, bem antes, nas *Histórias* de Heródoto e nas *Suplicantes* de Eurípides aparecem claramente os elementos que dão forma àquilo que os atenienses entendiam como a base do regime democrático (Moerbeck, 2017: 151-223).

Weber ressalta que a democracia trouxe consigo um novo tipo de dirigente, geralmente um estrategista, um dos dez generais de Atenas que, embora fosse um servidor público, não o era na acepção moderna da palavra. A remuneração para o cargo era muito pequena, não havia uma carreira pública como, em certo sentido, houve em Roma algum tempo mais tarde, até porque, em muitos casos, sequer se poderia ser reconduzido ao cargo. O estrategista, que poderia ser reeleito e requeria atividade integral, era ocupado por pessoas abastadas.

O processo em questão começa a aparecer sutilmente no discurso de Weber como uma espécie de elemento de deformação do governo da lei, assim, “o verdadeiro dirigente da política, criado pela democracia plenamente realizada – o demagogo – costumava ser formalmente em Atenas, no tempo de Péricles, o supremo funcionário militar” (Weber, 1999: 478). Neste momento, foi estabelecido com o povo um tipo de relação que transcendia a lei e o cargo, enquanto cidadãos importantes atuavam por meio da “influência pessoal e na confiança”, novamente, estamos muito próximos do que Weber define como o poder carismático, que estava na base do funcionamento do sistema ateniense (Weber, 1999: 478).

Nesse sentido, Weber se apropria de uma visão bastante negativa dos “desvios” da democracia ateniense produzida no século IV, muito influenciada por autores como Aristóteles e Aristófanes. O domínio carismático, que se estabeleceu concomitantemente às diversas bases legais²², ocorria quando havia a deturpação dos usos da vida política ordinária. O carisma tem a ver com o “poder sobrenatural”, fora do comum, de uma dada pessoa, em arregimentar seguidores e partidários. Na política existem alguns tipos: o demagogo, o ditador, o herói militar ou

²¹ Note-se que Weber não equipara esses novos funcionários do governo democrático à burocracia estatal moderna devido às remunerações, muitas vezes consideradas irregulares, bem como devido ao fato de não poderem, em muitos casos, exercer o mesmo cargo após o término do período para o qual fora escolhido.

²² Enquanto no caso de Atenas se estabelece na democracia, no caso da cidade-estado de Jerusalém aparecia na figura religiosa, do profeta (Weber, 1999b: 136).

revolucionário²³. A entrega do poder ao líder carismático pressupõe a crença de que ele é predestinado a uma missão, pois o fundamento do poder carismático é emocional e não racional. A confiança nele depositada, muitas das vezes, é fanática, cega (Dabdab-Trabulsi, 2001: 50-66).

Seria o demagogo guiado por uma ética da convicção²⁴? O carisma aparece como rompedor do sistema tradicional ou legal, quebra as instituições e/ou as põe em dúvida. A legitimidade do líder carismático não é tirada das leis, nem da tradição, mas sim, dele mesmo, das suas certezas, da sua própria fé acerca do que deve ser feito, muito embora, o seu reconhecimento e legitimidade possam ser conferidas por meio da eleição em um sistema democrático. Por fim, deve-se ressaltar que o próprio Weber considerava que muitas relações de dominação estão fundadas num conjunto de crenças, no mundo empírico, em bases mistas (legal, tradicional e carismática). Há, inclusive, a possibilidade da conversão da dominação carismática em tradicional quando se torna cotidiana (Weber, 1999: 134-141; Weber, 2002: 73-90).

Pensando a democracia grega

A cidade na Antiguidade tentava combater as diferenciações econômicas. Igualmente, havia muitos cidadãos plenos que, embora arruinados, aguardavam as benesses do Estado em diferentes formas de subsídios, especialmente a de camponeses pobres devedores, geralmente sem-terra. Weber compara essa situação com o *"the poor White trash"*, a camada que representava a escória branca no sul dos EUA escravista.

A política econômica da pólis democrática, se nos permitirmos esse termo ao mundo antigo, era concentrada nas formas de intervenção do governo nos interesses mercantis e dos consumidores (os proprietários residentes na cidade) e nas maneiras pelas quais se distribuía rendas, como as provenientes das minas do Láurio. Considerando esse sistema, houve um conjunto de programas, tais como: a proibição da venda de cereais em Atenas, bem como a imposição de tributos aos aliados da Liga de Delos.

A escravidão era um dos alicerces da economia, não apenas da agricultura, mas também do setor artesanal no qual trabalhavam livres e não-livres.

²³ No mundo contemporâneo, Weber pensa como demagogos os políticos e membros de partidos políticos, bem como jornalistas e publicitários envolvidos no jogo propriamente político (Weber, 2002: 81-91).

²⁴ Recai-mos no problema das justificativas dos fins pelos meios, de uma convicção pura que tem consequências sociais negativas (Weber, 2002: 115-120).

Havia, no entanto, limitações à composição de associações e/ou corporações profissionais, como era comum em alguns exemplos da Idade Média. O que Weber quer chamar a atenção é que “a democracia na Antiguidade era uma “corporação burguesa” dos cidadãos livres, caráter que determinava todo o seu comportamento político [...]” (Weber, 1999: 499). Mas, note-se que a noção de cidade de consumidores tem a ver não com a criação de uma demanda de produtos à moda moderna.

A pequena burguesia urbana [...] estava interessada em rendas diretas ou indiretas procedentes do bolso das comunas dependentes, isto é, construções públicas, subsídios para assistir às apresentações teatrais e participar na assembleia de jurados (a *heliaia*), distribuição de cereais e outras coisas, tudo financiado pelo Estado com impostos dos súditos (Weber, 1999: 500).

Na antiguidade ateniense, antigas linhagens tradicionais: “*phyles* e *fratrias*”, são divididas em “*demoi* e *tribus*”²⁵, o que Weber chama de corporações políticas. “Isto quer dizer duas coisas: primeiro, rompe-se a influência das linhagens, pois a propriedade destas era, correspondendo à sua origem em empréstimos e insolvência, em grande parte propriedade dispersa [...]” (Weber, 1999: 500). O que se quer assinalar é que, com o advento dos *demoi*, tudo tinha que ser registrado e um imposto pago, o que diminuía o poder da antiga propriedade baseada num *modus operandi* de poder tradicional. Os *demoi* permitiram a ocupação dos postos políticos com os seus membros, e essa é a grande questão para Weber, pois marca a ascensão política dos camponeses. “E isto quer dizer que na Idade Média, desde o princípio, os artesãos eram os portadores da democracia e na antiguidade, na época de Clístenes, os camponeses” (Weber, 1999: 501).

Além disso, por que a guerra era fundamental? O *demos* estava muito interessado na guerra porque representava a possibilidade de adquirir bens, semelhante ao que aconteceu com o trabalho de marinheiro, o qual Weber chama, entre aspas, de “desemprego / benefício do desemprego”. Assim, “estes cidadãos desclassificados não tinham compromissos econômicos e nada a perder”. (Weber 1999: 502, Weber, 1974: 1350).

Todo esse arrazoado ajuda a entender porque a antiguidade não foi o trampolim para o capitalismo moderno, considerando-se o fato de que o “desenvolvimento democrático da Antiguidade não chegou a praticar uma autêntica política industrial de produtores, como elemento decisivo [...] a política urbana da Antiguidade persegue, em primeiro lugar, os interesses dos consumidores urbanos” (Weber, 1999: 502). Na Antiguidade ocidental, não se deixava apenas nas mãos dos comerciantes urbanos o abastecimento

²⁵ Aqui e em outras passagens, preferimos manter as transliterações originais de Weber tiradas da tradução portuguesa mencionadas nas referências.

de cereais da cidade. Tratava-se de uma política de Estado aliada aos interesses de grandes proprietários e de pilhagens que operava a partir de um fator litorâneo (geográfico) determinante na visão de Weber²⁶.

A reforma hoplítica, em sua luta contra as linhagens, está diretamente ligada à transição à democracia, já que esse processo teria sido o que eliminou politicamente a nobreza. A eliminação da nobreza variou muito, desde o caso mais radical de Esparta, em que Weber parece olhar muito desconfiado para a visão da terra como “propriedade comum” (Weber, 1999: 505), até à própria manutenção dessa mesma nobreza em Roma. Em Atenas o caminho foi a da “incorporação da nobreza aos *demos*” no sentido de um Estado timocrático, já no tempo de Clístenes (Weber, 1999: 504).

A cidade específica da Antiguidade, suas camadas dominantes, seu capitalismo, os interesses de sua democracia, todos esses fatores estão primariamente orientados para aspectos políticos militares, e isto tanto quanto mais se destaca o caráter específico da Antiguidade (Weber, 1999: 504) [...] Um *demos* desse tipo [que primava pela guerra como forma aquisitiva, especialmente de escravos] jamais podia estar primariamente no sentido de atividades econômicas pacíficas e de uma gestão economicamente racional (Weber, 1999: 511).

A pólis democrática era uma corporação de guerreiros, de cidadãos como homens políticos. Após a derrocada das linhagens, os hoplitas eram a classe dos cidadãos plenos, esse tipo de posição decaiu com o aparecimento de mercenários e da frota em cidades litorâneas (Weber, 1999: 505-510). A partir desse ponto, surge outro *topos* discursivo que se repete em Burckhardt, Fustel e Weber, a saber: a inexistência da noção de liberdade entre os atenienses. Aristóteles era leitura obrigatória e cuidadosa de todos, que considerava a democracia de Atenas demasiadamente radical e mesmo uma distorção do sentido de politeia (Ober, 1998: 290-5).

Pode-se mesmo especular que, no âmbito da apropriação e ressignificação das ideias políticas, a pressuposição de Aristóteles sobre a necessidade da propriedade para a plena participação adequa-se perfeitamente a uma forma de visão oligárquica na invenção da república contemporânea que justificaria os ativos na política. Note-se, outrossim, a relação causal estabelecida por Weber entre a utilização da mão de obra escrava em larga escala, as guerras promovidas para a obtenção de cativos com a impossibilidade de se estabelecer um tipo de economia pacífica, racional, além do progresso técnico que fizesse emergir o capitalismo moderno na Antiguidade (Weber, 1999: 510; Wagner, 2013: 61; Carvalho, 2018: 470).

²⁶ Não é sem relevância que Weber faça menção a Pausânias (cf. Weber, 1999: 510-11).

A despeito de Péricles ter afirmado que os atenienses poderiam viver como queriam, o fato para Weber era que,

[...] a corporação dos cidadãos interferia, à discrição, na vida de cada indivíduo. Uma propriedade mal administrada, especialmente a dissipação do lote de herdado por um guerreiro [...], o adultério, um filho mal-educado, o mau tratamento dos pais, a impiedade, a *hybris* – todo comportamento que punha em perigo a ordem e disciplina militar e civil ou podia provocar a ira dos deuses, em desvantagem da pólis – eram punidos [...] não se pode falar de uma liberdade pessoal na condução da vida, e a medida, que de fato existia, diminuía a força combativa da milícia dos cidadãos, como aconteceu em Atenas (Weber, 1999: 510).

Weber, e tantos outros intelectuais da sua geração tiveram que se digladiar intelectualmente com muitas questões. De toda forma, o ambiente das gerações do historicismo do século XIX deixou marcas em sua obra. Aliás, era o que ocorria em relação ao conceito das liberdades liberais, que só poderiam ser alcançadas por meio das estruturas tradicionais do Estado moderno. A burocracia de um estado, como o da monarquia prussiana, poderia ser o melhor garantidor da defesa das liberdades individuais e da segurança jurídica em relação às democracias que tendiam a se inclinar ante as pressões da opinião pública (Iggers, 1983:10-7).

A forma por meio da qual a pólis se arrogava direitos de subtrair o patrimônio dos cidadãos é uma das bases de se pensar a pólis como forma de dominação ilegítima. O Estado Moderno se torna mandatário (por meio de um pacto) e tem como prerrogativa garantir os patrimônios dos signatários desse acordo simbólico e legal. Enquanto isso, na pólis, a manutenção dos patrimônios era muito instável, já que, por meio das liturgias, vários cidadãos se viam obrigados a se empenhar economicamente pelo bem comum. Ademais, como Weber poderia admitir uma justiça em que os processos civis eram impetrados e julgados por cidadãos sem nenhum conhecimento jurídico específico e formal? Tudo isso parecia, ao olhar weberiano, em constante instabilidade política.

Considerações finais

Muito da proposição de que a Grécia foi uma espécie de adolescência da civilização europeia, já que a infância teria sido o mundo oriental, já estava presente de forma enfática em F. Hegel (Bernal, 1987: 294-6). A busca de Weber em compreender a formação da cidade antiga ocidental tem muito a ver com as chaves que procurava para o entendimento de seu próprio mundo, para compreender a cultura de finais do século XIX e o advento do Estado moderno.

As interpretações de Moses Finley acerca do modelo ideal para a cidade antiga, como o da cidade consumidora, de tão influente, acabou por jogar uma cortina de fumaça sobre a maneira pela qual o próprio Weber pensava a cidade antiga. Ledo engano pensar que a leitura de Finley poderia dar conta do alto grau de complexidade weberiana. Os erros e/ou distorções de Finley, ao misturar os dois tipos de cidade consumidora e de *Ackerbürgerstädt* já foram apontados em outros trabalhos por Mogens Hansen e Kostas Vlassopoulos. Quiçá, a indisposição de Finley em trabalhar com os dados da cultura material para a compreensão da cidade antiga possa ter parte nesse processo de limitação interpretativa. No entanto, estamos no campo das especulações, que dizem mais sobre a maneira como o campo lida com as apropriações de ideias do que com a medida em que Weber estava correto ou não em suas interpretações (Hansen, 2006: 85-98; Vlassopoulos, 2007: 123-141).

O núcleo que extraímos da análise weberiana quanto à cidade antiga ocidental (grega e romana) está apoiado na tríade: *estamental*, *militar* e *religiosa*. E operava na coexistência de sofisticadas distinções de *status*, *legais* e de *classe*²⁷. Toda cidade para Weber cumpre certas características sem as quais não faria sentido sequer denominá-la cidade. O cerne da questão está nas formas pelas quais em seu centro físico reside um mercado para que as trocas de bens se realizam. Como funciona esse mercado em um mundo agrário? Dois tipos ideais dão forma ao funcionamento dessas entidades espaciais, jurídicas, econômicas, políticas e militares conhecidas como cidade consumidora e cidade de agricultores.

A essa altura, Weber não precisa mais dizer que Esparta é consumidora ou mesmo Atenas, ou que ainda outras tantas fossem cidades de agricultores. Ainda que Hansen demonstre que Weber havia sido mais sofisticado em sua análise do que o próprio Finley, o problema está em tentar comparar o tipo-ideal às cidades realmente existentes. Hansen acaba fazendo isso, ao mencionar que o problema do modelo weberiano (da cidade consumidora) é que ele se aplica apenas a algumas pólis entre mais de mil (Hansen, 2006: 86-7; 94-8). O modelo criado por Weber não foi construído para ser comparado a realidades empíricas *in totum*, mas para traçar um percurso de compreensão dos significados das transformações empíricas ocorridas

²⁷ Considerando-se a acepção de Weber quanto à classe, que tem a ver com uma posição em relação ao mercado. A propriedade não é fundamento para a divisão da sociedade em classes, opera, no entanto, como fonte de privilégios e discriminação no ambiente do mercado. Evidentemente, Weber está mais preocupado com esses debates no mundo contemporâneo, para o qual pensa que as classes não determinam necessariamente a formação de grupos sociais distintos, porque não tem relação necessária com a divisão social do trabalho.

no tempo, e que poderiam levar ao melhor entendimento da formação do Estado moderno e do capitalismo. Isso não isenta o discurso de Weber de falhas e imprecisões quanto ao mundo antigo ou exime os seus tipos ideais de serem, ao termo, pouco plausíveis à análise da realidade antiga.

Weber está em constante distanciamento e aproximação do mundo empírico. Quando se empenha em tentar entender o processo pelo qual a pólis transitou de uma configuração de linhagens até a democracia, lá estava a ponte para entender o distanciamento do seu tipo-ideal. Atenas, a cidade que mais nos legou fontes escritas, se tornou o núcleo desse percurso diacrônico de Weber, como se poderia esperar de um texto escrito da década de 1910. O empenho de nosso autor é tentar analisar como, do ponto de vista histórico, as cidades reais se aproximam ou não de seu modelo ideal.

Dessa forma, de uma cidade aristocrática, cujo poder estava baseado em uma forma híbrida de dominação tradicional/carismática, apoiada em uma elite guerreira, até à cidade democrática de Atenas, percebe-se uma transição em que os elementos territorial-legal-institucional se impuseram à tríade do Período Arcaico gentilícia-militar-carismática. Parece que a cidade de Atenas é a consumidora para Weber. É aquela em que o poder militar de uma elite que habitava a cidade explorava as rendas provenientes do campo. Trata-se principalmente de proprietários de terras que fomentam a guerra como possibilidade de aquisição e de tributação de cidades súditas.

Atenas era uma economia irracional e jamais poderia produzir o capitalismo moderno, pois estava assentada em uma lógica de instabilidade referente às constantes guerras e quanto à propriedade de seus cidadãos. A própria concepção de Weber sobre a democracia contemporânea era uma das fontes de seu estranhamento ao olhar para a democracia das massas em Atenas, porque “o regime democrático [moderno] pode eventualmente facultar o revezamento graças às eleições ou de outras formas de consulta à maioria, mas de fato é sempre uma minoria que decide e orienta segundo suas diretrizes a política geral do agrupamento” (Freund, 2000: 162). Assim, a igualdade de condições jurídicas tem mais a ver com a concepção weberiana relativa à dominação racional-legal do que a aceitação de que a ampla maioria devesse participar efetivamente do processo político.

O comércio pulsante de Atenas era um problema do qual Weber tinha consciência, mas, ainda assim, acreditava ser limitado o suficiente para avançar noutra interpretação que romperia com a sua posição primitivista. Ao termo, o que caracterizava a cidade democrática era a tríade baseada

na propriedade da terra, na comunidade militar governada, eventualmente, por um líder demagogo e nas formas de tributação que transferiam rendas a um sistema que, como toda cidade, pressupunha um mercado.

Os debates ensejados por esse artigo levantam questões de duas ordens. A primeira delas diz respeito à condição da historiografia contemporânea, em especial no que concerne às reflexões sobre temas muito caros, tais como: o evolucionismo, as bases econômicas do mundo antigo e as distorções causadas pela pressuposição da noção de Estado em suas análises. Nesse mesmo sentido, há perigos em pensar o Estado como um fator de coesão das sociedades, e, até mesmo, acerca da própria condição da História Antiga como uma forma histórica específica e legítima para todas as sociedades indistintamente.

Há muitos desdobramentos desta problemática que, ainda hoje, possui significativo alcance no campo da Teoria da História, bem como nas outras formas de história que incluem a escolar e o universo da história pública. Desde a formação de um campo de estudos clássicos até o atenocentrismo oitocentista ainda expresso em muitos livros didáticos brasileiros, o fato é que a História Antiga como um campo de estudos, bem como as divisões, muitas vezes arbitrárias, entre ocidente e oriente, é ainda hoje objeto de disputas que transcendem os debates no campo científico em direção aos jogos políticos que subjazem as escolhas e pressupostos tomados nas posições de poder na própria academia (Guarinello, 2003: 41-61; Vlassopoulos, 2007: 13-46; Francisco e Morales, 2016: 67-79; Shanks, 1996: 80-5; Moerbeck, 2018: 140-6; Wagner, 2013: 47-67; Andrade, 2016: 95-105; Bernal, 1987: 294-6; Carvalho, 2018: 473-4, Gallego, 2018: 86; Lisarrague, 2002: 101).

As formas de apropriação e ressignificação de conceitos políticos são muito importantes em nosso próprio tempo. Como bem ressaltou Peter Wagner, a ideia de república ganhou espaço em detrimento das práticas da democracia (Wagner, 2013: 51). Já se considerava, no final do XIX, o fato de a noção de república não implicar a participação maciça de pessoas. A noção de república ganha ares de politeia, quando passa a domesticar os “feitos disruptivos da democracia”, especialmente a participação popular. As ideias que falavam em uma revolução democrática no XIX eram claramente contra o modelo da democracia ateniense. A ideia de liberdade se tornou central desde as discussões do iluminismo tardio, mas ganhando várias nuances: liberdade da injustiça; liberdade como realização pessoal; liberdade tida como expressão pessoal; liberdade no comércio ou como autodeterminação coletiva. Esta última, mais próxima da experiência grega, acabava entrando em conflito com as primeiras acima. “A resposta

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p.139-167

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10108

que se cristalizou após 1800 foi o que agora conhecemos como o conceito liberal de liberdade, uma liberdade que não emergia da coletividade, mas que precisava ser protegida contra ela” (Wagner, 2013: 52). Note-se que o reconhecimento dos direitos individuais é perfeitamente compatível, na experiência moderna, com um governo não democrático.

Não seria possível em um espaço tão limitado retomar todas essas questões, muito embora deva-se lembrar as grandes mudanças de perspectiva pelas quais a história da cidade antiga vem passando. Se era fundamental para Weber, assim como também foi para Marx, compreender em que medida havia diferentes mundos que se podiam dividir em realidades orientais e ocidentais, agora, ao contrário, essas divisões parecem demasiado arbitrárias para se pensar um mundo grego muito mais integrado às realidades que ultrapassam a cidade como unidade de análise. Trata-se de uma mutação espaço-material que, desde o final da década de 1970 e, ainda mais a partir de meados da década de 1980, empenha-se em avaliar mais a rede dos gregos e não-gregos no Mediterrâneo do que a das pólis vistas em sua unidade e isolamento (Marx, 1985; Hodern e Purcell, 2000; Brock & Hodkinson, 2001; Morris 2003; Vlassopoulos 2007; Malkin, 2012; Guarinello, 2013, Polignac, 1995, Snodgrass, 1981).

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marta Mega de. Pólis: comunidade, política e a vida em comum numa leitura da Política de Aristóteles. In: *Revista Clássica*, v. 28, nº 1, p. 95-124, 2016.

ARNASON, Johann P. Exploring the Greek needle's eye: civilizational and political transformations. In: ARNASON, Johann P.; RAAFLAUB, Kurt, A; WAGNER, Peter. (Ed.) *The Greek pólis and the invention of democracy: a politico-cultural transformation and its interpretations*. Malden: Wiley-Blackwell, 2013, p. 30-32.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 185-227.

BERNAL, Martin. *Black Athena: the afroasiatic roots of classical civilizations*. New jersey: Rutgers University Press, 1987, vol I.

BROCK, R.; HODKINSON, S. *Alternative to Athens: varieties of political organization and community in Ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: _____; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2012, p. 01-36.

_____. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, EDUSC, 2005.

CARVALHO, Alexandre Galvão. A “economia antiga” e o nascimento da ciência histórica na Alemanha. In: _____. *A economia antiga: História e historiografia*. Vitória da Conquista: UESB, 2011, p. 39-71.

_____. A economia antiga, a modernidade e a relação ocidente e oriente: as contribuições de Karl Marx e Max Weber. In: *Heródoto*. Unifesp, Guarulhos, v. 3, n. 1, Março, 2018. p. 461-483.

COHN, Gabriel. Introdução. In: *Weber: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, p. 07-34.

COLOGNESI, Luigi Capogrossi. Il 'feudalesimo cittadino' nella interpretazione weberiana delle società antiche. In: *Dialogues d'histoire ancienne*. Année 2001, volume 27, n° 1, p. 7- 32.

DABDAB-TRABULSI, José Antonio. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FRANCISCO, Gilberto da Silva; MORALES, Fábio. Desvelando o atenocentrismo. *Revista de Cultura e Extensão da USP*. São Paulo: n° 14, p. 67-79, mar. 2016.

FINLEY, Moses. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. *A Política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

FRANCISCO, Gilberto da Silva; MORALES, Fábio. Desvelando o atenocentrismo. *Revista de Cultura e Extensão da USP*. São Paulo: n° 14, p. 67-79, mar. 2016.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La Cité Antique: étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. [1864], *facsimile*.

FONTANA, Josep. *História: Análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

GALLEGO, Julián. La pólis griega antigua y el moderno concepto de Estado. In: *Mare Nostrum*, São Paulo: vol. 09, nº 2, p. 84-92.

GOLDSTONE, Jack A.; HALDON, John F. Ancient states, empires, and exploitation. In: MORRIS, Ian and SCHEIDEL, Walter (Orgs.). *The dynamic of ancient empires: State power form Assyria to Byzantium*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 3-7.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. In: *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 3, nº 1, 2003, p. 41-61.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

HANSEN, Mogens H. *Polis: An introduction to the Ancient Greek Citi-State*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HARTOG, François. *Le XIXe Siècle et l'histoire: le cas Fustel de Coulanges*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

HÉRAN, F. L'institution démotivée: de Fustel de Coulanges à Durkheim et au-delà. In: *Revue Française de Sociologie*, 1987, 28-1, p. 67-97.

HORDEN, P.; PURCELL, N. (Orgs.). *The Corrupting Sea: a study of Mediterranean History*. New York: Willey-Blackwell, 2000.

IGGERS, George G. *The german conception of History: The national tradition of historical thought from Herder to the present*. Middletown: Wesleyan University Press, 1983.

LISSARRAGUE, François. The Athenian image of the foreigner. In: HARRISON, Thomas (Ed.). *Greeks and Barbarians*. New York: Routledge, 2002, p. 101-124.

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992, p. 57-70.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p.139-167

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10108

MAC GAW, Carlos G. García. La ciudad Antigua: aspectos económicos e historiográficos. *Stud. hist.*, H.^a antig. 26, 2008, p. 237-269.

MALKIN, I. *A Small Greek World. Networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford University. Press, 2012.

MARX, Karl. *Formações Econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MATHIAS, Peter. Economic History: Living with the neighbours. In: *The journal of European economic history*. Rome: Luiss Guido Carli, 2006, p. 1-13.

MEIKISINS-WOOD, Ellen. *Peasant-citizen and Slave: the foundations of Athenian democracy*. New York: Verso, 1988.

MOERBECK, Guilherme. Um conto de duas cidades: Ensaio sobre a mobilização para a guerra na Atenas Clássica e na Paris da Primeira Guerra Mundial. In: *Hélade*. Vol. 2, nº 3, Dezembro de 2016, p. 86-97.

_____. *Entre a religião e a política: Eurípides e a Guerra do Peloponeso*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

_____. caminhos possíveis para o Ensino de História Antiga na educação básica: discussões preliminares. In: *Aprendizagens históricas: debates e opiniões*. BUENO, André; ESTACHESKI, Dulce; CREMA, Everton; NETO, José Maria (Orgs.). União da Vitória/Rio de Janeiro: SobreOntens, 2018, p. 140-150.

MORLEY, Neville. *Ancient history: key themes and approaches*. New York: Routledge, 2000.

MORRIS, Ian. Mediterraneanization. In: *Mediterranean Historical Review*, 18:2, 2003, p. 30-55.

NIPPEL, Wilfried. Introductory remarks: Max Weber's "The City" revisited. In: MOLHO, Anthony; RAAFLAUB, Kurt; EMLEM, Julia (Orgs.). *City States in Classical Antiquity and Medieval Italy*. Michigan: The University of Michigan Press, 1991, p. 19-30.

OBER, J. *Political Dissent in democratic Athens: Intellectual critics of popular rule*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

PAIARO, Diego. Entre el "gobierno de la muchedumbre" y la "ditadura del proletariado". La historiografía de la democracia ateniense frente al espejo de la revolución. In: LEONI, Moreno; MATÍAS, Álvaro (Ed.).

Historiografía moderna y mundo antiguo. Córdoba: Tinta Libre, 2018, p. 93-134.

PALMEIRA, Miguel Soares. A nova “economia antiga”. In: PIRES, Francisco Murari (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 93-108.

PIRES, Eloiza Gurgel. Experiência e linguagem em Walter Benjamin. In: *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 813-828, jul./set. 2014.

POLIGNAC, F. de. *Cults, territory, and the origins of the Greek city-state*. Translated by Janet Lloyd. Chicago: The University of Chicago Press. 1995.

POLLAK, Michel. Max Weber: elementos para uma biografia sociointelectual (Parte I). In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*. Vol II, nº 1, Abril de 1996, p. 59-95.

_____. Max Weber: elementos para uma biografia sociointelectual (Parte II). In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*. Vol II, nº 2, Abril de 1996, p. 85-113.

RINGER, Fritz. *A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais*. São Paulo: EDUSP, 2004.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek polis: Ancient Greek history beyond eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SCHEIDEL, Walter; MORRIS, Ian; SALLER, Richard Introduction. In: _____; _____; _____. (Ed.). *The Cambridge History of the Greco-Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 1-15.

SHANKS, Michael. *Classical Archaeology of Greece: experiences of the discipline*. London: Routledge, 1996.

SNODGRASS, Anthony. *Archaic Greece: the age of experiment*. Berkeley: University of California Press, 1981.

WAGNER, Peter. Transformations of democracy: towards a History of political thought and practice in long-term perspective. In: ARNASON, Johann P.; RAAFLAUB, Kurt, A; WAGNER, Peter. (Ed.) *The Greek polis and the invention of democracy: a politico-cultural transformation and its interpretations*. Malden: Wiley-Blackwell, 2013, p. 47-67.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Trad. Gabriel Cohn. Brasília: UnB, 1999, Vol I.

_____. *Economia e Sociedade*. Trad. Gabriel Cohn. Brasília: UnB, 1999b, Vol II.

_____. *Economy and Society: an outline of interpretive sociology*. Trad. Guenther Roth and Claus Wittich. Berkeley: University of California Press, 1978.

_____. *The theory of social and economic organization*. New York: The Free Press, London: Collier MacMillan, 1964.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BETWEEN THE ANCIENT AND THE MODERN WORLD: WAR AND COMMUNITY IN MAX WEBER'S *CITY TYPOLOGY*

Guilherme Moerbeck¹

Abstract

Economy and Society, one of the most influential oeuvres of the early twentieth century, with impact in several branches of the Human Sciences, has in one of its parts a text of particular interest to researchers of Ancient History, the *Typology of Cities*. Although Max Weber's significant aims in composing his text were, blatantly, to evaluate the contemporary world, the density of the Weberian text, the fruit of a unique erudition, revealed an in-depth and singular analysis of the ancient Greek city. The purpose of this article is to analyze Weber's interpretive choices, in the light of historiographical criticism and a careful analysis of the *Typology*, in particular as regards the ideal types which he made to understand the city of the ancient Greeks.

Keywords

Max Weber; *Economy and Society*; *Typology of Cities*; Polis; City-State; Ideal types.

¹ Assistant Professor – Rio de Janeiro State University, Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: gmoerbeck@yahoo.com.br

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 168-195

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10116>

Resumo

Economia e Sociedade, uma das obras mais influentes do início do século XX, com reflexos em diversos ramos das Ciências Humanas, é um texto de especial interesse aos pesquisadores da História Antiga, em especial na *Tipologia das Cidades*. Ainda que os objetivos maiores de Max Weber ao compor o seu texto estivessem vinculados, flagrantemente, à avaliação do mundo contemporâneo, a densidade do texto weberiano, fruto de uma erudição ímpar, revelou uma análise profunda e singular sobre a pólis, a cidade grega antiga. O objetivo desse artigo é analisar, sob à luz da crítica historiográfica e de uma análise cuidadosa da *Tipologia*, as escolhas interpretativas de Weber, em especial, no que se refere aos tipos ideais que construiu para compreender a cidade dos gregos antigos.

Palavras-chave

Max Weber; *Economia e Sociedade*; *Tipologia das Cidades*; Pólis; Cidade-Estado; Tipos-ideais.

Introduction

Max Weber, born in the same year that Fustel de Coulanges published the ancient city, 1864, had a lifetime of tribulations of political order. He censured Germany's entry into World War I and, later, directed his criticism over the Kaiser, William II, whose conduct of the war displeased him. He did not fail to criticize the leftist revolutionary groups that were stifled in the Weimar Republic, nor spared criticism concerning the rise of the far right at the same time. Jacob Burckhardt's political isolation was not suited to Weber, even though the German sociologist thought that the insertion in politics and science required different ethical commitments. Weber deep incursions into so many areas have yielded him many oeuvres, hitherto been taken as milestones in scientific production, as well as periods of convalescence whose origins were the acute psychic crises related to his father's death in 1897 and the political disappointments in Germany of his time (Pollak, 1996: 59-60; Pollak, 1996b: 87-8; Moerbeck, 2016: 89-90).

The primary goal of this article is to analyze as systematically as possible the considerations of Weber on the ancient western city, with particular attention to the Greek case. However, a small initial digression may help bring some warning elements to the reader's horizon. It should be remembered that the typology of cities is a genuinely sociological approach with a strong comparative ethos among many ancient societies, ranging from Greece, Rome, China, Egypt, India, Japan, Mesopotamia, in addition to other periods such as the Middle Ages. Having as a point of analysis the form of legitimate and rational domination, the modern state, Weber proposes to think of forms of non-legitimate domination, as the ancient city (Finley, 2013: 17-9). It should be noted that in the Weberian sense the modern state was "a system of institutions and impersonalized relationships involving out [...] a territorial entity with a central power monopolizing coercive power" (Goldstone e Haldon, 2009: 5).

In the same sense, there is a very relevant set of debates about the nature of the economy in antiquity dating back to the end of the nineteenth century and related to discussions in the area of economics that mobilized the German, Austrian and English schools, especially the economist Karl Bürcher. The problems relating to Weber's approximation of primitivism and debates with other currents of the economy of his time should interest the reader as they form the basis of some of the essential Weberian reflections. Although not developed here, they have been approached many times by historians and sociologists who explain them in greater detail (cf. Carvalho, 2011: 45-7; 51-2; Carvalho, 2018: 447; 463-4; Cardoso, 2005: 133-48; Iggers, 1983: 8-10; Vlassopoulos, 2007: 36-7; Palmeira, 2009:

95-6; Morley, 2004: 33-7; Scheidel; Morris; Saller, 2008: 1-2; Nippel, 1991: 20-1; Cohn, 2002: 8-10).

The ancient western city: the long course of the typology of cities.

Concepts and categories of city

How to conceptually characterize a city? For Weber, it is what is constituted as a “village” in a “closed settlement” and not as a set of isolated dwellings (Weber, 1999: 408). If the quantification of inhabitants as well as the spatial arrangement of buildings are important, the legal aspect is no less relevant as a defining element of the existence of a city. The formation of a city depends: a) on the existence of a center, which may exist as a seigneurial seat or an *oikos*². Weber is thinking about the possibilities of the formation of the city in terms of economic needs, in commerce and its forms of political relations; b) on the regular exchange of goods. Thus, there should be a market that fulfills the needs of the residents.

Every city, in a sense adopted here, is 'market locality,' that is, it has a local market as the economic center of the village [in which] the non-urban population also satisfies their needs for industrial goods or commodities [...] the city (in a sense adopted here) is a permanent market settlement (Weber 1999: 409-410).

The political-administrative element also acts in the characterization of the concept of the city. By proclaiming itself as an autonomous unit, a community (*die Gemeinde*)³ with particular political and administrative institutions, there would also have been the formation of a city. Not least important is the idea that the city in antiquity would be constituted as a military garrison, as a fortress, expressed materially and symbolically by a wall.

In search of a typification of the city, Weber has established, at least, two variables that served as predictive elements through which he constructed an ideal type: the first is the type of consumption carried out by the city; the second is the relationship between city and country⁴. The type of

² Oikos is considered by Weber, a significant consumer of the local market, through which it could satisfy its needs for services or products (Weber, 1999: 409-10).

³ Translators for the Portuguese opted for the word *comuna*, while in English put the word “commune” in quotes. I adopt the word community in my text because it is today a more current anthropological term and seems to do more justice to the sense employed by Weber in the course of his text.

⁴ Weber developed the notion of the ideal type, a methodological resource, to respond to the problems that the enormous variety of phenomena observable in social life

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 168-195

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10116>

fortress city that Weber imagines is organized by the combination of military, political and legal (estates) elements that involve meeting places of the citizens' military assembly. All this should be added to the existence of the local market. This composition is called "plastic dualism", which makes the German author point out that in the attic case, the agora was the space in which economic, political, and even religious questions were resolved before there was a *pnux* (Weber, 1978: 1224; Weber, 1999: 419-20).

In summary, this community, typically Western, or at least much more frequent, depended on the formation of:

[...] at least relatively developed artisanal-commercial villages that had the following characteristics: [...] at least relatively developed artisanal-commercial villages that had the following characteristics: (1) a fortification, (2) a market, (3) its own court, and at least, in part, its law, (4) the character of association and, 5) autonomy and autocephaly at least in part and, authorities, in whose appointment the citizens as such participated in some way (Weber, 1999: 419-20).

It is sometimes difficult to deal with Weber's argument, for despite his classificatory quest about what a city and community would be, at times he is very little explicit whether there were variations in his concepts. What would empirically mean "at least partial autocephaly and autonomy"? What made autonomy partial, what is the criterion? When he says that the Middle Ages are outside this model, does he refer to the whole Middle Ages⁵? What about modern urban communities, which would fulfill this criterion of eligibility to the category of commune/community?

required. It consists of taking certain traits of reality, exaggerating them unilaterally, in such a way that they can be perceived in the purest way possible. The ideal-type part of the empirical world and its infinite possibilities to create an analytical instrument that cannot be equated with the lived world directly, because only a fragment of this reality could be constituted, each time, the object of scientific apprehension. Thus, it was a question of selecting a particular cultural variable, for example: how certain religious precepts were essential in the development of an ethical-religious sense of work. Such precepts, while directing life through an ascetic ethos and the support of morality that despises the body and its sensations as a search for spiritual perfection, have propelled the actions and the formation of a capitalist stratum and capitalist ideas. These were related to the rational conducts that led to success in the work and that express symbolically as a sign of the "salvation" in certain societies whose base was Protestant. The key question for Weber in this case is that the individual who has incorporated the ethics of the spirit of capitalism is not a product but a producer of the regime itself Cohn, 2002: 8; Weber, 1999b: 105-110, Weber, 2001: 35-42; Mathias, 2006: 4-8; Cardoso, 2012: 8-10; Ringer, 2004: 116; Fontana, 1998: 169-185; Carvalho, 2011: 61).

⁵ Weber takes up this idea later by comparing, roughly speaking, some features of the ancient western city with those of the southern region of France and the northern part of the Italian Peninsula to the lower Middle Ages.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 168-195

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10116>

Two ideal types: the consumer city and the *Ackerbürgerstadt*

The best-known of Weber's ideal types, mostly because of the appropriation made by Moses Finley, is related to the idea of the consumer city (*Konsumentenstadt*)⁶. The consumer city is a construct that depends on a specification: who consumes what? The idea which prevails is that the city is composed of rentier consumers, that is, landowners who lived on rents from its plots to buy other products in the local market. It should be noted that Weber is careful to warn the empiricists that "it seems obvious that almost all empirical cities are mixed types and therefore can only be classified according to their predominant economic components" (Weber 1999: 412).

When he mentions the case of antiquity in generic terms, Weber wants to refer to the Greek and Roman case; otherwise, he makes explicit mentions to the near or far east. In the Western world, which also includes Medieval Europe, the towns contained "feudal estates and line of lodgings with territorial landlords outside the city and often also with large landed estates within the city ..." (Weber 1999: 426).

Perhaps it is essential to clarify that Weber uses terms uneasy to contemporary reading. He often mentions the existence of old capitalism, although he does not intend to make his approach as the modernizing current used to do. On the contrary, Weber recognizes the specific nature of the Ancient economy, analogous to what is related to the idea of the modern state when compared to the illegitimate (pre-modern) forms of domination. In speaking of capitalism, he relates it to a general sense, that is, as in "an economy of production satisfies the needs of a human group is done through the enterprise, regardless of the nature of the needs to be satisfied" (Weber apud: Carvalho, 2018: 468). Weber used, albeit less often in *Economy and Society*, the idea of city feudalism. The Weberian idea that the archaic Greek city was a "corporation of warriors linked to a system of egalitarian character" already appeared in the previous text in the *Agraverhältnisse*. The slave structure would have been one of the elements that made the feudal city lose strength still in antiquity. The Spartan case would be the most characteristic of a process of democratization, which ended the form of feudalism and seigniorial rule in antiquity (Colognesi, 2001: 21-2). Again, an idea that may seem strange to the contemporary gaze, but it is precisely the notion that Weber wanted to express, seeing

⁶ There are other ideal types, such as the merchant city (*Handelstadt*) and the producing city which, because they are mostly found in their ideal form in the medieval period, are important to us only in that they help in understanding the most typical city models for Western antiquity (Weber 1999: 412-25).

how the Spartans maintained the form of division of the land among themselves, concomitant with the decrease of the powers linked to a more aristocratic structure.

Another ideal type, originating from the relation between city and agriculture, operates in the arrangement of a city of farmers/ agrarian cities / *Ackerbürgerstädt* (Weber, 1999: 412; Weber, 1978: 1217). It is a type of city that Weber himself emphasizes to be “the great majority of the typical cities (polis) of Antiquity” (Weber, 1999: 413). In general terms, Weber constructs an ideal type in which citizens are agricultural producers living in the city, but who go to work daily in the near field (Hansen, 2006, p.86).

Three elements of the ancient western city

Another attempt by Weber to understand the city was to typify it as a western city, with a differentiation still to be made, since there were the ancient and medieval models. There are at least three characteristics that define the phenomenon of the ancient western city; it was: an estate kind, military and religious.

The estate character is central and refers, in the ancient case, to the possible membership in a clan⁷, besides considering the fact whether there is land ownership. According to the author, the Mediterranean world was where these estate differences appeared more sharply. Even though, as an “opportunity market”, the Mediterranean city offered opportunities for material gain, from the public buildings in Athens, where slaves get along with free laborers, to the possibilities surrounding the *peculium* in Rome⁸. Thus, the existence of a system of estates, which guaranteed juridical privileges to a particular social group, did not prevent economic coexistence between citizens of higher status with inhabitants who, although inferior under a given prism, accumulated more wealth than the citizens themselves. “The western city, both in antiquity and in Russia, was a place of ascension from servitude to freedom through acquisitive activity in the regime of the monetary economy” (Weber, 1999: 426-7).

For Weber, it is hardly necessary to point out the differences in Greek reality seen in its diachrony, and not even between the Greek and Roman

⁷ Further on, Weber treats the term clan similarly to the phratry found in Athens, cf. (Weber, 1999: 430).

⁸ As is well known, a process by which a slave can pool resources to buy his manumission.

civilizations which, at this point in his text, appear almost wholly merged. In general, Weber uses the same terminology for the city of the Middle Ages as for Antiquity. An example is the term bourgeoisie, which is analogous to craftsmen / merchants / traders. However, when observing the relationship between town and countryside, he preserves the distinctions between the ancient and the medieval city. This is the variable that separates these worlds. In the Weberian analysis, the medieval world and its producing city combined the germ of what became capitalism⁹.

As mentioned above, Weber's ancient western city was constituted from a set of political and juridical institutions that guaranteed the estate separation of the urban citizen from the other groups that inhabited the polis. The city developed both in Antiquity as in the Middle Ages were an "association constituted as brotherhood", but at the core of which was the form of religious association, "an exclusive cult of the citizen's association, a city or saint god who protected them as such" (Weber, 1999: 429).

Although there was any citizen marriage impediment caused by a taboo, as there was in the case in India and China, Weber considers that the sacred acts of the clans were forbidden to those who were not their natural members, such as the rituals of commensality (Weber, 1999: 430). The origin of the polis itself is marked by this clan organization, appraises Weber. This argument leads us to draw a link closely similar to that developed by Fustel de Coulanges, although Weber does not cite him in any passage of the long text of the typology of cities (Fustel, 2009; Hartog, 2001: 7-46, 1987: 67-97). This approach also has to do with the fact that these family communities (clans) are based on a common ancestry "which in turn constituted a strictly exclusive cultural association regarding the strangers" (Weber, 1999: 430). Besides, such clans or their confederations had, above all, a military character, that was passing through transformations in its organizational forms while the time went on. These lineages that make up the cities and join themselves here and there in a symbiosis between religion and war had been losing their amalgam since the origin of the polis in the Classical Period¹⁰.

⁹ In the medieval world, there was "a monopolistic appropriation of the opportunities for gain by the individual [master] worker" based on free labor and not on the slave. The latter was widely used from the model of the ancient western city. It should also be noted that "the free organization of craftsmanship with the regulation of corporations is classically illustrated by the European Middle Ages and only then became the predominant form" (Weber, 1964: 261; 233).

¹⁰ In my reading, Weber seems to suggest the reforms of Cleisthenes amid these transformations.

It is entirely right that Weber, elsewhere in the Typology, was much more careful in analyzing this process from a diachronic point of view, which, however, did not prevent him from making all sorts of analogies. Beyond the question of conceptual use, the problem is that Weber compares, without reservation, rituals of commensality in the Greek *genoi* to events described in a letter of Paul to the Galatians, in which he weaves an account of community rites. Keep in mind that Weber is working with, at least, a gap of five hundred years. Although it could be almost impossible for the historian of antiquity not to accept a certain conceptual anachronism in the analytic process, especially in the path between past and present, we must emphasize, as did Nicole Loraux, to the fact that, for a moment, one must “suspend one’s cultural categories” and then put oneself in a time pendulum. Thus, anachronism can be an exciting tool for historical reflection, on the condition that it remains under control and the historian keep himself aware of its properties (Weber, 1999: 430; Loraux, 1992: 57-70)¹¹.

In its temporal becoming, the polis imposed itself as an estate community of citizens with particular attention to the military formation. At times, Weber walks again, very close to the Fustel’s interpretation, although it belongs to the German the greater emphasis on the effects of this military community. When looking at the medieval cities, what one sees is a “confederation of individual citizens”, of parents. In antiquity, there was a notion of “commune” (with political autonomy) as opposed to that of state, only with the Hellenistic state would the commune lose its autonomy (Weber, 1999: 431). This question put under stress Weber’s assessment of modern politics, for which politics was the set of efforts to participate or to influence the division of power, either between states or within them. Thus, for Weber, and then for Finley, the locus in which politics operates is the state, since every person who participates in politics aspires to power independently of its ends¹² (Weber, 2002: 60-1, Finley, 1985: 68-73; Mac Gaw, 2003: 238-49).

Among other things, Weber points out that the religions of antiquity knew only the vestige of ancestor worship as a taboo limitation, comparing them to the Indian and Asian realities in general, and this was due to internal

¹¹ It would be unfair not to thank Prof^a. Marta Mega de Andrade for introducing me to this text by Nicole Loraux.

¹² One should not confuse political action with the notion or concept of power. For Weber, power is something more general which is connected to the possibility of a person or several, in social action, impose the will itself in a legal order, even if not only in the state (Weber, 1999: 154-186).

religious questions or, is uncertain, related to the nautical life, and colonial expansion which helped to break with more exclusive clan ties.

Moreover, even if in antiquity they were everywhere artificially reestablished, according to tradition, by organizing the new communities into associations of *genoi* and *phratries*, the fundamental unit was no longer the gentile association, but the military association of the polis (Weber, 1999: 431).

Both for the Athenian case, as for the Roman one, the foundation of a city created religious communities that could involve different ethnic groups. What seems fundamental is that “[...] belonging to one of these associations remained the characteristic of the full citizen ...” (Weber, 1999: 433). What is intended to be emphasized here is that in the medieval world the citizen acquires individual existence in his community and legal position, while in antiquity, the various forms of political-juridical association, and even religious, blunt, or, at least, became even more complicated the visualization of these urban networks.

Although Weber uses terms such as natives and members of strange tribes (Weber, 1999: 432-3), it should be mentioned that there is an exciting reflection on ethnic community relations in *Economy and Society*. I underline here the idea of Weber that a community, [essential to note the use of this term throughout the *Typology*], can be fixed in certain conventions, acting as a generator of customs. Consequently, he selects anthropological types based on the creation of social subjects. The difference concerning the exterior, [to other communities], as well as the internal homogenization, can occur from any elements, however superficial they might be. About this matter, Fredrik Barth speaks of ethnic boundaries, which is very much related to the forms of distinction that Weber mentions. What we now use to name as the process of alterity, of the human being's fabrication, of the other through the selection of a cultural element that is variable in time.

Thus, Weber finishes showing that any common or contrary form of habit or custom can generate a subjective belief that there is an affinity or heterogeneity of origin. Remarkably, the belief in the affinity of origin can have significant consequences for the formation of political communities (Weber, 1999b: 267-77; Barth, 1998: 185-227).

The Greek city in Weberian diachrony

The city of lineages

Despite the irregular temporal anchorage in Weber's reflections, the second part of his typology, especially that of the Greek city, undertakes a more precise chronological orientation. The beginning of his narrative refers to the polis in its early stages; therefore, something between centuries VIII and VII a.C. This is a period seemingly hybrid since it is no longer that of Mycenaean royalty and its patrimonial-bureaucratic apparatus that refers to the forms of Eastern domination, but of a government based on noble lineages of warriors who unite in a knightly army in which the duels still decide the battles. It should be underlined that Weber continues to use concepts which mingle among Greek, Roman and even medieval reality. In the relationship between Agamemnon and Achilles, he speaks of the donation of a fief (Weber, 1999: 457), then, of dealing with the image of the elders appearing on the Achilles' shield; he still mentions the clans of "*honoratiores* who stand out for their properties and military merits" (Weber, 1999: 458). To follow the Weberian reflection requires the effort to interpret these concepts according to the semantics that concerns the author himself and not only through their contemporary criticism.

The typical antiquity aristocratic city, according to Weber, was the one that kept some elements: it is a coastal city, outside the territory of the polis -, it is not possible to infer if Weber refers to an urban core or the territory of the city as a whole¹³. There were villages (*chomai*) and union of tribes (*ethne*). The process of synoecism, the basis of the formation of the polis, presupposes the coexistence of these lineages, now and then with a king, and, returning to the argument expressed a few pages above, using a "fortified castle" (Weber, 1999: 459). The Greek and Roman worlds sometimes appear as a blurred ink in Weber's paper, in the few times he refers to other authors, such as E. Gothein, mentions that "the [lineages] of antiquity continued, in part, dwelling in their rural castles or at least owned - and this constituted a rule - country houses, as well as an urban center" (Weber, 1999: 459).

The set of social relations that give life to the space-territorial form expressed above is basically composed of a subsistence economy and a "passive trade" allied to a military element with structuring ethical precepts, perhaps a *habitus*, around the valorization of the young and an

¹³ If it is related to the urban nucleus, it is similar to what, analytically, Robin Osborne once called a town to the ancient Greek city (Osborne, 1987: 9).

agonistic culture¹⁴. The prestige of young people in the city, especially regarding the impetuosity for war, appears controversially among the ancients. Euripides' gaze on his Suppliants shows a little of this tension. On the one hand, the city that annuls the strength of the young becomes weak and feeds the rise of tyrants, on the other, the warlike furor, the *philotimia* of the youth can put the future of a polis at risk (Bourdieu, 2009: 87, Moerbeck, 2017: 263-75). In short, for Weber, the polis was structured based on a gentile character, in which charismatic power was structuring of social relations.

The process which consolidated the polis power, even in this period, had to do with the fact that the cult communities, inherent in each lineage, had lost their power for the city. It was through the ritual of commensality, characteristic of the western city, that a new community was founded. "In antiquity, this fraternization meant the birth of a new local community of diners and worshipers [...] put itself against the cult of each lineage, which excluded non-members everywhere [...]" (Weber, 1999: 460)¹⁵. The polis becomes the owner of the gods' patrimony. On the other hand, in the Eastern world, such as China and India, the caste division prevented this kind of fraternity which, in the case of the Middle Ages, would be assumed by the Christian community through the Eucharist (Nippel, 1991: 26-8).

The economic relations appear to be somewhat ambiguous in Weber's formulations. The argument regarded to Attica is that the *astoi*, (resident in the cities, but must be understood as citizens for the sense that Weber gave the term), were the ones who accumulated the best lands and exploited them through debt bondage, to the detriment of the peasants (*diacrians*) who, in turn, occupied the slopes, much less productive. It seems clear that Weber refers here to the pre-Solon period by reporting that these *agroikoi* and *perioikoi* were out of political participation, which remained in the hands of the urban warrior stratum¹⁶.

From the economic point of view, the property of the nobility was, naturally, mainly of a seignorial-territorial character. The services of slaves, servants, and customers [...] were the basis of satisfaction of needs [...] the source of economic power of the typical urban nobility was direct or indirect the participation in

¹⁴ Weber insists that by that time, active trade was still in the hands of the Phoenicians (Weber, 1999: 458).

¹⁵ It is not uncommon for Weber to draw comparisons with the Classical Period-as in the case of the weakening of the *genoí*, the concentration of the necropolis near the city, and the function of the *phylai* in the politics and administration of the city (Weber, 1999: 460-1).

¹⁶ For a reassessment of the role of the great legislators and the question of charismatic power, cf. (Arnason, 2013: 30-33).

commerce or sailing, what was considered compatible with their social status, and it was only in Rome that it was forbidden to senators (Weber, 1999: 462).

Weber analyzes in one set the situation of Babylonia, Hellas, and Middle Ages, and there is any specific trace to which period it refers. However, the judgment of the author on the participation of the “typical nobility” in commerce reveals itself weak to a closer analysis of the arguments used in the writings of the same elite, at least in the Greek one¹⁷. Typical nobility, doubtless, is a loose concept, still more when used for so many different socioeconomic realities. The most we can deduce, as a synthesis to the reader, is that it is a landed nobility that had a residence in the city. For the Greek case, ambiguously in Weber’s speech, the nobility seems to be involved in commerce and navigation without causing them any social stigma. A widespread misunderstanding in nineteenth-century historians was to consider an adverse view that the Athenian elite attributed to artisanal and commercial work as if it were a universal desideratum, that is, inherent to the entire Athenian population, perhaps even to all Hellenes. This view was expressed in many authors of the classical period, such as Xenophon, Aristotle, and Aristophanes. It was up to contemporaneous historiography to “brush against the pelage” those same Greek authors (Pires, 2014: 815). In any matter, the question remains whether Weber ignores or disagrees with this point of view of the Greek elite. To assert that trade could be primarily made by the aristocracy, without this instilling social stain, would be a different perspective of the Greek readings of the period which Weber analyzes.

It is hardly ever easy to sail through Weber’s arguments. It is an uncomfortable perception to think that in the case of many cities the type of the agricultural city (*Ackerbürger*) expressed too modest a reality so that commerce and navigation could exist as the “source of the economic power of the typical urban nobility.” On the other hand, Weber emphasizes the consumer character of cities that had versatile commerce, like Athens and Corinth. Well, if these are hypothetical consumer cities, given their population and territorial characteristics, how could we think of them from the perspective of an elite that was heavily engaged in commerce, although, paradoxically, it despises the same trade at the ideological level of the discursive sphere? There is something which does not fit into this method. Alternatively, Weber is right in the above statement, and commerce is so important that the great Greek cities would not easily fit into any ideal type, or the German author does not precisely see the

¹⁷ Ellen Meiksins-Wood explains very well the process of appropriating the opinion of the Athenian elite by contemporary historiography as if it were the opinion of the Athenians as a whole, cf. (Meiksins-Wood, 1989: 05-42).

Athenian aristocratic value distinctions in work on the land, in crafts and commerce. At the end of his account, Weber does not seem to decide how much the relevance of trade would affect the logic of a city centered on consumption, its internal market, and monetary redistribution through rents from the countryside and from the state itself¹⁸. (Vernant e Vidal-Naquet, 1989; Moerbeck, 2017; Meiksins-Wood, 1989: 05-42; Paiaro, 2018: 93-134).

The plebeian city

Weber's central aim in this section of the *Typology* is to take notice of the process through which the city of lineages begins to erode. In this path, Weber does not shy away from the multiple comparisons of the ancient city with the medieval world, especially concerning the emergence of *popolo* [entrepreneurs and artisans] in the northern cities of the Italic Peninsula, which involved financing the mass action against the nobility of lineage. These actions would be similes to the institutional struggles of the plebs, in the realm of the policy of the Roman republic, especially about the plebeian interests defended by the tribune of the plebs¹⁹.

What Weber wants to define sharply is that fights against lineages are estate fights. Thus his interest is reportedly to see similarities in the *modus operandi* of legal divisions, despite the political, social and economic differences of the Greek, Roman, and Medieval worlds, because "[...] there is no infinite variety of technical-administrative forms to regulate estate commitments within a city ..." (Weber, 1999: 475).

These social changes did not mean immediate unrestricted equality, but actually, a staged process. In the first, in the case of Athenian democracy, the vote in Ecclesia, the popular assembly, was granted to all citizens. After that, the belonging to the nobility of blood ceases to be a *sine qua non* criterion for the occupation of high public offices and councils. In this way, the economic census, which still created barriers to political participation, disappears in the fourth century BC.

Although again, in some respects, we remember the Fustelian analysis, Weber reveals an interest in a more detailed evaluation of how administrative-juridical changes were also expressed in the spatial dimension of the polis. To do so, he uses the case of Athenian democracy,

¹⁸ It must be remembered that Weber only possessed the texts of this elite (Athenian or not) for his reflection, thus, his analysis ends up being guided by the ideas of the ancient authors.

¹⁹ One of Weber's references in this passage is Eduard Meyer (Weber, 1999: 474).

which created a local district, called *demos*, a “subsection of the whole territory and foundation of all rights and duties in the polis” (Weber, 1999: 477)²⁰. The polis ceases to be “a confraternity of military associations and gentilities [and becomes] a territorial corporation of an institutional character” (Weber, 1999: 477). In this way, “instead of the irrational charismatic judicature appeared the law. Along with the elimination of the domination of lineages, legislation was initiated” (Weber, 1999: 477). With the diminution of the power of the Areopagus, probably in the 480s a.C., there would have been a kind of symbolic fracture of the aristocratic power, undertaken during the archon of Ephialtes, who, after commanding the reforms, was murdered. The turn to democracy is closely related to the change from a government based on consanguineous connections and charismatic power to one in which one governs through the use of the law, the election of magistrates, and by using lotteries²¹. Concomitantly with the creation of an idea of the Athenian elite concerning the work, there is also the emergence of a discursive *topos* that characterized a democratic ideology. Thus, not only in Aristotle’s *Politics* but earlier, in the *Histories* of Herodotus and over Euripides’ *Suppliants* appear the elements which give form to what the Athenians understood as the basis of the democratic regime (Moerbeck, 2017: 223).

Weber points out that democracy brought with it a new type of leader, usually a *strategos*, one of the ten generals of Athens who, although he was a public agent, was not in the modern sense of the word. The wages for the position was minimal, and there was no public career as in some sense there was in Rome sometime later, because in many cases even one could not be re-elected to the post. The position of a *strategos*, who could be re-elected and required a full-time dedication, was usually occupied by wealthy people. This process begins to appear subtly in Weber’s speech as a kind of deformation element of the rule of law, thus, “the real leader of politics, created by fully realized democracy - the demagogue - used to be formally, in Athens in time of Pericles, the supreme military official” (Weber, 1999: 478). In this moment, it was established with the people a sort of relationship that transcended law and office, while influent citizens

²⁰ In another passage, Weber mentions that the democratic city was divided according to *phylai* and *demoi* and possessed eminently rural character. The division of the city into neighborhoods is something that the ancient city shares with that of the Middle Ages and even with the Eastern one. There was, in any case, a domain of the city, in such a way that “formally the villages became [...] sub-departments of the city” (Weber, 1999: 498).

²¹ It should be noted that Weber does not equate these new democratic government officials with the modern state bureaucracy because of the often-irregular remuneration and because they cannot in many cases hold the same position after the end of the period for which was chosen.

were acting through “personal influence and trust”, again, we are closer to what Weber defines as charismatic power, which was the basis of functioning of the Athenian system (Weber, 1999: 478).

Therefore, Weber appropriates a rather negative view of the “deviations” of the Athenian democracy produced in the fourth century, heavily influenced by such authors as Aristotle and Aristophanes. The charismatic domination, which was established concurrently with the various legal bases²², occurred when there was a perversion of the uses of ordinary political life. The charisma is related to “an extraordinary power”, exceptional, of a given person, in bringing together followers and partisans. In politics, there are some types: the demagogue, the dictator, the military hero, or the revolutionary²³. The turning of power over the charismatic leader presupposes the belief that he is fated to a mission, for the foundation of charismatic power is emotional rather than rational. The trust in him is often fanatical, sightless (cf. Dabdab-Trabulsi, 2001: 50-66).

Would be the demagogue guided by an ethic of conviction²⁴? The charism appears as a breaker of a traditional or a legal system; it breaks institutions and puts them in doubt. The legitimacy of the charismatic leader is not drawn from the laws, nor tradition, but from himself, from his certainties, from his faith about what should be done, though his recognition and legitimacy can be conferred through an election in a democratic system. Finally, it should be emphasized that Weber himself considered that many relations of domination are based on a set of beliefs, in the empirical world, on a mixed basis (legal, traditional and charismatic). There is even the possibility of converting the charismatic in traditional domination when it becomes quotidian (Weber, 1999: 134-141, Weber, 2002: 73-90).

Thinking about Greek democracy

The city in antiquity tried to contest economic differentiation. Likewise, there were many full citizens who, although ruined, awaited the benefits of the state in different forms of subsidies, especially poor peasants with debts, usually those who had any land property. Weber compares this

²²While in the case of Athens, it established itself in democracy, in the case of the city-state of Jerusalem, it appeared in the religious figure of the prophet (Weber, 1999b: 136).

²³ In the contemporary world, Weber thinks of demagogues as politicians and members of political parties, as well as journalists and advertisers involved in the political game itself (Weber, 2002: 81-91).

²⁴ We return to the problem of justification of ends by means, of a pure conviction that has negative social consequences (Weber, 2002: 115-120).

situation with the “poor White trash”, the layer that represented the white despicable in the southern United States slaver.

The economic policy of the democratic polis, if we allow ourselves to use the term to the ancient world, was concentrated on the forms of government intervention in the mercantile and consumer interests (the landowners living in the city) and on how incomes were distributed, like those from the mines of Laurium. Thus, there was a series of programs, such as the prohibition of the sale of cereals in Athens, as well as the imposition of tributes to the allies of the Delian League.

Slavery was one of the foundations of the economy, not only of agriculture but also of the artisanal sector in which worked free and non-free. There were, however, limitations to the composition of professional associations or corporations, as was common in some instances of the Middle Ages. What Weber wants to draw attention to is that “democracy in antiquity was a “bourgeois corporation” of free citizens, a character that determined all its political behavior” (Weber, 1999: 499). Nonetheless, note that the notion of consumer city is not related to the creation of demand as is usually called in the modern economy.

The small urban bourgeoisie [...] was interested in direct or indirect incomes from the pocket of the dependent communes, that is, public constructions, subventions to attend the theatrical presentations and to participate in the jury assembly (the *heliaia*), distribution of cereals and other things, all financed by the state with taxes on subjects (Weber, 1999: 500).

In ancient Athenian, old traditional lineages: “*phyles* and *fratrias*,” are divided into “*demoi* and *tribus*,²⁵” which Weber calls political corporations. “This means two things: first, the influence of the lineages is broken, since their property was, corresponding to their origin in loans and insolvency, broadly scattered property...” (Weber, 1999: 500). It should be pointed out here that, with the advent of the *demoi*, everything had to be registered and a tax paid, which diminished the power of the old property based on a *modus operandi* of traditional power. The *demoi* allowed the occupation of the political posts with their members, and that is a remarkable question for Weber because it marks the political rise of the peasants. “And this means that in the Middle Ages, from the beginning, artisans were the bearers of democracy and in antiquity, in the time of Cleisthenes, the peasantry” (Weber, 1999: 501).

²⁵ Here and in other passages, we preferred to keep Weber’s original transliterations taken from Portuguese translation mentioned in the references.

Moreover, why was war fundamental? The demos were so much interested in war because it worked as the possibility of income gains, similar to what happened to the work of the sailor, which Weber calls, in quotation marks of "unemployment/unemployment benefits." Thus, "these disqualified citizens had no economic commitments and nothing to lose" (Weber, 1999: 502, Weber, 1974: 1350).

All this reasoning helps to understand why antiquity was not the springboard for modern capitalism, considering the fact that the "democratic development of antiquity did not practice an authentic industrial policy of producers as a decisive element the urban policy of antiquity pursues, first and foremost, the interests of urban consumers" (Weber, 1999: 502). In western antiquity, the grain supply of the city was not left only in the hands of urban merchants. It was a state policy allied to the interests of large landowners and raiding that operated from a coastal determinant factor (geographic) in Weber's view²⁶.

The hoplite reform, in its fight against lineages, is directly linked to the transition to democracy, since that process would have been what politically eliminated the nobility. Purging in the nobility has significantly varied since Sparta's most radical case, in which Weber seems to look with suspicious eyes to the view of the land as "common property" (Weber, 1999: 505), to the very maintenance of that nobility in Rome. In Athens, the path was that of "incorporating the nobility into the *demos*" in the sense of a timocratic state, already in the time of Cleisthenes (Weber, 1999: 504).

The specific city of antiquity, its dominant layers, its capitalism, the interests of its democracy, all these factors are primarily oriented to military political aspects, and all this when, mostly, the particular character of antiquity stands out (Weber, 1999: 504) [...] Such demos [which were warlike as an acquisitive form, especially of slaves] could never be primarily in the sense of peaceful economic activity and economically rational management (Weber, 1999: 511).

The democratic polis was a corporation of warriors, of citizens as political men. After the collapse of the lineages, hoplites were the class of full citizens, this type of position decayed with the appearance of mercenaries and the fleet in coastal cities (Weber, 1999: 505-510). From this point on, another discursive *topos* appears, repeated in Burckhardt, Fustel, and Weber, namely, the absence of the notion of freedom among the Athenians. Aristotle was an essential and careful reading of all, who considered the democracy of Athens too radical and even a distortion of the sense of politeia (Ober, 1998: 290-5).

²⁶ It is not without relevance that Weber refers to Pausanias (Weber, 1999: 510-11).

One can even speculate that, in the context of the appropriation and resignification of political ideas, Aristotle's assumption about the necessity of ownership for full participation fits perfectly into a form of oligarchic vision in the invention of the contemporary republic that would justify the assets in politics. Noteworthy is the causal relation established by Weber between the use of large-scale slave labor, the wars promoted for imprisoned purposes with the impossibility of establishing a kind of peaceful, rational economy, in addition to technical progress that had made modern capitalism emerge in antiquity (Weber, 1999: 510; Wagner, 2013: 61; Carvalho, 2018: 470).

Although Pericles claimed that the Athenians could live as they wished, the fact to Weber was that,

[...] the corporation of citizens interfered, at the discretion, in the life of each individual. A poorly managed property, especially the dissipation of the lot inherited by a warrior [...] adultery, a unwell educated son, the bad treatment of parents, impiety, *hybris* - all behavior that endangered military and public order and discipline or could provoke the wrath of the gods, to the disadvantage of the polis - were punished [...] one cannot speak of personal liberty in the conduct of life, and the measure, which in fact existed, diminished the militant force of the citizens' militia, as happened in Athens (Weber, 1999: 510).

Weber and so many other intellectuals of his generation had to fight rationally with many questions. In any case, the environment of 19th-century historicism left a mark on his work. By the way, it was what happened concerning the concept of liberal freedom, which could only be achieved through the traditional structures of the modern state. The bureaucracy of a state, such as that of the Prussian monarchy, could be the best guarantor of the defense of individual freedoms and legal certainty vis-a-vis democracies that tended to bow to the pressures of public opinion (Iggers, 1983: 10-7).

How the polis asserted rights to subtract the citizens' possessions is one of the bases for thinking of polis as a form of illegitimate domination. The Modern State becomes mandated (through a pact) and has as a prerogative to guarantee the assets of the signatories of this symbolic and legal agreement. Meanwhile, in the polis, the maintenance of the patrimony was very unstable, since, through the liturgies, several citizens were forced to commit economically for the common good. Moreover, how could Weber admit a system of justice in which civil cases were brought and tried by citizens with no specific and formal legal knowledge? All this seemed, to the Weberian look, in constant political instability.

Final considerations

Much of the proposition that Greece was a kind of adolescence of European civilization, since childhood would have been the Eastern world, was already present emphatically in F. Hegel (Bernal, 1987: 294-6). Weber's quest to understand the formation of the ancient western city has much to do with the keys he had sought after to understand his world, to understand the culture of the late nineteenth century and the advent of the modern state.

Moses Finley's interpretations of the ideal model for the ancient city, such as that of the persuasive consumer city, eventually cast a smoky curtain on Weber's thinking of the ancient city. Enormous mistake to think that Finley's reading could account for the high degree of Weberian complexity. Finley's errors and distortions in mixing the two types of consumer city and *Ackerbürgerstädt* have already been pointed out in other works by Mogens Hansen and Kostas Vlassopoulos. Perhaps Finley's unwillingness to work with the data of material culture for the understanding of the ancient city could have played a role in this process of interpretive limitation. However, we are in the field of speculation, which says more about the way the field deals with the appropriations of ideas than with the extent to which Weber was correct or not in his interpretations (Hansen, 2006: 85-98; Vlassopoulos, 2007: 123-141).

The core of the Weberian analysis of the ancient western (Greek and Roman) city is supported by the triad: state, military, and religious. The core which it could be drawn from the Weberian analysis of the ancient western (Greek and Roman) city is supported by the triad: *estate*, *military* and *religious*²⁷. Also, it operated in the coexistence of sophisticated status, legal, and class distinctions. Every city for Weber fulfills specific characteristics without which it would not make sense even to call it a city. The heart of the question lies in how in its physical center lies a market for the exchange of goods. How does this market work in an agrarian world? Two ideal types give shape to the functioning of these spatial, legal, economic, political, and military entities known as the consumer city and agricultural city.

²⁷ I am considering Weber's conception of the concept of class, which has to do with a position concerning the market. Property is not a basis for the division of society into classes, but it is a source of privileges and discrimination in the market environment. Of course, Weber is more concerned with these debates in the contemporary world, for which he thinks that classes do not necessarily determine the formation of distinct social groups because they have no necessary relation to the social division of labor.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 168-195

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10116>

By this time, Weber no longer has to say that Sparta is a consumer or even Athens, or even that many were agricultural cities. Although Hansen demonstrates that Weber had been more sophisticated in his analysis than Finley himself, the problem is in trying to compare the ideal type to the existing cities. Hansen ends up doing this by mentioning that the problem of the Weberian model (of the consuming city) is that it applies only to just a few polls among more than a thousand (Hansen, 2006: 86-7; 94-8). The model created by Weber was not constructed to be compared to empirical realities *in totum*, but to trace a path of understanding of the meanings of the empirical transformations that occurred through time, which could lead to a better understanding of the formation of the modern state and capitalism. All of this does not exempt Weber's discourse from flaws and inaccuracies about the ancient world or exempts his ideas from being, in the end, unplausible to the analysis of the old reality.

Weber is constantly distancing himself and approaching the empirical world. When he struggles to understand the process by which the polis moved from a lineage configuration to democracy, there was the bridge to understand the detachment from its ideal type. Athens, the city that most left written sources, became the nucleus of the diachronic journey of Weber, as might be expected from a written text of the 1910s. The author's effort is to try to analyze how, from the historical point of view, the real cities approach or not his ideal model.

Thus, from an aristocratic city, whose power was based on a hybrid form of traditional/charismatic domination, supported by a warrior elite, to the democratic city of Athens, it can be seen a transition in which the territorial-legal-institutional elements imposed itself on the triad of the gentilic-military-charismatic Archaic Period. It seems that the city of Athens is the consumer for Weber. It is one in which the military power of an elite who inhabited the city exploited the incomes from the countryside. It is primarily landowners who foment war as a possibility of acquisition and taxation of subject cities.

Athens was an irrational economy and could never produce modern capitalism since it was based on a logic of instability concerning the constant wars as well as the property of its citizens. Weber's conception of contemporary democracy was one of the sources of his antipathy while analyzing Athens' mass democracy, because: "the [modern] democratic regime could provide the alternation through elections or other forms of consultation of the majority, but in fact it is always a minority that decides and directs according to its guidelines the general policy of the group" (Freund, 2000: 162). Thus, equality of legal conditions has more to do with

Weber's conception of rational-legal domination than the acceptance that the vast majority should participate effectively in the political process.

The pulsating trade of Athens was a problem that Weber was aware of but still believed to be limited enough to advance in another interpretation that would break with his primitivist position. At the very end, what characterized the democratic city was the triad based on land ownership, the military community governed sometimes by a demagogic leader and the forms of taxation which transferred incomes to a system that, like every city, presupposed a market.

The debates brought about by this article raises to orders of questions. Firstly, it concerns the condition of contemporary historiography, especially about reflections on very relevant topics, such as evolutionism, the economic bases of the ancient world and the distortions caused by the presupposition of the notion of State in the analysis of the ancient ages. Firstly, it concerns the condition of contemporary historiography, especially about reflections on very relevant topics, such as evolutionism, the economic bases of the ancient world and the distortions caused by the presupposition of the notion of State in the analysis of the ancient ages. In the same way, there are dangers in thinking of the State as a factor in the cohesion of societies, and even in the very condition of Ancient History as a specific and legitimate historical form for all societies indistinctly.

There are many developments of this problem that still today has a significant range in the field of Theory of History, as well as in other forms of history that include the educational and there of the public history. From the formation of a field of classical studies up to the nineteenth-century and its athenocentrism, still expressed today in many school textbooks in Brazil, the fact is that Ancient History as a field of study, as well as the often arbitrary divisions between West and East, is still today object of disputes that transcend the debates in the scientific field towards the political games that underlie the choices and assumptions taken in the academic positions of power (Guarinello, 2003: 41-61; Vlassopoulos, 2007: 13-46; Francisco e Morales, 2016: 67-79; Shanks, 1996: 80-5; Moerbeck, 2018: 140-6; Wagner, 2013: 47-67; Andrade, 2016: 95-105; Bernal, 1987: 294-6; Carvalho, 2018: 473-4, Gallego, 2018: 86; Lisarrague, 2002: 101).

The forms of appropriation and reassessment of political concepts are critical in our time. As Peter Wagner has pointed out, the idea of a republic has gained ground to the detriment of democratic practices (Wagner, 2013: 51). At the end of the nineteenth century, it was already considered that the notion of a republic did not imply the massive participation of people. The notion of republic gains an air of politeia when it comes to

domesticating the “disruptive forms of democracy,” especially popular participation. The ideas that spoke of a democratic revolution in the nineteenth century were clearly against the model of Athenian democracy. The idea of freedom has become central since the discussions of the late Enlightenment, but it added various tones: freedom from injustice; freedom as personal fulfillment; freedom as personal expression; freedom in the trade or as collective self-determination. The latter, closer to the Greek experience, came into conflict with the former. “The answer that crystallized after 1800 was what we now know as the liberal concept of freedom, a freedom that did not emerge from the community but had to be protected against it” (Wagner, 2013: 52). It should be noted that the recognition of individual rights is perfectly compatible, in modern experience, with an undemocratic government.

It would not be possible in such a limited space to take up all these questions, although one must remember the significant changes of perspective by which the history of the ancient city is passing by. If it was central to Weber, as it was also for Marx, to understand to what extent there were different worlds that could be divided into Eastern and Western realities, now, on the contrary, these divisions seem too arbitrary to think of a Greek world much more integrated with realities that surpass the city as a unit of analysis. It is a space-material mutation that, since the late 1970s, and even more since the mid-1980s, is committed to assessing more the network of Greeks and non-Greeks in the Mediterranean than the of the polis seen in its unity and isolation (Marx, 1985; Hodern e Purcell, 2000; Brock & Hodkinson, 2001; Morris 2003; Vlassopoulos 2007; Malkin, 2012; Guarinello, 2013, Polignac, 1995, Snodgrass, 1981).

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marta Mega de. Pólis: comunidade, política e a vida em comum numa leitura da Política de Aristóteles. In: *Revista Clássica*, v. 28, nº 1, p. 95-124, 2016.

ARNASON, Johann P. Exploring the Greek needle’s eye: civilizational and political transformations. In: ARNASON, Johann P.; RAAFLAUB, Kurt, A; WAGNER, Peter. (Ed.) *The Greek polis and the invention of democracy: a politico-cultural transformation and its interpretations*. Malden: Wiley-Blackwell, 2013, p. 30-32.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de*

Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 185-227.

BERNAL, Martin. *Black Athena: the afroasiatic roots of classical civilizations*. New jersey: Rutgers University Press, 1987, vol I.

BROCK, R.; HODKINSON, S. *Alternative to Athens: varieties of political organization and community in Ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: _____ ; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2012, p. 01-36.

_____. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, EDUSC, 2005.

CARVALHO, Alexandre Galvão. A “economia antiga” e o nascimento da ciência histórica na Alemanha. In: _____. *A economia antiga: História e historiografia*. Vitória da Conquista: UESB, 2011, p. 39-71.

_____. A economia antiga, a modernidade e a relação ocidente e oriente: as contribuições de Karl Marx e Max Weber. In: *Heródoto*. Unifesp, Guarulhos, v. 3, n. 1, Março, 2018. p. 461-483.

COHN, Gabriel. Introdução. In: *Weber: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, p. 07-34.

COLOGNESI, Luigi Capogrossi. Il 'feudalesimo cittadino' nella interpretazione weberiana delle società antiche. In: *Dialogues d'histoire ancienne*. Année 2001, volume 27, nº 1, p. 7- 32.

DABDAB-TRABULSI, José Antonio. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FRANCISCO, Gilberto da Silva; MORALES, Fábio. Desvelando o atenocentrismo. *Revista de Cultura e Extensão da USP*. São Paulo: nº 14, p. 67-79, mar. 2016.

FINLEY, Moses. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. *A Política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 168-195

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10116>

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La Cité Antique: étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. [1864], *facsimile*.

FONTANA, Josep. *História: Análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

GALLEGO, Julián. La pólis griega antigua y el moderno concepto de Estado. In: *Mare Nostrum*, São Paulo: vol. 09, nº 2, p. 84-92.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. In: *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 3, nº 1, 2003, p. 41-61.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

GOLDSTONE, Jack A.; HALDON, John F. Ancient states, empires, and exploitation. In: MORRIS, Ian and SCHEIDEL, Walter (Orgs.). *The dynamic of ancient empires: State power form Assyria to Byzantium*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 3-7.

HANSEN, Mogens H. *Polis: An introduction to the Ancient Greek Citi-State*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HARTOG, François. *Le XIXe Siècle et l'histoire: le cas Fustel de Coulanges*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

HÉRAN, F. L'institution démotivée: de Fustel de Coulanges à Durkheim et au-delà. In: *Revue Française de Sociologie*, 1987, 28-1, p. 67-97.

HORDEN, P.; PURCELL, N. (Orgs.). *The Corrupting Sea: a study of Mediterranean History*. New York: Willey-Blackwell, 2000.

IGGERS, George G. *The german conception of History: The national tradition of historical thought from Herder to the present*. Middletown: Wesleyan University Press, 1983.

LISSARRAGUE, François. The Athenian image of the foreigner. In: HARRISON, Thomas (Ed.). *Greeks and Barbarians*. New York: Routledge, 2002, p. 101-124.

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992, p. 57-70.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 168-195

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10116>

MAC GAW, Carlos G. García. La ciudad Antigua: aspectos económicos e historiográficos. *Stud. hist.*, H.^a antig. 26, 2008, p. 237-269.

MALKIN, I. *A Small Greek World. Networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford University. Press, 2012.

MARX, Karl. *Formações Econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MATHIAS, Peter. Economic History: Living with the neighbours. In: *The journal of European economic history*. Rome: Luiss Guido Carli, 2006, p. 1-13.

MEIKISINS-WOOD, Ellen. *Peasant-citizen and Slave: the foundations of Athenian democracy*. New York: Verso, 1988.

MOERBECK, Guilherme. Um conto de duas cidades: Ensaio sobre a mobilização para a guerra na Atenas Clássica e na Paris da Primeira Guerra Mundial. In: *Hélade*. Vol. 2, nº 3, Dezembro de 2016, p. 86-97.

_____. *Entre a religião e a política: Eurípides e a Guerra do Peloponeso*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

_____. caminhos possíveis para o Ensino de História Antiga na educação básica: discussões preliminares. In: *Aprendizagens históricas: debates e opiniões*. BUENO, André; ESTACHESKI, Dulce; CREMA, Everton; NETO, José Maria (Orgs.). União da Vitória/Rio de Janeiro: SobreOntens, 2018, p. 140-150.

MORLEY, Neville. *Ancient history: key themes and approaches*. New York: Routledge, 2000.

MORRIS, Ian. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, 18:2, 2003, p. 30-55.

NIPPEL, Wilfried. Introductory remarks: Max Weber's "The City" revisited. In: MOLHO, Anthony; RAAFLAUB, Kurt; EMLEM, Julia (Orgs.). *City States in Classical Antiquity and Medieval Italy*. Michigan: The University of Michigan Press, 1991, p. 19-30.

OBER, J. *Political Dissent in democratic Athens: Intellectual critics of popular rule*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

PAIARO, Diego. Entre el "gobierno de la muchedumbre" y la "ditadura del proletariado". La historiografía de la democracia ateniense frente al espejo de la revolución. In: LEONI, Moreno; MATÍAS, Álvaro (Ed.).

Historiografía moderna y mundo antiguo. Córdoba: Tinta Libre, 2018, p. 93-134.

PALMEIRA, Miguel Soares. A nova “economia antiga”. In: PIRES, Francisco Murari (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 93-108.

PIRES, Eloiza Gurgel. Experiência e linguagem em Walter Benjamin. In: *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 813-828, jul./set. 2014.

POLIGNAC, F. de. *Cults, territory, and the origins of the Greek city-state*. Translated by Janet Lloyd. Chicago: The University of Chicago Press. 1995.

POLLAK, Michel. Max Weber: elementos para uma biografia sociointelectual (Parte I). In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*. Vol II, nº 1, Abril de 1996, p. 59-95.

_____. Max Weber: elementos para uma biografia sociointelectual (Parte II). In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*. Vol II, nº 2, Abril de 1996, p. 85-113.

RINGER, Fritz. *A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais*. São Paulo: EDUSP, 2004.

VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Campinas: Papirus, 1989.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek polis: Ancient Greek history beyond eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SCHEIDEL, Walter; MORRIS, Ian; SALLER, Richard Introduction. In: _____; _____; _____. (Ed.). *The Cambridge History of the Greco-Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 1-15.

SNODGRASS, Anthony. *Archaic Greece: the age of experiment*. Berkeley: University of California Press, 1981.

SHANKS, Michael. *Classical Archaeology of Greece: experiences of the discipline*. London: Routledge, 1996,

WAGNER, Peter. Transformations of democracy: towards a History of political thought and practice inn long-term perspective. In: ARNASON, Johann P.; RAAFLAUB, Kurt, A; WAGNER, Peter. (Ed.) *The Greek polis and the invention of democracy: a politico-cultural transformation and its interpretations*. Malden: Wiley-Blackwell, 2013, p. 47-67.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Trad. Gabriel Cohn. Brasília: UnB, 1999, Vol I.

_____. *Economia e Sociedade*. Trad. Gabriel Cohn. Brasília: UnB, 1999b, Vol II.

_____. *Economy and Society: an outline of interpretive sociology*. Trad. Guenther Roth and Claus Wittich. Berkeley: University of California Press, 1978.

_____. *The theory of social and economic organization*. New York: The Free Press,
London: Collier MacMillan, 1964.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

AS KHÁRITES: EM TORNO DO PODER FEMININO. SABER E LINHAGEM

María Cecilia Colombani¹

Resumo

O objetivo do presente trabalho é determinar a função do discurso mítico no trabalho hesiódico como um operador que institui um universo de significados que se encontra entre o mito. Nossa hipótese é que, no trabalho hesiódico, certas imagens conceituais se encontram, principalmente as da linhagem, que definem o campo do Mesmo e do Outro. Nesse contexto, pretendemos analisar a figura das *Khárites* associada à das Musas como poderes religiosos para ler formas de poder feminino a partir de um certo tipo de conhecimento que se desdobra em ambos os grupos.

Palavras-chave

Mito, Khárites, Musas, Poder, Conhecer, Linhagem.

¹ Professora Doutora - Universidad de Morón, Morón, Argentina. E-mail: ceciliacolombani@hotmail.com

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 196-212

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10111>

Resumen

El objetivo del presente trabajo es determinar la función del discurso mítico en la obra hesiódica como un operador que instituye un universo de sentido que se encuentra entre el mito. Nuestra hipótesis es que en la obra hesiódica se encuentran ciertas imágenes-conceptuales, principalmente las del linaje, que definen el campo de lo Mismo y de lo Otro. En este marco pretendemos analizar la figura de las *Khárites* asociada a la de las Musas como potencias religiosas para leer formas del poder femenino a partir de un determinado tipo de saber que se despliega en ambos colectivos.

Palabras clave

Mito, *Khárites*, Musas, Poder, Saber, Linaje.

Introdução²

O objetivo do presente trabalho é determinar a função do discurso mítico na obra hesiódica como um operador que institui um universo de sentido que se encontra entre o mito. Nossa hipótese é que na obra hesiódica se encontram certas imagens-conceituais, principalmente as da linhagem, que definem o campo do Mesmo e do Outro. Neste marco pretendemos analisar a figura das *Khárites* associada à das Musas³ como potências religiosas para ler formas do poder feminino a partir de um determinado tipo de saber que se espalha em ambos coletivos.

Seguindo a Foucault no marco de seu período arqueológico, entenderemos ao mito como uma forma de discurso, isto é, como um operador da verdade que determina relações de poder-saber. O objetivo é identificar no discurso hesiódico as estruturas internas de certas coordenadas antropológicas: o divino e o humano, o noturno e o luminoso, o humano e o animal, o masculino e o feminino. Trata-se de reconstruir as estruturas discursivas que definem isto para entender que é parte de uma determinada configuração de época, um magma de significações que se está erigindo, brotando, irrompendo, desde as próprias ruínas da configuração mítica; trata-se de acompanhar o discurso hesiódico para ver como impulsiona um novo *eîdos*, uma nova ideia de homem, de mundo, de natureza.

O discurso abre o campo de emergência de uma determinada forma de ver e de nomear a realidade. Outorga as regras de formação que travam as palavras e as coisas e a lógica da linhagem é precisamente a ferramenta que permite a tarefa interpretativa. Não só define que se vê e que se diz, mas também como se articula junto com as práticas sociais.

Devemos abordar a configuração mítica como um modo de realçar sua lógica dominante, onde, como Detienne demonstrou (1986: 145-148)⁴, a noção de ambiguidade tensiona a dupla *alétheia-léthe*, sem que o par implique um jogo contraditório que se auto-exclua. O desvelado e o velado convivem no interior de um pensamento não cerceado ainda pela tirania

² A presente introdução faz parte de minha tese doutoral publicada com o título Hesíodo. Discurso e Linhagem. Uma aproximação arqueológica (2016). Efetuaram-se revisões do original.

³ Para uma análise exaustivo da entidade das Musas, veja-se Brandao (2005).

⁴ A totalidade da obra dá conta de como se opera a declinação desta província do mágico-religioso para possibilitar a abertura de um *tópos* que albergue a experiência do *lógos* como lógica triunfante, como o novo modo de olhar e nomear o mundo.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 196-212

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10111>

de uma lógica *alethés-pseudés*, em um *tópos* irreconciliável desde o extremo cuidado da não contradição, como perigo capital.

O campo mítico, articulado na província do mágico religioso, reconhece diferentes territorialidades onde opera vigorosamente um pensamento subtendido por esta lógica: o campo poético, o mântico e o da soberania. Tangencialmente e como modo de situar a Hesíodo no imaginário de sua época, nos propomos abordar o texto hesiódico a partir de um horizonte vinculado à noção de *arkhé*. Trata-se de pensar a solidariedade entre pensamento e poder, entendendo que o pensamento opera como um instrumento de legitimidade de condutas, instituições e valores. O mito é uma usina produtora de sentido e nesse marco constitui uma estrutura de poder, impõe um *lógos* dominante, uma olhada-experiência sobre o real, que só uma nova experiência de saber-poder terá de fraturar, despregando um novo *logos*⁵.

Sem dúvida, a dimensão do poder radica precisamente nesta capacidade *poética* que articula efeitos sobre a realidade. O mito possui então um efeito político transformador do próprio real. É um discurso que delineia o campo da Verdade.

O que mantém em cena, remarcando a metáfora teatral, uma explícita configuração de pensamento é o vigor das forças que determinaram sua emergência e que a sustentam; a saber, o mito, como estrutura de pensamento, e Hesíodo, constituem, segundo Detienne (Hesíodo, 1986: 28), os últimos testemunhos desse tipo de palavra. A deslocação dá-se então pelo próprio enfraquecimento dessas forças que se esgotam, enclausurando o modelo ficcional⁶.

Agora vamos nos concentrar no que constitui o outro pilar sobre o que se assenta nossa perspectiva de pensar a Hesíodo como uma novidade. Referimo-nos à lógica da linhagem presente em seus poemas. Esse tem sido sem dúvida o elemento de coesão de nosso trabalho porque tem

⁵ Seguimos nesta tentativa de leitura as indicações de Michel Foucault (1979) sobre a união entre saber e poder como modo de travar a relação que guardam as palavras e as coisas em um determinado momento histórico. O saber não é senão uma estrutura de poder que legitima o colocar em funcionamento desse saber produzido historicamente.

⁶ Foucault (1979). Na conferência “Nietzsche, a história, a genealogia” o autor aborda a tensão *Ursprung-Erfindung*, origem-emergência, percorrendo a letra nietzscheana. Propõe-se a dimensão da emergência do acontecimento a partir das forças que o possibilitam por sobre a imagem estática da origem, a-histórico e não contaminado com os avatares da história. Foucault está mergulhando na genealogia nietzscheana um novo modo de pensar o acontecimento no marco das condições possíveis, que são sempre de caráter histórico-deveniente e não substancial.

constituído a novidade em Hesíodo. Já temos definido a linhagem como o operador discursivo que dá coerência a essa totalidade, que avança para formas mais justas e ordenadas, tanto no plano cósmico-divino como no plano social; forma mais ordenada na medida em que a linhagem positiva triunfa estruturalmente sobre o negativo.

Ficam delineados nos dois poemas dois territórios conceituais que permitem classificar essa totalidade que incorpora tanto ao mundo natural como ao humano em um sistema de significação compacto. Isto não implica que não apareçam ambiguidades e misturas, bifurcações e atalhos, não obstante, tomam um perfil claro que nos permite sua utilização como operadora discursiva e de sentido.

Este diagrama de forças que as linhagens representam, constitui a chave que possibilita as ambições de Hesíodo,

Ambições por assim o dizer unitárias: essas grandes e complexas descrições que, ademais, ao menos no caso dos dois primeiros poemas, representam uma visão idealizada: o progresso do mundo consiste na implantação da ordem de Zeus, que garante a justiça (Rodríguez Adrados, 2001: 199).

Efetivamente, para que essa ordem se dê nos termos da sucessão cronológica que a *Teogonía* apresenta ou da implementação sócio-histórica que os *Érga* propõem, é necessária a lógica da linhagem.

Deste modo, o dispositivo da linhagem inscreve-se nos dois poemas como articulador de sua unidade. A unidade radica na progressiva organicidade dos sistemas, o cósmico, o divino e o humano, e essa ordem que vão construindo, não sem conflito nem tensões, exige a presença de certos operadores que delimitem os espaços sobre os quais se assenta toda organização, o diurno e o noturno, o positivo e o negativo, o aceitável e o rejeitável, o legal e o ilegal, o justo e o injusto; em última instância, a tensão de opostos que dá conta do gérmen mesmo do real em seu conjunto. Potências e divindades que estão inscritos em uma ou outra linhagem, reis, homens, mulheres, instituições, comportamentos, estilos de vida, cidades, que podem ser lidos de uma perspectiva ou outra. Complexidade que se joga na dimensão agonística dos oponentes em conflito, que representa um claro antecedente de formulações posteriores que fazem do *pólemos* o fio que tece a constituição da realidade.

As *Khárites*

“Las *Chárites*, divinidades de la palabra, del mito cantado” (Bermejo Barrera, 1996: 63)

À luz do que foi dito acima, vamos parar agora para analisar as *Khárites* a fim de colocá-las nessa espessura mítica e na linhagem diurna a partir de suas marcas de identidade. Apenas alguns dados que serão, então, problematizados. As *Khárites* são filhas de Zeus e Eurínome. Em princípio, são divindades da vegetação que mais tarde se tornam divindades de beleza.

Irmãs das *Moûsai*, sua residência é no Olimpo, ao lado das nove deliciosas filhas da deusa *Mnemosýne*, que marca seu parentesco luminoso; também nas proximidades é a morada de Deseo, o companheiro frequente de Afrodite. A proximidade é inscrita numa proximidade de identidade, além de geográfica. A referência feminina é tocada em uma constelação luminosa: as *Moûsai*, as *Khárites* e a própria Afrodite. A influência atribuída a elas nas tarefas do espírito e das obras de arte completa sua pertença a uma linhagem positiva e diurna. Constituem a personificação de valores positivos como o júbilo, personificada por *Aglaya*, prazer, por *Eufrósina* e felicidade, por *Talía*. Os atenienses só conhecem duas *Khárites*, ambas associadas à vegetação: *Auxo*, aquela que faz as plantas crescerem, e *Hegemoné*, aquela que guia as plantas para fora do solo. Na verdade, elas foram reverenciadas com a intenção de que as colheitas fossem abundantes.

Orcómeno, cidade da Beócia, fundada pelo rei Minias, era o local de culto mais famoso e seu templo era muito próximo ao destinado a Dioniso, perto de uma fonte consagrada à deusa Afrodite. Seu culto era a proliferação de ritos muito antigos, próprios de Orcómeno. O símbolo com o qual estão associados são três grandes pedras caídas do céu no tempo do rei Etéocles.

As Caritesias eram as festividades dedicadas às divindades e as conhecemos por inscrições. Eles incluíam aspectos musicais e danças que ocorreriam durante a noite; compreendiam concursos de tragédia e comédia, onde os jogadores de flauta ou cítara rivalizavam entre si. Então, a associação com as artes também é clara. Mas além dessas notícias gerais, nossa intenção é colocá-las no contexto hesiódico e nas projeções que elas terão em outros autores, como por exemplo, Píndaro.

Vamos ao texto para ver sua apresentação e sua linhagem matriz diurna a partir de de sua gloriosa mãe.

τρεις δέ οι Εὐρυνομη Χάριτας τέκε καλλιπαρήους,
Ὠκεανοῦ κόρη, πολυήρατον εἶδος ἔχουσα,
Ἀγλαΐην τε καὶ Εὐφροσύνην Θαλίην τ' ἐρατεινήν:
910τῶν καὶ ἀπὸ βλεφάρων ἔρος εἴβετο δερκομενάων
λυσιμελής: καλὸν δέ θ' ὑπ' ὀφρύσι δερκιδύονται.

Tres Cárites le dio a luz Eurínome de hermosas mejillas,
hija de Océano de muy delicioso aspecto:
Aglya, Eufrósine y Talía agradable;
de sus ojos penetrantes se derrama el amor
que afloja miembros; bellamente bajo las cejas miran penetrante. (*Teogonía*, 907-911).

Como vemos, as *Khárites* são o fruto do amor entre Zeus e Eurynome. Uma marca remete ao encanto das três meninas, enfatizado pelo adjetivo καλλιπάρης, belo, com lindas bochechas, relacionado a essa dimensão estética com as Musas que desfrutavam do mesmo encanto de sua juventude e beleza.

Sua mãe também é referida com um adjetivo de valorização positiva, πολυήρατον εἶδος, de aparência muito gostosa. A sucessão da linhagem entre mãe e filhas é, portanto, semelhante à linha que liga as musas hesiódicas com à sua Mãe gloriosa, Mnemosyne e pertença a um universo feminino de origem diurna.

As *Khárites* estão diretamente ligadas ao Eros como força de coesão; são elas que derramam amor. O campo léxico do verbo εἴβω, derramar, verter, fala de sua generosa capacidade de prover amor, ἔρος. É ele quem solta os membros e o campo do adjetivo λυσιμελής, dá conta exatamente dessa condição.

Finalmente, são elas que olham com olhos penetrantes, destacando sua beleza. Mas agora, a dimensão espacial das *Khárites* merece algumas considerações que afetam diretamente nosso projeto de leitura. É a contiguidade com as Musas que gera uma condição muito particular que começa sendo espacial e depois tem outras derivações.

Tal como sustenta Calame:

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 196-212
DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10111>

Las musas hesiódicas, encarnación de la poesía arcaica, producen —¿es preciso recordarlo?— en las cercanía de Hímero y de las *Chárites* una melodía cantada y un ritmo de danza cuyo eco suscita el *éros*, cualidad personificada en el nombre mismo de la Musa Erato, que despierta el deseo (Calame, 2002: 53).

É esse grupo de poderes ligados à beleza e amor ao qual queremos direcionar nossa análise. Vamos começar com o sinal de proximidade e familiaridade que as coloca na mesma série de luz e dia. De fato, junto com as filhas bem-faladas de Zeus, Hímero e as *Khárites* têm suas casas, οἰκί' ἔχουσιν, percebendo o mesmo *tópos* que abriga elementos de valência positiva. É essa associação, especialista em questões de amor, a que “Teognis pone en boca de las Musas y las *Chárites* (Gracias) para celebrar las bodas de Cadmo y de Armonía, nacida de la unión de Ares y de Afrodita” (Calame, 2002: 126).

Se retornarmos ao poema hesídico, a vizinhança do grupo não é apenas espacial. A contiguidade geográfica faz parte de uma aliança funcional. Bermejo Barrera estende a associação para a mesma função, geralmente reservada para as Musas. O autor indica ao grupo como criadores da música, sendo que os três versos que considera interpolados, “se dice que cantan en las fiestas las leyes y alaban los sabios principios comunes a todos los inmortales” (1996: 60). Brincando com essa interpretação amplia a função comemorativa e esse grupo associado ao amor e ao charme constituiria uma estrutura de poder do conhecimento no âmbito da economia olímpica.

παρ δ' αὐτῆς Χάριτες τε καὶ Ἥμερος οἰκί' ἔχουσιν

65 ἐν θαλίῃς· ἐρατὴν δὲ διὰ στόμα ὅσσαν ἰεῖσαι

Μέλπονται πάντων τε νόμους καὶ ἥθεα κεδνὰ

ἀθανάτων κλείουσιν, ἐπὶ ἑρατον ὅσσαν ἰεῖσαι.

y junto a ellas las Cárites y también Hímero tienen sus casas;

en los banquetes, emitiendo su amable voz por la boca,

cantan las leyes de todos, y las costumbres respetables

de los inmortales celebran, emitiendo su muy amable voz. (*Teogonía*, 64-67).

A primeira coisa que aparece é uma coexistência nos banquetes, ἐν θαλίῃς, inscrevendo a função comemorativa na estrutura festiva apropriada à palavra de louvor. O uso do particípio, ἰεῖσαι, dá conta da função do campo

lexical do verbo, derramar, verter, emitir, deixar ouvir. Esta ação é complementar ao seguinte verso, inscrevendo o campo lexical do verbo μέλω, celebrando com dança e canto, cantar e dançar, em uma função festiva que as coloca no campo da beleza e charme como marcas de identidade. As lindas damas emitem sua voz imortal, ὄσσαν, dando conta de um tipo de conhecimento que as coloca em um τόπος de poder.

Como Bermejo Barrera discute, “en estos versos las Gracias son sinónimos de las Musas, y uno de los caracteres básicos de ese grupo de mujeres era el cantar el orden olímpico y sus principios” (1996: 61). Esta é a chave para a associação proposta pelo autor e o valor da função comemorativa como a revelamos. É uma força feminina a serviço da conservação da ordem cósmica. Se mais tarde o poeta vai se tornar um "oficial de soberania" ao narrar a criação ao mesmo tempo em que o rei mima o combate fundador que estabelece a soberania cósmica (Detienne, 1986: 21-38), nesse nível da história mítica, o coletivo feminino cumpre uma função análoga, servindo com sua voz divina, ὄσσα, a Zeus, o fiador da ordem cósmica. É uma função chave na ordem cósmica que também explica uma linha de sucessão entre as *Khárites* e sua mãe Eurínome, a Boa Ordem.

Reaparece então uma linha direta na sucessão de uma linhagem diurna que, de mãe para filha, dá conta de um conhecimento que colabora diretamente com o Soberano em sua realidade organizadora. Nós concordamos com Bermejo quando ele afirma,

El canto de este coro está pues en Hesíodo asociado a los principios legales y al orden cósmico, transmitidos a Zeus a través de su matrimonio anterior. La asociación de las *Chárites* con el orden del mundo, con los reyes y la Función, deriva en parte del propio carácter de su madre Eurínome” (1996: 61).

As coincidências atingem, assim, a linha ascendente da linhagem materna. As Musas herdam da mãe a maravilhosa voz associada à Memória sacralizada, aquela que sabe o que foi, o que é e o que será. *Mnemosyne* é uma onisciência de caráter divinatório que permite a suas filhas cantar a glória do Pai. As *Khárites* recebem uma função análoga de sua mãe; uma dimensão comemorativa que coloca a ordem e a legalidade no centro da cena. Dupla estrutural onde *Mnemosyne* é para o Eurínome o que as Musas são para os *Khárites*. De mães a filhas, é instituída uma função que celebra e louva uma força cósmica.

A escolha de Zeus em relação às suas mulheres merece alguma consideração. *Mnemosyne* deu a ele nove filhas deliciosas que o celebram e mantêm seu nome associado à soberania. Eurínome forneceu-lhe tantas outras filhas que, associadas à primeira, constituem um coletivo também

ao serviço da soberania do Pai. Como Bermejo argumenta, “En este matrimonio, como en los anteriores, por consiguiente, Zeus se asocia a una mujer preolímpica que posee un poder indudablemente relacionado con la soberanía” (1996: 61).

Deste modo, ambas as esposas proporcionarão através de suas deliciosas filhas, o poder de cantar, relacionadas à manutenção da ordem soberana que, como sabemos, acaba corroborando o poeta. Portanto, são eles, as Musas, que a escondem com um cetro de loureiro florido para perpetuar sua própria função divina.

Além de Hesíodo

Em seguida, propomos dar outro testemunho sobre as *Khárites* para confirmar alguns aspectos identitários e funcionais que temos acompanhado. Em primeiro lugar, vamos trabalhar o XIV Olímpico de Píndaro, provavelmente datado de 488, onde o poeta elogia as deusas. A tradição indica que o próprio poeta dirige em 448 a celebração do triunfo de Ascópico de Orcómeno. É em Orcómeno onde as *Khárites* têm um santuário e é a elas que Asópico deve seu triunfo no estádio olímpico. Vamos começar com a primeira estrofe

¡Vosotras, que las ondas del Cefiso obtuvisteis
del destino y que habitáis el paraje de hermosos corceles,
Oh Gracias, dignas de ser celebradas en cantos, reinas
de la espléndida Orcómeno, protectora de los Minias antiguos,
Escuchadme, os lo ruego! Pues por vosotras se otorga alegría
y toda dulzura a los mortales,
cuando alguien es sabio o de hermosa figura o famoso.
Porque, sin las Gracias augustas, ni siquiera los dioses
ordenan sus festines y danzas; sino que en el cielo son ellas
servidoras de todas las cosas, ocupando sus tronos
al lado de Apolo Pitio, el del arco de plata,
y adoran la majestad eterna de su Olímpico Padre (1-12).⁷

⁷ Píndaro, Olímpica, XIV

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 196-212

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10111>

A semelhança com a invocação das Musas é notória. O poeta se dirige as *Khárites*, solicitando sua atenção, assim como Hesíodo, do qual se sente como um servo eterno.

As primeiras marcas são de natureza espacial, pois as deusas reinam sobre as ondas do Cefiso, um pequeno rio costeiro que cruzou a Beócia e que, segundo Pausânias em *Descrição da Grécia* (9.38.7), captando uma tradição tebana, foi desviado por Héracles até o planalto de Orcómeno. Daí a sua relação com a esplêndida "Orquémia", onde o santuário que as celebra com canções é encontrado, assim como as musas são celebradas para a canção eterna do poeta. Protetores dos minas, povo beocio, primeiro a receber um nome entre os pelasgos, localizado em Orcómeno; os dados reforçam seu registro na região, simbolicamente a mesma em que se inscreve Hesíodo.

O parentesco com as Musas está atestado na função festiva: "Pois por vocês se outorga alegria e toda doçura aos mortais". *Khárites* e *Musas* estão inscritas na mesma linhagem diurna a partir desta prodigalidade de ternura, doçura e alegria, própria, por outro parte, de sua condição de Filhas de um gloriosíssimo Pai. No caso das Musas esta função de prodigar alegria está diretamente relacionada com uma função terapêutica de acalmar as preocupações dos mortais e dos Imortais. Neste caso a alegria está ao serviço de deleitar aos mortais sábios, de formosa figura ou famosos, isto é, aqueles que se acham inscritos em uma mesma linhagem diurna. Tal como sustenta Bermejo Barreira, são "consideradas como dadoras de todo lo agradable, especialmente del renombre para los hombres" (1996: 64). Como seus afamadas irmãs, as *Khárites* representam o princípio de inteligibilidade que separa os campos do encantador e agradável daquilo que não o é. Em última instância, são operadoras de sentido e territorializam todo o bom e amoroso em um campo que se erige socialmente como aquilo que se apetece em oposição às figuras de genealogia monstruosa.

Há uma menção interessante em torno de certa dependência dos deuses em relação com elas, já que "sem as Graças augustas, nem sequer os deuses ordenam suas festas e dança". A dimensão funcional fica assim atestada em Píndaro. São as verdadeiras artesãs da alegria dos Imortais ao organizar seus encontros, amenizados por seus dança. Essas "servas de todas as coisas" são figuras femininas de força inegável. É um coletivo poderoso que combina o poder de servir os Imortais com saber como fazê-lo. Sem dúvida, o maior serviço é o louvor da majestade de Zeus, "a majestade eterna de seu Olímpico Pai", e este tópico resulta um novo ponto de encontro com suas diurnas irmãs.

São as encantadoras filhas que o Pai precisa para manter sua soberania cantada, sua poder eternamente narrado pela maravilhosa voz do canto feminino. Nascimento funcionais à glória do Soberano onde *Mnemosyne* e *Eurínome* cumprem um papel fundamental, se convertendo nas gloriosíssimas damas capazes de reproduzir o que Zeus precisa para garantir e perpetuar seu poder, e com isso assegurar a ordem cósmica e social. Não há glória sem canto. É a mesma lógica que se reflete na condição guerreira. O mundo divino inaugura um modelo de funcionamento onde o poder do canto gera a glória mesma. A palavra cobra assim uma dimensão ontológica já que outorga o ser do homem cantado.

Duas potências parecem ser temíveis neste marco de pensamento: o Louvor e a Desaprovação. Na verdade, trata-se de duas articulações dominantes da lógica guerreira porque determinam processos de territorialização e desterritorialização, de visibilidade e invisibilidade, de aparecimento e desaparecimento. Inclusive, as duas noções dominantes jogam-se, a nosso entender, em uma metáfora luminosa que determina zonas de luz e escuridão, que recaem diretamente sobre a figura do guerreiro marcando seu reconhecimento e aprovação social ou bem sua desaprovação, articulada em morte. O homem homérico adquire consciência de seu valor pelo reconhecimento da sociedade à que pertence. É um produto de sua classe e mede sua própria excelência pela opinião de seus semelhantes (Jaeger, 1995: 25). Trata-se de uma lógica que tensiona dois pólos antitéticos: *alétheia-léthe*. Efetivamente, a aprovação joga-se no horizonte da verdade, como des-oculto, des-velado. A honra tira o véu do opróbrio, desvela e descobre o ser do guerreiro. Pelo contrário, a desonra cobre e esconde o bom nome e fama. O homem é assim obscurecido, coberto por trás do véu do anonimato.

O mesmo dispositivo em que a palavra é o caminho do acesso à verdade. As *Khárites* mantêm com seu canto o próprio ser da soberania, como fazem as musas e os poetas como oficiais dessa soberania.

A segunda estrofe nos traz novas marcas de identidade que reforçam a territorialização das três irmãs na linhagem luminosa que temos rastreado:

¡Oh Áglae, señora,

Y tú Eufrósina, de canciones amiga, hijas del más poderoso

de los dioses, oídme benévolas ahora, y también tú, Talía,

que amas los cantos, mientras este cortejo contemplas

que ligero camina (danza) con motivo de la buena fortuna!⁸

As três se caracterizam por adjetivos amigáveis que acentuam as marcas luminosas do coletivo, ao mesmo tempo em que corroboram o amor pelo canto e pela dança, como Eufrosina, de canções amigas, ou a própria Talía, que adora cantar e andar levemente no mesmo sentido que dança, confirmando mais uma vez uma dimensão funcional que os associa às Musas, amantes do canto e da dança, que formam corais bonitos com o Pai, adornando o Olimpo.

A associação com a beleza

Embora tenhamos percorrido até aqui um caminho que podemos localizar no *tópos* da beleza, existe uma função específica em torno da beleza do corpo que também as tem como protagonistas.

Hesíodo e Homero percebem essa dimensão funcional que as associa ao charme e ao amor. Como Bermejo Barrera aponta “En los poemas homéricos sus actividades son fundamentalmente dos: el tejido de las telas y el cuidado corporal, y la danza y el canto en un choro. Y por estas dos actividades se vinculan estrechamente a Afrodita” (Barrera, 1996: 65). O canto VIII da *Odiseia* alude a essa nova dimensão que colocamos em circulação. Quando a risonha Afrodite partiu para Pafo de Chipre onde seu altar coroado com oferendas está localizado, “na chegada, ela foi lavada pelas Graças, ungida com óleo imortal, que brilha na pele dos deuses eternos, e vestida com roupas preciosas, feitiço dos olhos” (*Od.* VIII, 362-366).

Os versos, sem dúvida, evocam o dispositivo ritual de adornar Pandora como a primeira noiva do Ocidente (Leduc, 1992), onde as Graças também participam, como veremos em breve. Homero as apresenta em uma função que reforça a feminilidade do coletivo. São elas que, associadas ao encanto e à beleza, adornam Afrodite. É uma nova vantagem da *sema* dominante de charme e sedução. Assim como cantar e dançar produzem prazer, da mesma forma, a beleza feminina constitui um “feitiço nos olhos”. Banhos, óleos imortais e roupas preciosas formam o enredo de um ritual feminino onde a sedução e o amor são ensinados.

Assim, se pensarmos na linha de continuidade em torno do tema do encanto, *Trabalhos e Dias*, se refere a elas quando se trata de embelezar Pandora no âmbito do ritual que adorna a primeira mulher. São elas que coroam a Pandora com flores, segundo Hesíodo, nestes termos:

⁸ Píndaro, Olímpica XIV

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 196-212

DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10111>

ζῶσε δὲ καὶ κόσμησε θεὰ γλαυκῶπις Ἀθήνη:
ἀμφὶ δὲ οἱ Χάριτές τε θεαὶ καὶ πότνια Πειθὼ
ὄρμους χρυσεῖους ἔθεσαν χροῖ: ἀμφὶ δὲ τὴν γε
75 ὦραι καλλίκομοι στέφον ἄνθεσιν εἰαρινοῖσιν:
Πάντα δὲ οἱ χροῖ κόσμον ἐφήρμοσε Παλλὰς Ἀθήνη.

“le dio vida y la adornó la diosa de ojos glaucos Atenea;
Las Cárites divinas y la augusta Peito
en torno de su cuerpo colocaron collares dorados; y a su alrededor
las Horas de hermosos cabellos la coronaron con flores primaverales;
todo el ornato a su cuerpo aplicó Palas Atenea” (*Trabajos y días*, 75).

De fato, são as divinas *Khárites*, Χάριτές θεαί, responsáveis por colocar as belas jóias que adornam a noiva, um ritual presidido por Atena. A presença de um novo coletivo, as *Horas* de cabelo bonito, καλλίκομοι, sublinha a tarefa cosmética de coroá-la com belas flores da primavera.

Pensemos nelas como um atalho breve que ajuda a ler a valência positiva de certos coletivos relacionados dentro da estrutura do dispositivo mítico como *lógos* explicativos que obedecem a uma intrincada arquitetura de significado. É claro observar a imagem para associar iconograficamente uma semelhança com os coletivos femininos que temos analisado.

Antes de sua aparição na *Teogonía* Hesíodica, as Horas já aparecem na *Iliáda* como guardiãs das portas do Olimpo, uma porta que se abre e se fecha para recolher ou dispersar as nuvens. Eles são divindades sorridentes que presidem tudo o que chega ao seu tempo, como uma fruta madura que cai da árvore no momento certo. Lá estão elas, no casamento de Tetis e de Peleu; elas também guardam o crescimento da vegetação, porque eles simbolizam fenômenos naturais e normalmente, como as Graças, daqueles que são muito próximos por características semelhantes, aparecem dançando. Regulam o nascimento e o casamento, mas não a morte, porque estão sempre presentes em momentos felizes.

Marcas de identidade continuam a bordar uma experiência festiva, começando não apenas com canto e dança, mas com um certo modelo de instalação na economia geral do pensamento mítico. Musas, *Khárites* e Horas respondem a essa necessidade do Olimpo de ter uma parcela de
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 196-212
DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10111>

juventude e beleza que preencherá as moradas olímpicas com encanto e felicidade.

Considerações finais

O presente trabalho consistiu em primeiro lugar em rever a função do discurso mítico na produção de Hesíodo para pensá-lo como um operador que institui um universo de sentido como um efeito da verdade e que está em uma zona ambígua de caminhos entrelaçados entre a estrutura de mito e filosofia.

Neste contexto, tentamos destacar a figura das *Khárites* que, a partir de certas marcas identitárias e funcionais, acabou por ser associada às Musas; essa associação nos permitiu traçar formas de poder feminino, lidas a partir de um certo tipo de conhecimento que se desdobra em suas ações. Assim, nos detemos nas *Khárites* para colocá-las naquele bosque mítico dentro do discurso hesiódico e além dele, territorializando-as no cenário daquela lógica de linhagem, a corresponder-lhes um escopo diurno daquelas marcas identitárias. Poderes ligados à beleza, encanto, sedução e amor foram o alvo para o qual direcionamos nossa análise.

Nós começamos com a proximidade do espaço. De fato, conforme analisamos, as *Khárites* têm suas casas ao lado das delicadas filhas de Zeus, Himerus e Desejo, desenhando os mesmos tipos de elementos que abrigam elementos de valoração positiva.

Nos detivemos na análise de Bermejo Barrera para pensar sobre a chave da associação proposta pelo autor entre os dois coletivos, posição com a qual concordamos, e ver a predominância da função comemorativa como aquela dimensão que os combina em uma instalação comum dentro da economia mítica. Sua ligação com o poder e o conhecimento é a condição de uma força matricial feminina a serviço da conservação e do cuidado da ordem cósmica. Se posteriormente no nível da poesia como função sócio religiosa, o poeta inspirado se estabelecerá como um “oficial de soberania”, nesse nível da história mítica, o coletivo feminino cumpre uma função orientadora e análoga, servindo com sua voz divina, ὄσσα, para Zeus, o fiador da ordem cósmica, aquele que representa o princípio da inteligibilidade de uma legalidade que encontra sua materialidade na canção divina.

Em seguida, nos propusemos a passar outro testemunho sobre as *Khárites* para corroborar algumas características identitárias e funcionais que a narrativa de Hesíodo havia exibido. Para tal projeto, trabalhamos a XIV Olímpica de Píndaro, uma obra em que o poeta fala louvável e

amorosamente às deusas. A relação estrutural com as Musas é claramente atestada na função de comemoração que as associa e as familiariza em uma pegada identitária idêntica.

Khárites e Musas estão inscritos na mesma linhagem diurna a partir de sua clareza, daquela exuberância de ternura, doçura e alegria, que derrama abundantemente e é característico de sua condição genealógica como sendo filhas de um Pai glorioso e de mães relevantes.

Embora o trabalho se movesse predominantemente no *tópos* da beleza, também cobrimos uma função específica em torno da beleza do corpo que os tem como protagonistas. Tanto Hesíodo quanto Homero percebem essa dimensão funcional que os associa a encanto e amor. Musas, *Khárites* e até mesmo as Horas respondem a essa necessidade política do dispositivo olímpico de ter uma parte doce da juventude, beleza, encanto e sedução que enche as moradas dos Imortais de felicidade.

Referencias bibliográficas

BARRERA BERMEJO, Juan Carlos, GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier, REBORED A MORILLO, Susana. *Los orígenes de la mitología griega*. Madrid: Akal, 1996.

BRANDAO, Jacyntho Lins. *Antiga Musa (Arqueología da ficção)*. Belo Horizonte: FALE, 2005.

CALAME, C. *Eros en la antigua Grecia*, Madrid, Akal, 2002.

COLOMBANI, María Cecilia. *Hesíodo. Discurso y Linaje. Una aproximación arqueológica*. Mar del Plata: EUEM, 2016.

DETIENNE, Marcel. *Los maestros de verdad en la Grecia Arcaica*. Madrid: Taurus, 1986.

FOUCAULT, Michel. "Entrevista sobre la prisión: el libro y su método". En: Idem. *Microfísica del poder.*, Madrid: Ediciones La Piqueta, 1979.

HESÍODO. *Obras y fragmentos*. Gredos, Madrid. 2000

HESIOD. *Theogony. Works and Days. Testimonia*. Most, G. W. Loeb Classical Library. London: Harvard University Press, 2006.

HOMERO. *Odisea*. Madrid: Gredos, 2000.

JAEGER, Werner. *Paideia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 196-212
DOI: <https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10111>

LEDUC, Claudine. “¿Cómo darla en matrimonio? La novia en Grecia, siglos IX-IV a. C.”. En: Duby, George, Perrot, Michelle. *Historia de las Mujeres*, 1. La Antigüedad, Madrid: Taurus, 1992.

LIDDEL, H. G., SCOTT, R. A *Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

LIÑARES, Lucía. *Teogonía, Trabajos y Días*. Edición bilingüe. Buenos Aires: Losada, 2005.

RODRÍGUEZ ADRADOS, F. (2001) “La composición de los poemas hesiódicos”, *EMÉRITA, Revista de Lingüística y Filología Clásica*. LXIX, 2, 2001, pp. 197-223.

VIANELLO DE CÓRDOVA, Paola. *Teogonía*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.

LAS *Khárites*: EN TORNO AL PODER FEMENINO. SABER Y LINAJE

María Cecilia Colombani¹

Resumen

El objetivo del presente trabajo es determinar la función del discurso mítico en la obra hesiódica como un operador que instituye un universo de sentido que se encuentra entre el mito. Nuestra hipótesis es que en la obra hesiódica se encuentran ciertas imágenes-conceptuales, principalmente las del linaje, que definen el campo de lo Mismo y de lo Otro. En este marco pretendemos analizar la figura de las *Khárites* asociada a la de las Musas como potencias religiosas para leer formas del poder femenino a partir de un determinado tipo de saber que se despliega en ambos colectivos.

Palabras clave

Mito, *Khárites*, Musas, Poder, Saber, Linaje

¹ Professora Doctora – Universidad de Morón, Morón, Argentina. E-mail: ceciliacolombani@hotmail.com

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 213-229

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10114

Resumo

O objetivo do presente trabalho é determinar a função do discurso mítico no trabalho hesiódico como um operador que institui um universo de significados que se encontra entre o mito. Nossa hipótese é que, no trabalho hesiódico, certas imagens conceituais se encontram, principalmente as da linhagem, que definem o campo do Mesmo e do Outro. Nesse contexto, pretendemos analisar a figura das *Khárites* associada à das Musas como poderes religiosos para ler formas de poder feminino a partir de um certo tipo de conhecimento que se desdobra em ambos os grupos.

Palavras-chave

Mito, *Khárites*, Musas, Poder, Conhecer, Linhagem

Introducción²

El objetivo del presente trabajo es determinar la función del discurso mítico en la obra hesiódica como un operador que instituye un universo de sentido que se encuentra entre el mito. Nuestra hipótesis es que en la obra hesiódica se encuentran ciertas imágenes-conceptuales, principalmente las del linaje, que definen el campo de lo Mismo y de lo Otro. En este marco pretendemos analizar la figura de las *Khárites* asociada a la de las Musas³ como potencias religiosas para leer formas del poder femenino a partir de un determinado tipo de saber que se despliega en ambos colectivos.

Siguiendo a Foucault en el marco de su período arqueológico, entenderemos al mito como una forma de discurso, es decir, como un operador de verdad que determina relaciones de poder-saber. El objetivo es identificar en el discurso hesiódico las estructuras internas de ciertas coordenadas antropológicas: lo divino y lo humano, lo nocturno y lo luminoso, lo humano y lo animal, lo masculino y lo femenino. Se trata de reconstruir las estructuras discursivas que definen esto para entender que es parte de una determinada configuración de época, un magma de significaciones que se está erigiendo, brotando, irrumpiendo, desde las propias ruinas de la configuración mítica; se trata de acompañar el discurso hesiódico para ver cómo despega un nuevo *eîdos*, una nueva idea de hombre, de mundo, de naturaleza.

El discurso abre el campo de emergencia de una determinada forma de ver y de nombrar la realidad. Otorga las reglas de formación que traban las palabras y las cosas y la lógica del linaje es precisamente la herramienta que permite la tarea interpretativa. No solo define qué se ve y qué se dice, sino cómo se articula con las prácticas sociales.

Debemos abordar la configuración mítica como modo de resaltar su lógica dominante, donde, como Detienne demostró (1986: 145-148)⁴, la noción de ambigüedad tensiona la diáda *alétheia-léthe*, sin que el par implique un juego contradictorio que se auto excluya. Lo develado y lo velado conviven en el interior de un pensamiento no cercenado aún por la tiranía de una

² La presente introducción forma parte de mi tesis doctoral publicada bajo el título *Hesíodo. Discurso y Linaje. Una aproximación arqueológica* (2016). Se han efectuado revisiones del original.

³ Para un análisis exhaustivo de la entidad de las Musas, véase Brandao (2005).

⁴ La totalidad de la obra da cuenta de cómo se opera la declinación de esta provincia de lo mágico religiosa para posibilitar la apertura de un *tópos* que albergue la experiencia del *lógos* como lógica triunfante, como el nuevo modo de mirar y nombrar el mundo.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 213-229

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10114

lógica *alethés-pseudés*, en un *tópos* irreconciliable desde el extremo cuidado de la no contradicción, como peligro capital.

El campo mítico, articulado en la provincia de lo mágico religioso, reconoce distintas territorialidades donde opera vigorosamente un pensamiento subterfugado por esta lógica: el campo poético, el mántico y el de la soberanía. Tangencialmente y como modo de situar a Hesíodo en el imaginario de su época, nos proponemos abordar el texto hesiódico desde un horizonte vinculado a la noción de *arkhé*. Se trata de pensar la solidaridad entre pensamiento y poder, entendiendo que el pensamiento opera como un instrumento de legitimación de conductas, instituciones y valores. El mito es una usina productora de sentido y en ese marco constituye una estructura de poder, impone un *lógos* dominante, una mirada-experiencia sobre lo real, que solo una nueva experiencia de saber-poder habrá de fracturar, desplegando un nuevo *lógos*⁵.

Sin duda, la dimensión del poder radica precisamente en esa capacidad *poiética* que articula efectos sobre la realidad. El mito posee entonces un efecto político en tanto transformador de lo real mismo. Es un discurso que delinea el campo de Verdad.

Lo que mantiene en escena, remarcando la metáfora teatral, una explícita configuración de pensamiento es el vigor de las fuerzas que determinaron su emergencia y que la sostienen; a saber, el mito, como estructura de pensamiento y Hesíodo constituyen, a decir de Detienne (1986: 28), el último testigo de ese tipo de palabra. El desplazamiento se da entonces por el propio debilitamiento de esas fuerzas que se agotan, clausurando el modelo ficcionado⁶.

A continuación, nos ubicaremos en lo que constituye el otro pilar sobre el que se asienta nuestra perspectiva de pensar a Hesíodo como una novedad. Nos referimos a la lógica del linaje presente en sus poemas. Este ha sido sin

⁵ Seguimos en este intento de lectura las indicaciones de Michel Foucault (1979) sobre el maridaje entre saber y poder como modo de trabar la relación que guardan las palabras y las cosas en un determinado momento histórico. El saber no es sino una estructura de poder que legitima la puesta en funcionamiento de ese saber producido históricamente.

⁶ Foucault (1979). En la conferencia "Nietzsche, la historia, la genealogía" el autor aborda la tensión *Ursprung-Erfindung*, origen-emergencia, recorriendo la letra nietzscheana. Se plantea la dimensión de la emergencia del acontecimiento a partir de las fuerzas que lo posibilitan por sobre la imagen estática del origen, a-histórico y no contaminado con los avatares de la historia. Foucault está buceando en la genealogía nietzscheana un nuevo modo de pensar el acontecimiento en el marco de las condiciones posibilitantes, que son siempre de carácter histórico-deviniente y no substancial.

duda el elemento de cohesión de nuestro trabajo porque ha constituido la novedad en Hesíodo. Ya hemos definido al linaje como el operador discursivo que hilvana esa totalidad que avanza hacia formas más justas y ordenadas, tanto en el plano cósmico-divino como en el plano social; forma más ordenada en la medida en que el linaje positivo triunfa estructuralmente sobre el negativo.

Quedan delineados en los dos poemas dos territorios conceptuales que permiten clasificar esa totalidad que incorpora tanto al mundo natural como al humano en un sistema de significación compacto. Esto no implica que no aparezcan ambigüedades y mezclas, bifurcaciones y atajos no obstante, toman un perfil claro que nos permite su utilización como operador discursivo y de sentido.

Este diagrama de fuerzas que los linajes representan, constituye la llave que posibilita las ambiciones de Hesíodo,

Ambiciones por así decirlo unitarias: esas grandes y complexivas descripciones que, además, al menos en el caso de los dos primeros poemas, representan una visión idealizada: el progreso del mundo consiste en la implantación del orden de Zeus, que garantiza la justicia" (Rodríguez Adrados, 2001: 199).

En efecto, para que ese orden se dé en los términos de la sucesión cronológica que *Teogonía* presenta o de la implementación socio-histórica que los *Érga* proponen, es necesaria la lógica del linaje.

De este modo, el dispositivo del linaje se inscribe en ambos poemas como articulador de su unidad. La unidad radica en la progresiva organicidad de los sistemas, el cósmico, el divino y el humano y ese orden que se van construyendo no sin conflictividad ni tensiones, exige la presencia de ciertos operadores que delimiten los espacios sobre los que se asienta toda organización, lo diurno y lo nocturno, lo positivo y lo negativo, lo aceptable y lo rechazable, lo legal y lo ilegal, lo justo y lo injusto; en última instancia, la tensión de opuestos que da cuenta del germen mismo de lo real en su conjunto. Potencias y divinidades que se inscriben en uno u otro linaje, reyes, hombres, mujeres, instituciones, comportamientos, estilos de vida, ciudades, que se pueden leer desde una perspectiva u otra. Complejidad que se juega en la dimensión agonística de los contrarios en pugna, lo cual representa un claro antecedente de formulaciones posteriores que hacen del *pólemos* el hilo que hilvana la constitución de lo real.

Las *Khárites*

“Las *Chárites*, divinidades de la palabra, del mito cantado” (Bermejo Barrera, 1996: 63)

A la luz del marco precedente, nos detendremos en las *Khárites* a fin de ubicarlas en esa espesura mítica y en el linaje diurno a partir de sus marcas identitarias. Apenas unos datos que luego serán problematizados. Las *Khárites* son hijas de Zeus y Eurínome. En principio son divinidades de la vegetación que más tarde se transforman en divinidades de la belleza.

Hermanas de las *Moûsai*, su morada se halla en el Olimpo, junto a la de las nueve deliciosas hijas de la diosa *Mnemosýne*, lo cual marca su parentesco luminoso; cerca también se encuentra la morada de Deseo, el compañero frecuente de Afrodita. La proximidad se inscribe en una cercanía identitaria, antes que geográfica. La referencia femenina se juega en una constelación luminosa: las *Moûsai*, las *Khárites* y la propia Afrodita. Completa su pertenencia al linaje positivo y diurno la influencia que se les atribuye sobre las tareas del espíritu y las obras de arte. Constituyen la personificación de valores positivos como el júbilo, personificado por Aglaya, el placer, por Eufrosina y la felicidad, por Talía. Los atenienses solo conocen dos *Khárites*, ambas asociadas a la vegetación: Auxo, la que hace crecer las plantas, y Hegemoné, la que guía las plantas fuera del suelo. En realidad se las veneraba con la intención de que las cosechas fuesen abundantes.

Orcómeno, ciudad de Beocia, fundada por el rey Minias, era el lugar de culto más famoso y su templo se hallaba muy cerca del destinado a Dioniso, próximos a un manantial consagrado a la diosa Afrodita. Su culto era la proliferación de ritos muy antiguos propios de Orcómeno. El símbolo con el que se las asocia son tres grandes piedras caídas del cielo en tiempos del rey Etéocles.

Las Caritesias eran las fiestas dedicadas a las divinidades y las conocemos por inscripciones. Incluían aspectos musicales y danzas que tenían lugar durante la noche; comprendían concursos de tragedia y comedia, donde los tocadores de flauta o de cítara rivalizaban entre ellos. La asociación pues a las artes es también nítida. Pero más allá de estas noticias generales, nuestra intención es ubicarlas en el contexto hesiódico y las proyecciones que tendrán en otros autores como Píndaro por ejemplo.

Vayamos al texto para ver su presentación y su linaje de matriz diurna a partir de su gloriosa madre.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 213-229
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10114

τρεις δέ οἱ Εὐρυνομη Χάριτας τέκε καλλιπαρήους,
Ὠκεανοῦ κόρη, πολυήρατον εἶδος ἔχουσα,
Ἀγλαΐην τε καὶ Εὐφροσύνην Θαλίην τ' ἐρατεινήν:
910τῶν καὶ ἀπὸ βλεφάρων ἔρος εἴβeto δερκομενάων
λυσιμελής: καλὸν δέ θ' ὑπ' ὀφρύσι δερκιδύονται.

Tres Cárites le dio a luz Eurínome de hermosas mejillas,
hija de Océano de muy delicioso aspecto:
Aglya, Eufrosine y Talía agradable;
de sus ojos penetrantes se derrama el amor
que afloja miembros; bellamente bajo las cejas miran penetrante. (*Teogonía*, 907-911).

Tal como vemos, las *Khárites* son el fruto del amor entre Zeus y Eurínome. Una marca alude al encanto de las tres niñas, enfatizada por el adjetivo καλλιπάρης, bello, de hermosas mejillas, emparentadas desde esta dimensión estética con las Musas quienes gozan del mismo encanto a partir de su juventud y belleza.

Su madre también está referida con un adjetivo de valencia positiva, πολυήρατον εἶδος, de muy delicioso aspecto. La sucesión del linaje entre madre e hijas es así semejante a la línea que vincula a las Musas hesiódicas con su gloriosa Madre, Mnemosyne y la pertenencia a un universo femenino de matriz diurna.

Las *Khárites* están directamente vinculadas a eros como fuerza de cohesión; son ellas las que derraman amor. El campo lexical del verbo εἴβω, derramar, verter, habla de su capacidad generosa para brindar amor, ἔρος. Es él quien afloja los miembros y el campo del adjetivo λυσιμελής, da cuenta exactamente de esa condición.

Finalmente, son ellas las que miran con ojos penetrantes, remarcando su belleza. Ahora bien, la dimensión espacial de las *Khárites* merece algunas consideraciones que impactan directamente en nuestro proyecto de lectura. Es la contigüidad con las Musas lo que genera una condición muy particular que empieza siendo espacial y luego tiene otras derivaciones.

Tal como sostiene Calame:

Las musas hesiódicas, encarnación de la poesía arcaica, producen —¿es preciso recordarlo?— en la cercanía de Hímero y de las *Chárites* una melodía cantada y un ritmo de danza cuyo eco suscita el *éros*, cualidad personificada en el nombre mismo de la Musa Erato, que despierta el deseo (Calame, 2002: 53).

Es este grupo de potencias vinculadas a la belleza y al amor al que queremos dirigir nuestro análisis. Comencemos por el signo de una cercanía y de una familiaridad que las ubica en una misma serie luminosa y diurna. En efecto, junto a las bienhabladas hijas de Zeus, Hímero y las *Khárites* tienen sus casas, *oikí' ἔχουσιν*, dando cuenta de un mismo *tópos* que alberga elementos de valencia positiva. Es esta asociación, experta en temas de amor, la que “Teognis pone en boca de las Musas y las *Chárites* (Gracias) para celebrar las bodas de Cadmo y de Armonía, nacida de la unión de Ares y de Afrodita” (Calame, 2002: 126).

Si retornamos al poema hesiódico, la vecindad del grupo no es solo espacial. La contigüidad geográfica se inscribe en una alianza funcional. Bermejo Barrera extiende la asociación a una misma función, habitualmente reservada a las Musas. El autor indica al colectivo como artífices del canto, ya que en los tres versos que considera interpolados, “se dice que cantan en las fiestas las leyes y alaban los sabios principios comunes a todos los inmortales” (1996: 60). Jugando con esta interpretación se amplía la función celebratoria y ese colectivo asociado al amor y al encanto constituiría una estructura de saber-poder en el marco de la economía olímpica.

παρ δ' αὐτῆς Χάριτες τε καὶ Ἥμερος οἰκί' ἔχουσιν

65 ἐν θαλίῃς: ἐρατὴν δὲ διὰ στόμα ὅσσαν ἰεῖσθαι

Μέλπονται πάντων τε νόμους καὶ ἥθεα κεδνὰ

ἀθανάτων κλείουσιν, ἐπήρατον ὅσσαν ἰεῖσθαι.

y junto a ellas las Cárites y también Hímero tienen sus casas;

en los banquetes, emitiendo su amable voz por la boca,

cantan las leyes de todos, y las costumbres respetables

de los inmortales celebran, emitiendo su muy amable voz. (*Teogonía*, 64-67).

Lo primero que aparece es una convivencia en los banquetes, ἐν θαλῆς, inscribiendo la función celebratoria en el marco festivo adecuado a la palabra de alabanza. El uso del participio, ἰεῖσσι, da cuenta de la función a partir del campo lexical del verbo, derramar, verter, emitir, dejar oír. Esta acción es complementaria del verso siguiente, inscribiendo el campo lexical del verbo μέλλω, celebrar con la danza y el canto, cantar y bailar, en una función festiva que las ubica en el escenario de la belleza y el encanto como marcas identitarias. Las bellas damas emiten su voz inmortal, ὄσσαν, dando cuenta de un tipo de saber que las ubica en un *tópos* de poder.

Tal como sostiene Bermejo Barrera, “en estos versos las Gracias son sinónimos de las Musas, y uno de los caracteres básicos de ese grupo de mujeres era el cantar el orden olímpico y sus principios” (Barrera, 1996: 61). Esta es la clave de la asociación que propone el autor y el valor de la función celebratoria tal como la venimos relevando. Se trata de una fuerza femenina al servicio de la conservación del orden cósmico. Si más tarde el poeta va a constituirse como “funcionario de la soberanía” al narrar la creación en el mismo momento en que el rey mima el combate fundacional que instaaura la soberanía cósmica (Detienne, 1986: 21-38), a este nivel del relato mítico, el colectivo femenino cumple una función análoga, sirviendo con su divina voz, ὄσσα, a Zeus, el garante del orden cósmico. Se trata de una función clave en el ordenamiento cósmico que da cuenta, además, de una línea sucesoria entre las *Khárites* y su madre Eurínome, el Buen Orden.

Vuelve a aparecer una línea directa en la sucesión de un linaje diurno que, de madre a hijas, da cuenta de un saber que colabora directamente con el Soberano en su gesta organizadora de lo real. Coincidimos con Bermejo cuando afirma,

El canto de este coro está pues en Hesíodo asociado a los principios legales y al orden cósmico, transmitidos a Zeus a través de su matrimonio anterior. La asociación de las *Chárites* con el orden del mundo, con los reyes y la Función, deriva en parte del propio carácter de su madre Eurínome (Barrera, 1996: 61).

Las coincidencias llegan pues a la línea ascendente del linaje materno. Las Musas heredan de su madre la maravillosa voz asociada a la Memoria sacralizada, aquella que sabe lo que fue, lo que es y lo que será. *Mnemosyne* es una omnisciencia de carácter adivinatorio que habilita a sus hijas a cantar la gloria del Padre. Las *Khárites* reciben de su madre una función análoga; una dimensión celebratoria que pone al orden y a la legalidad en el centro de la escena. Doblete estructural donde *Mnemosyne* es a Eurínome lo que las Musas son a las *Khárites*. De madres a hijas se instituye una función que hace de la celebración y la alabanza una fuerza cosmificante.

Merece alguna consideración la elección de Zeus en relación con sus mujeres. *Mnemosyne* le ha brindado nueve deliciosas hijas que lo celebran y mantienen su nombre asociado a la soberanía. *Eurínome* le ha brindado otras tantas hijas que asociadas a las primeras, constituyen un colectivo también al servicio de la soberanía del Padre. Tal como sostiene Bermejo, “En este matrimonio, como en los anteriores, por consiguiente, Zeus se asocia a una mujer preolímpica que posee un poder indudablemente relacionado con la soberanía” (Barrera, 1996: 61). De este modo, ambas esposas brindarán a través de sus deliciosas hijas, el poder del canto, afín al mantenimiento del orden soberano que, como sabemos, termina de corroborar el poeta. Por eso, son ellas, las Musas, las que lo invisten con un cetro de florido laurel para perpetuar su propia función divina.

Más allá de Hesíodo

A continuación nos proponemos tomar otro testimonio sobre las *Khárites* para confirmar algunos aspectos identitarios y funcionales que venimos rastreando. En primer lugar trabajaremos la Olímpica XIV de Píndaro, fechada probablemente en el 488, donde el poeta se dirige elogiosamente a las diosas. La tradición indica que el poeta mismo dirige en el 448 la celebración del triunfo de Asópico de Orcómeno. Es en Orcómeno donde las *Khárites* tienen un santuario y es a ellas a quienes Asópico debe su triunfo en el estadio olímpico. Comencemos por la primera estrofa

¡Vosotras, que las ondas del Cefiso obtuvisteis
del destino y que habitáis el paraje de hermosos corceles,
Oh Gracias, dignas de ser celebradas en cantos, reinas
de la espléndida Orcómeno, protectora de los Minias antiguos,
Escuchadme, os lo ruego! Pues por vosotras se otorga alegría
y toda dulzura a los mortales,
cuando alguien es sabio o de hermosa figura o famoso.
Porque, sin las Gracias augustas, ni siquiera los dioses
ordenan sus festines y danzas; sino que en el cielo son ellas
servidoras de todas las cosas, ocupando sus tronos
al lado de Apolo Pitio, el del arco de plata,

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 213-229
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10114

y adoran la majestad eterna de su Olímpico Padre (1-12).⁷

La semejanza con la invocación de las Musas es notoria. El poeta se dirige a las *Khárites*, solicitándoles su atención, tal como lo hace Hesíodo de quien se siente un eterno servidor.

Las primeras marcas son de carácter espacial ya que las diosas reinan sobre las olas del Cefiso, pequeño río costero que atravesaba Beocia y que, según Pausanias en *Descripción de Grecia* (9.38.7), recogiendo una tradición tebana, fue desviado por Heracles hacia la llanura de Orcómeno. De allí su parentesco con “la espléndida Orcómeno”, donde se halla el santuario que las celebra con cantos, tal como son celebradas las Musas por el canto eterno del poeta. Protectoras de los minias, pueblo beocio, primero en recibir un nombre entre los pelasgos, situado en Orcómeno; el dato refuerza su inscripción en la región, simbólicamente la misma en la que se inscribe Hesíodo.

El parentesco con las Musas esta atestiguado en la función festiva: “Pues por vosotras se otorga alegría y toda dulzura a los mortales”. *Khárites* y *Musas* están inscritas en el mismo linaje diurno a partir de esta prodigalidad de ternura, dulzura y alegría, propia, por otro parte, de su condición de Hijas de un gloriosísimo Padre. En el caso de las Musas esta función de prodigar alegría está directamente emparentada con una función terapéutica de calmar las preocupaciones de los mortales y de los Inmortales. En este caso la alegría está al servicio de deleitar a los mortales sabios, de hermosa figura o famosos, vale decir aquellos que se hallan inscritos en un mismo linaje diurno. Tal como sostiene Bermejo Barrera son “consideradas como dadoras de todo lo agradable, especialmente del renombre para los hombres” (1996: 64). Como sus afamadas hermanas, las *Khárites* representan el principio de inteligibilidad que separa los campos de lo encantador y agradable de aquello que no lo es. En última instancia son operadoras de sentido y territorializan todo lo bueno y amoroso en un campo que se erige socialmente como aquello que se apetece en oposición a las figuras de genealogía monstruosa.

Hay una mención interesante en torno a cierta dependencia de los dioses en relación con ellas, ya que “sin las Gracias augustas, ni siquiera los dioses ordenan sus festines y danzas”. La dimensión funcional queda así atestiguada en Píndaro. Son las verdaderas artesanas de la alegría de los Inmortales al organizar sus encuentros, amenizados por sus danzas. Estas “servidoras de todas las cosas” son figuras femeninas de fuerza innegable.

⁷ Píndaro, Olímpica, XIV

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 213-229

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10114

Se trata de un colectivo potente que aúna el poder de servir a los Inmortales con el saber hacerlo. Sin duda, el mayor servicio es la alabanza de la majestad de Zeus, “la majestad eterna de su Olímpico Padre”, y este tópico resulta un nuevo punto de encuentro con sus diurnas hermanas.

Son las encantadoras hijas que el Padre necesita para mantener su soberanía cantada, su poder eternamente narrado por la maravillosa voz del canto femenino. Nacimientos funcionales a la gloria del Soberano donde *Mnemosyne* y *Eurínome* cumplen un papel fundamental, convirtiéndose en las gloriosísimas damas capaces de reproducir lo que Zeus necesita para garantizar y perpetuar su poder y con ello asegurar el orden cósmico y social. No hay gloria sin canto. Es la misma lógica que se refleja en la condición guerrera. El mundo divino inaugura un modelo de funcionamiento donde el poder del canto genera la gloria misma. La palabra cobra así una dimensión ontológica ya que otorga el ser del hombre cantado.

Dos potencias parecen ser temibles en este marco de pensamiento: la Alabanza y la Desaprobación. En realidad, se trata de dos bisagras dominantes de la lógica guerrera porque determinan procesos de territorialización y desterritorialización, de visibilidad e invisibilidad, de aparición y desaparición. Incluso, las dos nociones dominantes se juegan, a nuestro entender, en una metáfora lumínica que determina zonas de luz y oscuridad, que recaen directamente sobre la figura del guerrero, marcando su reconocimiento y aprobación social o bien su desaprobación, articulada en muerte. El hombre homérico adquiere conciencia de su valor por el reconocimiento de la sociedad a la que pertenece. Es un producto de su clase y mide su propia excelencia por la opinión de sus semejantes (Jaeger, 1995: 25). Se trata de una lógica que tensiona dos polos antitéticos: *alétheia-léthe*. En efecto, la aprobación se juega en el horizonte de la verdad, en tanto des-oculto, de-velado. El honor quita el velo del oprobio, devela y descubre el ser del guerrero. Por el contrario, el des-honor cubre y vela el buen nombre y la fama. El hombre queda así oscurecido, cubierto detrás del velo del anonimato.

Un mismo dispositivo donde la palabra es el camino de acceso a la verdad. Las *Khárites* mantienen con su canto el ser mismo de la Soberanía, como lo hacen las Musas y los poetas en tanto funcionarios de esa soberanía.

La segunda estrofa nos acerca nuevas marcas identitarias que refuerzan la territorialización de las tres hermanas en el linaje luminoso que venimos rastreando:

¡Oh Áglae, señora,
Y tú Eufrósina, de canciones amiga, hijas del más poderoso
de los dioses, oídme benévolas ahora, y también tú, Talía,
que amas los cantos, mientras este cortejo contemplas
que ligero camina (danza) con motivo de la buena fortuna!⁸

Las tres están caracterizadas con adjetivos amables que acentúan las marcas luminosas del colectivo, al tiempo que se corrobora la afición por el canto y la danza, tal como Eufrósina, de canciones amiga, o la propia Talía, que ama los cantos y camina ligero en el sentido que danza, sellando una vez más una dimensión funcional que las asocia a las Musas, amantes del canto y la danza, que bellos coros forman junto a su Padre, engalanando el Olimpo.

La asociación con la belleza

Si bien hasta el momento hemos recorrido un camino que podemos ubicar en el *tópos* de la belleza, hay una función específica en torno a la belleza del cuerpo que también las tiene como protagonistas.

Hesíodo y Homero dan cuenta de esta dimensión funcional que las asocia al encanto y al amor. Tal como señala Bermejo Barrera “En los poemas homéricos sus actividades son fundamentalmente dos: el tejido de las telas y el cuidado corporal, y la danza y el canto en un *choros*. Y por estas dos actividades se vinculan estrechamente a Afrodita” (1996: 65). El canto VIII de *Odisea* alude a esta nueva dimensión que ponemos en circulación. Cuando la risueña Afrodita partió para Pafo de Chipre donde se encuentra su altar coronado de ofrendas, “al llegar la lavaron las Gracias, la ungieron de aceite inmortal, del que brilla en la piel de los dioses eternos, y vistieronla ropas preciosas, hechizo a los ojos” (*Od.* VIII, 362-366).

Los versos evocan sin duda, el dispositivo ritual de engalanar a Pandora como la primera novia de Occidente (Leduc, 1992) donde también participan las Gracias como muy pronto veremos. Homero las presenta en una función que refuerza la femineidad del colectivo. Son ellas las que, asociadas al encanto y a la belleza, engalanan a Afrodita. Es una nueva arista del *sema* dominante del encanto y de la seducción. Así como produce

⁸ Píndaro, Olímpica XIV

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 213-229

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10114

deleite el canto y la danza, del mismo modo la belleza femenina constituye un “hechizo a los ojos”. El baño, el aceite inmortal y las ropas preciosas forman la trama de un ritual femenino donde se enseorea la seducción y el amor.

Así, si pensamos en la línea de continuidad en torno al tópico del encanto, *Trabajos y Días* se refiere a ellas a la hora de embellecer a Pandora en el marco del ritual que engalana a la primera mujer. Son ellas quienes coronan a Pandora con flores, según refiere Hesíodo en estos términos:

ζῶσε δὲ καὶ κόσμησε θεὰ γλαυκῶπις Ἀθήνη:

ἀμφὶ δὲ οἱ Χάριτες τε θεαὶ καὶ πότνια Πειθὼ

ὄρμους χρυσεῖους ἔθεσαν χροῖ: ἀμφὶ δὲ τήν γε

75 ὦραι καλλίκομοι στέφον ἄνθεσιν εἰαρινοῖσιν:

Πάντα δὲ οἱ χροῖ κόσμον ἐφήρμοσε Παλλὰς Ἀθήνη.

“le dio vida y la adornó la diosa de ojos glaucos Atenea;

Las Cárites divinas y la augusta Peito

en torno de su cuerpo colocaron collares dorados; y a su alrededor

las Horas de hermosos cabellos la coronaron con flores primaverales;

todo el ornato a su cuerpo aplicó Palas Atenea” (*Trabajos y días*, 75).

En efecto, son las *Khárites* divinas, Χάριτες θεαί, las encargadas de colocar las bellas joyas que engalanan a la novia, ritual presidido por Atenea. La presencia de un nuevo colectivo, las Horas de hermosos cabellos, καλλίκομοι, refrendan la tarea cosmética de coronarla con bellas flores de primavera.

Pensemos en ellas como un breve atajo que contribuye a leer la valencia positiva de ciertos colectivos afines en el marco del dispositivo mítico como *lógos* explicativo que obedece a una intrincada arquitectura de sentido. Alcanza con observar la imagen para asociar iconográficamente una similitud con los colectivos femeninos que venimos rastreando.

Antes de su aparición en la *Teogonía* hesiódica, las Horas brotan ya en *Iliada* como guardianas de las puertas del Olimpo, una puerta que se abre y se cierra para juntar o dispersar las nubes. Son divinidades sonrientes que

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 213-229

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10114

presiden todo aquello que llega a su hora, como un fruto maduro que cae del árbol en el momento preciso. Allí están, en las bodas de Tetis y Peleo; tutelan también el crecimiento de la vegetación, porque simbolizan fenómenos naturales y suelen, como las Gracias, de quienes se hallan muy próximas por características afines, aparecer danzando. Rigen el nacimiento y el casamiento, pero no la muerte porque están siempre presentes en momentos dichosos.

Las marcas identitarias continúan bordando una experiencia festiva a partir no solo del canto y de la danza, sino de un cierto modelo de instalación en la economía general del pensamiento mítico. Musas, *Khárites* y Horas responden a esa necesidad del Olimpo de contar con una cuota de juventud y belleza que llene de encanto y felicidad las moradas Olímpicas.

Conclusiones

El proyecto de presente trabajo consistió en primer lugar en revisar la función del discurso mítico en la producción de Hesíodo para pensarlo como un operador que instituye un universo de sentido como efecto de verdad y que se halla en una zona ambigua de sendas embrolladas entre la estructura del mito y la filosofía.

En este marco intentamos destacar la figura de las *Khárites* quienes, a partir de ciertas marcas identitarias y funcionales, resultaron estar asociadas a las Musas; esta asociación nos permitió rastrear formas del poder femenino, leído a partir de un determinado tipo de saber que se despliega en su accionar. Así, nos detuvimos en las *Khárites* a fin de ubicarlas en esa espesura mítica dentro del discurso hesiódico y más allá de él, territorializándolas en el escenario de esa lógica del linaje, al corresponderles uno diurno a partir de esas marcas identitarias. Potencias vinculadas a la belleza, al encanto, la seducción y al amor constituyeron el blanco al que dirigimos nuestro análisis.

Comenzamos por la cercanía espacial. En efecto, tal como analizamos, las *Khárites* tienen sus casas junto a las delicadas hijas de Zeus, Hímero y el Deseo, dibujando un mismo *tópos* que alberga elementos de valencia positiva.

Nos detuvimos en el análisis de Bermejo Barrera para pensar la clave de la asociación que propone el autor entre ambos colectivos, postura con la que coincidimos, y ver el predominio de la función celebratoria como aquella

dimensión que los emparenta en una instalación común dentro de la economía del mito. Su vinculación con el poder y el saber es la condición de una fuerza de matriz femenina al servicio de la conservación y cuidado del orden cósmico. Si más tarde en el nivel de la poesía como función socio religiosa, el poeta inspirado se erigirá como un “funcionario de la soberanía”, a este nivel del relato mítico, el colectivo femenino cumple una función rectora y análoga, sirviendo con su divina voz, ὄσσα, a Zeus, el garante del orden cósmico, aquel que representa el principio de inteligibilidad de una legalidad que encuentra en el divino canto su materialidad.

A continuación, nos propusimos transitar otro testimonio sobre las *Khárites* para corroborar algunos rasgos identitarios y funcionales que el relato hesiódico había desplegado. Para tal proyecto, trabajamos la Olímpica XIV de Píndaro, pieza donde el poeta se dirige elogiosa y amorosamente a las diosas. El parentesco estructural con las Musas queda claramente atestiguado en la función celebratoria que las asocia y familiariza en una idéntica huella identitaria.

Khárites y *Musas* están inscritas en el mismo linaje diurno a partir de su claridad, de esa exuberancia de ternura, dulzura y alegría, que se derrama pródigamente y que es propia de su condición genealógica al ser hijas de un gloriosísimo Padre y de unas madres relevantes.

Si bien el trabajo se movió predominantemente en el *tópos* de la belleza, recorrimos también una función específica en torno a la belleza del cuerpo que las tiene como protagonistas. Tanto Hesíodo como Homero dan cuenta de esta dimensión funcional que las asocia al encanto y al amor. Musas, *Khárites* e incluso las Horas responden a esa necesidad política del dispositivo Olímpico de contar con una dulce cuota de juventud, belleza, encanto y seducción que colme de felicidad las moradas de los Inmortales.

Referencias bibliográficas

BARRERA BERMEJO, Juan Carlos, GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier, REBOREDA MORILLO, Susana. *Los orígenes de la mitología griega*. Madrid: Akal, 1996.

BRANDAO, Jacyntho Lins. *Antiga Musa (Arqueologia da ficção)*. Belo Horizonte: FALÉ, 2005.

CALAME, C. *Eros en la antigua Grecia*, Madrid, Akal, 2002.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, 2019.1 p. 213-229
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10114

COLOMBANI, María Cecilia. *Hesíodo. Discurso y Linaje. Una aproximación arqueológica*. Mar del Plata: EUDEM, 2016.

DETIENNE, Marcel. *Los maestros de verdad en la Grecia Arcaica*. Madrid: Taurus, 1986.

FOUCAULT, Michel. "Entrevista sobre la prisión: el libro y su método". En: Idem. *Microfísica del poder.*, Madrid: Ediciones La Piqueta, 1979.

HESÍODO. *Obras y fragmentos*. Gredos, Madrid. 2000

HESIOD. *Theogony. Works and Days. Testimonia*. Most, G. W. Loeb Classical Library. London: Harvard University Press, 2006.

HOMERO. *Odisea*. Madrid: Gredos, 2000.

JAEGER, Werner. *Paideia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

LEDUC, Claudine. "¿Cómo darla en matrimonio? La novia en Grecia, siglos IX-IV a. C.". En: Duby, George, Perrot, Michelle. *Historia de las Mujeres*, 1. La Antigüedad, Madrid: Taurus, 1992.

LIDDEL, H. G., SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

LIÑARES, Lucía. *Teogonía, Trabajos y Días*. Edición bilingüe. Buenos Aires: Losada, 2005.

RODRÍGUEZ ADRADOS, F. (2001) "La composición de los poemas hesiódicos", *EMÉRITA, Revista de Lingüística y Filología Clásica*. LXIX, 2, 2001, pp. 197-223.

VIANELLO DE CÓRDOVA, Paola. *Teogonía*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.

ESTRATIFICAÇÕES SOCIAIS NA ÁFRICA ANTIGA: DESEMPENHOS E ESTAGNAÇÕES.

Benjamin Diouf¹

Resumo

As sociedades africanas tiveram organizações que evoluíram e se mantiveram a despeito do tempo que nos separa da Antiguidade. Entre elas, temos as castas, que são, para alguns, um absurdo que é preciso abandonar sem procurar entendê-las. No entanto, elas podem nos esclarecer sobre o funcionamento de nossa sociedade e sua evolução. As castas são uma estratificação social estabelecida e baseada nas atividades profissionais, nos ofícios. Foi no antigo Egito que elas foram profissionalizadas e herdadas. Ao longo do tempo, a religião e a lei começam a intervir no sistema de castas para nelas introduzir a endogamia, a hierarquia e o desprezo tal observamos hoje entre algumas etnias africanas.

Palavras-chave

Castas; classes sociais; estratificações sociais; organizações sociais; hierarquia; endogamia; antigo Egito; fundamento sociopolítico; religioso; jurídico.

¹ Professor Assistente titular – Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar, Dakar, Senegal. E-mail: benjdiouf067@yahoo.fr

Abstract

African societies have had organizations that have evolved and remained steady despite the period of time that separates us from antiquity. Among these, we have the castes which are, for some, an absurdity that must be abandoned without trying to understand them. Yet, these can enlighten us as to the functioning of our society and its evolution. Castes are a social stratification established on the basis of professional activities and trades. It is in ancient Egypt that they will become professional and inherit. Over time, religion and law will intervene in the caste system to introduce endogamy, hierarchy and contempt as we can see it today, in some African ethnic groups.

Keywords

Castes; social classes; social stratification; social organizations; hierarchy; endogamy; ancient Egypt; socio-political; religious; legal foundation.

Estratificações sociais na África antiga: desempenhos e estagnações.

Introdução

As sociedades africanas, a exemplo de todas as outras, passaram, por organizações que evoluíram e conseguiram se manter, a despeito do tempo que nos separa da Antiguidade. De fato, algumas crenças e relações sociais, podem ser comparadas àquelas que antigamente eram mantidas na antiguidade pelo Egito, Líbia ou Etiópia. Elas continuam ainda em grande parte a reger o comportamento de alguns africanos. Consciente ou inconscientemente, eles as perpetuam. Entre os elementos herdados do passado que permanecem em nossas vidas, temos as castas. Pelo estrangeiro que se depara com uma organização social diferente da sua, elas são vistas como uma prática ultrajante para a dignidade humana e que impede o desenvolvimento econômico de alguns membros de nossas sociedades. Desse ponto de vista, elas são um absurdo que é preciso abandonar sem procurar compreendê-las. Porém, as castas podem nos fornecer informações importantes sobre o funcionamento de nossa sociedade e sua evolução. Por isso, vamos inicialmente tentar entender definir o sentido da palavra casta; em seguida, tentaremos mostrar o fundamento das castas, finalmente, examinaremos as relações entre as castas.

I- Casta: uma palavra de sentido equivocado

Muitos pesquisadores que em seus trabalhos se interessaram pelas castas experimentaram a dificuldade em dar à palavra casta um sentido que permitisse abranger a quintessência, qualquer que fosse a sociedade estudada. A título ilustrativo, vejamos a primeira definição que Louis Dumont, estudioso do sistema de casta na Índia, dá a essa palavra:

O sistema de castas divide o conjunto da sociedade em um grande número de grupos hereditários distinguidos e ligados por três caracteres: separação em matéria de casamento e de contato direto ou indireto (alimento); divisão do trabalho, com cada um dos grupos tendo uma profissão tradicional ou teórica da qual seus membros somente podem se afastar dentro de certos limites; e enfim, hierarquia, que ordena os grupos como relativamente superiores e inferiores uns aos outros.² (Dumont, 1966: 36)

² L. Dumont retoma aqui a definição de Célestin Bouglé in *Essais sur le régime des castes* (1908), 1927, p. 4.

Essa acepção da palavra casta não é inteiramente compartilhada por pesquisadores como Abdoulaye Bara Diop, que revela:

As castas podem ser empiricamente qualificadas sem dificuldade; os autores, em seu conjunto, concordam sobre suas principais características aparentes, facilmente notadas. São consideradas, geralmente, como grupos hereditários, endogâmicos, de especialização profissional, mantendo relações de tipo hierárquico. Mas quando as interpretações consistem em definir a noção de casta, em comparar as castas às outras formas de estratificações sociais, o problema se complica e aparecem divergências.³ (Diop, 1985 : 27)

Partindo da origem da palavra casta e de algumas definições, formularemos nosso ponto de vista sobre sua acepção. A palavra casta é de origem latina; ela vem de *castus*, que significa casto, puro. Também do latim provém igualmente a palavra portuguesa casta, que quer dizer puro, sem mistura. Podemos então dizer que a palavra nos remete a fatos religiosos ou práticas religiosas, como deixam entender seus diferentes significados e como consideram alguns? Não pensamos que seja obrigatoriamente o caso. A pureza não é um apanágio exclusivo da religião. A noção de pureza pode remeter ao estado de um corpo que não foi alterado por um outro. Nesse caso então a palavra latina *castus* pode muito bem ter o sentido de sem mistura, ordenado. É isso que nos leva a considerar, antes de tudo, a casta como uma organização bem definida que não conhece nem admite em seu interior nenhuma desordem. Aliás, é dentro dessa lógica que empregamos a palavra casta em sentido figurado para designar uma classe ou um grupo fechado da sociedade.

Além do mais, no âmbito africano, é extremamente difícil fazer a distinção entre casta e classe social. Entendemos por classe social uma outra divisão da sociedade, como indica sua etimologia latina, *classis*. Casta e classe social se sobrepõem e confundem às vezes. Na sociedade wolof (etnia do Senegal), por exemplo, os *geer* podem formar tanto uma casta quanto uma classe social. Então, essas palavras podem designar uma única e mesma coisa. Foi o que entenderam os redatores do dicionário da Academia Francesa, que definem a palavra casta como “cada uma das classes da sociedade no antigo Egito, na Índia e em alguns outros países”. O emprego de casta para designar as classes sociais na

³ Nessa obra dedicada às castas na sociedade wolof Abdoulaye B. Diop não concorda com a indução de L. Dumont que parte do único caso hindu para caracterizar todas as castas. Para L. Dumont, as castas têm como base a pureza e a impureza, o que não é válido para todas as castas à imagem daquelas dos Wolofs que Abdoulaye B. Diop trata em sua obra.

África ou na Índia pode muito bem ter sido feito pelo estrangeiro europeu que, diante de uma organização social diferente da sua, tenha querido chamá-la de outra forma a fim de ilustrar essa particularidade. Isso fica ainda mais plausível porque os europeus conheceram tardiamente as castas, cuja existência muitas vezes eles limitam à Índia, como mostra a definição do dicionário francês Littré: “cada uma das tribos nas quais a sociedade da Índia é dividida. Há quatro castas: os religiosos, os guerreiros, os comerciantes, os agricultores as pessoas de condição servil; em sânscrito, brâmanes, xátria, vaixás e shûdra,” A observação contida nesse mesmo dicionário revela mais ainda esse desconhecimento do que seja a casta na Europa: “casta, que não consta nem no Furetière, nem no Richelet (dicionários do século XVII que se anteciparam ao da Academia – N. do T.), só aparece no dicionário da Academia a partir de 1740.” Quando os Europeus entraram em contato com os africanos, essa estratificação social a que eles chamaram casta, já havia se modificado a ponto de tornar difícil retratar sua origem e sua evolução. Contudo, uma leitura dos autores antigos contempla a ideia de que as castas, tal como as chamamos hoje em dia, não são mais que o resultado de uma simples organização da sociedade em diferentes classes produtivas. Heródoto o demonstra claramente:

Há sete classes de Egípcios, às quais chamamos sacerdotes, guerreiros, criadores de gado bovino, criadores de suínos, mercadores, intérpretes e pilotos condutores de barcos. Esse é o número de classes no Egito, e suas denominações vêm das profissões exercidas. (Heródoto, 1989: 164)

Consideramos então que as castas são uma estratificação social, à imagem daquelas conhecidas na Europa. São baseadas nas atividades profissionais, nos ofícios. Partiremos, portanto dos textos antigos para melhor entender os fundamentos e as evoluções.

II- Os fundamentos das castas

a- O fundamento sociopolítico

As sociedades africanas, a exemplo de todas as outras conheceram no passado formas de organização peculiares. De um lado, a organização social se manifesta no interior da própria família, onde cada membro tinha um papel bem determinado a desempenhar para o bem de todos.

As tarefas eram atribuídas em função da idade, da capacidade física, moral, mas também do sexo. Por outro lado, no âmbito mais amplo da

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 230-246
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10118

tribo ou da etnia, encontramos igualmente uma distribuição de papéis. A única diferença é que o membro de uma família pode desempenhar outro papel dentro do clã, da tribo ou da etnia. Isso se explica pelo fato de que o membro mais velho da família não é obrigatoriamente o mais velho da tribo. Cada uma dessas entidades tem à frente um chefe que zela pela execução do trabalho atribuído a cada um. Essa forma de organização determinava também as relações entre os diferentes membros da família ou da tribo.

Por outro lado, foi essa organização social que favoreceu o desenvolvimento da economia agrícola na África antiga. Nesse período em que os campos eram comunitários, era preciso uma boa organização do trabalho para que se pudesse esperar uma boa colheita. Assim, a cada período das plantações, havia indivíduos colocados para capinar, outros para lavrar e outros para semear a terra. Durante o tempo do labor, tudo se desenvolvia em sinergia, da preparação do campo à sementeira, passando pela eliminação das ervas daninhas, pela colheita, até o encaminhamento da safra para os centros. Mas é preciso constatar que essa organização social é anterior ao início da agricultura. Ela tem sua origem longínqua do período da caça e da extração. Nessa época, a caça com lanças ou arcos era reservada aos mais resistentes nas corridas e aos mais hábeis em lançar. Os outros membros da tribo ou do clã se repartiam entre o transporte da bagagem (armas, caças...), a preparação do fogo, o cozimento e outros encargos.

Essa organização social no trabalho, se consolidaria e melhoraria com o aparecimento das primeiras estruturas estatais. Os povos africanos, assim como todos os outros povos, viviam em comunidades para as quais a exigência de uma harmonia social impunha uma organização política. Os homens sentiram a necessidade de ter à frente alguém para manter a ordem social, para garantir a prosperidade e a defesa comunitária. Foi assim que elegeram dirigentes chamados de reis; e o conjunto de toda a comunidade constituía o reino. A respeito da escolha dos reis, eis o que escreveu Diodoro da Sicília:

Quanto à realeza alguns a colocavam nas mãos dos homens mais bonitos, considerando que a beleza e o poder monárquico fossem ambos dons do destino; outros confiavam o poder àqueles que melhor cuidavam de seus rebanhos, com o pensamento de que somente eles cuidariam perfeitamente de seus súditos; outros ainda atribuíam essa honra aos mais ricos, considerando que apenas estes podiam proteger o povo, por causa da facilidade que lhes dava sua fortuna; e havia finalmente

os que escolhiam para reis aqueles que se faziam notar por sua coragem, julgando que os mais capazes na guerra são os únicos dignos de estar à frente. ⁴ (Sicile, 1989: 4)

O rei governava assistido por um conselho de sábios. No início, seu poder não era absoluto e suas decisões eram orientadas no sentido do interesse comum. Quando sobreveio a passagem de uma economia agrícola para uma economia monetária, ditada pelas trocas comerciais com o exterior, o rei do Egito teve de tomar essa decisão, revelada a nós por Heródoto:

Há sete classes de Egípcios, às quais chamamos de religiosos, guerreiros, criadores de bois, criadores de porcos, mercadores, intérpretes e pilotos (de barcos). Esse é o número de classes no Egito, e suas denominações provêm das profissões exercidas. Os que dentre eles formam a classe dos guerreiros são chamados Calasiries e Hermotybies... A eles não era permitido exercerem nenhum outro ofício senão o da guerra, no qual os filhos sucediam aos pais.⁵ (Hérodote, 1989: 164, 166)

Essa divisão do Egito em diferentes classes, onde cada uma remete a um ofício preciso, parece ser uma consolidação e uma adaptação da divisão do trabalho, conhecida desde a etapa dos clãs, diante das mutações históricas. As trocas comerciais com o mundo grego, por exemplo, eram muito desenvolvidas e envolviam diversos produtos. Era preciso produzir diferentes artigos a fim de garantir a prosperidade econômica do Egito e ao mesmo tempo a segurança interna e externa do reino. Para tanto, uma profissionalização do povo egípcio era necessária; o que os faraós entenderam ao proceder a essa distribuição das tarefas. Assim, cada corporação de ofício se aperfeiçoava em sua área e tinha total serenidade para executar seu trabalho. A título ilustrativo, o mercador podia comercializar ao longo do dia sem se preocupar com o tratamento dos animais.

Em suma, as informações fornecidas por Heródoto são muito preciosas para compreender as castas. Elas nos ensinam, por um lado, que o que nós chamamos hoje de castas na África é uma divisão do trabalho consolidada e aperfeiçoada por uma decisão política que iria semear os germes da profissionalização e da hereditariedade do ofício.

Por outro lado, elas nos informam que no início não havia critérios de superioridade ou de inferioridade definidos entre pessoas das diferentes

⁴ A escolha do rei é uma manifestação da igualdade de todos os membros da comunidade à despeito das funções exercidas por uns e outros. Nenhum critério discriminatório era estabelecido para afastar um membro de alguma outra função.

⁵ Os pilotos eram marinheiros que governavam os barcos mercantes, os Calasiries seriam soldados da infantaria mercenária núbia e os Hermotybies os condutores de carros de combate.

profissões. Isso é confirmado por este relato: “No início, havia uma divisão do trabalho social com a separação dos ofícios da agricultura sem ideia de hierarquia alguma. Era um fenômeno como o que vemos ainda em nossos dias, nas províncias de floresta do sul (Casamansa, Baulê, etc.)”. (Diop, 1985 : 43)

Entretanto, Heródoto nada diz sobre os corpos de ofícios importantes no antigo Egito, como o dos cultivadores. Essa omissão nos leva a visitar os escritos de Diodoro da Sicília que, anos depois de Heródoto, nota o seguinte, a respeito das classes egípcias:

O comum dos habitantes é dividido em três classes: os lavradores, os pastores e os artesãos. Os lavradores ocupam por um tempo, a preço módico, as terras do rei ou dos religiosos, ou, ainda, dos soldados e dedicam todo o seu tempo a cultivá-las. Tendo nascido nesse meio eles sabem mais sobre agricultura do que os nascidos em outros. Conhecem perfeitamente a natureza das terras, o regime das cheias do Nilo, a estação adequada às sementeiras, às colheitas e aos transportes dos gêneros, seja pelas instruções que receberam de seus pais, seja por sua própria experiência. O mesmo acontece com os pastores, que receberam de seus pais, por herança, o conhecimento de tudo o que concerne os rebanhos, e o cultivaram através do hábito, e muitas vezes, ainda, inventam novas maneiras de aumentar os proveitos que se podem tirar das criações. O que eles têm de mais particular é que os criadores de aves encontram, através de sua dedicação e prática, formas de fazê-las se multiplicar muito diferentes dos meios comuns estabelecidos pela natureza para isso. Em vez de deixar que os ovos sejam chocados pelas próprias aves que os botaram, eles têm a paciência de fazer isso aquecendo-os em suas mãos. Assim, eles aceleram ao trabalho da natureza e aumentam consideravelmente suas produções. Mas nada é mais admirável que a utilidade e a perfeição das artes exercidas pelos Egípcios. É o único país do mundo onde as pessoas nascidas dentro de uma profissão, uma vez a tendo recebido por lei, não a abandonam jamais para exercer outra atividade, de modo que nem os ciúmes domésticos, nem suas ambições particulares, nunca as retirarão da profissão paterna ⁶. (Sicile, 1737: 114)

Os relatos de Diodoro confirmam não somente os critérios de hereditariedade na transmissão dos ofícios, mas também nos ensinam que as profissões não eram atribuídas ao acaso. A cada um era atribuído, na origem, o ofício para o qual ele tinha uma predisposição natural. Enquanto isso, as classes sociais, que serão chamadas de castas na posteridade, resultaram exatamente de uma divisão do trabalho com

⁶ Comparadas, as três classes de Diodoro e as sete classes de Heródoto nos revelam que uma classe podia comportar vários ofícios ou se subdividir em sub-classes em função da diferença de profissão. Os criadores de gado e os de porcos citados por Heródoto formam a classe dos pastores de Diodoro. Da mesma forma, a classe dos artesãos da qual fala Diodoro dá origem a outras sub-classes, como a dos barbeiros, segundo Babacar Diop, dito Buuba, em seu livro *Propos d'un Africain sur l'Antiquité, Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 230-246*
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10118

fundamento sociopolítico. Elas vão se manter em muitas sociedades africanas, sobretudo na África Ocidental, onde elas existem entre os Wolofs, os Peulhs, os Senoufo, os Maures...

O fundamento sociopolítico das castas se manifestou quando do nascimento da casta dos griôs, que seria originária do Mali. Os griôs formam a grande casta dos que vivem da palavra. Entre eles temos os compositores, os músicos, os cantores e os panegiristas. A casta foi criada pelo rei do império do Mali Soundjata Keita depois de sua vitória sobre o rei dos Sossos, Sumanguru Kanté. Segundo Tal Tamari, citado por Gilles Holder (Holder, 1999: 236), Sunjata havia atribuído aos líderes sosso a função de conselheiros, depois, de intermediários e, em seguida, de mestres de cerimônia e enviados. Eles formaram assim a casta dos griôs.

Em suma, podemos fechar esse primeiro ponto entendendo que o primeiro fundamento das castas é sociopolítico; com o que concorda plenamente o estudioso senegalês Cheikh Anta Diop, que escreveu:

O sistema nasceu de uma divisão do trabalho mas sob um regime político avançado, monárquico, pois nunca se encontram castas sem nobreza. Entretanto, é muito provável que a especialização no trabalho, que resultou na hereditariedade do ofício no sistema de castas em escala familiar e individual, tenha sido elaborado a partir da organização em clãs. (Diop, 1960: 11)

Porém, esse critério profissional unicamente não consegue explicar hoje as outras características das castas como a hereditariedade, a endogamia e a hierarquia. Para compreender melhor as castas, precisamos começar a observar seu estado presente a fim de ver como outros fatores, como o religioso, contribuíram no passado, e mesmo ainda em nossos dias, para sua manutenção e legitimação.

b- O fundamento religioso

As castas se originaram na divisão do trabalho dentro da sociedade a partir de sua organização em clãs e foram refinadas no antigo Egito pelos Faraós. Estes haviam dividido a sociedade em diferentes classes, formando as corporações de ofícios e zelavam rigorosamente por sua manutenção. A medida mestra tomada na época pelos Faraós, a fim de fazer respeitar e perpetuar essa divisão social, favoreceu a instauração da hereditariedade. Daí em diante, o ofício passou a ser hereditário. Para evitar que os ambiciosos ou invejosos mudassem de profissão a seu bel prazer, a lei egípcia previu sanções. Voltaremos a esse ponto mais à *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 230-246
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10118

frente. No início, portanto, foi o temor da autoridade que favoreceu a sobrevida das classes profissionais, que se transformaram em castas, no Egito antigo. Isso é compreensível quando se sabe que o Faraó tinha direito de vida e morte sobre seus súditos.

Mas, nós consideramos que uma simples racionalidade humana não basta para perpetuar, durante séculos, uma estratificação social como essa, que deve ter seguramente descontentado muita gente. E de fato, houve pessoas desdenhosas da profissão que haviam herdado e que queriam mudar de classe ou de categoria social a qualquer preço. Esses precisavam mais que uma sanção pecuniária ou algumas chicotadas para frear seus ardores. Para esses, era necessário um mito, um mistério que inspirasse grande medo e horror para que nunca mais pensassem em mudar de classe ou a acolher na sua categoria alguém pertencente a outra. Um fundamento desses somente poderia vir da religião. Num dado momento da evolução das classes, e provavelmente desde o Egito faraônico, os homens tiveram de recorrer à religião a fim de legitimar e assegurar a permanência da divisão social baseada nas profissões. A religião tinha um imenso poder no Egito. Ela ritmava a vida dos Egípcios e determinava sua conduta. O sagrado era venerado e ninguém ousava infringir as leis divinas. Isso era ideal para consolidar e até mesmo fornecer um outro fundamento às castas. Por sinal, foi a religião que ajudou em muito a estabelecer o poder do Faraó. Este era considerado como o filho do deus-Sol, Rá. Por isso ele era o mestre do universo para o povo, o que explica seu direito de vida e morte sobre todos os seres vivos.

Foi a religião que consagrou a hierarquia entre as classes baseada na noção de puro e impuro que favoreceu a endogamia. Partindo de um simples desejo de manter a existência das classes, ela selaria definitivamente sua fixidez, sua firmeza e sua hierarquia. É por essa razão que ela parece, aos olhos de muitos modernos, como o fundamento principal das castas.

É isso que justifica plenamente, a partir do século XVII, a apelação de castas ao que antes não era senão simples classe profissional. Isso não escapou ao olhar agudo de L. Dumont (Dumont, 1966: 103) que, sempre partindo do sistema varna em seu estudo das castas na Índia, baseia as castas na oposição entre puro e impuro.

Melhor, essa noção de puro e impuro trazida como critério para as castas pela religião, tem um duplo impacto no sistema. Por um lado, ela é aplicada à profissão exercida, que pode ser considerada como pura ou

impura⁷ pelos membros de uma outra classe. Os ofícios do artesanato são julgados impuros e, logo, indignos por aqueles que pertencem às castas superiores, como a dos intelectuais, dos guerreiros e dos religiosos. São assim considerados pelos efeitos degradantes sobre o corpo humano ou por causa dos produtos trabalhados. É assim que a subcasta wolof dos sapateiros é desconsiderada, até mesmo desprezada pelos *geer*, por causa dos couros em putrefação que ela manipulava. O odor de pestilência, na qual os sapateiros tinham que se molhar, impregnava seus seres e levava os outros a mantê-los afastados. Em suma, todos os trabalhos manuais, com exceção da agricultura, são qualificados de impuros pelas sociedades onde existem castas.

Por outro lado, no sistema de castas, a pureza ou a impureza pode estar ligada a um julgamento racial apoiado pela religião tradicional. Em todas as sociedades africanas, aqueles que pertencem às castas superiores, formadas na maior parte por intelectuais, religiosos, guerreiros e agricultores, creem em sua superioridade racial sobre os outros. Eles se consideram originários de um sangue puro, que não foi maculado. E atribuem aos outros origens pouco gloriosas, que levariam à maldição qualquer pessoa que se unisse a eles. Essa rejeição às castas inferiores, nas crenças populares, tem uma justificação divina. Por exemplo, entre os *guélwar* sereer (etnia do Senegal), alguns atribuem a inferioridade racial dos griôs à sua origem servil, outros a uma punição divina de seu ancestral decaído por incesto. Tal pensamento, ou crença, que justificam pela vontade dos deuses, explica os tratamentos que eram reservados aos griôs no círculo dos sereer, como ilustra esta passagem:

Seus corpos envenenariam os grãos e os frutos, pretendem os outros negros, e envenenariam também a água e os peixes; então, eles não são nem enterrados, nem lançados ao mar ou aos rios. Os griôs, além disso, acredita-se, vivem num intercâmbio familiar com o diabo, e essa crença contribui para proibir a eles o acesso aos locais comuns de sepultura⁸. (Raffenel, 1846: 19)

Para os *guélwar* sereer, como para os outros membros das castas superiores na África, a união com um homem ou uma mulher de casta inferior não pode ser deixada impune pelos deuses. Os faltosos sofre sempre um catástrofe física ou econômica. Ele também é desprezado por seus próximos, pelos pais e até pelos membros das outras castas que julgam seu sangue sujo.

⁷ . Puro e impuro devem ser entendidos aqui no sentido de nobre e de plebeu.

⁸ A sepultura dos griôs eram os troncos ocos dos baobás onde seus corpos eram suspensos em estrados antes de fecharem a abertura, que só seria reaberta para receber um novo corpo.

Assim, a religião tradicional contribuiu para a manutenção das castas e favoreceu a endogamia. Assim como o fundamento sociopolítico, ela desempenhou um papel muito importante no sistema de castas. Como se faz, então, o equilíbrio? Qual a parte da ideologia e a da instituição jurídica?

c- O fundamento jurídico

A legislação das sociedades africanas durante a Antiguidade é mal conhecida. As leis que regiam as relações dentro da sociedade nem sempre eram escritas. Elas eram orais na maior parte dos grupos sociais. Por isso muitas não sobreviveram ao tempo. Sofreram modificações durante sua transmissão ou desapareceram no esquecimento total diante das reviravoltas sociais causadas pelo contato com os estrangeiros. No antigo Egito, onde os homens deixaram muitos vestígios escritos, algumas leis chegaram a nós graças aos autores gregos como Heródoto e Diodoro da Sicília. Aliás, é este último que nos diz que a lei egípcia participou da formação e da conservação das castas. A esse respeito, ele escreveu:

Vê-se frequentemente entre outros povos que os jovens, por ligeireza de espírito ou por vontade de ganhar mais, rejeitam a profissão de seus pais ou se aplicam a diversas coisas ao mesmo tempo... Mas entre os Egípcios se algum artesão se imiscuir nos negócios de estado, deixar sua profissão para adotar uma outra ou quiser exercer mais de uma atividade, ele é severamente punido.⁹ (Sicile, XXV)

Fica então claro que a lei, no passado, serviu como fundamento para o surgimento das classes sociais, mais tarde, castas. Era assim porque em muitas sociedades antigas a decisão do rei geralmente se tornava lei. O rei tinha um poder absoluto que fazia dele um legislador. Nesse caso específico, teria sido interessante conhecer a explanação dos motivos dessa lei egípcia referente às classes, mas isso não é abordado por Diodoro. Contudo, a sanção infligida aos que abandonavam sua classe está contida neste texto:

⁹ Diodore de Sicile, *Bibliothèque historique* I, section seconde, XXV.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 230-246
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10118

Em quarto lugar, era exigido a todos os Egípcios declarar seu nome, sua profissão e sua renda aos magistrados, e eram condenados à morte os que dessem uma falsa declaração ou que praticassem uma profissão ilícita.¹⁰ (Id, XXVIII)

A severidade dessa pena fez da lei uma agente maior na elaboração e na permanência das castas que ela havia assim legitimado. Podemos então considerar que a justiça, assim como a política e a religião, foi um elemento básico das castas na África. Esses três princípios nos fornecem informações preciosas sobre as castas, mas não nos fazem compreender seu funcionamento. Por essa razão, na próxima parte de nosso trabalho, vamos tratar da relação entre as castas.

III- As relações entre as castas

As castas africanas surgiram, como todas as outras na realidade, da divisão do trabalho. Sua origem deixa pressagiar relações intensas na sociedade. Tendo se voltado para a agricultura, os homens logo perceberam a necessidade de dividir suas tarefas; o que conduziu progressivamente a uma especialização, o que se acentuaria com os intercâmbios tanto internos quanto externos. Havia uma interdependência das várias classes sociais ou castas. Nenhuma podia viver sem o concurso da outra. Era uma complementaridade que tornava cada uma delas indispensável para o bem estar da comunidade. Examinando as diferentes classes do Egito antigo, das quais nos falaram Heródoto e Diodoro da Sicília, isso é facilmente percebido. Com Heródoto, descobrimos que os religiosos se ocupavam da educação moral, ensinando aos cidadãos os princípios da religião baseados no conhecimento do bem e do mal; os intelectuais transmitiam o conhecimento científico; os guerreiros garantiam a segurança de todos e a gestão da cidade, e nisso constavam o rei e os serviços em geral; os mercadores promoviam a prosperidade econômica. O papel de cada uma dessas classes era importante para a cidade. Bastava suprimir uma delas para que o caos se instalasse. Essa complementaridade fica mais aparente na relação entre artesãos, agricultores e guerreiros. Sem os primeiros, que fabricavam os instrumentos agrícolas e as armas, os segundos ficariam no desamparo. Tampouco os artesãos podiam existir sem os camponeses e

¹⁰ Id. ; *ibid.* ; XXVII. A pena capital infligida ao contraventor contrasta com o que disse Diodoro na primeira citação: “Ele era severamente punido”. Entretanto, pensamos que era exatamente a pena de morte que era aplicada para evitar o desmoronamento do sistema de castas.

os soldados, que são quem lhes proporcionava os alimentos e a segurança.

Para garantir a ordem e o equilíbrio social, uma determinada quantidade de produção era atribuída aos camponeses e artesãos. Um fiscal de produção se assegurava de que estes produzissem mais a fim de favorecer a prosperidade econômica do país. O povo todo tinha em grande estima os artesãos, cuja arte e amor pelo ofício maravilhavam muita gente. É por esse motivo que os faraós zelavam para que nada faltasse aos artesãos, como ilustra este trecho:

Para vocês, os celeiros estarão sempre cheios de trigo... ; cada um de vocês terá provisões para um mês. Também completei os armazéns com todo tipo de coisas, pães, carnes, bolos a fim de protegê-los (da fome), sandálias, roupas e unguentos variados... Também coloquei um pessoal para servir às suas necessidades: pescadores trarão peixes, outros, os hortelãos, plantarão legumes; oleiros trabalharão para fabricar jarros, assim, vocês terão água fresca durante o verão... (Obenga, 1990: 452)

Enfim, as castas eram baseadas numa troca de serviços e de bens, e todos os seus membros tinham igual dignidade. Cada membro de uma casta era consciente dos vínculos que tinham com os outros e os levavam em consideração. Entretanto, com o advento da monarquia e com os contatos externos, a desigualdade se instalava progressivamente entre as castas. Vai se assistir então a uma hierarquização entre elas. Essa hierarquia das castas deve ser entendida neste sentido dado por L. Dumont: "Princípio de gradação dos elementos de um conjunto em relação ao conjunto." (Dumont, 1996: 92).

A hierarquia das castas africanas tem uma dupla origem. Ela provém primeiro do confisco do poder pelos detentores de autoridade de onde provieram os reis. Estes vão se impor a todos pela força e considerar os outros como seus súditos. Conscientes do papel que a religião e a educação desempenham na sociedade, eles vão atribuir aos intelectuais o segundo lugar na hierarquia.

Mesmo que os faraós tenham sido conscientes do poder dos religiosos na sociedade, nem por isso não ignoravam o poder dos homens de letras, ciências e técnicas. Eles sabiam muito bem da importância da educação, que era a chave da grandeza moral do homem e a base do desenvolvimento econômico do país. Foi por essa razão que colocaram os intelectuais nas primeiras fileiras da sociedade para orientar as vias do desenvolvimento e guiar o povo no bom caminho. Os escribas ocupavam iminentes funções na administração, tinham numerosas vantagens e eram

admirados por todos. Todos queriam ter um filho escriba, pois essa era a profissão mais prestigiosa às margens do Nilo.

As outras castas se sucederam em função da importância de seu ofício para o povo central. Assim, os religiosos e os soldados estavam entre os privilegiados da sociedade egípcia, como destaca Heródoto: “Diferentemente de todos os outros Egípcios, com exceção dos religiosos, os guerreiros tinham vantagens especiais: a cada um eram atribuídas doze aruras de terra, livres de impostos.” (Heródoto, 1989: 168).

Nessa hierarquia das castas, o último lugar é, em quase todas as sociedades africanas, ocupado pelos artesãos por causa de seu ofício que exigia esforços físicos penosos e a manipulação de produtos incômodos ou sujos. Esse desdém pelas profissões manuais, exceto a agricultura, é assim manifestado nos ensinamentos de Khéti:

Eu vi o metalúrgico no trabalho, na boca de sua fornalha. Seus dedos são como a pele de um crocodilo, ele cheira pior que as desovas de peixe. O marceneiro que maneja a plaina fica ainda mais cansado que o camponês. Seu campo é a madeira e sua enxada é a broca. No fim do dia ele está extenuado, pois trabalhou além de suas forças e, à noite, ainda há luz em sua casa. Os que talham as pedras trabalham com o cinzel em todo tipo de pedra dura. Ao terminar seu trabalho, seus braços o abandonam, ele não aguenta mais nada. Quando ao cair da tarde ele se senta, seus joelhos e suas costas estão quebrados. O oleiro mergulha no barro. Depois de queimar seus vasos ele está mais sujo que um porco. Suas roupas endurecem com o barro. O calor que sai do forno passa em seu rosto. Ele pisa o barro com seus pés e se desgasta nessa tarefa. O pedreiro que constrói está sempre exposto ao vento. Ele trabalha vestido com uma simples tanga, e seus braços se sujam no barro que mancha também toda sua roupa. E ele tem que comer seu pão com as mãos sujas. O tecelão vive em sua oficina, e lá fica em mais desconforto que uma mulher no parto, com os joelhos dobrados contra a barriga, quase sufocado. Se ele ficar um dia sem tecer, recebe cinquenta chicotadas, e deve pagar uma gorjeta a seu oleiro para poder sair ao ar livre. O sapateiro ou o curtidor de couro, cujo destino é bem miserável, carrega o tempo todo suas cubas de curtir as peles. Leva uma vida como a de quem vive entre cadáveres. Tudo o que come tem gosto de couro.¹¹ (Obenga, 1946: 487).

Em seguida, a outra origem da hierarquia é racial. A ideologia de uma raça pura que não deve se misturar com as outras alimentou um grande sentimento de superioridade no sistema de castas. Aqueles que detinham a força sempre consideraram os outros provindos de um nascimento

¹¹ Esse longo trecho, que data da XII^a dinastia egípcia, é uma explanação de um pai, Khéti, que procura mostrar a seu filho Pépi, que ele conduz a seu primeiro dia de aula, o desprezo que os Egípcios têm pelos ofícios manuais e à ressaltar a importância dos estudos que aparecem como a única fonte de desenvolvimento material e social. Heródoto também destacou esse desprezo pelos ofícios manuais em *Histoires II*, 164-166. **Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 230-246**
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10118

inferior, atingidos por uma maldição ou condenados a uma servidão. Essa consideração racial, que justifica a hierarquia das castas, explica a endogamia. A. B. Diop destaca isso muito bem nestes termos: “A endogamia é consequência lógica direta da ideologia de castas, da qual notamos o caráter biológico, fazendo delas como que raças diferentes e hierarquizadas.” (Diop, 1981: 65)

Finalmente, a hierarquização das castas levou ao desprezo dos ofícios e dos homens. As castas superiores julgam as profissões manuais, com exceção da agricultura, indignos de um homem livre, evitando aqueles que as praticam e considerando-os como párias. Os membros das castas inferiores se casam entre si e seu acesso a certos locais é limitado. São acusados de todos os males e afastados da gestão do poder.

Considerações finais

As castas resultam de uma divisão da sociedade em diferentes classes ou categorias sociais. Ela tiveram primeiramente uma base sociopolítica que lhes permitiu se manterem e se adaptarem às exigências da época. É com a preocupação de perenizá-las que os homens vão em seguida lhes dar uma base religiosa e jurídica. A religião, sobretudo, vai consolidar as castas, acrescentando a seu caráter hereditário a endogamia e a hierarquia. A importância desses dois últimos fatores no interior do sistema de castas leva muitas vezes os pesquisadores acreditarem que elas teriam uma origem religiosa. Acrescente-se ainda que as relações entre as castas são ditadas por considerações religiosas. O desprezo e a restrição dos contatos entre pessoas de castas diferentes são alimentadas por ideologias raciais justificadas pela religião. Isso ainda é observável em várias sociedades africanas onde as castas subsistem.

Entretanto, é importante notar, hoje, que o sistema de castas tende a desaparecer. A economia monetária suprimiu a dependência entre as castas. Em muitas sociedades, o poder financeiro, e às vezes mesmo político, é detido por pessoas de castas antes consideradas inferiores. As ideologias de igualdade de nascimento e de direitos pregadas pelo Cristianismo e pelo Islã, e defendidas por nossas jurisdições modernas, combatem qualquer veleidade de se manter as castas, vistas como uma aberração e uma alienação. Assim, é necessário um retorno às antigas fontes a fim de compreender essa herança que ainda perdura entre nós.

Textos antigos

DIODORE DE SICILE, *Bibliothèque historique II*, texto estabelecido e traduzido por B. Bommelaer, Paris, Les Belles Lettres, 1989.

DIODORE DE SICILE, *Bibliothèque historique III*, texto estabelecido e traduzido por B. Bommelaer, Paris, Les Belles Lettres, 1989.

HÉRODOTE, *Histoires II*, texto estabelecido e traduzido por Ph. E. Legrand, Paris, Les Belles Lettres, 1989.

Referências bibliográficas

DIOP, Abdoulaye Bara. *La société wolof, tradition et changement, les systèmes d'inégalité et de domination*, éditions Karthala, 19.

DIOP, Babacar dit Buuba. *Propos d'un Africain sur l'Antiquité*, Dakar, Presses Universitaires de Dakar, 2014.

DIOP, Cheikh Anta. *L'Afrique noire précoloniale*, Paris, Présence Africaine, 1960.

DIOP, Majhemout, *Histoire des classes sociales dans l'Afrique de l'ouest, tome I : Le Mali*, Paris, éditions l'Harmattan, 1985.

DUMONT, Louis, *Homo hierarchicus, Essai sur le système des castes*, Paris, Gallimard, 1966.

HOLDER, Gilles. Tal Tamari, *Les castes de l'Afrique occidentale. Artisans et musiciens endogames*. In : « L'Homme », tome 39 n°152, 1999.

OBENGA, Théophile. *La philosophie africaine de la période pharaonique 2780-330 avant notre ère*, Paris, L'Harmattan, 1990.

RAFFENEL, Anne. *Voyage dans l'Afrique occidentale en 1843 et 1844*, Paris, Bestrade, 1846.

STRATIFICATIONS SOCIALES EN AFRIQUE ANCIENNE: PERFORMANCES ET STAGNATIONS

Benjamin Diouf¹

Résumé

Les sociétés africaines ont eu des organisations qui ont évolué et se sont maintenues en dépit du temps qui nous sépare de l'Antiquité. Parmi celles-ci, nous avons les castes qui sont, pour certains, une absurdité qu'il faut abandonner sans chercher à les comprendre. Pourtant, celles-ci peuvent nous éclairer sur le fonctionnement de notre société et son évolution. Les castes sont une stratification sociale établie sur la base des activités professionnelles, des métiers. C'est en Egypte ancienne qu'elles vont se professionnaliser et s'hériter. Au fil du temps, la religion et la loi vont intervenir dans le système des castes pour y introduire l'endogamie, la hiérarchie et le mépris tels que nous l'observons, aujourd'hui, chez certaines ethnies africaines.

Mots-clés

Castes; classes sociales; stratifications sociales; organisations sociales; hiérarchie; endogamie; Egypte ancienne; fondement socio-politique; religieux; juridique.

¹ Assistant titulaire – Université Cheikh Anta Diop de Dakar, Dakar, Senegal. E-mail: benjdiouf067@yahoo.fr

Abstract

African societies have had organizations that have evolved and remained steady despite the period of time that separates us from antiquity. Among these, we have the castes which are, for some, an absurdity that must be abandoned without trying to understand them. Yet, these can enlighten us as to the functioning of our society and its evolution. Castes are a social stratification established on the basis of professional activities and trades. It is in ancient Egypt that they will become professional and inherit. Over time, religion and law will intervene in the caste system to introduce endogamy, hierarchy and contempt as we can see it today, in some African ethnic groups.

Keywords

Castes, social classes, social stratification, social organizations, hierarchy, endogamy, ancient Egypt, socio-political, religious, legal foundation.

Stratifications sociales en Afrique ancienne : performances et stagnations.

Introduction

Les sociétés africaines, à l'instar de toutes les autres, ont eu des organisations qui ont évolué avec le temps et ont réussi à se maintenir en dépit du temps qui nous sépare de l'Antiquité. En effet, certaines croyances et relations sociales peuvent être rapprochées de celles qui étaient jadis entretenues en Egypte, en Libye ou en Ethiopie anciennes. Celles-ci continuent encore à régir, en grande partie, les comportements de certains Africains. Consciemment ou inconsciemment, ils les perpétuent. Parmi ces éléments, hérités du passé, qui demeurent dans nos vies, nous avons les castes. Celles-ci sont perçues par l'étranger, qui se retrouve face à une organisation sociale différente de la sienne, comme une pratique qui bafoue la dignité humaine et empêche le développement économique de certains membres de nos sociétés. Elles sont, de ce point de vue, une absurdité qu'il faut abandonner sans chercher à les comprendre. Pourtant, les castes peuvent nous fournir des informations importantes sur le fonctionnement de notre société et son évolution. C'est pourquoi nous allons, d'abord, essayer de cerner le sens du mot caste ; ensuite, nous tenterons de donner les fondements des castes ; enfin, nous examinerons les relations entre les castes.

Caste: un mot au sens équivoque

Beaucoup de chercheurs, qui se sont intéressés aux castes dans leurs travaux, ont éprouvé la difficulté à donner au mot caste un sens permettant d'en embrasser la quintessence quelle que soit la société étudiée. A titre illustratif, voici la première définition que Louis Dumont, qui a étudié le système des castes en Inde, donne à ce mot :

Le système des castes divise l'ensemble de la société en un grand nombre de groupes héréditaires distingués et reliés par trois caractères : séparation en matière de mariage et de contact direct ou indirect (nourriture) ; division du travail, chacun de ces groupes ayant une profession traditionnelle ou théorique dont ses membres ne peuvent s'écarter que dans certaines limites ; hiérarchie enfin, qui ordonne les groupes en tant que relativement supérieurs et inférieurs les uns aux autres.² (Dumont, 1966: 36)

² L. Dumont a repris ici la définition de Célestin Bouglé in *Essais sur le régime des castes* (1908), 1927, p. 4.

Cette acception du mot caste n'est pas pleinement partagée par les chercheurs, comme Abdoulaye Bara Diop qui relève

Les castes peuvent être empiriquement qualifiées sans difficulté ; les auteurs sont, dans l'ensemble, d'accord sur leurs principaux caractères apparents, facilement repérables. On les considère, généralement, comme des groupes héréditaires, endogames, à spécialisation professionnelle, entretenant des relations de type hiérarchique. Mais dès qu'il s'agit d'interprétation consistant à définir la notion de caste, à comparer les castes aux autres formes de stratifications sociales, le problème se complique et des divergences apparaissent.³ (Diop, 1985: 27)

Partant de l'origine du mot caste et de quelques définitions, nous formulerons notre point de vue sur son acception. Ce mot caste est d'origine latine ; il vient de *castus* qui signifie : chaste, pur. Du latin vient également le mot portugais *casta* qui veut dire : pur, sans mélange. Est-ce donc à dire que le mot nous renvoie à des faits religieux ou pratiques religieuses, comme le laissent croire ses différentes significations et comme l'estiment certains ? Nous pensons que tel n'est pas forcément le cas. La pureté n'est pas seulement l'apanage de la religion. La notion de pureté peut renvoyer à l'état d'un corps qui n'a pas été altéré par un autre. En ce sens donc, le mot latin *castus* peut bien avoir pour sens : sans mélange, ordonné. C'est ce qui nous amène à considérer, avant tout, la caste comme une organisation bien définie qui ne connaît et n'admet en son sein aucun désordre. D'ailleurs, c'est dans cette logique que nous employons le mot caste au sens figuré pour désigner une classe ou un groupe fermé de la société.

Qui plus est, dans le cadre africain, il est extrêmement difficile de faire la distinction entre caste et classe sociale. Nous entendons par classe sociale une autre division de la société, comme l'indique son étymologie latine *classis*. Caste et classe sociale se superposent et se confondent parfois. Dans la société wolof (ethnie du Sénégal), par exemple, les *géer* peuvent former aussi bien une caste qu'une classe sociale. Donc les mots peuvent désigner une seule et même chose. C'est ce qu'ont bien compris les rédacteurs du dictionnaire de l'Académie française qui définissent ainsi le mot caste : « chacune des classes de la société dans l'ancienne Egypte, dans l'Inde et dans certains autres pays. ». L'emploi de caste pour désigner les classes sociales en Afrique ou en Inde peut bien être le fait de

³ Dans cet ouvrage consacré aux castes dans la société wolof Abdoulaye B. Diop ne partage pas l'induction de L. Dumont qui part du seul cas hindou pour caractériser toutes les castes. Pour L. Dumont, les castes ont pour fondement la pureté et l'impureté, ce qui n'est pas valable pour toutes les castes à l'image de celles des Wolofs qu'Abdoulaye B. Diop traite dans son œuvre.

l'étranger européen qui, face à une organisation sociale différente de la sienne, a voulu la nommer autrement pour illustrer cette particularité.

Ceci est d'autant plus plausible que les Européens ont connu tardivement la caste dont ils limitent souvent l'existence à l'Inde, comme l'atteste la définition du dictionnaire Littré: "Chacune des tribus en lesquelles la société de l'Inde est partagée. Il y a quatre castes : les prêtres, les guerriers, les marchands et agriculteurs, les gens de condition servile, en sanscrit brahmanes, kshatria, vaisia, bûdra." La remarque qu'apporte ce même dictionnaire est plus révélatrice de cette méconnaissance de la caste en Europe: "caste qui n'est ni dans Furetière ni dans Richelet, n'est dans le dictionnaire de l'Académie qu'à partir de 1740." Au moment où les Européens entraient en contact avec les Africains, cette stratification sociale qu'ils nomment caste avait déjà fait sa mue au point qu'il est difficile de retracer son origine et son évolution. Toutefois, une lecture des auteurs anciens nous conforte dans l'idée que les castes, comme nous les appelons de nos jours, ne sont que le fruit d'une simple organisation de la société en différentes classes productrices. Hérodote l'indique clairement:

Il y a sept classes d'Egyptiens, qu'on appelle les prêtres, les guerriers, les bouviers, les porchers, les marchands, les interprètes, les pilotes. Tel est le nombre des classes en Egypte, et leurs dénominations viennent des professions exercées. (Hérodote, 1989: 164)

Nous considérons donc que les castes sont une stratification sociale, à l'image de celles connues en Europe. Elles sont établies sur la base des activités professionnelles, des métiers et nous partirons des textes anciens pour mieux percevoir les fondements et les évolutions.

Les fondements des castes

a- Le fondement socio – politique

Les sociétés africaines, à l'instar de toutes les autres, ont connu dans le passé des formes d'organisation particulières. D'une part, l'organisation sociale se manifeste au sein même de la famille où chaque membre avait un rôle bien déterminé à remplir pour le bien-être de tous. Les tâches étaient dévolues en fonction de l'âge, de la capacité physique, morale, mais également du sexe. D'autre part, dans un cadre un peu élargi, celui de la tribu ou de l'ethnie, on retrouve également des distributions de rôles. La seule différence étant qu'un membre d'une famille peut jouer un autre rôle au sein du clan, de la tribu ou de l'ethnie. Ceci s'explique par le

fait que l'aîné de la famille n'est pas obligatoirement celui de la tribu. Chacune de ces deux entités a à sa tête un chef qui veille à l'exécution par chacun du travail qui lui est assigné. C'est cette forme d'organisation qui déterminait également les rapports entre les différents membres de la famille ou de la tribu.

Par ailleurs, c'est cette organisation sociale qui a favorisé le développement de l'économie agricole en Afrique ancienne. En effet, en cette période où les champs étaient communautaires, il fallait bien une bonne organisation dans le travail pour espérer avoir une bonne récolte. Ainsi à chaque période des cultures, il y eut des gens préposés aux débroussaillages, d'autres aux tracés des sillons, d'autres à l'enfouissement des graines dans le sol. Durant le temps des travaux, tout se déroulait en synergie, de la préparation des champs aux semailles, en passant par l'arrachage des mauvaises herbes, la moisson, jusqu'à l'acheminement des récoltes dans les foyers. Force est, d'ailleurs, de constater que cette organisation sociale est antérieure au début de l'agriculture. Elle tire son origine lointaine de la période de la chasse et de la cueillette. A ce moment là, la chasse à l'épieu ou à l'arc était réservée aux plus endurants à la course et aux plus habiles aux tirs. Les autres membres de la tribu ou du clan se répartissaient le transport des bagages (armes, gibiers...), la préparation du feu, la cuisson et autres charges.

Cette organisation sociale, dans le travail, va se consolider et s'améliorer dès l'apparition des premières structures étatiques. Les Africains, comme tous les autres peuples, vivaient en communautés dont l'exigence d'une harmonie sociale imposa une organisation politique. Les hommes sentirent la nécessité de mettre à leur tête quelqu'un pour maintenir l'ordre social, pour assurer la prospérité et la défense communautaires. C'est ainsi qu'ils élurent des dirigeants appelés rois et l'ensemble de toute la communauté constitua le royaume. Au sujet du choix du roi, voici ce qu'écrivit Diodore de Sicile:

Quant à la royauté, les uns la remettent entre les mains des hommes les plus beaux, estimant que beauté et pouvoir monarchique sont tous deux des dons du sort, les autres confient le pouvoir à ceux qui soignent le mieux leurs troupeaux, dans la pensée que, seuls, ils prendront parfaitement soin de leurs sujets ; quelques-uns attribuent cet honneur aux plus riches, estimant que seuls ceux-ci peuvent protéger le peuple à cause des facilités que leur donne leur fortune ; il y en a enfin qui choisissent pour rois ceux qui se font remarquer par leur courage,

jugeant que les plus capables à la guerre sont seuls dignes d'obtenir le premier rang.⁴ (Sicile, 1989: 4)

Le roi gouvernait, assisté par un conseil des sages. Au début, son pouvoir n'était pas absolu et ses décisions étaient orientées dans le sens de l'intérêt commun. Lorsque survint le passage d'une économie agricole vers une économie monétaire, dictée par les échanges commerciaux avec l'étranger, le roi d'Égypte dut prendre cette décision que nous révèle Hérodote:

Il y a sept classes d'Égyptiens, qu'on appelle les prêtres, les guerriers, les bouviers, les porchers, les marchands, les interprètes, les pilotes. Tel est le nombre des classes en Égypte, et leurs dénominations viennent des professions exercées. Ceux d'entre eux qui forment la classe des guerriers sont appelés Calasiries et Hermotybies... A eux non plus il n'est permis d'exercer aucun métier, sinon le métier de la guerre, où ils se succèdent de père en fils.⁵ (Hérodote, 1989: 164, 166)

Cette division de l'Égypte en différentes classes, dont chacune renvoie à un métier précis, semble être une consolidation et une adaptation de la division du travail, connue depuis l'étape clanique, face aux mutations historiques. Les échanges commerciaux avec le monde grec, par exemple, étaient très développés et concernaient des produits divers. Il fallait produire différents articles pour assurer la prospérité économique de l'Égypte et garantir en même temps la sécurité interne et externe du royaume. Pour ce faire, une professionnalisation des Égyptiens était nécessaire ; ce que comprirent les pharaons qui procédèrent à cette répartition des tâches. Ainsi, chaque corps de métier se perfectionnait dans son domaine et avait une totale sérénité pour exécuter son travail. A titre illustratif, le marchand pouvait commercer à longueur de journée sans se soucier de l'entretien de ses bêtes.

Bref, les informations qui nous sont fournies par Hérodote sont très précieuses pour comprendre les castes. Elles nous apprennent, d'une part, que ce que nous appelons aujourd'hui les castes en Afrique est une division du travail consolidée et améliorée par une décision politique qui va semer les germes de la professionnalisation et de l'hérédité du métier. D'autre part, elles nous renseignent qu'il n'y avait pas, au début, de

⁴ L'élection du roi est une manifestation de l'égalité de tous les membres de la communauté en dépit des fonctions exercées par les uns et les autres. Aucun critère discriminatoire n'était établi pour écarter un membre de telle ou telle autre fonction.

⁵ Les pilotes étaient des marins qui gouvernaient les bateaux marchands, les Calasiries seraient des soldats de l'infanterie mercenaire nubienne et les Hermotybies des conducteurs de char.

critères de supériorité ou d'infériorité définis entre gens de différentes professions. Ceci est d'ailleurs confirmé par ces propos:

Il y eut à l'origine une division du travail social avec la séparation des métiers de l'agriculture sans aucune idée de hiérarchie. C'est le phénomène tel qu'on le voit encore, de nos jours, dans les pays de forêt du sud (Casamance, Baoulé, etc.) (Diop, 1985: 43)

Cependant, Hérodote a passé sous silence des corps de métiers importants en Egypte ancienne, comme celui des cultivateurs. Cette omission nous conduit à visiter les écrits de Diodore de Sicile qui, des années après Hérodote, note ceci à propos des classes égyptiennes:

Le commun des habitants est divisé en trois classes : les laboureurs, les pasteurs et les artisans. Les laboureurs prennent pour un temps, à un prix modique, les terres du roi ou des prêtres ou des soldats et emploient tout ce temps à les cultiver. Étant nés dans ces exercices ils savent mieux l'agriculture qu'on ne la sait partout ailleurs. Ils connaissent parfaitement la nature des terres, les temps des débordements du Nil, la saison propre aux semailles, aux moissons et aux transports des denrées soit par les instructions qu'ils ont reçues de leurs pères, soit par les épreuves qu'ils ont faites eux-mêmes. Il en est ainsi des pasteurs qui ont reçu de leurs parents comme par héritage la connaissance de tout ce qui regarde les troupeaux, qui l'ont cultivée par une longue habitude et qui de plus inventent souvent des manières nouvelles d'augmenter les profits qu'on peut tirer des bestiaux. Ce qu'il y a de plus particulier est que ceux qui élèvent des oiseaux de basse-cour, trouvent par leur application et par leur industrie des moyens de les faire multiplier tout autres que les voies ordinaires qu'il semble que la nature ait établies pour cet effet. Car au lieu de laisser couver les œufs par les oiseaux mêmes qui les ont pondus, ils ont la patience de les faire éclore en les échauffant dans leurs mains. Par là ils avancent l'ouvrage de la nature et ils augmentent considérablement ses productions. Mais rien n'est plus admirable que l'utilité et la perfection des arts qui s'exercent chez les Égyptiens. C'est le seul pays du monde où ceux qui sont nés dans une profession et qui pour ainsi dire l'ont reçue des lois, ne la quittent jamais pour en exercer une autre, de sorte que ni les jalousies domestiques, ni leur ambition particulière, ne les tirent jamais de la profession paternelle.⁶ (Sicile, 1737: XXV)

Les propos de Diodore confirment non seulement le critère d'hérédité dans la transmission des métiers, mais aussi nous apprennent que les professions n'étaient pas attribuées au hasard. A chacun était assigné, à l'origine, le métier où il avait une prédisposition naturelle. Au

⁶ Mises en parallèle, les trois classes de Diodore et les sept classes d'Hérodote nous révèlent qu'une classe pouvait comporter plusieurs métiers ou se subdiviser en sous-classes en fonction de la différence de profession. En effet, les bouviers et les porchers relevés par Hérodote forment la classe des pasteurs chez Diodore. De même, la classe des artisans dont parle Diodore va donner naissance à d'autres sous-classes, comme celle des barbiers, selon Babacar Diop dit Buuba dans son livre *Propos d'un Africain sur l'Antiquité*, p.114.

demeurant, les classes sociales, qui seront appelées des castes par la postérité, sont bien issues d'une division du travail qui a un fondement socio - politique. Elles se maintiendront dans beaucoup de sociétés africaines surtout celles d'Afrique de l'ouest où elles existent chez les Wolofs, les Peulhs, les Sénoufo, les Maures...

Le fondement socio- politique des castes s'est manifesté lors de la naissance de la caste des griots qui serait originaire du Mali. Les griots forment la grande caste de ceux qui doivent vivre de leur parole. Parmi eux nous avons les musiciens, les chanteurs et les laudateurs. La caste est créée par le roi de l'empire du Mali Soundjata Keita après sa victoire sur le roi du Sosso, Soumangourou Kanté. Selon Tal Tamari, repris par Gilles Holder (Holder, 1999: 236), Sounjata avait attribué aux leaders sosso la fonction de conseillers, puis d'intermédiaires ensuite de maîtres de cérémonie et d'envoyés. Ceux-ci formèrent ainsi la caste des griots.

En somme, nous pouvons clore ce premier point en retenant que le premier fondement des castes est socio- politique ; ce que partage pleinement le savant sénégalais Cheikh Anta Diop qui écrit :

Le système est né d'une division du travail mais sous un régime politique avancé, monarchique, car on ne trouve jamais de castes sans noblesse. Cependant, il est fort probable que la spécialisation dans le travail, qui a abouti à l'hérédité du métier dans le système des castes à l'échelle familiale et individuelle, s'est élaborée depuis l'organisation clanique. (Diop, 1960: 11)

Toutefois, ce seul critère professionnel ne peut expliquer aujourd'hui les autres caractéristiques des castes, à savoir l'hérédité, l'endogamie et la hiérarchie. Pour mieux comprendre les castes, nous sommes obligé de partir de leur état présent pour voir comment d'autres facteurs, comme celui religieux, ont contribué, dans le passé et même encore de nos jours, à leur maintien et à leur légitimation.

b- Le fondement religieux

Les castes sont issues de la division du travail au sein de la société depuis l'organisation clanique. Elles ont été raffinées en Egypte ancienne par les pharaons. Ceux- ci avaient réparti la société en différentes classes formant des corps de métier et ils veillaient strictement au maintien de celles-ci. La mesure phare prise, à l'époque, par les pharaons pour faire respecter et perpétuer cette division sociale favorisa l'instauration du critère d'hérédité. Désormais, le métier était héréditaire. Pour éviter que des ambitieux ou des jaloux ne changeassent de métier, suivant leur bon

vouloir, des sanctions furent prévues par les lois égyptiennes. Nous y reviendrons. Ce fut donc, au début, la crainte de l'autorité qui favorisa la survie des classes professionnelles, qui se muèrent en castes, en Egypte ancienne. Ceci est très compréhensible lorsqu'on sait que le pharaon avait droit de vie et de mort sur ses sujets.

Mais, nous estimons qu'une simple rationalité humaine ne suffit pas à perpétuer, durant des siècles, une telle stratification sociale qui a eu à faire, à coup sûr, beaucoup de mécontents. En effet, il y eut bien en Egypte ancienne des gens dédaigneux du métier dont ils avaient hérité et qui voulurent changer de classe ou de catégorie sociale à tout prix. A ceux-ci, il fallait plus qu'une sanction pécuniaire ou quelques coups de fouet pour freiner les ardeurs. Il leur était nécessaire un mythe, un mystère qui inspira une telle peur ou une telle horreur à vivre pour qu'ils ne songeassent jamais à changer de classe ou à accueillir un autre dans la leur. Un fondement pareil ne pouvait provenir que de la religion. A un moment donné de l'évolution des classes, les hommes ont dû faire appel à la religion, et ce peut être depuis l'Egypte pharaonique, pour légitimer et assurer la survie de cette répartition sociale à base professionnelle. La religion avait un immense pouvoir en Egypte. Elle rythmait la vie des Egyptiens et déterminait leur conduite. Le sacré était vénéré et nul n'osait enfreindre les lois divines. Il était alors l'idéal pour consolider, voire donner un autre fondement aux castes. La religion n'a-t-elle pas, d'ailleurs, beaucoup aidé à asseoir le pouvoir du pharaon ? Celui-ci était considéré comme le fils du dieu Soleil, Râ. C'est pourquoi il était le maître de l'univers pour les Egyptiens ; ce qui explique son droit de vie et de mort sur tout être vivant.

C'est la religion qui consacra la hiérarchie entre les classes basée sur la notion de pur et d'impur qui favorisa l'endogamie. Partie d'un simple désir de maintenir l'existence des classes, elle scellera définitivement leur fixité, leur fermeté et leur hiérarchie. C'est pour cette raison qu'elle apparaît, aux yeux de beaucoup de modernes, comme le fondement principal des castes. C'est ce qui justifie pleinement cette appellation de castes, à partir du XVII^{ème} siècle, à ce qui n'était avant que de simples classes professionnelles. Ceci n'a pas échappé à l'œil perçant de L. Dumont (Dumont, 1966: 103) qui, tout en partant du système varna dans son étude des castes en Inde, fonde les castes sur l'opposition entre le pur et l'impur.

Mieux encore, cette notion de pur et d'impur, apportée comme critère dans les castes par la religion, a un double impact sur le système. D'une part, elle s'applique au métier. La profession exercée peut être considérée

comme pure ou impure⁷ par les membres d'une autre classe. Les métiers de l'artisanat sont jugés impurs et donc indignes pour ceux qui appartiennent aux castes supérieures, comme celles des intellectuels, des guerriers et des prêtres. Ils sont ainsi considérés à cause de leurs effets dégradants sur le corps humain ou à cause des produits travaillés. C'est ainsi que la sous-caste wolof des cordonniers est considérée, voire méprisée par les *gээр*, à cause des peaux en putréfaction qu'elle manipule. L'odeur pestilentielle, dans laquelle baignent les cordonniers, souille leur être et pousse les autres à les tenir à l'écart. En somme, ce sont tous les métiers manuels, à l'exception de l'agriculture, qui sont qualifiés d'impur dans les sociétés où existent des castes.

D'autre part, dans le système des castes, la pureté ou l'impureté peut être liée à un jugement racial que conforte la religion traditionnelle. Dans toutes les sociétés africaines, ceux qui appartiennent aux castes supérieures, formées pour la plupart d'intellectuels, de religieux, de guerriers et de cultivateurs, croient en leur supériorité raciale sur les autres. Ils s'estiment issus d'un sang pur qui n'a pas été souillé. Ils attribuent aux autres des origines peu glorieuses qui entraîneraient la malédiction de quiconque s'unirait à eux. Ce rejet des castes inférieures, dans les croyances populaires, a une justification divine. Par exemple, chez les *guélwar* sereer (ethnie du Sénégal), certains attribuent l'infériorité raciale des griots à leur origine servile, d'autres à une punition divine de leur ancêtre déchu pour inceste. Une telle pensée, ou croyance, que l'on justifie par la volonté des dieux explique les traitements qui étaient réservés aux griots en milieu sereer, comme l'illustre ce passage:

Leurs corps empoisonneraient les grains et les fruits, prétendent les autres nègres, et ils empoisonneraient également l'eau et les poissons ; alors ils ne sont ni enterrés ni jetés dans la mer ou les rivières. Les griots passent, en outre, pour vivre dans un commerce familier avec le diable, et cette croyance ne contribue pas peu à leur interdire l'accès des lieux de sépulture ordinaire.⁸ (Raffenel, 1846: 19)

Pour le *guélwar* sereer, comme pour les autres membres des castes supérieurs en Afrique, l'union avec un homme ou une femme d'une caste inférieure ne peut demeurer impunie des dieux. L'auteur subit toujours un malheur physique ou économique. Il est aussi méprisé par ses proches parents et même par les membres des autres castes qui jugent son sang souillé. Ainsi, la religion traditionnelle a œuvré au maintien des castes et

⁷ Pur et impur doivent être compris ici dans le sens de noble et de roturier.

⁸ La sépulture des griots était les troncs creux des baobabs où l'on suspendait leur corps sur des grabats avant de refermer l'ouverture qui n'était réouverte que pour un nouveau corps.

favorisé l'endogamie. Comme le fondement socio- politique, elle a joué un rôle très important dans le système des castes. Comment se fait donc la balance ? Quelle est la part de l'idéologie et celle de l'institution judiciaire ?

c- Le fondement juridique

La législation des sociétés africaines, au cours de l'Antiquité, est mal connue. Les lois qui régissaient les rapports au sein de la société n'étaient pas toujours écrites. Elles étaient orales dans la plupart des groupes sociaux. C'est pourquoi beaucoup n'ont pas survécu au temps. Elles ont subi des modifications au cours de leur transmission ou sombré dans l'oubli total face aux bouleversements sociaux nés du contact avec l'étranger. En Egypte ancienne, où les hommes ont laissé beaucoup de traces écrites, quelques lois nous sont parvenues grâce aux auteurs grecs, comme Hérodote et Diodore de Sicile. D'ailleurs, c'est ce dernier qui nous apprend que la loi égyptienne a participé à la formation et à la conservation des castes. A ce sujet, Diodore écrit:

On voit fort souvent chez les autres peuples que les jeunes gens par légèreté d'esprit ou par envie de gagner davantage, se dégoûtent de la profession de leurs parents ou s'appliquent à diverses choses à la fois... Mais chez les Égyptiens si quelque artisan se mêlait des affaires d'état, quittait sa profession pour en prendre une autre ou en voulait exercer plus d'une, il était grièvement puni.⁹

Il est donc clair que la loi a servi, dans le passé, de fondement à la naissance des classes sociales devenues, plus tard, des castes. Il ne pouvait en être qu'ainsi puisque, dans bien des sociétés anciennes, la décision du roi devenait souvent une loi. Le roi avait un pouvoir absolu qui faisait de lui un législateur. Dans ce cas précis, il aurait été intéressant de connaître l'exposé des motifs de cette loi égyptienne relative aux classes mais Diodore ne l'indique pas. Toutefois, la sanction infligée à celui qui abandonnait sa classe est contenue dans ces propos: "Quatrièmement, il était enjoint à tous les Égyptiens de déclarer leur nom, leur profession et leurs revenus aux magistrats, et l'on condamnait à la mort celui qui faisait une fausse déclaration ou qui exerçait un métier illicite."¹⁰ La sévérité de cette peine fit de la loi une actrice majeure dans l'élaboration et la survie des castes qu'elle avait ainsi légitimées. Nous

⁹ . Diodore de Sicile, *Bibliothèque historique* I, section seconde, XXV.

¹⁰ . Id. ; *ibid.* ; XXVII. La peine capitale infligée ici au contrevenant contraste bien avec ce que dit Diodore dans la première citation «Il était grièvement puni ». Cependant, nous pensons que c'était bien la peine de mort qui était appliquée pour éviter l'écroulement du système des castes.

pouvons alors retenir que la justice, au même titre que la politique et la religion, a été un élément de base des castes en Afrique. Ces trois principes nous fournissent de précieuses informations sur celles-ci, mais ils ne nous permettent pas de comprendre leur fonctionnement. C'est pourquoi, nous allons, dans le point suivant de notre travail, nous intéresser aux relations entre les castes.

Les relations entre les castes

Les castes africaines sont nées, comme toutes les autres en réalité, de la division du travail. Leur origine laisse déjà présager des relations intenses au sein de la société. S'étant tournés vers l'agriculture, les hommes se rendirent vite compte de la nécessité de se répartir les tâches ; ce qui conduisit progressivement à une spécialisation. Celle-ci sera accentuée par les échanges tant internes qu'externes. Il y avait une interdépendance des différentes classes sociales ou castes. Aucune ne pouvait vivre sans le concours de l'autre. Ce fut une complémentarité qui rendait chacune indispensable au bien-être de la communauté. En examinant les différentes classes de l'Égypte ancienne, dont nous ont parlé Hérodote et Diodore de Sicile, on s'en rend vite compte. Avec Hérodote, nous découvrons que les prêtres s'occupaient de l'éducation morale en enseignant aux citoyens les principes religieux fondés sur la connaissance du bien et du mal ; les intellectuels transmettaient les connaissances scientifiques ; les guerriers assuraient la sécurité de tous et la gestion de la cité, car, parmi eux, était le roi et ses services ; les marchands favorisaient la prospérité économique. Le rôle de chacune de ces classes est donc important pour la cité. Il suffit de supprimer l'une d'entre elles pour que le chaos s'installe. Cette complémentarité est plus apparente dans la relation qui unit les artisans, les cultivateurs et les guerriers. Sans les premiers qui fabriquent les instruments aratoires et les armes, les seconds sont dans le désarroi. Non plus, les artisans ne peuvent exister sans les paysans et les soldats qui leur procurent vivres et sécurité.

Pour garantir l'ordre et l'équilibre social, une quantité déterminée de productions était assignée aux paysans et aux artisans. Un contrôleur des productions s'assurait que ceux-ci produisirent plus pour favoriser la prospérité économique du pays. Le peuple tout entier avait une grande estime pour les artisans dont l'art et l'amour du métier émerveillaient plus d'un. C'est pourquoi les pharaons veillaient à ce que les artisans ne manquaient de rien, comme l'illustre ce passage:

Pour vous, les greniers seront gonflés de blé... ; chacun d'entre vous aura des provisions pour un mois. J'ai aussi rempli les magasins de toutes sortes de choses, pains, viandes, gâteaux pour vous protéger (de la faim), des sandales, des vêtements, de nombreux onguents... J'ai aussi mis en place un nombreux personnel pour subvenir à vos besoins : des pêcheurs vous apporteront des poissons, d'autres, des jardiniers, feront pousser des légumes ; des potiers travailleront au four afin de fabriquer de nombreuses cruches, ainsi, pour vous, l'eau sera fraîche à la saison d'été...¹¹ (Obenga, 1990: 452)

Bref, les castes étaient fondées sur un échange de services et de biens et tous leurs membres étaient d'égale dignité. Chaque membre d'une caste était conscient des liens avec d'autres et en tenait compte. Cependant, avec l'avènement de la monarchie et les contacts extérieurs, l'inégalité va s'installer progressivement entre les castes. On va assister à une hiérarchisation de celles-ci. Cette hiérarchie des castes doit être comprise dans ce sens que lui donne L. Dumont: "Principe de gradation des éléments d'un ensemble par référence à l'ensemble." (Dumont, 1966: 92)

La hiérarchie des castes africaines a une double origine. Elle provient d'abord de la confiscation du pouvoir par les détenteurs d'autorités dont sont issus les rois. Ceux-ci vont s'imposer à tous par la force et considérer les autres comme leurs sujets. Conscients du rôle que jouent la religion et l'éducation dans la société, ils vont attribuer aux intellectuels la deuxième place dans la hiérarchie.

En effet, même si les pharaons ont été très conscients du pouvoir des prêtres dans la société, ils n'ignorèrent pas pour autant celui des hommes de lettres, de sciences et de techniques. Ils savaient très bien l'importance de l'éducation qui était la clé de la grandeur morale de l'homme et le socle du développement économique d'un pays. C'est la raison pour laquelle ils mirent les intellectuels au premier rang de la société pour baliser les voies du développement et guider le peuple vers le droit chemin. Les scribes occupaient d'éminentes fonctions dans l'administration, avaient de nombreux avantages et étaient admirés par tous. Chacun voulait avoir un fils scribe car cette profession fut la plus prestigieuse au bord du Nil.

Les autres castes se succéderont en fonction de l'importance de leur métier pour le pouvoir central. Ainsi les prêtres et les soldats étaient parmi les privilégiés de la société égyptienne, comme l'a souligné Hérodote: "A l'exclusion de tous les Egyptiens, sauf des prêtres, les gens

¹¹ Ces propos de Ramsès II, extraits d'une inscription sculptée sur une stèle découverte à Manshiyet es- Sadr et datant de l'an 8 de son règne, montrent non seulement toute la gratitude du pharaon pour les ouvriers et les artisans mais aussi la considération qu'avait le peuple pour ces derniers.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 247-263

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10121

de guerre avaient des avantages spéciaux, que voici : à chacun étaient attribuées douze aroures de terre, franchises d'impôts."¹² (Hérodote, 1989: 168)

Dans cette hiérarchie des castes, la dernière place est, presque dans toutes les sociétés africaines, occupée par les artisans à cause de leur métier qui exige des efforts physiques pénibles et la manipulation de produits incommodants ou salissants. Ce dédain des professions manuelles, sauf l'agriculture, est ainsi manifesté dans l'enseignement de Khéti :

J'ai vu le métallurgiste au travail, à la gueule de sa fournaise. Ses doigts sont comme la peau d'un crocodile, il sent plus mauvais que le frai de poisson. Le menuisier qui manie l'herminette, il est plus harassé encore que le paysan. Son champ à lui c'est le bois, et sa houe c'est le forêt. Au soir ; il est exténué, car il a travaillé au-delà de ses forces et pourtant, la nuit, il y a encore de la lumière chez lui. Le tailleur de pierres grave au ciseau toutes sortes de pierres dures. Lorsqu'il a terminé son travail, ses bras l'abandonnent, il n'en peut plus. Lorsqu'à la tombée du jour il s'assied, ses genoux et son dos sont brisés. Le potier baigne dans son argile. Ayant cuit ses vases, il est plus crotté qu'un porc. Ses vêtements sont raides d'argile. L'air brûlant qui sort du four lui passe sur le visage. Il gâche l'argile avec ses pieds, et se brise à cette tâche. Le maçon qui bâtit, il est toujours exposé au vent. Il construit, vêtu d'un simple pagne et ses bras baignent dans l'argile dont tous ses vêtements sont maculés. Il doit manger son pain avec des doigts mal propres. Le tisserand vit dans son atelier. Il est plus mal à l'aise qu'une famille qui accouche. Les genoux repliés contre l'estomac, il suffoque. Passe-t-il un jour sans tisser, on le bat de cinquante coups de nerf, et il doit donner un pourboire à son potier pour pouvoir sortir à l'air. Le cordonnier, dont le sort est bien misérable, porte perpétuellement ses cuves à tanner. Il n'en mène pas plus large que celui qui vit parmi les cadavres. Tout ce qu'il mange a un goût de cuir.¹³ (Obenga, 1984: 487)

Ensuite, l'autre source de la hiérarchie est raciale. L'idéologie d'une race pure qui ne doit pas se mêler aux autres a alimenté un fort sentiment de supériorité dans le système des castes. Ceux qui détiennent la force considèrent toujours les autres issus d'une naissance inférieure, frappés d'une malédiction ou condamnés à une servitude. Cette considération raciale, qui justifie la hiérarchie des castes, explique l'endogamie. A. B.

¹² Les intellectuels étaient parmi ces privilégiés même si Hérodote ne les a pas mentionnés avec leurs avantages. Les scribes étaient les premiers collaborateurs des pharaons ; ils bénéficiaient d'une délégation de pouvoir et de nombreuses largesses royales.

¹³ Ce long passage, qui date de la XII^{ème} dynastie égyptienne, est un exposé d'un père, Khéti, qui cherche à montrer son fils Pépi, qu'il amène à son premier jour de classe, le mépris qu'ont les Egyptiens pour les métiers manuels et à ressortir l'importance des études qui apparaissent comme l'unique source d'épanouissement physique et social. Hérodote a également souligné ce mépris des professions manuelles dans *Histoires II*, 164-166.

Diop le souligne bien en ces termes: "L'endogamie est la conséquence logique directe de l'idéologie de castes, dont nous avons noté le caractère biologique, faisant de celles-ci comme des races différentes hiérarchisées." (Diop, 1981: 65)

Enfin, la hiérarchisation des castes a entraîné le mépris des métiers et des hommes. Les castes supérieures jugent les professions manuelles, excepté l'agriculture, indignes d'un homme libre et évitent ceux qui les pratiquent, les considérant comme des parias. Les membres des castes inférieures se marient entre eux et leur accès à certains endroits est limité. Ils sont accusés de tous les maux et écartés de la gestion du pouvoir.

Conclusion

Les castes résultent d'une division de la société en différentes classes ou catégories sociales. Elles ont eu d'abord un fondement socio- politique qui leur a permis de se maintenir et de s'adapter aux exigences du temps. C'est dans le souci de les pérenniser que les hommes vont ensuite leur donner des fondements religieux et juridique. La religion, surtout, va consolider les castes en ajoutant à leur caractère héréditaire l'endogamie et la hiérarchie. L'importance de ces deux derniers facteurs dans le système des castes fait souvent croire aux chercheurs qu'elles ont une origine religieuse. S'y ajoute que les rapports entre les castes sont dictés par des considérations religieuses. Le mépris et la restriction des contacts entre gens de castes différentes sont alimentés par des idéologies raciales que justifie la religion. Ceci est encore observable dans plusieurs sociétés africaines où subsistent les castes.

Cependant, il est important de noter, aujourd'hui, que le système des castes a tendance à disparaître. L'économie monétaire a supprimé la dépendance entre les castes. Dans beaucoup de sociétés, le pouvoir financier, et même parfois politique, est détenu par des gens de castes dites jadis inférieures. Les idéologies d'égalité de naissance et de droit prônées par le Christianisme, l'Islam, et défendues par nos juridictions modernes, combattent toute velléité de maintenir les castes vues comme une aberration, une aliénation. Ainsi un retour aux sources anciennes est nécessaire pour comprendre cet héritage qui vitote parmi nous.

Auteurs anciens

DIODORE DE SICILE. *Bibliothèque historique II*, texte établi et traduit par B. Bommelaer, Paris, Les Belles Lettres, 1989.

DIODORE DE SICILE. *Bibliothèque historique III*, texte établi et traduit par B. Bommelaer, Paris, Les Belles Lettres, 1989.

HÉRODOTE. *Histoires II*, texte établi et traduit par Ph. E. Legrand, Paris, Les Belles Lettres, 1989.

Auteurs modernes

DIOP, Abdoulaye Bara. *La société wolof, tradition et changement, les systèmes d'inégalité et de domination*, éditions Karthala, 19

DIOP, Babacar dit Buuba. *Propos d'un Africain sur l'Antiquité*, Dakar, Presses Universitaires de Dakar, 2014.

DIOP, Cheikh Anta. *L'Afrique noire précoloniale*, Paris, Présence Africaine, 1960.

DIOP, Majhemout. *Histoire des classes sociales dans l'Afrique de l'ouest, tome I : Le Mali*, Paris, éditions l'Harmattan, 1985.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus, Essai sur le système des castes*, Paris, Gallimard, 1966

HOLDER, Gilles. Tal Tamari, *Les castes de l'Afrique occidentale. Artisans et musiciens endogames*. In : « L'Homme », tome 39 n°152, 1999.

OBENGA, Théophile. *La philosophie africaine de la période pharaonique 2780-330 avant notre ère*, Paris, L'Harmattan, 1990.

RAFFENEL, Anne. *Voyage dans l'Afrique occidentale en 1843 et 1844*, Paris, Bestrade, 1846.

ESTUDO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA MÁXIMA HIPOCRÁTICA, ORIGINALMENTE ELABORADA EM GREGO NO TRATADO *EPIDEMIAS*, DE HIPÓCRATES. I. 5, À MÁXIMA LATINA QUE, NA TRADIÇÃO, FOI ATESTADA POR LACTÂNCIO EM SEU *EPÍTOME DES INSTITUIÇÕES DIVINAS*, CAPÍTULO 60

Mayoro Dia¹

Resumo

No presente artigo, a proposta consiste em estudar os escritos que provavelmente influenciaram Lactâncio na inversão por ele empreendida da máxima hipocrática relacionada a ele. Sustentamos que Lactâncio se situa, possivelmente, na tradição das “duas vias” (*duae viae*), que aparenta influenciar bastante os seus escritos, sobretudo as obras *As Instituições divinas* e o *Epítome das Instituições*. Almejamos conhecer as fontes de inspiração de Lactâncio. Entretanto, diante disso, há dois problemas maiores que, neste artigo, gostaríamos de resolver. Buscamos, antes de tudo, saber em que momento a máxima hipocrática em grego evoluiu para a inversão dos termos na versão latina. Procuramos saber, em seguida, as possíveis influências da religião cristã na inversão que consta nos textos de Lactâncio, autor responsável por transmitir, aos seus sucessores, a fórmula hipocrática em latim. Em suma, trata-se de saber como e sob as influências de quais autores latinos Lactâncio recebeu a fórmula hipocrática utilizada no serviço da ética médica para ser usada na educação moral judaico-cristã.

Palavras-chave

Antiguidade; cristianismo; Deus ; doutrina; dualismo; educação; ética; evolução; judaico-cristianismo; hipocrático; influência; inversão; máxima; medicina; moral; dano ; paixão ; pecado ; filosofia; religião; juramento; tema; termo; útil; versão; via.

¹ Professor Assistente – Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar, Dakar, Senegal.

E-mail: mayoro.dia@ucad.edu.sn

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10125

Abstract

In this article, it's a question of studying the writings that probably influenced Lactantius to the point that it reverses the terms of the Hippocratic formula that it relates. We argue that Lactantius is probably in the tradition of "two ways" (*duae viae*) that seems to have a lot of influences on his writings, especially in his two books entitled the *Divine Institutions* and the *Epitome of the Divine Institutes*. We want to know the Lactantius' sources of inspiration. But this poses two major problems that we would like to solve in this article. First, we seek to know when the Hippocratic maxim in Greek evolved with the inversion of terms in the Latin version. Then, we seek to know the possible influences of the Christian religion on the inversion of these terms in the Lactantius' texts, who transmitted the hippocratic formula in Latin among the authors who came after him. In short, it's question of how and under whose influences the Latin writer, Lactantius, has received the Hippocratic formula used in the service of medical ethics to use in the teaching of Judeo-Christian morality.

Keywords

Antiquity; Christianity; God; doctrine; dualism; teaching; ethics; evolution; judo-christian; Hippocratic; influence; inversion; maxim; doctor; medicine; moral; harm; passion; sin; philosophy; religion; oath; theme; term; useful; version; way.

Introdução

Ao ler o artigo de Jacques Jouanna ("*O juramento hipocrático: o seu significado na educação e na ética médica no passado e no presente*"), nos debruçamos sobre um ponto embaraçoso por ele suscitado. Trata-se de duas versões da máxima hipocrática².

Quando empreendemos tais pesquisas³, observamos com frequência a firme afirmação segundo a qual o princípio ou o preceito da ética médica ensinada aos estudantes de medicina, "*Primum non nocere*", vieram dos textos hipocráticos e foram propostos pelo autor grego em seu tratado *Epidemias*. Se retornarmos às fontes, relendo o texto grego de Hipócrates, aprendemos que a referida máxima latina constitui-se enquanto transposição do antigo texto hipocrático. Com efeito, na antiga máxima hipocrática, encontramos esse princípio (*Epidemias* I. 5): "*ἀσκέειν, περὶ τὰ νοσήματα, δύο, ὠφελέειν, ἢ μὴ βλάπτειν*" ("a respeito das doenças, duas coisas a colocar em prática: ser útil ou não prejudicar"). Destacamos aqui que o autor coloca a parte positiva ("ser útil") antes da parte negativa ("não prejudicar"). Mas a nova máxima hipocrática na versão latina é assim proposta: "*Primum est enim non nocere, proximum prodesse*" ("De início, não prejudicar, em seguida, ser útil"). Encontramos essa máxima hipocrática na versão latina de Lactâncio no *Epitome diunarum institutionum* (*Epítome das instituições divinas*), capítulo 60. Observamos aqui que os termos já estão invertidos, pois Lactâncio insere a parte negativa ("não prejudicar") antes da parte positiva ("ser útil"). Isso nos remete tanto ao tema das "*duae viae*" ("duas vias")⁴ quanto ao tema do "dualismo", assuntos abordados nos escritos filosóficos e religiosos. De fato, o tema das "duas vias" existia bem antes da chegada do cristianismo, em lugares, por exemplo, como Jerusalém, Irã, Egito e na Grécia, etc. Mas o que nos interessa, neste artigo, não é fazer um estudo histórico do tema⁵, mas

² Vide J. Jouanna, "*Le serment hippocratique : sa signification dans l'enseignement et l'éthique médicale au passé et au présent*", p. 12 : "Essa máxima hipocrática "ser útil ou não prejudicar" evoluiu na tradição latina. Invertendo os termos "ser útil" e "não prejudicar", temos a máxima "*primum non nocere*", "primeiro não prejudicar". Essa fórmula latina é, atualmente, julgada como de origem incerta; mas ela é assegurada nos escritos de Lactâncio (IVe s. après J.-C.) em seu *Epitome diunarum institutionum* c. 55 : "*primum est enim non nocere, proximum prodesse*". Ainda carece de ser feito um estudo dessa nova máxima hipocrática. Em todo caso, a inversão dos termos implica em uma nova formulação, aparentemente tênue, mas profunda de fato perante a atitude do médico. O negativo prevalece perante o positivo, ao invés do esquema próximo ao princípio moderno da precaução."

³ Sobretudo na internet.

⁴ Sobretudo os capítulos 53-62 no *l'Épitomé des Institutions divines* que abordam esse tema.

⁵ Para um estudo histórico desse tema, indicamos a obra : G.-H. Baudry. *La voie de la vie: Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10125

sobretudo verificar em que medida esse objeto está presente na educação moral judaico-cristã⁶ que influenciou Lactâncio, de tal forma que o autor fez referência em latim aos termos da inversão na máxima hipocrática. Assim, formulamos aqui uma hipótese que buscaremos resolver nas páginas seguintes.

Lactâncio situa-se na tradição das “duas vias”, que parece influenciar suas reflexões nas *Instituições divinas* e no *Epítome das Instituições*. Este autor contribuiu fortemente para a transmissão dessa noção para os autores da Idade Média⁷. Nosso trabalho consiste em compreender as razões pelas quais Lactâncio antepõe, na sua versão latina, a premissa negativa da máxima. De fato, estimamos que um paciente necessita mais de coisas positivas (palavras ou atos que o tranquilize) da parte de seus cuidadores do que coisas negativas (um cuidador que diz ao seu paciente que ele não pode tratá-lo, por se achar incapaz ou incompetente). Ou então, mesmo se as duas versões são diferentes no que se refere à forma, com a inversão dos termos, seus sentidos não diferem bastante. Supomos que a versão latina de Lactâncio prolonga suas raízes na educação moral judaica-cristã com o dualismo, sob a forma específica de “duas vias”. É isso que buscamos

étude sur la catéchèse des Pères de l'Eglise, Éditeur: Paris : Beauchesne, Collection : Theologie historique, 110, 1999.

⁶ Sobre o sentido e o uso do tema “duas vias” e o dualismo na educação moral de Lactâncio, ver M. Perrin, “*Quelques observations sur la conception de la mort et de l'eschatologie chez Lactance (250-325 après J.-C)*”, 1987, p. 20-21: “Ainda muito biblicamente, a relação entre o pecado e a morte é notado por Lactâncio com bastante insistência. O pecado e a morte estão ligados, pois o pecado de qualquer maneira faz parte do homem: “a condição mortal (ou seja, humana: jogo de palavra sobre o *mortalis* e o valor poético antigo: metonímia contumaz do humano) não permite que o homem seja de um todo puro. Daí o desenvolvimento do tema das duas vias: uma próxima ao céu, a outra, a do pecado, que conduz ao inferno, à morte eterna”. Em uma perspectiva mais ascética, Lactâncio condena, contra um certo hedonismo antigo (notadamente contra o epicurismo, tal qual concebido depois da tradição vulgar) a busca do prazer. Aqueles que buscam o prazer do corpo buscam a morte, pois a morte se encontra no prazer, como a vida é achada na virtude. Qualquer um que quiser usufruir de bens temporais e terrestres será privado de bens eternos e celestes.

Aqui, novamente, o papel do diabo é apontado: o diabo seduz a alma com o seu charme de veneno mortal. Devemos, portanto, evitar as suas investidas como se fossem redes e armadilhas, para que não sujeitem o ser humano ao império da morte. O *De ira* é ainda mais claro: os prazeres ruins levam a morte. Se o espírito humano é pego em suas redes, está condenado à morte eterna. Aquilo que tem sido chamado de dualismo de Lactâncio encontra expressão aqui: o corpo, uma criatura de Deus, tornou-se um “corpo de morte”. {Romanos, 7, 24}. No composto humano, a alma está ligada à luz e à vida, tanto que o corpo se encontra na esfera das trevas e da morte”.

⁷ Cf. G.-H. Baudry. *La voie de la vie: étude sur la catéchèse des Pères de l'Eglise*, 1999, p. 102-103.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10125

provar.

Na primeira parte do trabalho, faremos o estudo histórico da evolução da versão grega à versão latina com a inversão de termos interpretando-as para, em seguida, mostrar como é possível relacionar a vida e a obra de Lactâncio com a máxima invertida pelo autor. Na segunda parte, mostramos as influências possíveis da educação moral judaica-cristã das “duas vias” sobre a inversão de termos realizada por Lactâncio.

I. O estudo histórico da evolução da fórmula hipocrática

I. 1. A Evolução da fórmula hipocrática em grego à versão latina com a interpretação de cada versão.

Sabemos que o texto do juramento hipocrático sofreu muitas transformações, revisões, adaptações... Tudo isso deu origem a numerosas versões distintas. A esse respeito, podemos nos referir às observações de Marc Zaffran:

Finalmente, vale lembrar que o valor “exemplar” de um texto da Antiguidade é sempre questionável. Nem sempre as versões mais antigas existentes são as originais, mas sim cópias de transcrição, cujos meios de coleta e difusão relativamente recentes contribuíram para a transmissão desses textos que foram igualmente transformados oralmente através dos séculos. O “Juramento de Hipócrates” chegou até nós porque algumas dessas cópias foram preservadas. Mas aqueles que temos são, provavelmente, novas versões retrabalhadas, reescritas e até mesmo reinventadas: encontra-se os próprios termos do juramento em manuscritos cristãos da Idade Média, em que o Cristo toma o lugar dos deuses gregos. Sabemos que, ao mesmo tempo (e às vezes muito antes), os médicos no antigo Egito, entre hebreus ou na China obedeceram a diferentes preceitos, mas seus textos não foram preservados ou permanecem inacessíveis por falta de tradução. A transmissão deste juramento prova que nem todos os praticantes de seu tempo obedeciam tais preceitos, ela simplesmente indica que este texto foi aprovado e transmitido por forças políticas e religiosas dominantes, o que permitiu que tenha sido preservado e tenha chegado até nós. Se o cristianismo (que monopolizava o saber médico durante muitos séculos) tivesse, em vez do Juramento de Hipócrates, optado por manter, por exemplo, a oração atribuída a Maimônides - um médico judeu que viveu e trabalhou em Córdoba e Cairo Século XII da nossa era - seria a este que recorreríamos hoje. Diante disso, é possível afirmar que há um valor universal? (Zaffran, 2014: 94-95)

O texto de Marc Zaffran resume bem claramente o percurso do *Juramento hipocrático*. Mas ao que interessa o nosso trabalho, importante destacar a observação de Zaffran sobre as influências cristãs nas alterações do juramento.

Após as observações bastante pertinentes de Marc Zaffran, apresentamos os fragmentos de textos de quatro autores, dois dos quais escreveram em grego (Hippocrate de Cos e Galeno de Pérgamo). Entre esses quatro, somente Lactâncio inverte os termos da máxima hipocrática ao se referir a coisas prejudiciais antes de coisas úteis. Seguiremos a ordem cronológica na apresentação das partes concernentes aos termos de estudo:

-Hipócrates de Cos (nascido por volta de 460 a.C. na ilha de Cos e falecido em 377 a.C., em Larissa)

Juramento:

Usarei a dieta em benefício dos enfermos, de acordo com meu poder e meu julgamento; mas se é por sua perda ou por uma injustiça em relação a eles, eu juro obstruí-la. (...) Em todas as casas onde devo entrar, vou penetrar na utilidade dos enfermos, afastando-me de qualquer injustiça voluntária, de qualquer ato corrupto em geral e, em particular, de relações românticas com mulheres ou homens. homens, livres ou escravos (Jouanna, 1992: 523).

Épidemies I.5: “Em termos de doenças, ter duas coisas em vista: ser útil ou pelo menos não prejudicar⁸.

-O médico romano Scribonius Largus (cerca de 1 - cerca de 50, na Sicília, no Império Romano)

Inspirado pelo Juramento de Hipócrates, estabelece as bases de uma ética da prescrição médica no prefácio de seu compêndio de medicamentos, *Composições Médicas*. Assim, em um contexto particularmente latino, transpõe o Juramento de Hipócrates para a língua latina. No extrato da epístola para Callistus, assim define a medicina (composições médicas 5): “Scientia enim sanandi, non nocendi est medicina.” A medicina é a ciência que consiste em curar e não ferir.”⁹

- Galeno (nascido em Pérgamo, na Ásia menor, em torno de 129, e morreu em torno de 216), chegou a comentar as *Epidemias*, de Hipócrates.

Comentário a *Epidemias* I.7:

[...] o médico tem como objetivo a sua melhor utilidade aos pacientes, não podendo fazê-lo, não prejudicá-los. [...] em que medida sou útil para alcançar meu objetivo,

⁸ Tradução de Jction de J. Jouanna, *Hippocrate*, 1995, p. 59-60. Sobre esta citação, cf Hipócrates, *Épidémies* I, 5, II, p. 634, 8 – 636, 1 Littré (= I p. 190, 2 sq. Kueh lewein) : “Nas doenças, ter duas escolhas em vista, ser útil ou danoso”

⁹ *Compositions médicales* 5, traduction tirée de Scribonius Largus. *Compositions médicales*. Texte établi, traduit et commenté par Joëlle Jouanna-Bouchet. Belles lettres. CUF. Paris, 2016.

mas também o quanto eu lhe machucaria por não alcançá-lo. Nunca fiz nada sem primeiro ter esse cuidado, caso não atinja o objetivo, para não causar danos ao paciente. Pelo contrário, alguns médicos, à maneira daqueles que brincam com o acaso, em caso de falha, causam grande dano aos doentes. (Jouanna, 1997: 215)

- Lactâncio (nascido em torno de 250 da Era Cristã, na África do Norte, e falecido em torno de 325).

Epítome das instituições divinas, capítulo 60 (Lactâncio, *Epítome das Instituições Divinas*: “Primum est enim non nocere, proximum prodesse.” (“Antes de tudo, não prejudicar, então, ser útil.”¹⁰))

A parte útil, na fórmula hipocrática, é destinada aos profissionais da medicina que realizam honestamente o seu trabalho, convidando-os a continuar a proceder honestamente. No entanto, ela é igualmente endereçada aos maus profissionais, que são convidados a seguirem o exemplo dos bons médicos. A parte prejudicial se endereça aos médicos desonestos (adivinhos ou charlatões, feiticeiros, mágicos...) com o intuito de denunciá-los e desencorajá-los. Mas essa parte prejudicial convida os médicos profissionais a não buscarem desenfreadamente os ganhos materiais em detrimento de sua ética profissional. É por isso que os médicos desonestos exerceriam a “*fraudulissima artium*” (“a mais enganosa de todas as artes”¹¹), ou seja, a arte da terapia qualificada. É como se somente o médico que respeitasse a ética médica e fosse possuidor de conhecimentos teóricos e práticos, deveria praticar o *métier* da arte médica.

Quanto à máxima latina de Lactantius, a parte prejudicial é dirigida a pessoas cujos vícios e más paixões devem ser combatidos, ao passo que a parte útil, destacada pelo autor, traz lições que se baseiam na moralidade judaica-cristã. Em outras palavras, devemos primeiro combater os vícios e as paixões más das pessoas desonestas para depois usar a parte útil, convidando os honestos a continuar neste estado e as pessoas desonestas a seguirem o exemplo das primeiras.

Lactâncio trata dos deveres da justiça e sobre o divino no capítulo 60 de sua obra *Epítome das instituições divinas*, em que ele faz o resumo do capítulo 3 do livro VI das *Instituições divinas*. É nesse contexto que explana sobre a máxima hipocrática para sustentar os seus argumentos. Ele explica que há

¹⁰ M. Perrin, *Lactance. Épitomé des institutions divines*, introduction, texte critique, traduction, notes et index par M. Perrin, Sources Chrétiennes, Paris, 1987.

¹¹ A esse respeito, cf. Pierre M. H. Diouf, *Compte-rendu des journées d'études sur " La médecine rationnelle et les autres médecines parallèles: le choix des patients "*, publicação online (<http://iatria.hypotheses.org/103>), 2013.

duas etapas da justiça e que a primeira etapa se encontra na inocência. Repete a máxima hipocrática em latim: “Antes de tudo, não prejudicar, então, ser útil.” Dito de outro modo, a primeira etapa da justiça é não ferir as pessoas, ou seja, não causar danos; a segunda etapa consiste em ser útil. Logo depois desta fórmula hipocrática, neste mesmo capítulo, Lactânio fornece explicações muito interessantes para a compreensão dessa máxima. Ele mostra, de fato, que devemos seguir esse método, saber limpar os campos antes de iniciar a semeadura, a fim de esperar e obter boas colheitas. Comparativamente, devemos extrair os vícios de nossa alma antes de investi-la de virtude. E é desta maneira que os frutos da imortalidade engendrados pela palavra de Deus podem nascer.

Percebemos que nos Juramentos de Estrasburgo (*Sacramenta Argentariæ*)¹² os termos não são invertidos. Efetivamente, o autor do texto começa com a parte positiva e termina com a parte negativa.

Em sua versão grega, interpretamos a máxima hipocrática como se fosse um convite à prudência. É claro que a lógica do médico é, de fato, “prestar serviço” (ὠφελεῖν), e que a alternativa “ou não prejudicar” (ἢ μὴ βλάπτειν) é interpretada como a segunda melhor: pior, o médico não deve prejudicar imprudentemente, ferozmente, negligentemente, etc.

Reconhecemos que não conhecíamos a versão latina de Lactânio, que parece ser bem diferente, em sua forma, da versão grega. Mas podemos interpretar a inversão dos termos como um convite ao médico para que tenha, acima de tudo, para não prejudicar, certa espiritualidade e determinada ética no exercício da arte médica, para, enfim, ser útil ao paciente; a exemplo de uma ordem de cautela dirigida ao médico, um aviso. Tudo isso sugere a possibilidade de um malefício, que aparece em sua forma adaptada e remete à segunda e à terceira frases do juramento expressas na mesma ordem da máxima, muito embora explicita o mal propriamente dito:

Aplicarei a dieta para o benefício do paciente, de acordo com meu poder e meu julgamento; mas se é por sua perda ou por uma injustiça relacionada a ele, o mais certo a fazer é obstruí-la. Não darei a ninguém um medicamento com risco de vida se for sugerido, nem tomarei tal iniciativa (Jouanna, 1992: 523).

Empreendemos pesquisa sobre pontos de vista desde a Antiguidade até os tempos modernos para coletar informações o quanto possível, em concordância ou discordância a referida observação. Como a versão latina completa desta frase é encontrada em Lactânio, pesquisamos este autor

¹²A. Gasté. *Serments de Strasbourg (Sacramenta Argentariæ)*. https://www.lexilogos.com/serments_strasbourg.htm
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10125

para descobrir os textos que podem tê-lo influenciado na medida em que o mesmo relata a máxima em latim com termos invertidos. De acordo com Willy Rordorf¹³, Lactâncio é um autor apostólico que possivelmente foi influenciado pela teoria das “duae viae” (“dois caminhos”) encontrada no trabalho litúrgico: a *Didaché* ou a *Doctrina Apostolorum*¹⁴. Essa expressão latina “duae viae” (“dois caminhos”), que é de origem religiosa, frequentemente é encontrada nos livros de Lactâncio, as *Instituições Divinas* e o *Epítome das instituições divinas*.

I.2 A importância da vida e da obra de Lactâncio na versão latina

Falamos aqui um pouco da vida e obra de Lactâncio para mostrar em que medida são elas importantes para explicar a inversão de termos na versão latina.

Lucius Caecilius Firmianus também é referido como Lactâncio, nome advindo do latim *Lactantius*. Foi um retórico de origem berbere que nasceu em torno de 250 d.C., em *Civitas Pophthensis*, atual Souk Ahras, na Argélia. Esta cidade se situava na África romana ou na África proconsular. Lactâncio morreu por volta de 325/326. Foi igualmente um teólogo e um autor cristão latino. Era pagão antes de se converter ao cristianismo. Como seu mestre, Arnóbio de Sicca (da África proconsular), ensinou retórica a pedido do imperador romano Diocleciano, na capital Nicomédia, na Bitínia, por volta de 297/298, e se tornou um apologista cristão. Foi assim que se fez a sua conversão ao cristianismo. Posteriormente foi chamado à corte do imperador romano Constantino I para ensinar literatura latina a Crispus, primogênito do Imperador, em Trier, por volta de 316 ou 317. Lactâncio tem uma coisa em comum com Constantino I, porque ambos possuíam a mesma visão teológico-política do mundo e da história centrada nos temas da providência e da cólera de Deus.

As primeiras obras de Lactâncio, que tratam de gramática, filosofia, geografia (uma rota da África para Nicomédia), foram extraviadas, exceto um pequeno poema sobre a lenda da Fênix: *Carmen de aue phoenice* (Canção

¹³ Cf. Willy Rordorf. *Liturgie, foi et vie des premiers chrétiens: études patristiques*, Théologie historique n° 75, Nouvelle édition revue et corrigée, Editions Beauchesne, Paris, IX Un chapitre d'éthique judéo-chrétienne: les Deux Voies, 1986, p. 169 sqq. https://www.editions-beauchesne.com/product_info.php?cPath=60_61&products_id=290

¹⁴ Vide H. Hemmer, G. Oger et A. Laurent. *Les pères apostoliques I-II : Doctrines des apôtres. Épître de Barnabé*, 1907

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10125

sobre pássaro fênix).

Eis as suas importantes obras preservadas da apologética cristã (dedicada a Deus e à religião cristã) e suas datas aproximadas:

- *De opificio Dei* (*Da obra de Deus, ou Da formação do homem, ou A obra do Deus criador*) 303 env.-304?;
- *Diuinae institutiones* (*Instituições divinas*) que é uma obra composta de 7 livros aproximadamente 321 ? ou entre 304 et 313;
- *De ira Dei ad donatum* (*A cólera de Deus*) entre 311 et 324;
- *De mortibus persecutorum* (*Da morte dos perseguidores da Igreja*) (*Sobre a morte dos perseguidores*) aproximadamente 318-321;
- *Epitome diuinarum institutionum* (*Epítome das instituições divinas*) próximo a 335.

II. As influências possíveis da educação moral judaico-cristão dos “dois caminhos” de Lactâncio.

Depois de apresentar a vida e a obra de Lactantius, começamos com as observações de Dominique Cerbelaud, que fala das raízes e da forma específica da sua educação moral judaico-cristã relacionada aos “dois caminhos”:

Se o ensino moral sempre foi um elemento importante da tradição cristã, tomou em certas origens de escritos cristãos uma forma específica: a da doutrina dos “dois caminhos”. Esse tipo de exposição parenética, logo deixada em desuso, tem suas raízes no solo bíblico e permanece próxima das concepções judaicas, especialmente do tema “duas inclinações”. É por isso que pareceu interessante, como parte de uma reflexão sobre a moralidade judaico-cristã, aqui encerrada (Cerbelaud, 2001: 103).

Nas instituições divinas, Lactâncio estuda o dualismo entre o mal gerado pelo politeísmo, especialmente o paganismo, e o bem engendrado pelo monoteísmo, notadamente o cristianismo; no *Epítome das instituições divinas*, ele estuda o mesmo dualismo sobre a origem do mal e a correção pela moralidade do cristianismo. Em sua obra, *Instituições divinas* mostra muito claramente a dualidade entre o mal e o bem¹⁵. Lactâncio trata da alegoria dos “dois caminhos” no *Epítome das instituições divinas* que ele já mencionou no livro VI de *Instituições divinas*. Christiane Ingremeau explica

¹⁵ Cf. *Lactance* <http://www.cosmovisions.com/Lactance.htm>
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10125

a evocação desta alegoria por Lactâncio no livro VI de *Instituições Divinas*:

O livro 6, cujo objeto é definir o culto devido a Deus (capítulos 1 e 2), inicia-se com alegoria das duas formas (capítulos 3 e 4), das quais uma nova interpretação é proposta. Os próximos dois capítulos, dedicados às definições da imagem do caminho: Lactâncio lembra que a ciência é inútil sem a vontade e a força para caminhar, mas, inversamente, a virtude é vã, se não sabemos para onde estamos indo. Nos capítulos 7 e 8, explicitamente retorna ao tema dos dois caminhos, ansioso para levar seu leitor a perceber que, no modo de vida (como para a navegação no mar), é necessário um guia celestial, se o queremos manter o caminho certo (Ingremeau, 2003: 47).

Ao se debruçar sobre as *Instituições divinas*, descobrimos que a composição deste trabalho mostra, por um lado, duas partes opostas, como o esquema inspirado pelos “dois caminhos” ou pela estrutura do dualismo. Os três primeiros livros abordam o que o autor denomina como a falsa religião, que é a religião pagã, bem como a origem do erro e a falsa sabedoria. Por outro lado, os últimos quatro livros tratam da verdadeira sabedoria, da verdadeira justiça, da verdadeira adoração e da vida feliz trazida por Jesus Cristo. Pierre Monat assim resumiu a composição deste trabalho:

Se a composição, em detalhe, é sutilmente organizada, não podemos compreender tal delicadeza antes de dar uma olhada em todo o trabalho. Os sete livros que o constituem são respectivamente: *Falsa Religião*, *A Origem do Erro*, *Falsa Filosofia*, *Verdadeira Sabedoria* e *Verdadeira Religião*, *Justiça*, *Verdadeira Adoração* e finalmente, *Felicidade*. No total, à primeira vista, três livros de refutação e quatro apresentações (Monat, 1993: 49).

Uma forma de fatalismo marca profundamente a concepção de história de Lactâncio. De fato, para ele, o mundo está totalmente sob o domínio da Divina Providência, enquanto tudo que acontece, bom ou ruim, concorre para o cumprimento da justiça divina. Talvez seja isso que o conduz a um dualismo que aparece nas *Instituições divinas* e no *Epítome das instituições divinas*. Mas ele, por vezes, se afasta deste. É por isso que um texto atribuído aos papas Damase I (366-384), Gelásio I (492-496) e Hormisdas (514-523) o repreende, pois, no final do século V, o dualismo entre um Deus bom e um Deus colérico inseriu o seu trabalho entre aqueles que não deveriam ser lidos¹⁶. Sobre esta reprovação e suas consequências negativas, podemos citar Pierre Monat, que observou:

Este escritor do século de Constantino foi estimado pelo poder de seu tempo, e até reconhecido como uma autoridade por Santo Agostinho, São Jerônimo e muitos outros; mas, mais tarde, o Papa Gelásio recusou-se a inscrevê-lo entre os Padres da Igreja. Por outro lado, ele foi talvez o autor mais copiado e mais editado no

¹⁶ *Decretum Gelasianum* (*Décret de Gélase*) ou *Lettre décrétable sur les livres à recevoir et à ne pas recevoir*. (Début VI^e siècle)http://www.tertullian.org/decretum_fr.htm

Renascimento e nos primórdios da impressão. Os humanistas da época encontraram prazer e razão em ler as obras daquele que, depois de Pico della Mirandola, chamavam de o *Cícero cristão*¹⁷. Desprezado mais tarde pelos críticos acadêmicos, assim como por especialistas na história do pensamento cristão, severamente ridicularizado por Voltaire, Lactâncio veio a ocupar, nos últimos trinta anos, o justo lugar na história das cartas cristãs: muitas obras foram dedicadas a ele, tanto no exterior como na França, onde a publicação de suas obras e sua tradução estão agora bem avançadas (Monat, 1993: 47).

Apesar desta censura contra Lactâncio, vemos, através do estudo comparativo sobre suas obras, que seu objetivo foi o de mostrar a superioridade do cristianismo sobre o paganismo, e que a filosofia e a religião pagãs cometeram, segundo ele, um erro funesto ao distanciar a verdadeira sabedoria do sentimento religioso. É óbvio que Lactâncio começou falando sobre o mal antes de falar acerca do bem. De acordo com o autor, os defeitos são causados pelo politeísmo e devem ser combatidos vigorosamente e substituídos pelas virtudes, cuja criação advém do monoteísmo, especialmente com o Evangelho que deu ênfase à adoração de um Deus único criador.

No entanto, nosso objetivo não é estudar o termo “*duae viae*” como tal, a exemplo da sua origem e a sua mudança ao longo do tempo, pois há muitos estudos dedicados a isso¹⁸. O nosso objetivo também não é o de fazer estudos religiosos. Sendo pouco competentes ou limitados neste campo, não iremos nos aventurar nesses estudos. Porém, nos propomos a tratar a questão do *Juramento de Hipócrates* fora do caminho comum e se concentrar no estudo de uma possível relação próxima entre a versão latina de Lactâncio e a expressão “*duae viae*” da *Didachè* ou da *Doctrina apostolorum*. Para fazê-lo, empreendemos um estudo comparativo dos textos. Analisamos a expressão “*duae viae*” para encontrar seus significados e possíveis influências na versão latina de Lactâncio. O *Didachè* se inicia com a educação moral de tendência judaico-cristã dos “dois caminhos” (capítulos I-VI). Em resumo, Lactâncio e o autor de *Didache* ou *Doctrina apostolorum*¹⁹ seguem o mesmo padrão nos pontos 1 e 3, mas eles parecem diferir ligeiramente no ponto 3. Eles falam de “dois caminhos ou vias²⁰”

¹⁷Conhecido como o *Cícero cristão* em razão da elegância de sua prosa latina. ", vide *A la découverte des Pères de l'Eglise... Petite chronologie des pères*. <http://peresdeleglise.free.fr/chronologie.htm>

¹⁸ Há muitos estudos consagrados a esta expressão. Não citamos aqui todos os trabalhos, mas remetemos as leituras a Willy Rordorf, *op. cit.*, IX. Un chapitre d'éthique judéo-chrétienne : Les deux voies, p. 155-174 e as notas de rodapé. Ele fornece uma lista de autores.

¹⁹Cf. *Doctrina apostolorum*, chapitres 3-6 ; *Institutions divines*, livre VI, chapitres 3-4 et 22 ; *Épitomé des institutions divines*, chapitres 53-62.

²⁰ Nou início do capítulo 1 da *Didachè*, o autor diz: « Ὅδοι δύο εἰσὶ » (“Há dois caminhos”, *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10125

usando este esquema. Binário:

1 – o início do caminho da vida, em seguida o caminho da morte;

2 – o início do amor de Deus, em seguida, o amor ao próximo;

3 – lutar contra os vícios e as más paixões que levam as pessoas a cometer pecados.

3- a. o autor do *Didachè* ou *Doctrina Apostolorum* primeiro recorda os muitos pecados condenados, então ele mostra as más paixões que estão na origem desses pecados. Percebemos que ele usa muitos termos negativos (advérbios negativos, expressões negativas, advertências ...) para combater os vícios e as más paixões na origem dos pecados antes de pregar as boas qualidades ou as virtudes a seguir.

3-b. De acordo com Lactâncio, primeiro é preciso destruir os vícios e as más paixões da pessoa, depois plantar ou colocar nela virtudes para torná-la melhor do que antes. Ele contrasta os dois esquemas binários seguintes no *Capítulo IV* do *Livro VI* das *Instituições Divinas*: ou começam com bens temporais para terminarem com males eternos, ou começam com males temporais e terminam com bens eternos. Segundo ele, o último esquema é melhor do que o primeiro.

Willy Rordorf observou diferenças entre esses dois autores que, deste modo, explica o esquema ou estrutura do ponto 3:

É verdade que Did./Doc. exatamente o oposto de Lactâncio: eles primeiro lembram os pecados condenados pelo Decálogo para mostrar quais paixões levam os homens a cometer esses pecados (Rordorf, 1986: 169).

As diferenças entre o autor da *Didaché* ou *Doctrina Apostolorum* e Lactâncio não são muito grandes: eles aparentam concordar em segundo plano, mesmo que não sigam o mesmo padrão binário. É por isso que retemos três significados dessa expressão “duas maneiras”. De acordo com esses dois autores, o ponto 3 serve para preparar a pessoa para receber boas qualidades (virtudes), após, em um primeiro momento, destruir as más paixões e os vícios. Este é o ponto 3 que nos parece ter influenciado a máxima hipocrática que, por esse mesmo fato, evoluiu ao longo do tempo enquanto consequência do esquema binário presente em Lactâncio: a

caminhos ou vias”). No início do capítulo 3 do livro VI, intitulado *Du vrai culte* na obra *Institutions divines*, Lactâncio diz: “Duae sunt viae” (“Há dois caminhos, duas vias”).

inversão dos termos.

Essa é apenas uma suposição que temos feito com base nos escritos de Lactâncio (*Instituições divinas, Epítome das instituições divinas*), o livro (*Didaquê* ou *Doctrina Apostolorum*) e o trabalho de Willy Rordorf (*Liturgia, fé e vida dos primeiros cristãos: estudos patrísticos*). Nossa suposição é possível, mas não garantimos que seja verdade. É uma reflexão a ser aprofundada. De fato, notamos possíveis influências da doutrina da “duas viae” no *Epítomo das instituições divinas* em que encontramos a máxima hipocrática relatada na versão latina por Lactâncio. Em suma, a doutrina das “duas vias” é usada principalmente na educação moral, primeiro secular - especialmente na filosofia grega antiga - e depois na educação religiosa - especialmente na moralidade judaica-cristã.

No entanto, notamos em nossa pesquisa que Lactâncio parece estar confundindo o dualismo com a doutrina das “duas vias”. De fato, ele, por vezes, usa essa doutrina e vez outra, também usa o dualismo, enquanto essas duas expressões são diferentes. A doutrina confere uma alternativa e convida a pessoa a usar seu livre arbítrio para escolher entre as “duas vias” bem explicados com suas conseqüências positivas para um dos caminhos e negativas para o outro. O dualismo é como a predestinação da pessoa possuidora de duas almas ou dois espíritos bom ou mal: tudo já está programado por Deus. Gerard-Henry Baudry chama a nossa atenção para essa confusão no autor e aponta:

Lactâncio estava menos inclinado a fazer a distinção que ele próprio verte no dualismo. Conforme bem demonstrado por Michel Perrin, em seu estudo sobre a antropologia do nosso autor, o homem de acordo com Lactâncio é um “ser antitético”, no qual o corpo se opõe à alma, sendo o primeiro o poder da morte e esta última o poder da vida, a exemplo das trevas que se opõem à luz. Basicamente o conflito é quase ontológico, a alma de Deus (*ex Deo*) e o corpo do diabo (*ex terra et diabolo*). Perrin vê isso como uma “analogia pedagógica”. A explicação parece ser mais simples: Lactâncio retoma uma antiga tradição filosófica, formulada por Platão e retomada por Filon, segundo a qual o demiurgo usava poderes secundários para moldar o homem, reservando sua alma precisamente à parte divina. Esses “poderes” (*dunamis*) corresponderiam a “espíritos” ou “anjos”. Lactâncio endurece a oposição chamando este poder de “diabo”. Lembre-se, no entanto, que “o Diabo não é para ele o princípio do mal, mas uma criatura de Deus, o monoteísmo sendo assim preservado e o dualismo ontológico descartado” (assim como em Filon). Como na maioria das tradições das *duas formas*, Lactâncio está no nível de um dualismo ético com um objetivo igualmente ético. Este processo serve para ilustrar o tema tradicional da luta para adquirir a virtude e, finalmente, a vida eterna (Baudry, 1999 : 102-103).

Como acabamos de ver, Lactâncio é um seguidor da religião cristã e foi influenciado por Arnóbio, que é um apologista cristão. Sua vida e obra

justificam plenamente nossas hipóteses sobre possíveis influências da expressão “*duae viae*” na máxima hipocrática em versão latina, presente em seus pensamentos e que buscamos em livros filosóficos e religiosos. Essas possíveis influências em Lactâncio vêm da teoria do “*duae viae*” que o autor às vezes confunde com o dualismo.

Considerações finais

Ao término de nosso estudo, devemos admitir, por humildade intelectual, que não resolvemos nossa hipótese inicial, porque as fontes que temos à disposição nos dizem muito pouco sobre as possíveis influências da moralidade judaico-cristã na máxima latina de Lactâncio. No entanto, humildemente acreditamos que abrimos a porta para pesquisas nessa direção, porque podemos observar que as virtudes são o ponto comum entre, por um lado, a versão hipocrática em grego e a versão latina em Lactâncio (ética médica), e, por outro lado, a moralidade judaico-cristã. Em outras palavras, por um viés, há a ética médica do juramento de Hipócrates, em grego, sob influência dos deuses (politeísmo); por outro, há a versão de Lactâncio sob a influência da educação moral judaica-cristão tendo um único Deus criativo por meio de “dois caminhos” ou dualismo. Como escritor apostólico, Lactâncio transpôs para seus escritos apologéticos a doutrina dos “dois caminhos” e, a partir daí, inverteu os termos da máxima hipocrática. Esta é a primeira parte da frase em sua versão em latim que contém o dogma abstencionista que é ensinado aos estudantes de medicina e farmácia: “*Primum non nocere*”²¹ (“Primeiro de tudo, não fazer o mal”, “Em primeiro lugar, não fazer o mal”).

Em nossa opinião, depois de fazer algumas pesquisas, pensamos que Lactâncio, de certa maneira, retomou o conceito das “duas vias” dos “pais apologistas” que escreveram sobre a moralidade judaico-cristã. Portanto, podemos argumentar que este último parecia exercer considerável influência sobre ele. De fato, Lactâncio compartilha com esses escritores a idéia de que uma pessoa é feita de alma e corpo, e que é necessário lutar contra as suas paixões e vícios antes de plantar em sua casa as virtudes. Ele é, portanto, provavelmente influenciado pelo ensino ético judaico-cristão. É por isso que ele inverteu os termos imitando a abordagem da educação moral religiosa, na qual os vícios são combatidos em primeiro lugar antes do advento as virtudes. Seria essa a ordem e sentido da frase em sua versão

²¹Há também a expressão “*Primum nil nocere*”, cf. Rudolph von Leuthold (dir.), *Deutsche militärärztliche Zeitschrift : Vierteljährliche Mitteilungen aus dem Gebiet des Militär-Sanitäts- und Versorgungswesens*, Berlin, Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1879, p. 171.

latina que possui a inversão dos termos que são encontrados nos escritos dos autores que vieram imediatamente ou séculos depois de Lactâncio. Em geral, esses autores relatam a primeira parte da fórmula hipocrática em latim encontrada no autor.

Nos documentos que consultamos, tomamos conhecimento de que a fórmula hipocrática completa em latim existe e que outros autores tomaram a sua primeira parte em duas formas: “Primum non nocere” ou “Primum nil nocere”²². Encontramos a fórmula completa em latim com ambas as partes apenas em Lactâncio. Seria muito interessante saber precisamente se é o autor em pessoa quem, sob a influência da moralidade judaica-cristã, criou esta fórmula hipocrática em latim ou se ele só informou esta fórmula ao constata-la em escritos de outros autores cristãos anteriores a ele e que não sabemos; em outras palavras, não temos documentos que nos indiquem claramente quem é o autor dessa fórmula em latim. Baseado nos escritos de autores cristãos antes de Lactâncio, esta hipótese, de que o autor aprendeu esta fórmula de escritores cristãos precursores, parece muito plausível, à primeira vista, porque pensamos que Lactâncio provavelmente usou a máxima latina que esses autores haviam forjado. Mas não temos nem fontes confiáveis nem competência para tratar este ponto de modo mais preciso do que gostaríamos. Como pensamos que muitos estudos poderiam ser feitos sobre a relação entre a fórmula latina e a moralidade judaica-cristã, terminamos este trabalho com esta questão em aberto esperando que um dia tenhamos uma resposta exata: a versão latina da fórmula em Latim é uma criação de Lactâncio ou do ambiente religioso judaico-cristão antes dele?

Referências bibliográficas

A. GASTÉ. *Serments de Strasbourg (Sacramenta Argentariae)*, traduction du texte roman par Armand Gasté.

https://www.lexilogos.com/serments_strasbourg.htm, [en ligne], consulté le 10 octobre 2018.

CH. INGREMEAU, “ Lactance, *Institutions divines*, livre 1. Introd., texte

²² Por exemplo: R. von Leuthold (dir.), *Deutsche militärärztliche Zeitschrift : Vierteljährliche Mitteilungen aus dem Gebiet des Militär-Sanitäts- und Versorgungswesens*, Berlin, Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1879 ; G. R. Burgio, John D. Lantos, *Primum Non Nocere Today*, Elsevier, 1998.

critique, traduction, notes et 5 index, par Pierre Monat, 1986. (Sources chrétiennes, 326) ", in *Revue des Études Anciennes*. Tome 90, 1988, n°1-2. pp. 229-230, [en ligne], consulté le 8 octobre 2018.

www.persee.fr/doc/rea_00352004_1988_num_90_1_5592_t1_0229_0000_2

—, "Les Institutions Divines de Lactance : une composition architecturale", in *Vita Latina*, N°132, 1993. pp. 33-40, [en ligne], consulté le 8 octobre 2018.

DOI : <https://doi.org/10.3406/vita.1993.1505>

—, " Lactance et la Justice : du livre V au livre VI des *Institutions Divines* ", Autour de Lactance : hommages à Pierre Monat. Besançon : Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité, 2003, p. 43-52. (Collection " ISTA ", 903), [en ligne], consulté le 9 octobre 2018.

www.persee.fr/doc/ista_0000-0000_2003_ant_903_1_2008

—, *Institutions divines* Livre VI, introduction, texte critique, traduction par Christiane Ingremau, Paris, Éd. du Cerf, 2007. (Sources chrétiennes ; 509).

CH. MUNIER, " *Lactance, Epitomé des Institutions divines*. Introduction, texte critique, traduction, notes et index par Michel Perrin, Collection : Sources chrétiennes, n. 335, 1987 ", in *Revue des Sciences Religieuses*, tome 62, fascicule 2-3, 1988. p. 191, [en ligne], consulté le 15 octobre 2018.

www.persee.fr/doc/rscir_00352217_1988_num_62_2_3100_t1_0191_0000_3

D. CERBELAUD, " Le thème des "deux voies" dans les premiers écrits chrétiens ", *Pardès*, 2001/1 (N° 30), p. 103-110.

DOI : 10.3917/parde.030.0103, [en ligne], consulté le 7 octobre 2018.

URL : <https://www.cairn.info/revue-pardes-2001-1-page-103.htm>

GÉLASE. *Decretum Gelasianum* (Décret de Gélase) ou *Lettre décrétale sur les livres à recevoir et à ne pas recevoir*. (Début VIe siècle), [en ligne], consulté le 7 octobre 2018.

http://www.tertullian.org/decretum_fr.htm

G.-H. BAUDRY. *La voie de la vie: étude sur la catéchèse des Pères de l'Eglise*, Éditeur: Paris : Beauchesne, Collection : Théologie historique, 110, 1999.

G. R. BURGIO, JOHN D. LANTOS, *Primum Non Nocere Today*,

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10125

Elsevier, 1998.

H. HEMMER, G. OGER ET A. LAURENT. *Les pères apostoliques I-II : Doctrines des apôtres. Épître de Barnabé*. Texte grec, traduction française, introduction et index par Hippolyte Hemmer, Gabriel Oger et A. Laurent, Éditeur : Hippolyte Hemmer, Paul Lejay, Paris, Librairie Alphonse Picard et Fils, 1907, [en ligne], consulté le 15 octobre 2018.

<http://remacle.org/bloodwolf/peresapostoliques/didache.htm>

J. JOUANNA, " La lecture de l'éthique hippocratique chez Galien ", in Dix exposés suivis de discussions. (Vandoeuvres-Genève, 19-23 août 1996), H. Flashar et J. Jouanna (Ed.) Vandoeuvres-Genève : Fondation Hardt, 1997. VIII + 415 p. (Entretiens sur l'Antiquité classique, 43), p. 211-253.

—, "Le serment hippocratique : sa signification dans l'enseignement et l'éthique médicale au passé et au présent ", [en ligne], consulté le 12 octobre 2018.

http://www.panoreon.gr/files/items/1/163/le_serment_hippocratique.pdf?rnd=1290777375

J. SCHAMP, "Lactance. *Épitomé des institutions divines*. Intr., texte critique, trad., notes et index par Perrin (Michel) ", in *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 68, fasc. 1, 1990. Antiquité-Oudheid, p. 187-189 ", [en ligne], consulté le 13 octobre 2018.

www.persee.fr/doc/rbph_00350818_1990_num_68_1_6971_t1_0187_0000_3

LACTANCE. *Institutions divines*.

Choix de monuments primitifs de l'Église chrétienne, Paris, Société du Panthéon littéraire, [en ligne], consulté le 15 octobre 2018.

<http://remacle.org/bloodwolf/eglise/lactance/instit6.htm>

LACTANCE dans *Encyclopédie gratuite en ligne*, consulté le 13 octobre 2018.

<http://www.cosmovisions.com/Lactance.htm>

M.-CH. HAZAËL-MASSIEUX. *A la découverte des Pères de l'Eglise... Petite chronologie des pères*, [en ligne], consulté le 7 octobre 2018.

Ce site a été réalisé et est remis à jour par Marie-Christine Hazaël-Massieux <http://peresdeleglise.free.fr/chronologie.htm>

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10125

M. PERRIN, *Lactance. Épitomé des institutions divines*, introduction, texte critique, traduction, notes et index par M. Perrin, Sources Chrétiennes, Paris, 1987.

—, “ Quelques observations sur la conception de la mort et de l'eschatologie chez Lactance (250-325 après J.-C) ”, in *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*, n°1, mars 1987, p. 12-24, [en ligne], consulté le 9 octobre 2018.

DOI : <https://doi.org/10.3406/bude.1987.1316>

www.persee.fr/doc/bude_0004-5527_1987_num_1_1_1316

M. ZAFFRAN, “ III. Du serment d'Hippocrate à la bioéthique moderne ”, in *Le patient et le médecin* [en ligne]. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2014, [en ligne], consulté le 11 octobre 2018.

<http://books.openedition.org/pum/8054>

P. MONAT, “ Lactance, l'homme et l'œuvre ”, in *Vita Latina*, N°130-131, 1993, p. 47-52.

DOI : <https://doi.org/10.3406/vita.1993.899>

www.persee.fr/doc/vita_0042-7306_1993_num_130_1_899

P. M. H. DIOUF, *Compte-rendu des journées d'études sur “ La médecine rationnelle et les autres médecines parallèles: le choix des patients ”*, publié en ligne (<http://iatria.hypotheses.org/103>), 2013 consulté le 20 décembre 2018.

P. TH. CAMELOT, “ Lactance Lucius Caecilius Firmianus, dit Lactantius dit (260 env.-env. 325) ”, *Encyclopædia Universalis*, [en ligne], consulté le 7 octobre 2018. URL : <http://www.universalis.fr/encyclopedie/lucius-caecilius-firmianus-lactance/>

R. V. CHÉTANIAN. *Doctrine du Seigneur transmise par les douze Apôtres aux nations. Didachè*, trad. Rose Varteni Chétanian : *Premiers écrits chrétiens*, Gallimard, coll. *La Pléiade*, 2016, p. 85-94.

R. VON LEUTHOLD (dir.), *Deutsche militärärztliche Zeitschrift : Vierteljährliche Mitteilungen aus dem Gebiet des Militär-Sanitäts- und Versorgungswesens*, Berlin, Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1879, p. 171.

W. RORDORF. *Liturgie, foi et vie des premiers chrétiens: études patristiques*, *Théologie historique* n° 75, Nouvelle édition revue et corrigée, Editions *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 264-283
DOI: [10.34024/herodoto.2019.v4.10125](https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10125)

Beauchesne, Paris, IX Un chapitre d'éthique judéo-chrétienne : les Deux Voies, 1986, [en ligne], consulté le 7 octobre 2018.

https://www.editionsbeauchesne.com/product_info.php?cPath=60_61&products_id=290

ÉTUDE HISTORIQUE DE L'ÉVOLUTION DE LA MAXIME HIPPOCRATIQUE EN GREC DANS LE TRAITE D'HIPPOCRATE *ÉPIDÉMIES* I. 5 A LA MAXIME LATINE DANS LA TRADITION LATINE ATTESTÉE PAR LACTANCE DANS SON *ÉPITÔME DES INSTITUTIONS DIVINES*, CHAPITRE 60

Mayoro Dia¹

Résumé

Dans cet article, il est question d'étudier les écrits qui ont probablement influencé Lactance au point qu'il inverse les termes de la formule hippocratique qu'il rapporte. Nous soutenons que Lactance se situe probablement dans la tradition des "deux voies" (*duae viae*) qui semble avoir beaucoup d'influences sur ses écrits, surtout dans ses deux ouvrages intitulés les *Institutiones divines* et l'*Épitomé des institutions*. Nous voulons connaître les sources d'inspiration de Lactance. Mais cela pose deux problèmes majeurs que nous voudrions résoudre dans cet article. Tout d'abord, nous cherchons à savoir à quel moment la maxime hippocratique en grec a évolué avec l'inversion des termes dans la version latine. Ensuite, nous cherchons à savoir les influences possibles de la religion chrétienne sur l'inversion de ces termes dans les textes de Lactance, qui a transmis la formule hippocratique en latin chez les auteurs qui sont venus après lui. Bref, il est question de savoir comment et sous les influences de qui l'écrivain latin, Lactance, a reçu la formule hippocratique utilisée au service de la déontologie médicale pour s'en servir dans l'enseignement de la morale judéo-chrétienne.

Mots-clés

Antiquité; christianisme Dieu; doctrine; dualisme; enseignement; éthique; évolution; judéo-chrétien; hippocratique; influence; inversion; maxime; médecin; médecine; morale; nuire; passion; péché; philosophie; religion; serment; thème ; terme; utile; version; voie.

¹ Assistant- Université Cheikh Anta Diop de Dakar, Dakar, Senegal.

E-mail: mayoro.dia@ucad.edu.sn

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 4, n. 1, Março, 2019.1 p.284-304

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

Abstract

In this article, it's a question of studying the writings that probably influenced Lactantius to the point that it reverses the terms of the Hippocratic formula that it relates. We argue that Lactantius is probably in the tradition of "two ways" (*duae viae*) that seems to have a lot of influences on his writings, especially in his two books entitled the *Divine Institutions* and the *Epitome of the Divine Institutes*. We want to know the Lactantius' sources of inspiration. But this poses two major problems that we would like to solve in this article. First, we seek to know when the Hippocratic maxim in Greek evolved with the inversion of terms in the Latin version. Then, we seek to know the possible influences of the Christian religion on the inversion of these terms in the Lactantius' texts, who transmitted the hippocratic formula in Latin among the authors who came after him. In short, it's question of how and under whose influences the Latin writer, Lactantius, has received the Hippocratic formula used in the service of medical ethics to use in the teaching of Judeo-Christian morality.

Keywords

Antiquity, christianity, God, doctrine, dualism, teaching, ethics, evolution, judo-christian, hippocratic, influence, inversion, maxim, doctor, medicine, moral, harm, passion, sin, philosophy, religion, oath, theme, term, useful, version, way.

Introduction

En lisant l'article de Jacques Jouanna ("Le serment hippocratique: sa signification dans l'enseignement et l'éthique médicale au passé et au présent"), nous sommes tombé sur un point embarrassant qu'il y a soulevé. Il s'agit des deux versions de la maxime hippocratique².

Quand nous faisons des recherches³, on voit très souvent cette affirmation ferme selon laquelle le principe ou le précepte de déontologie médicale enseigné aux étudiants en médecine "Primum non nocere" est issu des textes hippocratiques et fut proposé par Hippocrate dans son traité des *Épidémies*. Si nous retournons aux sources en relisant le texte grec d'Hippocrate, nous apprenons que la formule latine est une transposition du texte grec ancien d'Hippocrate. En effet, dans l'ancienne maxime hippocratique, nous trouvons cette formule (*Épidémies* I. 5): "ἀσκέειν, περὶ τὰ νοσήματα, δύο, ὠφελέειν, ἢ μὴ βλάπτειν" ("pratiquer, à propos des maladies, deux choses : être utile ou ne pas nuire"). Nous remarquons ici que l'auteur pose la partie positive ("être utile") avant la partie négative ("ne pas nuire"). Mais la nouvelle maxime hippocratique dans la version latine est ainsi rapportée : "Primum est enim non nocere, proximum prodesse" ("Tout d'abord ne pas nuire, ensuite être utile"). Nous trouvons cette maxime hippocratique dans sa version latine chez Lactance dans *Epitome diuinarum institutionum* (*Épitomé des institutions divines*), chapitre 60. Nous voyons ici que les termes sont inversés, car Lactance pose la partie négative ("ne pas nuire") avant la partie positive ("être utile"). Cela nous rappelle à la fois le thème des "duae viae" ("deux voies")⁴ et le "dualisme" qui sont traités dans les écrits philosophique et

² Voir J. Jouanna, "Le serment hippocratique : sa signification dans l'enseignement et l'éthique médicale au passé et au présent", p. 12 : "Cette maxime hippocratique "être utile ou ne pas nuire" a ensuite évolué dans la tradition latine. En inversant les termes "être utile" et "ne pas nuire", on en est venu à la maxime "primum non nocere", "tout d'abord ne pas nuire". Cette formule latine est jugée actuellement d'origine incertaine ; mais ce qu'il y a de sûr, c'est qu'elle est attestée déjà chez Lactance (IVe s. après J.-C.) dans son *Epitome diuinarum institutionum* c. 55 : "primum est enim non nocere, proximum prodesse". Une étude de l'histoire de cette nouvelle formulation de la maxime hippocratique reste à faire. En tout cas, l'inversion des termes implique une modification, en apparence légère, mais en fait profonde de l'attitude du médecin. Le négatif l'emporte sur le positif, et l'on s'achemine vers le principe moderne de précaution. »

³ Surtout sur Internet.

⁴ Ce sont surtout tous les chapitres 53-62 dans l'*Épitomé des Institutions divines* qui portent sur ce thème.

religieux. En effet, le thème des “ deux voies ” existait bien avant l’arrivée du christianisme, par exemple à Jérusalem, en Iran, en Égypte, en Grèce, etc. Mais ce qui nous intéresse, dans cet article, ce n’est pas de faire une étude historique de ce thème⁵, mais plutôt de voir en quoi ce thème très présent dans l’enseignement moral judéo-chrétien⁶ a probablement influencé Lactance au point que ce dernier rapporte en latin les termes inversés dans la maxime hippocratique. Nous posons ici une hypothèse que nous allons essayer de résoudre dans les pages suivantes.

Lactance se situe dans la tradition des “ deux voies ” qui semble beaucoup influencer ses écrits dans les *Institutions divines* et l’*Epitomé des institutions*, et qu’il a fortement contribué à transmettre aux auteurs du Moyen Âge ⁷ (Baudry, 1999: 102-103). Notre travail consiste à donner les raisons pour lesquelles Lactance met en avant la partie négative dans la version latine. En effet, nous estimons qu’un malade a plus besoin des choses positives (paroles ou actes qui rassurent le malade) de la part des soignants que des choses négatives (un soignant qui dit à son patient qu’il ne peut pas le soigner, car il est incapable ou incompetent). Ou bien, même si les deux versions sont différentes par leur

⁵ Pour avoir une étude historique de ce thème, nous référons les lecteurs à l’excellent livre de G.-H. Baudry. *La voie de la vie: étude sur la catéchèse des Pères de l'Eglise*, Éditeur: Paris : Beauchesne, Collection : Theologie historique, 110, 1999.

⁶ Sur l’usage et le sens du thème des « deux voies » et le dualisme dans l’enseignement moral chez Lactance, voir M. Perrin, « Quelques observations sur la conception de la mort et de l’eschatologie chez Lactance (250-325 après J.-C) », 1987, p. 20-21 : « Très bibliquement encore, le lien entre le péché et la mort est noté par Lactance avec beaucoup d’insistance. Le péché et la mort sont liés, car le péché fait en quelque sorte partie de l’homme : “la condition mortelle (c’est-à-dire humaine : jeu de mot sur *mortalis*, et de valeur poétique ancienne : métonymie courante d’*homo*) ne permet pas que l’homme soit pur de toute tache. D’où le développement du thème des deux voies : l’une va vers le ciel, l’autre, celle du péché, conduit à l’enfer, à la mort éternelle”. Dans une perspective très ascétique, Lactance condamne, contre un certain hédonisme antique (notamment contre l’épicurisme, tel qu’il le conçoit d’après la tradition vulgaire), la quête du plaisir. Ceux qui cherchent les plaisirs du corps cherchent la mort, parce que la mort est dans le plaisir, comme la vie est dans la vertu. Quiconque voudra jouir des biens temporels et terrestres sera privé des biens éternels et célestes. Là encore, le rôle du diable est signalé : le diable séduit l’âme par des charmes au poison mortel. Il faut donc éviter ces derniers comme si c’étaient des filets et des pièges, de peur qu’ils n’assujettissent l’homme à l’empire de la mort. Le *De ira* est encore plus net : les plaisirs mauvais sont porteurs de mort. Si l’esprit humain se prend à leur filet, il est condamné à la mort éternelle. Ce qu’on a appelé le dualisme de Lactance trouve là à s’exprimer : le corps, créature de Dieu, est devenu “corps de mort” {Romain 7 , 24). Dans le composé humain, l’âme est liée à la lumière et à la vie, tandis que le corps est du côté des ténèbres et de la mort. »

⁷ Cf. G.-H. Baudry. *La voie de la vie: étude sur la catéchèse des Pères de l'Eglise*, 1999, p. 102-103.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

forme avec l'inversion des termes, leurs sens ne diffèrent pas beaucoup. Nous supposons que la version latine chez Lactance prolonge ses racines dans l'enseignement moral judéo-chrétien avec le dualisme sous la forme spécifique des "deux voies". C'est ce que nous essaierons de prouver. Dans la première partie du travail, d'une part, nous ferons l'étude historique de l'évolution de la version grecque à la version latine avec l'inversion des termes en interprétant chaque version et, d'autre part, nous montrerons en quoi la vie et l'œuvre de Lactance sont importantes dans la version latine. Dans la deuxième partie, nous montrerons les influences possibles de l'enseignement moral judéo-chrétien des "deux voies" sur l'inversion des termes dans la version latine chez Lactance.

I. L'étude historique de l'évolution de la formule hippocratique

I.1 L'évolution de la formule hippocratique en grec à la version latine avec l'interprétation de chaque version

Nous savons que le texte du serment hippocratique a subi beaucoup de transformations, de révisions, d'adaptations... Tout cela est à l'origine de ses nombreuses versions différentes. A ce propos, nous pouvons nous référer aux remarques de Marc Zaffran :

Enfin, il n'est pas inutile de rappeler que la valeur "exemplaire" d'un texte de l'Antiquité est toujours sujette à caution. Les versions les plus anciennes ne sont jamais des originaux, mais des copies-de-transcription, moyen relativement récent par lequel on s'est mis à recueillir et diffuser des textes transmis et transformés pendant des siècles par voie orale. Le "serment d'Hippocrate" nous est parvenu parce que certaines de ces copies ont été conservées. Mais celles dont nous disposons sont probablement des énièmes versions remaniées, refondues, réécrites, voire réinventées : on retrouve les termes mêmes du serment dans des manuscrits chrétiens du Moyen Âge au début desquels le Christ tient la place des dieux grecs. On sait qu'à la même époque (et parfois bien plus tôt) les médecins de l'Égypte ancienne, des Hébreux ou de Chine obéissaient à des préceptes différents mais leurs textes n'ont pas été conservés ou restent inaccessibles faute de traduction. La transmission de ce serment ne prouve donc nullement que tous les praticiens de son époque obéissaient à ses préceptes, il indique simplement que ce texte fut adopté et transmis par les forces politiques et religieuses dominantes, ce qui lui a permis d'être conservé et de nous parvenir. Si le christianisme (qui contrôla la médecine pendant de nombreux siècles) avait, en lieu et place du serment d'Hippocrate, choisi de retenir, par exemple, la prière attribuée à Maïmonide, médecin juif qui vécut et exerça à Cordoue et au Caire au XII^e siècle de notre ère, c'est celle-là que l'on déclamerait aujourd'hui. Aurait-elle, pour autant, valeur universelle? (Zaffran, 2014 : 94-95)

Le texte de Marc Zaffran résume très clairement le parcours du Serment hippocratique. Mais ce qui intéresse notre travail, ce sont les influences de la religion chrétienne avec les changements apportés au serment dont il parle dans ce texte.

Après les remarques très pertinentes de Marc Zaffran, nous présentons des parties des textes de quatre auteurs, dont deux écrivent en grec (Hippocrate de Cos et Galien de Pergame) et deux autres en latin (Scribonius Largus et Lactance). Parmi ces quatre, seul Lactance inverse les termes de la maxime hippocratique en parlant des choses nuisibles avant les choses utiles. Nous suivons l'ordre chronologique dans la présentation des parties concernant les termes à l'étude:

- Hippocrate de Cos (né vers 460 avant J.-C. sur l'île de Cos et mort en 377 av. J.-C. à Larissa)

Serment :

J'utiliserai le régime pour le bienfait des malades, suivant mon pouvoir et mon jugement ; mais si c'est pour leur perte ou une injustice à leur égard, je jure d'y faire obstacle. (...) Dans toutes les maisons où je dois entrer, je pénétrerai pour l'utilité des malades, me tenant à l'écart de toute injustice volontaire, de tout acte corrompateur en général, et en particulier des relations amoureuses avec les femmes ou les hommes, libres ou esclaves. (Jouanna, 1992: 523)

Épidémies I. 5: "Avoir dans les maladies deux choses en vue : être utile ou du moins ne pas nuire.⁸ "

- Le médecin romain Scribonius Largus (ca. 1 - ca. 50 en Sicile, dans l'empire romain)

En s'inspirant du *Serment* d'Hippocrate, il pose les fondements d'une éthique de la prescription médicale dans la préface de son recueil de remèdes, *Compositions médicales*. Ainsi, dans un contexte particulièrement latin, il transpose le *Serment* d'Hippocrate en latin. Dans l'extrait de l'épître à Calliste, il définit ainsi la médecine (*Compositions médicales* 5) : " Scientia enim sanandi,

⁸ Traduction de J. Jouanna, *Hippocrate*, 1995, p. 59-60. Sur cette citation, cf. Hippocrate, *Épidémies* I, 5, II, p. 634, 8 - 636, 1 Littré (= I p. 190, 2 sq. Kuehlewain) : « Dans les maladies, avoir deux choses en vue, être utile ou ne pas nuire. »

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

non nocendi est medicina. “ La médecine est la science qui consiste à soigner et non à nuire.⁹ “

- Galien (né à Pergame en Asie mineure vers 129 et mort vers 216). Il a fait un commentaire aux *Epidémies* d'Hippocrate.

Commentaire aux Epidémies I.7:

[...] le médecin vise au mieux l'utilité des malades, sinon le fait de ne pas leur nuire. [...] combien je serai utile en atteignant mon but, mais aussi combien je nuirais en ne l'atteignant pas. Je n'ai donc jamais rien fait sans avoir auparavant moi-même pris soin, au cas où je n'atteindrais pas le but, de ne nuire aucunement au malade. Au contraire certains médecins, à la manière de ceux qui jettent les dés, en cas d'échec, apportent un très grand dommage aux malades (Jouanna, 1997: 215).

- Lactance (né vers 250 à Civitas Pophensis Afrique romaine et mort vers 325)

Epitomé des institutions divines, chapitre 60 (Lactance, *Epitomé des Institutions divines* : “ Primum est enim non nocere, proximum prodesse. “ “ Tout d'abord ne pas nuire, ensuite être utile.¹⁰ “ (Lactance, 1987)

Dans la formule hippocratique, la partie utile est adressée aux médecins professionnels qui font honnêtement leur travail pour les inviter à continuer à agir honnêtement. Mais elle est aussi adressée aux mauvais médecins pour les inviter à suivre les bons médecins. La partie nuisible s'adresse aux médecins malhonnêtes (les devins ou charlatans, les sorciers, les magiciens...) pour les dénoncer et les décourager. Mais cette partie nuisible invite les médecins professionnels à ne pas s'adonner à la recherche effrénée du gain au détriment de leur profession fondée sur la déontologie. C'est pourquoi les médecins malhonnêtes exercent un art de la thérapie qualifié ainsi de “ *fraudulissima artium* “ (“ le plus trompeur de tous les arts ”)¹¹. Tout se passe donc comme si seul le médecin soucieux de la déontologie médicale, ayant des connaissances théoriques et pratiques, et étant compétent doit pratiquer le métier d'art médical.

⁹ *Compositions médicales* 5, traduction tirée de Scribonius Largus. *Compositions médicales*. Texte établi, traduit et commenté par Joëlle Jouanna-Bouchet. Belles lettres. CUF. Paris, 2016.

¹⁰ M. Perrin, *Lactance. Épitomé des institutions divines*, introduction, texte critique, traduction, notes et index par M. Perrin, Sources Chrétiennes, Paris, 1987.

¹¹ Sur ce groupe de médecins à éviter, nous renvoyons nos lecteurs à Pierre M. H. Diouf, *Compte-rendu des journées d'études sur « La médecine rationnelle et les autres médecines parallèles: le choix des patients »*, publié en ligne (<http://iatrica.hypotheses.org/103>), 2013.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

Quant à la formule en latin chez Lactance, la partie nuisible est adressée aux personnes dont on doit lutter contre les vices et les mauvaises passions en utilisant des discours avant de planter chez ces personnes la partie utile qui consiste en des enseignements fondés sur la morale judéo-chrétienne. Autrement dit, il faut d'abord combattre les vices et mauvaises passions des personnes malhonnêtes, puis user de la partie utile pour inviter les personnes honnêtes à continuer dans cet état et les personnes malhonnêtes à faire comme les premières.

Lactance traite des devoirs de la justice ou de la divine dans le chapitre 60 de son ouvrage *Épitomé des institutions divines*, où il fait le résumé du chapitre 3 du livre VI des *Institutions divines*. C'est dans ce contexte qu'il rapporte cette maxime hippocratique pour étayer ses arguments. Il explique qu'il y a deux étapes de la justice et que la première étape se trouve dans l'innocence. Il reprenant la maxime hippocratique en latin : " Tout d'abord ne pas nuire, ensuite être utile. " Autrement dit, la première étape de la justice est de ne pas blesser les personnes, c'est-à-dire de ne pas leur nuire ; la deuxième étape est de leur être utile. Tout juste après cette formule hippocratique dans ce même chapitre, Lactance donne des explications très intéressantes pour la compréhension de la formule. En effet, il montre que nous devons suivre cette méthode, à savoir défricher les champs avant de commencer à y semer des graines afin d'espérer y faire de bonnes récoltes. Comparativement à cette méthode, nous devons extraire les vices de notre âme avant d'y implanter des vertus. Et c'est de cette façon que des fruits de l'immortalité engendrés par la parole de Dieu peuvent y naître.

Nous avons remarqué que, dans le *Serments de Strasbourg* (*Sacramenta Argentariae*)¹², les termes ne sont pas inversés. En effet, l'auteur du texte commence par la partie positive pour finir par la partie négative.

Dans sa version grecque, nous interprétons la maxime hippocratique comme si c'est une invitation à la prudence. En effet, il est manifeste que la raison d'être du médecin est de " rendre service " (ὠφελῆειν), et que l'alternative " ou ne pas nuire " (ἢ μὴ βλάπτειν) s'interprète comme un pis-aller : au pire, le médecin ne doit pas nuire par imprudence, acharnement, négligence, etc.

Nous reconnaissons que nous ignorions l'existence de la version latine chez Lactance, version qui nous semble assez différente de la version grecque par

¹² A. Gasté. *Serments de Strasbourg* (*Sacramenta Argentariae*). https://www.lexilogos.com/serments_strasbourg.htm
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

sa forme. Mais nous pouvons interpréter l'inversion des termes comme une invitation adressée au médecin à avoir avant tout une certaine spiritualité et une certaine éthique dans l'exercice de l'art médical pour ne pas nuire, puis à être utile au malade; comme une injonction de prudence adressée au médecin ; comme une mise en garde. Tout cela suggère la possibilité d'une malignité, apparaît dans sa forme adaptée, et rappelle la deuxième et la troisième sentence du serment exprimées dans le même ordre que la maxime, mais plus explicites au sujet du mal :

J'utiliserai le régime pour le bienfait des malades, suivant mon pouvoir et mon jugement ; mais si c'est pour leur perte ou une injustice à leur égard, je jure d'y faire obstacle. Je ne donnerai à personne une drogue mortelle si on me la demande, ni ne prendrai l'initiative d'une telle suggestion (Jouanna, 1992: 523).

Nous avons fait des recherches en partant de l'Antiquité jusqu'au temps moderne pour ramasser le plus de points de vue possibles en accord ou en désaccord. Comme la version latine complète de cette phrase se trouve chez Lactance, nous avons fait des recherches sur cet auteur pour savoir les textes qui ont pu l'influencer au point qu'il rapporte la maxime en latin avec les termes inversés. Selon Willy Rordorf¹³ (Rordorf, 1986: 169), Lactance est un auteur apostolique qui est peut-être influencé par la théorie des " *duae viae* " (" deux voies ") trouvée dans l'ouvrage liturgique : la *Didachè* ou la *Doctrina apostolorum*¹⁴ (Hemmer & Laurent, 1907). Cette expression latine " *duae viae* " (" deux voies ") d'origine religieuse revient très souvent dans les livres de Lactance, les *Institutions divines* et l'*Épitomé des institutions divines*.

1.2 L'importance de la vie et de l'œuvre de Lactance dans la version latine

Nous parlons ici un peu de la vie et de l'œuvre de Lactance (Monat, 1993: 47-57) pour montrer en quoi elles sont importantes et pourraient expliquer l'inversion des termes dans la version latine.

Lucius Caecilius Firmianus est aussi appelé Lactance à partir du latin *Lactantius*. Il est un rhéteur. D'origine berbère, il est né vers 250 à Civitas

¹³ Cf. Willy Rordorf. *Liturgie, foi et vie des premiers chrétiens: études patristiques*, Théologie historique n° 75, Nouvelle édition revue et corrigée, Editions Beauchesne, Paris, IX Un chapitre d'éthique judéo-chrétienne : les Deux Voies, 1986, p. 169 sqq.

https://www.editionsbeauchesne.com/product_info.php?cPath=60_61&products_id=290

¹⁴ Voir H. Hemmer, G. Oger et A. Laurent. *Les pères apostoliques I-II : Doctrines des apôtres. Épître de Barnabé*, 1907

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

Popthensis qui est l'actuelle Souk Ahras en Algérie. Cette ville fut en Afrique romaine ou Afrique proconsulaire. Lactance est mort vers 325/326. Il est un théologien et un auteur chrétien latin. A l'origine, Lactance est païen avant de se convertir au christianisme. Comme son maître Arnobe de Sicca Veneria (en Afrique proconsulaire), il vient enseigner la rhétorique sous l'appel de l'empereur romain Dioclétien dans sa nouvelle capitale, Nicomédie en Bithynie vers 297/298, et devient un apologiste chrétien. C'est là qu'il fait sa conversion au christianisme. Par la suite, il est appelé à la cour de l'empereur romain Constantin I^{er} pour enseigner la littérature latine à son fils aîné Crispus à Trèves, vers 316 ou 317. Il a un point commun avec Constantin I^{er}, car ils ont tous les deux la même vision théologico-politique du monde et de l'histoire axée surtout sur les thèmes de la providence et de la colère de Dieu.

Les premiers ouvrages perdus de Lactance traitent de grammaire, de philosophie, de géographie (un *Itinéraire* d'Afrique à Nicomédie), sauf un petit poème sur la légende du Phénix : *Carmen de aue phoenice* (*Chant sur l'oiseau phénix*). Voici ses importants ouvrages conservés d'apologétique chrétienne (consacrés à Dieu et à la religion chrétienne) et leurs dates approximatives :

- *De opificio Dei* (*De l'ouvrage de Dieu, ou De la formation de l'homme, ou L'ouvrage du Dieu créateur*) 303 env.-304 ?;
- *Diuinae institutiones* (*Institutions divines*) qui est un ouvrage composé de 7 livres vers 321 ? ou entre 304 et 313;
- *De ira Dei ad donatum* (*La Colère de Dieu*) entre 311 et 324;
- *De mortibus persecutorum* (*De la mort des persécuteurs de l'Église* (*Sur la mort des persécuteurs*)) vers 318-321;
- *Epitome diuinarum institutionum* (*Épitomé des institutions divines*) vers 335.

II. Les influences possibles de l'enseignement moral judéo-chrétien des “ deux voies ” chez Lactance

Après avoir présenté la vie et l'œuvre de Lactance, nous commençons par les remarques de Dominique Cerbelaud qui parle des racines et de la forme spécifique de l'enseignement moral judéo-chrétien avec les “ deux voies ” :

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

Si l'enseignement moral a toujours constitué un élément important de la tradition chrétienne, il a pris dans certains écrits chrétiens des origines une forme spécifique : celle de la doctrine des "deux voies". Assez vite tombé en désuétude, ce type d'exposé parénétique plonge ses racines dans le sol biblique, et reste proche des conceptions juives, notamment de la thématique des "deux penchants". C'est pourquoi il a paru intéressant, dans le cadre d'une réflexion sur la morale judéo-chrétienne, de s'y arrêter (Cerbelaud, 2001: 103).

Dans les *Institutions divines*, Lactance étudie le dualisme entre le mal engendré par le polythéisme, surtout le paganisme, et le bien engendré par le monothéisme, notamment le christianisme ; dans l'*Epitomé des institutions divines*, il étudie le même dualisme sur l'origine du mal et la correction par la morale du christianisme. Dans son œuvre les *Institutions divines* apparaît très clairement la dualité entre le mal et le bien¹⁵. Lactance y traite de l'allégorie des "deux voies" dans l'*Epitomé des institutions divines* qu'il a déjà évoquée dans le livre VI des *Institutions divines*. Christiane Ingremeau explique ainsi l'évocation de cette allégorie par Lactance dans le livre VI des *Institutions divines*:

Le livre 6, dont l'objet est de définir le culte dû à Dieu (ch. 1 et 2), s'ouvre sur l'allégorie des deux Voies (ch. 3 et 4), dont est proposée une interprétation nouvelle. Les deux chapitres suivants, consacrés aux définitions de l'image du chemin : ainsi l'auteur rappelle que la science ne sert à rien, sans la volonté et la force de marcher, mais qu'inversement la vertu est vaine, si l'on ne sait où l'on va. Aux chapitres 7 et 8, Lactance revient explicitement au thème des deux Voies, soucieux d'amener son lecteur à prendre conscience que, sur le chemin de la vie (comme pour la navigation en mer), il faut un guide céleste, si l'on veut garder la bonne voie (Ingremeau, 2003: 47).

En comparant les livres des *Institutions divines*, nous constatons que la composition de cet ouvrage montre deux parties opposées comme le schéma inspiré par les "deux voies" ou par la structure du dualisme : d'une part, les trois premiers livres traitent de la fausse religion qui est la religion païenne, de l'origine de l'erreur et de la fausse sagesse ; d'autre part, les quatre derniers livres traitent de la vraie sagesse, de la vraie justice, du vrai culte et de la vie heureuse apportés par le Jésus Christ. Pierre Monat résume ainsi la composition de cet ouvrage:

Si la composition, dans le détail, en est subtilement agencée, on ne saurait en saisir les finesses avant d'avoir jeté un coup d'œil sur l'ensemble de l'œuvre. Les sept livres qui la constituent s'intitulent respectivement : La fausse religion, L'origine de l'erreur, La fausse philosophie, La vraie sagesse et la vraie religion, La justice, Le véritable culte,

¹⁵ Cf. Lactance <http://www.cosmovisions.com/Lactance.htm>
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

et enfin, Le bonheur. Au total, à première vue, trois livres de réfutation et quatre de présentation (Monat, 1993: 49).

Une forme de fatalisme marque très profondément la conception que Lactance a développée de l'histoire. En effet, pour lui, le monde est totalement sous la domination de la Providence divine, alors que tout ce qui arrive, en bien ou en mal, concourt à l'accomplissement de la justice divine. C'est peut-être ce qui le conduit à un dualisme qui apparaît dans les *Institutions divines* et l'*Épitomé des institutions divines*. Mais il pousse parfois très loin cette étude du dualisme. C'est pourquoi un texte attribué aux papes Damase I^{er} (366-384), Gélase I^{er} (492-496) et Hormisdas (514-523) lui reproche, à la fin du V^e siècle, un dualisme entre un Dieu bon et un Dieu colérique, ce qui fait que son œuvre est située parmi celles qu'il ne faut pas lire¹⁶. Sur ce reproche et ses conséquences négatives, nous pouvons lire Pierre Monat qui déclare :

Cet écrivain du siècle de Constantin fut choyé par le pouvoir de son époque, et même reconnu assez comme une autorité par saint Augustin, saint Jérôme et bien d'autres ; mais, plus tard, le pape Gélase refusa de l'inscrire au nombre des Pères de l'Eglise. En revanche, il fut peut-être l'auteur le plus recopié et le plus édité au temps de la Renaissance et des commencements de l'imprimerie. Les humanistes d'alors trouvaient plaisir et raison à lire les œuvres de celui qu'à la suite de Pic de la Mirandole ils appelaient le Cicéron chrétien¹⁷. Méprisé ensuite aussi bien par la critique universitaire que par les spécialistes de l'histoire de la pensée chrétienne, durement moqué par Voltaire, Lactance a retrouvé, dans ces trente dernières années, la place qu'il méritait dans l'histoire des lettres chrétiennes : de nombreux travaux lui ont été consacrés, tant à l'étranger qu'en France, où la publication de ses œuvres, et leur traduction, sont actuellement bien avancées (Monat, 1993 : 47).

Malgré ce reproche porté contre Lactance, nous voyons, à travers l'étude comparative de ses ouvrages, que son objectif est de montrer la supériorité du christianisme sur le paganisme et que la philosophie et la religion païennes ont fait une funeste erreur en éloignant la vraie sagesse du sentiment religieux. Il est manifeste qu'il commence ici par parler du mal avant de parler du bien. Selon lui, les vices sont engendrés par le polythéisme, vices qu'il faut combattre vigoureusement pour les remplacer par les vertus créées par le monothéisme avec surtout l'Évangile qui remet l'accent sur l'adoration du Dieu unique créateur.

¹⁶ *Decretum Gelasianum* (Décret de Gélase) ou *Lettre décrétale sur les livres à recevoir et à ne pas recevoir*. (Début VI^e siècle) http://www.tertullian.org/decretum_fr.htm

¹⁷ "On l'a appelé le "Cicéron chrétien" en raison de l'élégance de sa prose latine.", voir *A la découverte des Pères de l'Eglise... Petite chronologie des pères* <http://peresdeleglise.free.fr/chronologie.htm>

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

Toutefois, notre objectif n'est pas d'étudier l'expression " *duae viae* " en tant que telle, par exemple son origine et son changement au cours du temps, car beaucoup d'études sont consacrées sur cette expression¹⁸. Notre objectif n'est pas non plus de faire des études religieuses. Etant peu compétent ou pas du tout compétent dans ce domaine, nous ne nous hasarderons pas dans ces études. Mais nous nous proposons de traiter la question du serment hippocratique en sortant des sentiers battus et en nous attachant au cas d'un éventuel rapport étroit entre la version latine chez Lactance et l'expression " *duae viae* " de la *Didachè* ou de la *Doctrina apostolorum*. Pour ce faire, nous faisons une étude comparative des textes pour en sortir le rapprochement. Nous analysons l'expression " *duae viae* " pour en trouver ses sens et ses influences possibles sur la version latine chez Lactance. La *Didachè* s'ouvre sur l'enseignement moral de tendance judéo-chrétienne des " deux voies " (chapitres I-VI). En résumé, Lactance et l'auteur de la *Didachè* ou de la *Doctrina apostolorum*¹⁹ suivent le même schéma aux points 1 et 3, mais ils semblent différer un peu sur le point 3. Ils parlent des " deux chemins ou voies²⁰ " en utilisant ce schéma binaire :

1- d'abord la voie de la vie, ensuite la voie de la mort ;

2- d'abord l'amour de Dieu, ensuite l'amour du prochain.

3- lutter contre les vices et les mauvaises passions qui poussent les personnes à commettre des péchés.

3- a. l'auteur de la *Didachè* ou de la *Doctrina apostolorum* rappelle d'abord les nombreux péchés condamnés, ensuite il montre les mauvaises passions qui sont à l'origine de ces péchés. Nous remarquons qu'il emploie beaucoup de termes négatifs (des adverbes négatifs, des mots mauvais, des mises en garde...) pour combattre les vices et les mauvaises passions à l'origine des péchés avant de prôner les bonnes qualités ou les vertus à suivre.

¹⁸ Il y a beaucoup d'études consacrées à cette expression. Nous ne citons pas ici tous les travaux, mais nous renvoyons les lecteurs à Willy Rordorf, *op. cit.*, IX. Un chapitre d'éthique judéo-chrétienne : Les deux voies, p. 155-174 et les notes de bas de page. Il y fournit une liste d'auteurs.

¹⁹ Cf. *Doctrina apostolorum*, chapitres 3-6 ; *Institutions divines*, livre VI, chapitres 3-4 et 22 ; *Épitomé des institutions divines*, chapitres 53-62.

²⁰ Au début du chapitre 1 de la *Didachè*, l'auteur dit : « Ὁδοὶ δύο εἰσὶ » (« Il y a deux chemins ou voies »). Au début du chapitre 3 du livre VI intitulé *Du vrai culte* dans l'ouvrage les *Institutions divines*, Lactance dit : « *Duae sunt viae* » (« Il y a deux chemins voies »).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

3- b. selon Lactance, il faut d'abord détruire les vices et les mauvaises passions de la personne, ensuite planter ou poser des vertus chez cette personne pour la rendre meilleure qu'avant selon Lactance. Il oppose les deux schémas binaires suivants au chapitre IV du livre VI des *Institutiones divines*²¹ : soit commencer par les biens temporels pour finir par les maux éternels, soit commencer par les maux temporels pour finir par les biens éternels. Selon lui, le dernier schéma est meilleur que le premier.

Willy Rordorf a constaté des différences entre ces deux auteurs qu'il explique ainsi le schéma ou la structure du point 3 :

Il est vrai que *Did./Doc.* font juste l'inverse de Lactance : elles rappellent d'abord les péchés condamnés par le décalogue pour montrer ensuite quelles passions poussent les hommes à commettre ces péchés (Rordorf, 1986 : 168-170).

Les différences chez l'auteur de la *Didachè* ou de la *Doctrina apostolorum* et Lactance ne sont pas très grandes : ils semblent s'accorder au fond, même s'ils ne suivent pas le même schéma binaire. C'est pourquoi nous retenons trois sens de cette expression " deux voies ". Selon ces deux auteurs, le point 3 sert à préparer la personne à bien recevoir les qualités (vertus) en détruisant tout d'abord les mauvaises passions et les vices. C'est le point 3 qui nous semble avoir influencé la maxime hippocratique qui, par ce fait même, a évolué au cours du temps avec comme conséquence le schéma binaire obtenu chez Lactance : l'inversion des termes.

C'est juste une supposition que nous avons faite en nous fondant sur les écrits de Lactance (*Institutiones divines*, *Épitomé des institutions divines*), l'ouvrage (la *Didachè* ou la *Doctrina apostolorum*) et l'ouvrage de Willy Rordorf (*Liturgie, foi et vie des premiers chrétiens: études patristiques*). Notre supposition est possible; mais nous n'assurons pas quelle soit vraie. C'est une piste de réflexion à approfondir. En effet, nous remarquons des influences possibles de la doctrine des " *duae viae* " sur l'*Épitomé des institutions divines* dans lequel nous trouvons la maxime hippocratique rapportée dans la version latine par Lactance. Bref, la doctrine des " deux voies " est surtout utilisée dans l'enseignement moral d'abord laïque - notamment dans la philosophie grecque antique-, puis dans l'enseignement religieux - surtout dans la morale judéo-chrétienne.

²¹Voir le chapitre 4 des *Institutiones divines*, livre VI. Vers la fin du chapitre 22 du même ouvrage, Lactance parle du schéma à éviter, à savoir le passage des faux biens au véritable mal, et du schéma à choisir, à savoir le passage des faux maux au véritable bien.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

Cependant, nous avons remarqué dans nos recherches que Lactance semble faire une confusion entre le dualisme et la doctrine des “ deux voies ”. En effet, il utilise parfois cette doctrine, il utilise parfois aussi le dualisme, alors que ces deux expressions sont différentes. La doctrine donne une alternative et invite la personne à utiliser son libre arbitre pour choisir entre les “ deux voies ” bien expliquées avec leurs conséquences positives pour une des voies et négatives pour l’autre. Le dualisme, lui, est comme une prédestination chez la personne avec deux âmes ou deux esprits bons ou mauvais : tout est déjà programmé par Dieu. C’est pour attirer notre attention sur cette confusion chez Lactance que Gérard-Henry Baudry nous fait remarquer:

Lactance était d’autant moins enclin à faire la distinction qu’il verse lui-même dans le dualisme. Comme la bien montré Michel Perrin, dans son étude sur l’anthropologie de notre auteur. L’homme selon Lactance est un “être antithétique”, dans lequel s’opposent le corps, puissance de mort et l’âme, puissance de vie, comme les ténèbres s’opposent à la lumière. Au fond le conflit est quasiment ontologique, l’âme provenant de Dieu (*ex Deo*) et le corps du diable (*ex terra et diabolo*). Perrin y voit une “analogie pédagogique”. L’explication me paraît plus simple : Lactance reprend une vieille tradition philosophique, formulée par Platon et reprise par Philon, selon laquelle le démiurge s’est servi de puissances secondaires, pour façonner l’homme, se réservant l’âme, la partie divine précisément. Ces “puissances” (*dunameis*) correspondent aux “esprits” ou aux “anges”, selon les autres. Lactance durcit l’opposition en appelant cette puissance “diable”. Rappelons toutefois que “le Diable n’est pas pour lui le principe du mal, mais une créature de Dieu, le monothéisme étant ainsi préservé et le dualisme ontologique écarté” (comme pour Philon). Comme dans le courant majoritaire de la tradition des deux voies, Lactance se situe au niveau d’un dualisme éthique à visée éthique. Ce procédé lui sert à illustrer le thème traditionnel du combat pour acquérir la vertu et au terme la vie éternelle (Baudry, 1999 : 102-103).

Comme nous ne venons de le voir, Lactance est un adepte de la religion chrétienne et qu’il a subi des influences de la part d’Arnobé qui est un apologiste chrétien. Sa vie et son œuvre justifient pleinement nos hypothèses sur des influences possibles de l’expression “ *duae viae* ” sur la maxime hippocratique en version latine, influences sur ses pensées que nous avons cherchées dans les livres philosophiques et religieux. De telles influences possibles chez Lactance proviendraient de la théorie des “ *duae viae* ” qu’il confond parfois avec le dualisme.

Conclusion

Au terme de notre étude, nous devons admettre, par humilité intellectuelle, que nous n'avons pas résolu notre hypothèse de départ, car les sources que nous avons à notre disposition nous renseignent très peu sur les possibles influences de la morale judéo-chrétienne sur la formule en latin chez Lactance. Toutefois, nous pensons humblement avoir ouvert la porte aux recherches dans ce sens, car nous pouvons constater que les vertus sont le point commun entre, d'une part, la version hippocratique en grec et la version latine chez Lactance (déontologie médicale), et, d'autre part, la morale judéo-chrétienne ; autrement dit, d'un côté, il y a l'éthique médicale du serment hippocratique en grec sous les influences des dieux (le polythéisme) ; de l'autre, il y a la version de Lactance sous les influences de l'enseignement moral judéo-chrétien avec un Dieu unique créateur à travers les " deux voies " ou le dualisme. En tant qu'écrivain apostolique, Lactance a transposé dans ses écrits apologétiques la doctrine des " deux voies " et, partant de là, il inverse les termes de la maxime hippocratique. C'est la première partie de la phrase dans sa version latine qui contient le dogme abstentionniste que l'on apprend aux étudiants en médecine et en pharmacie : " Primum non nocere²² " (" Tout d'abord ne pas nuire ", " En premier lieu, ne pas faire de mal ").

Selon nous, après avoir fait des recherches, nous pensons que Lactance, d'une certaine façon, reprend à son compte le concept des " deux voies " des " Pères apologistes " qui ont écrit sur la morale judéo-chrétienne. Par conséquent, nous pouvons soutenir que ces derniers ont semblé exercer des influences considérables sur lui. En effet, Lactance partage avec ces écrivains l'idée qu'une personne est constituée d'âme et de corps, et qu'il faut combattre les passions et les vices de cette personne avant de planter les vertus chez elle. Il est donc probablement influencé par l'enseignement éthique judéo-chrétien. C'est pourquoi il a inversé les termes en imitant la démarche de l'enseignement moral religieux où l'on combat d'abord les vices avant de placer les vertus. C'est cette phrase dans sa version latine avec l'inversion des termes qu'on trouve dans les écrits des auteurs qui sont venus immédiatement après Lactance ou des siècles après lui. En général, ces auteurs rapportent la première partie de la formule hippocratique en latin trouvée chez Lactance.

²² On a aussi l'expression "Primum nil nocere", cf. Rudolph von Leuthold (dir.), *Deutsche militärärztliche Zeitschrift : Vierteljährliche Mittellungen aus dem Gebiet des Militär-Sanitäts- und Versorgungswesens*, Berlin, Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1879, p. 171.

Dans les documents que nous avons consultés, nous savons que la formule hippocratique complète en latin existe et que d'autres auteurs ont repris la première partie de la formule sous deux formes : " Primum non nocere " ou " Primum nil nocere " ²³. Nous trouvons la formule complète en latin avec les deux parties seulement chez Lactance. Il serait très intéressant de savoir précisément si c'est Lactance en personne qui, sous les influences de la morale judéo-chrétienne, a créé cette formule hippocratique en latin ou s'il n'a fait que rapporter cette formule qu'il a lue dans des écrits d'autres auteurs chrétiens avant lui que nous ignorons ; autrement dit, nous n'avons pas de documents qui nous disent clairement qui est l'auteur de cette formule en latin. En nous fondant sur les écrits des auteurs chrétiens avant Lactance, cette hypothèse, à savoir que Lactance a appris cette formule auprès des auteurs chrétiens avant lui, nous paraît très plausible, à première vue, parce que nous pensons que Lactance a probablement utilisé de cette formule latine que ces auteurs avaient forgée. Mais nous n'avons ni de sources sûres ni de compétence qu'il faudrait pour traiter ce point de façon plus exacte que nous le voudrions. Comme nous pensons que beaucoup d'études pourraient être faites sur les rapports entre la formule en latin et la morale judéo-chrétienne, nous terminons ce travail par cette question ouverte en espérant avoir un jour une réponse exacte : la version latine de la formule en latin est-elle une création de Lactance ou du milieu religieux judéo-chrétien avant lui?

Bibliographie

A. GASTÉ. *Serments de Strasbourg (Sacramenta Argentariae)*, traduction du texte roman par Armand Gasté.

https://www.lexilogos.com/serments_strasbourg.htm, [en ligne], consulté le 10 octobre 2018.

CH. INGREMEAU, " Lactance, *Institutions divines*, livre 1. Introd., texte critique, traduction, notes et 5 index, par Pierre Monat, 1986. (Sources chrétiennes, 326) ", in *Revue des Études Anciennes*. Tome 90, 1988, n°1-2. pp. 229-230, [en ligne], consulté le 8 octobre 2018.

²³ Par exemple: R. von Leuthold (dir.), *Deutsche militärärztliche Zeitschrift : Vierteljährliche Mitteilungen aus dem Gebiet des Militär-Sanitäts- und Versorgungswesens*, Berlin, Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1879 ; G. R. Burgio, John D. Lantos, *Primum Non Nocere Today*, Elsevier, 1998.

www.persee.fr/doc/rea_0035-2004_1988_num_90_1_5592_t1_0229_0000_2

—, “ *Les Institutions Divines* de Lactance : une composition architecturale”, in *Vita Latina*, N°132, 1993. pp. 33-40 , [en ligne], consulté le 8 octobre 2018.

DOI : <https://doi.org/10.3406/vita.1993.1505>

—, “ Lactance et la Justice : du livre V au livre VI des *Institutions Divines* ”, Autour de Lactance : hommages à Pierre Monat. Besançon : Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité, 2003, p. 43-52. (*Collection “ ISTA ”*, 903), [en ligne], consulté le 9 octobre 2018.

www.persee.fr/doc/ista_0000-0000_2003_ant_903_1_2008

—, *Institutions divines* Livre VI, introduction, texte critique, traduction par Christiane Ingreneau, Paris, Éd. du Cerf, 2007. (Sources chrétiennes ; 509).

CH. MUNIER, “ *Lactance, Epitomé des Institutions divines*. Introduction, texte critique, traduction, notes et index par Michel Perrin, Collection : Sources chrétiennes, n. 335, 1987 ”, in *Revue des Sciences Religieuses*, tome 62, fascicule 2-3, 1988. p. 191, [en ligne], consulté le 15 octobre 2018.

www.persee.fr/doc/rscir_0035-2217_1988_num_62_2_3100_t1_0191_0000_3

D. CERBELAUD, “ Le thème des “deux voies” dans les premiers écrits chrétiens ”, *Pardès*, 2001/1 (N° 30), p. 103-110.

DOI : 10.3917/parde.030.0103, [en ligne], consulté le 7 octobre 2018.

URL : <https://www.cairn.info/revue-pardes-2001-1-page-103.htm>

GÉLASE. *Decretum Gelasianum* (Décret de Gélase) ou *Lettre décrétale sur les livres à recevoir et à ne pas recevoir*. (Début VI^e siècle), [en ligne], consulté le 7 octobre 2018.

http://www.tertullian.org/decretum_fr.htm

G.-H. BAUDRY. *La voie de la vie: étude sur la catéchèse des Pères de l'Eglise*, Éditeur: Paris : Beauchesne, Collection : Théologie historique, 110, 1999.

G. R. BURGIO, JOHN D. LANTOS, *Primum Non Nocere Today*, Elsevier, 1998.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304

DOI: [10.34024/herodoto.2019.v4.10127](https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10127)

H. HEMMER, G. OGER ET A. LAURENT. *Les pères apostoliques I-II : Doctrines des apôtres. Épître de Barnabé*. Texte grec, traduction française, introduction et index par Hippolyte Hemmer, Gabriel Oger et A. Laurent, Éditeur : Hippolyte Hemmer, Paul Lejay, Paris, Librairie Alphonse Picard et Fils, 1907, [en ligne], consulté le 15 octobre 2018.

<http://remacle.org/bloodwolf/peresapostoliques/didache.htm>

J. JOUANNA, " La lecture de l'éthique hippocratique chez Galien ", in *Dix exposés suivis de discussions*. (Vandoeuvres-Genève, 19-23 août 1996), H. Flashar et J. Jouanna (Ed.) Vandoeuvres-Genève : Fondation Hardt, 1997. VIII + 415 p. (Entretiens sur l'Antiquité classique, 43), p. 211-253.

–, " Le serment hippocratique : sa signification dans l'enseignement et l'éthique médicale au passé et au présent ", [en ligne], consulté le 12 octobre 2018.

http://www.panoreon.gr/files/items/1/163/le_serment_hippocratique.pdf?rnd=1290777375

J. SCHAMP, " Lactance. *Épitomé des institutions divines*. Intr., texte critique, trad., notes et index par Perrin (Michel) ", in *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 68, fasc. 1, 1990. Antiquité-Oudheid, p. 187-189 ", [en ligne], consulté le 13 octobre 2018.

www.persee.fr/doc/rbph_0035-0818_1990_num_68_1_6971_t1_0187_0000_3

LACTANCE. *Institutions divines*.

Choix de monuments primitifs de l'Église chrétienne, Paris, Société du Panthéon littéraire, [en ligne], consulté le 15 octobre 2018.

<http://remacle.org/bloodwolf/eglise/lactance/instit6.htm>

LACTANCE dans *Encyclopédie gratuite en ligne*, consulté le 13 octobre 2018.

<http://www.cosmovisions.com/Lactance.htm>

M.-CH. HAZAËL-MASSIEUX. *A la découverte des Pères de l'Eglise... Petite chronologie des pères*, [en ligne], consulté le 7 octobre 2018.

Ce site a été réalisé et est remis à jour par Marie-Christine Hazaël-Massieux
<http://peresdeleglise.free.fr/chronologie.htm>

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10127

M. PERRIN, *Lactance. Épitomé des institutions divines*, introduction, texte critique, traduction, notes et index par M. Perrin, Sources Chrétiennes, Paris, 1987.

–, “ Quelques observations sur la conception de la mort et de l'eschatologie chez Lactance (250-325 après J.-C) ”, in *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*, n°1, mars 1987, p. 12-24, [en ligne], consulté le 9 octobre 2018.

DOI : <https://doi.org/10.3406/bude.1987.1316>

www.persee.fr/doc/bude_0004-5527_1987_num_1_1_1316

M. ZAFFRAN, “ III. Du serment d'Hippocrate à la bioéthique moderne ”, in *Le patient et le médecin* [en ligne]. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2014, [en ligne], consulté le 11 octobre 2018.

<http://books.openedition.org/pum/8054>

P. MONAT, “ Lactance, l'homme et l'œuvre ”, in *Vita Latina*, N°130-131, 1993, p. 47-52.

DOI : <https://doi.org/10.3406/vita.1993.899>

www.persee.fr/doc/vita_0042-7306_1993_num_130_1_899

P. M. H. DIOUF, *Compte-rendu des journées d'études sur “ La médecine rationnelle et les autres médecines parallèles: le choix des patients ”*, publié en ligne (<http://iatria.hypotheses.org/103>), 2013 consulté le 20 décembre 2018.

P. TH. CAMELOT, “ Lactance Lucius Caecilius Firmianus, dit Lactantius dit (260 env.-env. 325) ”, *Encyclopædia Universalis*, [en ligne], consulté le 7 octobre 2018. URL : <http://www.universalis.fr/encyclopedie/lucius-caecilius-firmianus-lactance/>

R. V. CHÉTANIAN. *Doctrine du Seigneur transmise par les douze Apôtres aux nations. Didachè*, trad. Rose Varteni Chétanian : *Premiers écrits chrétiens*, Gallimard, coll. *La Pléiade*, 2016, p. 85-94.

R. VON LEUTHOLD (dir.), *Deutsche militärärztliche Zeitschrift : Vierteljährliche Mitteilungen aus dem Gebiet des Militär-Sanitäts- und Versorgungswesens*, Berlin, Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1879, p. 171.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1 p. 284-304

DOI: [10.34024/herodoto.2019.v4.10127](https://doi.org/10.34024/herodoto.2019.v4.10127)

W. RORDORF. *Liturgie, foi et vie des premiers chrétiens: études patristiques*, Théologie historique n^o 75, Nouvelle édition revue et corrigée, Editions Beauchesne, Paris, IX Un chapitre d'éthique judéo-chrétienne : les Deux Voies, 1986, [en ligne], consulté le 7 octobre 2018.

https://www.editions-beauchesne.com/product_info.php?cPath=60_61&products_id=290

PELE: AMAZONAS TATUADAS

Adrienne Mayor¹

A jovem mulher está segurando um machado, prestes a cortar a cabeça de Orfeu, o poeta que foi morto por impiedosas mulheres trácias no mito grego. Os olhos do observador são atraídos para delicada tatuagem de cervo em seu ombro. Outra tatuagem enfeita o interior de seu antebraço, um desenho de escada. A imagem aparece num vaso grego atribuído ao Pintor de Pistóxenos, que pintou trinta e oito vasos com mulheres trácias tatuadas (480-470 a.C.). Seu nome significa “Estrangeiro Confiável” – talvez ele próprio fosse um trácio.² (Harrison, 1888: 16).

Devido aos escritores gregos terem descrito mulheres e homens trácios como tatuados, estudiosos clássicos identificam todas as mulheres tatuadas em vasos gregos como “trácias” ou quaisquer outras estrangeiras.³ Mulheres trácias não eram amazonas, mas compartilhavam diversos traços importantes com mulheres guerreiras citas conhecidas como amazonas: elas eram independentes, violentas assassinas de homens empunhadas de armas mortais, e frequentemente vestidas em trajes semelhantes. Os gregos, que tatuavam somente criminosos e presos de guerra com marcas de vergonha, conheciam diversos outros povos, além dos trácios, que praticavam tatuagens voluntárias com símbolos atrativos. As mulheres citas eram conhecidas por serem tatuadas? Os gregos viam amazonas com tatuagens? Há pistas de tatuagens que foram esquecidas em pinturas de vasos? O que podemos aprender das tradições modernas de tatuagens? Quais evidências arqueológicas existem sobre tatuagem?

¹ Skin: tattooed Amazons. In: Adrienne Mayor. The Amazons. Lives & Legends of Warrior Women across the Ancient World. Princeton and Oxford: Princeton University Press, p. 95-116.

² Taça branco-terra, Pintor de Pistóxenos, Museu Nacional de Atenas, Acrópoles 439. Zimmermann 1980. Cohen 2000, 113, fig 4.4.

³ “Mulheres tatuadas em vasos atenienses são certamente trácias”: Oakley 2000, 242. Tattoos in antiquity, Mayor 1999; Lobell and Powell 2013.



Figura 1: Mulher trácia com machado; tatuagem de cervo em seu ombro direito; tatuagem de “escada” em seu pulso esquerdo. Taça em terra branca, Pintor de Pistóxenos, ca. 460 a.C., Museu Arqueológico Nacional de Atenas Inv. no. Akr. 439. Desenhado posteriormente por Harrison 1888, pl.6.

Intrigantes partes de evidências na arte e na literatura, etnologia e arqueologia clássicas se combinam para fazer tais perguntas valerem a pena.

Trácios, citas e amazonas

“Trácios”, assim como nome inclusivo “citas”, referem-se às diversas tribos em comum que habitaram o território que se estende do Mar Negro ao Mar Adriático (norte da Grécia, Turquia europeia, sudoeste da Ucrânia, Romênia, Bulgária, Albânia, e a antiga Iugoslávia). Os territórios da Trácia e da Cítia coexistiram e, desde ao menos 700 a.C., os trácios se agregaram pacífica e violentamente aos citas. A arqueologia demonstra laços culturais trácios-citas. Foram encontrados não somente bens trácios em sepulturas citas, e artefatos citas em sepulturas trácias em 560-450 a.C., como restos mortais de mulheres guerreiras foram escavados na antiga Trácia (capítulo 4). Trácios e citas foram vizinhos e parentes através de conquistas e casamentos mistos. Muitos de seus costumes se fundiram. Diversas tribos trácias-citas, como as de Tyragetai e Agathyrsi, foram narradas por Heródoto e Estrabão. De acordo com Estrabão, os Bithynians, Phryians, Mysians, Mygdonians, e os Troianos foram todos de origem trácia, e uma tribo trácia, os Saraparaí (“Decapitadores”), foram mencionados por terem migrado para o extremo leste, além da Armênia até os estepes citas⁴.

Os trácios, os citas e as amazonas compartilhavam um estilo de luta guerrilheira com infantaria (os peltastas), arqueiros e cavalaria, e suas roupas, armas, equipamentos, e temas artísticos eram similares. Colonos

⁴ Cultura compartilhada trácia-cita: Marazov 2011a e b. Farkas 1982. Dowden 1997, 99. Homero *Ilíada* 2.819. Heródoto 4.104; 4.119; 4.125; 4.48. Estrabão 7.3.2-5; 11.14.14; 12.3-4. **Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 305-326**
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10126

gregos guerrearam com trácios autóctones do sétimo ao sexto século a.C. Uma taça em figuras negras (cerca de 560 a.C., acredita-se pertencer à uma tumba trácia), une gregos, trácios e amazonas de uma forma interessante. O exterior da taça mostra uma batalha “quasi-histórica” entre gregos e trácios, enquanto no interior, o herói grego Héracles guerreia com uma amazona. A cena mítica parece igualar a amazona aos trácios.⁵

Por volta de 550 a.C., pintores de vasos gregos passaram a retratar amazonas com uma combinação de roupas e equipamentos entre trácios e citas, coincidindo com o aumento da familiaridade dos gregos com estas duas raças de guerreiros, e com a miscigenação dos dois povos em processo nas margens de seus territórios. (Na arte antiga, as amazonas eram imaginadas como mulheres gregas hoplitas, com curtos quítions, armadura, capacete, escudo redondo e lança). Conforme a popularidade das cenas amazonas aumentava e a familiaridade crescia, artistas passaram a demonstrar Hipólita, Antíope, Pentesileia e outras amazonas com aljavas, arcos, dardos, vestidas em túnicas e calças estampadas, botas e chapéus pontiagudos, típicos trajes trácios e citas (e, mais tarde, persas). Em 525 a.C., diversas amazonas foram retratadas com o *pelta*, um escudo trácio feito de vime em meia lua, e algumas vestiam uma distinta manta trácia (*zeira*). Pinturas em vasos também retratavam amazonas vestindo peles malhadas de leopardo, acessório símbolo das Mênades trácias (violentas seguidoras de Dionísio, em alguns mitos foram elas quem mataram Orfeu).⁶

Os trácios, citas e as amazonas eram povos cavaleiros. Uma amazona cavaleira pintada por Polignoto é chamada de Dólope, o nome de uma tribo trácia. Os trácios foram descritos pelos gregos como altos, de cabelos lisos e avermelhados, com a pele clara e tatuada. Os trácios, citas e os persas eram frequentemente retratados como ruivos nos vasos. A equiparação artística de amazonas com trácios conduz alguns estudiosos a assumir que os pintores dos vasos, e seus observadores, conheciam tradições orais genuinamente antigas que localizavam as amazonas na Trácia. De fato, uma das mais antigas menções às amazonas nos escritos gregos as situam na Trácia. De acordo com o épico de *Aethiopsis*, (século VII a.C.) as amazonas eram uma raça trácia e Pentesileia, a rainha

⁵ Trácias e amazonas: Blok 1995, 265-76. Tsiafakis 2000. Shapiro 1983, 110, Taça Siana, Berlin Antikensammlungen 3402.

⁶ “Amazonas trácias”, Shapiro 1983, 107-14; peles de leopardo e filhote de cervo, 108. Blok 1995, *zeira* e amazonas, 399 (Bothmer B IX 41 e 45), 405; e calças amazonas com *zeira*, alabastro branco-terra, Museu Nacional de Atenas. Cita ruiva, Pintor de Berlin, Malibu, Getty 96. AE. 98.

amazona que teve papel primordial na Guerra de Tróia, nasceu na Trácia. Em *Iliada*, de Homero, trácios e amazonas eram ambos aliados de Tróia (ver fig. 8.2 para uma pintura em vaso de uma caçadora trácia oferecendo um presente à Petensileia).

De acordo com o historiador grego Hecateu de Mileto (550-476 a.C.), as amazonas de Ponto falavam um dialeto trácio. Estrabão relata uma velha história sobre trácios se unindo aos gargareanos do norte do Cáucaso para guerrear com as amazonas (capítulo 8). Diodóro descreve uma guerra contra as amazonas travada por um exército trácio-cita liderado pelo trácio Mopsus e pelo cita Sipylus. Diversas fontes antigas afirmam que vários grupos na Ásia Menor eram originários da Trácia. Os fortes laços culturais e a proximidade geográfica de trácios, citas e amazonas sugerem que tais grupos compartilhavam diversos costumes, incluindo a tatuagem.⁷

Tatuagens em pinturas de vasos gregos

Diversos outros pintores atenienses além do “Estrangeiro Confiável” se encantaram em representar atraentes mulheres trácias tatuadas atacando Orfeu, além de jovens e velhas escravas estrangeiras tatuadas em cenas domésticas. Braços e pernas (e às vezes rostos e pescoços) das escravas são decorados com ziguezagues, *chevrons*, “escadas”, “cercas”, linhas onduladas, raios de sol, círculos, espirais, rosetas e cervos.

Um vaso em figuras vermelhas de 500-450 a.C. mostra duas robustas corredoras com braços e pernas excessivamente tatuados. Seus cabelos ruivos e soltos as associam com trácias ou citas (Orfeu não aparece na pintura). Uma delas possui linhas onduladas em seus tornozelos e braços estendidos. A outra caminha a passos largos com uma espada. Cervos estão tatuados em cada um de seus ombros e em suas pernas, juntamente com ziguezagues, raios de sol e pontos que continuam até suas mãos e pés (fig. 6.2). Outro fragmento de cratera (século IV a.C.) retrata um grupo de furiosas mulheres descalças e calçadas com roupas em estilo trácio-cita-amazonas. Seus braços e pernas estão completamente cobertos com raios de sol, linhas geométricas, e figuras de cobra e cervo.⁸

⁷ Shapiro 1983, Aethiopia, Proklos Chrestomathia 2 (p 105 Allen). Hecateu FGrHist 802 F 3; Vlassopoulos 2013, 183; Blok 1995, 153; e Braund 2010, 17. Estrabão 7.3.2-13 11.5.1-4; Herodoto 7.73; Diodoro 3.55.10-12.

⁸ Tatuagens de mulheres trácias em vasos, discutidas e ilustradas em Zimmermann 1980. Tsiafakis 2000, 372-76, figs 14.4 e 14.5; Oakley 2000, 242-44, figs 9.9 e 9.10. Berard 2000, 391-92, fig 15.1. Cohen 2000, 99, figs 4.2 e 4.4. Duas mulheres tatuadas corredoras, colunas em cratera, Pintor de Pan, 470 a.C., Munich Staatliche Antikensammlungen 2378 (J. 777). Amazonas trácias, Blok 1995, 259-76.



Figura 2: Mulher trácia ruiva correndo com uma espada e uma bainha; seus braços e pernas estão tatuados com cervo, raios de sol, pontos e linhas onduladas. cratera com colunas em figuras vermelhas, Pintor de Pistóxenos, Ática, Grécia, ca. 480-450 a.C., inv. 2378. Fotografia por Renate Kühling, Staatliche Antikensammlungen und Glyptothek, Munique.

Outro elegante exemplo de mulheres trácias tatuadas aparece gravado numa taça de prata descoberta em 2007, no oeste da Bulgária, numa tumba trácia real do quinto século a.C. A taça foi feita no mesmo período que as pinturas de mulheres trácias tatuadas nos vasos atenienses. A bela e severa mulher trácia atacando Orfeu com um machado possui tatuagens envolvendo seus pulsos e tornozelos, e sete pontudas estrelas adornam seus braços superiores.⁹

⁹ Tatuagens trácias: Saporiti 2009, Tsiafakis 2000. Tatuagens trácias em taças de prata: Marazov 2011b, 170-73, fig. 5.24a-b; 2011a, 56-58, 78-79. Tatuagens retratadas em artefatos trácios: Frkas 1982, 43-45. Em contraste, uma ânfora de figuras vermelhas (550 a.C. Vienna 3722) mostra uma feia estrangeira marcada como “Injustiça” sendo atingida pela deusa grega da Justiça. A bruxa bárbara está coberta de tatuagens circulares que lembram algumas tatuagens em mulheres trácias, assim como desenhos nas roupas das amazonas. Os mesmos círculos e pontos marcam as asas, braços e as pernas de uma dupla de feias mulheres bárbaras personificando Poena (400 a.C., Pintor de Policoro, Museu de Arte de Cleveland). Mas os mesmos desenhos circulares cobrem o macacão colado ao corpo e as mangas das belas amazonas do Pintor de Eretria, 420 a.C., centro e extrema direita, fig. 13.6.



Figura 3: Grupo de mulheres trácias demasiadamente tatuadas com cervos, cobras e desenhos geométricos. Cratera em cálice em figuras vermelhas, *Black Fury Group*, ca. 470 a.C. Cortesia do Museu Allard Pierson, Amsterdã, Inv. APM 02581.



Figura 4: Mulher trácia atacando Orfeu com um machado; seus braços (e pernas, única à mostra) estão tatuados com estrelas e desenhos de pulseiras e tornozleira. Taça de prata (*katharos*), quinto século a.C., Coleção Vassil Bojkov, Bulgária. Cortesia de Ivan Marazov.

Padrões geométricos e temas de animais semelhantes às tatuagens de mulheres trácias, e à de outras mulheres estrangeiras começaram a aparecer em roupas de amazonas de estilo cita (às vezes chamadas de estilo “do leste” ou “oriental”) em pinturas de vasos de meados do século sexto a.C. Um dos primeiros exemplos de figuras de animais bordados, ou aplicados, na frente de uma túnica aparece numa ânfora em figuras negras (570-560 a.C.) retratando uma amazona chamada Andrômaca, lutando com Héracles. A roupa de Andrômaca está esplendidamente ornamentada com fantásticos grifos, pássaros e felinos. Uma amazona chamada Kydoime, em um vaso de Eufrônio (520-40 a.C.), veste um dispositivo com leões na aba dos ombros de seu *corselet*.¹⁰ (Shapiro, 1983: 106) Em outras pinturas, as amazonas vestem longas mangas e calças justas ricamente decoradas. Nas mulheres trácias e nas escravas estrangeiras, desenhos são claramente retratados como gravações na pele nua, enquanto os padrões selvagens de braços e pernas das amazonas representam roupas coladas ao corpo com desenhos que se assemelham à tatuagens. Assim como nas pessoas reais, a dinâmica das tatuagens nos corpos trácios e os vívidos padrões nas roupas das amazonas acentuam seus músculos e movimentos, chamando atenção para força, atletismo e sexualidade das mulheres.

Com algumas pinturas deve-se olhar de perto para dizer se as linhas onduladas, os ziguezagues, os círculos e os animais estão na pele ou na roupa. As tatuagens das mulheres trácias param nos tornozelos e nos pulsos, dando uma aparência de longas mangas e *leggings*. Na maioria das figuras amazonas, linhas pintadas no pulso e no tornozelo indicam punhos ou bordas de mangas ou calças. Mas alguns padrões dos braços e pernas das amazonas são tão parecidos com tatuagens que o observador faz duas percepções (prato 12, figs. 6.5, 13.6, 13.8).

Os braços e pernas das mulheres trácias nas figuras 2, 3 e 4 estão tatuados com cervos, cobras e desenhos geométricos; as linhas nos pulsos e tornozelos dão a aparência de pulseiras ou punhos. O efeito visual oscila entre uma espécie de meia estampada com desenhos e marcas impressas na pele. Ilusões de óticas provocando efeitos visuais e alusões para outras imagens artísticas muito bem conhecidas são truques comuns do comércio de vasos atenienses. As tradições modernas de tatuagem costumam brincar com a mesma ambiguidade: tatuagens no corpo inteiro e “mangas” se assemelham a roupas, e alguns topes e meias justas deliberadamente imitam tatuagens.

¹⁰ Vestido da Andrômaca com grifos, pássaros, leões: ânfora de figuras negras assinada pelo Pintor de Timíades, entre 570 e 560 a.C., Museu de Belas Artes de Boston 98.916. Leão no colete de Kydoime, Bothmer 1957, 136.

Mangas, golas, pulseiras e tornozeleiras tatuadas que imitam bordas de roupas são desenhos tradicionais em diversas culturas de tatuagens. Nos Balcãs, por exemplo, etnógrafos antigos observaram que camponesas continuavam a tatuar seus braços com desenhos tradicionais remanescentes das tatuagens trácias na arte grega – raios de sol e de meias luas, rosetas, espirais, hachuras em escada e cercas. O que antes era visto como longas e bordadas luvas em imagens de mulheres da Daunia, esculpidas em estelas de pedra no sul da Itália, agora são pensadas para representar tatuagens no antebraço. A Daunia foi colonizada por Ilírios do oeste da Trácia, que eram conhecidos por praticar a tatuagem.¹¹ (Truhelka 1986: 500)

Muitas pinturas de vasos são impressionantes, e a “ambiguidade” de algumas linhas nos pulsos e tornozelos das amazonas pode resultar de pinturas apressadas e desleixadas. A semelhança das tatuagens e dos vestuários pode refletir o repertório artístico padrão de desenhos selvagens para indicar os “outros” bárbaros. Talvez alguns artistas deliberadamente pintavam linhas que pudessem ser tanto colares, mangas e punhos – ou tatuagens, incentivando os observadores a comparar os padrões em figuras amazonas às tatuagens trácias.



Figura 5: Amazona descalça com mangas e *leggings* que parecem tatuagens, com arco, aljava e espada. Olpe (jarro) de figuras vermelhas, Pintor do Louvre, sexto século a.C., Inv. G443, Museu do Louvre, Paris. Foto: Hervé Lewandowisk. © RMN-Grand Palais/Art Resource, NY.

Pintores de vasos costumavam provocar seus espectadores entrelaçando mitos com realidades sociais, de fato. No sexto século a.C., os atenienses

¹¹ Durham 1928. Os daunios da Apúlia tinham origens ilíricas: Norman em Della Casa e Witt 2013.

eram extremamente familiarizados em avistar estrangeiros tatuados em suas cidades e lares. Explorando a ambiguidade artística sobre as tatuagens está a ideia de que as amazonas eram ousadas e livres, e não escravas.

Tatuagens em textos antigos gregos, latinos e chineses

Além dos trácios, os gregos encontraram diversas outras pessoas tatuadas entre seus vizinhos do Mar Negro e de Ponto, as maiores fortalezas amazonas. Numerosos autores relataram tatuagens entre citas. Hipócrates, por exemplo, observou que nômades citas “marcavam” figuras em seus ombros, braços, peitos e coxas para “incentivar a força e a coragem”, sugerindo uma função mágica das tatuagens. Heródoto escreveu que os trácios pensavam que a pele lisa significava falta de identidade. Elaboradas tatuagens eram consideradas marcas de beleza da nobreza para homens e mulheres na Trácia; até mesmo pessoas comuns tinham algumas pequenas tatuagens. Cerca de quatrocentos anos depois de Heródoto, o orador grego Dion Crisóstomo observou que mulheres trácias ainda se cobriam com tatuagens como marcas de alta posição social. Heródoto também descreveu tatuagens de citas-trácios falantes de língua iraniana, chamados de Agathyrsi. De acordo com uma história que ouviu em Ponto, os Agathyrsi se aclamavam descendentes de uma mulher cita com Héracles. Os Agathyrsi eram uma das tribos que expulsou Dário I da Pérsia (século VI a.C.). Mais tarde (século IV a.C.) eles migrariam para o norte, nas estepes sármatas. Especialmente as mulheres de Agathyrsi preferiam as tatuagens, como notou Heródoto. Quanto maior o status, maior o tamanho, mais detalhados e mais coloridos eram os desenhos em suas peles. Amiano Marcelino (século IV d.C.) relatou que as tatuagens dos Agathyrsi eram desenhos quadriculados em tinta preta azulada.¹²

Quando o general e historiador grego Xenofonte liderou seu exército por Ponto (cerca de 400 a.C.), a terra das amazonas, ele observou que a pele dos homens, mulheres e crianças da tribo Mossynoeci era coberta com tatuagens de flores coloridas. Pompônio Mela também relatou que tais pessoas marcavam completamente seus corpos com tatuagens. Os sármatas, extremamente associados às Amazonas, recebiam sua primeira tatuagem quando crianças, de acordo com Sexto Empírico e Plínio; Plínio também relatou que entre os sármatas, dácios e bretões, as mulheres “escreviam em seus próprios corpos.”¹³

¹² Hipócrates *Ares, Águas, Lugares* A, 26. Heródoto 5.6; 4.8-13. Dio Crisóstomo *Oração* 14.19. Amiano Marcelino 31.2; cf Pomponius Mela 2.1.10.

¹³ Xenofonte *Anabasis* 5.4.32. Pomponius Mela 1.106. Plínio 22.2.2. Sexto Empírico 3.202.

Clearco de Soles declarou explicitamente que mulheres citas – historicamente homólogas às amazonas – ensinavam a arte da tatuagem às mulheres trácias, que vivam nas fronteiras noroestes da Cítia. Filósofo grego que viajou e escreveu extensivamente sobre a Trácia e a Cítia (cerca de 320 a.C.), Clearco relatou que mulheres citas “costumavam decorar mulheres trácias em todo o corpo, usando fivelas (ou pinos de broche) como agulhas”. Depois de muitas gerações, mulheres trácias começaram a adicionar seus próprios enfeites e outros desenhos aos temas citas. Relatos sobre tatuagens pelos trácios, citas, sármatas, Agathyrsi, Mossynoecians do Ponto, Illyrians, dácios, Geloni e Iaopodes são convincentes evidências que muitas das mulheres conhecidas como amazonas praticavam a tatuagem.¹⁴

Devido ao pensamento grego de que tatuagem eram marcas de degradação, ao invés de símbolos de nobreza, coragem e beleza, eles procuravam explicar o porquê de as mulheres *optarem* pela dor para decorar seus corpos com desenhos permanentes. Clearco sugeriu que as tatuagens foram inicialmente infligidas por violência pelas mulheres citas, e posteriormente incluídas pelas mulheres trácias, que habilmente transformaram tatuagens “vergonhosas” em encantadores ornamentos para o corpo. Os citas invadiram partes da Trácia se casando com os trácios e influenciando sua cultura. Tatuagens forçadas em cativos são certamente atestadas em tempos antigos e modernos. Mas compartilhar temas e técnicas entre as culturas também é bem conhecido.¹⁵ Qual foi o

¹⁴ Clearco, da escola peripatética de Aristóteles, viajou até o Rio Oxus (Amu Darya) em Baktria (Afeganistão). Este relato de seu multivolume *Vidas* está preservado do final do segundo século a.C. *Learned Banquet* 12.27 (524 d, e.). A história de Clearco ocorre numa discussão da decadência das culturas citas e outras culturas bárbaras. Plutarco *On the Delay of Divine Justice* 12 repete a história de que homens trácios tatuaram suas esposas em vingança pela morte de Orfeu, mas essa racionalização reflete a noção grega de tatuagens como punição e contraria com relatos de que homens trácios usavam tatuagens e mulheres trácias eram representadas como já tatuadas quando mataram Orfeu. Tsiafakis 2000. Os túmulos citas oferecem ricas fivelas douradas, afulhas e pigmentos. Estrabão 4.6.10, 7.5.4, Iapodes e Trácios. Plínio 22.2.2. Amiano Marcelino 22.8; 31.2.14-17. Virgílio *Eneida* 4.136; *Georgics* 2.115. Claudian *In Rufinus* 1.313, Geloni da Cítia tatuou seus braços e pernas.

¹⁵ Para relatos antigos similares de tatuagens infligidas e depois tidas com orgulho, e exemplo de tatuadores prisioneiros de guerra na antiguidade clássica, ver Mayor 1999. Relatos de como as tatuagens se originaram muitas vezes se referem anacronicamente à história mais recente e refletem a desaprovação moderna do que antes era considerado como marcas de beleza permanentes. De acordo com lendas croatas na Bósnia e Herzegovina, garotas tatuadas surgiram no início do Império Otomano (1400-1922) como proteção contra sequestros de turcos. O raciocínio tem um anel folclórico (a história na Burmânia, por exemplo, é de que garotas chinesas eram tatuadas para torna-las pouco atrativas para possíveis sequestradores). Em outras partes do Império Otomano, uma versão diferente é contada: turcos supostamente infligiam tatuagens em

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 305-326
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10126

contexto histórico do relato de Clearco? Mulheres citas alguma vez tatuaram cativas trácias? Ou elas simplesmente ensinaram suas vizinhas trácias como se tatuar?¹⁶

Outras evidências literárias sobre costumes de se tatuar entre as culturas dos estepes, vêm de fontes distantes da Grécia. A confederação de nômades do extremo leste da Cítia (Ásia Menor) era conhecida pelos chineses como Xiongnu. Diversas fontes chinesas antigas descrevem as tatuagens como adornos entre os nômades “bárbaros” do norte ao oeste. Por exemplo, o *Liji* (“Registro de Ritos”) do período dos Estados Combatentes e da Dinastia Han (475-87 a.C.) diz que essas tribos “selvagens” comiam a carne e usavam a pele de animais, e alguns tatuavam as testas. O *Zhan Guo Ce* (“Intrigas dos Estados Combatentes”, do terceiro ao primeiro séculos a.C.) diz que os nômades ocidentais gravavam os ombros esquerdos com tatuagens. O *Nan Shih* (“História das Dinastias do Sul”, cerca de 630 d.C.) relata a “Terra dos Tatuados”, onde pessoas “não civilizadas” marcavam a si mesmos com listras e manchas como bestas selvagens; povos siberianos de estatura “gigante” usavam tatuagens significando coragem e estado civil. Muitas representações artísticas em sítios arqueológicos da Dinastia Han à Dinastia Shang (1500 a.C. – 220 d.C.) confirmam que o povo habitante do norte e oeste da China praticavam a tatuagem.¹⁷

Uma história de Han (*Shiji*, “Registros do Historiador” por Sima Qian, cerca de 147-85 a.C.) narra as negociações do imperador com a poderosa tribo de Xiongnu, que exercia constante pressão sobre a fronteira ocidental da China. Os nômades mantiveram a vantagem do quinto ao terceiro século a.C. recebendo preciosos presentes e princesas Han como esposas para selar tratados (ver capítulo 25). Os líderes nômades exigiam que os enviados chineses fossem tatuados (*me [mo] ch’ing*, “tatuagem em tinta preta”) antes que pudessem se encontrar com o *Shan-yu* (“Maior”, chefe). Os chineses, como os gregos, geralmente consideram a tatuagem como uma forma de punição. Entretanto, como na Grécia Antiga, linhas eram borradas entre vergonhosas, heroicas e belas tatuagens para os chineses, especialmente aquelas sobre os poderosos guerreiros nômades do oeste. Alguns enviados chineses, como Wang Wu, um nortista

mulheres cristãs sequestradas. Outros relatos afirmam que as tatuagens começaram como “amuletos” protetores contra a peste na Era Bizantina. Durham 1928, Krutak 2010; praga: Meserve 1999, 175.

¹⁶ Notadamente, Clearco usou a palavra positiva “decorar” para as tatuagens citas ao invés do verbo no negativo. Shapiro 1983, em Amazonas, Trácios e Citas.

¹⁷ Reed 2000, 7, 10-11, 17n38. Murphy 2003, 22. Lebedynsky 2010, 112. A primeira palavra chinesa para escrever, *wén*, refere-se à tatuagem (graças à Victor Mair).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 305-326

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10126

familiarizado com os costumes dos Xiongnu, não teve dúvidas em cumprir as condições dos nômades.¹⁸

Mulheres e tatuagens

Tatuagens são frequentemente associadas às mulheres em muitos exemplos antigos e modernos. Homens trácios tatuados não são representados na arte grega, embora Heródoto, Xenofonte, Cícero e outros, incluíssem homens em suas descrições sobre tatuagens.¹⁹ Evidências arqueológicas sugerem que tatuagens em mulheres têm uma história extremamente antiga pela Trácia e pelo oeste da Cítia. Sítios neolíticos da cultura Cucuteni (4800-3000 a.C.) nas florestas das estepes da Romênia e no sudoeste da Ucrânia, têm rendido centenas de estatuetas femininas de barro inscritas com linhas e espirais; alguns estudiosos acreditam que sejam representações de tatuagens. Junto às estatuetas de barro, arqueólogos também desenterraram um esconderijo de falanges de cavalos com inscrições (ossos dos pés). O formato natural dos ossos sugere um torso feminino nu; os côndilos distais lembram seios ou ombros. Os ossos de quatro polegadas foram alisados e polidos, e em seguida inscritos com formas geométricas (por vezes mamilos eram indicados). Uma interpretação óbvia das decorações é de que elas significariam tatuagens. Estatuetas similares foram descobertas em sítios de mesma datação, próximas à Lykastia, em Ponto (região conhecida por mulheres guerreiras, de acordo com Apolônio de Rodes; capítulo 10). Padrões espirais também decoram estatuetas semelhantes do mesmo tempo no Turcomenistão. Ainda em outra região associada às amazonas Gobustão, no Azerbaijão, têm cerca de sete mil petróglifos antigos (Neolítico-Idade do Bronze) representando símbolos, animais e pessoas armadas com arcos, machados e lanças, algumas montando a cavalo. Uma composição mostra oito mulheres (carregando arcos?) cujas marcas no corpo podem indicar tatuagens.²⁰

¹⁸ Xiongnu: Murphy 2003, 15-24; Linduff 2008, 175-81. “Missão para o oeste” em *Han Shu* 94A.3772 por Zhang Qian (Chang K’ien). Ambivalência chinesa sobre tatuagens: Reed 2000, 5-6n10, 47. Meserve 1989; Meserve 1999, 171-72. Watson 1962, 155-92.

¹⁹ Cícero *De Off.* 7.25, homens trácios tatuados. Herodian 3.14.7 sobre tatuagens geométricas e de animais, de celtas e pictos. David-Kimball 2002, 79, sugere que tatuar era uma arte feminina, baseado em pigmentos minerais encontrados em tumbas de mulheres; Linduff e Robinson 2008, 21-22, 25; Mas pigmentos de tatuagens e agulhas foram encontrados em tumbas de homens, veja abaixo.

²⁰ Cultura cucuteni-trypillian, Anthony 2007; tatuagens, Lobell e Powell 2013. Gobustan é um UNESCO World Heritage Site. Ateshi 2011 e http://gobustan.si.edu/dating_methods_chronology.



Figura 6: Formas femininas do neolítico, inscritas com desenhos que parecem tatuagens. Esquerda e direita, figuras de ossos de patas de cavalo, cultura Botai, Cazaquistão; Centro, cultura Cucuteni, figuras em barro, Ucrânia. Fotos cortesia de Sandra Olsen, montagem por Michele Angel.

A curiosa prática de criar torsos femininos decorados a partir de ossos de cavalos era muito difundida da Romênia e Ponto até o Cazaquistão, o coração da antiga Cítia. Depósitos destas formas femininas talhadas, junto à vastas coleções de remanescentes de cavalos, foram recentemente escavadas em sítios arqueológicos da cultura Botai do norte do Cazaquistão (cerca de 3700-3100 a.C.). Estes povos seminômades estavam entre os primeiros a domesticar os cavalos. Evidências arqueológicas também mostram crânios humanos em tigelas, leite de égua fermentado (*koumiss*; capítulo 9), e aparentemente gozavam de um alto nível de igualdade de gênero, características proeminentes da vida cita-amazona relatada por Heródoto e outros.²¹

Arqueólogos interpretam as marcações geométricas nas estatuetas de osso de cavalo botai como uma das mais antigas representações de construção de roupas. Baseados na suposição de que as marcas nos torsos indicam costuras, cintos e decotes, os arqueólogos sugerem que as cavaleiras botai vestiam vestidos de cânhamo rígidos e folgados até os tornozelos. Se as incisões nos torsos representam roupas, uma túnica ajustada ao corpo pode ser indicada, já que nada abaixo dos quadris é mostrado. (Saias largas podem ser modificadas em uma espécie de calça para andar a cavalo; veja abaixo e capítulo 12).

Uma possibilidade alternativa, não mencionada pelos arqueólogos, é que as linhas em alguns torsos femininos representam tatuagens. Como vimos, pode ser difícil distinguir tatuagens, ou pinturas corporais, de roupas em artefatos antigos. Os padrões botai que os arqueólogos interpretam como costuras, lembram as tatuagens de escadas/cercas que

²¹ Olsen e Harding 2008. Anthony 2007, 216-24. Baumer 2012, 84.

imitam as costuras de mangas ao longo dos braços nus das mulheres trácias, nos vasos gregos. Padrões similares de costuras aparecem em estatuetas femininas nuas de barro do Turcomenistão (2600-2100 a.C.); elas também aparecem em braços tatuados de mulheres bósnias e curdas.²² A superfície deliberadamente alisada do osso de cavalo para fazer parecer mais como um torso feminino bem feito – por vezes com pontos na região pubiana ou mamilos – transmite a impressão de nudez. Se estes objetos possuem um propósito ritualístico, como argumentado por alguns arqueólogos, uma forma feminina nua parece mais apropriada e poderosa do que uma forma coberta. É interessante que os traços, zigzagues, hachuras e escadas, triângulos e *chevrons* prefiguram padrões tanto nos exóticos trajes das amazonas, como nas tatuagens trácias das pinturas nos vasos. No mais, as misteriosas formas femininas criadas com ossos de cavalo apontam para uma antiga e forte relação entre cavalos e mulheres em terras trácias-citas.

Tradições de tatuagens entre mulheres persistem em diversos locais associados com às antigas amazonas, tanto míticas como históricas. Como nos Bálcãs, no Daguestão, entre o Cáucaso e o Mar Cáspio (onde a rainha amazona Marpésia foi atuante), mulheres continuavam a tatuar seus braços com símbolos geométricos. Suas tradicionais marcas incluíam pontos (mensagens amorosas codificadas), luas (para felicidade e sorte) e marcas de pássaros (pensado para tornar uma garota em uma rápida corredora). Tatuagens ornamentais também são praticadas por mulheres de Aghach Eris, nômades falantes de turco-persa do Irã, e pelos turcomenos. Mulheres curdas do norte do Iraque e do sul do Cáucaso que acreditavam ser descendentes dos hurritas, que falavam uma língua caucasiana, ainda se tatuavam com círculos listrados, meias luas, pontos, chevrons, cercas e formas de pentes. Em sua jornada pela Ásia Central no século XIII, Marco Polo descreveu como homens e mulheres usavam agulhas e tinta para gravar “estranhas semelhanças” com aves de rapina, leões e dragões em seus corpos. Em muitas culturas, desenhos de tatuagens são repetidos em roupas, tecidos e outros objetos, os quais ajudam a explicar a similaridade com os temas bárbaros em roupas e na pele de antigos trácios, citas e amazonas, na arte grega antiga.²³

²² Desenhos de costuras parecidas com “escadas” em mulheres trácias tatuadas, e.g. uma ânfora “nolana” do Pintor de Oinocles, ca. 470 a.C., Museu Britânico E 301, Cohen 2000, 107, fig 4.2; e uma hídria do Pintor de Egisto, ca. 470 a.C., Louvre 2587, Oakley 2000, 243, fig 9.9. Figuras do Turcomenistão, Baumer 2012, 65, 66; tatuagens, 134, 161, 186, 189.

²³ Chenciner, Ismailov, e Magomedkhanov 2006. Meserve 1999, 175; Meserve 1989, 219; Field 1958; Smeaton 1937; Izady 1992. Temas de tecidos e tatuagens, S. Pankova em Della Casa e Witt 2013.

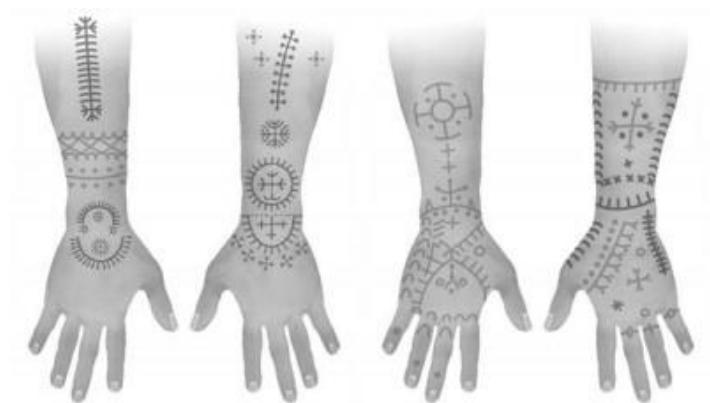


Figura 7: Tatuagens tradicionais em antebraços e mãos de mulheres bósnias (esquerda) e mulheres curdas (direita). Desenhado por Michele Angel.

Alguns estudiosos modernos argumentam que pintores de vasos atenienses desenhavam mulheres trácias para marca-las como “selvagens” que falharam em conformar-se ao ideal feminino grego. Da mesma maneira, o padrão exuberante em roupas vestidas pelas amazonas e pelas citas na arte grega, é pensado como uma convenção artística para sinalizar a “alteridade”. Mas as tatuagens artisticamente realizadas em vasos gregos eram fundamentadas em fatos: já que tatuagens eram vistas diariamente em Atenas. As formas específicas das tatuagens trácias – repetidas em padrões usados pelas amazonas – não eram simplesmente inventadas por artistas gregos em oficinas de cerâmica. Os mesmos desenhos abstratos de animais aparecem em couro, madeira e objetos de ouro escavados em tumbas trácias e citas, por volta de 550-100 a.C., que também combinavam tatuagens com temas tradicionais em habitantes outrora vivos em antigos territórios amazônicos.²⁴

Os métodos e temas de tatuagens são extraordinariamente conservadores e inalterados por milênios (agulhas, pigmentos e estêncils foram descobertos em tumbas citas). Primeiro o desenho era desenhado ou traçado na pele. Um agrupamento de três ou sete agulhas perfuravam o desenho na pele e o pigmento era esfregado (pasta de carbono de cinzas de carvão). A pasta era diversamente misturada com outras substâncias, como seiva, mel, suco de frutos silvestres ou índigo (um pigmento azul), seiva, bile de boi (para definir o corante), saliva, ou o leite materno de uma mulher amamentando uma bebê do sexo feminino ou, nos Balcãs, de

²⁴ Tecidos citas: Polosmak 2003, Rolle 1989, 95-98; Barber 1991; Phoenix e Arabeth 1999; Han 2008, 50 fig 3; Murphy 2003, 5: roupas de lã em túmulos citas, quatro cores, decorações triangulares e romboide; Wagner et al. 2009; Barber 2000.

um menino. As tatuagens coloridas de flores dos Mossynoeci de Ponto, sugerem que os pigmentos coloridos eram conhecidos na antiguidade.²⁵

Recentemente, em 2013, equipamentos de tatuagem foram escavados próximos a um esqueleto vestido em uma túnica ricamente decorada, e calças, enterrado com objetos luxuosos num kurgan sármata-cita nos estepes entre os Montes Urais e o Mar Cáspio. O kit de tatuagem consiste em pigmentos e colheres para mistura-los em duas paletas de pedra, agulhas de ferro douradas e outras ferramentas. Muitos sepultamentos citas contém itens similares que foram confundidos com cosméticos femininos por arqueólogos anteriores.²⁶

Abundantes evidências tornam seguro assumir que os gregos eram familiarizados com as práticas de tatuagem da Cítia e de tribos relacionadas à Eurásia, e que esperariam que as mulheres conhecidas por amazonas usassem desenhos com tinta. A mais poderosa prova está congelada no tempo – inscrita na pele de corpos mumificados recuperados de geladas sepulturas em Altai. Graças às extraordinárias descobertas recentes, agora sabemos que tipo de tatuagens foram utilizadas por verdadeiras cavaleiras nos estepes.

Tatuagens de múmias congeladas da antiga cítia

Em 2003, no laboratório científico do Museu Hermitage em São Petersburgo, arqueólogos observaram atentamente os raios infravermelhos aplicados nos corpos mumificados de homens e mulheres citas da época de Heródoto. Invisíveis ao olho nu até o momento, imagens de cervos e desenhos de outros animais pareciam surgir magicamente sobre a pele. O pigmento de carvão desbotado de excepcional qualidade, e elaboradas tatuagens se tornaram visíveis sob a luz infravermelha, permitindo aos arqueólogos russos L. L. Barkova e Svetlana Pankova fotografar pela primeira vez um impressionante número de tatuagens anteriormente escondidas. Característica da antiga arte cita de “estilo animal”, as imagens das peles recém-descobertas incluem cervos, alces, cavalos, ovelhas montesas (*argali*), tigres, leopardos, pássaros e criaturas imaginárias com bicos, asas e fantásticos chifres. Os desenhos foram espetados na pele com agulhas e depois esfregados com fuligem. Acredita-se que os tatuadores citas foram os primeiros a usar estênceis de transferência – um estêncil de couro recortado de uma tatuagem de carneiro de uma das múmias foi

²⁵ Truhelka 1896; Krutak 2010; Field 1958, Durham 1928. Rudenko 1970, 112. Seda com fio carregado de fuligem: Meserve 1999, 181n2; Mayor 1999; stencils, Phoenix e Arabeth 1999. Tatuagens coloridas do século IX China: Reed 2000.

²⁶ Yablonsky 2013.

encontrado em seu túmulo. Muitas das figuras de animais foram cuidadosamente colocadas no corpo para dar um efeito ondulante quando a pessoa se movesse ou flexionasse seus músculos.

As estepes de Altai abrangem partes da Rússia, Cazaquistão, China, Mongólia e a República de Altai. A vasta região está repleta de kurgos de povos nômades intimamente relacionados aos grupos saka, sármata e cita que costumavam percorrer as vastas altas planícies entre o Mar Negro e a Mongólia.²⁷ Os corpos das duas mulheres e dos dois homens armazenados no Museu Hermitage foram enterrados com tesouros de ouro e cavalos sacrificados dos séculos V ao III a.C. Seus corpos foram preservados inteiramente intactos pelo pergelissolo (camada de solo congelada) do Vale Pazyryk (“Monte”), na Rússia. Quando os primeiros túmulos da cultura pazyryk foram escavados em 1947-49 por Sergei Rudenko, as extensas tatuagens de animais de apenas um guerreiro (o famoso “chefe tatuado de pazyryk” no segundo monte) eram visíveis. A câmera infravermelha captou uma nova tatuagem de um galo em seu dedo. Outra múmia congelada da tardia cultura de Tashtyk, do século I d.C., havia sido escavada em 1969 em Khakasia, ao norte. Ele também era muito tatuado com meias luas, rosetas, arco e flecha e grandes figuras não identificáveis.²⁸

Uma das mulheres pazyryk tinha em torno de quarenta anos quando foi enterrada ao lado do chefe tatuado no segundo monte. Mais de dois milênios depois de sua morte, a câmera infravermelha revelou que ela também estava intrinsecamente tatuada. Em seu ombro há um fantástico cervo torcido. Ele possui um bico de grifo e galhadas pretas com dentes em forma de cabeça de grifo (um tema visto em artefatos trácios e citas). Em seu outro ombro há uma ovelha da montanha contorcida. Um desenho realista de chifres de cervo circunda seu pulso.

A outra mulher, com cerca de cinquenta anos, foi enterrada na quinta montanha com um homem de cerca de cinquenta e cinco. Graças à tecnologia, agora podemos finalmente ver suas finas tatuagens. O corpo do homem está excessivamente tatuado com pássaros, dois cavalos com rostos expressivos, cinco cervos, três ovelhas e um enorme tigre furioso envolvendo seu ombro esquerdo e seu peito. Os braços e mãos da mulher

²⁷ Citas dos estepes Altai: Han 2008.

²⁸ “Descobertas de tatuagens” 2005. Rudenko 1970, 110-14, 247-66. Barkova e Pankova 2005. Tatuagens tashtyk são evidentes em máscaras de gesso entre os bens enterrados e os temas estão repetidos em seus tecidos: Pankova em Della Casa e Witt 201; Baumer 2012, 171; Achados pazyryk, 186-92. Tumbas “citas” comparadas com Heródoto: Ivantchik 2011, tatuagens, 92.

estão cobertos de tatuagens. Em seu antebraço esquerdo, uma enorme ave de rapina ataca um cervo que está lutando. Em seu antebraço direito, uma elegante tatuagem retrata um leopardo e dois tigres-do-cáspio atacando um veado e um alce malhado, ou um gamo com largos chifres (o habitat do tigre-do-cáspio se estende desde o Cáucaso até o Altai). Os arqueólogos acreditam que esta complexa composição de “cartelas” demonstram uma influência chinesa. Seda e artefatos chineses foram encontrados em diversas Altai de Kurgan, demonstrando troca e quiçá alianças matrimoniais com a China; bens enterrados em túmulos pazyryk vieram da China, Índia e Irã.²⁹

Os arqueólogos do Museu Hermitage ficaram encantados ao descobrir que tais mulheres dos estepes eram tatuadas. Eles seguiram um palpite baseado nas escavações de Rudenko em 1947 do chefe tatuado e de outros notáveis corpos, em 1993, na região do Altai. Naquele ano, a arqueóloga russa Natalya Polosmak desenterrou a emocionante descoberta de um luxuoso túmulo, não saqueado, de uma sexta múmia congelada por dois mil e quinhentos anos.

Com a ajuda de alguns soldados russos parados no solitário posto avançado no alto planalto de Ukok (7.500 pés), Polosmak e sua equipe escavaram um grande cerca de arame farfado de Kurga de exatamente dez metros que demarcava uma “terra-de-ninguém” na fronteira com a China. Depois de duas semanas cavando o monte daquela primavera nevada, eles encontraram um caixão de madeira de lariço decorado com grandes recortes de couro de cervo. Erguendo as quatro unhas de cobre que prendiam a tampa, encontraram um bloco de gelo dentro. A equipe cuidadosamente colocou copos d’água quente sobre o caixão. Por fim, surgiu um ombro coberto de pelo de marta (zibelina). Polosmak levantou a pele e viu “uma brilhante tatuagem azul de uma magnífica criatura parecida com um grifo” na pele da mulher. Polosmak identificou a “Princesa do Gelo” como “uma das múmias amazônicas” da cultura pazyryk.³⁰

²⁹ Barkova e Pankova 2005. O kurgan pazyryk estava saqueado na antiguidade, nenhuma arma foi encontrada nos montes 2 e 5. Itens trocados: Baumer 2012, 187-91.

³⁰ Polosmak 1994. Bukker 2011. Princesa do Gelo, kurgan Ak-Alakha 3, monte 1.



Figura 8: Cartela de tatuagem de um leopardo e dois tigres atacando um veado e um alce, no braço de uma múmia feminina congelada, revelado por câmera infravermelha, monte 5, Pazyryk, quinto ao terceiro séculos a.C. Desenhado por permissão, cortesia de Svetlana Pankova; de Barkova e Pankova 2005, fig. 14.

Uma alta cavaleira (167 cm) com aproximadamente vinte e cinco anos quando faleceu, em torno de 500 a.C. Seus seis cavalos castanhos com deslumbrantes rédeas douradas haviam sido sacrificados e enterrados ao redor dela. Ela usava elaborados brincos, uma túnica de seda amarela e marrom, um imponente cocar enfeitado com veados e cisnes, botas de feltro e pele bordadas até a coxa e uma larga saia de lã vermelha que podia ser levantada para andar a cavalo por um cinto vermelho trançado. Análises de suas roupas mostraram que sua túnica chinesa era feita de seda selvagem indiana e que os corantes eram originários do leste do mediterrâneo ou do Irã. Os exóticos bens mostram que a cultura pazyryk “tinha amplas e extraordinárias conexões com a China, Índia, Irã e com o Mediterrâneo”. Para sua jornada após a vida, ela estava acompanhada por uma tigela de leite de égua fermentado (*koumiss*), um prato de madeira para carnes com uma faca de bronze, e seus objetos de uso diário, incluindo um pequeno espelho com um cervo gravado atrás.³¹

³¹ Polosmak 1994; Molodin 1995 (múmias de homens tatuados de Ukok). “Princesa Siberiana” 2012. “Segredos de moda e beleza” 2012. A Princesa do Gelo retornou à República de Altai em 2012, onde está em um sarcófago de vidro no Museu Nacional Republicano. Trocas citas com a China e Índia, Stark et al. 2012, 121-38, “Tribos perdidas” 2013.

Cavalos, cervos e grandes felinos eram animais extremamente importantes para os povos citas. Seu estilo artístico único frequentemente apresentava cervos com corpos torcidos e exagerados chifres ramificados. (Eles enfeitavam até mesmo seus cavalos com chifres). O ombro da Princesa de Gelo foi decorado com um grande cervo retorcido com um bico de grifo e com extravagantes chifres estilizados, cada ponto terminando na cabeça de um grifo (muito semelhante às tatuagens da mulher pazyryk). Seus braços foram decorados com uma ovelha da montanha e uma pantera malhada ou um leopardo da neve. Outra cabeça de cervo com chifres ornamentados envolve seus pulsos como a “pulseira de chifres” na mulher pazyryk abaixo. Dois homens enterrados nas proximidades tinham tatuagens de cervo semelhantes em seus ombros e peitos. Cervos com chifres também são proeminentes em petróglifos e “pedras dos cervos” esculpidas, encontradas da Mongólia ao Mar Negro (capítulo 14).³²

Para sociedades orais, como os citas, as tatuagens poderiam codificar ideias mitológicas e histórias tradicionais. Os belos animais estilizados e desenhados são certamente decorativos, mas provavelmente possuíam profundos significados para os indivíduos da tribo. Tatuagens podem ser vistas como uma linguagem viva escrita no corpo, uma forma de comunicação inscrita. Cada cena e animal pintados existiram dentro de um repertório de histórias comumente mantidas, enquanto detalhes específicos poderiam se referir à experiências pessoais (como caçadas bem sucedidas, ritos de passagem, sonhos) das pessoas tatuadas. Talvez indivíduos extremamente tatuados fossem contadores de histórias ou xamãs cuja arte corporal servisse de ilustração para narrativas culturais. Relatos gregos descrevem os citas totalmente vestidos, nunca nus ou seminus em público (ao contrário dos gregos). Muitos pintores de vasos enfatizaram isso ao retratar amazonas vestidas com mangas compridas e *leggings* lutando contra guerreiros gregos nus. Como suas dramáticas tatuagens não seriam normalmente observadas por inimigos ou estrangeiros, o arqueólogo russo Sergey Yatsenko sugere que as tatuagens citas eram “armas espirituais” e protetores mágicos particulares.³³

³² Pedras de cervos, Murphy 2003, 12; petróglifos de cervos, Stark et al. 2012, 65-66.

³³ Princesa do Gelo como contadora de histórias ou xamã: “Princesa Siberiana” 2012; tatuagens como narrativas: “Múmias Tatuadas” 2012 (entrevista televisiva de Pankova). Ver Marazov 2011b, 134-38, na arte, e supostas tatuagens como “linguagem principal para recordar ideias mitológicas” em artefatos trácios. Tatuagens de símbolos abstratos podem ter sido uma forma de “escrita”, com semelhanças com tamgas, ver capítulo 14 sobre linguagem. Sergey Yatsenko citado em Lobell and Powell 2013.

Evidências de costumes de tatuagens ainda mais antigos vieram à tona no norte da China. No deserto de Taklamakan, e em outros locais da bacia de Tarim ao longo da Rota da Seda, numerosas múmias de homens e mulheres foram naturalmente desidratadas na areia por aproximadamente três mil anos. Suas culturas e origens são misteriosas, mas seus corpos extremamente bem preservados estão tatuados com formas geométricas que se repetem em suas roupas de seda estampadas, ainda brilhantes e coloridas depois de muitos séculos.³⁴

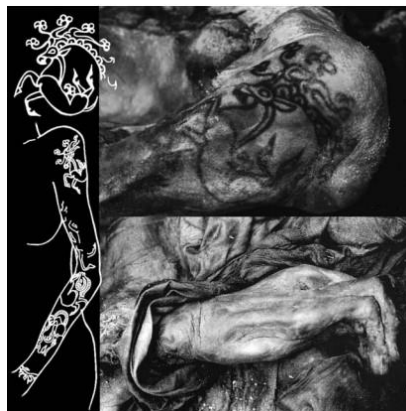


Figura 9: Tatuagens da “Princesa de Gelo”, descoberta por Natalya Polosmak, Plato Ukok, quarto século a.C. Imagens cortesia de Svetlana Pankova, Museu Hermitage, S. Petersburgo.

Múmias são raras; elas dependem de condições muito especiais mantidas dentro de câmaras funerárias durante milênios.³⁵ Os ocupantes mais comuns das tumbas de nômades dos estepes são meros esqueletos. No entanto, até mesmo os esqueletos podem revelar evidências de tatuagens entre os citas. O exemplo mais surpreendente é a figura de uma cobra impressa no osso da canela de um nômade da Idade do Bronze que foi enterrado perto do Mar de Azov. A tatuagem de carvão inserida na pele foi transferida para o osso da canela durante a decomposição do corpo. Um exemplo mais horripilante vem de um antigo texto chinês afirmando que traços de tatuagens poderiam ser identificados nos crânios ou nos ossos das canelas dos mortos. De fato, a exame por Sergei Rudenko da múmia pazyryk tatuada mostrou que as agulhas penetraram profundamente no músculo.³⁶

³⁴ Mallory e Mair, 2008; Barber 2000: 67, 130.

³⁵ Aquecimento global, derretimento do gelo, assim como pilhagem e as estradas modernas ameaçando a preservação das múmias de Altai: Gheyle 2006; Han 2008.

³⁶ Natalia Shishlina, em Della Casa e Witt 2013. Reed 2000, citando entrada de tatuagens 285-86 de Duan Chengshi, *Youyang zazu* (cerca de 800-863 d.C.), 30.

As múmias de Altai e Tarim são provas tangíveis de tatuagens entre os povos nômades intimamente relacionados com os grupos identificados como citas e amazonas por seus contemporâneos, os antigos gregos. Os temas comuns de cervos nas mulheres trácias e nas mangas e calças das amazonas em diversas pinturas de vasos gregos são impressionantes. Os pintores dos vasos reproduziram precisamente os desenhos e animais preferidos por verdadeiros citas para decorar suas peles, tecidos e outras posses. Se a Princesa de Gelo e suas companheiras pudessem observar as pinturas nos vasos de mulheres trácias e amazonas, elas reconheceriam as tatuagens de cervos como miniaturas decorativas de si mesmas. Enquanto observadores gregos dos vasos poderiam se perguntar se as marcas exóticas nos braços e pernas das amazonas eram parte de sua roupa colada à pele ou se estavam inscritas em sua pele nua. Eles poderiam até mesmo conceber *ambas* as opções, imaginando que o tecido estampado escondia a pele estampada.

AS ORIGENS DA ROTA MARÍTIMA: MARES, BARCOS E HOMENS¹

Pascal Arnaud²

No século IV d.C. o compilador Marciano de Herácleia (*Per. Mar. Ext.*, 1.2 = Müller1855, 517, sq.) opunha nestes termos a diferença entre a rota terrestre e a rota marítima:

De fato, uma navegação no mar não se desenvolve de acordo com uma sequência de locais de localização consensual (topoï homologéménoï), como quando se viaja em terra emprestando uma via pública. Para o propósito da apresentação, vamos supor um golfo que segue a costa em um perímetro de cem estádios. Se alguém sair por mar perto da costa, ele encontrará um número de estádios substancialmente menor do que aquele que será obtido por quem anda por terra. No entanto, não será muito longe do valor exato. Aquele que navegar mais longe da costa encontrará um número de estádios menor do que aquele que será encontrado ao longo da costa mais próxima, e assim por diante, sempre que o arco descrito pela travessia for mais curto.

Em efeito, uma rota marítima não é traçada, não é limitada e não possui postes indicadores. Mesmo no caso considerado aqui por Marciano, de uma rota entre dois pontos terrestres teoricamente conhecidos (os dois cabos limitando um golfo), aquele que é responsável pelo navio possui de fato a escolha de um número infinito de rotas pouco diferentes umas das outras, mas que em todo estado de caso, não procedem de uma rota pré-estabelecida, mas de uma decisão de rota baseada na combinação de parâmetros variáveis, que podem ser tanto condições específicas para um dia específico, os imperativos ligados a uma carga ou a uma prática comercial, bem como à rotina.

Quanto mais distante da costa, mais ampla é a margem de escolha e mais ampla a gama de possibilidades, à medida que nossa percepção da materialidade da rota se torna obscurecida. No entanto, a reconstituição de rotas marítimas é uma questão essencial na história do antigo comércio

¹ Este texto foi publicado originalmente como capítulo do livro *Les routes de la navigation antique - Itinéraires en Méditerranée* (Capítulo I), de autoria de Pascal Arnaud (Paris: Editions Errance, 2005); foi traduzido com a anuência do autor e da editora. Tradução de Felipe Alberto Dantas – felipealbertodantas@hotmail.com

² Professor emérito de História do mundo romano do Departamento de História da Universidade de Lyon II - arnaudp2003@yahoo.fr

marítimo. É a própria reconstituição do espaço-tempo do mundo mediterrâneo grego e romano.

Rotas e fluxos

Uma questão de fundo para qualquer um que se interesse pela navegação e pelo comércio antigos: por onde os navios passavam realmente, quando transportavam, a partir de um ponto A, um objeto produzido em um ponto B para um porto C, a partir do qual ele era vendido para um local de consumo D, sabendo que B e D são geralmente as únicas certezas? Uma série de questões relacionadas emergem rapidamente: existiram itinerários de ida e de retorno distintos (Janni, 1998: 44-45)? Qual era o grau de segmentação dos percursos? Qual poderia ser o tempo normal dos trajetos? Como, sem mapa, bússola ou astrolábio, levava-se um navio à sua destinação?

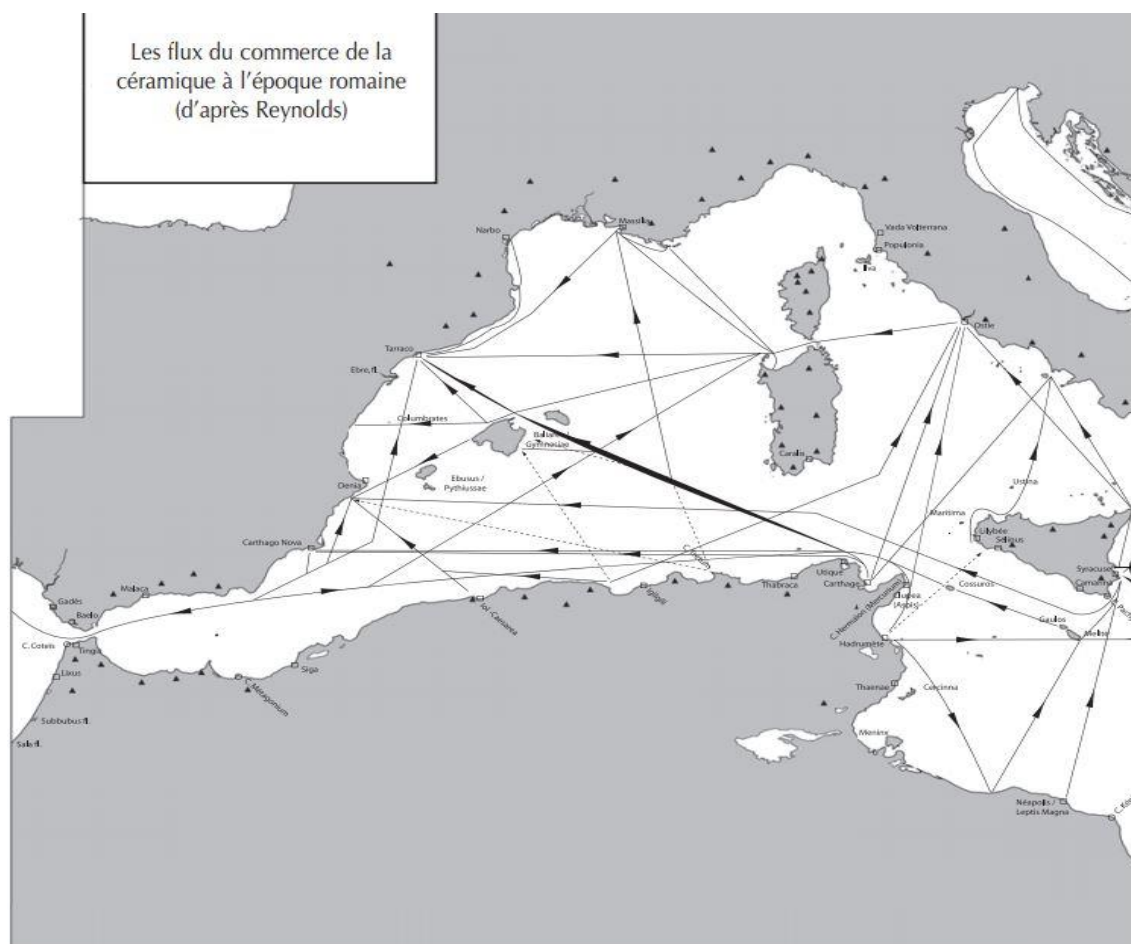




Fig. 1. Esse mapa não ilustra na realidade rotas, em estrito senso, mas os grandes fluxos comerciais da cerâmica antiga, em suas diversas formas (ânforas, louças, azulejos, objetos).

Irritantes questões as quais temos dificuldades de responder, com base na documentação clássica, desde que resistamos à tentação de limitar a navegação antiga a dois esquemas opostos também muito redutores: aquele que assimilaria a rota de navegação a uma linha reta entre um ponto de partida e um ponto de destino, e o que limitaria a navegação antiga à cabotagem. Porém, essas duas tendências continuam a organizar as reconstituições da maior parte da erudição moderna. É por isso que a realidade da navegação nos escapa, desde que saíamos de histórias de viagens calamitosas ou dos dados da arquitetura naval. As viagens normais, em regra, não são contadas, ou há apenas a menção de um tempo de percurso, total ou parcial. Quanto ao nosso conhecimento da arquitetura naval, com a exceção de alguns destroços de naufrágio de grandes dimensões, ele é geralmente limitado a unidades muito pequenas, das

quais raramente há mais do que o fundo do casco. Afundadas em águas rasas, mais perto da costa, seja por ocasião de um itinerário costeiro ou no final de uma travessia, ou ainda à saída de uma longa deriva, elas envolvem normalmente pequenas embarcações engajadas em um comércio de redistribuição e raramente podem ser solicitadas para revelar de modo claro rotas de grande distância.

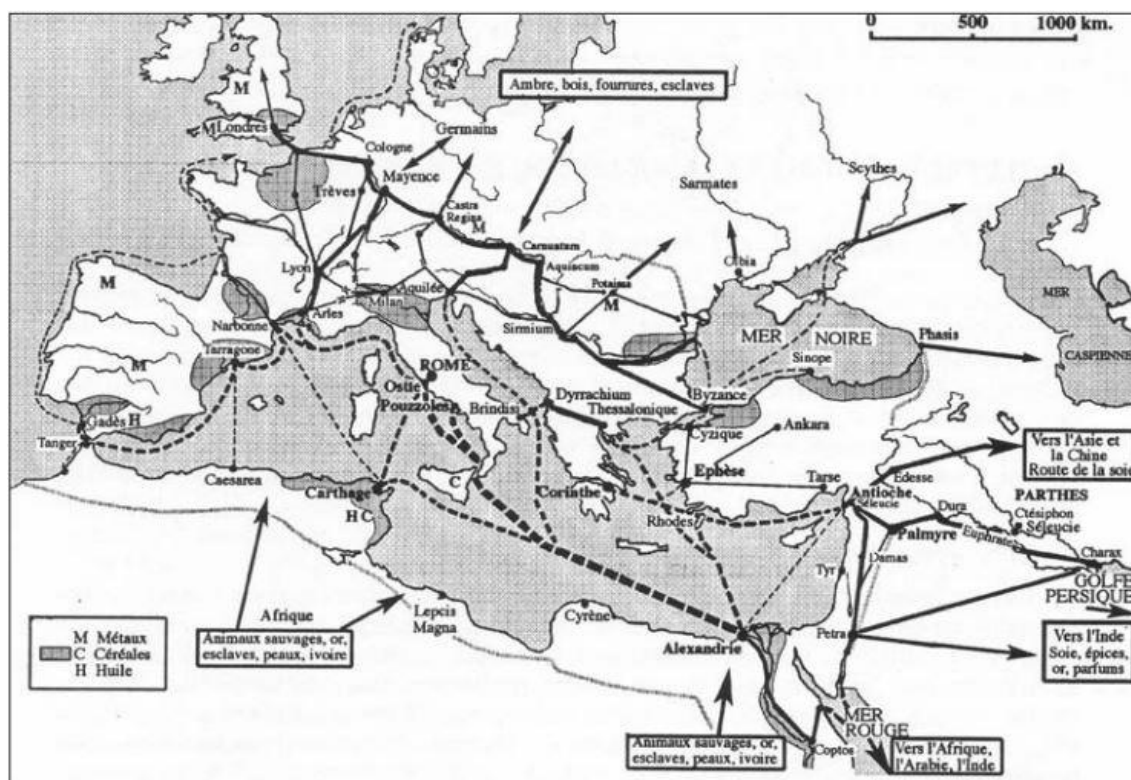


Fig. 2. Os grandes fluxos de mercadorias do Mediterrâneo romano, a partir de Westermann, Y. Perrin et TH. Bauzou 1997. Notaremos a representação, herdeira de J. Rougé, de rotas com traçados próximos do itinerário mais direto, sem jamais se confundir com ele. Esse modo de representação tende a dar crédito a uma leitura marítima moderna das rotas de navegação;

É realmente muito difícil de inferir a partir do carregamento dos destroços, em detalhe, a rota seguida pelo navio até ao seu naufrágio³. Uma carga múltipla não requer necessariamente uma multiplicidade de escalas comerciais identificáveis à origem de cada um dos produtos transportados. Foi o geralmente postulado para a última viagem dos destroços do Kyrénia. Esta unidade, cujas dimensões mal excedem as de uma simples e confortável embarcação de recreio de hoje, tinha uma cabine na popa e um vagão na frente, e afundou em Chipre, no final do século IV a.C., provavelmente como resultado de um ato de pirataria. Sua carga incluía 404 ânforas, incluindo 343 ânforas *Rhodianas*, 29 rodas de grão dispostas

³ Para a contribuição e estudo de navios naufragados (natureza, distribuições, tonelagem, de origem e de datação), ver Gianfrotta-Pomey 1980 e Pomey Rieth-2005.

em 3 fileiras e 10.000 amêndoas (inicialmente armazenadas em sacos), e serviu de base para a reconstituição de seu itinerário desde o Pireu, pelas Cíclades. Se as conclusões tiradas a partir do carregamento são exatas, elas ilustram as práticas comerciais próprias a um pequeno cabotador. Inversamente, o naufrágio do Cabrera III dá o exemplo de uma carga de proveniência variada, que não pode ser utilizado para definir a rota do navio, embora as origens das várias ânforas que compõem esta carga mista sejam bem conhecidas. De fato, o carregamento foi organizado em uma única operação e os vários tipos de ânforas foram dispostos em posições que se adaptavam à sua forma e peso: na periferia, contra o casco, para uns, no centro para outros. Nestas condições, é impossível presumir, em princípio, uma relação direta entre os portos de partida e os portos de chegada das mercadorias (Pomey, 1997: 121-127 e 146-159 sobre o comércio de redistribuição).

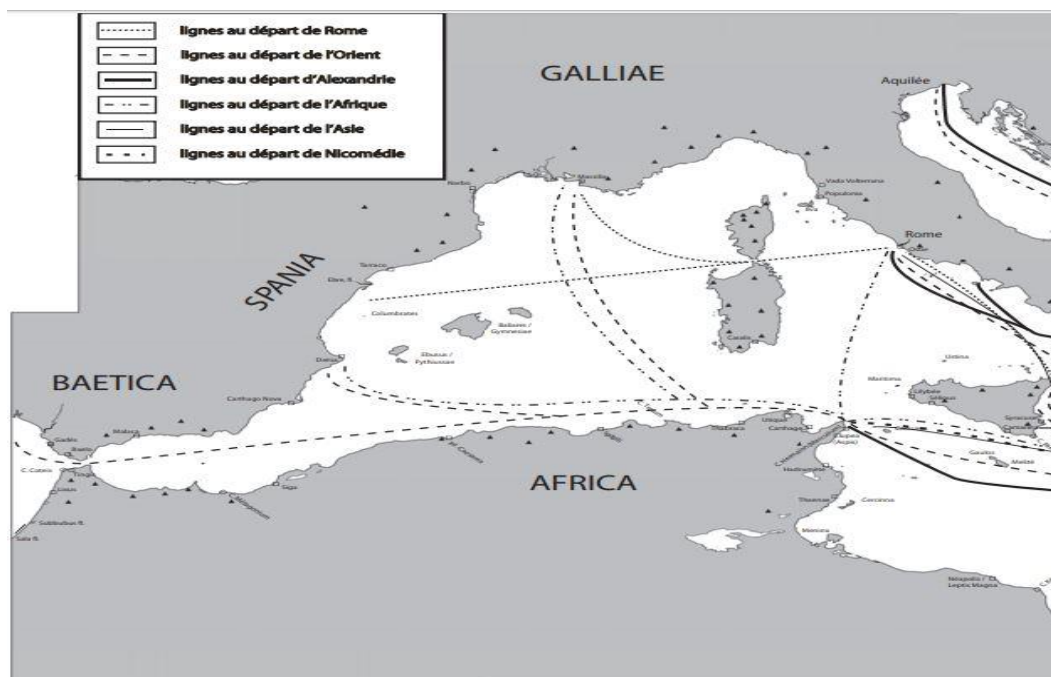
As capacidades técnicas das embarcações, como veremos, não nos dizem mais, mas é agora provável que, na sua grande variedade, cada um dos tipos de embarcações tenha sido adaptado às exigências de um programa e/ou de uma bacia de navegação, e há uma boa probabilidade de que as embarcações destinadas à navegação ao largo, em sua maioria, eram capazes de realizar - ao preço de manobras, gestos e dificuldades por vezes específicas, tendo em conta as suas particularidades e evoluções tecnológicas - a totalidade de evoluções de que um navio de aparelhamento quadrado era capaz até antes de meados do século XVIII.

Existe, de fato, uma certa confusão em torno da noção de rota marítima, que não distinguimos suficientemente do fluxo marítimo. A rota marítima é a rota real entre A e B, quando o fluxo se refere à constatação de que um produto considerado como tendo sido produzido num ponto A foi transportado até um ponto B. As condições naturais de navegação nunca impediram os fluxos, enquanto a economia ou a política se impunham. Por outro lado, elas impunham um número limitado de rotas determinadas e favoreciam certos itinerários. A maioria dos mapas comerciais estabelece relações diretas, como que tiradas à régua do mapa, por vezes ao ponto de evocar uma “ponte aérea” entre o local de produção e o local de consumo de uma série coerente de objetos. Certamente, o produto concernido, passou do ponto A para o ponto B, e assim um fluxo comercial pode ser determinado. No entanto, deve ter-se o cuidado de que o fluxo comercial assim identificado nunca seja confundido com a rota realmente realizada por um navio. Se os fluxos comerciais podem, e devem fornecer evidências para estabelecer hipóteses de rotas, eles não podem sozinhos revelá-las.

A evolução do pensamento de R. Duncan-Jones é notável a este respeito. Em um primeiro livro (1974: 366-369), ele tentou, com base nos dados do *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

édito do Máximo de Diocleciano, um estudo comparativo dos custos dos transportes por vias fluviais e marítimas. Para fazer isso, ele necessitava de duas unidades comuns: uma para o objeto transportado, a outra para a distância, a fim de alcançar uma comparação dos custos por quilometro do transporte do mesmo objeto. Para o produto de referência, um problema se impunha: o do valor em capacidade do *modius kastrensis* (o "alqueire campestre") de trigo, que era desconhecido, comparado com o *modius* (alqueire) itálico. Pela distância, ele se limitou a procurar a linha mais direta.

Porém, poderíamos nos surpreender que, quando ele encontrasse a chave para o valor do *modius kastrensis*, que teria lhe permitido especificar sua grade (Duncan-Jones, 1996; Arnaud, 2001), ele não a usou para atualizar sua tabela de custos. As teses desenvolvidas em seu destacado trabalho, dedicado à estrutura e à escala na economia romana mostram que, de fato, ele havia admitido, a partir de então, que uma abordagem estritamente quilométrica não fazia sentido e que a fragmentação dos percursos, à qual ele foi o primeiro a colocar em princípio (Duncan-Jones, 1990: 17), impunha levar em conta a duração global de um percurso e, portanto, não mais um itinerário teórico, e sim um itinerário prático e real.



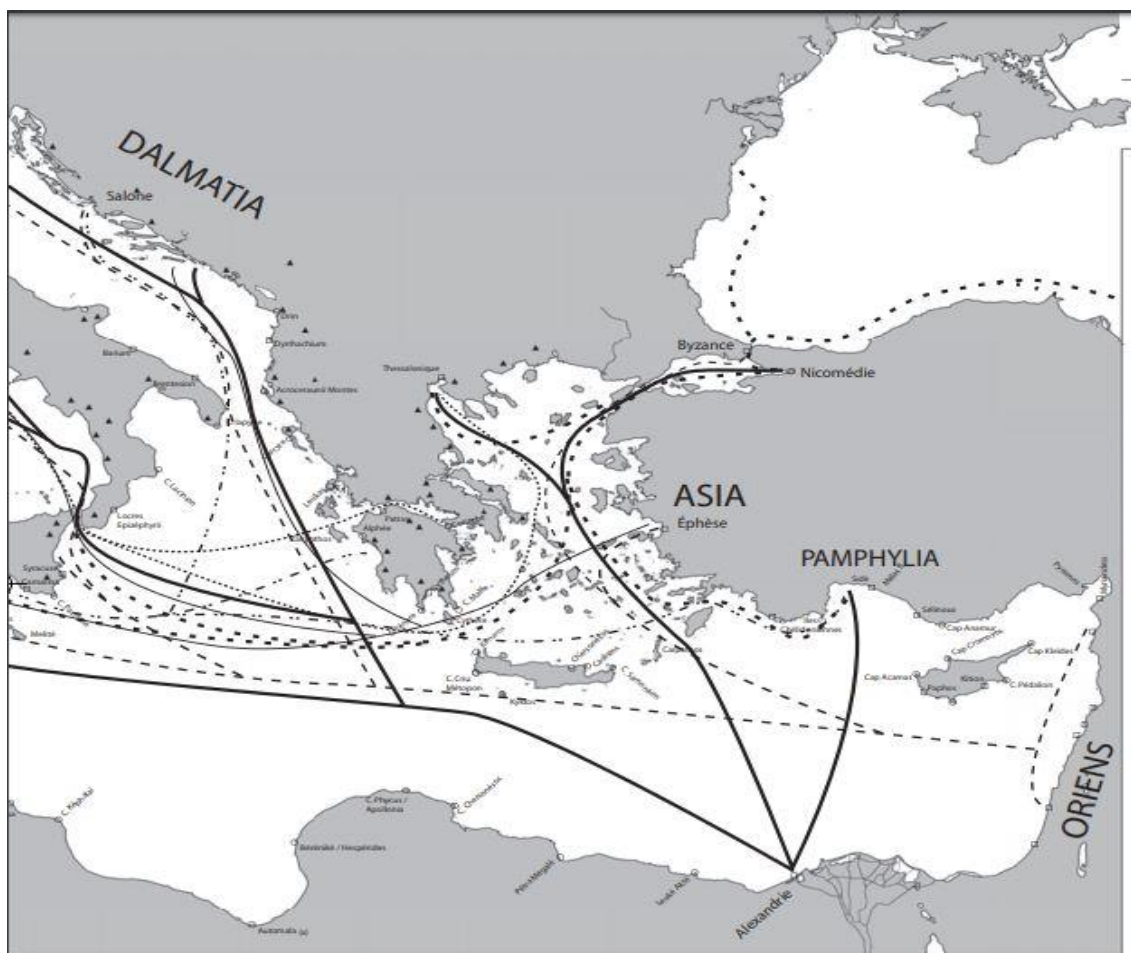


Fig. 3. As rotas do Mediterrâneo segundo os dados do Édito de Diocleciano (301), depreendidas de J. Rougé (P.A.). Esse édito, que fixa o preço Maximun de um certo número de produtos e serviços, fixa o custo unitário do transporte de um “alqueire campestre” de trigo, sobre um certo número de relações à grande distância reportados nesse mapa. Somente os pontos de partida e chegada são dados no texto do Édito. O traçado da rota é uma proposição de J. Rougé que tende a dar crédito a uma percepção bem direta e marítima da rota.

O itinerário selecionado em 1974 para estabelecer o custo marítimo de referência era exemplar: aquele de Roma à Alexandria, pelo qual ele supunha a hipótese de uma viagem em linha reta. Esse itinerário é admissível no sentido de retorno de navios de transporte de provisões vazios, em direção à Alexandria. Mas o conjunto da documentação disponível sugere que as duas principais rotas utilizadas para a ida eram mais indiretas, de acordo com as condicionantes inerentes ao regime dos ventos predominantes, e que elas passavam seja pela Cirenaica e Sicília, seja pelo Chipre, pela Lícia, Rhodes e pelo sul de Creta⁴, segundo um itinerário que continua bastante frequentado até o fim da navegação à vela.

⁴ A rota alternativa, através da Cirenaica (que poderia facilmente se ramificar rumo à Creta e reintegrar-se a uma rota clássica) e da costa do Norte da África para a Sicília, foi *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

A resistência da imagem intelectual da rota direta é surpreendente: depois de ter demonstrado claramente a existência desses dois itinerários, J. Rougé (1966: 88-89) desenhava um mapa das principais rotas de navegação que excluía esses dois caminhos, desviados, em proveito de uma representação mais direta da rota de Alexandria a Roma, pelos Cárpatos (Scarpanto), quase que impensável para qualquer estação no sentido Alexandria-Roma.

Em detalhe, sempre que uma incerteza persiste, a tendência tem sido estabelecer uma linha direta entre a última escala e o primeiro destino conhecido: um navio parou em Cyrene, ou em Parætonium (Hieron., *Vit Hilar.*: 35-36) em direção à Sicília? Considera-se então ter cruzado "diretamente" até a Sicília. Mas qual é o significado de "diretamente"? Deveríamos ouvir "Em linha reta" ou "sem outra parada em outro porto"? É isso que teremos que estabelecer.

As condições naturais

As rotas marítimas que tentaremos destacar, e cuja lista certamente não será exaustiva, dependem em grande medida das condições naturais, que estabelecem um quadro restritivo, mas não a ponto de se estabelecer em restrição absoluta, e se as condições naturais e as soluções técnicas constituem os dados básicos da rota, só permitem definir um número limitado de soluções razoáveis. A rota é sempre uma escolha, muitas vezes óbvia, mas não tanto quanto podemos imaginar. Ela incorpora restrições naturais conhecidas (o tempo que faz) e calculadas (o tempo que se pode razoavelmente pensar que vai fazer) com base em uma profunda compreensão, tanto do padrão meteorológico para a temporada do percurso, da área ou áreas em que está prestes a navegar, e da própria rota, que condiciona a lista dessas áreas. Com exceção de alguns casos excepcionais, todos duvidosos, a imagem odisséiana da navegação antiga, mesmo aquela do período arcaico, empregada por um marinheiro aventureiro e explorador, deve ser substituída em favor da observação das rotinas marítimas baseadas na integração, pela aprendizagem, de conhecimentos multisseculares acumulados por gerações de navegadores

inferida por Casson (1971, 297-298) e Rouge (1966, 86-99) a partir de uma carta de um recruta de Alexandria confiada a uma pessoa de Cirene que conheceu durante a sua viagem a Roma (Pap. Mich.490, II e século). Esta linha, normal no século XI, por razões políticas óbvias, desenvolve-se no verão contra ventos e correntes, e é com razão que Rouge o refere a um período particular do ano: o soldado autor desta carta, de fato, chegou ao seu destino, Pouzzoles, bem cedo na estação, em 20 de maio. Pryor (1992, 6-7, 90, 99) e McCormick (2001, 503) consideram a rota pela Lícia como o itinerário normal.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

e transmitidos pela aprendizagem de marinheiro a marinheiro, piloto a piloto.

No entanto, no caso de fenômenos meteorológicos fora do controle dos trabalhadores do mar, esta escolha envolve uma parte de aposta. É bem verdadeira que uma das maiores figuras da tópica literária, durante toda Antiguidade, é a que fez da navegação marítima o lugar por excelência para o exercício dos caprichos da Fortuna. Se a rota escolhida for o resultado de normas ambientais conhecidas (Morton, 2001) (ventos predominantes, efeitos sobre estado do mar, natureza e posição das zonas costeiras sob o vento), mas também das limitações técnicas e do comportamento humano, este últimos *in fini* que determinam a escolha. O caminho realmente seguido é, em primeiro lugar, o feito dos caprichos do clima, mas é igualmente o resultado da adaptabilidade dos marinheiros a bordo a estas alterações, que pressupõem o conhecimento, em função da posição estimada do navio, das consequências, em termos de rota, das decisões tomadas para fazer face à emergência inesperada de condições desfavoráveis. O homem permanece mestre em todos os aspectos do seu destino: não são as condições naturais, mas o conhecimento delas, como também não são as limitações técnicas, mas o interesse, o conforto ou o prazer de manter esta ou aquela manobra em vez de outra, que determina a escolha de uma rota, e cabe sempre ao que comanda, como último recurso, escolher, numa situação específica, uma determinada rota. Que elas sejam naturais ou técnicas, as restrições definem a não ser um quadro geral, ao interior do qual se inscrevem sempre várias possibilidades que abrem o caminho a estratégias diversificadas. Em uma palavra, quando a rota direta é teoricamente possível, ela pode ser descartada em favor de outra considerada mais vantajosa por todo um conjunto de razões. Finalmente, quando falamos de navegação antiga em geral, e de rotas, em particular, seria bom abrir mão de se obliterar com a ideia de uma performance técnica que tende a assimilar os navegadores a praticantes de regatas, para tentar em contrapartida, raciocinar de acordo com as preocupações, de início comerciais do comerciantes e proprietários de embarcações, para quem o mar era, antes de qualquer outra coisa, uma fonte de lucro.

As condições naturais de navegação são, de fato, determinadas por três elementos:

- Os ventos;
- As correntes;
- A natureza da costa.

Poderíamos adicionar a visibilidade, em sentido amplo, que depende de fatores meteorológicos, mas também topográficos: pelo efeito da curvatura terrestre, em tempo claro, podemos ver as montanhas antes das costas.

No essencial, elas constituem dados intangíveis, com a notável exceção das linhas costeiras, cuja mobilidade é hoje objeto de cada vez mais trabalhos. No entanto, se excetuarmos os grandes episódios aluviais, como aqueles que, na embocadura do Meandro cobriram o Golfo de Latmos, os que assorearam Éfeso ou que, no sul da Gália, obstruíram o vale inferior de Argens por vários quilômetros, desde o quinto século a.C., fora as variações locais por vezes importantes, relacionadas, em particular, à atividade telúrica, as condições naturais podem ter modificado alguns desembarques, mas não parece não ter perturbado radicalmente as condições comuns de navegação ao longo de uma costa determinada. É notável que as costas de má reputação na Antiguidade são as que geralmente permaneceram com a mesma fama, pelas mesmas razões. Não subestimamos a importância da evolução das fácies costeiras, essencial para a escrita da história dos sistemas portuários, sem esconder que sua contribuição para a história das rotas de navegação é muito mais modesta, mesmo que não seja nula.

Os principais fenômenos que governam o movimento do navio, os ventos e as correntes, são estatisticamente muito mais estáveis, o que obviamente não exclui a possibilidade de existência de fases mais ou menos recorrentes da desordem climática, capazes contradizer todas as estatísticas, numa escala que raramente excede a de uma estação. Então, se nós raciocinamos em termos de permanência estatística, sabemos que os regimes de vento são definidos pelos sistemas orográficos que determinam a direção dos ventos e, em certa medida, sua potência, pelo contraste térmico com o mar. Quanto às correntes, elas são determinadas por três fatores: a rotação do Terra, os efeitos de maré e os ventos, todos parâmetros relativamente estáveis.

São essas permanências que integram os marinheiros e definem as normas estatísticas sobre as quais eles baseiam suas escolhas de rotas. Poderíamos resumir assim sua abordagem: "em tais condições, a experiência coletiva mostra que a melhor maneira de ir de onde estou para onde eu vou é passar por aqui ao invés de por lá". Apesar da inexistência de previsão do tempo séria, até o final da Segunda Guerra Mundial, essa abordagem não foi tão globalmente tomada como padrão nos mares mais familiares, onde um número bastante limitado de grandes acidentes meteorológicos maiores tem sido geralmente considerado como os provedores de uma maioria dos naufrágios.

Os ventos

Os ventos tiveram uma influência muito mais decisiva na navegação do que as correntes: na ausência de remos, eles são a força propulsora do barco. A análise de seu regime, mostra, em geral, uma diferença bem nítida entre as estações do inverno e verão. Ela se liga tão às brisas térmicas quanto aos ventos estabelecidos, dos quais a força e direção, e também a regularidade, mudam geralmente de uma estação à outra, ao longo do ano. Estas variações sazonais são tão essenciais neste ponto, que fundaram a determinação empírica, e em consequência legal, de dois períodos:

- Um de mar aberto, que não define uma autorização legal para navegar, mas uma norma suscetível de implicações em termos de tributação ou de avaliação do risco (e, por conseguinte, de fixação de preços). Os Antigos dão dois calendários (Rougé, 1975: 24):

- estreito: de 27 de maio a 14 de setembro, ou seja, uma época de três meses e meio correspondente ao ótimo climático de Verão, e interrompido antes das perturbações climáticas habituais do equinócio outonal;

- largo: de 10 de março a 11 de novembro, época de oito meses, aparentemente mais consentânea com a realidade da navegação, o que exclui as fases de inverniais, em geral, mais rigorosas e caracterizadas por tendências extremas, mas inclui os equinócios, tradicionalmente turbulentos em todos os mares ocidentais.

- O outro de mar fechado, entre estes dois períodos; o que não deve ser visto como um período de parada absoluta da navegação.

Existem igualmente normas intermédias, válidas para determinada região. Em 380, um édito publicado em Trier fixa para as frotas de provisões de víveres anuais da África uma temporada de navegação entre 13 de abril e 15 de outubro. Esses calendários parecem definir, para todas as zonas, o período de tráfego mais importante, como ainda era o caso no século XII (Udovitch, 1978: 531-532). Todos os estudos realizados até essa data, tanto para Antiguidade (Rougé, 1952; Rougé, 1966: 32-33; Casson, 1971: 270-273), quanto para a Alta Idade Média (Mc Cormick, 2001: 450-468) e para a Baixa Idade Média (Petti-Balbi, 1996: 279) mostram, de fato, um declínio invernal nos movimentos, mas asseguradamente não a sua interrupção. Mesmo os navios que invernam tendem a fazê-lo o mais longe possível sobre uma rota em curso, deixando para trás de si a parte principal da travessia, com o fim de poder completar a rotação no menor tempo possível. Tal é o caso

do navio que Paulo e seus companheiros encontram invernando em Malta e que provavelmente parte no final de fevereiro para Pozzuoli⁵.

Não seria questão de fazer uma apresentação estatística exaustiva do regime eólico para todas as bacias abrangidas por este estudo e, em cada uma delas, para cada um dos períodos de navegação em causa. Esta questão será abordada no início da apresentação de cada área de navegação, na segunda parte deste livro. Vamos nos limitar aqui a um esboço de apresentação sobre os desafios para a navegação, em termos gerais, dos dois principais regimes eólicos: os ventos estabelecidos e as brisas térmicas.

Ventos dominantes e navegação em mar aberto

Numa passagem de sua Geografia, onde tentava pôr em relevo as imensas qualidades da Espanha Meridional, Estrabão (3.2.5, C 143-144) exprimia nesses termos as vantagens naturais às quais se ligavam às condições da navegação comercial, em ilustração, a seus olhos, do progresso (Arnaud 2004):

Todo o comércio de longa distância (emporía) é dirigido (da Turdânia) para a Itália e para Roma, porque goza de boas condições de navegação até as Colunas (de Hércules) [144], com exceção de algumas dificuldades nas zonas do Estreito e naquela de mar aberto que está no Nosso Mar. As rotas de navegação desenvolvem-se num clima calmo, especialmente para aqueles que praticam a navegação de alto mar: porque é lá que ela é útil para navios de comércio (emporoi olkasin). Os ventos que prevalecem no alto mar também são regulares. Posidônio (F 46) diz que observou um fenômeno singular, durante sua aparelhagem na Ibéria em direção ao alto mar: os ventos do Euris (leste quarto-sudeste) estavam soprando, neste mar, até o Golfo da Sardenha, no regime etesiano. Por essa razão, ele teria levado três meses para reganhar, com grande dificuldade, a Itália, depois de ter sido desviado para o lado da Gymnasia (Ilhas Baleares), para a Sardenha, e até mesmo para áreas da Líbia (Norte da África), opostas a essas regiões.

É caracterizado assim o quadro que, do seu ponto de vista, definia as condições otimizadas para a prática do comércio de longa distância, em navios de carga propelidos à vela: ventos estabelecidos em alto mar (e, portanto, distintos da brisa costeira), soprando sem excesso e com regularidade. A segunda parte do texto, relativa aos infortúnios de Posidonius, desviado durante três meses por ventos contrários, permite especificar um outro dado de evidência: os ventos devem ser orientados

⁵ Para a reabilitação do valor documental dessa narrativa (*Act. Apost.*, 27,1-28,13) Rougé 167, assim como a tradução e comentário de P. Pomey e A. Tchernia em Pomey 1997.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

favoravelmente. Esse texto, portanto, parece resumir os parâmetros que definiam, aos olhos dos antigos, o coeficiente de navegabilidade específico a um regime de vento determinado.

Esse texto enfatiza uma exigência fundamental da navegação marítima: a de ter ventos estabelecidos, de acordo com orientações conhecidas ou previsíveis, por uma duração equivalente a duração esperada da travessia. Na ausência de previsões detalhadas, saber que tal vento era normalmente estabelecido, em tal distância, por um período mínimo determinado era evidentemente um bem valioso. Além disso, os ventos variáveis ou instáveis tornam muito aleatória a navegação sem instrumentos, enquanto um vento direcional conhecido e bem estabelecido conduz o navio à destinação tão certamente quanto uma bússola; o inesperado refrescamento do vento muitas vezes desorienta os navios, e a calmaria (bonança ou "petoles") no alto mar, muitas vezes é anunciadora de uma mudança orientação brutal do vento, provando tanto o moral das tripulações quanto as obras (casco) e cargas dos navios. Eles são percebidos pelos antigos⁶ como tão perigosos quanto as tempestades, dos quais são outra figura (Rougé, 1964; Rougé, 1968: 232).

Cada uma das principais bacias do Mediterrâneo possui características próprias, que variam na estação, e são sempre suscetíveis a aberrações, capazes de desafiar todas as probabilidades. Mas na maioria das vezes são bastante regulares, permitindo uma modelagem muito precisa das orientações e forças de ventos predominantes, para cada período do ano. Os *Wind Charts* do *American Pilot* permitem, hoje, ter para cada mês do ano e para todas as zonas de navegação uma ideia bastante clara das probabilidades do vento. As zonas e estações mais propícias à navegação em alto mar são aquelas em que os regimes são as mais regulares e as calmarias menos frequentes.

A figura 4, tirada das instruções náuticas alemãs (*Mittelmeer-Handbuch* do *Deutsche Hydrographische Institut Hamburg*), permite uma ideia dos principais regimes eólicos no mês de julho, no Mediterrâneo. Cada vento é simbolizado por uma linha correspondente à sua orientação, cujo comprimento corresponde a uma percentagem de dias durante os quais ele é estatisticamente constatado. No centro, figura a porcentagem de dias de calmaria. Ela ilustra bem a diferença entre a característica bem aleatória e pouco previsível dos regimes de vento no noroeste do Mediterrâneo, que associam muitos dias de calma e de orientações variáveis, e os encontrados no resto do Mediterrâneo, onde, pelo contrário, aparecem constantes muito

⁶ Por exemplo, *atos de verceli* 5: "tenha o maior respeito por Pierre, graças a quem você e todos os outros reencontrarão a calmaria sem nenhum dano".

regulares, associando dominantes nítidas de orientações, próximas umas das outras, inscritas em um arco de 90 °, e uma porcentagem muito baixa de calmaria. De um lado, um ambiente incerto, de outro, um espaço que deixa pouco espaço para surpresa. Estas condições, típicas do período de verão, e que tendem a se deteriorar à medida que nos aproximamos do fim da temporada de navegação, sem dúvida alguma, induziram práticas e tipos de rotas específicas. Para resumir, poderíamos dizer que uma travessia marítima ideal não excede a duração previsível de um vento de força e orientação compatíveis com sua prática.

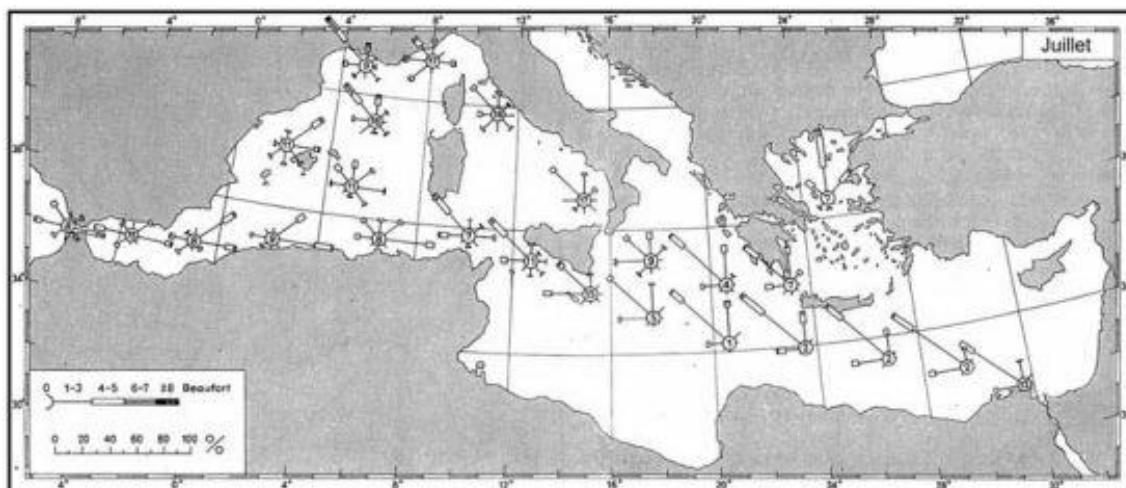


Fig. 4. Os regimes de vento durante o mês de julho no Mediterrâneo (Mittelmeer-Handbuch do Deutsche Hydrographische Institut Hamburg). Cada flecha indica a direção de um vento. Para cada uma delas, cada símbolo de traço indica uma força de vento, cuja largura indica a porcentagem para o mês. O número utilizado ao centro indica a porcentagem das calmarias. Notamos a extrema regularidade da bacia oriental do Mediterrâneo, assim como do sul de sua bacia ocidental, em relação à instabilidade dos setores Leão-Provença.

O texto de Estrabão insiste igualmente na ausência de excesso no regime eólico. Nunca será demais enfatizar quão pervertida é a nossa leitura da história da navegação comercial à vela, pelo imaginário moderno, que a marcou fortemente com o selo da aventura, ligada à história das grandes navegações. Das Grandes Descobertas ao Globo de Vendée (*Vendée Globe*), esse imaginário associa a navegação ao risco, à aventura, à performance e à ousadia. No entanto, nem o proprietário de um navio comercial, nem o fretador da carga, muito menos aquele que fez o adiantamento de um empréstimo para uma grande aventura, são naturalmente levados pela ousadia. Eles não visavam a velocidade ou o desempenho, mas sim a segurança dos negócios, e na maioria das vezes, devia ter o cuidado de não tentar a sorte, sem serem pegos pela surpresa ou por um imperativo maior.

Vemos logo que, em condições normais de manutenção e com uma tripulação experiente, os navios da antiguidade não eram menos

marítimos do que os dos períodos que se seguiram, e que eles eram normalmente capazes de lidar com os caprichos de Éolo e Netuno. Por isso também, navegar na brisa não era, necessariamente, sua vocação primeira.

A força do vento exerce, de fato, uma influência em cascata sobre toda uma série de parâmetros de navegação. Antes de qualquer coisa, o poder do vento acrescenta dificuldade à manobra: a pressão exercida sobre as velas, e sobre as manobras. A vela deve ser reduzida gradualmente. Quanto mais a força do vento aumenta, mais o navio tem de abater, e quando o vento esfriava, a tendência geral parece ter sido a de escapar com vento traseiro, sob vela reduzida, quando não houvesse nenhuma terra na proximidade sob o vento. Em último caso, podíamos ser levados a abater o mastro, quando ele era suficiente por si só para impulsionar o navio, tal como fez a tripulação do navio de Paulo. Em qualquer outra manobra, as obras, vivas e mortas, bem como o aparelhamento, corrente e fixo, sofrem rapidamente, e o barco tende a fazer água, porque a tração dos ovéns disjunta as peças de afiada ao vento. Quando uma costa está sob o vento, o risco de deriva é alto, porque mesmo à lona seca [à sec de toile], tendo o navio suas formas próprias, ela participa, pela arqueação, à propulsão do navio, de uma maneira cujo efeito aumenta constantemente com a força do vento: o navio de Paulo é assim levado, à lona seca, de uma posição ao sul de Creta até a ilha de Malta, onde finalmente o vento arrebenta (*Act Apost.*, 27; Pomey 1997). Mais uma vez, o conhecimento do meio presidiu a escolha de uma solução: devido à incapacidade de escapar, sob pena de ficar à deriva na Grande Sirte, e na impossibilidade de colocar-se ao través pela ausência de uma vela de estai, a solução da capa seca sobre âncora flutuante permitiu para dirigir o movimento do navio em uma direção grosseiramente perpendicular à do vento que normalmente ocasiona este tipo de capa, e, por vento norte, fazê-lo ir para o oeste, em direção ao mar aberto e não em direção a uma terra que se tornou ameaçadora.

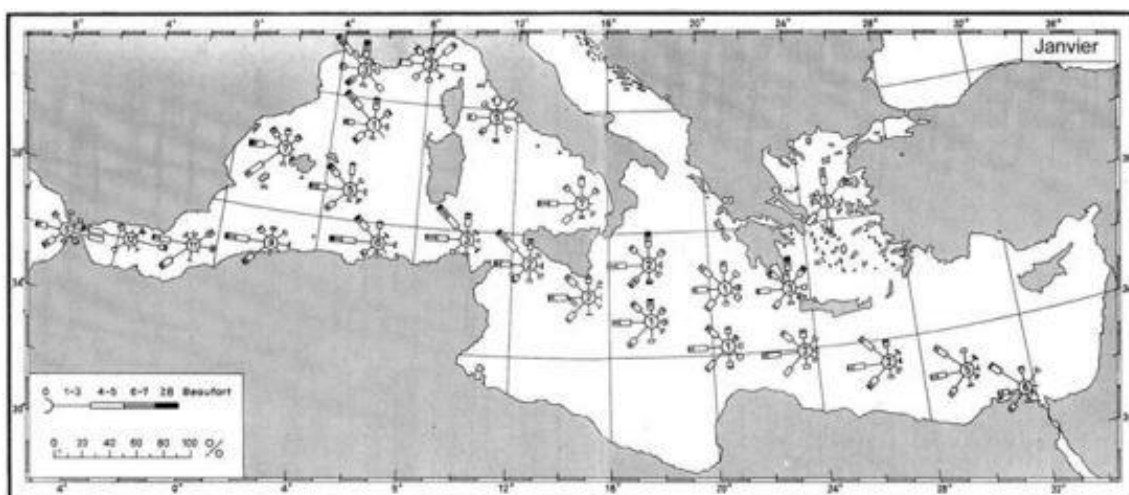


Fig. 5. Os regimes de vento no mês de janeiro no Mediterrâneo (Mittelmeer-Handbuch do Deutsche Hydrographische Institut Hamburg). Ressaltamos, em relação ao verão, a dupla tendência à instabilidade e às condições extremas (golpes de ventos, calmarias), ligada notadamente ao desaparecimento das brisas térmicas.

A força do vento determina também o estado do mar. A escala Beaufort foi precisamente elaborada a partir da referência ao estado do mar que gera um vento de uma determinada velocidade. As ondas do Mediterrâneo raramente atingem os valores do Atlântico, mas o seu comprimento mais curto e seu perfil torna-as muito quebrantes. Quanto mais o mar se forma, cava e tende a quebrar, mais ele influencia o progresso do navio e o conforto de seus ocupantes. Em popa rasada, o navio apanhado pela onda tende a surfar sobre seu cume e fugir do controle do piloto. De través [largo], o barco roda. Em bolina cerrada, ele balança, bate na onda projetando spray, e tende a embarcar água.

Valores que garantem o melhor compromisso entre conforto e velocidade são aqueles que se situam entre 3 e 4 Beaufort. A partir de 7 Beaufort, a situação rapidamente se torna crítica. Ventos frescos nunca foram populares junto aos marinheiros e comerciantes, e podemos facilmente compreendê-los, porque nunca se sabe quando um vento fresco deixará de esfriar, porque a partir de um certo limite, a segurança consiste em ceder ao vento, e porque nunca é bom para uma carga ser sacudida pela ondulação: ao risco de perda é adicionado o de uma ruptura na estiva e uma transferência repentina de carga sobre uma borda, levando inevitavelmente ao emborcamento do navio.

Para sermos completos, devemos finalmente evocar a maneira como o vento sopra e aquela como ele se levanta. À força igual, mesmo com fluxo de vento rápido, um navio é sempre mais fácil de manusear em um vento constante do que um vento tempestuoso. Algumas áreas do Mediterrâneo são também conhecidas pela imprevisibilidade de seus caprichos

meteorológicos, e todos aqueles que o frequentam um pouco sabem que a brutal interrupção de um o vento pode dar lugar a uma reversão súbita e espetacular. Da mesma forma, alguns ventos, não o menor deles, podem se levantar e explodir violentamente sem sinais de alerta específicos.

As figuras 4 e 5 acima, também representam a proporção de forças do vento para cada orientação, para cada setor do Mediterrâneo, segundo um método mais diferenciado do que o “penon”, dos *Wind Charters*, utilizado pela maioria das sínteses atuais: para o mês em questão, quatro estilos de linha definem quatro forças de vento, e o comprimento de linha define a norma estatística de presença de cada uma das forças para a orientação determinada pelo segmento. As forças superiores a 5 Beaufort definem condições difíceis para a navegação a extremos, em que era dificilmente possível navegar no mar, a não ser em popa rasada. Esse mapa nos mostra que em julho, os regimes mais extravagantes em termos de orientação também são os que tendem a exibir os valores mais elevados, definindo condições geralmente mais difíceis, em todos os pontos de vista. O vento modifica, enfim, as correntes de superfície, cuja incidência é raramente verificada com intensidade ao largo.

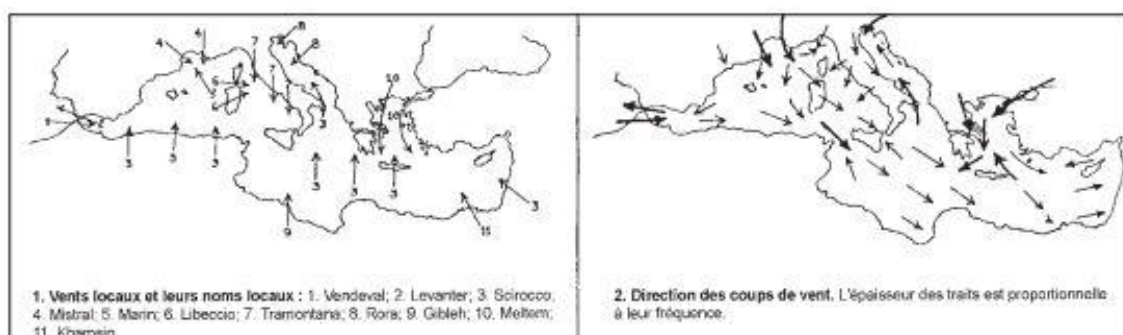


Fig. 6. Ventos dominantes (números) e correntes (setas) direção de tempestades de vento dominante no Mediterrâneo a partir de Trevor Hodge 1983. Estes mapas põem em evidência os ventos prejudiciais para navegação, que são aqueles geralmente apresentados nos mapas de ventos dominantes. Reparamos que estes golpes do vento são tanto mais raros e menos violentos à medida que as zonas são submetidas a regimes estivais estáveis. Eles destacam a frequência e a violência dos golpes de vento sobre o litoral do Languedoc e Provença, no Adriático e no mar Egeu, onde eles estão geralmente orientados para setor norte. Nas outras zonas, os golpes de mais frequentemente consistem em num simples reforço para além dos padrões do orientações dominantes.

O vento favorável é, em particular, tradicionalmente identificado com aquele que conduz na direção certa. A realidade é provavelmente mais complexa. Se o vento que garante uma "travessia feliz", de acordo com a expressão consagrada pelos antigos, é um vento de cauda forte o suficiente para assobiar o aparelhamento (Ael Arist., *Orat.*, 36.111), desses ventos reputados a fazer o barco voar sobre as ondas, seria abusivo considerar como desfavorável, qualquer outro vento. Uma das mais importantes

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

descobertas da humanidade foi, sem dúvidas, aquela que consistiu a conseguir fazer se movimentar um móvel em uma direção próxima daquela do vento que a impulsiona, em ocorrência, aquela que permite a um barco subir o vento, e portanto, mover-se em todas as direções.

A noção de vento contrário é, de fato, mais conveniente de manejar do que a de vento favorável, para nosso argumento. Vamos colocar nessa categoria, obviamente com graus variados, tudo o que não entra na primeira categoria. O vento contrário é o que confunde o navio e não permite que ele vá até onde quer. Todos os outros ventos tornam possível chegar onde se pretende, ao preço das condições de velocidade e conforto variáveis. A noção de vento contrário envolve, portanto, uma alquimia complexa que associa a força e direção do vento, por um lado, e as capacidades específicas de um casco, de um aparelhamento e de uma tripulação.

Portanto, exceto em casos extremos, é geralmente possível ir, ao preço de um certo número de inconveniências, contra a direção do vento, e não há oposição absoluta entre a afirmação de Estrabão, corroborado pela arqueologia - de um comércio particularmente ativo da Bética com a Itália e sua capital - e o de Posidônio, confirmado pela meteorologia - da existência nesta bacia, de regimes de leste dominante, teoricamente contrários a essa relação, mas intransponíveis apenas em condições particulares.

O regime de ventos dominantes determina, portanto, soluções confortáveis e outras menos, impõe rotas mais ou menos diretas e tempos de espera mais longos ou mais curtos, mas nunca apresenta, em condições normais, absoluta impossibilidade de navegação. Então nós não podemos em nenhum caso considerar que as condições naturais impunham necessariamente passar por um ponto e não outro, de maneira invariavelmente e perene. No entanto, a estrutura é clara o suficiente para sugerir as que poderiam, e que geralmente continuaram a ser, as soluções racionais ou não. Vamos dar um exemplo concreto: a travessia da embocadura de Bonifácio. O estreito curto que separa a Córsega da Sardenha é marcado por ventos e correntes dominantes do Oeste, que geralmente sopram com bons valores de brisa. Certamente, não é absolutamente impossível atravessá-la de leste a oeste: é suficiente para tal, esperar por uma reversão de leste, o que no verão pode levar mais tempo do que o contorno da ilha, ou tentar um bordejo perigoso em um espaço estreito e cheio de ilhas e baixios, com o risco de ser levado para a costa na primeira viragem errada. É muito duvidoso, nestas condições, que a travessia de leste para oeste fosse uma prática normal, ou, em todo caso, simples e natural, durante os meses de verão (Arnaud, 2005). Não é de se

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

excluir, no entanto, seja em outras estações, seja ao preço das limitações que acabamos de mencionar.

Parece-nos essencial admitir que, para os antigos, o vento desfavorável não era necessariamente um vento mal direcionado, mas um vento soprando com uma força tal que sua direção não permitia mais chegar a um determinado destino. Esta ideia parece-nos confirmada por uma passagem muito famosa, onde Luciano de Samósata (*Nav.*, 7), contemporâneo de Marco Aurélio, descreve a difícil navegação de um navio de grande porte, de Alexandria, desviado pelo mau tempo à Atenas, onde a chegada deste gigante dos mares fizera sensação. Por conta do vento fraco [*petit temps*], o piloto tinha optado em Faros por uma travessia direta que o levou ao Cabo Acamas (*Arnauti*) do Chipre. Dadas as condições que normalmente governam esta bacia, e a ausência normal de ventos bem orientados, podemos supor que ele navegou por fluxo de oeste para noroeste e por uma maréação próxima ao vento de través. Quando Luciano aponta que, em vista do Cabo Acamas, a oeste do Chipre, um fluxo de Ponante os pegou de través e os levou a Sídón, a observação do mapa nos mostra que o piloto escolheu uma maréação de fuga em popa rasada correspondente a um fluxo noroeste. Neste caso, o que transformou o vento favorável em um vento desfavorável fora menos uma mudança de orientação do que uma mudança de força, o que explica, sem dúvidas, as particularidades do aparelho desses navios desprovidos de velas de estai.

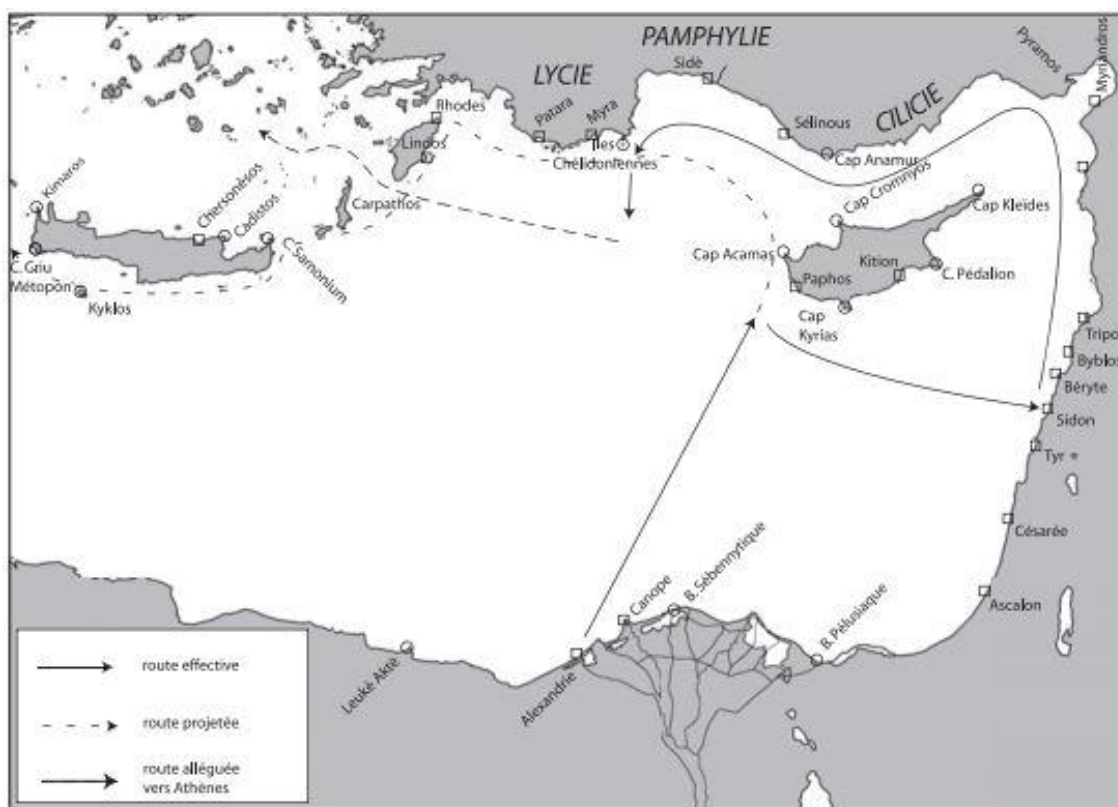


Fig. 7. A navegação do Isis, a partir do relato de Luciano (P.A.). Esse itinerário é uma ficção, cuja característica verossímil é geralmente aceita até no que diz respeito à passagem pelas ilhas Caledonianas – ou “ilhas das Andorinhas” –, a sequência da viagem sendo geralmente considerada como mais suspeita e não tendo outra finalidade que a de conduzir o navio ao Pireu.

Em uma palavra, portanto, existia para os antigos ventos reputados a impedir a navegação em uma direção determinada, ao ponto de gerar cláusulas especiais nos tratados ou práticas que regiam o comércio marítimo (Heródoto: 2. 179); o vento favorável é, por excelência, o vento de popa, que carrega com vigor sem excesso na direção desejada, isto é, uma brisa de popa. Mas esse tipo de vento é, sem dúvida a exceção, aquela que testemunha o favor dos deuses. Ambos os textos que acabamos de analisar mostram que é impossível separar condições naturais dos parâmetros técnicos, e que na definição de vento favorável, a força é o critério primordial, e orientação um critério secundário. Um vento é considerado praticável em pequenos ares até o máximo das capacidades teóricas de subida do navio. Na brisa, ele é normalmente apenas às manobras de popa (vento traseiro, largo).

Brisas térmicas

Esse fenômeno é uma das características maiores do regime de ventos do Mediterrâneo. Resulta de uma diferença de temperatura de pelo menos 3 ° C entre a terra e o mar e é condicionada pela presença de um céu claro que facilita a radiação. A brisa sopra da terra durante a noite e do mar durante o dia. Elas são separadas por dois períodos de calmaria de duração variável, mas podem, em alguns casos, atingir um total de 7 ou até 8 horas: uma precede a volta [renverse], ao anoitecer, a outra entre o nascer do sol e cerca de uma hora antes do zênite. Dependendo do caso, ou elas desaparecem em face dos ventos estabelecidos, ou combinam-se com eles para modificar temporariamente a potência ou mudar a orientação.

Este fenômeno é, de fato, estritamente limitado à zona litoral, e contribui para criar dois conjuntos meteorológicos distintos, se não opostos: as costas e o largo. Concorde-se que o limite absoluto do efeito da brisa está situado a uma distância de aproximadamente 20 milhas da costa. Este é o máximo em casos de brisas costeiras sustentadas. A experiência prática mostra que, por via de regra, diminuem regularmente até tornarem-se insignificantes a partir de 10 milhas. Elas são praticamente reservadas para a cabotagem e não pouco contribuíram para popularizar a opinião errônea de que a navegação antiga se reduzia inteiramente a essa prática. Entender-se-á que este regime não permite a navegação ao largo. Além do efeito da brisa costeira, apenas os ventos estabelecidos podem mover a embarcação. Por outro lado, quando as relações de longo alcance seguiam um trecho de costa, o fluxo de calor poderia fornecer um propulsor inestimável na ausência de um vento estabelecido. No entanto, a morfologia do Mediterrâneo deixa pouco espaço para rotas inteiramente marítimas, exceto no caso de relações relativamente curtas, e deve-se certamente imaginar que a maioria das relações de longa distância envolvia uma combinação de diferentes tipos de ambiente, impondo tempos e práticas de navegação variadas.

O princípio da brisa terrestre e da brisa do mar não deve fazer imaginar um sopro sempre perpendicular à terra e simplesmente invertido. Quando este é o caso, ele realmente permite uma navegação cruzada [de través]. Mas muitas vezes, a morfologia do litoral induz brisas mais ou menos paralelas à linha da costa, impondo lançamentos regulares durante a duração do sopro contrário e a escolha de uma navegação diurna ou noturna.

É também um fenômeno muito desigual em potência e em regularidade, de um setor para outro. Como todos os ventos, elas aceleram à passagem de ilhas e cabos e, por vezes, seu sentido é invertido. Se elas podem atingir

até 20 nós, as estatísticas mostram que os ventos muito fracos e as calmarias podem ser insistentes em algumas áreas. De junho a setembro, os ventos fracos atingem, por exemplo, frequências recordes no Golfo de Gênova, onde eles representam mais de 70% do período. Eles ainda são mais de 50% sobre Elba /Leste da Córsega, mas são apenas cerca de 45% na Córsega Ocidental e entre 30 e 35% em Leão e na Provença.

As correntes

Se as correntes do Mediterrâneo só excepcionalmente alcançam valores comparáveis aos gerados no Atlântico pelas marés, estão longe de serem insignificantes e, a defeito de não afetarem seriamente o curso, podem exercer uma influência muito sensível na velocidade dos navios. Pelo efeito da rotação da Terra, um fluxo permanente flui ao longo das costas na direção oposta das agulhas de um relógio. Esse fenômeno, que se desvanece à medida que nos afastamos da costa, é caracterizado por uma velocidade média de fluxo de 0,5 nós, o que é bastante importante para navios pouco rápidos. Dois navios operando na mesma velocidade de superfície de 4 nós, mas na direção oposta, exibiriam em velocidade real (ou velocidade de fundo) um desvio de 1 nó equivalente a 1/4 da sua



velocidade nominal teórica, dependendo de estarem navegando a favor ou contra a corrente.



Fig. 8. São ilustrados aqui ventos estabelecidos suscetíveis de serem utilizados pela navegação, e não os acidentes do tipo de rajadas de vento.

Toda uma série de causas pode levar à aceleração desses fluxos e contribuir para transformá-los em auxílios à navegação ou em problemas sérios. Fenômenos de maré são um dos mais espetaculares. Eles são encontrados no Atlântico, é claro, especialmente nos estuários e nas proximidades de Gibraltar, mas eles também são encontrados em todos os principais estreitos do Mediterrâneo (embocadura de Bonifácio, Estreito de Messina, Canal da Sicília, Canal do Chipre, Canal de Creta, Canal de Cerigo, Dardanelos, Bósforo) ou ainda no Grande Sirte. Além desses casos particulares, e, portanto, limitados e bem conhecidos dos marinheiros,

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

apenas condições especiais podem tornar as correntes em problemas reais, especialmente quando são aceleradas por um vento do qual compartilham a direção oposta. Mas neste caso, o vento é geralmente o principal problema.

Que as correntes possam acelerar ou retardar a navegação costeira é um fato inegável, mas é preciso guardar cautela antes de conferir uma importância excessiva ou inferir que eles poderiam impossibilitar a navegação em um sentido determinado. O caso dos Dardanelos é, sem dúvida, o mais impressionante, porque se relaciona com o espaço mais largo (25 milhas), onde são sentidas correntes de grande potência (até 3 nós no lado asiático do rio, na entrada do estreito, em média, cerca de 2 nós além, mas até 5 nós em um vento norte estabelecido). No entanto, estas condições eminentemente desfavoráveis nunca proibiram subir os Dardanelos, nem na Antiguidade nem nos tempos modernos. Aprendemos a descobrir as fraquezas da corrente seguindo sua costa europeia e a realizá-la apenas com um vento favorável de um mínimo de potência (Denham, 1970: 86). O preço a pagar era o de esperar em algum ancoradouro seguro pela chegada de tais condições. É notável que, além do caso dos Dardanelos, para os quais nos descreveram precisamente os arranjos humanos que permitiram administrar essas correntes (Strabon: 13.1.22), as fontes antigas são geralmente silenciosas sobre as correntes. Na maioria das vezes, elas não descrevem uma corrente, estritamente falando, mas o fluxo exitoso do navio.

Sazonalidade, limite e sorte da navegação

A maioria dos trabalhos recentes (Morton, 2001; Mc Cormick, 2002: 98, 255-268) enfatizam corretamente a "sazonalidade" na prática da navegação. Não acreditemos que estações inteiras resultariam em uma desertificação da superfície do mar, como às vezes imaginamos, com base em um equívoco do conceito de "mar fechado". No entanto, é inegável que a temporada de inverno se traduz não só pela instabilidade do regime climático, mas por uma tendência generalizada para a exacerbação de fenômenos meteorológicos, caracterizada tanto pela rarefação de brisas térmicas e pelo aumento proporcional de ventos frescos a violentos, por um lado, calmaria do outro.

Mas as maiores variações nos padrões de vento de uma estação para outra, na maioria das bacias, não limitaram seus efeitos à frequência do mar, e não foram reduzidas a uma oposição binária entre uma estação boa e uma ruim. Durante o período amplo do "mar aberto", elas oferecem condições

altamente variáveis, que certamente definiram diferentes rotas de acordo com as estações do ano. Os dois meses de verão, durante os quais os regimes de vento são muito mais estáveis do que os conhecidos em qualquer outra época do ano, não devem nos fazer esquecer que a primavera e os meses de setembro a outubro ofereciam também vastas possibilidades de navegação, muitas vezes irredutíveis aos regimes etesianos, que a erudição tende a tomar como referência exclusiva.

Onde quer que existam regimes etesianos, eles desempenharam, sem dúvida, um papel considerável, tanto positivo como negativo, na prática da navegação. Eles são temidos em uma direção de navegação e explorados na outra. Se, durante a duração de sua manifestação, eles excluem a prática de navegação em uma determinada direção, a partir de um certo número de portos, esta situação não é absolutamente permanente, o que pode determinar tanto calendários de rotações quanto itinerários que variam de acordo com as estações do ano. Então que Agripa II estivesse prestes para embarcar em Brundísio para retornar à Judéia, por exemplo, Calígula teria lhe aconselhado, de acordo com Philo de Alexandria (*in FLACC.* 26), "a desistir da navegação de Brundísio na Síria, muito longa e fatigante, e esperar pelos ventos etésios, pegar o atalho de Alexandria; porque o transporte de lá vai rápido e seus pilotos têm uma grande experiência: como os cocheiros dirigindo os cavalos de corrida, eles garantem a rota direta, sem se desviar". Esse texto destaca pelo menos três fatos essenciais:

- Que as rotas são, ao menos para certos setores do Mediterrâneo, fortemente especializadas, e que existe para cada frota itinerários recorrentes, sem dúvidas relacionados tanto ao peso das tradições quanto a uma exploração realista do meio, garantido por gerações de experiência;
- Que certas rotas, como as rotas normais entre o Canal Otranto e o Levante, por não desfrutarem de regimes particularmente favoráveis, deviam recorrer a longos e tediosos itinerários de cabotagem, que mantinham uma conexão entre o sudeste e noroeste do Mediterrâneo centro-oriental, em todas as estações;
- Que existiam rotas mais diretas, como a do Egito, que explorava, de Roma a Alexandria, os ventos dos etesianos, graças aos quais se podia alcançar tempos recordes de percurso (*Pline, HN, 19,3*): 5 a 6 dias desde o estreito da Sicília, até 8 dias a partir de Pozzuoli. Era necessário somente esperar, para usar o período favorável.

As rotações dos navios entre o Egito e a Itália ilustram essa sazonalidade, que impõe itinerários e calendários de navegação precisos (Rougé, 1966: 87), e aos quais R. Duncan Jones foi sensível, quando enfatizou a existência

de temporadas rápidas e temporadas lentas nas relações entre Roma e Egito (1990: 27). A documentação papirológica⁷ sugere que a tendência era para uma chegada antecipada na Itália, entre maio e junho, mas às vezes mais cedo, antes dos etésios, que normalmente se estabelecem no início de julho, para que retornassem aproveitando-se desses ventos. Na ida, a rota de Cirene, em maio-junho, era sem dúvida preferida⁸, pois tirava proveito do Gibleh [Sirocco], um vento meridional estabelecido por pelo menos três dias; no final da temporada ou durante os etésios, a rota pelo Chipre era provavelmente preferível. Um desses papiros nos mostra que, nos primeiros dias de agosto, a frota não teria permissão para sair de *Portus* ainda, e um certo nervosismo fica evidente na carta, porque, nessa data avançada, o final da temporada de ventos etésios se aproximava. Mas é a condição de um retorno rápido. Para os navios que retornavam a Alexandria em julho-agosto, uma meia rotação adicional desde Alexandria, bem atestada nos Atos dos Apóstolos, era possível no final do verão e início do outono. Ela tomava então a rota oriental por Chipre e Rodes, possibilitada pelo fim dos ventos dos etésios.

A natureza muito limitada da documentação não permite se basear mais do que numa impressão do ritmo sazonal das rotas. No entanto, ela é bastante consonante com os dados dos arquivos Genizah, que nos mostram que no século XI-XII, o porto de Alexandria experimentava uma grande agitação, durante a segunda quinzena de abril e em maio, seguida por uma rápida desaceleração, até meados de agosto e setembro, quando há uma segunda onda maciça de partidas (Udovitch, 1978: 531). De fato, as partidas enquadram simplesmente o período dos ventos dos etesianos, que são, para um grande número de navios desejosos de deixar o Egito, ventos contrários.

Estas variações sazonais certamente mudaram a distribuição estatística dos barcos usados durante cada estação. Algumas embarcações invernavam, sobretudo os grandes transportadores; outras não. Sabe-se que a propulsão mista permitia, dentro de certos limites, de se livrar de situações que, sem dúvida, teriam sido impossíveis com propulsão somente à vela, e pode-se supor que as embarcações mistas eram estatisticamente melhor

⁷ *Sel. Pap.* 111 (século II) = *P. Mich.* 491, cf. *P. Mich.* 490: chegada em 20 de maio; *Sel Pap.* 112 (século II-III) : chegada a *Portus*, em 30 de junho. ; descarregamento em 12 de julho; com o resto da frota, o navio é ainda em espera da *dimissoria* em 2 de agosto. Em contrapartida, contra a opinião de Rougé (1966, 87), não parece possível de deduzir desse texto que os navios chegaram em comboio. O navio sobre o qual Paulo embarca de Malta chega bem mais cedo, sem dúvida, em fins de fevereiro.

⁸ Apolinário, o recruta da frota de Misene, a quem devemos o *P. Mich.* 490, menciona, na carta que ele envia à sua mãe quando chega na Itália, uma carta precedente, confiada, em rota, à Cirene, a um terceiro que se dirigia ao Egito.

representadas na estação invernal, com destaque às unidades de baixa tonelagem, que reduziam o risco comercial, por causa de seus baixos volumes, por serem mais manobráveis e por poderem encontrar um maior número de abrigos. Mac Cormick (2001: 463) definiu razoavelmente bem os quadros dessa navegação costeira de inverno, que consistia em esperar em um abrigo por uma janela meteorológica favorável que fosse explorada o máximo possível, antes de se por em segurança em outro ancoradouro abrigado, aguardando o retorno de condições favoráveis para a continuação da viagem.

A sazonalidade é asseguradamente, para certos lugares, um dos limites da navegação antiga, na medida em que os itinerários não são praticáveis em qualquer estação, mas é também o que permitiu às frotas antigas se livrarem do *diktat* das condições estivais. Parece essencial, a este respeito, reagir contra uma forma de neo-determinismo muito na moda recentemente, em alguns autores anglo-saxões (Pryor, 1988: 7-24, Horden-Purcell, 2000: 137-143) - que tende a se concentrar nos únicos ventos dominantes definidos pelos regimes dos meses de verão, para enfatizar as restrições e os sistemas de exclusão que de fato limitavam o padrão de navegação no Mediterrâneo a duas rotas costeiras, uma meridional, outra setentrional, excluindo qualquer outra solução. As outras soluções existiam, à condição de espera e ajuste do calendário comercial aos potenciais conjugados das inter-estações e dos dois meses de verão. O mar não é um espaço simples atravessado por rotas reversíveis. Não é nem um liame, nem um separador. Ele é por vezes tanto um, quanto o outro. De uma estação a outra, ele aproxima, distancia ou separa os lugares entre os quais ele se interpõe.

Em resumo, deve-se notar que a prática de navegação marítima é inseparável da existência de ventos predominantes de força e orientação compatíveis com a direção desejada, e suficientemente estabelecidos para indicar a probabilidade de sua manutenção por um período pelo menos igual àquela normalmente esperada para a travessia. Em todos os casos de períodos ou zonas caracterizados por instabilidade e tendência extrema de ventos estabelecidos, ou pelos regimes de brisas térmicas dominantes, a cabotagem, por outro lado, deve aparecer como a única solução aceitável, ou pelo menos, como o mais razoável.

As rotas, portanto, não são uma realidade abstrata ou intangível. Resultando de intenções comerciais, elas são um compromisso permanente entre o homem e o ambiente no qual ele evolui, e elas variam com o sentido do curso, mas também com as estações, entendidas aqui em um sentido amplo, como o conjunto de variações periódicas, sensíveis e regulares, de

regimes meteorológicos suscetíveis de serem apreendidos pela experiência dos homens do mar.

À esta altura da apresentação, é necessário introduzir dois outros parâmetros naturais não relacionados com a propulsão do navio, que exercem, no entanto, grande influência na prática da navegação. Estas são a natureza da costa e a visibilidade.

A natureza da costa: armadilhas e abrigos costeiros

Nunca se pode repetir o suficiente que, para o marinheiro, o perigo é sempre a terra, mais do que o mar. Qualquer costa sob um vento dominante violento se torna uma armadilha onde a onda cava e quebra, onde os ventos aceleram e se reorientam de acordo com os relevos costeiros, cabos e ilhas, e em que a atitude normal do marinheiro é, na presença de perigo, buscar a segurança do alto mar, como o piloto do *Ísis* que, diz Luciano, reconhece a proximidade das Rochas Caledônias e da costa Lícia graças a um fogo providencial – sem dúvidas um farol – vira imediatamente de bordo em busca da segurança do alto mar. De fato, os cemitérios de navios se encontram mais ao longo das costas que em alto mar.

As costas desempenham, portanto, um papel determinante para a segurança da navegação costeira, e sua natureza, definida pelos fundos, endentações e relevos da costa, torna-as, a este respeito, muito diferentes. As linhas costeiras arenosas, geralmente baixas e não muito visíveis, e por isso perigosas, também são caracterizadas mais frequentemente por pequenos fundos, dobrados de bancos de areia móveis em áreas estuarinas. Elas geralmente não são muito apreciadas pelos marinheiros. Embora as costas rochosas ofereçam frequentemente um aspecto repulsivo, elas são geralmente preferidas pelos marinheiros, e são as únicas que um autor grego pode descrever como de *eulimènai* "felizmente dotadas de portos por natureza", desde que, no entanto, possuam ancoradouros suficientes, sem qualquer dificuldade particular de acesso. Quando não estão localizados em uma costa de barlavento, os cabos costumam oferecer muito bons abrigos. Trechos inteiros de costas rochosas só são impróprios à ancoragem, ou porque são mal expostos, em uma costa de barlavento, ou por causa de baixios que impossibilitam o acesso. Além de casos raros de recifes submersos longe o suficiente no mar, e salvo a passagem no raso da costa, o perigo de armadilhas se apresentavam somente na fase de aterragem, e com um bom conhecimento dos lugares, os alinhamentos de

conhecenças certamente permitiam que os pilotos fizessem o caminho mais seguro do que por sonda.

Estrabão (4.6.2) nos dá um bom exemplo do que, a seus olhos era uma costa inóspita, "todo o litoral desde do porto de Monoikos (Mônaco) até o Tirreno é, ele nos diz, exposto aos ventos (*proséchès*) e privados de abrigos portuários (*aliménos*), com a exceção de ancoradouros estreitos (*Brachéïs Hormoi*) e ancoragens pouco profundas (*angkyrobôlai*)". Mas antes mesmo de oferecer um abrigo ou representar uma ameaça, a costa é o ponto de referência mais preciso do qual dispõe o marinheiro, e a altura de uma costa determina uma diferença radical e essencial à prática da navegação, entre as costas baixas e as costas elevadas. Ela coloca todo o problema da visibilidade e da navegação visual.

Visibilidade e orientação

Se a paisagem no alto mar é geralmente pouco variada e tende a ser limitada a um horizonte mais ou menos claro, dois parâmetros regem seu aspecto: a transparência do ar e a curvatura da terra⁹, que define a distância a que um objeto é teoricamente visível de acordo com a sua altitude. Nos meses de verão, a transparência do ar geralmente garante uma visibilidade no Mediterrâneo superior a 10 milhas náuticas, exceto sob tempestades, ou no caso de bancos de neblina de radiação, que às vezes se formam durante a noite ao longo da costa, e que as brisas empurram em direção ao largo, paralelamente às costas, especialmente em agosto, e que o sol nem sempre é suficiente para dissipar.

Em uma atmosfera límpida, a distância em que um objeto é teoricamente visível é definida por sua altitude: um litoral de 2 m de altura é visível, a partir do convés de um barco, somente a 2,9 milhas. Um ponto localizado a uma altitude de 500 m é visível a uma distância de 46,9 milhas, correspondendo para uma embarcação viajando a 3 nós, a um trajeto de mais de quinze horas. Um pico de 1000 m é teoricamente visível a uma distância de 66,4 milhas. Com tempo limpo, a Córsega, distante 120 milhas, é perfeitamente visível das alturas de Nice. Subir no mastro permite que o vigia aumente o alcance de sua visão. Várias representações da Antiguidade nos mostram gáveas ocupadas por vigias, na ponta do

⁹ A fórmula da distância (D) de visibilidade ótica máxima teórica imposta pela curvatura de a terra é: $D = 2,2 (\sqrt{h} + \sqrt{H})$ onde h e H são as respectivas altitudes do ponto de observação e do ponto observado.

mastro, e podemos assim concluir que um grande toneleiro, assumindo mastros mais altos, também aumenta a distância teórica de visibilidade.

No entanto, é importante permanecer extremamente cauteloso em relação aos mapas de visibilidade elaborados para o Mediterrâneo, como o de Schüle (1968, fig. 1) reproduzido por Horden e Purcell (2002, 127). Eles tendem a banalizar a imagem de um Mediterrâneo amplamente aberto a uma navegação visual, mesmo a grande distância das costas, ao passo que eles definem apenas uma possibilidade puramente teórica, definida pela geometria dos corpos esféricos, e que ignora fatores acidentais da visibilidade, como a meteorologia. Na realidade, a Córsega, reputada visível do leste da Provença, raramente o é, geralmente no inverno, nos dias em que o Mistral cria um ar particularmente limpo, e para um observador colocado a uma altitude de pelo menos de cem metros. Por outro lado, ela é visível apenas excepcionalmente a partir do nível do mar. Na época de mar aberto, a neblina devida à evaporação e o spray são suficientes para obscurecer significativamente a visibilidade e reduzi-la, à cerca de vinte milhas em ótimas condições.

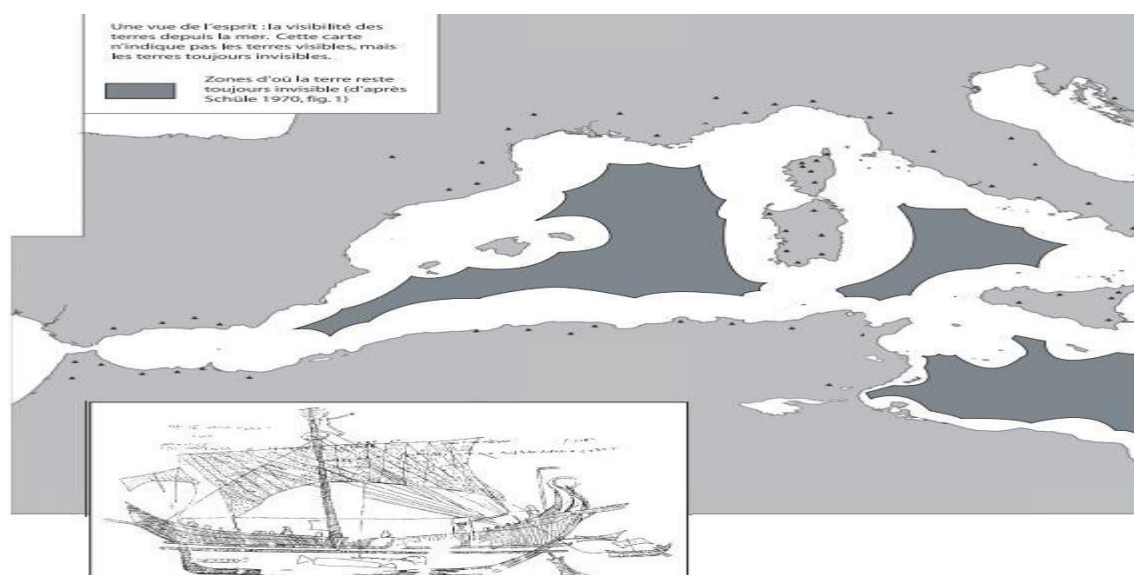


Fig. 9. O Navio Europa, a partir de um grafitti de Pompéia. Como a maioria dos grafittis realizados por marinheiros, esses colocam em evidência detalhes que chamam pouco a atenção de terrestres: a forma imersa da carena – o que supõe que os autores eram familiarizados com formas vistas de carenagem –, contra a verossimilhança geral de desenhos que representam o navio no mar, e o aparelho corrente. Remarcamos na representação, rara, um vigia na gávea, na ponta do mastro.



Fig. 10. A visibilidade das costas, desde o largo, a partir de Schüle (P.A.). Esse mapa, retomado por P. Horden e N. Purcell assim como por N. Vella, representa, na parte mais escura, o conjunto de zonas de onde, em toda circunstância, impossível de ver a terra. É necessária cautela de imaginar que a terra é visível normalmente, a partir de todas as zonas em branco. Esse mapa tem em conta tão somente as restrições relacionadas à geometria da esfera, e de forma alguma as especificidades óticas próprias à transparência do ar. A visibilidade ordinária ultrapassa raramente 20 milhas náuticas (um pouco menos de 40 km) no verão.

Não restam menos que algumas costas, como as da Albânia, que são visíveis, durante o bom tempo, a uma distância de 50 milhas e algumas montanhas como a de Cefalônia ou de Leocádia, que podem ser vistas do norte e do oeste a uma distância de 80 milhas. Inversamente, apesar da existência de picos de 3000 metros, a costa dos Alpes Marítimos, de modo geral, não é visível a uma distância superior a 20 milhas. A natureza de suas encostas e de suas regiões interiores permite a orientação, a partir de distâncias que podem ser relativamente importantes, mas que variam consideravelmente e são geralmente muito inferiores às dos padrões teóricos. Assim como as cartas náuticas modernas, os *Périplos dos Antigos* mencionam escrupulosamente as montanhas que são pontos de referência, tanto para a identificação de seções inteiras de costas quanto para a navegação visual. Por essa razão, nós temos reproduzido em nossas cartas

as montanhas mais significativas à navegação em alto mar. Uma costa ou ilha baixa são armadilhas, ao ponto de que muitas ilhas baixas terem sido batizadas de *Planasia*, não porque fossem planas, mas do verbo grego planaô (errar), devido à reputação dessas ilhas de enganar navios (Moret, 1977). Uma costa elevada é, ao contrário, um marcador e um guia. Não apenas alguns lugares são visíveis de longe, como à medida que nos aproximamos, podem ser percebidos os detalhes do recorte da linha do horizonte, que se tornam reconhecíveis em quadros específicos, incluídos na memória dos pilotos. Ao contrário das *Instruções Náuticas* francesas, o *Portolano Del Mediterraneo*, publicado pelo *Istituto Hidrografico della Marina* integra, de forma bastante conveniente, o desenho do horizonte, e, até mesmo na época do GPS, a maior parte dos navegantes costeiros prefere a representar de forma sistemática os contornos terrestres.

A partir do mar, as particularidades do traço de uma costa tal qual se tira de um mapa são geralmente invisíveis. Um cabo tão importante como o Cabo Matapão (Tênaro), por exemplo, é invisível quando visto do mar para quem vem do sul. Os cabos tais como se apresentam aos marinheiros são identificáveis, mais comumente, apenas de perfil, ou do alto mar, se apresentam um recorte bem incomum ou apresentam um perfil notável, do qual testemunha, desde a Antiguidade, a toponímia marítima. Muitos caminhos são chamados “testa de carneiro” (do Grego *Criu Métopon*), outros são chamados de “joelho de velha”. Em contrapartida, do mar, a terra se reduz a uma linha irregular e cinza do horizonte que esmaga todos os planos e de onde só se destacam os objetos claros e de perfil particular na linha do horizonte, quando não desaparece sob a névoa.

O Conjunto dessas particularidades constitui as *conhecenças* que, estritamente falando, são elementos de orientação e de referência infinitamente mais precisos que o plano de uma costa. Eles permitem a identificação de um lugar. Convenientemente alinhados, fornecem uma rota infalível, mesmo no meio do pior labirinto de cardumes de baixios marítimos: Políbio (1.47.1-3) descreve o auxílio prestado por um comandante cartaginense chamado Hannibal Rhodios que entrou no Porto de Marsala à vista da frota romana que margeava o porto : “Graças aos conhecimentos adquiridos por sua experiência, nos diz, ele seguiu marcos de referência através dos recifes (aflorados ou submersos). De fato, uma vez a travessia feita, da forma descrita, ele colocou a proa sobre a torre da orla, como se tivesse vindo da Itália, a fim de alinhar sua rota à sucessão de torres da cidade que estavam voltadas em direção à África. E é a única maneira embocar facilmente pela entrada do porto com o vento favorável”

O homem pode, com efeito, ajudar a natureza, e a maioria das conhecenças são de origem humana. Os inúmeros santuários construídos durante a *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

Antiguidade e a Idade Média, erguidos sobre os cabos (Gambin, 2003; Vella, 2004) não tinham quase nenhum interesse aos caboteiros que viam esses cabos de perfil. Eles eram, ao contrário, essenciais àqueles que vinham de alto mar e, sem dúvida, é esse o sentido de sua menção sistemática nos *Périplos*. Se eles possuíam de fato uma vocação cultural, possuíam também um papel marítimo essencial.



Fig. 11. A terra vista do mar: o Cabo Cavalaire (Var, photo P.A.). Pode-se notar o achatamento dos planos e a dificuldade para se distinguir do mar, um cabo na paisagem que o rodeia. Em contrapartida, é possível reconhecer um perfil no horizonte, mas, sobretudo, a lisura da construção branca à esquerda na imagem, no fundo mais escuro da vegetação.

Inúmeras redes de torres (Corré, 2004) foram erigidas, seja para permitir manobras, tais como aquelas que ritimavam as viragens de bordo na travessia entre Abydos e Sestos (Estrabão: 13.1.22), complicadas pela interação de correntes, ou para marcar uma costa, como a rede de torres-conhecenças construídas pelos marseheses ao longo das costas inferiores de Camargue e Languedoc (Estrabão: 4.1.8). Mas, seja de origem natural ou não, a conhecença existe senão pela consciência do homem: o bom navegante era aquele que, como Hannibal Rhodios, tinha notado e percebido seus traços.

O contexto humano: política, tecnologia, *savoir-faire*

Tanto quanto ou ainda mais do que as condições naturais, as condições políticas são suscetíveis de modificar as rotas de navegação. Este fenômeno foi posto em evidência na Idade Média (Petti- Balbi, 1996: 272-3). A

necessidade de evitar zonas inteiras, ou de aportar em pontos específicos, em condições determinadas por tratados, desempenharam um importante papel. À escala de um longo período – mais de 1000 anos entre o período arcaico, durante o qual começou a ser construída a memória coletiva do Mediterrâneo no espaço-tempo, e o fim do Império Romano – que tomamos em consideração, e particularmente nos cinco séculos anteriores à era cristã, aos quais se sobrepõe o essencial da nova documentação que levantamos, é evidente que o contexto político não parou de evoluir, e que o *Mare Nostrum* nem sempre foi o canal comum que descreve no século II d.C. o reitor Aelius Aristide, em seu *Elogio de Roma*. As redes e os centros do comércio mediterrâneo permaneceram em evolução, a despeito de constantes itinerários *fortes*. Certas relações diretas, como aquelas registradas por nossas fontes entre Marselha e Igilgili (Jijel), na Numídia, remontam provavelmente ao período de esplendor de Marselha, antes que o desenvolvimento de Narbona não a tornasse porto de referência da costa mediterrânea da Gália. Por isso, essa rota norte-sul, descrita no *Liber de Existencia Riverianum*, é bastante presente na Idade Média, embora deslocado algumas dezenas de quilômetros, para melhor alcançar Bugia (na atual Argélia), independente do papel de Marselha. Não importando qual tenha sido a evolução de sua frequência, difícil de apreciar, as altas rotas marítimas, que parecem ter se reduzidas a relativamente poucos itinerários, parecem, em grandes linhas, terem se mantido. Mesmo que seja inegável que novas bacias de consumo, tais quais poderiam ser a aglomeração romana durante o Império, puderam conduzir à emergência de novas rotas, o confronto entre os dados do corpus documental antigo com os registros fornecidos pelo período imperial sugere que as rotas antigas não caíram em desuso, fossem marítimas ou costeiras.

O impacto do contexto político foi importante nas práticas comerciais e nas rotas. Nas altas rotas marítimas, porém, parece ter sido moderado, tendo em vista os objetivos comerciais. Mesmo a pirataria, ainda que analisemos esse fenômeno pouco conhecido nos detalhes, mas que aparenta ter sido particularmente litorâneo, provavelmente não exerceu influência maior sobre as travessias em alto mar. Os dados tecnológicos são hoje melhor conhecidos. Eles são também, em teoria, mais determinantes. A arte da navegação e a arquitetura naval determinavam, com efeito, o que era materialmente possível diante de determinadas condições naturais. Elas são o limite imposto, até certo ponto, ao homem pela natureza. Quando as exigências humanas necessárias para ir de um ponto A a um distante ponto B, para transportar passageiros, uma mercadoria ou um exército, é necessário primeiramente saber ir e, em seguida, poder fazê-lo. Se os ventos dominantes se opõem a isso, é necessário saber encontrar meios técnicos de ir contra o vento, seja encontrar uma rota alternativa.

O Navio

Os historiadores da Idade Média nos têm mostrado que o impacto das pretendidas “revoluções” tecnológicas tem sido geralmente mais modesto na realidade da navegação. Com efeito, sabe-se hoje (Petti-Balbi, 1996: 272) que a prática de navegação no Mediterrâneo foi pouco modificada pelas descobertas tecnológicas (bússola, astrolábio, ampulheta, cartas náuticas ou mesmo leme de popa). A tecnicidade crescente dos instrumentos da navegação, e mais ainda a sua presença crescente junto aos terrestres, abriram, ao mesmo tempo que novos projetos, novos espaços de navegação, no fim de um processo que levou quase dois séculos a amadurecer, e do qual quase não restam mais dúvidas hoje, que foi o efeito de uma evolução interna da Idade Média, estrangeira às tradições escolásticas. Assim, as práticas de navegação não sofreram profundas mudanças e não parecem ter desempenhado um papel determinante na reconquista da navegação em alto mar.

A tonelagem dos navios antigos

Entre as particularidades possíveis da marinha antiga, figura aquela da tonelagem média relativamente alta, em comparação às frotas da Antiguidade Tardia e da Idade Média. No debate sobre a originalidade – ou não – da navegação antiga em comparação à navegação medieval, melhor documentada, sobre o traçado de suas rotas e de tempos de percurso, a questão da tonelagem dos navios é regularmente evocada. Os defensores da relevância absoluta do modelo medieval durante toda a navegação pré-moderna, sem negar a existência de unidades grandes e muito grandes, tendem a fazer disso uma exceção, e a enfatizar que o aumento da tonelagem seria um fenômeno bem efêmero, próprio do período republicano e às frotas de aprovisionamento (Parker, 1990: 340-2; Parker 1992a: 26; Mc Cormick, 2001: 95). Para além de frotas relacionadas com o abastecimento de Roma, não há dúvida que uma parte importante, senão essencial, do parque marítimo era composto de pequenos barcos costeiros (Parker 1984; Houston 1988; Parker 1992b; Horden-Purcell, 2000: 137-143; Reynolds, 1996: 126-127). A aparente redução na tonelagem na Antiguidade Tardia, desse ponto de vista, seria não mais que um retorno à norma.

A despeito de seu caráter bastante fragmentário, e das numerosas incertezas ligadas ao detalhe de sua interpretação, o *Papyrus Bingen 77* (Heilporn, 2000), um registro das entradas em um porto não especificado

do Delta, parece confirmar o predomínio de pequenas unidades, designadas como *akatoï*, pequenos costeiros de propulsão mista (Rouge, 1966: 348; Casson, 1971: 159-160; Heilporn, 2000: 342-343). É possível avaliar a tonelagem de nove dos doze navios mencionados. Dois terços deles têm uma capacidade de carga entre 1000 e 2500 artabes¹⁰, ou seja, 10 ou 14 toneladas para os menores e de 26,4 a 35,3 toneladas para os maiores. Dois navios¹¹ tinham um porte de 7000 artabes, entre 75 e 100 toneladas. Um deles podia comportar 2500 ânforas e pertencia à categoria dos navios "médios" de capacidade entre 1000 e 10000 ânforas¹². Um terceiro, atribuído à ligação com Óstia, é um navio de 22500 artabes, ou 238 a 318 toneladas. Se desconsideramos o grande cargueiro de Óstia, que retorna vazio, em direção ao leste, para levar em conta não mais que os dois navios de capacidade média, os seis pequenos costeiros, todos eles, representam uma capacidade de carga total de 11.000 artabes, inferior aux 14.000 artabes, por baixo, que representam no total dois navios "médios", e que não correspondem eles mesmos a menos que dois terços do carregamento máximo do navio de Óstia...

Se este documento confirma, sem surpresa (especialmente para um período do ano - provavelmente o verão, data de retorno dos navios da frota de aprovisionamento - que tradicionalmente é o de menor atividade à Alexandria), que os pequenos navios de cabotagem eram a maioria das unidades envolvidas no transporte comercial, mesmo em uma distância média- o que nunca devemos esquecer - ele também incita a moderar alguns excessos atuais e relativizar o alcance em termos de volume de carga, e mostra que sobre linhas comparáveis de trocas à média distância, embora em menor número, os navios de médio porte são os meios de transporte de mais da metade de todos os volumes comerciais, e que os grandes navios não eram excepcionais.

Os estudos mais sérios consagrados à tonelagem dos navios da Antiguidade (Wallinga, 1961; Casson, 1971: 170-173; 183-200; Pomey-

¹⁰ Medida de tonelagem seca do Egito Antigo, hoje ardeb, equivalente à 5,62 alqueires americanos.

¹¹ Heilporn 2000, 347 considera a tonelagem de uma das duas unidades, um navio de "Anémourion" (Anamur), como desconhecido do escriba. A menção "o mesmo ..." parece-nos direcionar ao navio cuja menção precede aquela deste, reputado ter uma capacidade de 700 artabes, no mínimo para 2500 ânforas.

¹² Pomey-Tchernia 1978 234-235, 1000 ânforas correspondem a um porte em peso de cerca de 50 toneladas. Cem toneladas correspondem a 7000 artabes se adotarmos o alto valor do artabe (Heilporn 200, 352-3). Um navio de 2000 ânforas era tomado como a norma de um contrato, pelo jurisconsulto Paulo (Labeo, *Pith. A Paulo epitomat.*, 1 [= Dig. 1.14.2.10.2]), e o texto permite imaginar as possibilidades de sobrecarga em comparação com o calibre teórico. Díon Cássio 56.27.3 evocando legislação de Augusto sugere que a capacidade de 1000 ânforas marcava o limite entre as pequenas e médias unidades.

Tchernia: 1978) levam a conclusões similares. As fontes literárias que, sob o nome de “myriaphores” ou “myriagogues” designam navios capazes de transportar pelo menos 10.000 ânforas, mostram claramente que as unidades de uma tonelagem útil igual ou superior a 500 toneladas constituíam, ao mais tarde, à época da guerra do Peloponeso, um elemento essencial, senão majoritário em número de unidades, de frotas no Mediterrâneo. De seu lado, os dados epigráficos e os estudos dos naufrágios mostram que as unidades de uma capacidade de carga entre 100 e 300 toneladas eram largamente recorrentes no final do século IV. Devemos nos abster de qualquer extrapolação quanto às estatísticas da tonelagem no período. Ela é, primeiramente, relacionada à natureza da documentação: os barcos naufragados anteriores ao fim da República romana são, em efeito, sensivelmente menos numerosos, e a natureza de seu carregamento não permite obter informações claras sobre a sua tonelagem. Por outro lado, as inscrições das honrarias dedicadas aos doadores de trigo no mundo grego egeu, em que se baseia L. Casson, se inscreve em uma faixa cronológica bastante limitada que não mantém com a tonelagem do navio nenhuma relação estrutural (*cf.* quadro 01).

A Lei de Thasos (*IG XII Suppl.* p. 151, n° 348 et *SEG*, XVII. 417) da segunda metade do século III a.C. é extremamente interessante. Primeiro porque ela é anterior ao boom sem precedentes do comércio marítimo mediterrâneo que ocasionou a “Paz de Apameia” (188 a.C.), em seguida porque ela nos ensina que as unidades de uma capacidade inferior a 80 toneladas eram simplesmente interditas do acesso às instalações portuárias da cidade, doravante, elas estavam divididas em duas bacias, uma das quais era reservada às unidades de mais de 130 toneladas. Toda uma série de textos nos mostra, pelo contrário que, sob o Império Romano, é possível distinguir três categorias de navios: aqueles de menos de 68 toneladas, considerados inaptos às operações comerciais de alguma escala, aqueles de 68 a 340 toneladas, e os com mais de 340 toneladas. Se esses textos não nos permitem estabelecer uma estatística das capacidades de carga, eles mostram claramente que os vetores considerados normais do comércio a grandes distâncias avolumavam mais de 70 toneladas e que toda tonelagem inferior era julgada fora das normas do comércio, e dedicado somente à distribuição. A frota comercial do Mediterrâneo se mostrou comparável à frota com a qual Cristóvão Colombo atravessou o Atlântico. A maior unidade dessa frota, Santa Maria, pesava cerca de 120 toneladas (Mc Cormick, 2002: 96).

Nada nos autoriza a afirmar (Casson, 1971: 190; Meijer, 1986: 189) que a tonelagem média de um navio de carga romano era de 300 toneladas. Não há dúvidas que unidades de 300 toneladas ou mais existiam desde o século

V a.C. Que ela tenha sido, em qualquer período, uma norma, resta a ser estabelecido. E se havia uma norma, qual seria ela? Uma norma estatística embasada no número de unidades faria aparecer, indubitavelmente, o domínio das unidades pequenas, mas se pensarmos em termos de volumes e valores transportados, a despeito de seu número, elas se tornam minoritárias, de quantidade insignificante.

De modo geral, não se pode negar que a tonelagem e as rotas mantêm ligações estreitas. Já foi enfatizado para outras épocas, a importância do papel do crescimento da tonelagem dos navios no desenvolvimento das navegações em alto mar, menos fragmentadas, e geradoras de tempo de percurso prováveis, não somente por serem atalhos, mas por propriamente mudarem de escala (Petti-Balbi, 1996: 286; Melis, 1979: 114-116). Pode-se, contudo, questionar se não é preciso inverter os termos da afirmação e considerar o aumento da tonelagem como uma consequência do desenvolvimento das relações diretas entre pontos distantes, e não como sua causa. O aumento da capacidade de carga dos navios traduz, de início, a especialização de trocas de grandes volumes entre pontos longínquos. Ao fim da Idade Média, o desenvolvimento das unidades de grande tonelagem foi menos relacionado à pesquisa de qualidades náuticas próprias que à emergência de novas práticas e interesses comerciais, diferente daqueles que se conectavam à cabotagem e aos navios costeiros.

Quadro I – Capacidade de carga dos navios antigos (de acordo com Pomey-Tchernia 1978, Casson 1971, 171-200 e Heilporn 2000, 347; 352-353).

Destroços ou fonte	Data	Peso estimado (em toneladas)
Albenga	Início do século I a.C.	450 (escavadas), ou 500 a 600 (Pommey – Tchernia)
Giens	Início do século I a.C.	400 – 450
Ilha das correntes	s.d.	350
Atenas (IG II ² 845, cf SEG XVI 71	208/207 a.C.	330, fretado por um Etoliano
Mahdia	100-50 a.C.	230-250 (Pomey). Ao menos 320 (Casson)
Egito (P. Bingen 77,9-10)	século II	238-318 (navio cerealista que fazia ligação com Óstia)
Marzamemi	Século III	Mais de 200
Torre Sgarrata	Fim do século	Entre 170 e 250

Saint-Tropez	Século II	200
Atenas (IG II 408)	Aproximadamente 330 a.C.	165, navio fretado em Heracleia
Atenas (IG II ² 400)	320/319 a.C.	165
Egito (P. Bingen 77,23-24)	Século II	125 (2500 ânforas) ou 100 em sobrecarga (navio proveniente de Anamur – ou “navio de Anamur”?)
Samos (SEG I 361)	Fim do século IV a.C.	120, navio fretado em Torone
Atenas (IG II ² 360)	325/324 a.C.	120, navio fretado em Chipre
Atenas (IG II ² 363)	324/323 a.C.	120, navio fretado em Heracleia
Atenas (IG ² 398)	320/319 a.C.	120, navio fretado no Helesponto
Delos (<i>Insc. Delos</i> 442 A, 100-105)	179 a.C.	115, Massinissa
Egito (P. Bingen 77, 21-22)	Século II	74-99 (graneleiro proveniente de Aspendo – ou “navio de Aspendo”?)
Éfeso (<i>Syll.</i> 8 354)	Aproximadamente 300 a.C.	95, navio fretado em Rhodes
Delos (IG XI. 4 627)	Primeira metade do século III a.C.	20, navio fretado em Bizâncio

Em contrapartida, reduzir, em princípio, as "pequenas unidades" aos navios de cabotagem como geralmente é feito de maneira bastante sistemática (Mc Cormick, 2002: 95-97; Horden-Purcell, 2000: 140; Petti-Balbi 1996: 286) é, sem dúvida, exagero. De uma parte, com efeito, a noção de "pequenas unidades" é muito fluida para ser a única pertinente, tendo em conta o estado de conservação das carenas e à curva de crescimento da tonelagem que evolui mais rapidamente que aquela do comprimento da quilha. Pode-se assegurar que, se, entre as pequenas unidades figuram inegavelmente navios costeiros envolvidos em um comércio de redistribuição limitado somente à cabotagem ferista (o que não era necessariamente o caso de todos os navios de cabotagem, como mostra o papiro Bingen 77), a natureza de carregamento de um número de pequenos naufrágios não permite reconhecer unidades empregadas em tal tipo de comércio. Por outro lado, a distinção entre barcos costeiros e navios de

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

longo curso deveria obedecer a normas de concepção particulares, notadamente, mas não sistematicamente, o recurso a sistemas de propulsão mista, bastante comuns no período, como os *akatoi* ou os *actuarieae*, ou a concepções de cordames adaptados a condições mais mutáveis.

Capacidade de navegar sob todas as maréações

Não nos prolongaremos sobre a capacidade das carenas. Mesmo breve, a navegação da réplica do navio helenístico de Kyrénia confirmou o essencial do que é necessário saber em primeira análise: a característica bastante marítima de uma carena e de um cordame pouco velozes, mas capazes de estender uma brisa a picos de 40 nós. A capacidade teórica dos cordames é mais problemática, e a habilidade dos navios antigos de remontar o vento é ainda objeto de inúmeras discussões. Esses navios eram asseguradamente capazes de navegar de outra forma que não por vento traseiro, o que se sabe há muito tempo (Köster, 1923: 177-185; Casson, 1971: 281 sq.; Pryor, 1988: 33-35; Janni, 1996: 410-412; Pomey, 1997). A razão desejaria que a possibilidade dos navios de contornar a remo era a consequência de sua capacidade de ir contra o vento, mesmo em moderadas proporções.

Uma primeira certeza é que eles evoluíam a maréações naturalmente menos favoráveis que à popa rasada ou ao largo. Plínio, o Velho (HN, 2128) evocou uma navegação por um vento ao menos de través: “Com os mesmos ventos, navegamos em direções opostas, escotas alinhadas, embora muitas vezes, durante a noite, navios colidam.” A capacidade dos navios antigos de irem contra o vento também é estabelecida com base no testemunho do Pseudo-Aristóteles (MSPS., 7) que descreveu como, transformando a vela quadrada em vela triangular, os marinheiros conseguiam prosseguir contra o vento¹³.

A questão é saber se este tipo de equipamento realmente foi utilizado em navios mercantes e, se neste caso, qual seria seu desempenho. Dispomos, acerca do aparelhamento da Antiguidade, uma iconografia abundante. Porém, nunca, antes do período Bizantino, encontrou-se a vela latina associada aos navios de carga. Esta situação leva-nos a várias conclusões. A primeira é que evoluir sob a vela triangular (e, portanto, contra o vento)

¹³ Opinião contrária de Basch 1997, que vê aí a descrição de uma manobra de capa de corrente.

era para navios de carga de uma situação anormal e excepcional. A segunda é que uma transformação da forma da vela foi necessária.

Nesse nível de análise convém considerar três parâmetros, o ângulo máximo de navegar contra o vento, que varia de um navio para outro, as manobras necessárias a esse tipo de manobra, e a sua comodidade ou não, enfim, as respectivas vantagens e desvantagens de ir contra o vento de acordo com a força do vento e das condições do mar.

A navegação experimental do *Kyrénia II* mostrou que o barco, com uma vela latina, possuía um desempenho melhor que esse mínimo, já que ele podia alcançar na brisa um ângulo de 60° do um vento sensivelmente melhor que aqueles dos grandes veleiros do século XIX, que não passavam dos 67°, e aproxima dos Dhow árabes de vela latina, que atingiam um ângulo de 7/4, ou um ângulo de 56° e 15' (Janni, 1996: 411). Com efeito, o problema advém do fato de que a remontada ao vento depende principalmente de como o navio é equipado, o que é infelizmente, o elemento que menos se conhece.

A navegação em bolina, sobretudo se é pouco cerrada, pode ser feita sob dois tipos de condições. A primeira, é a de bolina estabelecida, quando o navio, navegando em bolina, a um cabo determinado, não precisa mudar de direção para chegar ao destino fixado. O aparecimento da bolina, que permite fixar próximo do ponto a extremidade inferior da verga inclinada e enlaçada no eixo do navio, em condições tais que a vela triangular é fixada por um ponto da amura, que aumentando o desempenho convém mais com o bordo longo em bolina folgada do que com o bordejo (Pomey, 1997: 86). Os brióis que facilitam, até certo ponto, a mudança da forma da vela no vento fraco, mostram, por sua parte, seus limites na brisa (Luciano, *História verdadeira*, 1.1). Eles são praticamente exclusivos de velas triangulares específicas, que poderíamos equipar no lugar da vela quadrada, e que continuam teoricamente possíveis em cordames sem brióis.

O segundo tipo de navegação à bolina é o bordejo. Trata-se de virar de maneira bem regular de bordo, de maneira que o resultado da rota em ziguezague criada por esta manobra corresponda a um ângulo inferior ao ângulo máximo de navegação contra o vento autorizada pelas capacidades específicas do navio. A prática do bordejo era aliás bastante conhecida (Virgílio, Eneida 10.831 sq.) e, muitas vezes, era necessária para sair de um golfo. Em longas distâncias, ela exigia repetidas viragens de bordo que podiam se operar de duas maneiras: vento contrário ou orçado (cambar).

A primeira manobra, comum a cordames modernos, era muito arriscada em barcos de vela latina e mais ainda em cordames quadrados, e tornou-se normal apenas com os Lugres. Com efeito, o navio devia dispor de bastante espaço para poder orçar até ultrapassar a direção que sopra o vento e abater até encontrar do outro lado um ritmo compatível com a sua capacidade de remontagem. Este tipo de viragem de bordo é condicionada pela capacidade de aplanar significativamente a vela para melhorar o ângulo de navegação contra o vento, e por uma arqueação fraca. Caso contrário, inevitavelmente, o navio deixa de girar. Se a manobra é bem sucedida, a verga não é rodada completamente em torno do mastro e a vela desfralda, sobre um dos lados, de modo a formar dois bolsos de uma parte à outra do mastro, quando ela se encontra à barlavento do mesmo, com um rendimento mais baixo do que o outro lado.

Por todas essas razões, a manobra mais comum para virar o bordo consiste em virar « lof pour lof », ou seja, para ir de um ângulo determinado em relação ao vento a um ângulo idêntico sobre o outro lado, um círculo quase completo, passando pelo vento posterior, percorrendo ao vento de popa nesta passagem a distância mais curta na direção oposta à aquela desejada. Sob verdadeiro lugre latino, a manobra é bem simples quando da passagem da direção que sopra o vento, a verga é levada para a vertical e as escotas soltas. A vela se põe a tremular como bandeira, e o punho da escota sendo levado pelo vento ao eixo da proa. Basta então ajustar a escota e reinclinar a verga para terminar a viragem de lado. Ela se torna longa e fastidiosa sobre um cordamento quadrado. Sobre os cordames quadrados do séc. XIX, ela toma mais de uma hora. Podemos especular as principais fases de um cordame montado em triângulo. A vela deve, de início, ser reduzida para ser ajustada em triângulo na outra extremidade da verga, ao mesmo tempo em que a verga é recolocada na horizontal e reorientada perpendicularmente ao eixo de progressão do navio. Essa manobra se opera progressivamente, entre à bolina e à popa rasada. Para facilitar a manobra e limitar a progressão à popa rasada, devemos fazer abater o navio, estabelecendo um velame reduzido sobre o artemo, e esconder todas as velas para restabelecer progressivamente a vela principal, primeiro em quadrado, a verga estando gradualmente batida, até vir para o eixo de progressão do navio, depois abaixada ao mesmo tempo que a vela é enrolada em triângulo. As superfícies de velas implicadas e a arqueação importante parecem ter limitado esta prática ao vento fraco. Em contrapartida, não é excluído que, ao preço de tomadas de molejas sólidas, os navios helênicos, desprovidos de brióis e conseqüentemente menos cobertos de adriças, puderam, pelo menos, para o menos pesados entre eles, virar como os equipamentos triangulares comuns.

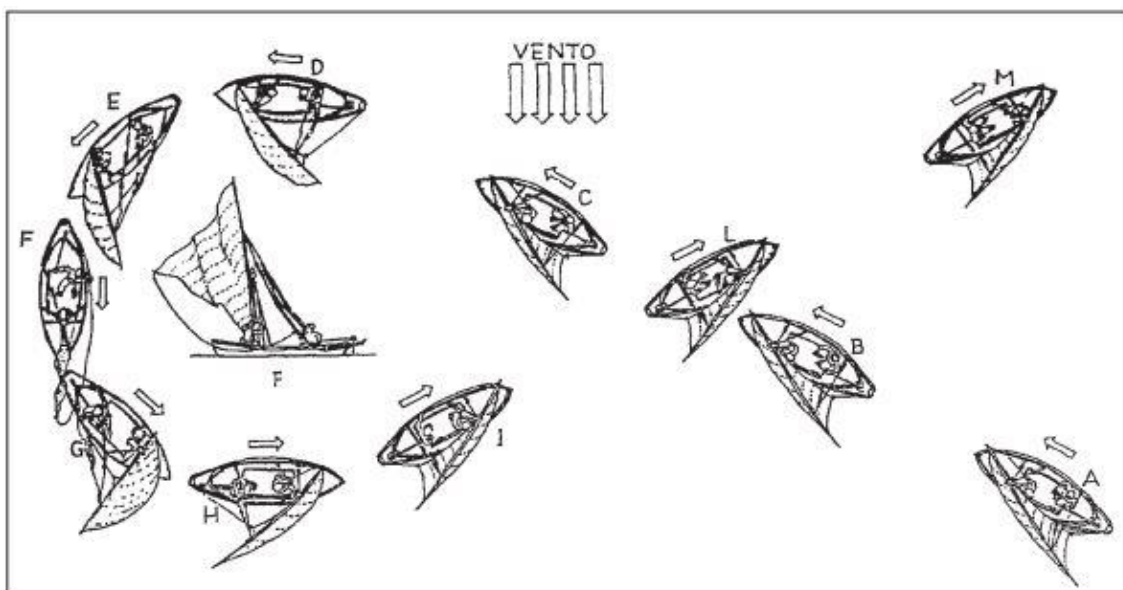


Fig. 12. A viragem em orçada (lof pour lof) sob vela latina, a partir de S. Ricca Rosellini 1988. Para virar de lado sob a vela latina, o navio deve passar pelo vento traseiro e pôr a vela em bandeira para fazê-la alterar de lado.

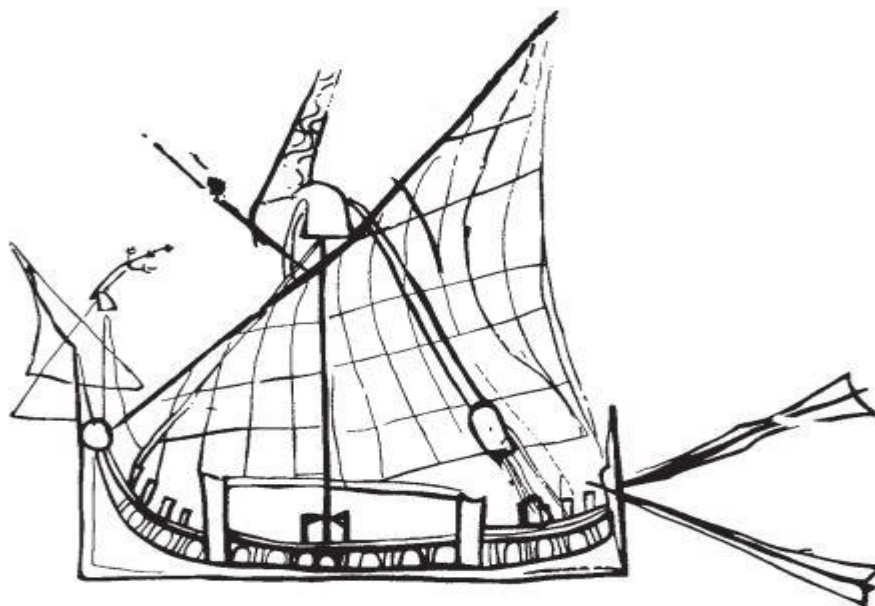


Fig. 13. Uma das mais antigas representações da vela latina: a “feluca do Kellia” (600-630 d.C.), de Basch 1997, fig. 1. A mais antiga representação da “vela latina” é dois séculos mais antiga (Mosaico de Kelenderi). Ela procede como alguns já supunham, de uma alteração da vela quadrada em vela triangular, mas já apresenta os traços específicos de um equipamento latino, notadamente as linhas de moleja (Pomey 2005).

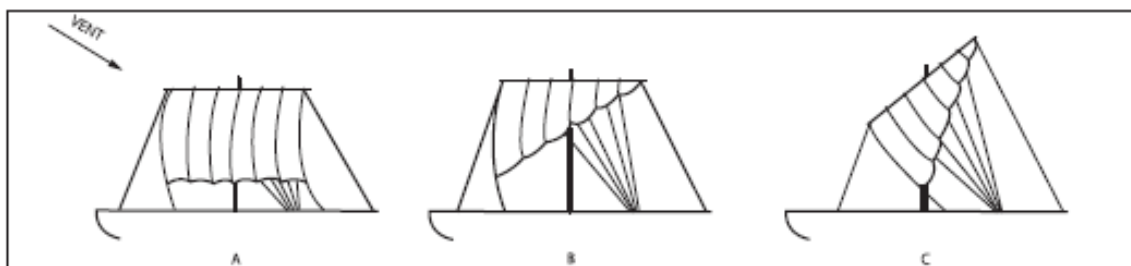


Fig. 14. O processo de transformação de uma vela quadrada em uma vela triangular, de acordo com L. Casson. Este dispositivo, do qual P. Pomey propõe uma descrição mais precisa, é comprovado desde o século II a.C a diante (Basch 1997; 2001).

Ao contrário da opinião generalizada (McCormick, 2001, 408 e 1992 Pryor, 33-5), a verdadeira vela Latina, em si, não garantia melhores condições de subida ao vento do que as autorizadas pelos equipamentos quadrados temporariamente, carregado ou erguido em vela triangular: ela facilita as manobras de bordejo e é adequada à navegação costeira. Sua generalização em detrimento da vela quadrada (que os navios jamais abandonaram até o desaparecimento de vela) destaca, sem dúvida, a passagem a uma prática predominante de cabotagem.

Reconhecemos, de acordo com P. Janni (1996, 409-413) que, considerando todos os parâmetros, incluindo a deriva induzida por estes andamentos, os navios de carga da Antiguidade não deviam se sair muito melhor na rota real do que de través, e que à exceção de circunstâncias muito peculiares, seja próprias à navegação costeira (dobrar um cabo, sair de um golfo ou atravessar uma ravina), seja na navegação em alto-mar, quando um bordo de bolina conduzia sem bordejar na direção procurada, o recurso às manobras de bolina, mesmo pouco cerradas, devia ser bastante excepcional, incluindo por razões de conforto: logo que o vento refrescava e que o mar escavava-se, o navio inclinava sobre um bordo, batia na onda, submetendo a carga a movimentos incessantes, e tendia a embarcar água. De acordo com um antigo dito acerca do bordejo dizia "duas vezes a rota, três vezes o tempo, quatro vezes a pena". Se, sem dúvidas, era possível, em certas condições, remontar vento, as capacidades de fazê-lo não eram tantas que permitissem considerar subir ao vento com um ângulo significativo em longas distâncias. De um lado, a tensão sobre os ovéns tende a separar as peças de viragem ao vento, e o navio tende a fazer água quando cessa de balançar, por outro lado, as carenas antigas, com baixos volumes imersos tinham um limite claro: sua deriva importante à partir do vento de través, desde que o vento refrescasse. Em cabo real, os navios antigos eram sem dúvidas, qualquer outra coisa que que não os campeões em remontar ao vento e eram ainda menos eficientes sobre esse ponto quanto mais o vento estivesse frio. Vimos que, mais a força do vento crescia, mais o leque de direções possíveis tendia a aproximar-se do vento de

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

popa, até a resumir-se à fuga sob velame reduzido.

É, pois, necessário adotar uma visão bastante flexível acerca da capacidade dos navios antigos, dependendo das condições em que eram mantidos. É certo que, comumente velejavam ao vento de través e sem dúvidas, em longas distâncias: um grande número de representações figurativas mostra claramente velas reguladas para essa mareação, que era, sem dúvida, uma das mais utilizadas, a julgar pela correlação entre as rotas conhecidas e o mapa de ventos predominantes. Não podemos excluir que, em vento fraco estabelecido [petit temps], nós fomos capazes até mesmo de ir até ângulos modestos contra o vento. Em contrapartida, assim que o vento esfriasse longe da costa, vemos os navegantes fugindo e procurando o vento de popa sem fazer mais perguntas. Mas aqui nós deixamos o campo das rigorosas especificações técnicas para entrar no domínio dos usos, sem os quais os dados técnicos significam pouco.

Aparelho de governação e busca de equilíbrio de barra

O leme lateral foi considerado por bastante tempo como um arcaísmo escandaloso. É necessário, na realidade, distinguir dois sistemas: o remo, capaz de movimento lateral ou movimentos de ginga, usados para dirigir o navio, que é encontrado em pequenas unidades; e o leme lateral compensado, um aparelho que opera por rotação em torno de um eixo capaz de mudar seu ângulo de incidência. É este último que nos interessa. Destinado ao suplício por gerações de historiadores de navegação, este mal-amado método há muito tempo apareceu como uma fraqueza da navegação antiga. Felizmente, foi possível entender melhor esse objeto essencial (1975,68-71 Rouge; Mott, 1997; Pomey 1997, 87), cuja eficiência foi suficiente para torná-lo o símbolo iconográfico da autoridade e da capacidade de influenciar o curso das coisas. Parece claro à experiência que, sem prejuízo das adaptações necessárias e de acordo com a competência de seus usuários, sua capacidade não era inferior ao do leme de popa, com o qual tantas vezes é comparado para ser melhor denegrido. Sua principal limitação está, na verdade, em seu ajustamento reduzido. A recente descoberta de um aparelho de direção bastante completo, permitiu estabelecer que ele não excedia um ângulo de 18-20 ° em torno da "barra a zero". Tal limitação supõe evoluções largas; Ela confirma desse fato, se ainda duvidamos, a prática de viragens de bordo (cambar), excluindo praticamente a viragem em vento contrário, e supõe um recurso limitado ao bordejamento.

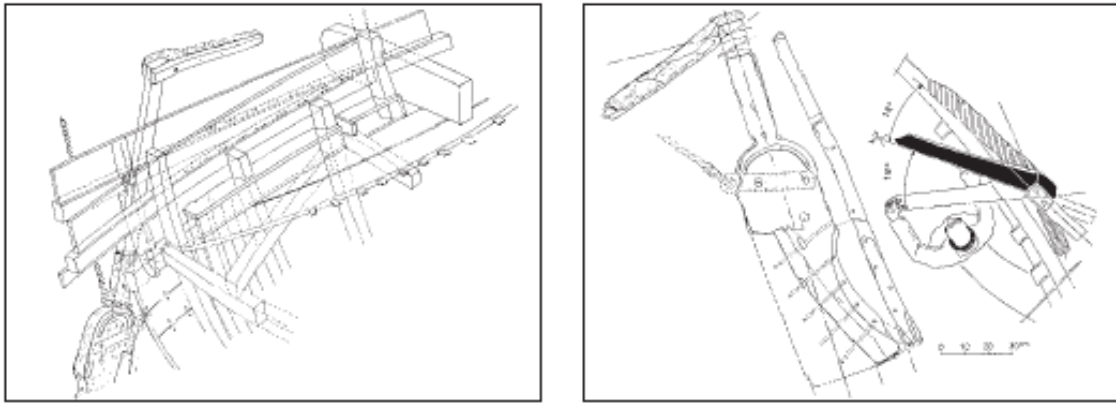


Fig. 15. À esquerda – O sistema de direção encontrado no naufrágio de Laurons 2, de acordo com Gassend 1998, fig. 2. Este dispositivo é um dos mais completos conservados até o presente. À direita – o ângulo da barra reconstituído a partir dos destroços do Laurons 2, de Gassend 1998, fig. 3. Seremos sensíveis ao pequeno movimento da barra.



Fig. 16. Relevô do túmulo de Navoleia Tychè em Pompeia. Este relevô é uma das raras ilustrações de manobra de um navio antigo. A tripulação está prestes a carregar as velas para modificar a forma. Nota-se que o comandante, que evidentemente controla a manobra, não mostra nenhum sinal de esforço sobre a barra (cliché R. Chéné, Centre Camille-Jullian).

O leme de governação compensado antigo parece, no entanto, surpreendentemente fácil de manusear. A iconografia antiga geralmente representa um timoneiro sentado, numa situação em que, ao menos com vento de popa, não produz nenhum esforço especial na barra, e trata-se de um verdadeiro lugar comum na literatura antiga¹⁴ a oposição entre a representação de um franzino timoneiro à do grande navio que governa.

¹⁴ Janni 1996, 421, n.8, cf. Lucien, *Nav.*, 6 ou, ainda, Epístola de Tiago, 3.4.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

No entanto, à exceção do vento de popa, a maior parte das manobras faz com que o navio tenha a tendência de bordejar ou abater e impõe ao timoneiro uma compensação permanente ao autobordejamento ou ao autoabatimento, necessariamente esforçante fisicamente sobre grandes unidades, em ausência de sistemas de distribuição de forças. Na hipótese de práticas normais de navegação de través, quicá à bolina, temos o direito de esperar sistemas que pudessem ter facilitado a tarefa do timoneiro. É no cordame que nos parece mais pertinente buscá-los. O surgimento de dois mastros adicionais parece ter tido o principal objetivo de equilibrar o navio e facilitar tanto a sua evolução e condução pelo leme. Estes dois mastros parecem, de fato, nem sempre terem sido capazes de melhorar significativamente a velocidade das embarcações (que não foi provavelmente uma preocupação central dos navegadores mais antigos) em proporções correspondentes à complexidade que trouxeram. A sua razão de ser principal foi, sem dúvida, outra.

A introdução de um segundo mastro na frente do primeiro é muito antiga e remonta à época etrusca (Casson 1963). Seu primeiro registro, sobre uma galera de combate remonta ao século VI (Pomey 1.997,68), e o navio retratado em "tomba della nave" de Tarquínia, no século V, é a mais antiga evidência da sua presença em um navio comercial. Este mastro, reconhecido como *artemo* dos textos antigos, tinha uma inclinação ajustável, e desempenhou, sem dúvida, menos um papel de propulsão (sem dúvida real, sobre grandes unidades, das quais ele permitia fragmentar o cordame), e mais um papel de manter o equilíbrio em uma determinada manobra, e foi, como tal, um apoio para a execução de manobras. Mais o abaixamos, mais ele avança em relação ao centro da carena, e mais a vela que ele segura faz abater o navio. Da mesma forma, a pequena vela que é encontrada na parte de trás, perto da popa, vista em muitas representações de grandes unidades, não pode ser considerada como uma vela propulsora: é uma "gangorra", cuja localização, muito para trás, torna o navio ardente e o faz orçar.



Fig. 17. O artemo no navio do mosaico de Thémétra. Este famoso mosaico, que ilustra um grande transportador do mesmo tipo de destroço da Madraga de Giens mostra, à frente, um artemo equipado com uma vela de superfície equivalente àquela da grande vela. Essa é uma vela propulsora cuja vocação não se reduz à pequena vela de mau tempo, utilizada para fuga, ou a uma vela de equilíbrio destinada a manter o navio na cama do vento. (foto de R. Chene, Centre Camille Jullian).



Fig. 18. Navio sob grande vela, artemo e gangorra (Óstia, Fórum de Corporações). A gangorra, localizado bem no fundo, faz o navio bordejar. A pequena vela de artemo, aqui rebaixada para a posição de um gurupés, o faz abater. Eles permitem equilibrar o navio (foto de R. Chene, Camille Jullian-Centro).

Uma vez que um navio evolua sob mareação de vento não favorável, o

desequilíbrio da vela propulsora faz ele abater ou orçar, o que é aliás raramente neutro por natureza, mas tende a ser sempre um pouco ardente ou um pouco mole por causa de sua forma e de sua posição em suas linhas. Ambas as velas adicionais podem ter sido uma resposta para o tamanho crescente dos navios, não tanto para melhorar a velocidade, devidamente ajustada, mas para deixar o leme neutro a todas as maréações, e obter navios mais estáveis, capazes de manterem-se sob uma regulação determinada das velas, em um ângulo constante em relação ao vento.

Material de bordo e ajudas à navegação

Para cumprir a rota, ou seja, se movimentar, em condições de ventos e correntes determinadas, de um ponto a outro ao longo de um percurso predefinido, não é suficiente ter navios tecnicamente capazes de executar essa rota, e equilibrados o suficiente para não tentar se afastar. É necessário também ser capaz de garantir que ele pode seguir regularmente a rota traçada.

Não ocorreria à mente de qualquer navegador moderno navegar sem embarcar com ele os instrumentos para se situar acerca da distância percorrida: mapa, bússola de rota e de observação, sextante (hoje colocada na posição de acessório pelo GPS). Mas ao se fazer a lista das ferramentas e documentos necessários a bordo, percebe-se que ela é dramaticamente curta: um livro ou diário de bordo, presente desde época longínqua e onde são assinaladas a rota e os diversos acidentes (Bresson, 2000, 141-149), mas também os detalhes de carga e descarga, sondas de mão, bem atestada em naufrágios e descritos na história naufrágio de Paulo, equipamentos de segurança (incluindo uma âncora utilizada como âncora flutuante). Mas a primeira surpresa para um contemporâneo é a aparente constante ausência, em navios da Antiguidade, de qualquer equipamento de auxílio à navegação.

Exclui-se, obviamente, a bússola, que é introduzida no período medieval. Retira-se também o astrolábio que, nas suas aplicações marítimas, permitiu calcular com uma aproximação aceitável, a latitude, entendendo-se que as longitudes fossem calculadas com uma precisão aceitável somente a partir do século XVIII. Os elementos teóricos necessários para a sua construção eram conhecidos desde o fim do século III a.C., mas o primeiro autor a descrever precisamente o que poderia ser fisicamente um astrolábio foi Théon de Alexandria, no fim do século IV d.C. Sua filha Hypatia era aluna de Synésios de Cyrène, que aparece para descrever o uso de um astrolábio. Geralmente considera-se que a descrição efetiva de um astrolábio real não

acontece antes do século VI e é encontrada em Jean Philoponos de Alexandria. Em todos os casos, qualquer que seja a data introdução efetiva deste objeto, que foi durante muito tempo apanágio de alguns sábios de alta navegação, trata-se de uma procura em vão a bordo dos navios antigos. Os restos de um complexo mecanismo descoberto ao largo de Anticítera (preço de 1974; Zurcher 2004), durante algum tempo interpretados como uma espécie de astrolábio, fazendo parte do equipamento de bordo, é agora certamente identificado como um relógio astronômico, uma curiosidade científica de grande preço, provavelmente exportada para um rico comprador italiano, e fadado a terminar, a exemplo dos planetários animados de Arquimedes, como curiosidade numa mansão aristocrática ou em um templo na capital. É por esta razão, não mais que um elemento da carga, independente do funcionamento geral do navio. Nenhum naufrágio antigo nos legou entre os objetos de bordo, algum objeto que pareça, de alguma forma, um astrolábio.

Entre as ferramentas tradicionais de navegação poderíamos esperar aquelas que permitiam medir a distância percorrida pelo navio e, a partir disso, a sua velocidade. Elas fazem parte do equipamento básico em todos os navios modernos, e algumas delas, como a barquinha a nós, que de longa data tem demonstrado sua formidável eficiência, juntamente com a sua simplicidade, poderia muito bem ter desaparecido sem deixar vestígios. Por um golpe de sorte excepcional, a ausência de qualquer dispositivo de medição da distância percorrida é de fato assegurada por uma declaração, mais explícita impossível, de Marciano de Héracleia, compilador, no início do século V, do Périplo de Menípio de Pérgamo (Müller 1855 568, § 5). De acordo com ele, de fato, " são as práticas usuais (synèthéia), mais do que qualquer outra invenção técnica (épitechneîsis) que permitem a medição em estádios de uma extensão de água".

O testemunho de Marciano é sem apelo e permite fechar um antigo debate: de que, normalmente, não existia nenhum aparelho capaz de permitir a avaliação da distância percorrida. Tentou-se já reconhecer em um dispositivo descrito no período de Augusto, pelo arquiteto Vitrúvio¹⁵, tomado do estudioso helenístico Hiero, uma espécie de barquinha à hélice, da qual tentou-se mesmo achar traços em um mosaico de Sousse (Foucher 1958). Na verdade, se tratava de um sistema de pás, uma variante do odômetro de Hiero, que ao jogar uma pedra em um recipiente bronze, teria desencadeado um sinal sonoro a cada milha romana percorrida. Sua função, tal como descreve Vitrúvio, é a de uma barquinha, mas não

¹⁵ 10.9.5-7. Cf. Rouge 1966, 83. Esta passagem de Vitrúvio é considerada suspeita pelos editores, uma vez que incorpora quase que integralmente aquela que imediatamente a precede.

escapou a Leonardo da Vinci que o sistema assim descrito era, em virtude de sua fragilidade, totalmente inadequado para o ambiente marinho. Foi, na melhor das hipóteses, uma curiosidade técnica desprovida de aplicações práticas (Callebat 1986:194-198). Postular uma melhoria ulterior do sistema - e ainda mais sua generalização na navegação - procede como uma hipótese gratuita. O texto do Marciano tem, de fato, o mérito da clareza: exclui o uso de qualquer tipo de barquinha, ele foi de um princípio tão simples quanto a barquinha a nós usada na marinha dos tempos modernos.

Ausência de cartas

Não há nenhuma razão para ser surpreendido, que tanto a barquinha quanto as ferramentas de ponta, de cabo ou de rota, tenham significado somente na percepção cartográfica da navegação. Porém, as cartas, especificamente, parecem totalmente estranhas à prática da navegação antiga.

A questão de cartas náuticas no Mundo Antigo foi objeto de posições muito firmes. Nenhum texto antigo permite, nem de longe, nem de perto, imaginar, mesmo que remotamente, sua existência. Infelizmente, uma vez que, frente às nossas práticas contemporâneas, parece ser natural a presença de um objeto, é àqueles que contestam a sua existência, há dois mil anos, que é solicitado a entregar a impossível prova de sua ausência. Pode-se, com efeito, demonstrar a existência de um objeto quando ele é descoberto. Sua ausência sempre deixa margem para dúvidas, mas na melhor das hipóteses, podemos esperar demonstrar a improbabilidade de sua presença no contexto de práticas e saberes conhecidos.

Os defensores de cartas antigas são poucos (Uhden 1935 Uggeri 1998) e concluem à sua necessária existência se fundando sobre um argumento reputado de evidência ou de verossimilhança: os antigos tiveram cartas náuticas, porque eles não poderiam não tê-las, a navegação sem mapas seria impossível. Tanto eles não podiam não tê-lo quanto possuíam informações necessárias para a preparação de cartas náuticas, do tipo daquelas que conhecemos para o período medieval: eles sabiam fazer mapas - não se diz precisamente quais - e eles conheciam a rosa dos ventos - e dispunham, além disso, de uma abundante literatura da geografia marinha, que não mais que as distâncias marítimas que ela continha, diz-se, não teria sentido sem mapas de onde foram tirados indubitavelmente, e sem os quais não se podia navegar. Enfim, a ideia de que o conhecimento da Idade Média pudesse derivar da Antiguidade não é estranha a esse

raciocínio: se a Idade Média conheceu as cartas náuticas - e sabe-se que as conheceu - seria impensável que os tempos antigos não fossem o modelo.

Esta abordagem, que tem mais suposições, muitas vezes questionáveis, do que demonstrações, baseia-se em uma imagem muito simplista da relação entre a Idade Média e Antiguidade, ignora o papel essencial da bússola na fabricação e na utilização da carta náutica medieval, e se funda, em grande medida, em uma confusão entre os vários tipos de documentos que descrevem as costas. Hoje, tanto os historiadores do mundo medieval (Gautier-Dalché 1995, 42-43; 1997 IV 121-122) quanto os da Antiguidade (Counillon 2004, 29-31; 42) enfatizam as especificidades próprias das cartas náuticas, de portulanos e de périplos. Estes documentos, irreduzíveis uns aos outros, não são necessariamente complementares, não respondem às mesmas perguntas e possuem cada qual uma forma de vida autônoma.

As pesquisas realizadas desde mais de um século sobre os geógrafos antigos conduzem-nos atribuir às distâncias tomadas em mar, uma origem sem relação com qualquer cartografia, explicitada pelo próprio Marciano de Heracleia, que será objeto de nosso Capítulo II. As distâncias têm sido de fato extrapoladas, a partir da duração de percursos, que não têm qualquer relação com qualquer mapa que seja, exceto claro, se eles foram solicitados a *posteriori* por geógrafos para construir a imagem do mundo. São fruto da experiência, e não dos mapas, como quando Estrabão (2.5.8) nos diz que "os marinheiros (dizem que) o trajeto mais longo de Celtique na Líbia, feito a partir do Golfo Galáctico é de 5000 estádios". Quando o grau de precisão é da ordem de dez estádios, não pode vir de uma carta escrita à mão, da qual as aproximações são conhecidas; quanto aos números arredondados aos milhares, quando eles não são tirados de tratados de geografia, remontam à sua fonte primária: os marinheiros.

A ausência de cartas náuticas antes do século XII é hoje admitida por todos os historiadores da navegação antiga (Pomey 1997, 32). A suposição formal mais convincente que tem sido proposta é a que se deve a Janni P. (1998), que une as conclusões historiadores do mundo medieval (Gautier-Dalché 1996; Campbell, 1987, 380-381). A ausência de mapas antigos pode ser deduzida a partir de sua ausência da lista de obras relativas à geografia das costas, que Estrabão (8.1.1) enumera escrupulosamente, mas também de sua ausência total no mundo bizantino e do surgimento no século XII de uma cartografia náutica inteiramente desligada de toda a tradição anterior, enraizada unicamente no universo do Ocidente medieval. Ele mostra, em seguida, que as práticas da navegação antigas sugerem a navegação sem mapas e recorda que, mesmo após a emergência das cartas náuticas, pode-se demonstrar que permanecem, até o século XVI, mais como uma curiosidade das pessoas em terra do que um instrumento normal

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

navegação. Todos os textos, bastante circunstanciais, que relatam o *savoir-faire* do condutor em matéria de navegação, são unânimes em elogiar o seu conhecimento do céu e dos fenômenos, e a total ausência de instrumentação, de qualquer natureza. Se é sabido que a carta foi, aos olhos dos antigos, sempre um objeto falso que exige por parte do seu usuário um conhecimento que permita superar os erros descritos, não somente deveríamos encontrar esses itens no elogio à ciência dos pilotos, mas estaríamos no direito de interrogar sobre as razões da sua utilização. A experiência de gerações de marinheiros, e não a leitura das cartas, ensinava que a partir de tal lugar, tal relação com tal astro conduzia normalmente em direção a outro lugar.

A existência de portulanos é, no entanto, assegurada. Sob esta designação reducionista tendemos a agrupar todas as obras descritivas não cartográficas, que são o pingente marítimo das rotas terrestres. Em detalhe, a sua tipologia parece ter sido bastante variada, a julgar pelos seus títulos: na verdade, eles são chamados de "ports" - conhecidos apenas por sua menção em Estrabão (8.1.1) que pensava, sem dúvidas, no trabalho de Timóstenes -, périplo ou ainda *estadiasmo*, como vários opúsculos chegados até nós. No entanto, é muito difícil de perceber nos detalhes quais as especificidades de cada um destes tipos de documentos se, de fato, estes títulos guardam uma diferença de natureza fundamental. A verdadeira questão é saber quem foram os autores e os usuários. Sabemos que na Idade Média, portulanos e cartas náuticas se desenvolvem e se difundem mais entre os meios urbanos onde pensa-se o mar, do que junto aos que o vivem cotidianamente (Petti-Balbi 1996, 274).

A ideia de que trata-se de um estrito ornamento de nossas *Instruções Náuticas* foi objeto de sérios matizes (Prontera 1992). Tanto quanto podemos julgar, a partir da forma em que nos chegaram, por sua natureza, essas obras não eram mais o trabalho de pessoas do mar do que destinadas a pessoas do mar. Entre os seus autores, contamos, por exemplo, o médico Hermógenes de Esmirna, um personagem bastante em vista na intelectualidade do seu tempo, por ter tido as honras de cinco epigramas vingativos da *Antologia Palatina* (XI. 89; 114; 131; 190; 257), e que morreu no segundo século da nossa era. Seu epitáfio (IGR IV. 1445 = CIGr 3311) deu-nos uma exaustiva biografia sua: 77 livros de medicina, mas também uma série de obras de erudição, as quais listamos aqui na ordem em que aparecem na inscrição, ou seja, dois livros sobre a história de Esmirna, dois outros dedicados respectivamente à sabedoria e à pátria de Homero, e dois ainda, dedicados às origens das cidades da Ásia, quatro à cidades da Europa, e um para as cidades localizadas nas ilhas, um *estadiasmo* da Ásia, um *estadiasmo* da Europa, dois livros de estratégias e, finalmente, um

quadro sinóptico de cronologias de Esmirna e de Roma.

Seu ilustre confrade Galeano de Pérgamo havia, igualmente, redigido um périplo e acabou cometendo, durante uma viagem a Roma, um erro de programação lamentável, resultante da falta de conhecimento dos lugares, e para evitar um erro destes a seus contemporâneos, "de modo que, qualquer um que como eu, venha a visitar Héphaístias possa descobrir a localização da cidade, e, conseqüentemente, organizar seu itinerário."¹⁶ Uma preocupação análoga parece ter incitado a redação de itinerário marítimo, encomendado por Crinágoras de Mitilene a seu amigo Meníprio, quando aquele se preparava para fazer uma embaixada à Roma, por volta dos anos 26-25 da nossa era¹⁷. Tratava-se, sem dúvidas, de Meníprio de Pérgamo¹⁸ que já tinha escrito o *Périplo do Mar Interior*, em três livros, e uma obra consagrada às navegações transversais. Marciano de Heracleia, seu abreviador, assim como Crinágoras, considera Meníprio um "geógrafo", e o primeiro nos ensina que ele relacionava nestas obras, História e Geografia¹⁹. À esta lista podemos acrescentar incontáveis autores de périplos e relatos de viagens, conhecidos e anônimos, como Cleombrote de Esparta que, como nos relata Plutarco²⁰, seu contemporâneo, tinha viajado muito e publicado uma relação de suas viagens, sem estar de forma alguma motivado pela *emporía* - o desejo de ficar rico no grande comércio marítimo -: sua investigação deveria servir de base à filosofia, cuja finalidade era a teologia. Acrescenta-se, para uma boa medida, a *Périplo do Ponto Euxino*, de Arriano de Nicomédia, que é, acima de tudo, uma carta erudita ao Imperador Adriano, em que a maior parte do vivido é minoritário, e as preocupações utilitárias mais que discretas. Mediremos então, a que ponto a literatura dos *Périplos* poderia ser justificada, sem vocação utilitária imediata para os marinheiros.

Está claro que uma série de autores de périplos, entre os quais, Arriano de Nicomédia, concebia este tipo de obra como uma contribuição de homem honesto para o conhecimento de seus contemporâneos e como dado a potenciais viajantes, mais do que como ferramentas práticas para o marinheiro, ou, mais amplamente, às pessoas do mar. Não podemos, naturalmente, excluir que algumas dessas obras tenham sido direcionadas ao uso prático, mas há que se reconhecer que, no estado da documentação, não podemos tão mais afirmá-lo.

O denominador comum destas diversas obras parece ter sido, pelo menos,

¹⁶ *De simplicium medicamentorum temperamentis*, IX.1.2 = Kühn, XII, p. 173.

¹⁷ *Epigr.* 43 Rubensohn = *Anthologie Palatine*, IX. 559.

¹⁸ Müller 1855, CXXXV sq.

¹⁹ Müller 1855, 566, § 3.

²⁰ 410 A = *Def. orac.*, 2.

o de incluir toponímias costeiras, distâncias, expressas em estádios (daí o termo estadiasmo) e os elementos da natureza ou a qualidade da ancoragem. Parece, no entanto, que algumas obras fizeram o inventário de particularidades que os aproximam do conteúdo das *Instruções Náuticas* ou dos *Pilotos Costeiros*. Há, de fato, aqui e ali, modo variável segundo essas fontes, informações que parecem terem sido emprestadas de tais obras: os perigos conhecidos, as conhecimentos, as áreas de aproximação costeira, as características dos portos e ancoradouros, os cursos d'água, as orientações astronômicas.

O *Estadiasmo do Grande Mar*, um documento anônimo bastante mutilado, cuja erudição atribui-se ordinária, sem argumento decisivo, escrita no século III da era cristã, ocupa um lugar relativamente à parte na literatura antiga dos périplos, devido à abundância e à natureza dos detalhes práticos que ele contém. Esta é na verdade uma compilação de documentos de épocas díspares (Desanges 2004), que parece, no detalhe de seu conteúdo, tornar o texto mais próximo da estrutura do que poderia ter sido as obras de assistência à navegação costeira, dos quais jamais saberemos se foram destinados aos comandantes ou se tinham apenas recolhido os saberes. Um extrato deste livreto (opúsculo) relativo à costa entre o Golfo de Gabès e Bizerte nos dá uma ideia das informações que podem ser encontradas ali:

[113] De *Thapsus* à *Leptiminus*, há 170 estádios. A cidade é pequena. Há bancos de areia bem visíveis. A aproximação da cidade é um tanto difícil.

[114] De *Leptis* à *Thermae* há 60 *estadios*. É um vilarejo. Da mesma maneira, também há ali bancos de areia e a aproximação é dificultada.

[115] Desde *Thermae*, depois de 40 estádios de navegação estamos em vista de um cabo do qual se encontram duas ilhas equipadas de estacas. Tem um ancoradouro reformado.

[116] Do cabo, temos a vista da cidade de *Adramytos* (= *Hadrumeto* = *Sousse*), há 40 estádios de distância. Não tem porto.

[117] De *Adramytos* até *Aspis* « o escudo redondo » em grego = *Clupea* [mesmo sentido em latim] = *Kelybia*) há 500 estádios. É um cabo elevado e bem visível que tem a forma de um escudo redondo. Navegar na direção da Ursa até fazer ela aparecer à esquerda. Há, de fato sob a água inúmeros bancos de areia cortantes. Em seguida chegamos em vista de *Aspis*, e próximo dela, de *Néapolis* (Nabeul). Do golfo de *Néapolis* a *Aspis* há 200 estádios. É um lugar elevado e existe ali uma cidade. Tem um porto protegido a oeste, distante 10 estádios da cidade.

(...)

[124] De *Galabras* a Cartago, existe 120 estádios. É uma cidade importante, que possui um porto. Há uma torre na cidade. Ancorar à direita ao abrigo do cais.

[125] De Cartago a *Castra Cornelii*, há 303 estádios. Há um porto de inverno onde pode-se invernar grandes unidades.

[126] De *Castra Cornelii* a Útica, há 24 estádios (= 3 milles, *n.d.T*). Há uma cidade. Ela não tem porto mas um ancoradouro agitado. Ficar vigilante.

As únicas obras - se bem se tratassem de livros e não partes de livros - relativos à navegação em alto mar foram os *diaploi* ou "travessias". Sabe-se deles, somente através de empréstimos de geógrafos antigos ou por alguns dados anexados ao Périplo do Pseudo-Skylax e definidos como *diaploi*. Trata-se, de fato, em ambos os casos, de simples distâncias entre dois pontos distantes, alguns dos quais foram talvez inicialmente acompanhados, em todo o caso, de informações relativas à direção do vento favorável.

Em última análise, com exceção das rotas e desembarques costeiros, que são sempre a parte mais perigosa para os marinheiros, os documentos de acompanhamento deveriam, na maioria das vezes, sumir para dar lugar ao conhecimento empírico. A ausência de cartas é, como tal, parte de um conjunto de práticas radicalmente opostas à nossa e que justifica a ausência de todas as nossas ferramentas navegação, todas as quais estão relacionadas com o primado do mapa. Na verdade, é de sua capacidade de navegar sem instrumentos, bem conhecidas para os povos do Oceano Pacífico, e constitutivas das práticas de navegação antiga e, com raras exceções, da navegação medieval no Mediterrâneo, que tiramos as principais razões para esta ausência.

Navegação sem mapa nem instrumento

Hoje, é difícil imaginar o que poderia ser uma navegação sem mapa ou instrumento, com marcações noturnas e diurnas das costas bastante desiguais, de acordo com os períodos, mas, provavelmente, muito medíocre para a era grega, à qual remontam a maioria das fontes utilizadas pelos geógrafos antigos. Temos de fazer um enorme esforço de abstração para escapar do modelo de navegação matemática que pouco a pouco se

impôs nos tempos modernos, em benefício de uma abordagem, não menos técnica, mas infinitamente mais empírica (Pomey 1997, 32-34).

Em nossa prática, a rota é primeiramente uma ideia abstrata, de essência cartográfica, que preexiste à sua implementação. O bom navegador, para nós, é aquele que saberá associar vários parâmetros codificados à rota teórica traçada no mapa, para fazer corresponder o melhor possível a rota real com essa ideia de rota. Estamos no âmbito do tecnicismo matemático crescente que caracteriza a navegação moderna, e que nasce precisamente no século XII com a carta náutica do tipo medieval e com os primeiros cartógrafos profissionais.

Para entender a navegação antiga, é necessário inverter a ordem dos dados, e considerar que, ao contrário, é o conhecimento prévio das possíveis rotas para chegar de um ponto A a um ponto B em certas condições de vento, isto é, um conjunto de conhecimentos empíricos acumulados pela aprendizagem de gerações de práticas rotineiras, que estabelece a rota e sua escolha.

Dito isso, a navegação de um ponto a outro supõe, não menos nessas condições, saber onde se está, para saber que direção tomar para chegar a um ponto desejado, e isto em condições fixadas pelas limitações do vento e das correntes. No mar, durante o dia, exceto nos dias de nevoeiro, a operação normalmente não é o maior problema para o início de uma viagem, de modo geral, em vista de uma costa conhecida com pontos de referência conhecidos. À noite ou em alto mar, a consciência de onde se está, no entanto, é somente aproximada: ela consiste em saber que depois de tanto tempo navegando em determinadas condições e numa direção estipulada, deve-se estimar logicamente estar em tal distância ou a tal determinado tempo de percurso de tal (tais) outro(s) lugar(es) situado(s) em tal(ais) outra(s) direção(ões). É o fruto da experiência adquirida por gerações de marinheiros que são transmitidas de taverna em taverna, de lado a lado, de experiência em experiência, e de geração em geração, um patrimônio da memória espacial que é também uma memória do espaço-tempo. No espaço reduzido do Mar Mediterrâneo, não se pode sair de uma bacia sem passar por um reduzido número de lugares determinados, raramente situados a mais de quatro dias de navegação uns dos outros, o inventário das possibilidades é sempre relativamente limitado. O piloto do navio de Paulo (*Act. Apost.*, 27. 13-17), sabe, por exemplo, que a rajada de vento nordeste à qual ele se submete o levará inelutavelmente à grande Sirte, caso ele não consiga modificar a direção do navio. Mais que a fuga na cama do vento, sinônimo de naufrágio em Sirte, ele opta então pela capa seca, sobre âncora flutuante, que o faz normalmente derivar perpendicularmente no sentido do vento, numa direção o navio tem água

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

a correr se nada diminua o ritmo de sua derivação, o que ele faz docilmente com tela seca até Malta.

Este texto fundamental para a história de navegação pode ser comparado a outro texto, de algumas décadas antes, para o qual P. Janni (1998, 49-51), com razão, chamou atenção, porque descreve o princípio da navegação sem instrumentos. Ele foi retirado de um poema épico, a *Farsália*, no qual Lucano (8.167- 186) mostra mais uma vez o interesse muitas vezes um pouco pedante, e nem sempre infalível, que ele compartilhava com seu tio Sêneca, pelos fenômenos celestes, falando através da boca um controlador de navio.

Ao pôr do sol, Pompeu, o Grande, vencido, parte de Mytilène sem um destino preciso. À noite “ele pergunta ao condutor do navio sobre todas as estrelas, como ele reconhece as terras, que medidas no céu lhe permitiam cortar as ondas, com a ajuda de qual estrela ela podia ver a Síria ou que fogo brilhante na carruagem o poderia conduzir à Líbia. Ao ouvir estas palavras, o sábio observador do silencioso Olimpo responde: "Todos aqueles astros que realizam sua revolução para baixo no céu estrelado e que, sobre esta abóbada que nunca permanece em lugar, enganam os pobres marinheiros, não são os que seguimos; mas o eixo que não se mergulha nas ondas e não se deita nunca, que faz resplendir a dupla *Arctos*, é ele que dirige os nossos navios. Enquanto ele se apruamar no pico da minhas vergas, olhamos o Bósforo e o Mar Negro, que mergulham nas margens da Cítia. Que o *Arctophylax* descenda da cabeça de mastro e que *Cynosura* (*Ursa Menor*) se incline para a superfície do mar, é aos portos da Síria que tornar-se-á o navio. Seguidamente apresenta-se *Canopus*, que se agrada vaguear no céu austral. É uma estrela que teme Boreas; avança guardando-a também à esquerda para além de Pharos: o navio tocará a grande Sirte no meio das ondas. Mas para qual lado comanda você que eu estenda a vela, que eu vire agora meus escotos? »

A sequência do texto descreve um muito belo viramento de bordo e as novas configurações do cordame, que o acompanham, para ir na direção desejada.



Fig. 19. O globo de Atlas Farnèse. Este globo figura a imagem das constelações sobre a *sphère des fixes*, o céu esférico dos Antigos, no qual as constelações são movidas por um movimento regular. As constelações são aqui representadas vistas do exterior e não do interior, como seria conveniente a um observador terrestre situado no centro desta esfera. Esta é uma imagem de uma das esferas utilizadas para ilustrar o céu. Segundo uma recente hipótese, as posições retidas pelas constelações seriam derivadas de um catálogo de Hiparco.

Vê-se que a navegação noturna, pelo menos, aquela descrita por Lucano, baseia-se, na realidade, em uma leitura relativamente elementar do céu. Os antigos imaginavam o céu como uma esfera sólida, chamada de "Esfera dos Fixos", no qual as constelações são animadas por um movimento de rotação regular fixo em torno de um eixo, cuja extremidade setentrional é dada pelas Ursas (movimento aparente, na realidade produzido pela rotação da terra). A Terra, imóvel, ocupa o centro desta esfera. Entre a Terra e a esfera dos fixos, as órbitas dos planetas são regidas por um movimento próprio. No movimento de rotação do céu, uma metade do céu, que varia com a latitude, e limitada por um círculo chamado "horizonte", permanece sempre invisível.

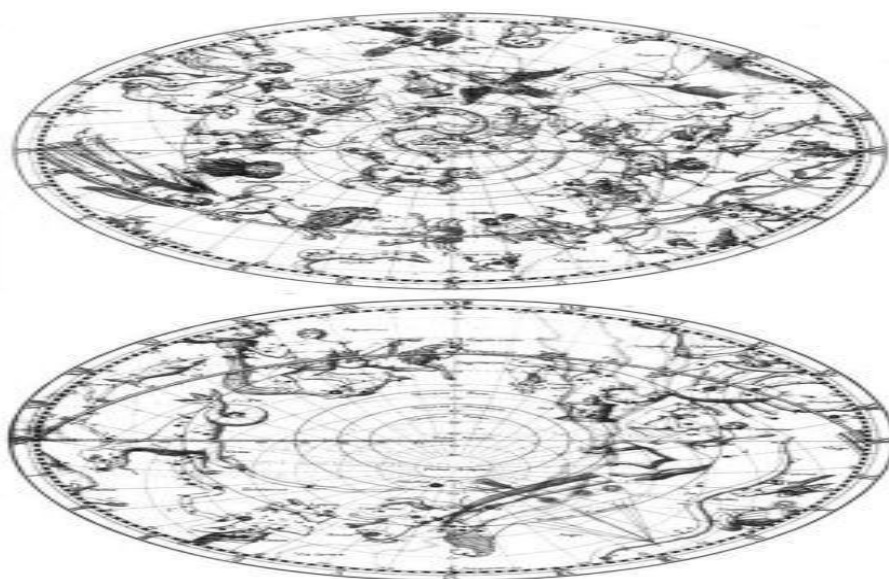


Fig. 20. Os dois hemisférios de Híparco: 1 – Hemisfério Boreal; 2 – Hemisfério Austral

O piloto começa por explicar que a maioria das constelações deve ser negligenciada na arte da navegação: são aqueles cuja mobilidade não são referências relevantes. Ele retém as constelações circumpolares cujos movimentos são reduzidos em torno do eixo rotação aparente do céu: para o hemisfério austral²¹, são as duas Ursas (*Arctos*), em particular a pequena Ursa (*Cynosura*) e a estrela polar ²², que à época de Lucano, não materializava ainda exatamente o pólo; para o hemisfério austral ele evoca *Canopus*, na constelação Argo. Esta última estrela situada à 52° de latitude no hemisfério austral torna-se visível no horizonte ao observador terrestre à partir de 38° de latitude N. À 40 milhas náuticas ao norte de Alexandria, à 32 ° de latitude norte, sobe apenas 6 ° acima do horizonte. O uso de Canope para a navegação é limitada às partes mais meridionais da bacia do Mediterrâneo, onde a sua aparição permanece fugaz. Sua menção deve, provavelmente, ser agrupada entre os pedantismos caros à Lucano. O essencial para nosso argumento é que a Ursa e Canope dão aproximadamente a cardeal norte-sul que constitui a ossatura da navegação astronômica antiga.

As direções são obtidas através da comparação da posição relativa da Ursa em relação aos pontos "fixos" do condutor, incluindo um número de elementos de navio: seu alinhamento sobre a cabeça do mastro para um observador situado na popa, na posição ocupada pelo piloto, indicava uma

²¹ Há aqui um erro do original, em francês, e na verdade é ao céu boreal que Arnaud se refere.

²² É, sem dúvida, ela que Lucano designa sob o nome de *Arctophylax* (o "guardião das Ursas"). Habitualmente, é um dos nomes de Boieiro [Bouvier], mas esse aqui não tendo nada a fazer nas constelações circumpolares, é provável que seja um erro de Lucano.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

posição em direção ao norte. Quando a Ursa Menor, abaixava ainda do mastro em direção ao mar (às costas do condutor), o navio rumava para o sul. Além disso, o aparecimento de certas estrelas, como Canope, assinalava uma latitude particular e sua elevação, mesmo que aproximadamente, no horizonte dava uma noção da latitude: Canope, por exemplo, se eleva 1° no horizonte a cada 60 milhas náuticas - um grau de latitude - percorrido em direção ao sul.

A navegação astral desse condutor se limita, essencialmente, à utilização de um ponto cardinal que define quatro orientações principais. É exatamente o sistema de orientação o qual utiliza Ulisses quando deixa a Ilha de Calipso (*Odisséia*, V, 270-278). Se o poeta menciona igualmente as Plêiades e Pastor, é ainda a Ursa que predomina, com a recomendação feita à Ulisses de manter a Ursa à esquerda para chegar à Ítaca.

Durante o dia, as limitações dessa navegação são evidentes. Elas se ligam, primeiramente, como à noite, à claridade do céu. Enquanto se pode estimar a direção e a velocidade do navio, uma avaliação bastante aproximada de sua posição em comparação a outros pontos conhecidos permanece possível. Mas o céu vindo a cobrir, ou direção do vento tornar-se incoerente, permanece somente a dúvida. E muito mais que um ataque dos elementos contra o navio, contra o qual a equipe parecia bastante experiente, a tempestade é o que confunde o piloto e faz com que não saibamos ou onde estamos ou para onde vamos (Petti Balbi - 1996, 276).

Podemos, no entanto, dificilmente imaginar as complexas evoluções em alto mar, por conta da impossibilidade de determinar com razoável precisão o lugar onde se está, a da incapacidade de poder calcular com precisão o curso e a distância percorrida. A ideia de mudanças abruptas de direção em alto mar, sem o auxílio de sinais visuais, é pouco provável. Pela mesma razão, o bordejamento, necessário para ir contra o vento, tecnicamente possível e bem documentado nas práticas de navegação antiga, não pode ser vislumbrado para longas travessias, fora da vista das costas, salvo se imaginar viramentos de bordos perfeitamente regulares, em ângulo e largura (o que supõe um instrumento de cálculo do tempo).

As direções intermediárias, mesmo estendidas a setores inteiros, deveriam ser muito difíceis de seguir. Já foi notado (Pomey 1997, 33) que Plínio, o Velho (HN, 119 2.), considerava a rosa dos ventos de doze direções²³ muito sutil, e logicamente considera-se que a rosa efetivamente utilizada se

²³ De 8 ou 12 direções, elas utilizavam geralmente nos dois casos, as mesmas denominações, cf. Rehm 1916, 3sq; Masseling 1956; Kaibel 1885; Steinmetz 1907; Schmekel 1914, 215-245.

limitava à oito direções. Agatemero (2,6-7 Müller, 1861, 472-3) põe em princípio a rosa dos ventos de 8 direções e junta a ela, por memória somente, a rosa de 12 direções, atribuindo-a a Timóstenes, o que é suficiente para demonstrar a característica tardia da introdução de um dispositivo que não foi mais que objeto de curiosidade, desprovido de real significação, na ausência de instrumentos naturais de orientação tão finos. Com a rosa de oito direções, cada orientação ocupa um setor de 45°, mas essas áreas se reduzem a 30° na rosa de doze direções. Sem instrumentos, a manutenção de um curso fora da vista da costa e embasado unicamente nas estrelas ou no sol, sem se desviar mais de 22 ° da rota ideal, representa em si uma performance. Fazê-lo sem se desviar-se mais do que 15 °, como supõe a referência à rosa de 12 direções, aparenta-se prodigioso.

É certamente inegável que as rosas dos ventos, mesmo complexas, que os autores clássicos nos transmitiram, alimentaram-se da experiência dos marinheiros, e que os nomes de vários dos ventos que são mencionados como o *lapyx* ou o *Africus*, lembram que foram eles que conduziram os marinheiros desde a zona da qual portavam os nomes (Japigia²⁴, África) até o centro teórico da rosa (Prontera 1996). Mas, se prestarmos atenção aos ventos mencionados por antigos geógrafos, quando queriam situar duas localizações, uma em relação à outra, e com base não em um cálculo teórico, mas sim na prática da navegação e no conhecimento da orientação dos ventos, que rumam de um ponto para o outro, somos imediatamente atingidos pelo fato de que, embora a sua rosa de referência teórica compreenda geralmente 12 direções, ela é reduzida nesses casos precisos, normalmente, na melhor das hipóteses, a 8 direções e, às vezes a 4 direções: assim, considera Estrabão que o vento que vai de Rodes à Alexandria é um vento norte, enquanto a direção real deste vento é geralmente o noroeste, e Rodes está em uma direção norte, quarto noroeste a noroeste em relação à Alexandria. Os nomes de alguns ventos intermediários, tais como *Leuconotos*, que aparece apenas uma vez, em Erastóstenes (Estrabão, *Geografia*, 1.2.21 e 03.17.21), precisamente originário dessa região, para caracterizar a orientação respectiva da Cirenaica (Apolônia, porto de Cirene) e da extremidade sudoeste da ilha de Creta (cabo *Criu Métopon*), ou ainda o *Euroaquilão*, que atinge o navio de Paulo ao longo das costas da ilha de Creta (Act. Apost., 17.13 sq.), têm provavelmente uma origem local, e representam, sem dúvida, mais um conhecimento empírico do que um sistema de referência abstrato e perene.

²⁴ Apúlia

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

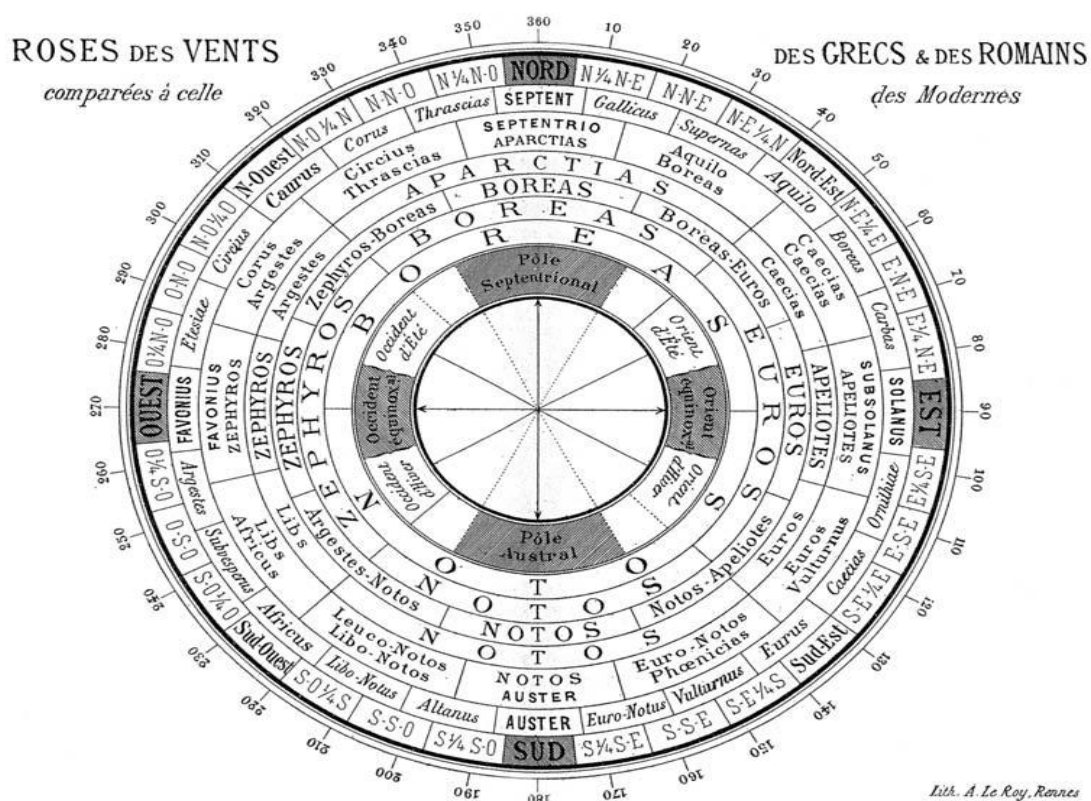


Fig. 21. A rosa dos ventos dos Antigos de J. Vars. Nota-se a diversidade de sistemas, cuja complexidade foi crescente. As rosas de referência da navegação são as mais simples, de 4 e 8 direções.

Tudo nos leva a crer que, como sugerem Lucano e Homero, a rosa empírica do navegante deveria ser limitada à quatro direções da rosa cardinal, estendidas em uma vasta área de incerteza, de uma parte a outra da linha cardeal. A razão pede a considerarmos que, portanto, a navegação astral sumária dos Antigos, sempre tributária de um céu claro, garantia, pelo menos, quatro direções cardiais simples, e, mais aproximadamente, algumas direções intermediárias, sejam aquelas fornecidas por alguns amanheceres e entardeceres estelares (variáveis de acordo com tempo), seja, sob certas mareações, alinhar a Ursa na ponta do estaleiro poderia permitir manter um meio termo entre os dois pontos cardeal aproximados. A rosa de 8 direções constituía um ganho teórico, provavelmente pouco utilizado na prática para a navegação. Suponhamos, de fato, que, se, à noite, e em tempo claro, dispomos de um norte aproximadamente certo, a despeito de não ser absolutamente preciso, durante o dia, o único ponto de referência é um móvel, o sol, cujos amanheceres e entardeceres aparentes variam conforme a estação, e que indica uma direção cardeal somente ao zênite, ao meio-dia. As ordens de aproximação diurnas eram, portanto, ainda mais importantes que aquelas que poderíamos registrar à noite.

É claro que uma orientação tão aproximativa, aceitável para os trajetos *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

relativamente curtos, rapidamente transmitida por uma navegação à vista, no entanto, não garante o rigor da orientação satisfatória para as travessias de muitos dias, praticadas fora da vista das costas e de grandes distâncias. Essa situação põe um problema de grandeza na hipótese segundo à qual se admite que a navegação em alto mar foi a prática comum de navegação. Ela praticamente exclui as mudanças de orientação importantes e voluntárias na ausência de pistas visuais claras que somente as costas oferecem ao marinheiro.

A resposta a esta objeção, que não se pode negligenciar, deve ser procurada em duas direções. A primeira consiste em buscar outros sistemas de navegação. A segunda é se interrogar acerca da pertinência do modelo de navegação em alto mar que é mais recorrentemente utilizado como referência pelos eruditos modernos.

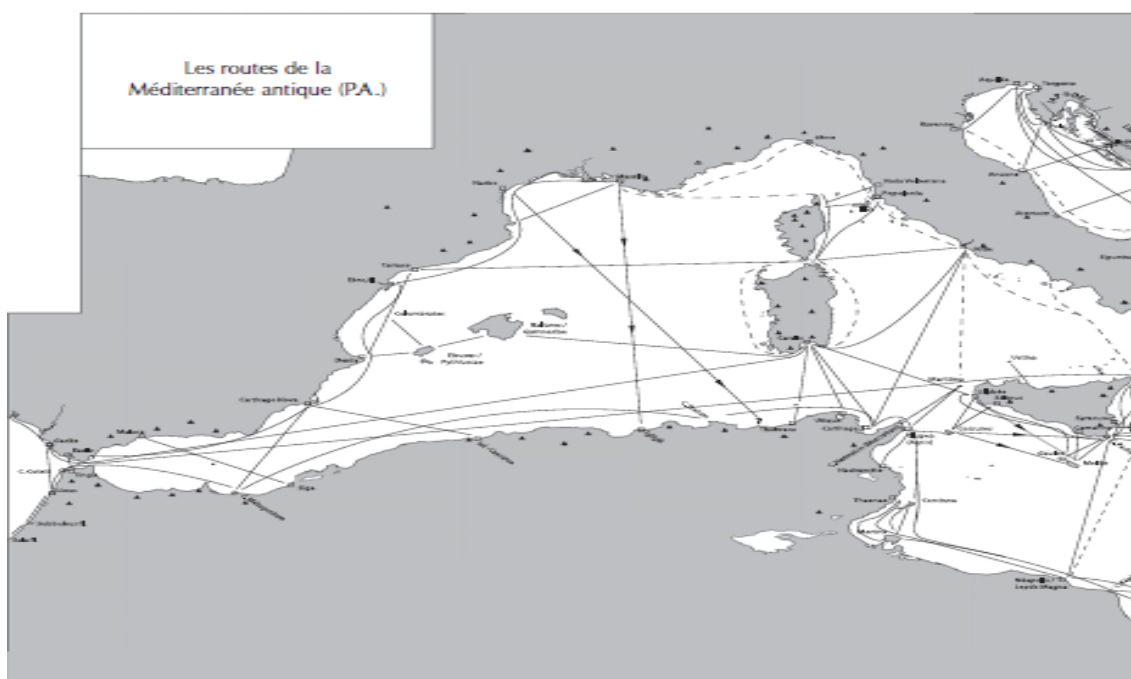




Fig. 22. As setas indicam a direção de navegação quando a rota é praticável apenas em um dos sentidos. Seremos sensíveis a segmentação das rotas. Não há praticamente nenhuma rota em alto mar direta a uma grande distância. Os itinerários à grande distância são produzidos pelo ajuntamento dos segmentos da rota.

A reflexão moderna sobre a navegação astronômica (celestial) dos Antigos procede, sem dúvida, do mesmo anacronismo fundamental que admite que a ideia cartográfica de mapear uma rota preexiste necessariamente à sua execução através de sistemas de referência com uma precisão suficiente. Ela postula que, para traçar a rota, eu saiba quais são as posições absolutas do ponto de partida e de chegada, e qual é a orientação eu deva dar ao navio, e que eu esteja em situação de imprimir a orientação desejada. A narrativa da navegação de Paulo (*Act. Apost.*, 26-27), a navegação de Isis (Lucien, *Nav.* 7-9), ou ainda a passagem de Lucano, sobre a qual nós acabamos de passar, mostram claramente que na condição de não se exigir um grau de precisão extremo, os pilotos da Antiguidade sabiam

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 327-394
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10124

aproximadamente, dada a passagem do tempo transcorrida em uma direção determinada, a partir de um lugar determinado, para quais regiões lhes levariam tal ponto cardeal, e não tal outro, e quais eram as posições relativas dos lugares. Isso torna extremamente difícil de explicar que as fontes antigas evocam rotas bem precisas que atingem invariavelmente a um número limitado de pontos, cuja menção é tão mais significativa que em regra geral, não se tratava de portos. Como explicar, por exemplo, que, saindo da Sicília, conseguíssemos chegar regularmente à boca de Alfeu (Philostrate, *Vit. Apoll. Tyan* 8,15; *infra*, Rota No. 47), já que os tempos de percursos registrados excluem itinerários de cabotagem, e que um erro de 20°, equivalente àquele que Estrabão é incapaz de medir entre Rhodes e Alexandria, ou aqueles encontrados nas orientações relativas da Sicília e do Peloponeso, seria suficiente para fazer o desembarque do navio em Cythère (Cítera) ou Kerkyra (Corfu)?

Sem dúvida, existia um meio infinitamente mais empírico, mais efetivo do que procurar uma orientação teórica, mas quase à prova de falhas, enquanto o vento permanecesse estável. É suficiente saber sob qual maréação, a partir de um determinado lugar e por um vento determinado, chega-se em outro local. É então, a rota percorrida, registrada na memória coletiva, e não a rota teórica, que define o caminho a seguir. A direção pode ser vantajosamente determinada pela maréação do navio, isto é, pela relação entre a sua direção e aquela de um vento determinado. Os autores antigos nos convidam a isso quando determinam a orientação respectiva de dois lugares não em relação a uma rosa dos ventos teórica, mas tomando o nome e a orientação de um vento, assim que a maréação, em ocorrência o vento de popa, que os leva, como vimos mais acima, a propósito da descrição das posições respectivas de Rhodes e de Alexandria, de uma parte, e de Apolônia e do cabo *Criu Métepon* de outra.

Se observarmos as cartas que fomos capazes de desenhar das rotas de navegação em alto mar na Antiguidade, tanto no Mediterrâneo quanto no Atlântico, notamos que elas correspondem a duas maréações principais: a 90° do vento ou vento posterior. Contanto que o vento permaneça estabelecido, o navio mantém seu curso. Este modo de navegação, que pode ser combinado com a orientação cardeal - em particular para controlar a estabilidade da orientação do vento - supõe ventos estabelecidos para a duração de um percurso. Assim, encontra-se mais frequentemente, em áreas onde os ventos são eram reputados a ter uma duração mais ou menos igual àquela do percurso. Era tão mais fácil de pôr-se em ação desde que o navio estivesse equilibrado sob velas, qual fosse a maréação e que ele não demandasse uma compensação permanente do timoneiro para corrigir as inclinações contrárias do navio, e do qual vimos

o desenvolvimento regular. Tudo nos leva a crer que os navios antigos foram capazes de manter, sem grande dificuldade, uma maréação constante a até pelo menos 90 ° do vento.

Manter um curso, conservando uma maréação por vento estabelecido era, ao mesmo tempo, um método simples e adaptável às capacidades de manobra das embarcações antigas. Pode-se argumentar que ao número de desvantagens, certamente falta incluir a deriva: mínima ao vento em popa, descontando-se as correntes de superfícies mais significativas, contanto que o navio não surfasse pela onda, ela devia conduzir à uma diferença significativa entre a rota teórica e a rota real, quando navegava ao vento de través. Esta diferença poderia, de resto, explicar o descompasso registrado entre as orientações supostas pelos Antigos, baseando-se no curso que acreditavam seguir, e as orientações indicadas nos mapas modernos, que apontavam o curso realmente percorrido para a mesma relação (cf. *infra*, rotas n. 47-51). Mas nesta prática empírica, a deriva provavelmente não era um inconveniente, na medida em que fazia parte do contexto normal do percurso. Se os Antigos possuísem os nossos mapas, e praticassem a navegação com nossos métodos, sua situação teria sido muito outra, mas dentro de um sistema inteiramente empírico e autorreferencial, podemos tomar o inconveniente como nulo. Pouco importava se os marinheiros antigos acreditassem seguir uma direção a oeste, enquanto a deriva conduzia-os a uma rota oeste/quarto-sudoeste, se ela os levasse onde eles sabiam que iriam chegar, porque a experiência lhes dizia que partindo com essa maréação, com esse vento, eles chegariam, invariavelmente, se o vento permanecesse estável, ao termo uma duração conhecida, à vista de uma costa conhecida, cujos detalhes permitiriam corrigir um erro mínimo. A experiência integrava a deriva à normalidade da rota vencida. Somos atingidos pela extrema lógica dos itinerários presentes em nossas fontes, ao olhar de dados meteorológicos, quer no Mediterrâneo, no Atlântico ou sobre a rota das Monções, as grandes travessias reproduzem algumas relações simples com ventos predominantes estabelecidos, que são aqueles procurados pela navegação em alto mar.

No pequeno universo que é o Mediterrâneo, a terra sempre visível não é tão onipresente quanto se possa pensar, mas em todas as áreas onde sopram ventos bem estabelecidos, continuava possível, a partir de um ponto determinado, em condições meteorológicas adequadas (vento estável, céu claro) e conhecidas, alcançar um outro ponto conhecido, seguindo uma direção simples garantida, seja por um corpo celeste, seja por uma maréação, e chegar, ao final de um período apreciável desde o início, em vista de uma conhecida, graças à qual seria possível corrigir visivelmente inevitáveis erros de navegação, por tê-los contidos dentro de

uma margem razoável.

Em última análise, o conjunto dos dados naturais e técnicas definem apenas um quadro, e mesmo que coubesse ao marinheiro da Antiguidade praticar suas escolhas, cabe ao historiador, hoje, de definir os termos, pois nem condições naturais, nem o contexto tecnológico, por si só, poderia nos permitir de reconstruir o espaço-tempo da navegação antiga.

ROMA IMPERIAL E CHINA: COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES¹

Anne Kolb²

Michael A. Speidel³

Como principais potências mundiais, o *Imperium Romanum* e o antigo Império Chinês das dinastias Qin e Han existiam contemporaneamente desde meados do século II AEC até a primeira metade do século III EC. Entre eles, calcula-se que controlavam metade da população mundial (Scheidel, 2015: 5). No entanto, eles não dispunham de uma fronteira comum. Eles foram separados pela enorme distância entre as extremidades opostas do continente eurasiático e uma topografia proibitiva que incluía algumas das montanhas mais altas e os desertos mais mortíferos do planeta. No entanto, particularmente a partir do primeiro século EC, fontes de ambos os impérios antigos registram um crescente intercâmbio comercial e diplomático, bem como um interesse significativo em relatos escritos sobre o outro. Dependendo do valor atribuído a essas fontes, estudiosos modernos propuseram visões contraditórias de impérios independentes ou interativos. Assim, argumentou-se recentemente que “os dois impérios mundiais permaneceram ocultos um ao outro em um reino crepuscular de fábula e mito” e que eles inconscientemente participaram “de um grande sistema mundial de comércio que havia se desenvolvido, enquanto poucos, se tanto, dos participantes sabiam muito sobre os outros” (Fibiger Bang, 2009: 120; Loewe, 2010: 83). Isso, por sua vez, levou outros a concluir que ambos os impérios tinham interação mínima e se desenvolviam independentemente um do outro, criando assim uma oportunidade ideal para estudos de história comparativa (Scheidel, 2015: 5). Outros, entretanto, pressupõem contato rotineiro. Assim, em um livro recente sobre geografia na Antiguidade Clássica, um erudito afirmou que “os romanos chegaram até a China, estabelecendo contatos com [a população] local”. Os romanos, segundo nos dizem, “negociavam com os chineses e tinham contatos recíprocos com a corte já no tempo de Augusto” (Dueck, 2012: 62). Os

¹ Este texto foi publicado originalmente como capítulo do livro *China's Development from a Global Perspective* (Capítulo II), organizado por María Dolores Elizalde e Wang Jianlang (Cambridge: Cambridge Scholars, 2017); foi traduzido com a anuência do autor e da editora. Tradução de Jéssica Regina Brustolin - jessica.brustolim@usp.br

² Professora de História Antiga do Departamento de História da Universidade de Zurique.

³ Professor de História Antiga do Instituto de Arqueologia da Universidade de Warsaw.
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 395-422
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10128

primeiros adeptos dessa escola de pensamento chegaram a sugerir que, em 122 EC, o imperador romano Adriano ordenou a construção do grande muro de pedra no norte da província da Britânia porque os relatos de viajantes sobre a Grande Muralha da China o haviam inspirado (Stevens, 1955: 397-399, Breeze, Dobson, 1976: 32. Cf. Campbell, 1989: 371-376). Uma reavaliação do fluxo de informação entre os dois grandes impérios, da natureza e do estado em que os dados foram preservados, e dos canais e agentes que os transmitiram, parece, portanto, apropriada.

Dados Ocidentais

No quinto século AEC, a seda chinesa alcançara o Oeste (Miller, 1997: 77). A China, no entanto, permaneceu desconhecido para seus contemporâneos ocidentais. Assim, embora Heródoto pareça ter sabido de uma rota comercial, usada por citas e gregos, que conectava o Mar Negro à Ásia Central (Hdt, 23-25. Cf. 101), seus informantes não tinham nada além de histórias fantasiosas baseadas em rumores e boatos sobre as criaturas, povos e países além da barreira montanhosa adjacente⁴. De acordo com os relatórios que ele coletou (mas se recusou a acreditar), essas montanhas eram habitadas por homens com pés de cabra e, além deles, havia um povo que dormia durante seis meses do ano. Ele também ouviu falar de homens de um olho só e grifos de guarda feitos de ouro no lado mais próximo das montanhas. Mais de um século depois, nos anos 334-326 AEC, Alexandre, o Grande, conquistou os países entre o Mediterrâneo oriental e o Punjabi. No entanto, mesmo agora, a literatura ocidental não tinha nada confiável a dizer sobre os chineses.

Mas as conquistas de Alexandre e, mais de 100 anos depois, a unificação da China em 221 AEC sob o seu primeiro imperador Qin Shihuang, estabeleceram as bases que, eventualmente, permitiriam o sucesso inigualável do antigo comércio de longa distância que se desenvolveu ao longo da rede de rotas que nós, atualmente, chamamos de “Rota da Seda” (Hill, 2015; Liu, 2010; Graf, 2017; Olbrycht, 2013; Nickel, 2013). Ainda assim, segundo a tradição, demorou mais um século até que a rota comercial se tornasse totalmente operacional no final do segundo século AEC, pois isso foi o resultado do estabelecimento dos reinos selêucidas e depois dos partas na Pérsia, do reino de Maurya, na Índia, e da grande expansão chinesa sob o imperador Han Wu (156–87 AEC). O vasto tamanho desses

⁴ Ver Hdt. 4, 13.4, 25-27, com a interpretação de Walter, 2009, pp. 87-93 e Walter, 2013, pp. 67-73.

reinos, seu número comparativamente pequeno, a vontade de seus governantes e sua autoridade menos adequada criaram um ambiente favorável ao comércio de longa distância, inclusive no que diz respeito aos custos de proteção e tributação. Desde o final do segundo século AEC, o mais tardar, um fluxo de comércio, emissários e informações surgiram entre esses reinos. Em meados do século IV EC, o historiador romano Amiano Marcelino, sem uma noção de surpresa, menciona “um caminho muito longo” (*iter longissimum*) através da Ásia Central que “freqüentemente” ou “periodicamente” (em todo caso, recorrente: *subinde*) levou mercadores a passar por um lugar chamado “Torre de Pedra” para a terra dos “Seres” (Povo da Seda) cujo país rico e vasto era rodeado de “grandes muros”⁵.

Amiano também sabia de uma rota comercial marítima que ligava o Mediterrâneo oriental com a Índia e a terra dos Seres, e que trazia bens para mercados na parte oriental do Império Romano (*Osrhoenian Batnae*, em particular) (Amm. 14, 3, 3). O sistema de comércio de longa distância entre o Oriente e o Ocidente só alcançou seu estado final e mais completo na Antiguidade após a conquista do Egito por Roma em 30 AEC. A tomada do Egito por Roma não só uniu politicamente toda a bacia do Mediterrâneo, mas também estabeleceu a rota marítima através do Mar Vermelho e no Oceano Índico como uma alternativa econômica e, assim, incluindo-a no sistema de comércio das “Rotas da Seda” (Speidel, 2015). Como resultado, as rotas comerciais ligavam o Oceano Atlântico ao Pacífico. Embora mercadores do Império Romano tenham comprado, inicialmente, mercadorias chinesas na Índia (PME 64-5), alguns parecem ter navegado até a Birmânia moderna, o Camboja e o Vietnã (Jos., AJ 8,6, 4ff. Ptol. 1,14. *Liang-Shu*, 54. *Wei-Shu*, 102; Ferguson, 1978: 586, Hill, 2015: 291ff). Desde o final do primeiro século AEC, bens exóticos da Índia e da China estavam sendo vendidos em Roma e em mercados em todo o mundo romano em quantidades razoavelmente grandes (Graf, 2017). Como era de se esperar, parece que a China estava firmemente integrada ao conceito ocidental do mundo habitado, o *oikumene*⁶.

Certamente não é coincidência que, na época em que os autores ocidentais começaram a tomar conhecimento da China e dos chineses, ou seja, a

⁵ Amm. 23, 6, 60: *Praeter quorum radices et vicum, quem Lithinon Pyrgon appellant, iter longissimum patet, mercatoribus pervium, ad Seras subinde commeantibus*. “Grandes Muros”: Amm. 23, 6, 64. Campbell, 1989: 374, considera que esta é uma “descrição poética das montanhas”.

⁶ Cf. a pesquisa de fontes ocidentais de Ferguson, 1978: 581-603, a qual também pode se adicionar a *Tabula Peutingeriana*. Sobre ela, cf. Speidel, inédito, e McLaughlin, 2010: 131-132.

primeira metade do primeiro século AEC, a seda se tornara um bem de luxo bem conhecido e altamente desejável em Roma e no Oriente helenístico (Ferguson, 1978: 592; Strabo, 11,11,1. Cf. Poinssotte, 1979: 432f). O significado dos chineses para os gregos e romanos é imediatamente traído pelo nome que receberam: “Seres”, o “Povo da Seda” (Ptol, 11,11. 15,1). Aparentemente, o verdadeiro nome do “Povo da Seda” era ainda desconhecido para os autores ocidentais. Ainda assim, eles, unanimemente, os localizaram nas partes mais orientais do mundo habitado, ocasionalmente associando-os a outros povos (mais conhecidos) do Oriente distante (Cf. e.g. Strabo 11,11,1. Hor., *Carm.* 1, 12, 56. 3, 29, 227. 4, 15, 23. Pomp. Mela 1,11. *PME* 64–65. Ptol. 1, 11. Amm. 23, 6, 60. Hld. 9,16–18. *TP* 11 B 5). No entanto, o conhecimento geográfico do Extremo Oriente nas obras sobreviventes de geógrafos ocidentais era, principalmente, nebuloso. Assim, por exemplo, Pomponio Mela escreveu: “Os Seres habitam aproximadamente a parte central do Oriente, com os índios e citas nas extremidades, ambos ocupando amplas faixas e se espalhando, não apenas neste lugar, para o oceano” (Mela 1,11). Portanto, permanece impossível estabelecer, sem sombra de dúvida, se o termo “Seres” se referia aos chineses ou aos intermediários (por exemplo, da bacia de Tarim), para localizar sua capital Sera, para definir sua relação exata com o termo “Thina (e)”/“Sinai” de Ptolomeu e de *Periplus* (*PME* 64–65. Ptol. 7, 3, 1. 7, 3, 6.), ou mesmo para estabelecer se todas as referências na literatura ocidental antiga aos Seres são sobre uma única e mesma população⁷.

Os Seres eram retratados como um povo de modos inofensivos, mais conhecidos pelo comércio (*commercium*) que administravam, embora fossem acusados do hábito bárbaro de evitar o intercuro com o resto da humanidade, aguardando a aproximação daqueles que desejavam traficar com eles (Mela 3,60. Plin., *NH* 6, 20, 54). Com alguns autores ocidentais, eles também tinham a reputação de serem excelentes arqueiros e cocheiros, bem como de viver vidas longas e serem particularmente justos (Hor., *Carm.* 1, 29, 7ff. Prop. 4, 8, 23). No início do século III EC, Bardaisan, um filósofo e membro da corte real de Edessa, no norte da Mesopotâmia (e, portanto, de um ramo importante da “Rota da Seda”), elogiou os chineses por terem leis e tribunais legais que estruturavam e regulavam suas vidas diárias (ao invés de superstição astrológica) (“Livro das Leis dos Países” 116ff. Cf. Euseb., *P.E.* 6, 10, 12f, e Caesarius 2, 109). Também no século III, Celso e Orígenes acreditavam que os Seres eram ateus (uma referência ao ceticismo confucionista?) (Origen. *c. Cels.* 7, 62–64). Amiano Marcelino, no quarto século EC, descreveu os Seres como pacíficos, “por não estarem

⁷ A interpretação otimista de Dueck, 2012: 62, e a pessimista de Campbell, 2015, marcam os extremos opostos na literatura recente.

familiarizados com as armas e a guerra”, e “incômodos para nenhum de seus vizinhos” (Amm. 23, 6, 67.). Plínio, citando uma fonte do Sri Lanka, afirmou que eles eram altos, com cabelos dourados e olhos azuis (Plin. NH 6, 24, 88. Cf. Sánchez Hernández, 2015:7).

Evidentemente, muitos dos dados coletados por esses (e outros) autores ocidentais não tinham sentido ou estavam simplesmente errados. Declarações igualmente desinformadas e relatos nebulosos sobre o Ocidente também podem ser encontrados nas fontes chinesas, como veremos a seguir. Uma escola de pensamento, portanto, sustenta que pouca ou nenhuma informação real passou de um grande império antigo para outro (Scheidel, 2009: 3; Campbell, 2015: 49; Fibiger Bang, 2009: 120; Loewe, 2010: 83). Portanto, surge a questão se existe alguma coisa em nossas fontes que sugira que a informação real ocasionalmente fluiu de um império para outro, ou se nossas fontes, como nos dias de Heródoto, continuam a transmitir histórias fantasiosas, diferindo apenas das anteriores por soarem mais “críveis”. Em outras palavras, devemos aceitar que a literatura antiga sobrevivente reflete a extensão do conhecimento sobre a China antiga que estava disponível no Império Romano?

Talvez não. Pois a perda de textos do mundo romano é insondável, particularmente daqueles textos cujos autores e leitores eram de níveis sociais abaixo daqueles das elites imperiais. As obras perdidas, sem dúvida, incluíam não apenas textos como o *Periplus Maris Erythraei*, mas também toda a literatura de viagem, outrora abundante, que fornecia muitos dos dados subjacentes (De Romanis, 2016). É muito provável que pelo menos alguns desses textos tivessem transmitido visões mais informadas do Extremo Oriente, e que contivessem informações geográficas, topográficas, políticas, econômicas, culturais e outras mais precisas do que as encontradas nos escritos sobreviventes dos antigos geógrafos. O *Periplus Maris Erythraei* esclarece a natureza e a qualidade que os dados transmitidos por este ramo da literatura poderiam alcançar e, desse modo, dá uma ideia da extensão da perda. Pois, se este texto, que é transmitido apenas por um único manuscrito, tivesse compartilhado o destino do resto de seu gênero, seríamos privados da maior parte de nosso conhecimento atual sobre o comércio marítimo do século I entre Roma e Arábia do Sul, África Oriental e Índia, e de quase todos os detalhes que este texto único registra, pois quase nenhum dos dados ricos e superiores que ele contém podem ser encontrados em outro lugar. Portanto, parece prudente não tirar conclusões rígidas da suposição de que a literatura sobrevivente reflete quase tudo que já foi conhecido sobre a China antiga e o Extremo Oriente no mundo romano.

Emissários e Mercadores

Parece que os antigos textos historiográficos chineses começaram a se referir ao Império Romano no distante Ocidente durante o primeiro século EC (Leslie, Gardner, 1996; Pulleyblank, 1999; Hill, 2015). O termo que eles usaram foi “Da Qin”, “Grande China”, “aparentemente pensando nisso como uma espécie de contra-China no outro extremo do mundo”, diz o grande sinólogo Edwin Pulleyblank (1999: 71-79. Cf. Ying, 2004: 327; Hoppál, 2011: 263-306; Yu, 2013: 1-128. Para outras noções do termo Da Qin, cf. Gizewski, Kolb, 1995: 488). Notavelmente, os primeiros textos chineses sobre Roma não contêm transcrições baseadas nos nomes Roma ou *Imperium Romanum*, o que ecoa a ausência paralela de um nome transcrito para a China nas fontes ocidentais mais antigas (Pulleyblank, 1999: 77. *Contra* cf. Gizewski, Kolb, 1995: 488). De qualquer forma, a existência do outro grande império foi doravante parte integrante do conceito do mundo habitado tanto na China imperial (“Da Qin”) quanto no Império Romano (“Seres”). Além disso, havia agora um interesse considerável em ambos os lados do continente eurasiático em produzir relatos bem informados sobre esse outro império distante. O fluxo crescente de comércio ao longo dos vários ramos da “Rota da Seda” implicou um crescente fluxo de informações. Embora emissários e comerciantes possam ser identificados como portadores de informações relevantes, ainda é motivo de debate se alguma vez se estabeleceu contato direto entre Roma e China (Cf. Graf, 1992 e 2017; Leslie, Gardner, 1996; Hill, 2015; McLaughlin, 2010). Os contatos diplomáticos entre as principais potências ao longo do sistema de comércio da “Rota da Seda” são bem comprovados e incluem contatos chineses e romanos com representantes de vários países intermediários (Leslie, Gardner, 1996; Ziethen, 1994; Hill, 2015; McLaughlin, 2010; Arbach, Schiettecatte, 2015; Graf, 2017). Logo após a conquista romana do Egito, e sem dúvida como uma consequência direta das novas condições no extremo oeste das rotas de comércio de longa distância, fontes ocidentais relatam um surto de missões diplomáticas de países orientais de longe, alguns localizados na Índia e na Ásia Central, para o novo e único governante de Roma, Augusto. Dizem que chegaram a concluir acordos de “amizade” (*amicitia*) com ele e com o povo romano (Speidel, inédito, 2015, 2015). Infelizmente, nenhum desses acordos entre a Roma imperial e os distantes governantes orientais sobreviveu, mas a maioria deles foi, sem dúvida, concluída (escrita) em grego, já que essa língua serviu como língua franca para comerciantes e diplomatas em toda a Bacia do Mar Vermelho, Partia, Ásia Central e até a Índia (Strabo 15,1,73. Cf. Strabo 15,1,4. Dio 54,9,8.

Cf. Speidel, 2015: 112-119. Sobre o comércio romano de longa distância, cf. Raschke, 1978; Youg, 2001; Graf, 2017). No entanto, qualquer que tenha sido o conteúdo exato de tais acordos, a aparição de tantos emissários estrangeiros na corte de Augusto, após sua ascensão ao domínio exclusivo sobre o mundo romano, é um dos muitos exemplos reveladores do eficiente transporte de notícias feito pelos comerciantes de longa distância para seus respectivos centros políticos (Lee, 1993: 162-165 e 175-177; Austin, Rankov, 1995: 26-28, 87-88, 94, 100, 210). Tais informações poderiam, então, ser transferidas para documentos escritos, mais desenvolvidas ou condensadas, armazenadas e recuperadas para servir de base para conclusões e decisões políticas, fiscais ou militares. O mesmo é, evidentemente, verdadeiro para a informação que foi oficialmente, e secretamente, coletada e transportada por emissários oficiais (Hdt. 3, 17. Plut. *Alex.* 5, 1. Lee, 1993: 166-170. Austin, Rankov, 1995: 120-123). Sabemos, até mesmo, de missões inteiras que a Roma imperial ocasionalmente montou e enviou para coletar informações sobre países estrangeiros distantes (Sen., *Q. nat.* 6, 8, 3. Plin. *NH* 6,35,181. 184-186. 12, 8, 19. Dio 63, 8, 1. Cf. Austin, Rankov, 1995: 114-118; Lee, 1993: 170-182).

O registro de enviados estrangeiros para Augusto inclui um grupo de chineses. Esta missão é conhecida através de um único autor romano, Floro (do início do segundo século EC), que observa a chegada à corte de Augusto de enviados dos Seres (Florus 2, 34.). O relato de Floro associa os emissários chineses com indianos “que vivem imediatamente abaixo do sol. Embora trouxessem elefantes entre seus presentes, bem como pedras preciosas e pérolas, consideravam sua longa jornada, que levou quatro anos, como sua maior homenagem. E, de fato, sua aparência provou que eles vieram de outro céu”. Floro não deixa claro se os chineses, dos quais ele não tem mais nada a dizer, chegaram junto com os indianos e como se comunicavam com os romanos. No entanto, o testemunho de Floro é geralmente rejeitado, pois nem mesmo o capítulo sobre embaixadas estrangeiras nas *res gestae* de Augusto menciona enviados dos Seres. Esperaríamos, de fato, que Augustus o fizesse, já que os governantes romanos nunca hesitaram em interpretar, aceitar e promulgar quaisquer visitas como sinais de submissão (Cf. Ferguson, 1978: 592-593; Poinssotte, 1979: 435; Ziethen, 1994: 189-192). O próximo esforço chinês registrado de estabelecer contato direto com a Roma imperial ocorreu aproximadamente um século depois. De acordo com um relato chinês, em 97 EC, o general Ban Chao enviou seu principal embaixador, Gan Ying, em uma missão para estabelecer contato com Da Qin. O contexto geral parece ter sido militar, mas a missão fracassou porque os partos a frustraram, supostamente porque temiam perder o controle do comércio de seda por

terra (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 10 e 12; Hill, 2015, vol. I: 23 e 27). De qualquer modo, embora Gan Ying nunca tenha realmente alcançado o *Imperium Romanum*, é dito que ele chegou às praias do Golfo Pérsico em 97 EC, onde ele certamente coletou tantas informações sobre Da Qin quanto pôde (sobre a missão e o debate sobre o itinerário de Gan Ying, cf. *Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 10; Hill, 2015, vol. I: 23), Hill, 2015: 16-20; Leslie, Gardner, 1996: 141-148; Hoppál, 2011: 299-300; Yu: 2013: 5, 10-17).

Vários contatos romanos diretos com os chineses também estão registrados. O geógrafo Marino de Tiro, por exemplo, referiu-se a um relato do século I de um comerciante desconhecido da Macedônia romana chamado tanto de Maës quanto Titianus, que usou as informações fornecidas por seus agentes e libertos para observar os tempos de viagem e as distâncias ao longo da rota que levava de uma estação comercial no *Pamirs* (a "Torre de Pedra") para "Sera", a capital do Seres. Infelizmente, tanto o registro de Maës quanto o de Marino estão perdidos. Só se sabe que existiram porque o geógrafo alexandrino Claudio Ptolomeu os menciona em um parágrafo curto em sua Geografia, na qual ele cita Maës como sua fonte para a alegação (na qual ele e Marino não acreditam) de que era uma viagem de sete meses entre a "Torre de Pedra" até "Sera", a capital do Seres (Ptol. 1,11. Cf. Ptol. 1.12.1-10. Heil, Schulz, 2015. Ainda há especulações sobre se a jornada foi relatada em fontes chinesas, cf. Leslie, Gardner, 1996: 149; McLaughlin, 2010: 126-128)⁸. Foi precisamente esta rota, passando pela "Torre de Pedra" para a terra dos Seres, que Amiano Marcelino qualificou, mais tarde, como *iter longissimum* e que ele relata que foi "frequentemente" ou "periodicamente" usada pelos mercadores no quarto século CE⁹.

De acordo com antigos textos chineses, a primeira "embaixada" romana a visitar a China só chegou em 166 EC, e veio do Sul (via a rota marítima do Mar Vermelho e do Oceano Índico) (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 12; Hill, 2015, vol. I: 27), McLaughlin, 2010: 133; Schulz, 2016: 389). Os chineses registraram a chegada de "emissários" do imperador romano Ândün (ou seja, Marco Aurélio, ou, talvez, Antonino Pio) na corte chinesa, com ofertas de chifres de rinoceronte, marfim e cascos de tartaruga. Os chineses, naturalmente, levaram esses presentes como tributos, mas, tendo esperado joias e exotismo do rei de Da Qin, eles não ficaram impressionados e começaram a suspeitar que os relatos maravilhosos que tinham ouvido

⁸ O local identificado como "Torre de Pedra" é, na maioria das vezes, identificado como Taškurgan ou Darautkurgan, cf. Poinssotte, 1979: 445, Paul, 2005: 955. A metrópole de "Sera" permanece sem identificação.

⁹ De acordo com Campbell, 1989: 372, Amiano Marcelino, nessa passagem, estava apenas exibindo o conhecimento que extraiu de Ptolomeu.

sobre o Império Romano eram totalmente exagerados (Leslie, Gardner, 1996: 223; Hill, 2015: 307-308). Pois, no mundo antigo, o valor local dos bens importados refletia diretamente na reputação de seu país de origem, bem como no significado de seus governantes¹⁰. Édouard Chavannes, em 1907, argumentava, portanto, que os “enviados” romanos eram de fato comerciantes romanos (Chavannes, 1907: 185; Wheeler, 1954: 174. Cf. Loewe: 2010: 83; Fibiger Bang, 2009: 120). Se o episódio é baseado em um encontro real, Chavannes é, claramente, a solução mais atraente, embora a questão de como as duas partes se comunicaram permaneça sem solução (Hill, 2015: 308; McLaughlin, 2010: 133-135; Feng, 2013: 281-282). É difícil imaginar a partir de qual outro grupo profissional os “emissários” oficiais do imperador romano para o distante governante dos Seres poderia ter se originado. De qualquer forma, provavelmente deveríamos supor que os “emissários” romanos eram, geralmente, cidadãos romanos nascidos livres, mas a história do cavaleiro romano que viajou 600 milhas através da Germânia até as margens do Mar Báltico para comprar âmbar durante o reinado de Nero (54-68 EC) mostra que nem todos os mercadores de longa distância eram necessariamente de status social modesto. Além disso, as autoridades romanas também são conhecidas por terem confiado aos comerciantes estrangeiros a entrega de mensagens para destinatários distantes¹¹. No entanto, não há registro da embaixada de 166 EC em fontes ocidentais, e nem todos os estudiosos acreditam em sua historicidade¹².

Os chineses registraram o contato de 166 EC como “a primeira vez que houve comunicação [direta]” (isto é, entre os dois impérios). Isso parece implicar que várias outras visitas se seguiram, mas apenas dois outros contatos diretos estão registrados no terceiro século, ambos conhecidos apenas por meio de fontes chinesas e ambos referentes a visitantes romanos à China. Assim, um relato chinês do século VI, usando material de períodos muito anteriores (Liang-Shu, 54), relata a visita, em 226 EC, de um comerciante romano à corte do rei de Wu (o posterior imperador de Wu), Sun Quan, em Nanquim. Supostamente, esse mercador (chamado Qin Lun nos textos chineses), que parece ter chegado pela rota marítima, deixou um relato detalhado do Império Romano, agora perdido, com Sun Quan (Leslie, Gardner, 1996: 100-101 e 158-159. Cf. Hirth, 1885: 46-48;

¹⁰ Para o comentário romano, cf. Tac., Ann. 2,60. Sri Lanka, cf. Plin., NH 6, 24, 85 e Cosmas 11, 338. China, cf. Hou Hanshu 88 (Hill, 2004: sect. 12, Hill, 2015, vol. I: 27).

¹¹ Cavaleiro romano: Plin. NH 37, 11, 45. Mercadores estrangeiros: Tac., Ann. 14, 25. Cf. Hillers, Cussini, 1995: 2754.

¹² Campbell, 1989: 373, argumenta: “comentadores presumem, ingenuamente, que o anterior [ou seja, o nome An-Tun] é o equivalente fonético de [Marco] Antonino”. Campbell, 2015: 49: “Marco Antonino ... tem apenas uma leve semelhança com “An-Tun””.

McLaughlin, 2010: 136)¹³. Novamente, nada é dito sobre como a comunicação foi estabelecida e como a linguagem ou a tradução possivelmente afetaram as informações registradas. Em 284/85 EC, outra “embaixada” romana trazendo “tributo” (incluindo, aparentemente, amianto) é registrada em outras fontes chinesas como tendo chegado à China (provavelmente através da rota marítima) (Leslie, Gardner, 1996: 159-160). Nenhum outro detalhe parece ser conhecido. Assim, as fontes existentes, com exceção de Amiano Marcelino, não implicam muita interação direta entre os dois grandes impérios nos extremos opostos do continente euro-asiático durante os primeiros três séculos EC. Na verdade, o relato que registra a visita de 226 EC (Liang-Shu, 54) afirma explicitamente que os mercadores romanos frequentemente visitavam Funan (Camboja), Jih-nan (Annam) e Chiao-chih (Tongking), mas raramente viajavam para China. Isso vai de encontro com a afirmação do *Periplus Maris Erythraei* (PME 64) de que “raramente as pessoas vêm dele [isto é, “Thina” / China], e apenas alguns”. Assim, geralmente se considera que os comerciantes não percorreram toda a rota de leste para oeste ou vice-versa, mas que o comércio de longa distância foi organizado por etapas e envolveu vários intermediários (Ying, 2004; Ruffing, 2014; Sánchez Hernández, 2015; Graf, 2017).

No entanto, talvez não se deva excluir, a priori, a possibilidade de que alguns indivíduos realmente viajaram toda a distância, ou partes muito substanciais dela (Ruffing, 2014: 73). A história de Maës, bem como a referência de Amiano Marcelino à longa estrada que leva ao “Povo da Seda” e à afirmação de Liang-Shu de que mercadores romanos navegaram até a Birmânia moderna, Camboja e Vietnã, mas raramente até a China, todos parecem implicar a existência de um pequeno grupo de indivíduos que, ocasionalmente, percorriam longas distâncias entre os dois reinos imperiais. Mais importante, no entanto, aparentemente havia uma vontade e uma ampla oportunidade de se encontrar em algum lugar do caminho entre os impérios. Assim, a missão de Ban Chao foi explicitamente registrada como tendo tentado estabelecer contato direto com Da Qin. Mesmo que seu enviado, Gan Ying, nunca tenha realmente alcançado o *Imperium Romanum*, ele teria chegado às margens do Golfo Pérsico em 97 EC, onde deve ter tido a oportunidade de coletar muitas informações sobre Da Qin. No entanto, em vez de descobrir caminhos viáveis para as fronteiras do Império Romano, Gan Ying deixou-se desencorajar por histórias de uma passagem marítima horrenda e potencialmente mortal, contadas por “marinheiros da fronteira ocidental da Pártia”, e voltou para

¹³ Este relato não parece ser a fonte de informação utilizada pelo Weilüe, já que este texto se ocupa exclusivamente da rota terrestre.

casa (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 10; Hill, 2015, vol. I: 23), Leslie, Gardner, 1996: 46). Mas Gan Ying não foi o único chinês a alcançar a Pártia durante a dinastia Han.

A Pártia tinha contato diplomático e comercial com ambos os impérios¹⁴. Portanto, não é improvável que, apesar das reivindicações chinesas de tentativas partas de impedir o contato direto, a Pártia oferecesse oportunidades para indivíduos de ambos os lados do continente eurasiático se reunirem, já que não há evidências que sugiram um bloqueio total e permanente da rota terrestre através da Pártia para comerciantes romanos¹⁵. O Oásis de Merv (Antioquia / Alexandria em Margiana), em particular, pode ter sido um lugar onde os comerciantes de ambos os impérios se encontravam recorrentemente (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 11; Hill, 2015, vol. I: 23, 248-249) Plin. *NH* 6, 18, 46-47. Isid. *Char.* 14. Cf. Graf, 2017. Coloru, Traina, Lycas, 2016: 49-58). Mais oportunidades de contato direto repetido também podem ter ocorrido em outros mercados intermediários da Índia, do centro e sudeste asiáticos ou Arábia do Sul (Cf. Lewis, 2007: 143; Fauconnier, 2012; Feng, 2013: 279). Se isto é verdade, isto tem grande importância, pois dentro das sociedades pré-industriais os mercados desempenham um papel crucial e notório na circulação e disseminação da informação (Cf. Lee, 1993: 175-177; Austin, Rankov, 1995: 27, 209-210). Sem dúvida, as informações assim coletadas e trazidas de volta aos impérios romano e chinês por mercadores e emissários, poderiam, eventualmente, chegar em documentos que estavam à disposição daqueles que tomavam decisões imperiais. O geógrafo alexandrino Ptolomeu, por exemplo, citando o relato de Marino da jornada dos agentes de Titianus até a Ásia Central, reconheceu explicitamente que “tudo isso se tornou conhecido por meio de uma oportunidade proporcionada pelo comércio” (Ptol. 1,11). Além disso, Étienne de la Vaissière recentemente argumentou de forma convincente que a descrição de Ptolomeu da bacia de Tarim, em sua Geografia, é baseada em três diferentes itinerários comerciais, que ele usou como fontes para sua representação da Ásia Central e, especialmente, de Xinjiang (De la Vaissière, 2009). Tudo isso destaca a extensão pela qual

¹⁴ Sobre embaixadas para e da China, cf. *Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 10, Hill, 2015, vol. I: 23), Leslie, Gardner, 1996: 46 e 139-143.

¹⁵ Contato frustrado: *Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 12, Hill, 2015, vol. I: 27) e Leslie, Gardner, 1996: 51. *Weilüe*: 11 (Hill, 2004: sect. 11) e Leslie, Gardner, 1996: 70. Cf. Hirth, 1885: 42. Bloqueio: *Mansiones Parthicae*, de Isidor de Charax, o relato de Ptolomeu da jornada do agente de Maës Titianus (1,11), e a *Tabula Peutingeriana* sugerem que a passagem era possível (pelo menos, as vezes). Graf, 2017, *contra* Walter, 2009:113. De forma geral, entretanto, as evidências sugerem que os mercadores romanos preferiam a rota marítima, talvez pelas condições desfavoráveis aos mercadores romanos na Pártia.

a natureza e limitações das evidências ocidentais se devem ao material escrito produzido por comerciantes de longa distância.

Dados Chineses

Infelizmente, todos os registros oficiais do mundo romano que poderiam conter informações sobre povos e países estrangeiros se desintegraram. É, portanto, particularmente afortunado que alguns registros antigos com informações “oficiais” sobre o outro tenham sobrevivido na China¹⁶. Estes documentos oferecem uma oportunidade única para estudar a transmissão de informações de Roma para a China. Desde que Friedrich Hirth, em 1885, publicou sua monografia *China and the Roman Orient* com uma seleção de textos chineses antigos contendo informações sobre os impérios romano e bizantino (incluindo traduções e comentários extensos), esses registros atraíram a atenção dos estudiosos, embora, até recentemente, principalmente entre os Sinologistas (Hirth, 1885)¹⁷. O registro do interesse chinês sobre o Império Romano não é, em geral, diferente do interesse romano sobre a China. Os textos orientais fornecem informações sobre as rotas e a comunicação com Da Qin e outras “Regiões Ocidentais”, sobre sua geografia, sua capital, sua administração e infraestrutura, sobre reinos dependentes, sobre sua agricultura e pecuária, sobre têxteis, perfumes e ervas, e sobre outros recursos naturais, bem como sobre a população e sua aparência e vida cotidiana. Claramente, portanto, os dados transmitidos por esses textos precisam ser verificados em relação ao que se sabe sobre o mundo imperial romano a partir de fontes ocidentais, se quisermos estabelecer o valor da informação sobre Da Qin que foi registrada nos antigos registros chineses.

Dois textos em particular precisam ser mencionados, o Hou Hanshu e o Weilüe. Pesquisas recentes descrevem-nos da seguinte forma (Hill, 2015, vol. I: xvi – xxiii; Mansvelt Beck, 1990: 1; Bielenstein, 1953: 16-17). O Hou Hanshu é a história oficial da Dinastia Han posterior (ou “Oriental”) (25–221 EC). Foi compilado principalmente por um homem chamado Fan Ye, na primeira metade do quinto século EC, a partir de trabalhos anteriores.

¹⁶ Traduções estão, convenientemente, a mão: cf. Hirth, 1885, Leslie, Gardner, 1996, Hill, 2004 e 2015. Os presentes autores trabalharam exclusivamente com traduções dos textos chineses. Nós nos sentimos justificados neste trabalho porque as observações apresentadas nesta contribuição são baseadas, primariamente, na essência de passagens em que a tradução parece estar correta. Citações são das traduções de John Hill.

¹⁷ Para bibliografia, cf. Leslie, Gardner, 1996: 3-6, Hill, 2015, Hoppál, 2011: 266-269, Yu, 2013: 43-127. Ver também Kordosis, 1991, Naerebout, 1996, Gizewski, Kolb, 1995. Para importantes comentários de um historiador, cf. Graf, 2017.

Ele contém seções sobre as "Regiões Ocidentais" que são baseadas principalmente em um relatório de Ban Yong (o filho de Ban Chao) ao imperador An em c. 125 EC e substituíram os relatos anteriores (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 1; Hill, 2015, vol. I: 13, cf. 161-163). Este relatório incluiu descrições do Império Romano que se originaram da informação que o enviado de Ban Chao, Gan Ying, coletou durante sua missão a Da Qin em 97 EC. O outro texto historiográfico inicial que contém informações importantes sobre Da Qin, o Weilüe, é um capítulo sobre "Povos do Ocidente" de um "Breve relato da dinastia Wei", agora perdido, compilado em uma data desconhecida no terceiro século EC por Yu Huan (Chavannes, 1905: 519-571; Leslie, Gardner, 1996: 65-68; Hill, 2004; Hoppál, 2011: 268-269). O capítulo sobreviveu como uma extensa citação em uma obra do século V. Ele repete informações anteriores sobre Da Qin (incluindo muito do que pode ser encontrado no *Hou Hanshu*) e também fornece material novo valioso, que parece datar principalmente do século II e do início do século III EC¹⁸.

Em suma, estes textos são, pelo menos em parte, de natureza verdadeiramente oficial e decorrem de um período contemporâneo a existência do *Imperium Romanum*. No entanto, vários problemas estão relacionados com os relatos históricos chineses e sua interpretação, e não há consenso sobre quanta informação real sobre o Império Romano eles realmente contêm¹⁹. A compilação desses textos na China antiga era um procedimento burocrático que envolvia muitas cópias de relatos anteriores e contava com registros e arquivos (Cf. Loewe, 1986: 2-6 e 2010: 75-77; Leslie, Gardner, 1996: 19-31; Hoppál, 2011: 269). Assim, as origens e a data precisas das informações originais subjacentes permanecem desconhecidas. De qualquer forma, a natureza específica desses textos aparentemente reflete o que era, oficialmente, considerado verdadeiro no momento de sua redação (o que, é claro, não exclui a possibilidade de que outros conhecimentos do Ocidente existissem simultaneamente). É interessante, portanto, que o *Hou Hanshu* tenha caracterizado os romanos como "honestos nos negócios: eles não têm dois preços", pois isso parece indicar que o interesse chinês no povo de Da Qin era, primariamente, motivado pelo comércio (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 12; Hill, 2015, vol. I: 27), Ying, 2004: 339). O Liang-Shu (54) até mesmo caracterizou os habitantes de Da Qin como um povo comercial (Leslie, Gardner, 1996: 100). O comércio de longa distância é de fato um tópico muito proeminente e recorrente nos

¹⁸ Para outras fontes (posteriores) chinesas relevantes sobre o mundo mediterrâneo, ver Leslie, Gardner, 1996: 3, 33, 57 e 80. Cf. Hoppál, 2011: 268-269.

¹⁹ Ver as visões contraditórias em Kordosis, 1991, Naerebout, 1996, ou Gizewski, Kolb, 1995.

relatos históricos chineses do ocidente distante. Em particular, longas listas de bens desejáveis são características da descrição de Da Qin no *Hou Hanshu* e ainda mais no *Weilüe*, já que listas similares não parecem se repetir com a descrição de outros países ocidentais nesses textos (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 12; Hill, 2015, vol. I: 25), *Weilüe* 12 (Hill, 2004: sect. 12)). Assim, eles são uma evidência clara do interesse comercial muito pronunciado dos chineses em Da Qin. Além disso, esses textos caracterizam o comércio de longa distância romano e chinês (ao qual eles aparentemente se referem como "comunicação" entre países) como um assunto essencialmente "nacional", no qual a diplomacia abre rotas comerciais e mercados²⁰. Talvez isto não deva, simplesmente, ser tomado como uma representação especificamente chinesa do comércio transnacional, pois as fontes romanas também implicam que a diplomacia e os acordos internacionais estavam envolvidos na facilitação do comércio de longa distância (Speidel, 2015 e inédito).

O *Hou Hanshu* e o *Weilüe* descrevem Da Qin como um estado grande (e, por implicação, poderoso) com muitas dependências (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 11; Hill, 2015, vol. I: 23), *Weilüe* 11 e 14 (Hill, 2004: sect. 11 e 14)). Eles elogiam seus habitantes como "altos e honestos" (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 11; Hill, 2015, vol. I: 25)), mas não têm nada a dizer sobre suas forças armadas ou seus sucessos no campo de batalha. Não há descrições do exército, da capacidade militar ou marcial de Roma (Leslie, Gardner, 1996: 260). Dado o interesse geral dos chineses em assuntos militares, isso talvez seja surpreendente, uma vez que a China tinha contato ocasional, mas direto, com os partos, que estiveram em guerra com os romanos em várias ocasiões. Talvez os informantes partas não estivessem dispostos a fornecer aos chineses tal informação. De qualquer forma, os *Hou Hanshu* e os *Weilüe* retratam os romanos como um povo pacífico e justo, diferente das descrições dos chineses em alguns antigos textos ocidentais. Apesar das tentativas chinesas de coletar informações precisas e reais sobre os romanos e seu império, até mesmo o termo "Da Qin" está na raiz de vários problemas interpretativos. As concepções chinesas de Da Qin foram "confundidas desde o início com antigas noções mitológicas" de um império utópico no Extremo Oeste (Laufer, 1913; Graf, 1992: 199-216, esp. 199-200; Pulleybank, 1999: 78; Hoppál, 2011: 264; Yu, 2013: 69-70; Walter,

²⁰ *Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 12, Hill, 2015, vol. I: 27): "O rei deste país [Roma] sempre quis enviar emissários para Han [China], mas Anxi [Pártia], desejando controlar o comércio das sedas multicoloridas chinesas, bloqueou a rota para impedir [os romanos] de passarem [até a China]. *Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 15, Hill, 2015, vol. I: 31): "Esta região [o noroeste da Índia] ... se comunica com Da Qin". *Weilüe* 12 (Hill, 2004: sect. 12): "Por isso, este país [Roma] negocia com Anxi [Pártia]".

2009: 116-117). Tais noções estavam nas origens do termo “Da Qin”, pois significava literalmente “Grande China” e não era uma transcrição de um nome estrangeiro para o Império Romano (Pulleybank, 1999: 71 e 77; Hill, 2015, vol. I: 266-271; Hoppál, 2011: 269-271; Yu, 2013: 1-43, Cf. Naerebout, 1996; Gizewski, Kolb, 1995). Além disso, a existência de uma “Grande China” no extremo oposto do mundo entrava em conflito com a antiga concepção chinesa do mundo real, segundo a qual a China (o “Reino do Meio”) era o seu centro cultural. De acordo com essa concepção, quanto mais longe um estrangeiro vivia do centro, mais “bárbaro” acreditava-se que ele era (Cf. Creel, 1929; Wang, 1999: 285-305). Mas é claro que era impensável que o povo da “Grande China” fosse o povo mais incivilizado do mundo. Portanto, eles foram retratados como parecidos com “o povo do Reino do Meio, e é por isso que esse reino é chamado Da Qin” (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 11; Hill, 2015, vol. I: 23)). Os romanos eram descritos como “altos e virtuosos como os chineses, mas usam roupas ocidentais”. Uma explicação também foi fornecida: “Eles [os romanos] dizem que originalmente vieram da China, mas a deixaram” (*Weilüe* 11 (Hill, 2004: sect. 11), Leslie, Gardner, 1996: 70. Cf. Hill, 2015, vol. I: 267). É evidente, portanto, que tais noções utópicas e fantasiosas de Da Qin se originaram na China e precisam ser identificadas se quisermos investigar a extensão da informação real que chegou à China sobre o Oeste.

Outra questão particularmente complexa, que também afeta nossa compreensão do termo “Da Qin”, diz respeito às notórias dificuldades em identificar características topográficas e geográficas nos antigos registros chineses²¹. A principal dificuldade é que a transcrição de nomes de lugares estrangeiros a partir de caracteres chineses, e a reconstrução de seus valores fonológicos no período Han, exige um conhecimento altamente especializado da fonologia histórica chinesa e, aparentemente, muitas vezes produz resultados altamente controversos. Além disso, não é geralmente levado em conta que muitos lugares no Oriente Romano, em particular, tinham mais de um nome (dependendo principalmente do tempo e da língua: por exemplo Yerushalaim, Hierosolyma, colônia Aelia Capitolina e Iliya, para mencionar apenas alguns antigos nomes de Jerusalém), e que os autores chineses podem ter transcrito pronúncias de nomes de lugares que a (múltipla) transmissão por falantes não-gregos e não-latinos haviam distorcido significativamente. A questão é claramente importante se quisermos entender e fazer uso desses textos. A introdução do capítulo sobre o Império Romano no *Hou Hanshu* pode servir de ilustração: “O Reino de Da Qin também é chamado de Lijian. Como é

²¹ Sobre esta questão, de modo geral, ver Pulleybank, 1999, Hill, 2015, vol. I: xx-xxiii. Cf. Kordosis, 1991, Naerebout, 1996: 375-376, ou Gizewski, Kolb, 1995: 487-489.

encontrado a oeste do mar, é também chamado de Reino de Haixi [= "Oeste do Mar"]" (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 11; Hill, 2015, vol. I: 23)). Quase a mesma declaração também foi incluída no *Weilüe*²². Talvez não seja inteiramente surpreendente que o lendário império da "Grande China", como um estado real, também tivesse outros nomes menos míticos, derivados de entidades políticas ou geográficas existentes. No entanto, não há consenso sobre a quais países ou regiões Lijian e Haixi se referem e, portanto, ainda permanece incerto qual parte o termo "Da Qin" indicava exatamente. Assim, a equação de Da Qin, Lijian e Haixi, bem como outras tentativas de identificar nomes de lugares nas seções dos antigos registros chineses sobre Da Qin, levou a um debate confuso e ainda em andamento, no qual, no entanto, o número de opções em discussão não parece ter mudado muito desde as estabelecidas por Friedrich Hirth e seus sucessores imediatos. Essencialmente, as soluções propostas para o significado de "Da Qin" como um local existente são o Império Romano, as regiões orientais do Império (como já sugerido por Friedrich Hirth), particularmente a Síria e o Egito, a península arábica ou coisas completamente diferentes dependendo no contexto da narrativa (Laufer, 1913; Weller, 1927; Kordosis, 1991. Cf. Leslie, Gardner, 1996: xxi-xxvi e 232; Hill, 2015, vol. I: 266-271; Hoppál, 2011: 269-271; Yu, 2013: 1-42).

Tanta confusão e tantas interpretações contraditórias por especialistas dos campos relevantes da Sinologia podem desencorajar estudiosos do antigo mundo mediterrâneo a fazer uso dos antigos relatos chineses do ocidente distante (Naerebout, 1996: 376; Fibiger Bang, 2009:120). Ainda assim, talvez haja uma abordagem que leve a resultados mais confiáveis (Kolb, Speidel, 2015: 137ff). O contexto implica que o que quer que seja que os termos "Lijian" e "Haixi" referenciavam, eles não eram totalmente sinônimos de "Da Qin", mas partes ou aspectos designados dele. Isto é, por exemplo, sugerido por declarações, registradas no *Hou Hanshu*, sustentando que a pessoa entra "em Haixi para alcançar Da Qin" ou que "nestes territórios [de Da Qin], há muitas coisas preciosas e maravilhosas de Haixi" (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 12; Hill, 2015, vol. I: 27), cf. Leslie, Gardner, 1996: 52. *Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 10; Hill, 2015, vol. I: 23), cf. Leslie, Gardner, 1996: 47). Outra passagem, de um capítulo diferente do *Hou Hanshu*, menciona um grupo de músicos e mágicos, em 121 EC, que alegou ser de Haixi, e que o chinês responsável pelo registro identificou como Da Qin (Leslie, Gardner, 1996: 42; Pulleybank, 1999: 75; Hill, 2015, vol. I: 306. Cf. Hoppál, 2011: 270; Yu, 2013: 22). Curiosamente, o termo "Lijian" não se repete nas seções sobre Da Qin do *Hou Hanshu* ou do *Weilüe*. Haixi é o

²² *Weilüe* 11 (Hill, 2004: sect. 11): "O reino de Da Qin também é chamado Lijian. Fica a oeste de Anxi [Pártia] e Tiaozhi, e a oeste do Grande Mar". Cf. Leslie, Gardner, 1996: 67. ***Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 395-422***
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10128

único aspecto geográfico concreto de Da Qin que esses textos especificam. John E. Hill recentemente argumentou, de forma convincente, que “Haixi”, como parte de “Da Qin”, refere-se ao Egito, principalmente porque está de acordo com a localização geográfica (“Oeste do Mar”), com as distâncias (da Pártia, em particular) e com a característica topográfica mais proeminente do país, dada pelas antigas fontes chinesas (um rio que desemboca em outro grande mar), e, também, porque, aparentemente, fornece uma representação fonética razoável do nome grego do país, *Aigyptos* (Hill, 2015, vol. I: 263-266)²³.

Um olhar mais atento às passagens do Hou Hanshu e do Weilüe descrevendo o governo de Da Qin / Lijian / Haixi sugere que eles não estão lidando com o Império Romano em sua totalidade. Nos registros de Hou Hanshu: “Seus reis não são permanentes. Eles selecionam e nomeiam o homem mais digno. Se houver calamidades inesperadas no reino, como frequentes ventos ou chuvas extraordinárias, ele é rejeitado e substituído sem a menor cerimônia. Aquele que foi dispensado silenciosamente aceita seu rebaixamento e não fica zangado” (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 11; Hill, 2015, vol. I: 25). Cf. Leslie, Gardner, 1996: 49). A passagem equivalente no Weilüe diz: “O governante deste país (a referência parece ser para Haixi) não é permanente. Quando os desastres resultam de fenômenos incomuns, eles o substituem sem cerimônia, instalando um homem virtuoso como rei e libertam o velho rei, que não ousa mostrar ressentimento” (*Weilüe* 11 (Hill, 2004: sect. 11). Cf. Leslie, Gardner, 1996: 70)²⁴. Esta declaração é, alternadamente, pensada como uma referência à prática imperial do segundo século EC de nomear um sucessor ao trono pela adoção (o *Adoptivkaisertum*), ao sistema republicano de cônsules eleitos, aos governos provinciais romanos do quarto ao sétimo séculos EC no Oriente ou, ainda, ser nada mais do que uma história fantasiosa de um país ideal distante (Ferguson, 1978: 593; Kordosis, 1991: 160ff; Gizewski, Kolb, 1995: 487; Leslie, Gardner, 1996: 49; Hill, 2004: notas 11.18; Hoppál, 2011: 276-282; Yu, 2013: 619). No entanto, outras partes da mesma passagem sugerem uma solução diferente. Nestes, diz-se que o rei deixou seu palácio regularmente para ouvir casos e, de acordo com o Hou Hanshu: “um porteiro com uma bolsa tem o trabalho de sempre seguir a carruagem real. Quando alguém

²³ Hoppál, 2011: 276-282, argumenta, de forma ampla, pela identidade menos convincente de Haixi com as cidades de Roma ou a Antioquia Síria, mas conclui (p. 282) que “é mais provável que os chineses não possuíssem informações sobre a extensão exata e o sistema político do Império Romano” e que “Da Qin se referia a diferentes coisas, dependendo do contexto”.

²⁴ A mesma declaração pode ser encontrada no *Hou Hanchi* e no *Chinshu*. Leslie, Gardner, 1996: 61 e 81.

quer discutir algo com o rei, ele atira uma nota na bolsa. Quando o rei retorna ao palácio, ele abre a bolsa, examina o conteúdo e julga se o autor está certo ou errado" (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 11; Hill, 2015, vol. I: 25), cf. Leslie, Gardner, 1996: 48). A passagem paralela no *Weilüe* diz: "Quando o rei saí, ele sempre manda um homem segui-lo segurando uma bolsa de couro. Qualquer um que tenha algo a dizer lança sua petição na bolsa. Quando ele [o rei] retorna ao palácio, examina-os e determina quais são razoáveis" (*Weilüe* 11 (Hill, 2004: sect. 11). Cf. Leslie, Gardner, 1996: 71)²⁵. As mesmas passagens, em ambos os textos, também contêm referências a arquivos governamentais e a um grupo de conselheiros.

É muito tentador entender esses comentários não como fantasias de domínio imperial, mas como referências baseadas em fatos ao governo provincial romano. É muito tentador entender esses comentários não como fantasias de domínio imperial, mas como referências baseadas em fatos ao governo provincial romano. Pois não é difícil reconhecer uma descrição detalhada dos aspectos centrais dos deveres de um governador provincial: a viagem de ida e volta através de seus casos de audiência na província, o conhecido sistema de coletar petições, preparar respostas e fazer uso de arquivos, bem como discutir assuntos de estado com seu *consilium*. Consequentemente, a primeira citação relativa à substituição de reis talvez não se refira, tampouco, a reis verdadeiros. Em vez disso, transmitindo a noção de que o país não tinha um governante permanente, mas um sistema (que os chineses que o registraram não entendiam completamente) pelo qual homens "dignos" e "virtuosos" foram selecionados para substituir seus predecessores, esses textos chineses antigos novamente parecem referir-se ao governo provincial romano. Isto, de qualquer forma, vai de encontro à proposta de John Hill de que o "Haixi" do *Hou Hanshu* e do *Weilüe* se refere ao Egito. Pode-se objetar que os relatos chineses se referem explicitamente a um "rei", não a governadores, e, portanto, parecem estar preocupados com o Império, em geral, e com sua capital, Roma. No entanto, os relatos dos poderes e esplendores dos governadores provinciais romanos, especialmente os do *praefectus Aegypti*, que residia no palácio dos antigos reis ptolomaicos e governava o país em seu lugar (*loco regum*), poderiam muito bem ter levado comentaristas do Extremo Oriente a confundir esses governadores com os reis locais. Além disso, o *Hou Hanshu* e o *Weilüe* alegam que Da Qin (não "Haixi") estabeleceu várias dezenas de "reinos dependentes" menores, que podem ser entendidos

²⁵ A mesma declaração pode, novamente, também ser encontrada no *Hou Hanchi*, e uma versão abreviada no *Chinshu*. Leslie, Gardner, 1996: 60 e 81.

como uma referência às províncias do Império Romano ou aos aliados orientais de Roma²⁶.

Se estiverem corretas, essas observações revelam alguns detalhes importantes sobre a transmissão de informações do mundo mediterrâneo para o Extremo Oriente chinês. Acima de tudo, eles implicam que algumas informações reais e detalhadas sobre o Império Romano realmente chegaram à China durante os dois primeiros séculos EC. No entanto, parece que o conhecimento chinês do Império Romano (Da Qin) foi parcialmente defeituoso e amplamente restrito a informações sobre as províncias, especialmente o Egito. Isso, por sua vez, implica que a maior parte da informação sobre o Império Romano que foi registrada na China antiga se originou das províncias romanas orientais, especialmente do Egito. Isto combina com os relatos ou suposições sobre a rota marítima que a maioria dos “emissários” romanos das fontes chinesas tomaram. Finalmente, o fato de que os chineses não entendiam completamente o sistema governamental que eles registraram pode ser usado para indicar que eles não tinham mais nenhum conselho de alguém com conhecimento em primeira mão da administração provincial romana, o que, novamente, sugere que poucos indivíduos viajaram a distância total entre os dois impérios.

Os mercadores eram fontes bem conhecidas e importantes de informação no mundo antigo (Lee, 1993: 161-163; Austin, Rankov, 1995: 25-27). As notícias e dados que ofereciam de países distantes eram, muitas vezes, de primeira mão e, em todo caso, mais recentes do que as encontradas em tratados de geografia (Cf. Plin. *NH* 6, 31, 140. Paus. 3, 12, 4, 9, 21,4-5). Geógrafos do mundo romano, como Estrabão, Pausânias e Ptolomeu, reconheceram sua dívida com os comerciantes pelas informações (Strabo 2, 5, 12. Plin. *NH* 6, 31, 140. Paus. 1, 42, 5. Ptol. 1, 17, 3-4). Embora os comerciantes fossem, às vezes, criticados como fontes não confiáveis, eles, ocasionalmente, forneciam até mesmo inteligência estratégica²⁷. Algumas dessas informações foram seguramente transmitidas oralmente (particularmente outros comerciantes), mas grande parte delas também foi

²⁶ Esplendores: Tac., *Hist.* 1, 11, 1. Strabo 17, 1, 12. Para uma discussão recente e bibliografia mais aprofundada, cf. Jördens, 2009: 11-15, Pont, 2009: 185-211. Reinos dependentes: *Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 11, Hill, 2015, vol. I: 23). Cf. Leslie, Gardner, 1996: 47. *Wielüe* 15ff, cf. sect. 11 e 14 (a referência aqui depende do rei): Hill, 2004: sect. 15ff, e Leslie, Gardner, 1996: 71 e 76-78. Sobre os aliados orientais de Roma e seu papel no comércio de longa distância, cf. Speidel, inédito.

²⁷ Não confiáveis: Strabo 15, 1, 3-4. Plin. *NH* 12, 42, 85. Ptol. 1, 11, 4 e 7-8. Eunap. fr. 66, 2 / 13-14. Inteligência estratégica: Xen, *Hell.* 3, 4, 1. Plin. *NH* 6, 24, 88. Tac. *Agr.* 24. Cf. also Plut. *Nik.* 30. Cf. Sánchez Hernández, 2015: 7.

registrada em documentos perdidos²⁸. Como mencionado acima, tais documentos também forneceram a maioria dos dados subjacentes no Extremo Oriente contidos nos escritos de antigos geógrafos e textos ocidentais, como o *Periplus Maris Erythraei* (De La Vaissière, 2009; De Romanis, 2016). É notável, portanto, que os chineses Hou Hanshu e Weilüe contenham parágrafos com conteúdo e estruturas que se assemelham aos do *Periplus Maris Erythraei*, mas, aparentemente, não possuam contrapartidas comparáveis nas seções que tratam de outros países (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 12; Hill, 2015, vol. I: 25-27), *Weilüe* 12 e 14-20 (Hill, 2004: sect. 12, 14-20)). Talvez, portanto, essas características formais, aparentemente únicas, nas seções sobre Da Qin sejam traços da transmissão de informações por mercadores romanos.

Seja como for, como mencionado acima, as informações sobre Roma raramente chegam diretamente à China. Isso também se reflete no fato de que algumas das informações incluídas nas seções do Hou Hanshu e do Weilüe sobre Da Qin parecem ter origens chinesas e não romanas. Em um exemplo, pelo menos, parece que as realidades culturais e administrativas do antigo Império Chinês contaminaram as informações do Império Romano. Assim, o conhecimento das instituições chinesas locais parece ter afetado as breves descrições do sistema imperial romano de transporte e comunicação. Tanto o Hou Hanshu quanto o Weilüe referem-se em detalhes surpreendentes aos pontos de parada deste sistema, às distâncias entre eles e à sua aparência: “Em intervalos eles estabeleceram relés postais, todos rebocados e caiados... A cada dez *li* [4.2 km] existe um ponto postal e a cada trinta *li* [12,5 km] uma estação postal” (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 11-12; Hill, 2015, vol. I: 26-27), cf. Leslie, Gardner, 1996: 47 e 52. Para a respectiva passagem no *Weilüe*, Hill, 2004: sect. 11 e Leslie, Gardner, 1996: 70, cf. Hoppál, 2011: 282). O objetivo dessa instituição romana também foi registrado pelos chineses: “As estações de retransmissão foram estabelecidas em posições estratégicas, permitindo que ordens viagem rapidamente entre estações postais em todas as estações” (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 28; Hill, 2015, vol. I: 55)). Estas declarações foram entendidas como referindo-se à *vehiculatio* ou *cursus publicus* do Império Romano, já que um dos propósitos dessa instituição romana era, de fato, transmitir comunicações oficiais rapidamente, e a descrição de sua infraestrutura nas fontes chinesas parece ser exata o suficiente (Cf. Kolb, 2000).

No entanto, as distâncias de 10 *li* (4,2 km) entre os pontos postais e 30 *li* (12,5 km) entre as maiores estações postais não são confirmadas por fontes

²⁸ Sobre a perda desta literatura, cf. as citações acima.

romanas. Embora os itinerários romanos listem locais de parada pequenos e grandes, eles são registrados em intervalos de 6 a 12 milhas (c. 9 e 18 km) e 25 milhas (37 km), que correspondem a cerca de meio dia e um dia inteiro de viagem a pé, respectivamente. Isso equivale a duas ou três vezes a distância indicada pelas fontes chinesas (Kolb, 2000: 212-213). Em particular, as distâncias muito curtas de 4,2 km não estavam em uso no Império Romano. Talvez houvesse confusão entre os correios e as pousadas locais, que provavelmente se situavam em intervalos curtos nas proximidades das cidades. Contudo, outra solução, talvez mais plausível, poderia ser que o conhecimento dos autores chineses de seu próprio sistema postal contaminou o relato sobre Da Qin, pois esses textos insistem que os sistemas postais romano e chinês eram praticamente idênticos: “Eles têm... estações postais como nós as temos na China” (*Weilüe* 11 (Hill, 2004: sec. 11). Cf.. Leslie, Gardner, 1996: 70. Ver também Hirth, 1885: 44 (*Chinshu*) e 70; Leslie, Gardner, 1996: 81). É particularmente sugestivo, portanto, que as fontes chinesas do Império Qin mencionem distâncias curtas de 2,6 milhas entre as paradas postais, que equivalem a distância de 10 *li* (4,2 km), como registrado no Hou Hanshu e no Weilüe (Chang, 2007: 54, também menciona intervalos de 5,2 milhas (8,4 km)). A identificação dessas instituições importantes tanto na China quanto na “Grande China” (Da Qin / Roma) pode, portanto, ter encorajado os autores e compiladores chineses, que não conseguiram encontrar a informação correta nos documentos disponíveis sobre Da Qin, nem perguntar a alguém que sabia, a inserir os dados que faltavam baseados em seu conhecimento das instituições chinesas (Olbricht, 1954: 36; Loewe, 2006: 106-118).

Conclusões

Apesar da inclusão de dados utópicos e defeituosos, os textos historiográficos chineses revelam-se fontes surpreendentemente ricas sobre o fluxo de informações reais entre os impérios romano e chinês. Ao contrário do que geralmente se acredita, uma porcentagem significativa da informação armazenada no Hou Hanshu e no Weilüe (e outros textos) pode ser reconhecida como baseada em dados reais do Império Romano. O interesse chinês no mundo romano assemelhava-se ao interesse romano na China: ambos os lados mostravam um interesse particular em aspectos do comércio, mas ambos também buscavam mais informações do que aquelas comercialmente relevantes, pois os respectivos relatos também incluíam dados geográficos, políticos, administrativos e culturais. No entanto, os textos chineses sugerem fortemente que (a maior parte das) informações detalhadas sobre o Império Romano que chegaram a China se

originaram e, principalmente, faziam referência às províncias orientais do *Imperium Romanum*, em particular, do Egito. Notavelmente, tal informação alcançou a China recorrentemente (embora não frequentemente), principalmente (mas talvez nem sempre) indiretamente, e quase exclusivamente através dos canais propiciados pelo comércio de longa distância. A única exceção, aquela em que detalhes históricos suficientes estão presentes para torná-la credível, a missão do enviado de Ban Chao, Gan Ying, em 97 EC, teve um impacto extraordinariamente forte sobre os relatos chineses sobreviventes sobre o Império Romano, evidentemente por causa da posição da pessoa que o transmitiu (*Hou Hanshu* 88 (Hill, 2004: sect. 1; Hill, 2015, vol. I: 13). Mas o relatório de Gan Ying sobre o *Imperium Romanum* também foi indireto e, em última análise, enraizado (em parte, pelo menos) em relatos de comerciantes. Barreiras linguísticas e os métodos para superá-los não são descritos em nossas fontes. Seus efeitos sobre o status dos relatos romanos e chineses preservados não são, portanto, aparentes. A transmissão de informações geográficas, políticas, administrativas e culturais complexas por meio de redes de comércio de longa distância afetou não apenas a qualidade e a variedade das informações fornecidas, mas também prejudicou os dados e deixou marcas reconhecíveis e características nos documentos escritos que sobreviveram. Tais defeitos parecem revelar a ausência de possibilidades para verificar as informações antes de serem inseridas nos registros oficiais chineses. Em todo caso, tais lacunas eram muitas vezes simplesmente preenchidas com histórias fantasiosas e estereótipos, ou dados reais de outros lugares, antes que o resultado fosse finalmente adaptado às visões utópicas de uma "Grande China" (Da Qin) do outro lado do mundo habitado.

A enorme influência de obras escritas e relatos de comerciantes de longa distância nos relatos ocidentais sobreviventes sobre China e o Extremo Oriente também é evidente. Entretanto, os registros romanos sobreviventes sobre a China antiga diferem de seus correspondentes chineses em um aspecto essencial: nenhum registro oficial do ocidente sobreviveu. Também não há relatos confiáveis de missões oficiais de reconhecimento ou embaixadas à corte chinesa. Se baseados em fatos verdadeiros, os emissários romanos mencionados na historiografia chinesa estão mais propensos a serem mercadores. Além disso, a outrora abundante literatura sobre viagens do mundo ocidental (e seus textos derivados) que sem dúvida esclareceria a Ásia Central e o Extremo Oriente na Antiguidade está inteiramente perdida. Isso é ainda mais lamentável quando os textos que sobreviveram não fizeram uso total de todos os dados que estavam disponíveis no Império Romano (como o *Periplus Maris Erythraei* ilustra). Não há razão, portanto, para acreditar que a informação

sobre a China antiga, conforme registrada pelas obras existentes de geógrafos ocidentais, reflete a extensão do conhecimento que esteve presente na Bacia do Mediterrâneo sob o domínio romano. Finalmente, não há nada nos registros escritos do mundo chinês ou do romano que sugira que os dados transmitidos de um mundo inspiraram a inovação no outro. Detalhes são apresentados como curiosidades, não como exemplos. Atitudes de superioridade cultural são aparentes nos relatos de ambos os mundos.

Referências bibliográficas

ARBACH, M. SCHIETTECATTE, J. *La diplomatie et l'aristocratie tribale du royaume de Saba d'après une inscription du IIIe siècle de l'ère chrétienne*. In: CRAI, 2015, pp. 371-398.

AUSTIN, N.J.E. RANKOV, N.B. *Exploratio: Military and Political Intelligence in the Roman World from the Second Punic War to the Battle of Adrianople*. Londres: Routledge, 1995.

BIELENSTEIN, H., *The Restoration of the Han Dynasty, with Prolegomena on the Historiography of the Hou Han Shu*. Göteborg: Elandersboktr, 1953.

BREEZE, D.J., DOBSON, B. *Hadrian's Wall*. Londres: Penguin, 1976.

CAMPBELL, D.B. *A Chinese Puzzle for the Romans*. In: *Historia*, 38, 1989, pp 371-376.

CAMPBELL, D.B. *Did the Romans Have Links with the Far East? Rome and China*. In: *Ancient Warfare*, IX-2, 2015, pp. 45-49.

CHANG, Ch. *The Rise of the Chinese Empire*, vol. 1. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007.

CHAVANNES, É. *Les pays d'Occident d'après le Heou Han chou*. In: *T'oungpao*, 8, 1907, pp. 149-244.

_____. *Les pays d'Occident d'après le Wei lio*. In: *T'oungpao*, 6, 1905, pp. 519-571.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 395-422
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10128

CREEL, H.G. Sinism. A Study of the Evolution of the Chinese World-View. Chicago: The Open Court Publishing Co., 1929.

COLORU, O. TRAINA, G. LYCAS, A. *The Parthians*. In: BERNARDINI, M. BONORA, G. L. TRAINA, G. (Eds.). *Turkmenistan. Histories of a Country, Cities, and a Desert*. Turin: Umberto Allemandi, 2016, pp. 49–58.

DE LA VAISSIÈRE, E. *The Triple System of Orography in Ptolemy's Xinjiang*. In: SUNDERMANN, W. HINTZE, A. BLOIS, F. (Eds.). *Exegisti Monumenta. Festschrift in Honour of Nicholas Sims-Williams*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2009, pp. 527–535.

DE ROMANIS, F. *An Exceptional Survivor and Its Submerged Background: The Periplus Maris Erythraei and the Indian Ocean Travelogue Tradition*. In: COLESANTI, G. LULLI, L. (Eds.) *Submerged Literature in Ancient Greek Culture. Case Studies*. Berlin: de Gruyter, 2016, pp. 97–110.

DUECK, D. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FAUCONNIER, B. *Graeco-Roman Merchants in the Indian Ocean: Revealing a Multicultural Trade*. In: BOUSSAC, M. SALLES, J. YON, J-B. (Eds.). *Autour du "Périple de la mer Érythrée"*. Topoi, Supplement 11. Paris: Editions De Boccard, 2012, pp. 75–109.

FENG, L. *Early China. A Social and Cultural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

FERGUSON, J. *China and Rome*. In: ANRW II, 9/2, 1978, pp. 581–603.

FIBIGER BANG, P. *Commanding and Consuming the World*. In: SCHEIDEL, W. (Ed.). *Rome and China*. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 100–120.

GIZEWSKI, C. KOLB, R. Th. *Review" of Michael Kordosis, China and the Greek World. An Introduction to Greec[sic]-Chinese Studies with Special Reference to the Chinese Sources. I: Hellenistic-Roman-Early Byzantine Period (2nd c. BC–6th c. AD)*. In: *Klio*, 77, 1995, pp. 481–489.

GRAF, D.F. *The Roman East from the Chinese Perspective*. In: *AAS*, 42, 1992, pp. 199–216.

_____. *The Silk Road between Syria and China*. In: WILSON, A. I. BOWMAN, A. K. (Eds.). *Trade, Commerce, and the State in the Roman World*. Oxford: Oxford University Press, 2017 (No prelo).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 395-422

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10128

HEIL, M. SCHULZ, R. *Who was Maes Titianus?* In: JAC, 30, 2015, pp. 72–84.

HILL, J.E. *The Peoples of the West from the Weilüe by Yu Huan: A Third Century Chinese Account Composed between 239 and 265 CE. Draft Annotated English Translation* (September 2004). Disponível em:

<http://depts.washington.edu/silkroad/texts/weilue/weilue.html>.

Acesso em 29 de abril de 2016.

_____. *Through the Jade Gate – China to Rome. A Study of the Silk Routes during the Later Han Dynasty 1st to 2nd Centuries CE. An Annotated Translation of the Hou Hanshu “The Chronicle on the Western Regions”. Expanded and Updated. Vol. I–II. Reino Unido: Marston Gate, 2015.*

HILLERS, D.R. CUSSINI, E. *Palmyrene Aramaic Texts*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.

HIRTH, F. *China and the Roman Orient*. Shanghai: Kelly & Walsh, 1885.

HOPPÁL, K. *The Roman Empire According to the Ancient Chinese Sources*. In: *Acta Ant. Hung*, 51, 2011, pp. 263–306.

JÖRDENS, A. *Statthalterliche Verwaltung in der römischen Kaiserzeit. Studien zum Praefectus Aegypti*. Stuttgart: Steiner Verlag, 2009.

KOLB, A. *Transport und Nachrichtentransfer im Römischen Reich*. Berlin: AkademieVerlag, 2000.

Kolb, A. SPEIDEL, M.A. *Perceptions from Beyond: Some Observations on Non-Roman Assessments of the Roman Empire from the Great Eastern Trade Routes*. In: JAC, 30, 2015, pp. 117–149.

KORDOSIS, M. *China and the Greek World. An Introduction to Greec[sic]-Chinese Studies with Special Reference to the Chinese Sources*. I: Hellenistic-Roman-Early Byzantine Period (2nd c. BC–6th c. AD) (*Historicographica Meletemata* 2) Thessaloniki: publisher not identified, 1992 (= *Ιστορικογεωγραφικά* 3, 1989-1990 (*Graecoindica Graecoserica* 2) (1991): 143–253).

LAUFER, B. *The Name China*. In: *T'oungPao*, 2nd Series, 13, 1913, pp. 719–726.

LEE, A.D. *Information and Frontiers. Roman Foreign Relations in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LESLIE, D.D. GARDINER, K.H. *The Roman Empire in Chinese Sources*. Rome: Bardi, 1996.

LEWIS, M.E. *The Early Chinese Empires: Qin and Han*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

LIU, X. *The Silk Road in the World History*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

LOEWE, M. *The Government of the Qin and Han Empires 221BCE–220 CE*. Indianapolis: Hackett Publishing Co. Inc., 2006.

_____. *Introduction*. In: TWITCHETT, D. LOEWE, M. (Eds.). *The Cambridge History of China. Vol. 1. The Ch'in and Han Empires, 221 B.C. – A.D. 220*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. *Knowledge of Other Cultures in China's Early Empires*. In: RAAFLAUB, Kurt A. TALBERT, Richard J. A. (Eds.). *Geography and Ethnography: Perceptions of the World in Pre-Modern Societies*. Oxford: Wiley, 2010, pp. 74–88.

MANSVELT BECK, B.J. *The Treatises of Later Han. Their Author, Sources, Contents and Place in Chinese Historiography*. Leiden: Brill, 1990.

MCLAUGHLIN, R. *Rome and the Distant East. Trade Routes to the Ancient Lands of Arabia, India and China*. London: Bloomsbury Publishing, 2010.

MILLER, M.C. *Athens and Persia in the Fifth Century BC: A Study in Cultural Receptivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NAEREBOUT, F.G. *Review of Michael Kordosis, China and the Greek World. An Introduction to Greec[sic]-Chinese Studies with Special Reference to the Chinese Sources. I: Hellenistic-Roman-Early Byzantine Period (2nd c. BC–6th c. AD)*. In: *Mnemosyne*, 49, 1996, pp. 373–377.

NICKEL, L. *The First Emperor and Sculpture in China*. In: *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, 76/3, 2013, pp. 413–447.

OLBRICHT, P. *Das Postwesen in China unter der Mongolenherrschaft im 13. und 14. Jahrhundert*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1954.

OLBRYCHT, M.J. *Die Geschichte der Seidenstraße in antiker Zeit*. In: MÜLLER, S. *Die Krim. Goldene Insel im Schwarzen Meer. Begleitbuch zur Ausstellung in Bonn*. Darmstadt: Primus, 2013, pp. 67–87.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 395-422
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10128

PAUL, B. *De l'Euphrate à la Chine avec la caravane de Maës Titianos (ca.100 apr. n. è.)*. In: CRAI, 149, 2005, pp. 929-969.

POINSOTTE, J.-M. *Les Romains et la Chine: réalités et mythes*. In: MEFRA, 91, 1979, pp. 431-479.

PONT, A.-V. *Rituels civiques (apantêsis et acclamations) et gouverneurs à l'époque romaine en Asie Mineure*. In: HEKSTER, O. SCHMIDT-HOFNER, S. WITSCHERL, C. *Ritual Dynamics and Religious Change in the Roman Empire*. Leiden: Brill, 2009, pp. 185-211.

PULLEYBLANK, E.G. *The Roman Empire as Known to Han China*. In: JAOS, 119, 1999, pp. 71-79.

RASCHKE, M.G. *New Studies in Roman Commerce with the East*. In: ANRW, II/9, 1978, pp. 604-1233.

RUFFING, K. *Seidenhandel in der römischen Kaiserzeit*. In: DROSS-KRÜPE, K. (Ed.). *Textile, Trade, and Distribution in Antiquity*. Wiesbaden: Harrossowitz, 2014, pp. 71-81.

SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, J.P. *Pausanias and Rome's Eastern Trade*. In: Mnemosyne, 2015, pp. 1-23. DOI: 10.1163/1568525X-12341878.

SCHEIDEL, W. "Introduction." In: _____. *Rome and China*. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 3-10.

_____. Introduction. In: _____. *State Power in Ancient China and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2015, pp. 3-10.

SCHULZ, R. *Abenteurer der Ferne. Die grossen Entdeckungsfahrten und das Weltwissen der Antike*. Stuttgart: Klett-Cotta, 2016.

SPEIDEL, M.A. *Almaqah in Rom? Epigraphisches zu den römischsabäischen Beziehungen in der Hohen Kaiserzeit*. In: ZPE, 194, 2015, 241 ff.

_____. *Fernhandel und Freundschaft. Zu Roms amici an den Handelsrouten nach Südarabien und Indien*. In: Orbis Terrarum, 14 (no prelo).

_____. *Wars, Trade and Treaties. New, Revised, and Neglected Sources for Political, Diplomatic, and Military Aspects of Imperial Rome's Relations with India and the Red Sea Basin, from Augustus to Diocletian.*" In: MATHEW, K. S. (Ed.). *Imperial Rome, Indian Ocean Regions and Muziris: New Perspectives On Maritime Trade*. New Dehli: Manohar, 2015, pp. 83-128.

STEVENS, C.E. *Hadrian and Hadrian's Wall*. In: *Latomus*, 14, 1955, pp. 384–403.

WALTER, J. *Antikes Griechenland und Altes China: Die Entstehung früher Fremdbilder im Wirtschafts- und Kommunikationssystem Seidenstraße*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2013.

WALTER, J. *Die Vorstellungen über das ostasiatische Ende der Seidenstrasse in den antiken griechischen Quellen*. In: GÖBL, J. ZECH, T. *Exportschlager – Kultureller Austausch, Wirtschaftliche Beziehungen und transnationale Entwicklungen in der antiken Welt*. München: Utz, 2009, pp. 86–106.

WANG, Q.E. *History, Space, and Ethnicity: The Chinese Worldview*. In: *JWH*, 10, 1999, pp. 285–305.

WELLER, F. *Mahacina – Arabia Felix*. In: *Asia Major*, 4, 1927, pp. 46.

WHEELER, M. *Rome beyond the Imperial Frontiers*. London: Bell and Sons, 1954.

YING, L. *Ruler of the Treasure Country: The Image of the Roman Empire in Chinese Society from the First to the Fourth Century AD*. In: *Latomus*, 63, 2004, pp. 327–339.

YOUNG, G.K. *Rome's Eastern Trade: International Commerce and Imperial Policy, 31 BCE – CE 305*. London: Routledge, 2001.

YU, T. *China and the Ancient Mediterranean World: A Survey of Ancient Chinese Sources*. In: *Sino-Platonic Papers*, 242, 2013, pp. 1–268.

ZIETHEN, G. *Legationes Externae in der frühromischen Kaiserzeit: INDI – AIOTIOPES – ΣΕΠΕΣ*. In: *Nubica*, III/1, 1994, pp. 141–197.

RUBIERA CANCELAS, CARLA. LA ESCLAVITUD FEMENINA EN LA ROMA ANTIGUA. FAMULAE, ANCILLAE ET SERVAE (COLECCIÓN DEMÉTER). OVIEDO: EDICIONES TRABE, 2014. 302 p. ISBN: 978-84-8053-777-3

Filipe N. Silva¹

Escrevendo em uma época em que a antiga escravidão por dívidas (*nexum*) era inexistente, o jurista Marciano, em uma conhecida passagem registrada no *Digesto* (D. I.5.5), elucidava que seriam escravizados os indivíduos capturados dos inimigos, ou aqueles “(...) nascidos de nossas escravas” (*ex ancillis nostris nascuntur*). Ao lado da guerra, a reprodução biológica era reconhecida pelos antigos como critério de escravização. Em âmbito romano, onde a transmissão da condição servil foi pensada sob um padrão matrilinear (Patterson, 1982: 139), tal designação conduz à constatação de que homens e mulheres teriam experimentado a escravidão de maneiras distintas. Essa diferença, contudo, não se restringe apenas ao o tema da reprodução biológica.

Partindo da premissa de que as escravas romanas, por seu *status* social e também por uma questão de gênero, estariam sob um duplo padrão de submissão, o livro *La esclavitud femenina en la Roma Antigua* (2014), da estudiosa espanhola Carla Rubiera Cancelas, apresenta um retrato abrangente da experiência feminina da escravidão na Roma Antiga. Constituído por um repertório documental formado por textos literários e jurídicos, além de inscrições funerárias e representações iconográficas, o estudo de Rubiera Cancelas está dividido em cinco capítulos principais. No primeiro capítulo, a autora reconstitui o percurso historiográfico concernente à História das Mulheres Romanas e constata, apesar de algumas exceções, um interesse tardio pelo tema da escravidão romana com ênfase na experiência das mulheres.

Reivindicando uma postura crítica em relação às fontes antigas, o segundo capítulo, intitulado *El uso de las fuentes*, salienta que os textos literários e jurídicos sobre a escravidão antiga, quase sempre produzidos por homens de pleno direito, representariam a opinião de indivíduos imbuídos de uma perspectiva escravista, misógina e favorável à dominação (p.47-48). A epigrafia, neste caso, é considerada uma alternativa profícua em direção a um testemunho histórico menos tendencioso acerca das mulheres escravizadas.

¹ Doutorando em História Cultural, IFCH/Unicamp. E-mail: filipe.hadrian@gmail.com
Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 423-424
DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10130

O terceiro capítulo trata da construção textual, jurídica e iconográfica das escravas e dos escravos romanos. Após analisar as imagens dos escravos retratados como bárbaros nos troféus e monumentos romanos, a autora reitera a conhecida condição de *outsider* atribuída aos escravos nessa sociedade. Em consonância com as teorias pós-coloniais e de gênero e sob a influência direta do ensaio *Can the subaltern speak?*, de Gayatri Spivak, Carla Rubiera Cancelas (2014. p.115-117) reconhece a subalternidade das escravas romanas em seu profundo silenciamento nas fontes textuais antigas.

O cotidiano laboral das escravas romanas é o tema do quarto capítulo do livro, intitulado *Trabajadoras esclavas en la ciudad de Roma*. A partir dos testemunhos epigráficos, Rubiera Cancelas (2014) desconsidera a conhecida hipótese do confinamento doméstico feminino e descreve as múltiplas ocupações das *seruae* e *ancillae* em âmbito citadino. Além das atividades têxteis, a medicina, o ensino, a amamentação, a prostituição, a dança, as artes e espetáculos públicos também seriam espaços onde a autora evidencia constante atuação feminina.

O tema da reprodução biológica da escravidão, por fim, é tratado no quinto capítulo do livro. Embora constate, por um lado, um repertório literário e jurídico que circunscreve às mulheres o papel de “(...) *mães a serviço de um sistema econômico e social que as utiliza*” (Rubiera Cancelas, 2014: 249), por outro lado, a autora também destaca, novamente a partir da epigrafia, os laços de parentesco construídos por essas mulheres com o intuito de superar a eventual morte social instalada pela escravidão.

Munido de uma consistente pesquisa histórica e arqueológica, o livro de Rubiera Cancelas (2014) demonstra como a História da Antiguidade pode reagir de maneira satisfatória às demandas sociais contemporâneas. Ao evidenciar a arbitrariedade dos julgamentos morais sobre as mulheres romanas, mas também por apontar o silenciamento das escravas nas fontes antigas, a autora nos convida à reflexão permanente sobre as relações entre poder, saber e exclusão social. O uso das teorias de gênero, conforme demonstrado em *La esclavitud femenina em la Roma Antigua*, convida-nos a repensar os regimes de escravidão, antigos ou modernos, sob uma nova e proveitosa perspectiva.

Referências bibliográficas

PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death. A comparative study*. Harvard: University Press, 1982.

RUBIERA CANCELAS, CARLA. LA ESCLAVITUD FEMENINA EN LA ROMA ANTIGUA. FAMULAE, ANCILLAE ET SERVAE (COLECCIÓN DEMÉTER). OVIEDO: EDICIONES TRABE, 2014. 302 p. ISBN: 978-84-8053-777-3

Filipe N. Silva¹

Writing at a time when the debt bondage (*nexum*) no longer existed, the Roman jurist Marcianus, in a well-known quote recorded in *Digest* (D. I.5.5), explained that slaves were the defeated enemies or “those who were born from our slave-women” (*ex ancillis nostris nascuntur*). Like war, the biological reproduction was also recognized as a genuine reason for enslavement. In Roman society, where the transmission of serfdom was conceived under a matrilineal pattern (Patterson, 1982: 139), we may infer that men and women experienced the slavery in different ways. This difference, however, cannot be understood only from the theme of biological reproduction.

Admitting that the Roman slave-women were under a double standard of submission (due to their social position of slave and women), Carla Rubiera Cancelas’ opportune book, *La esclavitud femenina en la Roma Antigua* (2014), offers a detailed synthesis of women’s slavery in Ancient Rome. Based on literary and legal texts, but also using the epigraphic and iconographic evidence as its main sources, Rubiera Cancelas’ study is divided in five chapters. In its first chapter, the book presents a historiographic course about the History of Roman Women. Despite some exceptions, historical interest on feminine slavery in Ancient Rome, as demonstrated by authors, was late in modern historiography.

Named *El uso de las fuentes*, the second chapter claims for a critical view on ancient sources. Rubiera Cancelas (2014) points out that Roman literary and legal texts about slavery were written by privileged men: their writings, thus, exposes a misogynistic and pro-slavery opinion (p.47-48). Epigraphy, in this case, is a rich alternative to a less biased historical testimony about the Roman enslaved women.

The third chapter explains the textual and iconographic images of Roman slaves. Through an analysis of the barbaric features of slaves portrayed in

¹ PhD Student. State University of Campinas, São Paulo, Brazil. E-mail: filipe.hadrian@gmail.com

Roman war trophies and monuments, the Spanish historian reiterates the outsider status attributed to slaves in this society. Influenced by gender and postcolonial theories under the encouragement of Gayatri Spivak's essay *Can the subaltern speak?*, Rubiera Cancelas (2014. p.115-117) also recognizes the subalternity of Roman women-slaves because they were silenced in ancient texts.

The daily work of Roman enslaved-women is the main theme of the fourth chapter, named *Trabajadoras esclavas en la ciudad de Roma*. Based on epigraphic evidence, the author rejects the well-known hypothesis of feminine domestic confinement and, instead, describes the multiple occupations of *seruae* and *ancillae* in ancient Rome. In addition to the female slave work in textile activities, medicine, teaching, breastfeed and prostitution, the arts, dance and public spectacles were also performed by Roman slave-women and freedwomen.

The fifth chapter examines the theme of biological reproduction of ancient slavery. On the one hand, Rubiera Cancelas (2014) finds that ancient Roman writers circumscribe the slave-women to the role of "(...) *mothers at the service of an economic and social system that explores them*" (Rubiera Cancelas, 2014: 249). On the other hand, however, the author examines the kinship ties built by these women in order to overcome the social death installed by the slavery.

Provided with a consistent historical and archaeological research, Carla Cancela's book demonstrates how conservative and traditional ancient history can respond satisfactorily to the social present-days anxieties. By revealing the arbitrariness of moral judgement about the Roman enslaved-women, and by denouncing the silence applied to these women in ancient texts, the author invites us to a permanent reflection on the proximity between power, knowledge and social exclusion. The use of modern gender theories, as demonstrated in *La esclavitud femenina en la Roma Antigua*, compels us to rethink old and modern slavery regimes from a new and profitable perspective.

Reference

PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death. A comparative study*. Harvard: University Press, 1982.

FLOWER, HARRIET. THE DANCING LARES AND THE SERPENT IN THE GARDEN: RELIGION AT THE ROMAN STREET CORNER. PRINCETON: PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2017. 416 p. ISBN: 0691175004

Jonathan da Cruz Moreira¹

Em sua mais recente obra, Harriet I. Flower se dedica ao estudo dos *lares*, divindades representadas geralmente em clima de festa, aos pares; dançando com suas túnicas curtas e com o *rhyton* despejando o vinho. O culto a estes alegres protetores dos lugares serve de pano de fundo, neste livro, para uma instigante investigação sobre o senso de comunidade no interior dos grupos subalternos romanos, com a prática religiosa como importante suporte.

Harriet I. Flower é graduada em história antiga e literatura clássica na Universidade de Oxford (1983) e pós-graduada na Universidade da Pennsylvania (1993); leciona antiguidade clássica desde 2003 na Mathey College Princeton University. Suas publicações se concentram nas áreas de religião, cultura e memória na Roma antiga, tendo publicado obras como *Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture* (Oxford, 1996), *The Art of Forgetting: Disgrace and Oblivion in Roman Political Culture* (Chapel Hill, 2006), e *Roman Republics* (Princeton, 2010).

Segundo Flower, este livro tem como objetivo compreender a religião como parte integral e onipresente da vida comum romana aos níveis mais básicos, em especial para os grupos subalternos, os escravos, os libertos, homens ou mulheres. Para isso, Flower discute as diferentes formas nas quais os *lares*, definidos como deuses dos lugares, foram representados e cultuados em diferentes locais e temporalidades. Absolutos nas vidas dos cidadãos comuns, os *lares* faziam parte dos rituais de passagem, como casamentos, ou da transição à vida adulta; e protegiam a casa, a vizinhança, as muralhas da cidade ou as fronteiras das fazendas.

Em suas mais de 430 páginas, a obra está dividida em 4 partes, subdivididas em 7 a 10 capítulos. Com linguagem clara e de leitura fácil,

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: jonathan.cruzmoreira@gmail.com

todos os capítulos são concluídos com um resumo objetivo dos temas propostos e discutidos, utilizando vasta e variada documentação. As fontes acerca das práticas religiosas populares são esparsas no tempo e no espaço, o que pede um cuidado especial. Em *Lares and the Serpent in the Garden*, no entanto, Harriet I. Flower coloca cada tipologia específica de fonte em sua própria perspectiva, respeitando suas especificidades. Poemas, tratados, peças de teatro, historiografia antiga, são contrastados de forma meticulosa com a iconografia religiosa e práticas que podem ser discernidas na linguagem visual encontrada principalmente nos sítios de Pompéia e de Delos. A abordagem comparativa entre espaços de influência romana permite observar como este culto tão romano conseguia adaptar-se às características das comunidades locais.

Na primeira parte, **Lar(es)/ Genius and Juno/ Snake(s)**, a autora se dedica ao debate sobre a natureza destas divindades. Vários autores desde os dias de Cícero já colocavam em discussão a verdadeira origem dos *lares*, tendo suas vozes ecoadas em trabalhos modernos. Seriam eles, deuses do submundo ou espíritos dos antepassados cujo culto pacificava o mundo dos mortos e dos vivos? Flower discorda frontalmente destas concepções. Baseando-se na contradição entre as diferentes hipóteses dos letrados antigos para a gênese e a essência dos lares, a autora defende uma distinção clara entre os *lares* e outros deuses e espíritos de proteção presentes nas casas romanas, tais como *manes*, *penates* ou o *genius*. Flower argumenta que tanto as práticas quanto a iconografia relacionada aos lares em nada permite associar estas alegres divindades dançantes com o submundo ou com os mortos: Os autores, sempre oriundos das elites, pouco sabiam a respeito de práticas religiosas mais próximas da cozinha.

Por vezes, os lares eram referidos na historiografia antiga e na literatura no singular, outras, no plural, enquanto na iconografia tanto da baía de Nápoles quanto em Delos, costumavam ser retratados em pares, identificados estreitamente como deuses protetores dos espaços. A peça de Plauto, *Aulularia*, retrata bem esta característica. Encenada pela primeira vez por volta de 195 a.C, a peça analisada pela autora traz o *lar familiaris* apresentando a si mesmo como protetor dos moradores e dos bens a ele confiados. Antes do crescimento vertiginoso da *urbs*, quando as casas possuíam menos divisões, um único *focus* dava luz e calor à casa e nele os lares eram adorados (a autora destaca a dificuldade em se determinar por certo como se dava este culto, se com imagens ou pinturas atrás da chama). Uma vez que muitas casas ganham outras dimensões e novos cômodos com funções específicas, o culto dos lares muda-se para a cozinha, acompanhando o lugar dos escravos encarregados da preparação do alimento e, também, de cultuar estes deuses protetores.

Fora das casas, o *compitum* era o altar dos *lares* protetores do bairro, os *lares compitales*. Tanto no ambiente doméstico quanto no ambiente urbano, o sítio de Pompéia oferece ainda hoje oportunidades excepcionais de estudo da iconografia e da disposição dos objetos e locais de culto no espaço. Ainda nesta primeira etapa, a autora se dedica a uma leitura cuidadosa dos altares domésticos dedicados aos *lares* em Pompeia, na maior parte das vezes na cozinha e nos *compita* encontrados *in situ*, sempre em locais de cruzamento entre duas ou três ruas, geralmente próximos a fontes. A disposição da iconografia fortemente padronizada, permite analisar os elementos principais do ritual: figuras humanas com o porco trazido ao sacrifício (representado às vezes apenas em cortes suínos), a flauta que dá a música, o gênio do pai de família e os próprios *lares* despejando o vinho; além da serpente, aparentemente exclusiva da bacia de Nápoles, que sai da seu ambiente natural, o jardim, para participar do sacrifício.

Já a segunda parte, **Shrines for Lares in Rome**, explora com mais detalhes os espaços sagrados dedicados aos *lares*. Em Roma, grandes templos vinculados à religião oficial foram erigidos em honra aos *lares*, como o dos *Lares Permarini*, como agradecimento pela vitória marítima sobre o rei Selêucida Antíoco III; na via sacra, o templo dos *lares in summa sacra via* teria um culto ainda mais antigo, vinculado à proteção do território romano. Mar e terra eram, nesses templos (*aedes*), protegidos pelos lares. Em santuários menores, como os *ara*, *sacellum* e *fanum*, outros lares nomeados eram reverenciados, cada qual com sua função protetora própria; alguns deles, como os *lares quaerquetulani* e *grundiles*, são quase inacessíveis a nós dada a escassez de referências, mas possuem parentesco próximo com a mitologia entorno da fundação da cidade. Os *lares praestites*, por sua vez, têm sua iconografia preservada em um denário de 112 a.C, de L. Caesius, trazendo no anverso dois deuses em pé com seu cão de guarda, preparados para defender as muralhas da cidade.

Estes *lares* nomeados cultuados em seus santuários pela cidade, segundo a autora, não devem ser confundidos com os *lares compitales* ou os *lares familiares*, cuja impessoalidade de seus nomes reflete a missão de proteção da comunidade como um todo. A eles se dedicam as passagens da vida adulta, como por exemplo, o casamento. A noiva trazia consigo uma moeda para o noivo, simbolicamente comprando seu espaço na nova casa, uma moeda para o *lar familiaris*, pedindo licença ao protetor da casa e, por fim, aos *lares compitales* mais próximos, simbolicamente sacramentando sua posição como recém-chegada na comunidade sob sua proteção. Ainda sobre os *compita*, a autora retorna ao espaço urbano de Pompéia para um estudo das disposições destes altares na cidade. Sua proximidade com

fontes d'água e sua posição central nos *vici* fazia do *compitum* um ponto de encontro, formando em seu entorno uma comunidade orgânica.

A terceira parte, **Celebrating Lares**, concentra-se na análise das práticas de culto e das associações formadas entre os grupos populares em Roma e fora dela com o objetivo de cultuar os *lares*. A principal festividade que envolvia o culto aos lares e que mobilizava os magistrados da comunidade era a *Compitalia*. A *compitalia* era celebrada nos altares das encruzilhadas dedicados aos *lares* em datas variáveis, geralmente coincidindo com o fim de dezembro e início de janeiro. Neste dia, os *lares compitales* eram homenageados com bolos de mel oferecidos por cada casa, guirlandas nos *compita*, muito vinho e a carne do porco que era sacrificado em seu altar. Para a autora, a tradição de se pendurar nos altares bonecas de lã (representando os livres e libertos da comunidade) e bolas de lã (representando os escravos), permitia saber exatamente quantos indivíduos pertenciam à comunidade local e seu status. Cada *vicus* organizava-se entorno de seus magistrados, os *vicomagistri* (em Roma, geralmente libertos), assistidos pelos *ministri* (frequentemente escravos), que eram as figuras centrais nas celebrações.

No mesmo espaço haviam os *collegia*, associações que uniam indivíduos pertencentes a um mesmo culto ou a uma mesma atividade comercial ou profissional. Para Flower, a participação dos *collegia* nos eventos da *compitalia* era relacionada sobretudo aos jogos que ocorriam durante as festas, os *ludi compitalici*, e não à festividade em si. Segundo a autora, teriam sido proibidos em 64 a.C. por seu envolvimento em supostos movimentos políticos.

Ainda nesta terceira parte, a autora nos traz o caso de estudo de Delos. A cidade Helenística de Delos recebia entre os séculos II e I a.C uma grande quantidade de mercadores de todos os cantos da Itália e, com eles, seus escravos. Esta comunidade de influência Italiana formava-se mantendo algumas de suas tradições, entre elas o culto aos *lares* e a festa da *compitalia*, como retratado nos afrescos do sítio de Delos analisados pela autora e as inscrições mostrando a existência de um grupo formado entre libertos e escravos para a promoção da *compitalia*, os *kompetalistai*. Mesmo sem *compita* delimitando o espaço urbano, os *lares* estavam nas cozinhas e a *compitalia* era festejada, demonstrando como estas divindades ligadas à comunidade eram adaptadas de acordo com as características locais.

Por fim, a quarta parte **Augustus and Lares**, se concentra nas reformas religiosas empreendidas no decorrer das primeiras décadas do governo de Augusto, à medida que se consolidava como o maior poder sobre Roma a caminho do principado. Desde antes da introdução dos *lares augusti*, o

primeiro imperador doava pequenas imagens de lares, os *lares publici*, a serem cultuadas no âmbito das comunidades locais, pagos com os valores arrecadados a partir de presentes (*stips*) que recebia da plebe romana no ano novo. A partir de 7 a.C., juntamente com a reforma que dividia a cidade em 14 *regiones*, estas, subdivididas em *vici* administrados pelos *vicomagistri*, reviveu os *ludi compitalici*, além de introduzir os *lares augusti*. Neste ponto, a autora reflete sobre a natureza teológica dos *lares augusti*, descritos frequentemente pela historiografia como um culto ao gênio de Augusto ou então a extensão do culto doméstico dos *lares* de Augusto e sua casa, aos altares nas encruzilhadas.

Para Flower, não há evidências que possam relacionar o culto aos *lares augusti* introduzido em 7 a.C., ao gênio de Augusto e a distinção entre o gênio e os lares é feita de forma bastante clara já na primeira parte da obra. Em segundo lugar, o lar não pode deixar o altar doméstico e habitar outro lugar. Lançar os *lares* de casa para fora era, inclusive, um sinal de desespero. As reformas de Augusto aproximavam o imperador e a plebe romana nos aspectos mais sutis e pessoais da comunidade, que passa a contar os anos nas dedicatórias dos altares partindo das reformas dos *vici*, iniciando uma nova era.

The Dancing Lares and the Serpent in the Garden: Religion at the Roman Street Corner convida o leitor a conhecer um mundo que foi frequentemente eclipsado tanto pela historiografia moderna quanto pela literatura antiga, o mundo dos romanos comuns, apresentando o culto aos lares como parte integrante de uma religiosidade tradicional que não dependia dos grandes templos e complexas narrativas mitológicas, mas que eram, sim, profundamente ligada a um senso de comunidade e de pertencimento que permitia também a variedade de representações e de performances religiosas entre os três locais nos quais os estudos se concentraram: Roma, Delos e Pompéia. Talvez a principal crítica que caiba ao trabalho esteja justamente na ausência de uma perspectiva comparativa para além destes três estudos de caso. Fica sem resposta a pergunta sobre como (e se) os *lares* eram cultuados em outras províncias romanas, o que é perfeitamente justificado pelo escopo do projeto, manifestamente interessado nas práticas religiosas da *urbs*. Trata-se de uma obra detalhada, de leitura fácil e fluída e corajosa, que sem dúvida contribui tanto para o estudo da religiosidade romana tardo-republicana e nos tempos de Augusto, como também, para os estudos dos grupos subalternos do mundo romano de modo geral.

Referências bibliográficas

FLOWER, Harriet. *The dancing Lares and the serpent in the garden: religion at the Roman street corner*. Princeton: Princeton University Press, 2017.

FLOWER, HARRIET. THE DANCING LARES AND THE SERPENT IN THE GARDEN: RELIGION AT THE ROMAN STREET CORNER. PRINCETON: PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2017. 416 P. ISBN: 0691175004

Jonathan da Cruz Moreira¹

In her most recent work, Harriet I. Flower is devoted to the study of *lares*, deities usually represented in party moods in pairs; dancing with their short tunics and *rhyton* pouring wine. The cult of these cheerful protectors of the places serves, in this book, as a background for an instigating investigation about the sense of community within the Roman subaltern groups, with religious practice as an important support.

Harriet I. Flower graduated in ancient history and classical literature at Oxford University (1983) and postgraduate degree at the University of Pennsylvania (1993); has taught classical antiquity since 2003 at Mathey College Princeton University. Her publications focus on the areas of religion, culture and memory in ancient Rome, and have published works like *Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture* (Oxford, 1996), *The Art of Forgetting: Disgrace and Oblivion in Roman Political Culture* (Chapel Hill, 2006), and *Roman Republics* (Princeton, 2010).

According to Flower, this book aims to understand religion as an integral and ubiquitous part of Roman common life at the most basic levels, especially for subaltern groups, slaves, freed men and women. For this, Flower discusses the different ways in which *lares*, defined as gods of places, were represented and worshiped in different places and temporalities. Absolutes in the lives of ordinary citizens, *lares* were part of the rituals of passage, such as marriages, or transition to adulthood; and protected the home, the neighborhood, the city walls, or the farm borders.

In its more than 430 pages, the work is divided into 4 parts, subdivided into 7 to 10 chapters. With a clear language and easy reading, all chapters are finished with an objective sum up of the themes proposed and discussed, using extensive and varied sources. The sources for popular religious practices are sparse in time and space, which asks for special attention. In *Lares and the Serpent in the Garden*, however, Harriet I. Flower

¹ M.A. in History, Federal University of São Paulo, São Paulo, Brazil. E-mail: jonathan.cruzmoreira@gmail.com

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 433-437

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10133

places each specific source typology in its own perspective, respecting its specificities. Poems, treatises, plays, ancient historiography, are meticulously contrasted with religious iconography and practices that can be discerned in the visual language found mainly in the sites of Pompeii and Delos. The comparative approach between spaces of Roman influence allows us to observe how this Roman cult could adapt to the characteristics of the local communities.

In the first part, **Lar (es) / Genius and Juno / Snake (s)**, the author is dedicated to the debate about the nature of these deities. Several authors since the days of Cicero had already put into question the true origin of *lares*, and their voices echoed in modern works. Were they, gods of the underworld or spirits of ancestors whose worship pacified the world of the dead and the living? Flower strongly disagrees with these conceptions. Based on the contradiction between the different hypotheses of the ancient scholars for the genesis and the essence of the *lares*, the author defends a clear distinction between the *lares* and other gods and protective spirits present in the Roman houses, such as *manes*, *penates* or the *genius*. Flower argues that both practices and home-related iconography do not allow us to associate these cheerful dancing deities with the underworld or with the dead: The authors, always from the elites, knew little about religious practices closer to the kitchen.

Sometimes, *lares* were referred to in ancient historiography and literature in the singular, others in the plural, while in the iconography both of the Bay of Naples and Delos, they were usually portrayed in pairs, identified closely as gods protecting the spaces. Plauto's piece, *Aulularia*, portrays this feature well. Staged for the first time around 195 BC, the play analyzed by the author brings the *lar familiaris* presenting himself as protector of the residents and assets entrusted to him. Before the vertiginous growth of the *urbs*, when the houses had fewer divisions, a single focus gave light and warmth to the house and in them the *lares* were adored (the author points out the difficulty in determining for sure how this cult was given, whether with images or paintings behind the flame). As many houses gain new dimensions and new rooms with specific functions, the cult of *lares* moves to the kitchen, accompanying the place of the slaves in charge of preparing food, and also to worship these protective gods.

Outside the houses, the *compitum* was the shrine of the protective *lares* of the neighborhood, the *lares compitales*. Both in the domestic and the urban environment, the site of Pompeii still offers exceptional opportunities to study the iconography and the disposition of objects and places of worship in space. Still in this first part, the author is dedicated to a careful reading of the household altars dedicated to the *lares* in Pompeii, most often in the

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 433-437

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10133

kitchen and *compita* found in situ, always in places of crossing between two or three streets, usually near of water fountains. The disposition of strongly standardized iconography allows us to analyze the main elements of the ritual: human figures with the pig brought to the sacrifice (represented sometimes only in pork cuts), the flute that gives the music, the genius of the family father and the *lares* itself pouring wine; also the serpent, apparently exclusive of the Bay of Naples, which leaves its natural environment, the garden, to participate in the sacrifice.

The second part, **Shrines for Lares in Rome**, explores in more detail the sacred spaces dedicated to *lares*. In Rome, great temples linked to the official religion were erected in honor of the *lares*, such as that of the *Lares Permarini*, in thanksgiving for the maritime victory over Seleucid King Antiochus III; in the *sacra via*, the temple of the *lares* in *summa sacra via* had an even older cult, linked to the protection of the Roman territory. Sea and land were, in these temples (*aedes*), protected by *lares*. In smaller shrines, such as the *ara*, *sacellum* and *fanum*, other named *lares* were revered, each with its own protective function; some of them, such as *quaerquetulani* and *grundiles*, are almost inaccessible to us given the scarcity of references, but are closely related to the mythology around the founding of the city. *Lares praestites*, on the other hand, have their iconography preserved in a 112 BC Denarius by L. Caesius, with two standing gods with their guard dog on the obverse prepared to defend the walls of the city.

These named *lares* worshiped in their shrines throughout the city, according to the author, should not be confused with the *compitales* or *lares familiares*, whose impersonality of their names reflects the mission of protection of the community as a whole. They are dedicated to the passages of adult life, such as marriage. The bride brought with her a coin for the bridegroom, symbolically buying her space in the new houses, a coin for the *lar familiaris*, asking for permission of the protector of the house and, finally, the nearest *compitum*, symbolically sacramenting her position as a newcomer in the community under its protection. Still about the *compita*, the author returns to the urban space of Pompeii for a study of the provisions of these altars in the city. Its proximity to water sources and its central position in the *vici* made the *compitum* a meeting point, forming in its surroundings an organic community.

The third part, **Celebrating Lares**, concentrates on the analysis of worship practices and associations formed between popular groups in Rome and elsewhere with the aim of worshiping the *lares*. The main festivity that involved the cult of the *lares* and that mobilized the magistrates of the community was the *Compitalia*. *Compitalia* was celebrated on the altars of the crossroads dedicated to the *lares* on variable dates, usually coinciding

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.4, n.1 - 2019.1. p. 433-437

DOI: 10.34024/herodoto.2019.v4.10133

with the end of December and the beginning of January. On this day, the lares were honored with honey cakes offered by each house, garlands in the *compita*, much wine and the pork that was sacrificed in the altar. For the author, the tradition of hanging wool dolls (representing the freeborn and freedmen of the community) and wool balls (representing the slaves) on the altar allowed them to know exactly how many individuals belonged to the local community and their status. Each *vicus* organized around its magistrates, the *vicomagistri* (in Rome, generally freed), assisted by *ministri* (often slaves), who were the central figures in the celebrations.

In the same space there were the *collegia*, associations that united individuals belonging to the same cult or to the same commercial or professional activity. To Flower, the participation of the *collegia* in the events of the *compitalia* was related mainly to the games that took place during the parties, the *ludi compitalici*, and not to the celebration itself. According to the author, they would have been banned in 64 BC because of their involvement in alleged political movements.

Still in this third part, the author brings us the case study of Delos. The Hellenistic city of Delos received between the 2nd and 1st centuries BC a great number of merchants from all parts of Italy and, with them, their slaves. This community of Italian influence was formed keeping some of its traditions, among them the worship to the *lares* and the festival of the *compitalia*, as portrayed in the frescoes of the site of Delos analyzed by the author and the inscriptions showing the existence of a group formed between freedmen and slaves for the promotion of the *compitalia*, the *kompetalistai*. Even without *compitum* delimiting the urban space, the *lares* were in the kitchens and the *compitalia* was celebrated, demonstrating how these deities linked to the community were adapted according to the local characteristics.

Finally, the fourth part, **Augustus and Lares**, concentrates on the religious reforms undertaken during the first decades of the government of Augustus, as it was consolidated as the greatest power over Rome on the way to the principate. Before the introduction of the *lares Augusti*, the first emperor donated small images of *lares*, the *lares publici*, to be worshiped within the local communities, paid with the values collected from gifts (stips) that he received from the Roman plebs in the new year. From 7 BC, along with the reform that divided the city into 14 regions, these subdivided into *vici* administered by the *vicomagistri*, revived the *ludi compitalici*, in addition to introducing the *lares augusti*. At this point, the author reflects on the theological nature of the *lares augusti*, often described by historiography as a cult of the genius of Augustus or else the extension

of the household worship of the *lares* of Augustus and his house to the altars at the crossroads.

To Flower, there is no evidence that can relate the cult to the *lares augusti* introduced in 7 BC, the genius of Augustus and the distinction between genius and *lares* is made quite clearly already in the first part of the work. Secondly, the *lar* cannot leave the domestic altar and dwell elsewhere. Tossing the *lar* from home was even a sign of despair. Augustus' reforms brought the emperor and Roman plebe closer to the more subtle and personal aspects of the community, which began to count the years in the dedications of the altars, starting with the reforms of the vici, beginning a new era.

The Dancing Lares and the Serpent in the Garden: Religion at the Roman Street Corner invites the reader to see a world that has often been eclipsed by both modern historiography and ancient literature, the world of the common Romans, presenting the cult of *lares* as an integral part of a traditional religiosity that did not depend on the great temples and complex mythological narratives but which were, in fact, deeply linked to a sense of community and belonging that allowed also the variety of representations and religious performances between the three places in which the studies concentrated: Rome, Delos and Pompeii. Perhaps the main critic to the work is precisely the absence of a comparative perspective beyond these three case studies. The question of how (and if) *lares* were worshiped in other Roman provinces remains unanswered, which is perfectly justified by the scope of the project, manifestly interested in the religious practices in the *urbs*. It is a detailed work, easy to read and fluid and courageous, which undoubtedly contributes very much to the study of late republican Roman religiosity and in the days of Augustus, as well as to the studies of the subaltern groups of the Roman world in general.

Reference

FLOWER, Harriet. *The dancing Lares and the serpent in the garden: religion at the Roman street corner*. Princeton: Princeton University Press, 2017.